

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGHIS**

**PROCURA-SE “PRETA, COM MUITO BOM LEITE, PRENDADA E  
CARINHOSA”: UMA CARTOGRAFIA DAS AMAS-DE-LEITE  
NA SOCIEDADE CARIOCA (1850-1888)**

**Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro**

**Brasília  
2006**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGHIS**

**PROCURA-SE “PRETA, COM MUITO BOM LEITE, PRENDADA E  
CARINHOSA”: UMA CARTOGRAFIA DAS AMAS-DE-LEITE  
NA SOCIEDADE CARIOCA (1850-1888)**

**Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro**

Tese apresentada à Banca Examinadora  
do Programa de Pós-Graduação em  
História da Universidade de Brasília  
como exigência para a obtenção do  
título de Doutora em História.

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Diva do Couto Gontijo Muniz.**

**Brasília  
2006**

*À Dulce, que me ensinou a ser filha e amiga; que também me ensinou a ser mãe, a nutrir e a olhar a filha, o filho, o outro, como outro; a lutar todos os dias sem medo.*

## **Agradecimentos**

Especialmente à Professora Diva do Couto Gontijo Muniz, pela orientação segura, rigorosa, provocadora e sempre generosa; pelas lições cotidianas de história e de vida. Essa tese é um resultado provisório do diálogo que teve início nos anos 90, nas salas do Departamento de História da Universidade de Brasília, sobre questões que permanecem em nossas idéias, mobilizando nossos ideais;

Aos professores Estevão Chaves de Rezende Martins, Marilene Rosa Nogueira da Silva, Tânia Navarro Swain, Celso Fonseca que, em muitos encontros acadêmicos, me instigaram com suas reflexões. Às professoras Rita Laura Segato e Claudia Costa Brochado;

Aos colegas Ernesto de Sena, Thereza Martha, Liliane Machado, Susane Rodrigues. Em especial a Lucas Vieira Baeta Neves, pelo apoio e contribuição no tratamento das imagens, gráficos e edição final da tese. À Irene Ernest Dias pela revisão e interlocução afinada. Aos amigos e amigas, inclusive à Cleide Soares, que dividiram comigo alguns dilemas no percurso, contribuindo para muitas dessas reflexões;

Aos colegas dos arquivos: Maurício Vicente Ferreira Júnior do Setor de Museologia do Museu Imperial, Matié Nogi, da Sessão de Coleções Especiais do Centro de Documentação e Informação da Biblioteca da Câmara dos Deputados, Carla Ramos e Ana Naldi da Fundação Biblioteca Nacional, Rosane Coutinho, Sonia Medeiros, Aurinete Freire e Sátiro Nunes do Arquivo Nacional, Marcos Belande do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Solange Teixeira da Silva, do Arquivo da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro e Eduardo Carvalho da Biblioteca da PUC/RJ, funcionários dedicados que me ajudaram a construir preciosos caminhos;

À Arlete, Nilda, Leila, Adriana, Beto, Washington, Pedro, Ana Paula, funcionários e amigos do PPGHIS, do Departamento de História e da Biblioteca da Universidade de Brasília;

Aos irmãos Geraldo e Fernando, amigos queridos, que me ensinam a ler e pensar com o coração. A Geraldo e Dulce, pai e mãe tão verdadeiros quanto definitivamente impressos nas possibilidades de minhas leituras e de meus afetos. Aos filhos, Ayana e Francisco, que me ajudam diariamente a perseverar na luta por um mundo menos desigual.

Ao CNPq pela Bolsa de Estudos que me possibilitou desenvolver este trabalho.

*Os lugares são histórias fragmentárias e isoladas em si,  
dos passados roubados à legibilidade por outro,  
tempos empilhados que podem se desdobrar,  
mas que estão ali antes como histórias à espera  
e permanecem no estado de quebra-cabeças,  
enigmas,  
enfim simbolizações enquistadas  
na dor ou no prazer do corpo.*

(Michel de Certeau *A Invenção do Cotidiano. Artes de fazer*)

## RESUMO

O que significava ser ama-de-leite na sociedade carioca oitocentista? A pergunta orienta o esforço de constituir uma cartografia em que se busca mapear a emergência de um enunciado em diferentes materialidades discursivas: discursos da medicina, da imprensa, da administração pública, da literatura e da iconografia. Amas-de-leite foram designadas e reconhecidas em corpos de mulheres africanas ou descendentes, geralmente negras ou pardas, que eram compradas, vendidas, alugadas para amamentar os filhos de famílias proprietárias. Os discursos revelam a positividade dos saberes e a política de produção das identidades naquela sociedade escravista e patriarcal, onde corpos de amas-de-leite emergem sob marcas de sexo-gênero, raça, idade e de condição civil, inscritos em mecanismos que demarcam diferenças e instauram desigualdades.

**Palavras-chave:** amas-de-leite, escravidão, maternidade, raça, sexo-gênero, Rio de Janeiro, século XIX.

## ABSTRACT

What did it mean to be “*ama-de-leite*” in Rio de Janeiro’s nineteenth century society? The question guides an effort to create a map of discourses where their images appear: medicine, press, public administration, literature and iconography. Frequently “*amas-de-leite*” were designed and recognized as African or descendant black or dark skin female bodies that used to be bought, sold or rent to nourish owner’s families sons and daughters. Analysing their images/representations it has been considered the positiveness of knowledge building up a politics of identities in enslaver and patriarchal society, where their bodies are marked by sex-gender, race, age and civil condition features, pointing out physical differences to produce social inequalities.

**Key Words:** “*amas-de-leite*”, slavery, maternity, race, sex-gender, Rio de Janeiro, nineteenth century.

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	08
<b>Parte I – A política de produção de amas-de-leite: corpos que procriam e que nutrem</b> .....	25
Capítulo 1. Amas-de-leite na Santa Casa da Misericórdia: entre posses e desapossamentos.....	26
1.1. Uma peça na maquinaria da Casa dos Expostos.....	31
1.2. A engenharia de produção da honra, do abandono e do abrigo.....	52
1.3. A economia do aleitamento: a produção do prestígio e das rendas.....	80
Capítulo 2. Imagens do discurso médico: ou vício ou virtude.....	93
2.1. “Breves considerações sobre as vantagens do aleitamento materno”.....	103
2.2. A classificação das mamas: humanas e animais.....	118
2.3. No jardim de prazeres da maternidade, os deveres da amamentação.....	127
2.4. A escolha da ama: a permanência de uma prática.....	139
Capítulo 3. O aleitamento “mercenário” como objeto do saber: o “hygienismo filantropo” e a “legislação previdente”.....	148
3.1. Normatização e normalização da prática de lactação “mercenária”.....	161
3.2. A fiscalização legal de um “mal necessário”.....	167
3.3. A indústria do aleitamento na Corte.....	177
<b>Parte II – A movimentação dos corpos dentro e fora do “ignobil commercio”</b> .....	187
Capítulo 1. Na aparência da desordem, um comércio que funciona em rede.....	189
Capítulo 2. Tipologia do corpo que aleita: marcas da natureza e da cultura.....	216
2.1. Idade, reprodução e sexualidade.....	228
2.2. A receita prescrita: raça, etnia, conduta e afeto.....	232
2.3. Mulheres, cabras, éguas, jumentas.....	246
Capítulo 3. Corpos que escapam: estratégias traduzidas em marcas.....	256
<b>Parte III – Amas-de-leite na literatura e na iconografia: o desapossamento ressignificado</b> .....	289
Capítulo 1. “Rainha ou escrava, mãe é sempre mãe”.....	291
Capítulo 2. A suavidade pelo avesso: práticas de resistência.....	316
Capítulo 3. Afetividade em preto e branco.....	342
3.1. Sob a moldura da “benevolência”.....	346
3.2. Livre das senzalas e recapturada para exposição.....	374
<b>Considerações Finais</b> .....	396
<b>Fontes</b> .....	403
<b>Bibliografia</b> .....	409



## INTRODUÇÃO

Como a organização da história é relativa a um lugar e um tempo, e cada sociedade se pensa “historicamente” com os instrumentos que lhe são próprios<sup>1</sup>, a experiência da escravidão constitui temática inesgotável na historiografia do Brasil. Dos deslocamentos atlânticos à vida familiar dos cativos, aspectos que vêm sendo abordados mais recentemente, a produção dos estudos tem demonstrado múltiplas possibilidades de se tratar dessa problemática sob olhares e metodologias renovadas. Trata-se de produção que tem se preocupado em rever certas imagens cunhadas pela literatura dos viajantes e reiteradas por uma historiografia que lhes foi tributária, ao reformular os traços da “suavidade”, do “amaciamento”, da “benevolência” e também da “promiscuidade das senzalas”, reavaliando materiais e sentidos que modelaram a historiografia da escravidão.

A proparlada “*convivência bem sucedida entre senhores e escravos*” como marca de relações sociais escravocratas que foi produzida nos textos dos viajantes ressurgiu sublinhada ou atenuada em alguns trechos da literatura e da memorialística. Todavia, foi na construção socioantropológica de Gilberto Freyre, nos anos 30 do século passado, que essas imagens ganharam contornos científicos, impregnando conceitos como os de “*família patriarcal*” e “*democracia racial*”.

Ao longo do século XX, o estudo da instituição escravista também foi objeto de uma historiografia que a enxergou como modelo de produção econômica subordinada aos interesses do capitalismo internacional nascente. Ainda que essa produção pretendesse observar o papel de agentes históricos na dinâmica das classes, inseridos em um sistema produtivo, escravos e escravas como força de trabalho na monocultura exportadora, sob certos olhares, perderam seus rostos e sua potencialidade enquanto sujeitos e foram vistos entre corpos e braços que serviram como alavancas propulsoras de uma acumulação primitiva, aparecendo como figurantes do modo de produção escravista colonial<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> CERTEAU, Michel. *A Escrita da História. A Escrita da História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 78.

<sup>2</sup> Sem pretender generalizar ou desprezar estudos referenciais da História Social, particularmente COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. 4. ed. São Paulo: Unesp, 1998 e GORENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991, refiro-me, aqui, a Caio Prado Jr. na obra em que escravos são tratados como “povos bárbaros e semi-bárbaros”, de “nível cultural ínfimo”, em sua “uma contribuição passiva”. Segundo o autor, “o contato que o escravo doméstico mantém com seus senhores e

A produção historiográfica mais recente, no entanto, tem procurado recuperar a historicidade e a dinâmica social das relações escravistas, buscando repensar seus atores e devolver aos escravos alguns microespaços de sua atuação. Um outro olhar sobre novas fontes – ações de liberdade, inventários, escrituras, registros paroquiais, processos policiais, inventários, entre outros documentos – permitiu a ampliação do estudo da temática, que passou a ser encarada, principalmente, numa perspectiva de reconstituição das formas de resistência de sujeitos históricos.

As possibilidades oferecidas por essas abordagens promoveram uma abertura do espectro de análise e uma correspondente ampliação do universo de assuntos, permitindo o acesso a um conjunto mais complexo de materiais, revelador de aspectos assumidos pelas relações escravistas em diferentes conjunturas político-geográficas. Recortadas como objeto de estudo, emergiram formas plurais e regionais da escravidão: movimentos da demografia, a escravidão em propriedades eclesiásticas, relações específicas em determinados locais e períodos, a escravidão urbana, a família escrava e, também, reflexões sobre categorias relacionadas à temática, como “liberdade”, “trabalho” e “cidadania”, pensadas no interior daquela ordem<sup>3</sup>.

Importa assinalar que o alargamento do campo de possibilidades de pesquisa não foi resultado de uma busca arbitrária de novas fontes e objetos. A própria busca representa o esforço do fazer historiográfico no interior de um movimento de renovação dos pressupostos, caminhos e instrumentos teóricos que, por sua vez, tanto respondem às novas inquietações como acabam por suscitar novos questionamentos, abordagens e objetos.

---

com a sociedade branca em geral é muito maior e mais íntimo. É certamente por ele que se canalizou para a vida brasileira a maior parte dos malefícios da escravidão”. PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1977, p. 278.

<sup>3</sup> Para citar algumas dessas obras referenciais: ALGRANTI, Leila Mezan. *O Feitor Ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Petrópolis: Vozes, 1988; LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro. 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. CHALHOU, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto. *A Paz das Senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997; FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos Africanos, Vivências Ladinhas: escravos e forros em São Paulo (1850-1888)*. São Paulo: Hucitec, 1998; MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, séc. XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; SLENES, Robert W. *Na Senzala uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; KARASH, Mary C. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. GRINBERG, Keila. *Liberata, a Lei da Ambigüidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

É, portanto, na reciprocidade da relação entre a inquietação investigadora e as condições de produção da pesquisa, ou seja, é na atual conjuntura dos estudos da história no/do Brasil, no campo das Ciências Humanas, que me situo para pensar as mulheres escravas que serviram como amas-de-leite na sociedade carioca do século XIX, ordenada segundo os valores patriarcais e escravocratas. Ressalto que, se ao longo das três últimas décadas emergem pesquisas sobre as relações escravistas voltadas para a apreensão de sujeitos/objetos sociais, a perspectiva de um estudo sobre as mulheres escravas talvez não fosse possível se não considerássemos as significativas conquistas políticas dos movimentos feministas registradas paralelamente, sobretudo a partir dos anos 70.

A entrada de mulheres no mercado de trabalho, na vida acadêmica e as mudanças provocadas naquele momento histórico de ampliação do espaço de atuação feminino se dão também pela sua inclusão entre os objetos de interesse do conhecimento. A partir dos anos 80, como assinala Margareth Rago, esse movimento não se conteve em trazer as mulheres para o interior de uma grande narrativa elaborada pelos “vencedores”, mas, acompanhando o desenvolvimento da história das mulheres e dos estudos de gênero em outros países, também no Brasil a incorporação de novos agentes sociais – mulheres, prostitutas, escravas, loucas, crianças etc. – fez-se acompanhar da abordagem de novas dimensões da vida social<sup>4</sup>. Assim, ela nos lembra, ao se retirarem as mulheres do silêncio historiograficamente produzido, tornou-se possível aprofundar o questionamento sobre uma história centrada no conceito de homem como sujeito universal, para se praticar uma outra, comprometida em

*(...) desfazer a noção abstrata de ‘mulher’ referida a uma essência feminina única, a-histórica, de raiz biológica e metafísica, para se pensar as mulheres enquanto diversidade e historicidade de situações em que se encontram (...)*<sup>5</sup>

São outras as condições de produção da historiografia, sobretudo a partir das perspectivas colocadas pelos/nos estudos feministas e de gênero, que deslocam um saber paradigmático sobre o corpo e a diferença sexual de seu lugar histórico e culturalmente privilegiado no mundo ocidental, segundo o qual a organização social é

---

<sup>4</sup> RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes de *et al.* (Orgs.) *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: Unesp, 1995.

<sup>5</sup> *Idem, ibidem.*

explicada com base no determinismo biológico. O uso do gênero como uma categoria de análise, como define Joan Scott, enquanto um “*saber a respeito das diferenças sexuais*”, ou ainda como “*saber que estabelece significados para as diferenças corporais*”<sup>6</sup>, amplia as possibilidades de leitura de representações históricas do passado que ajudam a construí-lo, aprofundando e alterando definitivamente o campo da reflexão sobre as relações de poder.

Ao longo da pesquisa, atentei para a construção de noções e conceitos que engendram a inteligibilidade sobre o feminino, particularmente sobre o feminino na escravidão, baseada na natureza. As formas de violência naturalizadas nos discursos, as conotações atribuídas a seus corpos por saberes que instituem o sexo-gênero, a raça-etnia, quer dizer, as diferenças demarcadas em corpos de “escravas” me revelavam produtos e processos pelos quais os discursos procuravam normatizá-los e normalizá-los. As ciências da natureza, tais como a biologia e a medicina, estavam, naquele momento e lugar, se produzindo, institucionalizando, produzindo corpos femininos/masculinos que apareciam cunhados por valores, sistemas de pensamento, crenças e simbolizações sexualmente diferenciadas em função da lógica binária de gênero.

Na leitura dos documentos da medicina, da imprensa, da literatura e da iconografia, atentei para o modo como eram configuradas as amas-de-leite e as práticas de aleitamento e, também, o modo como operavam diferentes saberes e poderes no ordenamento do corpo social. Ou seja, como se dava a produção das amas-de-leite enquanto objeto e sujeito sob formas de objetivação e subjetivação que as constituíam como tais. É visível a operacionalidade do poder, das disciplinas e dos saberes na produção de subjetivações e objetivações “*pelas quais determinadas coisas [no caso, as amas-de-leite] começam a ser tomadas como objeto para o pensamento e passam a fazer parte do objetivamente dado*”<sup>7</sup>. Nesse processo, percebe-se o intuito de designar amas-de-leite como se fossem identidades naturais situadas na posição inferior em relação ao referente previamente suposto: o sujeito universal. O interlocutor que está presente em diferentes discursos, explícito ou silenciado, é o sujeito unitário, masculino, proprietário, livre e branco.

---

<sup>6</sup> SCOTT, Joan. Prefácio a gender and politics of History. In: *Cadernos Pagu. Desacordos, desamores e diferenças* (3). Campinas: Unicamp, 1994, p. 12-13.

<sup>7</sup> CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História. Op. cit.*, p. 46.

A perspectiva hierarquizada e também hierarquizadora de apreensão do social explicita-se em noções que se produzem e reproduzem no sistema de pensamento ocidental do século XIX<sup>8</sup>. São dualidades que reverberam em discursos médicos, em textos da imprensa, na legislação, em registros institucionais, na literatura e na imprensa, delimitando territórios de significações que remetem à selvageria/civilização, ao atraso/progresso, à natureza/cultura etc. Não por acaso, as imagens de amas-de-leite integram esse jogo político, esse campo de forças e significações, haja vista que aparecem cunhadas sempre em oposição à mãe “*verdadeira*”, à “*sinhá*” ou ao homem livre e proprietário, filho, filha, ou intermediário dos negócios com a propriedade. Elas estariam sempre sob a imagem do “outro”, no lugar do que é diferente, que está às margens, fora do centro.

Do lugar em que me encontro como mulher, mãe, historiadora, também ocupado por um sistema (histórico) de referências, formulo questões que orientam esta pesquisa e os procedimentos de análise, enveredando por uma operação que remete a certas práticas e a uma escrita sobre um objeto: as amas-de-leite, mulheres escravizadas<sup>9</sup> que tinham a obrigação de aleitar filhos que não eram seus.

O que significava ser ama-de-leite na sociedade carioca oitocentista? Seriam as mães pretas mulheres submissas, doces, generosas e dedicadas às crianças brancas, tal como sugerem algumas de suas imagens impressas na cultura brasileira<sup>10</sup>? Seriam, por outro lado, traidoras da raça, como outros olhares racistas em julgamento apressado quiseram crer?<sup>11</sup> Seriam as amas-de-leite mulheres cativas e procriadoras, superdotadas em seus poderes sexuais, em razão de um erotismo primitivo e desenfreado? Seriam sedutoras, ladras, perversas ou corruptoras da família, como mulheres negras costumaram ser vistas? Como foram nomeadas, designadas, construídas as imagens de amas-de-leite?

---

<sup>8</sup> SWAIN, Tania Navarro. A invenção do corpo feminino. SWAIN, Tania N. (Org.) *Revista Textos de História. Feminismos: teorias e perspectivas*, 8(1-2), 2000.

<sup>9</sup> A ressalva é feita por Marilene Rosa Nogueira da Silva para enfatizar o processo histórico de produção da escravização daquelas mulheres, buscando desnaturalizar a identidade “escrava”. Compartilhando de suas idéias, entretanto, em alguns momentos, no texto, usei a forma naturalizada particularmente para reiterar seu uso em alguns discursos.

<sup>10</sup> Entendido na acepção de Geertz, o conceito de cultura “designa um conjunto de significações historicamente transmitido e inscrito em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas nestas formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu saber sobre a vida e suas atitudes diante dela”. (tradução livre) GEERTZ, Clifford. *The Interpretation of Culture*. New York: Basic Books Inc., 1973, p. 89.

<sup>11</sup> SILVA, Luiz Antonio *et al.* Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *Ciências Sociais Hoje: movimentos sociais e urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Vo. 2. Brasília: Anpocs, 1983, p. 225.

Amas-de-leite foram objetos de enunciação em discursos no século XIX. Discursos pensados como práticas que estavam em movimento e, como assinala Michel Foucault, ligadas a um conjunto complexo de modificações que são produzidas tanto fora delas (em relações sociais e instituições políticas) quanto nelas (nas técnicas de determinados dos objetos, no afinamento de conceitos, no acúmulo de informações), e ainda ao lado delas (em outras práticas discursivas). Procurei recolher e redistribuir os conjuntos em que elas estavam lá, sem, contudo, deixar de pensar na dinâmica das práticas discursivas que, segundo o filósofo,

*(...) não são pura e simplesmente modos de fabricação de discursos. Ganham corpo em conjuntos técnicos, em instituições, em esquemas de comportamento, que ao mesmo tempo as impõem e mantêm. (...)*<sup>12</sup>

Alinhada ao modo da “*arqueologia*” de Foucault, ou seja, recusando a crença na transparência da linguagem, entendo os discursos como monumentos que obedecem a regras e revelam arestas em sua materialidade. As escravas amas-de-leite são, portanto, um objeto/sujeito que aparece nos discursos sob certas condições históricas. São essas as condições que as configuram, criando sua substância mais geral e também suas feições peculiares. Tais condições fazem com que o objeto apareça, que ele se inscreva em um “*domínio de parentesco, em meio a relações de semelhança, vizinhança, de afastamento e de diferença, de transformação*”<sup>13</sup>.

Articulando esta pesquisa a partir do lugar de produção socioeconômico, político e cultural em que me encontro, como ensina Certeau, para quem a instituição social é condição de uma linguagem científica<sup>14</sup>, recorro também a Castoriadis ao reler as figuras de amas-de-leite em suportes de significação desenhados no imaginário social:

*(...) A instituição social histórica é aquilo em que e por que se manifesta e é o imaginário social. Esta instituição é instituição de um magma de significações, as significações imaginárias sociais. (...) As composições de imagens ou figuras podem ser, e freqüentemente são, imagens e figuras por sua vez e, portanto, suportes de significação. O imaginário social é, primordialmente, criação de significações e*

<sup>12</sup> FOUCAULT, Michel. *Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)*. Trad. Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 12.

<sup>13</sup> FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 51.

<sup>14</sup> Para Certeau, “a sociedade e as ‘idéias’ que nela circulam são organizadas por um mesmo movimento, o qual se distribui em regimes de manifestação (econômico, social, científico etc.) que constituem entre si funções imbricadas mas diferenciadas, das quais nenhuma é a realidade ou causa das outras”. CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *História: Novos Problemas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979, p. 21.

*criação de imagens ou figuras que são seu suporte. A relação entre a significação e seus suportes é o único sentido preciso que se pode atribuir ao termo simbólico; é com este sentido que este termo é utilizado aqui. (...)*<sup>15</sup>

Na dinâmica das significações e seus suportes, essas imagens reunidas me remetem à relevância de seus corpos que, embora cativos, eram significados no exercício de uma determinada função biológica e sob uma relação política. Uma ou muitas relações e designações políticas, quando penso, como Foucault, que não é “o poder” que existe, mas sim práticas e relações de um poder “*que se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis*”, que engendram também “*pontos de resistência que estão presentes em toda a rede*”<sup>16</sup>. Poder pensado como um campo forças e relações

*(...) possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício. (...) Os pontos, os nós, os focos de resistência disseminam-se com mais ou menos densidade no tempo e no espaço, às vezes provocando o levante de grupos ou indivíduos (...), inflamando certos pontos do corpo, certos momentos da vida, certos tipos de comportamento (...).*<sup>17</sup>

Tecido nas diversas tramas que o constituem, ou sob certos “*limites de significabilidade*”<sup>18</sup>, busquei apreender alguns dos feixes complexos de relações (em suas condições históricas de produção) que iluminam aquelas mulheres e suas práticas no século XIX. Cuidei, portanto, de localizar, separar, reunir, transformar em documentos materiais que estavam dispersos e me remetiam ao objeto, redistribuindo o espaço de sua emergência, em uma *operação técnica* que consiste em substituir o estudo do fenômeno concreto pelo estudo de um objeto constituído por sua definição sob diferentes materialidades<sup>19</sup>. Ao reuni-los, percebi que

*(...) o importante não é a combinação de séries, obtida graças a um isolamento prévio de traços significantes, de acordo com modelos pré-concebidos, mas por um lado, a relação entre estes modelos e os limites que seu emprego sistemático faz aparecer e, por outro lado, a*

---

<sup>15</sup> CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 277.

<sup>16</sup> FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade. A vontade de saber*. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988, pp. 89-92.

<sup>17</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>18</sup> CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História. Op. cit.*, pp. 85-87.

<sup>19</sup> *Idem, ibidem*.

*capacidade de transformar esses limites em problemas tecnicamente tratáveis. (...)*<sup>20</sup>

Na análise de práticas e representações de amas-de-leite, procurei exercitar a desnaturalização das marcas que se imprimiam em seus corpos e que as identificavam, fazendo reproduzir o jogo das dualidades e das assimetrias sociais – marcas que produzem e exprimem diferenças de sexo-gênero, de raça-etnia, de idade, de classe-condição civil –, também para observar que essas marcas não “*pré-existem nos corpos dos sujeitos*”, mas servem para nomear e estabelecer distinções e legitimar as desigualdades. Como atenta Guacira Louro ao referir-se à política de produção das identidades sociais,

*(...) toda e qualquer diferença é sempre atribuída no interior de uma dada cultura; que determinadas características podem ser valorizadas como distintivas e fundamentais numa determinada sociedade e não terem o mesmo significado em outra sociedade; e, ainda, que a nomeação da diferença é, ao mesmo tempo e sempre, a demarcação de uma fronteira (...)*<sup>21</sup>

Ao perseguir imagens cuidadosamente talhadas e recriadas em narrativas dispersas para organizá-las em séries, pude reter e analisar algumas de suas materialidades e recorrências e, também, perceber como as amas-de-leite foram retratadas, nomeadas e classificadas, com que materiais e em que molduras foram representadas, que sentidos foram impressos às suas feições tantas vezes produzidas, reproduzidas e disseminadas em diferentes becos e travessas dos discursos sociais.

Amas-de-leite são imagens/representações histórica e socialmente construídas: identidades designadas, exibidas e significadas sobre corpos que eram cativos, isto é, corpos que não eram seus, e estavam em condição de aleitar. Portanto, amas-de-leite enunciam corpos femininos, procriadores, aleitadores e escravizados, reconhecidos por nutrirem não seus próprios filhos, mas os filhos de famílias proprietárias. São corpos de mulheres geralmente africanas ou delas descendentes, no período etário que possibilita a lactação e que, como propriedades que eram, foram nomeados em razão da possibilidade do usufruto do trabalho compulsório em relação a outros corpos –

---

<sup>20</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>21</sup> LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade: refletindo sobre o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: *Labrys. Estudos Feministas*, 1-2:7, jul./dez., 2002. [www.unb.br/ih/his/gefem/labrys](http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys)



proprietários, locadores, locatários –, na prática do aleitamento classificado pelo saber médico que nascia como “*mercenário*”.

Na intenção de organizar uma cartografia, procurei rastrear nos diferentes registros/documentos imagens de amas-de-leite; ao trazer à luz algumas delas, não pretendi apenas dar visibilidade às mulheres – que eram geralmente, cativas, negras ou pardas, em idade de procriação e aleitamento –, mas também observar alguns dos dispositivos políticos que engendram aquelas imagens e seus efeitos, alguns dos magmas simbólicos que projetam sentidos em diferentes lugares de sua enunciação. Pensados no trânsito dessas significações, como observa Estevão Rezende Martins, os sentidos “*assumem a forma fascinante dos construtos culturais das formas passadas da vida humana*” e conferem materialidade à cultura, que

(...) *dota o mundo e os homens com uma qualidade subjetiva sem a qual os sujeitos humanos não poderiam lidar consigo mesmos e com seu mundo pela ação e pela paixão.* (...) <sup>22</sup>

Trata-se de um exercício que exige pensar sobre as condições de produção das imagens de amas-de-leite, daqueles corpos cativos, procriadores e nutrizes em seus sentidos e, também, pensar sobre as condições de produção daquelas experiências, aqui entendidas como o processo pelo qual para todos os seres sociais a subjetividade é construída. Segundo Teresa de Lauretis, é através da experiência que

(...) *a pessoa se coloca ou é colocada na realidade social e, assim, percebe e compreende como subjetivas (que se originam no indivíduo e se referem a ele próprio) aquelas relações – materiais, econômicas e interpessoais – que são, de fato, sociais e, numa perspectiva maior, históricas* <sup>23</sup>.

Suas imagens enunciam experiências cotidianas de apropriação de corpos para o desempenho compulsório de funções do trabalho, o traço marcante do ser escravo. A emergência de amas-de-leite em discursos oitocentistas remete, portanto, a seres encarnados em corpos que não lhes pertencem; são imagens de mulheres cativas que não possuem os próprios corpos, nem os próprios filhos; remete ao corpo em condições

---

<sup>22</sup> MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. Que sentidos para a história e a historiografia? Propostas quanto à razão, ao contra-senso, à narrativa e à cultura. In: MARTINS, Estevão C. de R. (Org.) *Textos de História*, 10(1-2):147, 2002.

<sup>23</sup> DE LAURETIS, Teresa. *Alice doesn't*. Bloomington: Indiana University Press, 1984. Apud SCOTT, Joan. Experiência. Tornando-se visível. In: *Falas de Gênero: teorias, análises, leituras*. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999, p. 31.

de procriação, em disponibilidade para o uso e o abuso, ao corpo definido *a priori*, pela natureza sensual, procriadora e nutriz, sobretudo pelas marcas que remetem à possibilidade da reprodução lucrativa.

Remete também à impressão nesses corpos de marcas que dão a ler naquela função uma localização social inferior, além da violência que está neles impressa e cotidianamente é produzida e produtora de assimetrias sociais superpostas: de sexo-gênero, de raça, de idade, de classe e condição civil. Como cativas que eram, integravam o mercado de escravas, eram consideradas pessoas-coisas, ou mercadorias-propriedades que, uma vez compradas ou alugadas, podiam-se usar sem regras ou limites para finalidades plurais conforme o interesse do proprietário ou locador.

A violência praticada na exploração e uso dos corpos cativos por seus proprietários não deve ser desconsiderada em relação às práticas da sexualidade e às condições de procriação naquela sociedade presidida pelos valores do patriarcado escravocrata. Seria anacrônico, todavia, pensar em termos de estupro ou crime sexual, porquanto as cativas não tinham personalidade jurídica nem a violência sexual era considerada crime à época. Todavia, é incontornável pensar tais formas de uso, abuso, pressão e coação de senhores sobre mulheres cativas como explicitação da violência que, em casos limites, resultou em morte.

Antes desse limite, porém, pressupunha-se o exercício da vida e a manutenção de um poder. Tomo emprestadas as reflexões de Rita Segato a respeito dos crimes sexuais, para pensar que, mesmo que geralmente sorrateiras, silenciadas e às vezes até negociadas, as relações sexuais de senhores proprietários e propriedades cativas não seriam resultantes de desvios individuais ou anomalias sociais; ao contrário, devem ser olhadas como “*expressões de uma estrutura simbólica profunda que organiza nossos atos e nossas fantasias e confere-lhes inteligibilidade*”<sup>24</sup>. Ou, ainda, pensando em sua cotidianidade, seriam mais um gesto violento e naturalizado de soberania do patriarcado escravocrata, ao exercitar a sexualidade para conjugar “*em um único ato a dominação física e moral do outro*”<sup>25</sup>.

Trata-se de uma violência naturalizada nos lares, nas ruas da cidade e nas trilhas dos discursos sociais. Entendidos como práticas, esses discursos foram se entretecendo e articulando, ao reunir e despejar sentidos que se referem àquelas práticas e às

---

<sup>24</sup> SEGATO, Rita Laura. *Estudos Feministas*, 13(2):265-285, maio-ago. 2005.

<sup>25</sup> A autora invoca a reflexão de Foucault sobre soberania para pensar a violência do estupro, a dominação física e moral do outro, porquanto “não existe poder soberano que seja somente físico”. SEGATO, Rita Laura. *Idem, ibidem*.

praticantes em diferentes formas sob as quais amas-de-leite foram invocadas na sede da Corte imperial: nas casas de seus proprietários, nas casas de aluguel e escritórios de comissão que as vendiam, compravam e alugavam, na Santa Casa da Misericórdia, onde nutriam crianças enjeitadas, enfim, em diferentes redutos do Rio de Janeiro, capital do Império, e em suas instituições em construção. Cenário priorizado na construção do objeto de estudo, essa é uma cidade emblemática traduzida em olhares a elas contemporâneos (e reducionistas) como espaço povoado de “*homens livres*” ou “*homens bons*” de um lado e “*hordas de malfeitores*”, “*malhas de capoeiras e desordeiros*” ou “*turba variegada de negros e negras*” de outro<sup>26</sup>.

Pólo civilizador da nação, a cidade crescia no curso do século XIX e assumia relevância cultural. Era a sede da monarquia que se organizava com pretensões centralizadoras e modernizadoras e, paradoxalmente, sob formas econômicas de produção vincadas pelo trabalho escravo. Até 1850, segundo Luiz Felipe de Alencastro, o Império retoma e reconstrói a escravidão no quadro do direito moderno, dentro de um país independente, e o contraste entre a escravidão e as pretensões civilizadoras da Corte e da Coroa ficaria ainda mais evidente no “*único país independente a praticar o tráfico negreiro, assimilado à pirataria e proibido pelos tratados internacionais e pelas próprias leis nacionais*”<sup>27</sup>.

No Município Neutro, a população cativa, que estava estimada em 78.855 em 1849, cresceu para cem mil em 1864, caindo para 48.839 em 1872 e, a partir daí, vertiginosamente até 7.488 escravos em 1887<sup>28</sup>. Com o crescimento geográfico e populacional da capital, após 1860, houve um crescimento da demanda por serviços e também o incremento das formas da escravidão ao ganho e de aluguel. Entre as elites, ampliavam-se os circuitos de convivência social, também em razão da introdução de relação sociais pré-industriais do tipo burguês, que segundo Diva Muniz é expressivo do processo de “*urbanização e desestruturação dos padrões familiares coloniais, diante da exigência de um novo padrão de sociabilidade da mulher*”. Esta, sob o olhar atento de

---

<sup>26</sup> SPIX, J. B. & MARTIUS, C. F. P. *Viagem pelo Brasil 1817-1820*. Vol. 1. Trad. Lucia F. Lahmeyer. Belo Horizonte, São Paulo: Itatiaia, Edusp, 1981, p. 47-48.

<sup>27</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Vida Privada e Ordem Privada no Império*. pp. 17-28.

<sup>28</sup> MALHEIRO, Perdígão. *A Escravidão*, p. 198. Relatório do Ministério da Agricultura. *Apud* CONRAD, Robert. *Os Últimos Anos da Escravidão no Brasil*. s.n., p. 346.

pais, maridos e irmãos, passava a freqüentar os cafés, bailes e teatros, entre outros acontecimentos da vida social<sup>29</sup>.

Tentando acompanhar esse movimento, observei mudanças e permanências, no período entre 1850 e 1888, entre as práticas do aleitamento pelas cativas na sociedade carioca. Priorizar o período entre a extinção do tráfico e a abolição da escravatura decorre, portanto, do entendimento de que tais marcos delimitam um espaço temporal referenciado por balizas institucionais expressivas e abrigam um período atravessado por intensa proliferação discursiva. Não considerei tais recortes de modo rígido, por entendê-los como marcos que referenciam, mas não confinam o trânsito do/a historiador/a.

A presente tese, exercício de uma **cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca**, é, portanto, o resultado de um percurso em resposta a um desafio. Ainda que não seja a única maneira de construí-la, foi a forma que escolhi na intenção de delinear, em cada parte, uma regularidade, um território de enunciações, uma ordem que permite pensar correlações em seus acontecimentos e também auscultar diálogos ou discussões que foram mais ou menos reverberantes naquela sociedade. **A política de produção de amas-de-leite: corpos que procriam e que nutrem** é a **primeira parte** da tese, onde tratei de representações produzidas em redutos do saber médico e em suas cercanias.

Para compor o **primeiro capítulo**, intitulado **Amas-de-leite na Santa Casa da Misericórdia: entre posses e desapossamentos**, pesquisei nos arquivos dessa instituição. Criada para dar a assistência aos pobres e famintos, aos prisioneiros e aos enfermos e também para cuidar de órfãos, sobretudo das órfãs, e para preservar a honra de mães solteiras, a irmandade acolhia e cuidava de crianças enjeitadas. Escolhi menos pensar sobre suas origens do que apreender uma das faces de seu maquinismo na sociedade carioca, particularmente aquela que depende da presença das amas-de-leite e da substância que elas produzem. A Casa dos Expostos, Casa da Roda, Roda dos Expostos, ou simplesmente Roda, é lugar onde encontro referências às cativas que aleitavam, aos papéis que exerciam e aos lugares simbólicos que ocupavam na instituição. Observei o funcionamento de uma maquinaria produtora da honra da família e do abandono de crianças, da doença e da higiene, do leite e da mortalidade. Procurei reler as condições de produção da ordem patriarcal e escravocrata que, também naquele lugar, reproduzia cotidianamente a violência da escravidão.

---

<sup>29</sup> MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. O Império, o piano e o ensino da “miserável música” em Minas Gerais do século XIX. In: COSTA, Cléria B. da & KERN, Maria Salete M. (Orgs.) *Imaginário e História*. Brasília: Paralelo 15, 1990, p. 130.

No **segundo capítulo, Imagens do discurso médico: ou vício ou virtude**, procedo à análise da tese *Breves Considerações sobre as Vantagens do Aleitamento Maternal*, apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1847 pelo Dr. Zeferino Justino da Silva Meirelles. Acompanho as reflexões do autor no diálogo que estabelece com o pensamento rousseauiano, ao estruturar um discurso pedagógico e determinista que apresenta as imagens de amas-de-leite em oposição às de “*mães verdadeiras*”. A tese representa um primeiro exemplar da produção positiva, racional e normalizadora daquele saber que define, recorta e classifica os objetos de sua atenção, entre eles o aleitamento materno. Este é tratado como ideal, em contraponto ao aleitamento ironicamente considerado mercenário, referindo-se à amamentação praticada pelas escravas, também vistas como “*viciosas*”, como contingência daquela sociedade escravocrata.

No **terceiro capítulo**, cujo título é **O aleitamento “*mercenário*” como objeto do saber: o “*hygienismo filantropo*” e a “*legislação previdente*”**, analiso seis teses elaboradas sobre o “*aleitamento natural, artificial, mixto em geral e particularmente o mercenário*”, nas condições em que se encontrava no período de 1869 a 1880. Nelas aparece a formulação de um saber que amplia e consolida seu raio de ação, seu poder de classificar e definir doenças no corpo físico e moral, saber-poder de esquadrihar corpos reprodutores e aleitadores. Em suas peças e substâncias, os textos exprimem “*tecnologias de sexo-gênero*”<sup>30</sup> e colocam em funcionamento “*dispositivos da sexualidade*”<sup>31</sup>. Igualmente calcada nos protocolos franceses, essa produção explícita metodologia quantitativa, comparativa, calculada, regulada e reguladora na pretensão de compor quadros explicativos inquestionáveis da verdade científica. A produção política dos corpos femininos, desmembrados, dissecados, ainda mais abertos à decifração é visível no discurso que pretende calcular todos os casos, combinar todas as possibilidades, perceber os signos e os sintomas da patologia e da saúde. Ainda nesse capítulo, abordo projetos institucionais de médicos-políticos que visam a imprimir procedimentos reguladores e punitivos para controlar e fiscalizar as práticas do aleitamento na capital da Corte.

Na **segunda parte**, intitulada **A movimentação dos corpos dentro e fora do “*ignobil commercio*”**, focalizo imagens de cativas e amas-de-leite configuradas nas

---

<sup>30</sup> LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.) *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

<sup>31</sup> FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade. A vontade de saber*. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

páginas do *Jornal do Commercio*, presentes em profusão. Comércio “*ignóbil*” porque revelador da negociação desumana de corpos humanos em meio a terras, lotes, casas, alcovas, carroças, animais, máquinas, leques, roupas, perfumes, remédios, em colunas que também divulgam carnavais, peças teatrais, informes de chegada e partida de navios. Mulheres, homens, idosos e crianças estavam lá, corpos em quantidade que eram vendidos, requisitados, comprados, alugados, leiloados em lotes ou individualmente.

O título do **primeiro capítulo**, que representa a pretensão inviável de mapear a amplitude daquele comércio nas freguesias da cidade, é **Na aparência da desordem, um comércio que funciona em rede**. Procurei relacionar os anúncios com outros registros municipais que versavam sobre aqueles negócios, a fim de trazer elementos que esclarecessem sobre práticas que, todavia, não estavam circunscritas a uma região da cidade ou aos escritórios de comissão, como imaginei a princípio. Ao contrário, elas se espalhavam por todas as freguesias, em casas particulares, em lojas, em sobrados, na cidade que crescia desordenadamente, não obstante as tentativas do poder municipal de considerá-las como objeto de normalização, procurando ordená-las, controlá-las e fiscalizá-las, inclusive auferindo impostos sobre elas.

No **segundo capítulo**, cujo título é **Tipologia do corpo que aleita: marcas da natureza e da cultura**, procuro aprofundar a linguagem dos anúncios em suas recorrências, dissonâncias e matizes significativos. Consoante à técnica discursiva da reiteração, as amas-de-leite aparecem definidas em corpos marcados por um alfabeto identitário que parece dialogar com outros discursos, inclusive do saber médico. Observei nuances relativas aos traços que os distinguem no domínio da natureza e da biologia, sinalizando para os significados da cultura, já que aspectos relativos à cor, à idade do leite e à fisionomia da “*peça*” exprimem qualidades associadas à melhor exploração, quais sejam: a saúde do corpo e do leite, o bom comportamento, a capacidade para o carinho. Os anúncios apresentam as figuras de amas-de-leite que seus consumidores querem e devem ler, porque, além das imagens bem compostas, também em contraponto, veiculam aquelas que contrariam e resistem ao modelo.

Os avisos de fuga de escravos e escravas na cidade constituem outro conjunto revelador de gestos de resistência ao regime, objeto do **terceiro capítulo: Corpos que escapam: estratégias traduzidas em marcas**. Nesses enunciados, observo outras motivações e intenções que levaram a designar os corpos de escravas, neles salientando as marcas da dor, do desgaste, do trabalho excessivo, do corpo mutilado, cansado e,

também, as marcas das roupas únicas, conquistadas ou roubadas. Marcas que servem, paradoxalmente, tanto para distingui-los com a intenção de recuperá-los como para possibilitar-lhes evitar serem recuperados. Enfim, marcas que projetam exemplarmente a ordem nas cicatrizes do cativo e, ao mesmo tempo, exibem a resistência e as possibilidades de libertar-se dele.

O título da **terceira parte** desta tese é **Amas-de-leite na literatura e na iconografia: a violência ressignificada**. Nela, analiso imagens de mulheres cativas que foram desenhadas, remodeladas, exibidas nos livros, nas paredes, nos álbuns de retratos e cartões de visita; imagens também construídas em suportes impregnados e pregnantes de sentidos que, com as tecnologias modernas da reprodução tipográfica, litográfica e fotográfica, ganharam novos espaços no imaginário social. O **primeiro capítulo**, intitulado *“Rainha ou escrava, mãe é sempre mãe”*, é o lugar onde releio a construção do *“martyrio sublime”* na maternidade cativa no drama *A Mãe*, de José de Alencar. O autor projeta o modelo de abnegação na escrava Joanna, que se disfarça sob a imagem de ama-de-leite, para esconder do filho o vínculo biológico. Ela trabalha em três lares, é vendida por 500 mil-réis para ajudá-lo e acaba se matando, como último gesto para proteger-lhe da mancha que representava ser (ou ser reconhecido como) filho de escrava.

No **segundo capítulo**, **A suavidade pelo avesso: práticas de resistência**, é a narrativa de Machado de Assis, no conto *“Pai contra mãe”*, que me possibilita adentrar a sociedade carioca da época, seguindo o percurso traçado pelo autor para compor o personagem Candido Neves, caçador da escrava Arminda, que foge do cativo. No perfil caipora do personagem central, nos diálogos que mantém em família, nos preparativos para a caça e no final feliz para o protagonista, que ataca, luta e domina a mulher escrava grávida, o escritor desvela sua leitura irônica da sociedade e possibilita observar a alternância de perspectivas, a violência e a ambigüidade de uma ordem que estava naturalizada nas ruas do Rio de Janeiro. Analiso também, nesse capítulo, o poema de Augusto dos Anjos, *“Ricordanza della mia gioventú”*, uma pequena peça que exhibe outra leitura da experiência da ama-de-leite. Forjada nos versos e na memória do poeta, ela reaparece subordinada ao proprietário e à esposa, pai e mãe do locutor, de quem rouba moedas. A memória afetiva do poeta, em outros tempos, promove uma inversão da lógica escravocrata, ao propor uma outra leitura da moral social na relação proprietário/escrava.

Por fim, no **terceiro capítulo** dessa parte, **Afetividade em preto e branco**, incorporo aos objetos deste estudo exemplares da iconografia do período. No recorte, incluí imagens de Debret e Chamberlain que remetem aos primórdios da experiência monárquica e sinalizam para o investimento discursivo em torno do aleitamento feito pelas amas-de-leite cativas. Intencionalmente, agrego um conjunto heterogêneo constituído de três litografias, um óleo e uma fotografia. As três primeiras representam imagens colhidas por estrangeiros que buscavam retratar a sociedade carioca dando a elas um tratamento acadêmico que, além de prescrever uma forma correta de apreensão da realidade social, parecia ciosa de estar ensinando uma forma correta de olhar. Analiso, ainda, um óleo da pinacoteca do Museu Imperial, imagem solene de ama-de-leite em pose para retrato com a criança ao colo, que reproduz o gesto das madonas renascentistas, sendo esta a única figura da escravidão entre as inúmeras da realeza no Brasil que foram retratadas e preservadas na referida coleção. Por último, uma fotografia em formato de *carte de visite* foi objeto de minhas reflexões sobre a política de produção e reprodução de imagens da sociedade na modernidade, que inclui imagens de amas-de-leite.

Percorrendo os lugares dessas representações, tateando a materialidade das imagens de amas-de-leite, espreito, na polissemia produzida, o fundamento e os efeitos do poder. Entrevejo a produção de diferenças e a promoção de desigualdades: nos sinais de raça, de gênero, de idade, de condição social e de classe. Aqueles corpos servem à produção de normas, de modelos, à estetização de condutas, à instrumentalização de noções e ordenamentos; servem como requisitos para a construção cientificista; distribuem-se no comércio, repartem-se em famílias, proliferam em signos recorrentes no imaginário. Na composição dessa rede simbólica que apropria e conforma os corpos em discursos, reproduz suas imagens e derrama seus silêncios, encontro seus efeitos e também traços produzidos por seus afetos que permanecem indelévels na cultura brasileira.

Ama-de-leite, enquanto significação social imaginária, não é a “soma”, nem a “parte comum”, nem a “média” dessas imagens, é antes sua condição de possibilidade e o que faz com que essas sejam imagens de “amas-de-leite”<sup>32</sup>. Imagens que, como suas experiências, não foram únicas, mas estão fortemente incorporadas no imaginário social, onde aparecem naturalizadas ou positivamente ressignificadas de modo a re-

---

<sup>32</sup> CASTORIADIS, Cornelius. *Op. cit.*, p. 173.



imprimir, por meio delas, a conotação humana na memória de uma experiência tão desumana.

A forma poética como Manuel Bandeira reporta-se a ela é reveladora de uma imanência e uma transcendência projetada no céu da cultura brasileira.

### ***IRENE NO CÉU***

*Irene preta*  
*Irene boa*  
*Irene sempre de bom humor.*

*Imagina Irene entrando no céu:*  
*– Licença, meu branco!*  
*E São Pedro bonachão:*  
*– Entra Irene. Você não precisa pedir*  
*licença.<sup>33</sup>*

---

<sup>33</sup> BANDEIRA, Manuel. *Antologia Poética*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1961, p. 85.

## PARTE I

### A política de produção de amas-de-leite: corpos que procriam e que nutrem

Ama de leite

Vinham bater à porta e vinham para vê-la:  
Era preta e retinta; a estatura della  
Não era alta, não; os modos seus, ufanos,  
Mostrava apenas ter dezoito a vinte annos.

- “Não foi aqui, pergunta alguém que a pretendia,  
Que annunciou-se um’ama em um jornal do dia?

- “- É certo, sim senhor”; de dentro brada antiga.  
Matrona e se levanta. – “Olá! Ó rapariga!  
Vem cá na sala, vem. Póde sentar-se. É viva  
No serviço da casa, e saiba que é captiva!

Experimental-a é bom; depois della não mude:  
E que atteste o doutor, se goza ou não saude.  
Engomma, lava, e cose; em tudo ella é geitosa;  
Sabe agradar criança, affirmo, é carinhosa  
Como bem poucas há. Em quanto aos alugueis,  
Por ser para quem é, são sessenta mil réis”.

- “Seu filho?!”

A pobre escrava, a intristecer-se toda,  
Murmura:  
“Meu senhor, meu filho foi p’ra roda”<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> MORAES FILHO, MELLO. *Poemas da Escravidão*. Apud MORAES, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista. 1879-1888*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro, 1924.

## Capítulo 1

### Amas-de-leite na Santa Casa da Misericórdia: entre posses e desapossamentos

#### CASA DOS EXPOSTOS

Precisa-se de amas de leite para a casa da roda, á rua do Evaristo da Veiga n.72. Secretaria da Casa dos Expostos, 22 de Agosto de 1887 – O escripturario, João de Araújo Costa.<sup>2</sup>

No arquivo da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, uma pasta amarrada com o nome escrito à mão “*ama-de-leite*” guarda documentos sobre as mulheres que aleitaram na instituição. Logo que a abri, deparei-me com o nome de Elvira. Escrava, ela pertenceu a Dona Anna Pereira de Andrade e foi uma das 11 amas-de-leite alugadas em janeiro de 1861 pela Casa dos Expostos para aleitar crianças enjeitadas. Elvira é a primeira de uma lista de nomes que compõem a “*Folha para Pagamento dos Vencimentos do Mês de Janeiro de 1861 às Amas Internas do Estabelecimento dos Expostos*”<sup>3</sup>. Meus olhos acompanharam as colunas cuidadosamente delimitadas e, abaixo do nome de Elvira, estavam os de Catharina, Olaria, Eva, Geraldina, Páscoa, Maximiana, Gertrudes, Isabel, Fortunata e Josepha Crioula.

Eram listas soltas de tamanhos e formas diferentes, reunidas em um lote amarrado de documentos que, entre outros procedimentos administrativos, foram elaboradas para o controle dos pagamentos efetuados aos proprietários e proprietárias das escravas, diretamente ou a seus procuradores. As colunas distribuem ordenadamente os nomes daquelas mulheres que serviram como nutrizas, ao lado dos nomes de seus proprietários ou proprietárias e dos valores atribuídos a seus serviços. Na linha logo abaixo do registro de cada uma delas, aparece o nome de quem teria recebido a quantia indicada. Por fim, as assinaturas do tesoureiro e do escrivão firmam o documento e confirmam o dispêndio total de cada mês.

---

<sup>2</sup> Jornal do Commercio, segunda-feira, 29 de agosto de 1887.

<sup>3</sup> Folha para pagamento dos vencimentos (...). N. 133, Lata 746-A. Arquivo da Santa Casa da Misericórdia.

Algumas vezes é o nome da irmã superiora, responsável pelo estabelecimento da Santa Casa, que consta como responsável pela retirada para o pagamento daqueles serviços. Percebo que em certos meses apareciam também nomes de mulheres livres que prestavam aqueles serviços, embora fossem em número expressivamente menor do que as cativas. A liberdade é sugerida pelo sobrenome que acompanhava o nome da ama-de-leite e em seguida confirmada na frase que indica que era a mesma que havia recebido pelo serviço e não o proprietário ou mediador que encaminhou a prestadora do referido serviço.

No contato com aqueles nomes, por alguns momentos senti a distância do tempo na proximidade do documento que registra a trivialidade de um procedimento administrativo rotineiro e, como tal, naturalizado no cotidiano social. A emoção me invadia, à medida que meus olhos atravessavam o desenho manuscrito dos nomes enquanto divagava em torno de prováveis fisionomias, e cada registro me aproximava de experiências que eram tão concretas quanto evanescentes. Aqueles eram enunciados resultantes de um ajuste de contas das negociações travadas entre instituição e proprietários a cada mês, que informam sobre a exploração daqueles corpos produtores de leite, matrizes produtoras de um alimento, ali identificadas pelos respectivos nomes.

Como um fetiche, aquelas marcas manuscritas de sua presença me absorveram no tempo e, à medida que eu pesquisava naquelas folhas, pensava na presença de muitas mulheres que nutriram crianças na instituição secular em suas experiências múltiplas e cotidianas. Eram alusões a mulheres que também ali eram reconhecidas em função da prática do aleitamento não de seus filhos, mas de outras crianças, no caso, expostas na Misericórdia. Aquela escrita me remetia ao encontro de mulheres aleitadoras e de bebês famintos e ao contato efêmero de corpos que se dava entre muitos abandonos.

As folhas soltas do papel amarelecido contêm informações manuscritas e bem arrumadas, que além da organização do pagamento mensal, falam de crianças e mulheres que se encontraram na experiência da fome e do aleitamento, da necessidade do alimento e da capacidade de nutrir, e falam também do abandono de umas e do desapossamento de outras. Não é possível deixar de pensar na violência desse “desapossamento” das mulheres que viviam sob o domínio do cativo, cujos nomes estavam ali enfileirados ao lado dos de seus proprietários e proprietárias. Uma violência reduzida a uma relação de nomes e de valores pagos. Como não se deixar envolver pelo sentimento de indignação ante a violência da experiência que as conforma como amas-de-leite? Foram mulheres desapossadas de si, de seu desejo de mãe, de amamentar suas

próprias crias, coagidas a serem aleitadoras de outras crianças. Estavam ali designadas em uma relação de nomes que remetem ainda a outras mães e mulheres, que, igualmente dominadas, foram obrigadas a abrir mão de seu filho ou filha para manter a aparência de “honrada”.

Trata-se de desapossamento que não deixava de impressionar alguns de seus contemporâneos, entre eles Joaquim Nabuco. Este, ao discorrer sobre o escravo que “*não possui na terra seu descanso, seu sono, seu corpo, sua vida, seus sangue, sua alma, sua honra*”, ressalta que tal condição de privação foi estabelecida pela escravidão, uma vez que o cativo<sup>4</sup>

*(...) Não possui seu descanso porque ele é um arbítrio do feitor, que às vezes o faz trabalhar sem fôlego. Não possui seu sono porque ele é regado pelo chicote sem atenção às dores do dia. Não possui seu corpo porque ele com suas forças e seu trabalho é o domínio do senhor que dele usa e abusa, vende e açoita. Não possui sua vida porque os senhores podem tirá-la impunemente cansando-os, martirizando-os, deixando-os sem socorro nas doenças, sem alimento de todos os modos, enfim, por que se o tem visto. Não possui seu sangue porque ele corre sob o azorrague. Não possui sua alma porque não pode ter as luzes da ciência, do bem e de Deus. Não possui enfim sua honra porque nasceu infamado e ao passo que suas mulheres estão entregues à promiscuidade das senzalas, suas filhas moças são a partilha da luxúria dos senhores. (...)*<sup>5</sup>

Nabuco olha a privação de posse daqueles que vivem sob a escravidão do ponto de vista do referente masculino. Para ele, além de todos as formas de desapossamento que eram comuns a homens e mulheres – que não possuem o corpo, a vida, o sangue, a alma –, os cativos não possuem a honra porque “*suas mulheres estão entregues à promiscuidade das senzalas*” e “*suas filhas moças são a partilha da luxúria dos senhores*”. Sob a ótica masculina, todos as privações do cativo eram agravadas pela “infâmia” e, desonrados desde o nascimento, os cativos estariam privados ainda da posse de mulheres e filhas, que estariam naturalmente “*entregues à promiscuidade das senzalas*” ou partilhadas na “*luxúria dos senhores*”.

O olhar masculino que mira o cativo dos homens aponta para a desigualdade de gênero e para o desapossamento ainda maior do corpo da mulher cativa que é

---

<sup>4</sup> NABUCO, Joaquim. *A Escravidão*. Recife: Fundaj/Massangana, 1988, p. 34-5.

<sup>5</sup> *Idem, ibidem*.

cobiçado por homens cativos e livres, porquanto, como observou Nabuco, ou estaria “*entregue à promiscuidade das senzalas*” ou “*à luxúria dos senhores*”. Ao contrário da maternidade modelar que se cobrava das mulheres proprietárias, o destino das meninas e das mulheres propriedades parecia estar selado no imaginário social que Nabuco fazia ressoar. Trata-se de um conjunto que foi se tornando cada dia menos incomum de representações e imagens da família e da propriedade, particularmente da inter-relação que se estabelecia entre a família e a propriedade na composição do quadro da família moderna brasileira.

O enunciado exprime olhares de estrangeiros e de brasileiros que deixam entrever que a família se constituiria na sua plenitude se assegurados ao homem seus “privilégios” de esposo e de pai e em sua autoridade perante a mulher e os filhos, o que não poderia ser pensado do ponto de vista das relações entre escravos. Os sentidos que estão mesclados e entrelaçam as noções de casamento, autoridade e poder patriarcal se exprimem também no discurso de Alexis de Tocqueville, que observa uma “*antipatia profunda e natural entre a instituição do casamento e a da escravidão*”, porque “*um homem nunca se casa quanto ele está na condição de nunca poder exercer a autoridade conjugal, quando seus filhos devem nascer seus iguais e quando eles são irrevogavelmente destinados às mesmas misérias que seus pais*”<sup>6</sup>.

Desconstruindo olhares preconceituosos e contrariando algumas das imagens que se fixaram na historiografia brasileira, Robert W. Slenes envereda por alguns traços das culturas africanas que permitem perceber como não era incomum que os escravos estabelecessem uniões matrimoniais duradouras, mesmo que os registros sobre suas práticas, permeados por preconceitos e pela ideologia do trabalho da época, possibilitem que se observe mais a reconstrução da vida material dos escravos do que a recuperação de seus significados culturais<sup>7</sup>. Assim, a idéia da “*promiscuidade*” funcionou como uma espécie de lente através da qual foram interpretadas as estratégias e projetos de vida de escravos e escravas em suas “*alternativas de comportamento*”<sup>8</sup>, lente esta que obscurece

---

<sup>6</sup> Augustin. *L'Abolition de l'Esclavage*. Paris: Éditions Émile Desormeaux, 1979, p. 54. Apud SLENES, Robert W. *Na Senzala uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 140.

<sup>7</sup> SLENES, R. W. *Na Senzala uma Flor. Op. cit.*, pp. 140-236. Sobre a família escrava nas senzalas e a organização parental como estratégia política de pacificação da escravaria, ver GÓES, José Roberto e FLORENTINO, Manolo. *A paz das senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

<sup>8</sup> O conceito é de Bastide, que se refere às alternativas “que as civilizações oferecem a seus membros para permitir que eles se adaptem à multiplicidade das situações concretas e ao acaso das circunstâncias”.

e dificulta a leitura das tramas múltiplas de relações de sexo, família e parentesco que se recriaram no âmbito do cativoiro<sup>9</sup>.

Imagens da reprodução no cativoiro e da exploração do leite se formariam com as mesmas tintas e pincéis que desenhavam as representações da promiscuidade e do comportamento desregrado. Eram objetos imaginados em relação aos prazeres do sexo, que foram encenados com o antagonismo de corpos de mulheres que escravizadas, até porque elas eram mercadorias que se vendiam e compravam, mulheres feitas em corpos de que se apropriam. Eram corpos de que se tomava posse e que costumavam ser “possuídos” também nos textos que forjavam imagens da sexualidade derramada e desviante, incitada na “*partilha da luxúria dos senhores*” e na “*promiscuidade das senzalas*”. Tal desapossamento era um aspecto que definia corpos de mulheres cativas, identificava seus serviços e desenhava seus destinos. Esse era o aspecto e o significado que se confirmavam na referência aos valores financeiros registrados nos documentos. Valores que eram gerados e obtidos mensalmente com o aluguel daquele corpo nutriz, no trabalho compulsório que significava também uma dedicação. Ali, amas-de-leite eram identidades definidas pela capacidade de seus corpos produzirem o alimento necessário para recém-nascidos deixados da Roda.

A maior parte dos nomes sinaliza para mulheres que eram escravizadas e se tornavam “escravas”. Discerni estas das livres pelas formas de nomeação que sublinham a condição cativa, porquanto muitas vezes seus nomes aparecem adjetivados pela menção à “*classe escrava*” ou compostos com indícios da região ou etnia de origem. Era o caso, por exemplo, de Felizarda Cabinda. Como seus corpos, seus nomes também parecem estar confinados, pois estão sempre atrelados aos nomes e sobrenomes de seus proprietários e proprietárias. Sem a possibilidade do sobrenome, sem o controle sobre sua ascendência parental que o sobrenome explicita, assim como seus corpos e destinos, sem a posse de suas crias, sem a possibilidade de escolha a respeito do que fazer, para onde ir e a quem nutrir, os registros de suas práticas na Santa Casa incitam a reflexão sobre desapossamentos em séries.

Desapossamento, também, de um saber que elas detinham sobre a nutrição e outros cuidados com as crianças e que costumava ser objeto de aluguel e venda no mercado de serviços da Corte. Um saber que, embora historiograficamente

---

BASTIDE, Roger. *Les Religions Africaines au Brésil: vers une sociologie des interpénétrations des civilisations*. Paris: Presses Universitaires de France, 1960, p. 276. Apud SLENES, R. W. *Op. cit.*, p. 148.  
<sup>9</sup> SLENES, R. W. *Na Senzala uma Flor. Op. cit.*, p. 148.

menosprezado, começava a ganhar novo sentido ao ser apropriado como objeto do saber médico que procurava redefinir não só as práticas de aleitamento e terapêuticas de acordo com a higiene, mas também as da vida de modo geral, para legitimá-las sob a intervenção da autoridade científica e institucional.

### **1.1 Uma peça na maquinaria da Casa dos Expostos**

A Santa Casa era local onde se praticava, entre outros, o desapossamento também do saber das nutrizes. Esse era um processo lento, que correspondia à conquista do saber médico em suas lutas cotidianas para a obtenção de legitimidade social principalmente no domínio institucional. O médico passava a ser presença constante na Casa da Roda e, como extensão do Hospital Geral da Cidade, o estabelecimento mantinha vínculos estreitos com a prática hospitalar e com a disciplina do conhecimento científico. As atividades daquela casa eram objeto do olhar médico e estavam sob o foco do projeto de intervenção social promovido pela higiene, cuja preocupação principal, à época, dizia respeito à saúde da população, particularmente a relacionada à criança.

Na intenção de neutralizar os efeitos nocivos da cidade sobre a população, eram desenvolvidas práticas discursivas e não discursivas da medicina higiênica, que fundavam as bases da “medicina social” em direção ao propósito de promover a prosperidade e segurança do Estado. Referindo-se ao processo de ingerência médica e positiva na vida dos cidadãos, Roberto Machado assinalou que esse se deu no momento

*(...) em que a sociedade como um todo aparece como passível de regularização médica. E regularizar a organização e o funcionamento sociais do ponto de vista sanitário exige que a medicina se obrigue não apenas a tratar do indivíduo doente, mas fundamentalmente a supervisionar a saúde da população, não só a visar o bem-estar dos indivíduos, mas a prosperidade e a segurança do Estado. (...)*<sup>10</sup>

Pensadas como instrumento do aleitamento necessário à vida dos bebês, na perspectiva de garantir a prosperidade e segurança do Estado e elevar as condições de salubridade da população, as amas-de-leite também são objetos passíveis de regularização médica, por isso estiveram no foco dos olhares da higiene. Tratar o

---

<sup>10</sup> MACHADO, Roberto *et al.* *Danação da Norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 253.



indivíduo doente e supervisionar a saúde da população foram esforços que exigiram a elaboração de um discurso traduzido por meio de regras de descrição, classificação, sistematização dos procedimentos da doença e prescrições relativas aos comportamentos adequados à saúde e à vida das crianças. Assim, a nutrição dos recém-nascidos tornou-se um dos pontos principais a serem observados em suas condições higiênicas de produção. Isso incluía prescrever regras e procedimentos adequados para serem implantados na Casa da Roda, e também na sociedade, para regularizar as práticas de aleitamento.

Pretendia-se ampliar as condições de sobrevivência e reduzir o alto índice de mortalidade das crianças, mas, ao prescrever o que seriam as formas corretas de aleitamento, tais discursos estariam mais endereçados às mães do que às escravas nutrizas. Não obstante a naturalização de relações de trabalho que associavam o aleitamento à gama de serviços domésticos próprios do trabalho cativo, é visível o movimento de difusão de uma pedagogia rousseuniana para o feminino no interior daquele projeto civilizador. Sob o imperativo da sobrevivência das crianças, não só as práticas de aleitamento estariam no foco do discurso da medicina, mas era visível uma iniciativa moralizadora em textos socialmente disseminados que denotam uma espécie de convocação às mulheres para assumirem o papel de “*mãe verdadeira*”.

Segundo Elisabeth Badinter, para operar o “*salvamento*” de recém-nascidos em razão das altas taxas da mortalidade infantil, era preciso convencer as mães a se aplicarem às tarefas esquecidas<sup>11</sup>. Mas também seria preciso apelar ao senso do dever, culpá-la e até ameaçá-la para reconduzi-la à sua função nutritícia e maternante, dita natural e espontânea<sup>12</sup>. Nem todas as mulheres seriam sensíveis aos argumentos da modernidade e à revalorização da imagem materna. A internalização da importância daquele papel social também seria um processo lento de transformação dos costumes que passaria por práticas discursivas que invocam a natureza, a divindade e a ciência e que, ressoante nas elites de “*nações civilizadas*” e também na sociedade da Corte oitocentista, incluía identificar os riscos da prática do aleitamento “*mercenário*”, bem como exaltar experiências de povos antigos e “*selvagens*”<sup>13</sup>.

Assim, em que pesem as imagens produzidas naquela sociedade como instrumentos e efeitos do crescimento da vida urbana, dos encontros e desencontros

---

<sup>11</sup> BADINTER, Elisabeth. *Um Amor Conquistado. O Mito do Amor Materno*. 9. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, pp. 145-7.

<sup>12</sup> *Idem, ibidem*, p. 144.

<sup>13</sup> *Idem, ibidem*, p. 183-5.

culturais e das mudanças dos costumes, a moralização dos papéis da família e a ressignificação das figuras dos filhos, pais e mães, particularmente a vinculação do “*amor materno*” ao “*aleitamento natural*”, foram integrantes de um projeto normativo e disciplinar de construção da sociedade e do Estado moderno. Na produção dessas novas sociabilidades, as imagens do devotamento e do sacrifício foram consideradas integrantes da “*natureza feminina*”, e a nova significação da mãe e das tarefas maternas foram, então, valorizadas em relação ao “*destino biológico*” de mulheres.

Pensadas na pluralidade de suas experiências, ainda que as mulheres não possam ser vistas naquelas imagens disseminadas ou pensadas como se atuassem de acordo com o modelo de família conjugal de forma homogênea, essas matrizes permitem entrever a força de um imaginário social preñado de referências identitárias que engendra a organização da sociedade com base na diferença impressa no corpo pela natureza, instauradora da sexualidade heterossexual e do sexo normativo. Assimilados à função anônima e impessoal da procriação, o mundo ocidental produz e reproduz no discurso de poetas, médicos e políticos aqueles corpos femininos, objetos de olhares e desejos, e os aprisiona na norma e no silêncio<sup>14</sup>.

Sobre esses corpos pesaria a construção sociocultural da feminilidade que, além de destiná-los biologicamente à tarefa da reprodução, neles modelaria certas virtudes – contenção, discrição, doçura, passividade, submissão, pudor, silêncio. Como um centro de saberes mais apurados, de poderes mais articulados, o corpo em geral e o da mulher em particular passavam a ser estratégicos no jogo político e demográfico<sup>15</sup>. Um jogo que acabaria por torná-las responsáveis – via aceitação ou recusa – pela saúde da família e dos valores morais da sociedade. Portanto, dando materialidade aos códigos dessa nova moralidade, seria construída uma série de outras imagens, inclusive as do “*abandono*”<sup>16</sup>, por oposição ao “*apego*”, e de “*mãe desnaturada*”<sup>17</sup> em oposição à de “*mãe extremosa*”.

As imagens das amas-de-leite emergiam de maneira enfática naquele movimento que buscava normalizar as condutas sociais na Corte e transformar a vida na cidade, sobretudo pela edificação ou pela reorganização de instituições e códigos disciplinares. Trata-se de um projeto “*civilizador*” de uma sociedade que vivia sob a ordem

---

<sup>14</sup> PERROT, Michele. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, Maria Izilda S. de e SOIHET, Rachel (Org.) *O Corpo Feminino em Debate*. São Paulo: Unesp, 2003, pp. 13-4.

<sup>15</sup> *Idem, ibidem*, pp. 19-23

<sup>16</sup> *Idem, ibidem*, p. 226.

<sup>17</sup> *Idem, ibidem*, p. 190.

escravocrata e mirava a ordem social burguesa como horizonte de possibilidades, importada em discursos, nos trajés e gestos identitários.

Tais representações revelam aquele processo singular vivido pela sociedade carioca que buscava construir um projeto político centrado em extinguir costumes que estavam generalizados e que identificavam aquela sociedade “*com a experiência colonial, inculta e primitiva*”<sup>18</sup>, embora muitos não quisessem prescindir dos corpos trabalhadores de mulheres escravas que se dedicavam às menores e maiores tarefas do cotidiano. As transformações pretendidas, portanto, não se dariam sem conflitos, e a historicidade dos enunciados já sinaliza para experiências que eram contraditórias.

Badinter observa que amas-de-leite e criadeiras eram funções a que se atribuía pouco valor até fins do século XVIII. Eram funções de mulheres que se ocupavam da nutrição e do cuidado com as crianças, estas que não tinham o mesmo significado que têm em nossos dias. O abandono e a morte de recém-nascidos eram considerados banais em várias regiões da Europa, até mesmo em Paris. Também no Brasil, a incidência de abandonos e mortes de recém-nascidos estava naturalizada. As crianças adoeciam e também não resistiam às epidemias. Ao reler a literatura dos viajantes, muitos observaram a “*idealização da figura do menino morto*” nos tempos da Colônia e do Império e o culto aos “*anjinhos*”, como se consideravam as crianças até os sete anos, em funerais que eram solenes e quase festivos<sup>19</sup>.

Como observaram Ariès<sup>20</sup> e Badinter, além de ter pouca importância na família, a criança muitas vezes era considerada um verdadeiro transtorno, e era costume entre famílias abastadas encaminhar filhos e filhas para amas-de-leite ou criadeiras no campo<sup>21</sup>. Costume que se verificava não só entre famílias da aristocracia, como também entre artesãos e comerciantes, e foi em razão daquela indiferença e da recusa generalizada que Rousseau escreveria *Emílio*, obra de referência do comportamento burguês, que conchama as mulheres a ouvirem o “*grito da natureza*” e assumirem o papel “*natural e instintivo*” de “*mães verdadeiras*”.

---

<sup>18</sup> MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. *Um Toque de Gênero: história e educação em Minas Gerais (1835-1892)*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília; Finatec, 2003, p. 157.

<sup>19</sup> FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000, p. 152.

<sup>20</sup> ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 1981

<sup>21</sup> O reinado da criança começa a ser ruidosamente celebrado a partir da publicação de *Émile*, em 1782, de Rousseau. Sobre o assunto, ver: BADINTER, Elisabeth. *Op. cit.*, pp. 54-142.

O aleitamento não era uma prática usual entre as mulheres da nobreza durante o Antigo Regime<sup>22</sup>, ao contrário, era costumeiro que elas recorressem a amas e criadeiras. Aqui, a prática que também não era vista como um valor significativo e distintivo seria introduzida nas relações familiares senhoriais e o largo espectro de atividades do trabalho compulsório incorporou também aquela função da nutriz. Também na Corte, acompanhando o costume europeu, o aleitamento era visto em escala inversa da renda e do *status* familiar. Segundo o jornal quinzenal carioca *Ostensor Brasileiro*,

(...) Não se encontrarão em todo o Império cinco mães que, pertencendo à classe elevada, aleitem seus filhinhos [...] não se encontrarão dez na classe média [...] não será coisa fácil apontar vinte na classe baixa (...).<sup>23</sup>

A presença de amas-de-leite nos registros contábeis da Santa Casa da Misericórdia remete ao trânsito dessas mulheres lactantes naquele estabelecimento e a imagens controvertidas construídas em representações da sociedade na Corte. Elas eram figuradas significando costumes que estavam arraigados e identificavam o passado colonial e a escravidão. No desvalor de seus corpos, geralmente cativos, amas-de-leite eram peças importantes para o aleitamento tanto de crianças dos lares proprietários quanto de expostos da Misericórdia. Ao mesmo tempo que tão necessárias, também por serem cativas, eram consideradas identidades desprezíveis, e ainda depreciadas em suas práticas, sistematicamente questionadas pelo projeto da higiene. Tal projeto acenava para o modelo de família “moderna”, e os médicos trabalhavam para difundi-lo, no bojo de prescrições e condutas condizentes com as perspectivas que se abriam em direção ao almejado “progresso” e à “civilização”.

Suas imagens dão a ler, portanto, um valor no desvalor. Assim, elas aparecem geralmente entrelaçadas aos discursos que tratam da necessidade de seus corpos e serviços em demandas privadas de famílias proprietárias e nos negócios que se multiplicam em torno das práticas da escravidão doméstica e urbana. E aparecem

---

<sup>22</sup> Segundo Badinter, se já era um hábito da aristocracia, no século XVII o uso de deixar a criança na casa da ama-de-leite se generalizou também entre a burguesia. “Foi a vez das mulheres dessa classe pensarem que tinham coisas melhores a fazer, e o disseram”. BADINTER, E. *Op. cit.*, p. 67.

<sup>23</sup> *Ostensor Brasileiro. Jornal Litterário e Pictorial*. Rio de Janeiro, 1845-6, t. 1.

também na “*ortopedia discursiva*”<sup>24</sup> da higiene, que estava voltada para a formulação de uma medicina social, que atuasse no âmbito de uma política de Estado de controle da sociedade.

Seus nomes designam identidades que estão às margens dos assuntos centrais nos documentos que encontrei no arquivo da instituição, ou melhor, me levam a pensar que traduzem “*menos a sua presença do que pinceladas pitorescas de uma passagem fugaz pela vida e pela história*”<sup>25</sup>. Mesmo que em forma sucinta, as referências a seus nomes e aos valores pagos pelos aluguéis dos serviços de aleitamento na Santa Casa são indícios das práticas do aleitamento escravo e de sua relevância para o funcionamento daquela instituição, que além de amas-de-leite, da caridade e do abandono, produzia prescrições científicas, privilégios públicos e vantagens privadas.

Não foi possível saber quando a instituição passou a alugar regularmente amas-de-leite. Os registros acessíveis<sup>26</sup> são de 1847 em diante, quando passa a ser legível o esforço de organização das informações sobre as atividades do estabelecimento. A idéia era que os bebês expostos não permanecessem lá por muito tempo, e a instituição incentivava a criação externa, ao encaminhá-los para a responsabilidade de amas de criação.

Aquele era um cenário em movimento, que sofria mudanças políticas, institucionais e urbanísticas espelhadas em experiências das “*nações civilizadas*”, onde a produção da vida também se dava nas margens da planificação da cidadania. Ali circulavam inúmeros “*desclassificados sociais*”, entre eles mulheres pobres, escravas, forras, negras, pardas e brancas. Como bem lembra Maria Odila Leite da Silva Dias em relação a São Paulo, situação que também pode ser pensada para o Rio de Janeiro, com

---

<sup>24</sup> O conceito é de Foucault, que a ele se refere para falar de uma economia proliferante do discurso sobre o sexo, própria das sociedades modernas, que ao invés de condená-lo a permanecer na obscuridade, devotam-se a falar dele sempre, valorizando-o como “o” segredo. Essa incitação discursiva é responsável pela conformação de uma norma heterossexual e monogâmica, materializada na figura no casal legítimo, responsável pela reprodução da força de trabalho e da forma da família. Essa “verdade” regulada sobre o sexo é constantemente produzida por meio dos discursos que instituem normas e desvios, prazeres e perversões, através do isolamento, da intensificação e consolidação das sexualidades centrais e periféricas. FOUCAULT, Michel. *A História da Sexualidade. História da Sexualidade. Vol. 1 - A vontade de saber*. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988, pp. 31-78.

<sup>25</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.13.

<sup>26</sup> O Arquivo da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro possui um vastíssimo acervo de documentos e poucos recursos destinados à sua administração e gestão. Minha estada no estabelecimento foi inquietante em razão do sentimento de que há uma urgência de se criar uma política de conservação, reprodução e classificação de documentos que estão guardados em caixas, em muitas salas, sem uma política de preservação.

o crescimento da população e da urbanização, as práticas do aleitamento das internas e também de criação externa apresentavam-se como uma daquelas

*(...) oportunidades de papéis informais; na cidade, as mulheres pobres circulavam pelo espaço social – fontes, lavadouros, ruas e praças –, onde se alternavam e se sobrepunham o convívio das vizinhanças e dos forasteiros, do fisco municipal e do pequeno comércio clandestino, as fímbrias da escravidão e do comércio livre. (...)*<sup>27</sup>

Amas-de-leite livres, pobres, forras eram mulheres que circulavam nesse espaço social. Ainda que nem sempre estivessem figuradas em representações fixas e binárias de sinhás e sinhazinhas e de escravas boas ou maldosas, construídas principalmente na literatura dos viajantes e revitalizadas na ficção romanesca, suas imagens também foram modeladas tendo como referente o senhor proprietário e considerado branco. Lembrando, ainda, das escravas que escaparam, imagino que algumas ou muitas delas possam ter se candidatado aos serviços de criadeiras externas e, assim, permaneceram no espaço de silêncio de discursos que não chegaram a serem materializados, engrossando aquelas experiências que se encontram nas fímbrias da escravidão e do comércio livre e também nas franjas da documentação e da linguagem. Procuo sua experiência nas ruas, inclusive na Misericórdia do Rio de Janeiro, onde circularam mulheres no plural.

Considerando-se os dados sobre a criação externa de crianças expostas, alguns médicos concluíram que a mortalidade entre as que habitavam com criadeiras era menor do que entre as que permaneciam internas, em virtude da ausência de aglomeração das crianças. Recomendavam por isso a criação externa, também porque esta prática ampliava a possibilidade de adoção da criança. Por outro lado, advertiam quanto às precárias condições sanitárias das habitações das mulheres que aleitavam e abrigavam os enjeitados e quanto à negligência e abuso de pessoas “levianas” e pobres, que só os criavam porque eram necessitadas das pensões<sup>28</sup>.

Mais freqüentemente designadas como “amas-de-leite”, eram as mulheres que se dedicavam ao serviço interno, também pela disponibilidade para permanecer na

---

<sup>27</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*. Op. cit., p. 11.

<sup>28</sup> GONÇALVES, M. de A. Op. cit., pp. 246-251.

instituição (ou pela disponibilização permitida por seus proprietários, também senhores do tempo das cativas). Geralmente eram escravas ou mulheres que exerciam atividades identificadas à posição inferiorizada do cativo. Como amas externas ou criadeiras eram reconhecidas as mulheres que moravam em seus domicílios, geralmente pobres ou forras. Uma e outras podem aparecer misturadas no campo semântico do termo “ama-de-leite”, mas suas posições sociais se distinguem fundamentalmente pela condição de livres ou escravizadas. Entretanto, ambas eram identidades que se referiam a mulheres que, em função da gravidez e do parto, produziam leite e nutriam crianças recém-nascidas de outras mães que, por muitos motivos, não podiam ou não queriam fazê-lo<sup>29</sup>. A prática, que já era costumeira nos tempos coloniais, ganha contornos da sociabilidade urbana no século XIX e persiste durante todo o período monárquico<sup>30</sup>.

Em meados do Oitocentos, como o trabalho na cidade e nas casas era regido pelas relações do trabalho compulsório, também o aleitamento pelas escravas, mesmo quando criticado no discurso da higiene, expressava esse traço relevante e ambivalente na semântica da sociabilidade, do comportamento e dos gestos do cotidiano na Corte imperial. De tantas vezes invocadas, referidas, recriadas, aquelas imagens do feminino e da escravidão projetavam um modelo único, uma “*singularidade ideal*”<sup>31</sup> e discursivamente fértil, ao colocar em operação uma série de tecnologias disciplinares que incidem sobre as representações da família e da sexualidade<sup>32</sup> que eram revalorizadas no cenário da capital.

No rol de documentos a respeito das amas-de-leite que serviram na Santa Casa, portanto, seus nomes permitem visualizar as práticas da exposição de recém-nascidos e

---

<sup>29</sup> O hábito de contratar amas-de-leite entre famílias aristocráticas é antigo na França e, segundo Elisabeth Badinter, a primeira agência de amas em Paris data do século XIII. Ao estudar a história do amor materno, em inúmeros testemunhos, a autora localiza no século XVII o uso generalizado pela burguesia francesa de deixar as crianças em casa de amas-de-leite, costume que, já no século XVIII, se estende por todas as camadas da sociedade urbana, entre pobres e ricos de cidades pequenas e grandes, e os bebês são muitas vezes mandados para fora das cidades. Entre os argumentos mais frequentes estava o de que “a amamentação é fisicamente má para a mãe, e pouco conveniente”, porque enfraquece a mulher e também “deforma os seios, amolecendo-o”. Além disso, o hábito tornara-se marca de distinção e, por isso, considerava-se pouco digno, “ridículo”, “repugnante” para uma “dama” amamentar o próprio filho, gerando uma imagem despudorada e animalizada de mulher como “vaca leiteira”. No Brasil do século XIX, portanto, é possível perceber ressonâncias daqueles valores que remetem às marcas distintivas da classe senhorial. Ver: BADINTER, Elisabeth. *Um Amor Conquistado*. *Op. cit.*, p.65-97.

<sup>30</sup> Práticas da amamentação configuravam uma atividade doméstica entre outras que adotavam mulheres cativas nos lares de famílias das elites. No âmbito dos negócios que eram realizados e envolviam a compra, venda e aluguel de escravos e escravas, o mercado sugere a naturalização de um costume e a singularidade do valor de amas-de-leite cativas no interior de uma atividade econômica.

<sup>31</sup> IRIGARAY, Luce. A questão do outro. Trad. Tânia Navarro Swain. *Labrys, Estudos Feministas*, n. 1-2, jul./dez. 2002, p. 5. [http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1\\_2](http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2)

<sup>32</sup> FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade. A vontade de saber*. *Op. cit.*, *passim*.

a exploração econômica de corpos nutrizes por seus proprietários. Remetem também à formulação insistente do discurso científico dirigido à produção de hábitos exemplares – tais como “*trajes limpos*” e posturas vigilantes –, conforme os padrões requisitados pela medicina na época. Remetem, ainda, a um lugar estratégico – seus corpos – para onde convergem uma das formas da exploração escravocrata e talvez a única possibilidade de sobrevivência dos frutos desprezados de famílias ou de relações sexuais consideradas fora da norma. Eram, portanto, corpos que podiam estar tanto nos lares de famílias ricas e “*honradas*”, como também na Santa Casa para nutrir os frutos da desonra, isto é, os rebentos desprezados daquelas mesmas famílias ou de relações extraconjugais diversas deixados na Roda dos Expostos. Podiam estar também entre o conjunto de mulheres pobres e sem posses<sup>33</sup>, brancas, pretas, pardas ou mulatas, livres, ex-escravas ou fugidas, agregadas, concubinas, mães solteiras, filhas ilegítimas, que viviam à frente ou sob o teto das muitas casas criadeiras<sup>34</sup>.

Algumas amas externas chegavam a criar mais de um exposto. Em ofício enviado pelo subdelegado da Freguesia do Sacramento em dezembro de 1842, consta que Felicidade Perpétua, “*preta forra*”, foi recolhida à cadeia, tendo sido devolvidos àquela Casa os expostos Mariano, branco, 3 anos, Izabel, parda, 7 anos e João, preto, 5 anos que estavam sob sua criação. O documento não esclarece as razões que a levaram a ser presa, mas informa sobre a criação de três expostos pela mesma mulher liberta. As criadeiras ainda poderiam perder o direito ao exposto caso houvesse denúncias de maus-tratos e também por não possuírem condições materiais para criá-los.

O termo *ama-de-leite* parece assumir uma importância peculiar em meio ao processo de institucionalização da medicina na Corte. Considerando-se alguns marcos significativos registrados a partir da década de 1820, como a criação da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro e a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro<sup>35</sup>, aquele processo é também expressivo das lutas travadas entre as forças políticas interessadas em regulamentar o saber médico e os terapeutas populares, não-autorizados, reconhecidos como curandeiros, cujas práticas diversas, além de associadas a camadas

---

<sup>33</sup> Um dos poucos relatos encontrados sobre a habitação de uma criadeira é revelador de um estado de “*miséria*” e “*insalubridade*”, esta que parecia ser principal marca das amas que procuravam expostos para criar. LACERDA, Paulo Cavalcanti Pessoa de. *Das Casas de Expostos, Haverá Conveniência em Manter-se o Uso das Rodas?* Apud GONÇALVES, Margareth de Almeida. *Op. cit.*, p. 167-168.

<sup>34</sup> Expostos. Ofícios recebidos e expedidos. Livro 4º. 1838-1845. ASCM.

<sup>35</sup> Respectivamente em 1829 e 1832.



sociais subalternas, eram aceitas e requisitadas pela população<sup>36</sup>. A Santa Casa é, portanto, um dos principais locais de construção de práticas discursivas e não discursivas da medicina que nascia como um projeto de intervenção social promovido pela higiene, em meio às disputas travadas para romper com a “*arte de curar os males*” na colônia<sup>37</sup>.

A população costumava recorrer aos sangradores, parteiras, curandeiros, entre as práticas destes, também as de mulheres que nutriam passaram a ser controladas e até mesmo combatidas nos discursos da academia e de órgãos fiscalizadores, que buscavam legitimar uma norma para o saber médico e uma prática centralizada de controle sobre a cidade e a população<sup>38</sup>. Particularmente a criança, a mulher e o aleitamento assumiam outros significados naqueles discursos sobre a saúde da população, pensada como corpo social, por isso eram temas que passavam a ser tratados no âmbito dos assuntos de Estado em seu esforço de produzir as condições de vida e de organização positiva de seus habitantes<sup>39</sup>.

As moléstias e epidemias, além de freqüentes, pronunciavam-se em surtos incontroláveis; portanto, era necessário driblar os números da morte<sup>40</sup> ainda mais evidentes no espaço urbano e no interior da Santa Casa da Misericórdia. As autoridades sanitárias da Corte estavam atentas ao morticínio em geral, e particularmente ao movimento intenso daqueles “*infelizes*” no estabelecimento. Os pareceres médicos salientavam os problemas de higiene nas pessoas, nos costumes, nas ruas, nas casas e nos prédios da cidade. Para os médicos, o acúmulo de crianças em um espaço exíguo era uma das principais razões da insalubridade, tanto que

---

<sup>36</sup> PIMENTA, Tânia Salgado. Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade do Oitocentos. In: *História, Ciências, Saúde - Manguinhos. Scielo Brazil*, vol. 11, supl.1, 2004. <http://www.scielo.br/scielo.php>.

<sup>37</sup> A introdução do ensino da medicina deu-se com a vinda da Corte, e a Escola de Cirurgia a princípio funcionou no Hospital da Santa Casa. A Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro foi fundada em 1829.

<sup>38</sup> Em 1831, com a extinção dos cargos de físico-mor e cirurgião-mor, os Códigos de Posturas Municipais regulamentavam as atividades das boticas, a venda e manipulação dos remédios e de gêneros alimentícios, bem como fiscalizavam o exercício das profissões de médicos, parteiras e farmacêuticos. Ver: BOTELHO, Ângela Vianna e REIS, Liana Maria. *Dicionário Histórico Brasil Colônia e Império*. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 272.

<sup>39</sup> MACHADO, Roberto *et al.* *Danação da Norma. Op. cit., passim.*

<sup>40</sup> Epidemias de febre amarela ocorreram em 1850, 1852, 1853 e 1854. 1856 foi o ano do cólera, que matou principalmente escravos. As ruas eram estreitas, escuras e imundas, e os serviços públicos de saneamento e água surgem a partir de meados do século. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema. A formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990, p.77.

*(...) ponderou-se a necessidade de construir-se um edifício muito mais amplo para a criação destes infelizes; e com efeito essa necessidade é tão patente, que mal chegando o edifício atual para a acomodação de cento e dezessete pessoas que nele existem, a Administração do Estabelecimento vê-se constrangida a trazer em poder de criadeiras moradoras na cidade, e fora dela mais de setecentos expostos, sem que possa proceder com o devido escrúpulo na escolha das obrigações, a que elas se comprometem (...) A administração pede a construção, ainda que ligeira, de uma casa ampla para a criação dos Expostos fora do recinto da cidade. (...)*<sup>41</sup>

Muitos falaram da insuficiência do espaço para o volume de crianças que eram despejadas na Casa da Roda. Para o funcionamento do recinto as amas-de-leite eram imprescindíveis, mas estavam no alvo da edificação daquele saber sobre a doença, a morte e a possibilidade da sobrevivência. Reconhecidas estritamente em sua capacidade de alimentar as crianças, eram objeto do olhar de médicos e proprietários: aqueles, interessados em prescrever e garantir as condições adequadas para o aleitamento de acordo com os padrões de salubridade; esses, preocupados em dele tirar o melhor partido possível, traduzido em rendas de seus serviços. Fora daquele foco, elas transitavam num espaço de silêncio e de invisibilidade. O crescimento dos números do abandono e dos gastos da instituição levou administradores inclusive a devolver crianças aos respectivos familiares, sobretudo quando da ocorrência do abandono de bebês escravos, alegando que muitos tratavam a Roda como um “*serviço público e gratuito de contratação de amas*”<sup>42</sup>.

Como explica Renato Pinto Venâncio, se do ponto de vista legal os enjeitados eram considerados livres<sup>43</sup> para evitar que as crianças pudessem ser escravizadas, na prática os Irmãos da Mesa agiam com cautela. Para eles, a “*Casa da Roda não poderia ser cúmplice de escravas fujonas e não devia acobertar bebês nascidos no cativoiro e matreiramente enjeitados*”<sup>44</sup>. Os textos médicos também salientavam o comportamento de “*mães desonestas*”, “*criadeiras de fora*” e mesmo “*famílias*” que incorriam na fraude

---

<sup>41</sup> Relatório do Ministério do Império. Ano 1837. Arquivo Nacional. Ministério do Império. Santa Casa de Misericórdia. Ofícios e documentos. 1771-1889. Códices IS3 1a IS3 9.

<sup>42</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias Abandonadas. A assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador. Séculos XVIII e XIX*. Campinas, SP: Papyrus, 1999, p. 82.

<sup>43</sup> Em 1775, a legislação portuguesa reafirmou que, segundo a tradição do direito romano, toda criança abandonada era considerada livre, ou seja, o filho da escrava, uma vez enjeitado, era considerado livre para o resto da vida. A proibição não correspondeu à prática. Ver: VENÂNCIO, R. P. *Op. cit.*, p. 131.

<sup>44</sup> VENÂNCIO, R. P. *Op. cit.*, p. 82.

de expor os filhos para depois se oferecer “*para criá-los com o fim de perceberem o salário que lhes dá a administração dos expostos*”<sup>45</sup>.

Entre advertências e observações registradas em textos da medicina, senhores proprietários também foram freqüentemente acusados de proceder mediante um “*método horrível*” e “*que influe extraordinariamente sobre o moral das escravas, tornando assim seu leite nocivo às crianças*”, ao “*mandar pôr na roda os filhos d’estas, para assim recuperarem melhor o seu aluguel*”<sup>46</sup>. Na tese apresentada à Faculdade de Medicina, o médico Juvenal Martiniano das Neves dá seu testemunho:

(...) *Observei com grande magoa muitos d’estes factos, quando fui interno de uma das maternidades da Corte. Adormecida a pobre parturiente, quando ella procurava pelo somno recuperar as forças exaustas no doloroso trabalho de parto, tiravam-lhe o seu inocente filhinho, e mandavam collocal-o na roda; mais tarde, quando a desgraçada acordada procurava com anciedade (sic) o fructo de suas entranhas e que sabia que elle havia sido levado para a roda, desfazia-se em lagrimas, e mergulhava-se em uma grande tristeza. (...)*<sup>47</sup>

O trecho é o registro de um gesto de proprietários que, segundo outras teses, era corriqueiro. Alguns desses senhores foram, inclusive, acusados de voltar à instituição anos depois para tentar recuperar a criança deixada, sob a alegação de que a Casa dos Expostos não podia “*dar liberdade aos Escravos alheios*”<sup>48</sup>. A reprovação do médico está reproduzida, às vezes literalmente, em dezenas de páginas dos textos da medicina da época, que não por acaso repetem aquela tonalidade censora.

A narrativa que trata a mãe escrava como “*pobre parturiente (...) exausta no doloroso trabalho de parto*”, roubada de seu “*inocente filhinho*”, expressa uma moralidade característica da época, ao tentar imprimir naquele corpo cativo a sensibilidade traída, magoada, desgraçada de uma “*mãe verdadeira*”. Além de reiterado em outras teses da época, o fragmento parece mostrar uma indignação que se reveste de

---

<sup>45</sup> VELLOSO, M. P. *Que Regime Será Mais Conveniente à Criação dos Expostos*. Rio de Janeiro: Imprensa da Casa Imperial, 1855, pp. 18-9.; GONÇALVES, F. P. *Op. cit.*, p. 21-2. Apud VENÂNCIO, R. P. *Op. cit.*, p. 74-5.

<sup>46</sup> NEVES, Juvenal Martiniano das. These apresentada à FMRJ em 29 de agosto de 1873. Typ. da Reforma, p. 37-8.

<sup>47</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>48</sup> *Idem, ibidem*.

valores daquele tempo e lugar, do lugar de fala da medicina com relação à prática da exploração de corpos cativos e lactantes. Todavia, como matriz de inteligibilidade em operação, o trecho funciona particularmente para a sensibilização daquele corpo social e está endereçado especialmente às famílias e às mães “*verdadeiras*”, ao difundir um padrão normativo de comportamento familiar.

Ali, como em outros discursos da época, a fala autorizada do saber médico exprime a necessidade de que as mulheres assumam o aleitamento de suas crias, caso não queiram ter escravas emocionalmente abaladas para nutrirem seus filhos. As descrições cuidadosas de experiências trágicas da maternidade das escravas, ao divulgá-las amplamente como usuais e corriqueiras, explicam e difundem para a sociedade a desqualificação daquele leite empobrecido e de suas produtoras que, após viverem aquelas experiências frustradas, só seriam capazes de gestos de desmazelo, descaso e o desamor.

As amas-de-leite estavam na mira de olhares certos. Vistas como produtoras do alimento das crianças naquela sociedade escravocrata em movimento, elas eram objeto do discurso que coloca em evidência sentimentos controversos, entre eles o desejo de mães e pais que não queriam ou podiam criá-las – e alguns desses pais atribuíram o abandono à dificuldade financeira que os impedia de alugar uma –; o desejo de proprietários e proprietárias que queriam extrair rendas de seus serviços, de acordo com as práticas de locação e venda de escravos que estavam naturalizadas no Rio de Janeiro naquele século; o desejo dos médicos em conhecer e classificar os procedimentos do nascimento, do aleitamento, da doença e prescrever normas para a vida, a fim de conter os números da morte.

Ainda que mobilizada pelas experiências singulares das criadeiras externas, mulheres livres ou forras a quem eventualmente os textos se referem como amas-de-leite, optei por perseguir discursos referentes às internas, particularmente as cativas, isto é, aquelas que estavam a serviço de seus corpos e de seus proprietários, a quem proporcionavam vantajosos nutrientes financeiros e por isso aparecem nas listas da instituição. Aquela instituição paradoxal e multifacetada, maquinaria santa de produção tanto da honra quanto do aleitamento, da morte e da sobrevivência, da hipocrisia e da misericórdia, porquanto depositária dos frutos da desonra familiar, acompanhava o ordenamento da cidade e buscava organizar suas atividades de atendimento à população

que crescia<sup>49</sup>. A Casa da Roda mudava de endereço, ampliava seus espaços e reproduzia diariamente a cadeia do abandono, da sobrevivência e das relações da escravidão, ao receber corpos enjeitados e famintos que cuidava de nutrir, alimentando, inclusive, o negócio de locação de corpos que aleitavam.

Corpos alugados que habitavam o estabelecimento e nutriam eram territórios ainda mais demarcados por ali servirem sob as relações do cativo, que, em tese, não possibilitavam às lactantes recusa ou negociação; corpos que estavam definidos pela condição de nutriz, significativa da destinação biológica obrigatória, e pela condição de propriedade de outrem. Eram, portanto, uma resultante do exercício de um direito costumeiro no sistema escravista, pelo qual os proprietários podiam apropriar-se de corpos femininos e cativos para a exploração sexual e econômica, pois se levava em conta também em seus lucrativos destinos. Por tudo isso, aqueles corpos aparecem no discurso e representam um foco e um alvo do poder em seus dispositivos. Como veremos adiante, algumas vezes esses corpos conseguiram escapar daqueles liames, exprimindo uma resistência àquela forma articulada de poder e violência, na versão singular, naturalizada e constitutiva do patriarcado escravocrata.

Na Casa dos Expostos, as amas-de-leite eram uma necessidade diuturna e cotidiana. Os documentos registram períodos em que cada uma delas esteve alugada para prestar serviços, bem como os valores que a elas foram atribuídos mensalmente no período de 1847 a 1888. São textos e números que demonstram condições de produção do aleitamento escravo também chamado “*mercenário*”<sup>50</sup> no âmbito de uma instituição relevante na Corte imperial. O termo “*mercenário*” indica que aquelas mulheres trabalhavam ou serviam por um preço ou “*soldo*” previamente ajustado, a que as cativas

---

<sup>49</sup> Segundo Eulália Lobo, em 1830, a população total era de 124.978 habitantes, dos quais 89.293 viviam em freguesias urbanas e o restante nas suburbanas. Em 1838, saltou-se para 134.078 habitantes, dos quais 57,2% eram homens livres e 42,7% escravos, sendo que do total destes, 63,5% viviam na cidade e 36,5% estavam ocupados em atividades fora da cidade. LOBO, Eulália M. L. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro: s.n., 1978, vol.1, pp. 121-6. Em 1843, a população do Rio de Janeiro era de 170.000 habitantes, dos quais 60.000 eram “brasileiros por nascimento ou adoção”, 25.000 eram “estrangeiros de diversas nações” e 85.000 eram “escravos de toda cor e sexo”. Segundo o “imperfeito censo efetuado por Roberto Jorge Haddock Lobo, por solicitação do ministro da Justiça Eusébio de Queirós”, a população total era de 205.906 habitantes nas “freguesias de dentro” e 60.560 nas “de fora” ou suburbanas. LOBO, Eulália M. L. *História do Rio de Janeiro. Op. cit.*, pp. 223-231. Apud MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Op. cit.*, pp. 76-7.

<sup>50</sup> *adj.* (1600 cf. JLuc) **1** que é assoldado, que trabalha ou serve por um preço ou soldo ajustado <*tropas m.*> **2** que age ou trabalha apenas por interesse financeiro, por dinheiro ou algo que represente vantagens materiais; interesseiro, venal <*atitude m.*> *s.m.* **3** indivíduo mercenário **4** MIL soldado ou oficial que, em troca de soldo, serve em um exército estrangeiro ETIM lat. *mercenarius, a, um* 'que trabalha por salário, assalariado, mercenário, alugado, pago', der. de *merces, édis* 'salário, paga, soldo, soldada, preço'; ver *merc-* COL mesnada. HOUAISS, Antonio. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Versão eletrônica 1.0. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001.

não tinham acesso. Também usado pelo discurso da medicina para distingui-lo do aleitamento materno e do artificial, o termo, habitualmente usado para designar soldados “*mercenários*” que trabalham por dinheiro e “*sem amor à pátria*”, sugere que se tratava de um serviço “*estrangeiro*”, venal e interesseiro, ou realizado pelo dinheiro.

É preciso observar a conotação depreciativa do termo, que parece ter sido importado de textos que circulavam na Europa sobre o assunto e aqui foi utilizado para designar os serviços de aleitamento escravo. Diferente da experiência das criadeiras na França, a prática mais comum de aleitamento era feita por amas-de-leite cativas, quer dizer, eram seus proprietários que usufruíam o rendimento. Ao sugerir que as amas prestavam serviços de aleitamento como os soldados mercenários, o termo incita a pensar não na situação de quem age apenas por dinheiro, mas também na condição das cativas, que por não receberem “soldos” seriam capazes de aleitar as crianças abandonadas sem mobilizar emoções ou desenvolver qualquer vínculo afetivo que envolvesse aquela prática. Usado em relação às amas escravas, o termo dissimula o uso da coerção pelos proprietários, que eram os “*mercenários*” e alugavam corpos alheios para explorar aquela atividade lucrativa sob a naturalidade da ordem do cativo.

Segundo Ubaldo Soares, arquivista da Santa Casa da Misericórdia que nos anos 50 do século XX cuidou de organizar documentos e sistematizar dados sobre a vida administrativa daquela Irmandade, as remunerações pagas aos proprietários de escravas e eventualmente às mulheres livres ou forras foram sempre crescentes. Segundo o autor,

*(...) O salário das amas de leite, a partir de 1847, época em que localizamos as folhas de pagamentos, com os detalhes, que não se encontram na escrituração, variou da forma seguinte:*

1847-48.....	15\$000 mensais
1849-53.....	16\$000 mensais
1854-57.....	28\$000 mensais
1858-74.....	35\$000 mensais
1875-88.....	40\$000 mensais <sup>51</sup>

Embora não se consiga ordenar as folhas de pagamento sistematicamente em virtude da situação precária de alguns documentos, nelas aparecem dados significativos. Por exemplo, na folha de pagamento de amas-de-leite de dezembro de 1848<sup>52</sup>, aparecem

---

<sup>51</sup> SOARES, Ubaldo. *A Escravatura na Misericórdia. Subsídios*. Rio de Janeiro: s.n., 1958, p. 60.

<sup>52</sup> Doc. n. 3. N. 3. Folha para pagamento das amas de leite da Casa da Roda, de seus vencimentos em dezembro de 1848. Lata 746-A. ASCM.

28 nomes de mulheres, dos quais 23 são de escravas e cinco são de mulheres livres, de acordo com o que se vê no campo para preenchimento da “*classe*”. As cativas, portanto, representavam a maior parte das amas-de-leite “*mercenárias*”, pois compreendiam cerca de 80% do total de mulheres que aleitaram naquele mês.

A lista de janeiro de 1849<sup>53</sup>, que faz referência aos serviços prestados no mês anterior, apresenta 28 nomes misturados de mulheres cativas e livres em uma ordem numérica cheia de lacunas, significando provavelmente o número de entrada ou de matrícula das nutrizas: 1. Maria Augusta, 9. Guilhermina Conga (?), 29. Felicidade Augusta, 39. Estácia Mofs<sup>e</sup> (Mofsangue ou Mofsunde), 40. Maria Rosa (livre), 45. Florinda Crioula, 47. Guilhermina (...?), 53. Izabel Maria, 54. Roza Cassange, 55. Anna Crioula, 56. Felisberta Mina, 58. Suzana Benguela, 60. Polucena (...?) Crioula, 62. Catharina Rebola, 66. Felizarda Cabinda, 67. Vicência Maria (livre), 69. Christina Crioula, 71. Rita Benguela, 72. Catharina Cabinda, 74. Jacinta Cassange, 76. Virgínia (livre), 79. Henriqueta Mina, 80. Maria Augusta (livre), 81. Diva Luíza (idem), 82. Leopoldina Mucena (?), 83. Felícia Conga, 84. Carlota e 85. Leocádia.

O documento de número 3 estava em pedaços e foi remontado como quebra-cabeça, a fim de que se pudesse decifrá-lo. Também pelo número de ordem dos nomes listados, é possível observar que tal registro sugere o início da classificação daqueles serviços prestados no estabelecimento como decorrência da organização administrativa iniciada naquela década. Os termos “*escrava*” e “*livre*” eram eventualmente indicados junto aos nomes das mulheres, mas a própria composição de seus nomes era sugestiva da condição cativa. Como de costume, essa composição explicita o lugar de sua procedência, a cor ou a raça/etnia; por exemplo, Guilhermina Songa e Estácia Mofs<sup>e</sup> (Mofsangue ou Mofsunde) eram “*escravas de José Emídio Duque Estrada*” e outras duas, Anna Crioula<sup>54</sup> e Felizarda Cabinda, pertenciam à D. Ignez Ferreira da Silva.

Além do adjetivo distintivo, os nomes apareciam ao lado do respectivo proprietário ou proprietária que havia recebido a quantia referente ao mês de serviço pessoalmente, ou através de um terceiro, por procuração. Cada uma das quatro nutrizas classificadas como livres apresentava o registro de que D. Maria Theodora recebera 16\$000. Pela quinta, Vicência Maria, livre, assinou ela mesma. Ao final do documento, o escrivão Joaquim Antonio Caminha assinava e registrava que, somando-se todos os

---

<sup>53</sup> Doc. n. 4. Folha para pagamento das amas de leite da Casa da Roda, de seus vencimentos em o mez de janeiro de 1849. Lata 746-A. ASCM.

<sup>54</sup> O termo “crioula”, ou “criola”, referia-se à escrava nascida no Brasil.

pagamentos efetuados, a instituição fez a despesa total de 420\$970 com o pagamento de amas-de-leite no mês de dezembro de 1848<sup>55</sup>.

A Folha referente ao “*mez de Fevereiro de 1853*”<sup>56</sup> indica que o número chegou a 35 mulheres na função do aleitamento de expostos, sendo 29 cativas e seis livres. Embora não conste o número de ordem ou matrícula das amas (talvez tenha sido cortada uma tira do documento), aparecem novamente os nomes das escravas acrescidos do nome de origem ou uma alusão à cor/raça: Theodora Parda, Paula Criola, Josepha Parda, Protasia Benguela, Maria Criola, Eufrozina Criola, Maria Benguela, Joanna Criola, Guilhermina Conga, Getrudes Criola, Ignacia Mina, Carolina Caçange, Emilia Cabinda, Caetana Criola, Anastácia Criola, Diana Conga, Carlota Benguela, Maria Criola, Joanna, Leopoldina Mina, Laura Parda, Victoria Conga... Ou porque estivessem classificadas como livres, as nutrizes que não eram cativas também podiam ser reconhecidas em nomes compostos, que sugerem aquela condição: Maria Bernarda, Rita Maria, Joaquina Livre, Joaquina Emília, Maria Joaquina e, por fim, Maria Roza de Fg<sup>do</sup> (*sic*).

Naquele ano, com mais freqüência, surgem as “Criolas”, termo que era usado para designar escravos e escravas nascidas no Brasil e distingui-las das africanas que traziam a procedência no nome, como as Benguela, Mina, Cabinda etc. Isso pode ser visto como sinal do decréscimo da entrada de mulheres vindas da África, após 1850. Aparecem nesse mês com mais evidência os nomes compostos com o adjetivo que remete à cor “*Parda*”<sup>57</sup>, que ganhavam a forma maiúscula na letra inicial para significar o nome próprio. Na ausência da indicação de procedência, cada vez menos usual a partir da proibição de entrada de escravas e escravos pelo disposto na Lei Eusébio de Queiroz, o termo passa a ser usado para compor nomes de cativas como forma de distingui-las, ao enfatizar a mistura de raça. O aparecimento do termo sinaliza também para a valorização do registro da cor intermediária entre o preto e o branco, significativa do “embranquecimento” e da influência considerada benéfica da mistura de sangue europeu.

---

<sup>55</sup> Doc. n. 3. N. 3. Folha para pagamento das amas de leite da Casa da Roda, de seus vencimentos em dezembro de 1848. Lata 746-A. ASCM.

<sup>56</sup> Doc. n. 3. Folha dos vencimentos das amas de leite dos Expostos da Casa da Roda no mez de fevereiro de 1853. Lata 746-A. ASCM.

<sup>57</sup> Ao analisar o racismo silencioso também expresso nos censos realizados no Brasil em 1872, 1890, 1900, 1940, 1950, 1970 e 1980, Lilia Moritz Schwarcz observa que “o termo ‘pardo’ aparece como um verdadeiro saco de gatos, uma espécie de sobra do censo. O nome se aproxima de um curinga, já que tudo que não cabe em outros lugares ali se encaixa”. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Racismo no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2001, p. 66-7.



Trata-se de outra designação que deve ser vista na carga de sua historicidade, como pondera Hebe Mattos, ao observar que

*(...) durante todo o período colonial, e mesmo até bem avançado o século XIX, os termos “negro” e “preto” foram usados exclusivamente para designar escravos e forros. Em muitas áreas e períodos, “preto” foi sinônimo de africano, e os índios escravizados eram chamados de “negros da terra”. “Pardo”, foi inicialmente utilizado para designar a cor mais clara de alguns escravos, especialmente sinalizando para a ascendência européia de alguns deles, mas ampliou sua significação quando se teve que dar conta de uma crescente população para a qual não mais era cabível a classificação de “preto” ou de “crioulo”, na medida em que estas tendiam a congelar socialmente a condição de escravo ou ex-escravo. (...)*<sup>58</sup>

O surgimento de termos e o acúmulo ou ausência de nomes denotam instrumentos que carregam sentidos localizadores e servem para definir hierarquias. Da lista referida acima, entre as mulheres livres, somente uma apresenta o sobrenome que salienta sua filiação declarada. Cativas ou livres ou forras, elas eram mulheres tratadas como “soldadas”, quer dizer, estavam ali para designar o quantitativo relativo aos serviços que prestavam e a organização das despesas do estabelecimento. Nas fímbrias da sociedade e do discurso, como prestadoras de serviços arregimentadas para o aleitamento, não seriam mulheres cujos laços de sangue e de família fossem importantes ou se cuidasse em mencionar. Livres ou cativas, sua presença naquelas listas, tanto quanto a ausência do sobrenome, é sinal que revela a posição social inferior e o lugar que as amas-de-leite ocupavam naquela sociedade.

Pelo serviço dessas mulheres, em fevereiro de 1853<sup>59</sup> a Santa Casa gastou 624\$799, soma que não representa pequena monta. “A rogo” das mulheres livres Maria Bernarda, Maria Rita, Maria Joaquina e Maria Roza de Figueiredo, mas também das escravas Carolina Caçange, Emilia Cabinda, Caetana Criola e Josefa Parda, a quantia foi recebida por Maria Theodora, talvez a mesma que acusara o recebimento do valor pelos serviços de Emilia Cabinda, já que ali a mesma caligrafia indica o que seria nome completo: Luiza Maria Theodora. Seria essa mulher uma intermediária dos serviços de amas-de-leite livres e escravas na Corte?

---

<sup>58</sup> MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p.16-7.

<sup>59</sup> Doc. n. 3. Folha dos vencimentos das amas de leite dos Expostos da Casa da Roda no mez de fevereiro de 1853. Lata 746-A. ASCM.

A “Folha (...) no mez de Julho de 1856”<sup>60</sup> relaciona 15 nutrizes, sendo 14 escravas e uma livre. Nela observa-se que as cativas ainda aparecem identificadas aos locais de origem e às marcas de raça-etnia: três que eram Benguella, uma Moçambique, uma Cabinda, uma Angola, uma Rebolla, quatro Pardas e duas Crioulas. Engracia Maria de Jesus era a única mulher livre que prestava o serviço naquele mês. Como o arquivista registrou, o valor máximo pago pelas amas-de-leite no período era 28\$000 mensais, mas em alguns casos pagavam-se soldos menores, por exemplo, 26\$000, 25\$000 e até 24\$000, como foi o valor atribuído à Apolinária Parda. Por todas elas, a Santa Casa destinou 341\$299, pouco mais da metade do valor que foi gasto em fevereiro de 1853.

Já em janeiro de 1861<sup>61</sup>, somente 11 mulheres prestaram o serviço, com base no aluguel de 35\$000. Todas escravas, ali serviram Elvira, Olaria, Catharina, Eva, Geraldina, Páscoa, Maximiana, Gertrudes, Izabel, Fortunata, Josepha Crioula. A última era, portanto, a única que trazia no nome a marca da escravidão, embora as outras também a mostrassem pela ausência do sobrenome. O documento de número 133 revela o total de 348\$832 pago pela Santa Casa por aqueles serviços. Todas elas eram propriedades, cujos nomes trazem ao lado os nomes daqueles e daquelas que receberam valor idêntico conferido a seus serviços de amas-de-leite.

De acordo com o registro do mês de junho de 1862<sup>62</sup>, aparecem novamente Elvira e Geraldina, além de Maria, Theodora, Roza, Gabriella, Izabel, Delfina, Josephina e Mathildes, sendo que as duas últimas eram escravas do Visconde de Itaborahy. Ou seja, somente dez escravas aleitaram as crianças deixadas na Casa da Roda, que gastou 366\$833 com o serviço. Em dezembro de 1863<sup>63</sup>, o número caiu para nove escravas amas-de-leite, e Elvira ainda estava entre elas. Aparecem nessa relação Calista e Sophia, escravas pertencentes ao Visconde de Itaborahy. As três figuravam entre Maria, Delfina, Virissima, Thereza e Jesuina, todas alugadas com base no valor de 35\$000.

---

<sup>60</sup> Folha dos vencimentos das amas de leite dos expostos na Casa da Roda no mez de julho de 1856. Lata 746-A. ASCM.

<sup>61</sup> Folha para pagamento dos vencimentos do mez de janeiro de 1861 às amas internas do estabelecimento dos expostos. Lata 746-A. ASCM.

<sup>62</sup> Doc. n. 1. Folha para pagamento dos salários do mez de junho de 1862 às amas internas do Estabelecimento dos Expostos. Lata 746-A. ASCM.

<sup>63</sup> Doc. n. 100. Folha para pagamento dos vencimentos do mez de dezembro de 1863, às amas internas do Estabelecimento dos Expostos. Lata 746-A. ASCM.

Um pouco mais de cinco anos depois, em maio de 1869<sup>64</sup>, ainda eram uma dezena de cativas alugadas que aleitavam os expostos da Santa Casa. Entre elas, permanecia Elvira encabeçando a “Folha de pagamento dos vencimentos...” e, também, Delfina, todas alugadas com base nos mesmos 35\$000 mensais. Os documentos estavam avalizados e assinados pelo escrivão e, muitas vezes, têm também a assinatura do tesoureiro e do procurador da instituição. Na gestão desses gastos e no usufruto dessas rendas, quer dizer, na moldura política que engendrava os negócios de aluguel de amas descritos naquelas folhas, entrelaçava-se a estrutura da Santa Casa entrelaçada aos representantes da administração da Província e das camadas senhoriais fluminenses.

Não obstante as muitas oscilações na relação entre os números de crianças expostas e a permanência de amas-de-leite na instituição, a partir de 1879 os números tendem a um declínio vertiginoso. No “mez de dezembro do ano de 1883”<sup>65</sup>, oito mulheres serviram como internas na Casa dos Expostos: Elvira Preta (não mais escrava) a 35\$000, além de Cyrilla, Victoria, Maria, Josefina, Servula, Narciza e Caridade, todas escravas pertencentes a seus proprietários devidamente indicados, todas com base no valor de 40\$000.

No mês de janeiro de 1887<sup>66</sup>, eram apenas quatro mulheres que estavam classificadas como “*Pretas Livres*”: Elvira, Joaquina, Honorina e Josefina. Foram pagos 35\$000 à primeira e 40\$000 às demais pelo serviço no mês. Além dessas, uma ama cativa serviu à Casa dos Expostos. Era Eugenia, “*Escrava do Snr. Marins*”, por quem ele recebeu 40\$000 o mês. No mês de maio de 1888, ali estavam duas mulheres livres e duas escravas – Elvira e Suzana (livres) e outra Suzana e Ignacia –, as duas últimas pertencentes respectivamente ao Snr. Ant. G. Per<sup>a</sup> Guimarães e ao Snr. Hilário José de Freitas.

Talvez fosse a mesma Elvira, embora não aparecesse como “*Elvira preta*” ou “*Preta Livre*”. O nome Elvira aparece na Folha de Pagamento de Fevereiro de 1861. Identificada por pertencer a Dona Anna Pereira d’Andrade, ela serve como ama interna por oito anos, até junho de 1869, quando, em meio aos documentos dispersos, a perdi de vista. Se for a mesma pessoa, como sugere o vínculo ao nome da proprietária, Elvira era

---

<sup>64</sup> Doc. n. 127. Folha para pagamento dos vencimentos do mez de maio de 1869 às amas internas do Estabelecimento dos Expostos. Lata 746-A. ASCM.

<sup>65</sup> Doc. n. 187. Folha para pagamento das amas internas na Casa dos Expostos no mez de dezembro de 1883. Lata 746-A. ASCM.

<sup>66</sup> Doc. n. 193. Folha para pagamento das Amas internas na Casa dos Expostos no mez de janeiro de 1887. Lata 746-A. ASCM.

uma daquelas consideradas como “*boa cabra*”. Entretanto, os documentos não permitem saber se ela teria tido ou perdido filhos, se tivera abortos, somente sugerem que seria boa de leite. O nome Elvira reaparece para abrir um outro período em dezembro de 1883, agora Elvira Preta, depois Elvira Preta Livre, depois somente Elvira, em maio e junho de 1888. A ausência de sobrenome impede que saibamos se tratava-se de duas ou três ou mais amas-de-leite com o mesmo nome.

Em janeiro de 1887, ao contrário do que escreveu o arquivista Ubaldo Soares, embora poucas, ainda existiam escravas como amas internas na Casa dos Expostos: as amas internas eram quatro mulheres livres e uma escrava<sup>67</sup>. Ainda na Folha do mês de maio de 1888, as amas-de-leite estavam registradas e eram duas livres e duas escravas<sup>68</sup>. Só em junho de 1888, último documento da pasta, é que todas as mulheres aparecem sem os nomes dos proprietários e proprietárias que as demarcavam. Eram Elvira (Preta), Eulália (Parda), Delfina (Parda) e Idalina (Preta). Aqueles nomes não eram de escravas, mas a última listagem classificadora existente no lote de documentos do arquivo mantinha a marca distintiva de raça, no lugar da ausência da marca de propriedade, de família, de pertencimento a uma linhagem ou ancestralidade.

Tanto pelo que não aparece, quanto pela cor que aparece, as mulheres que amamentavam permaneciam discriminadas e estigmatizadas também porque aleitavam crianças de outras mães, em troca de pagamento pelo serviço. Após 1888, a presença daquelas mulheres ficaria ainda mais dissimulada nas margens do discurso social, em referências dispersas àqueles papéis informais, improvisados, que estão do lado de fora das instituições políticas e da cidadania. Passariam a habitar o terreno difícil de que fala Maria Odila, onde “*a historiografia penetra esporadicamente com resultados brilhantes, porém sempre com enormes dificuldades de documentação*”<sup>69</sup>. É o último registro das amas-de-leite internas e também sinal de que chegara ao fim o regime do cativo. É também o final da linha que me conduz aos nomes daquelas mulheres. Aqui se dissipam os rastros frágeis das memórias de Elvira, Eulália, Delfina, Idalina...

---

<sup>67</sup> Doc. n. 332. Folha para pagamento das Amas internas na Casa dos Expostos no mez de maio de 1888. Lata 746-A. ASCM

<sup>68</sup> Doc. n. 361. Folha para pagamento das Amas internas na Casa dos Expostos no mez de junho de 1888. Lata 746-A. ASCM

<sup>69</sup> DIAS, M. O. L. da S. *Op. cit.*, p. 30.

## 1.2 A engenharia de produção da honra, do abandono e do abrigo

Seguindo as pistas deixadas nos anúncios publicados no *Jornal do Commercio* e em textos de viajantes<sup>70</sup>, além dos vestígios da presença de amas-de-leite nos registros da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, onde elas eram peça importante naquela maquinaria, procurei elementos para pensar a instituição carioca em seus mecanismos gerais e em sua historicidade particular.

Segundo Isabel dos Guimarães de Sá, as Misericórdias remetem a uma forma de “*caridade disciplinar*” que foi comum no século XVI, quando as cidades européias sofreram a pressão de uma população crescente acompanhada do aumento da pobreza e do que ela denomina uma “*mendicidade indisciplinada*”<sup>71</sup>. Independentemente de preferências religiosas, no ambiente da Contra-Reforma ocorreu uma reação generalizada das elites no sentido de proceder à assistência e amparo aos mendigos e, assim, disciplinar a caridade privada, centralizando-a sob o controle de autoridades locais. Embora sua origem remeta às confrarias laicas da Idade Média, elas inauguram um projeto de assistência modelado sobre o poder régio e controlado pelos poderes locais que, sob a forma de um monopólio, angariavam recursos econômicos, políticos e simbólicos<sup>72</sup>.

Criada, portanto, para dar assistência aos pobres e enfermos, a instituição que funcionava nas principais cidades do Império português representava uma poderosa parceria entre o rei e os poderes locais, porquanto garantia privilégios e espaço para articulações políticas aos membros da confraria. Poderosa também porque as Misericórdias recebiam concessões régias, esmolas e doações feitas pelas elites; além disso, a elas foram confiados o monopólio sobre a administração da morte – da produção de esquifes, venda de tumbas e sepultamentos – e a arrecadação sobre legados

---

<sup>70</sup> Entre os registros de viajantes estrangeiros sobre Casa dos Expostos da Santa Casa da Misericórdia no Rio de Janeiro, consulte: KIDDER e FLETCHER (1845). *O Brasil e os Brasileiros*. Trad. de Elias Dolianti. São Paulo: Ed. Nacional, 1941, 2. vol; DEBRET, J. B. (1816). *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Trad. Sergio Milliet. São Paulo: Martins, 1949; EWBANK, Thomas (1846). *A Vida no Brasil ou Diário de uma Visita à Terra do Cacau e das Palmeiras*. Trad. Jamil Almasur Haddad. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976; GRAHAM, Maria. *Diário de uma Viagem ao Brasil*. Coleção Reconquista do Brasil. vol.157. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1990.

<sup>71</sup> SÁ, Isabel dos Guimarães. *Quando o Rico se Faz Pobre: Misericórdias, caridade e poder no Império Português, 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 35-53.

<sup>72</sup> *Idem, ibidem*.

testamentários, tornando-as, portanto, depositárias de grandes patrimônios particulares em troca da promessa de “*cura das almas*” e da administração da “*felicidade eterna*”<sup>73</sup>. Baseadas na tradição de assistência portuguesa aos pobres e enfermos, no Brasil as Rodas dos Expostos do Rio de Janeiro e a de Salvador<sup>74</sup> foram fundadas em meados do Setecentos, naqueles que eram os principais centros administrativos da Colônia, tendo como modelo o estabelecimento de Lisboa<sup>75</sup> Conforme o texto que consta nas atas da mesa da Santa Casa de Salvador, transcrito por Maria Luíza Marcílio, seu objetivo era o de

*(...) evitar-se o horror e deshumanidade que então praticavão com alguns recém-nascidos, as ingratas e desamorozas mães, desassistindo-os de si, e considerando-as a expor as crianças em vários lugares imundos com a sombra da noite, e de quando amanhecia o dia se achavão mortas, e algumas devoradas pelos cães e outros animais, com lastimoso sentimento da piedade catholica, por se perderem aquelas almas pela falta do Sacramento do baptismo. (...)*<sup>76</sup>

Também aqui a irmandade seguiria a vocação assistencialista, mas também disciplinarizadora, visando ao controle social. Além de acolher os doentes, prestar assistência aos presos e sepultar os mortos, cuidava de reunir auxílio material e espiritual com vistas a corrigir comportamentos considerados desviantes. Nesse sentido, era uma instituição que também estava

*(...) votada à tutela da honra feminina (...). Tratava-se de garantir que certas mulheres – com a reputação em perigo ou*

---

<sup>73</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>74</sup> A Roda de Salvador foi aberta em 1726 e a do Rio em 1738. MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.) *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez Ed./USF-IFAN, 2001, p. 60.

<sup>75</sup> A Irmandade de Nossa Senhora, Mãe de Deus, Virgem Maria da Misericórdia, foi consagrada no dia 15 de agosto de 1498 em uma capela da catedral de Lisboa. Composta inicialmente de 100 membros, divididos entre “irmãos nobres” e “irmãos de menor condição”, todos deviam ter “boa reputação e ser tementes a Deus”. De acordo com o compromisso de Lisboa de 1516, deveriam praticar obras de caridade espirituais e corporais A Mesa consistia de 13 irmãos, seis de cada classe e o Provedor ou Presidente, sempre escolhido da classe superior. Além deste, o corpo dos guardiães era constituído pelo escrivão, nove conselheiros e dois mordomos, eleitos anualmente. RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e Filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Col. Temas Brasileiros. Trad. Sergio Duarte. Brasília: EdUnB, 1981, pp. 3-17.

<sup>76</sup> Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Salvador. Ata da Mesa da S. Casa de Misericórdia da Bahia de 21-7-1844. Livro I, 1834-1846. Est. A, Livro 17. Apud MARCÍLIO, Maria Luíza. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.) *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, USF-Ifan, 2001, pp. 53-79.

*até danificada – pudessem reintegrar o corpo social consoante as regras vigentes. (...)*<sup>77</sup>

É possível, portanto, observar sua relevância no interior da engrenagem política que se organiza com a vinda da Corte, sintonizada com o projeto civilizador em marcha na Europa desde os séculos XVII e XVIII. Um projeto que, como assinala Diva Muniz, pressupunha a valorização da família – homogama, monogâmica e unida pelos laços do matrimônio –, instituição que passava a ser vista como importante fator e agente de estabilidade social, porquanto transmissora de tradições, saberes e valores. Naquela reflexão, a historiadora embrenha-se nos caminhos das Minas Gerais oitocentistas, o que não me impede de pensar que, também na Corte, a interferência do Estado e da Igreja na vida social se daria mediante a intensificação de uniões sacramentadas, mesmo que isso não significasse a diminuição das uniões consensuais<sup>78</sup>, e também por um projeto de formação de meninas/mulheres nas escolas públicas, privadas.

Família, escola, asilos e recolhimentos, portanto, eram redutos que deveriam zelar pela preparação destas para exercerem o papel prescrito de esposa/mãe/educadora, não obstante as diferentes situações dadas por condições de classe, raça, sexo/gênero, entre outras, como forma de assegurar a honra e a segurança das filhas e buscar a estabilidade social<sup>79</sup>. E as autoridades civis e eclesiásticas do Império estiveram juntas na instauração e na atualização de mecanismos de controle, fiscalização e punição de comportamentos identificados com a “*desordem social*”.

Ela acrescenta, o estímulo ao casamento, a disseminação de um modelo de família e maternidade, tanto quanto a instrução, eram perspectivas que davam forma e direção àquele projeto civilizador. O modelo de família configurado com base na união conjugal e na norma heterossexual inscrito nesse movimento de cristianização e moralização também fazia parte de uma estratégia disciplinar, haja vista que

*(...) a sacralização da família pressupunha o casamento cristão, solução engenhosa para a prática da sexualidade entre os cônjuges, sem que incorressem no risco do pecado da condenação eterna, e isso porque se tornara uma prática sancionada e controlada sobretudo pela Igreja Católica. (...)*<sup>80</sup>

---

<sup>77</sup> SÁ, I. dos G. *Op. cit.*, p. 38.

<sup>78</sup> MUNIZ, D. do C. G. *Um Toque de Gênero (...)* *Op. cit.*, p. 106.

<sup>79</sup> *Idem, ibidem*, pp. 93-103.

<sup>80</sup> *Idem, ibidem*, p. 97.

A Santa Casa era um lugar relevante nesse movimento político e nessa engenharia social, onde a Igreja e o Estado atuavam em atividades que promoviam ao mesmo tempo a caridade e a disciplina. No âmbito da irmandade, a Igreja teve papel importante sobretudo na década de 1850, quando os bispos promoveram a vinda da França de irmãs de caridade para organizar a instituição dos expostos, com o apoio dos governos provinciais<sup>81</sup>. Ali, portanto, os poderes encontravam-se para renovar alianças e promover direta e ativamente “*prescrições, controle e fiscalização dos comportamentos*”<sup>82</sup>. Assim, sem perder de vista o contexto em que as relações de modo geral estavam entranhadas pelo escravismo, aquela instituição foi o lugar onde autoridades políticas, médicas e eclesiásticas puderam elaborar e pôr em ação o discurso sobre a saúde, a promoção da vida e da sociedade. Discurso elaborado também para reafirmar um “*padrão de comportamento feminino pautado na obediência, castidade e recato*”<sup>83</sup>, ao difundir o princípio de autoridade que estabelecia como “*inerentes à ordem natural e biológica as diferenciações dos papéis sexuais*”<sup>84</sup>, produzindo e reproduzindo padrões da norma e do desvio na capital da Corte Imperial.

Desde 1840, a instituição seria objeto de reformas em sua estrutura física, funcional e administrativa. Estas tinham o objetivo de reordenar aquele espaço privilegiado no cenário da Corte para melhor disciplinar os comportamentos dos que lá atuavam e principalmente produzir padrões de conduta para a população da Corte em termos de higiene e saúde, de modo a atingir também as camadas mais pobres. Buscava-se imprimir racionalidade e eficácia às atividades ali desenvolvidas, de acordo com os pressupostos e as conquistas da verdade higiênica. Os documentos da Santa Casa estão repletos de referências a essas reformas que eram implantadas e ganhavam ressonância, entrando no rol das reformas políticas então divulgadas na sociedade carioca.

Apesar de ser objeto da atenção pública, também porque era lugar de formação de quadros e aplicação de práticas da medicina a que se pretendia dar visibilidade, a Misericórdia era o lugar por excelência identificado com o silêncio e o desvio. Por esses motivos, era lugar de especial interesse que funcionava como produtor e vitrine de normas reguladoras que circulavam por meio das noções de saúde, família,

---

<sup>81</sup> Além da disciplina administrativa, as irmãs introduziram o ensino sistemático de religião, trabalhos manuais, leitura e escrita na instituição dos expostos. TRINDADE, Judite Maria Barboza. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. In: *Revista Brasileira de História. Infância e Adolescência*. n. 37. São Paulo: ANPUH/FFLCH-USP/UERJ, 1999.

<sup>82</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>83</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>84</sup> *Idem, ibidem*, pp. 93-103.



maternidade, sexualidade. Naquelas práticas e discursos da instituição, observo a produção de representações que evidenciam assimetrias, particularmente as de gênero, que aparecem no processo de materialização binária dos corpos e que, lembrando a reflexão de Judith Butler, garantem que a diferença sexual seja lida, entendida e (nem sempre) assumida no processo de uma performatividade. O amparo à criança exposta, com base na defesa da mulher e da honra feminina, são elementos de um discurso social que instaura a diferença biológica materializada nos corpos, ou seja, forja uma “prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que nomeia”<sup>85</sup>.

Assim, aquela instituição destinada a resguardar a “honra familiar” constituía mais um lugar da sociedade em que se observa uma operação sistemática de certas condições normativas que dão materialidade aos corpos segundo critérios historicamente revisáveis que os produzem e submetem<sup>86</sup>. Com o objetivo de abrigar a “mulher frágil”, que exigia “amparo” e “proteção”, os discursos pretendiam produzir os efeitos de tal nomeação, ao configurar aquela imagem de mulher modelada em relação à do homem, tão reiterada pelos discursos médicos. Assim, pela repetição era possível forjar a imagem feminina vinculada ao referente masculino e, ao mesmo tempo, justificar o comportamento daquelas que eram consideradas vítimas de homens “sedutores” e “criminosos”.

Com efeito, essa era a imagem tecida pelo doutor Francisco P. L. Gonçalves, para quem

*(...) é pois bem triste que essa que não se pode resistir à linguagem dos sentidos e da sedução, seja a única vítima da censura, e do desprezo da opinião pública, ao passo que o seu próprio sedutor passe impune por seus crimes, zombando muitas vezes da miséria a que levou a infeliz. (...)*<sup>87</sup>

Não é difícil observar a repetição de um conjunto de normas que configuram um olhar, uma inteligibilidade e uma performatividade do humano nos textos que materializam a diferenciação sexual com conotações binárias, valorativas e hierarquizadoras. Os textos que apresentavam e justificavam as reformas que se

---

<sup>85</sup> BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes. *O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, pp. 154-5.

<sup>86</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 168.

<sup>87</sup> GONÇALVES, Francisco de Paula Lázaro. *Que Regimen Será mais Conveniente para a Criação de Expostos da Santa Casa de Misericórdia, Atentas as Nossas Circunstâncias Especiais, a Criação em Comum dentro do Hospício, ou a Privada em Casas Particulares?* Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1855, p. 3.

implantavam naquela maquinaria expressavam essa performatividade. Os higienistas acreditavam que a Roda contribuía para a manutenção do equilíbrio social e seria um mal menor, diante dos efeitos resultantes da exibição da mulher – “*vítima da censura*”, da “*opinião pública*” e de “*sedutores criminosos e zombadores*” –, como mãe de um filho natural perante a sociedade. A exibição pública da mulher seduzida e maculada seria ocultada, mas a exibição daquela imagem teria uma repercussão pedagógica, através de sua proliferação em teses da medicina, na imprensa e na literatura, para assim garantir a atuação reiterada e persistente de um poder disciplinar<sup>88</sup>.

No discurso médico, a imagem da mulher estava vinculada à saúde da família e da sociedade, logo, a Roda assumia um papel social relevante para se evitar que mulheres “*virgens, cheias de inocência e mocidade*” pudessem recorrer ao “*infanticídio*” e ao “*aborto provocado*”<sup>89</sup>. Dando movimento àquele sistema regulatório, portanto, a prática do abandono era reafirmada no interior do discurso higiênico como forma de se revalorizar e ressignificar a família, fazendo ressoar exemplarmente as imagens da mulher e da “*honra familiar*”, evitando-se a “*degeneração das leis sociais*”<sup>90</sup>. A Casa da Roda passou a ser vista como um dos meios eficazes para se salvar não só a “*mãe*” e o “*filho*”<sup>91</sup>, mas acima de tudo para salvar e construir a sociedade. O processo de implantação da norma do sexo, da família conjugal, das condutas humanas conforme o pressuposto binário incluía, portanto, a disciplinarização do lugar do abandono e a ressignificação da caridade nos moldes da medicina social e da higiene.

Era um lugar para onde se voltavam os olhares dos homens de ciência e também onde se modelavam tecnologias médicas do sexo<sup>92</sup>, ou a produção e os efeitos da sexualidade como dispositivo histórico, ao qual Foucault se refere não como

(...) *realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas a grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas das grandes estratégias de saber e de poder. (...)*<sup>93</sup>

---

<sup>88</sup> BUTLER, J. *Op. cit.*, p. 163.

<sup>89</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>90</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>91</sup> GONÇALVES, M. de A. *Op. cit.*, pp. 226-236.

<sup>92</sup> FOUCAULT, M. *História da Sexualidade. A vontade de saber.*, p. 113.

<sup>93</sup> *Idem, ibidem*, p. 100.

Seguindo o modelo assistencialista e de controle social de tutela à reputação da mulher e da família, em articulação com a Casa dos Expostos funcionava o Recolhimento de Órfãs que, segundo Russel-Wood, “*destinava-se primordialmente a jovens das famílias de classe média, de idade casadoura, e cuja honra estivesse ameaçada pela perda do pai ou da mãe, ou de ambos*”<sup>94</sup>. Além do abrigo às meninas órfãs, ali também eram recebidas meninas na idade de 7-8 anos, que haviam sido expostas e eram devolvidas pelas amas de criação <sup>95</sup>. Essa era outra face da instituição que abrigava e educava meninas, onde elas receberiam o amparo e a instrução mínima necessários para garantir-lhes, na falta da família, a preparação para o casamento ou para o mundo do trabalho de acordo com valores da honradez e da dignidade<sup>96</sup>.

Esses valores estão inscritos no imaginário social e expressam relações sociais informadas pela desigualdade de gênero. Funcionando como “*saber que estabelece significados para as diferenças corporais*”<sup>97</sup>, as questões da preservação da “*honra*” e da formação desigual e diferenciada de meninas e meninos órfãos, como observou Diva Muniz, compartilhando da concepção de Scott, são significativas daquele esforço homogeneizador empreendido pelo Estado e pela Igreja para promover a internalização de padrões de conduta social e de organização familiar centrada na divisão de papéis sexuais. O modelo cristão de mulher, honrada, virtuosa, casta, fiel, obediente e reclusa está ancorado na imagem de imaculada e santificada Maria, daí a prescrição binária da conduta com relação à honra, que

(...) *para as mulheres, dizia respeito ao estado de virgindade ou fidelidade, vinculando-se, portanto, à sua sexualidade; para os homens, referia-se às ações públicas, ao cumprimento dos compromissos assumidos, ao desempenho das funções provedora e protetora relativas à família. (...)*<sup>98</sup>

---

<sup>94</sup> RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Op. cit.*, p. 259.

<sup>95</sup> De acordo com o regulamento, as órfãs deveriam ser filhas de legítimo matrimônio, de outra forma eram consideradas porcionistas, que pagavam em troca da estadia. Entre 1825 e 1843, foi limitada a 12 anos a idade para aceitação de porcionistas, já que mulheres de idade, além de viúvas e casadas, colocadas ali por maridos em período de viagem prolongada, não se enquadrariam ao padrão definido como “*virtuoso*” e “*honesto*”, preconizado pela direção da irmandade. GONÇALVES, M. de A. *Op. cit.*, p. 213.

<sup>96</sup> Sobre o processo de generização na educação no Oitocentos, ver MUNIZ, D. do C. G. *Op. cit.*, *passim*.

<sup>97</sup> SCOTT, Joan. Prefácio a *Gender and Politics of History*. In: *Cadernos Pagu. Desacordos, desamores, diferenças*. Campinas: Unicamp/NEG, n.3, 1994, p. 12.

<sup>98</sup> MUNIZ, D. do C. G. Um Toque de Gênero: (...) *Op. cit.*, p. 106-8.

O Recolhimento da Santa Casa abrigava prioritariamente as meninas<sup>99</sup> e, eventualmente, aceitava meninos. Mas, para evitar transtornos do convívio destes com aquelas, recorria-se aos seminários ou colégios de meninos órfãos, para onde eram encaminhados<sup>100</sup>. Assim, cuidava-se da formação de meninos e de meninas de forma diferenciada, buscando oferecer aos primeiros a instrução dirigida à carreira escolástica ou profissional em ofícios artesanais ou na Marinha. As meninas eram preparadas principalmente para o casamento, incluindo-se nessa formação a aprendizagem das prendas e dos serviços domésticos, que poderia ser utilizada para ganharem a vida honestamente, no caso de não conseguirem ou escolherem o casamento. Eram consideradas uma força não produtiva; representavam um peso para as famílias ou a instituição, ao menos até o casamento, que dependia da existência de um dote<sup>101</sup>.

No Rio de Janeiro, a Irmandade da Misericórdia<sup>102</sup> reunia três instituições de assistência. Eram elas: a Roda dos Expostos ou Casa dos Expostos, o Recolhimento das Órfãs e o Hospital Geral da Cidade, também reconhecido como Santa Casa<sup>103</sup>. Apesar dos muitos e vultosos recursos financeiros e patrimoniais que recebia por legados, donativos privados e concessões públicas, a instituição sobreviveu mais ou menos precariamente, e suas instalações foram objeto da atenção e crítica de muitos observadores. Por exemplo, o Hospital, segundo Adolfo Morales de los Rios,

*(...) deixava (...) muito a desejar. Aliás, o mesmo acontecia aos demais. Nele havia uma sala de repouso e duas amplas e bem ventiladas enfermarias: uma para brancos e outra para negros.*

---

<sup>99</sup> Entre 1849 e 1898, o Recolhimento de Nossa Senhora da Misericórdia abrigou 832 meninas, sendo que apenas 65 delas (7,8%) provinham da Casa da Roda. ALMEIDA, P. Movimento do recolhimento das órfãs (1849-1898). *Jornal do Commercio*, 8.7.1899. Apud VENÂNCIO, Renato Pinto. *Op. cit.*, p. 146.

<sup>100</sup> VENÂNCIO, R. P. *Op. cit.*, p. 147.

<sup>101</sup> TRINDADE, Judite Maria Barboza. *Op. cit.* p. 43; sobre as relações de gênero no processo de formação e escolarização, inclusive em internatos e recolhimentos mineiros, ver MUNIZ, D. do C. G. *Op. cit.* pp. 91-275.

<sup>102</sup> Sobre a singularidade da experiência brasileira no cuidado dirigido às crianças desamparadas, ver: GONÇALVES, Margareth de Almeida. *Expostos à Misericórdia: um estudo sobre o abandono de crianças no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*, 1991. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1991. (Mimeo.) Ver também RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Op. cit.* e VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias Abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador. Séculos XVIII e XIX*. Campinas: Papyrus, 1999.

<sup>103</sup> O Hospital fora virtualmente fundado em 1582 pelo Santo do Brasil, jesuíta canarino José de Anchieta. (...) Para manter seus serviços sempre teve auxílios, como o imposto de 40 réis por canada de bebidas alcoólicas, que lhe foi concedido em 1661. Pelo alvará de junho de 1808, passou a gozar da isenção da décima urbana (...). Em 1811, em virtude do alvará de 20 de maio, todas as Santas Casas do Brasil e dos domínios ultramarinos ficavam isentas do pagamento de selo nas quitações dos legados que lhes fossem deixados. RIOS FILHO, Adolfo Morales de los. *O Rio de Janeiro Imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, pp. 165-7.

*Os doentes eram, porém, mal tratados e pior agasalhados. Por tudo isso, é que a 2 de julho de 1840 fora lançada a pedra fundamental do novo edifício. Mas somente em 30 de junho de 1852 é que foi franqueado aos doentes, sendo a direção interna entregue às irmãs de caridade de São Vicente de Paulo (...)*<sup>104</sup>

As transformações naquela instituição de amparo aos pobres, aos doentes – que eram separados em enfermarias ventiladas para negros e para brancos –, às crianças abandonadas e às órfãs me remetem à reflexão de Foucault acerca da criação de espaços institucionais de assistência e controle social. No ambiente emblemático da capital do Império, sob os esforços de construção da vida nos moldes da almejada “civilização”, em que pesem as singularidades da sociedade em movimento, ali também é possível observar o nascimento da clínica como lugar do exercício do conhecimento médico e o surgimento de uma história da dor como espetáculo. Para ele, a construção da doença e do aparelhamento que a ela confere visibilidade é reveladora da história dos sofrimentos no momento em que ela deixa transparecer um contrato surdo.

O contrato a que ele se refere se estabelece entre a riqueza e a pobreza na organização da experiência clínica e da concepção do estabelecimento hospitalar. Surdo, mas decisivo, haja vista que

*(...) a doença só tem possibilidade de encontrar a sua cura se os outros intervêm com seu saber, seus recursos e sua piedade, pois só existe doente curado em sociedade, [logo] é justo que o mal de uns seja transformado em experiência para os outros. (...)*<sup>105</sup>

É possível, portanto, estabelecer um “laço de parentesco” entre a produção de saberes e práticas da clínica médica francesa em fins do século XVIII e a reformulação política da instituição assistencial carioca em meados do Oitocentos, inclusive no que diz respeito à iniciativa caridade e de amparo aos doentes. Tal produção, processada sob os auspícios de representantes do Estado imperial, opera no sentido de que a “benevolência com respeito ao pobre se transforme em conhecimento aplicável ao

---

<sup>104</sup> “Deve-se a monumental construção ao esforço e pertinácia do provedor José Clemente Pereira”. RIOS FILHO, A. M. de los. *Op.cit.*, p. 166.

<sup>105</sup> FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, pp. 92-93.

rico”<sup>106</sup>. “Parentesco” que era estreito, porquanto a produção intelectual no Brasil oitocentista, não só nos campos da medicina e da filosofia, permanecia profundamente vinculada às matrizes do pensamento francês.

Conforme o relato de Morales de los Rios, as condições de atendimento na Misericórdia foram consideradas pouco eficientes ao menos até a gestão interna das irmãs vicentinas a partir de 1852. Com relação aos expostos, até o ano de 1810 costumava-se deixá-los na própria Santa Casa, quando o irmão José Dias da Cruz legou um imóvel nas imediações do Hospital, que passou a acolhê-los. Entretanto, em 1840, como forma de afastar a instituição daquele ambiente de epidemias e enfermidades, a Casa da Roda seria transferida para a rua Santa Thereza e, dez anos depois<sup>107</sup>, era transferida mais uma vez para o cais da Glória<sup>108</sup>. Em 1860, ela passaria a funcionar na rua dos Bourbons ou dos Barbonos<sup>109</sup>, atual Evaristo da Veiga, onde permaneceu até 1906<sup>110</sup>. Ali, os enjeitados eram deixados e amparados até que fosse possível encaminhá-los a famílias que passariam a criá-las, recebendo por isso uma ajuda trimestral.

Constantes mudanças de endereço sugerem, ainda, a importância de desfamiliarizar o local onde bebês eram deixados também pelo desejo de deslocar a instituição dos olhares públicos que acompanhavam o movimento da Roda, esta que era freqüentada por quem buscava a instituição para resguardar a “*honradez*” e a “*dignidade*” sob a chancela do anonimato. No relato do norte-americano Thomas

---

<sup>106</sup> Sobre a reestruturação do saber médico em um quadro institucional único, que reúne critérios do saber teórico e de uma prática que só pode estar ligada à experiência e ao hábito, e a reorganização do domínio hospitalar, ver: FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da Clínica. Op. cit.*, pp. 68-95.

<sup>107</sup> A informação foi extraída de Ubaldo Soares, mas há controvérsias sobre o período em que a instituição permaneceu em Santa Teresa. De acordo com a tese de Margareth de Almeida Gonçalves, o estabelecimento ali teria funcionado até 1852. GONÇALVES, M. de A. *Op. cit.*, p. 117.

<sup>108</sup> “Na Provedoria do grande Provedor José Clemente Pereira, deu-se começo a uma nova casa para os expostos, no Largo da Lapa, e reconhecendo o Provedor Marquez de Paraná ser o lugar impróprio e acanhado, propoz a venda do terreno, e que se procurasse outra localidade, onde se pudesse ter chácara, o que foi aceito, permutando-se o terreno, com alicerces principiaidos, por trinta apólices da dívida pública”. Texto do escrivão Americo Firmiano de Moraes. In: CARVALHO, Dr. Miguel Joaquim Ribeiro de. Exposição Nacional de 1908. *Notícias de Diversos Estabelecimentos Mantidos pela Santa Casa da Misericórdia da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1908, p. 128.

<sup>109</sup> “Eleito Provedor o Marquez de Abrantes em 2 de julho de 1857, o seu primeiro cuidado foi fazer mudar a Casa dos Expostos do Cães da Gloria, em frente ao paredão, onde se faziam os despejos, com grave prejuízo de saúde dos asylados, para a casa da roda dos Barbonos (...)”. Texto do escrivão Americo Firmiano de Moraes. In: CARVALHO, Dr. M. J. R. de. Exposição Nacional de 1908. *Notícias (...)*. *Op. cit.*, p. 128.

<sup>110</sup> SOARES, Ubaldo. *O Passado Heróico da Casa dos Expostos. Prefácio do Dr. Carlos Brandão de Oliveira*. Rio de Janeiro: s.n., 1959, p. 22.

Ewbank, percebe-se que era possível livrar-se das crianças indesejáveis “discretamente”, através daquele

*(...) cilindro oco e vertical, e girando em torno de um eixo. Um terço dele é aberto para dar acesso ao interior, e o fundo é coberto com uma almofada. O aparelho é constituído de tal modo que é impossível aos de dentro verem os do lado de fora. Caminhei por toda a extensão da Rua Santa Teresa sem perceber nada, mas voltando, uma placa, de apenas algumas polegadas sobre uma porta fechada de um edifício normal, chamou minha atenção. A inscrição era clara: “EXPOSTOS DA MISERICÓRDIA n.º 30.” (...)*<sup>111</sup>

Embora Ewbank descreva a engenhosidade do aparelho que garantia que aqueles que estavam no interior da instituição não vissem a fisionomia de quem colocava a criança na roda<sup>112</sup>, ressalta a sagacidade do comportamento da vizinhança, ao narrar que ele mesmo “bateu rapidamente em retirada quando os moradores de uma casa do lado oposto abriram suas janelas para ver quem estava abandonando ali um enjeitado à plena luz do dia”<sup>113</sup>.

A Casa dos Expostos mudou de endereço pelo menos quatro vezes no século XIX, por funcionar em lugares “impróprios”, do ponto de vista médico. Esta seria a justificativa do Marquês de Abrantes, ao assumir a provedoria e defender a mudança do cais da Glória, “em frente ao paredão onde se faziam os despejos, com grave prejuízo da saúde dos asilados”, para a Casa da Roda dos Barbonos<sup>114</sup>. O elevado índice de mortalidade que acometia o estabelecimento era sublinhado como causa e justificativa para cada mudança<sup>115</sup>. Entretanto, mudanças realizadas ou anunciadas também tinham uma conotação moral, quando olhadas na perspectiva da preservação da “honra”, ou seja, como tática de deslocamento permanente de modo a melhor assegurar o ocultamento do gesto de abandono do fruto da “desonra” e das fisionomias daqueles e daquelas responsáveis pela procriação desviante da norma familiar.

---

<sup>111</sup> EWBank, Thomas. *Vida no Brasil ou Diário de uma visita à terra do cacauero e da palmeira*. Trad. Jamil Almansur Haddad. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1976. *Op. cit.*, p.288.

<sup>112</sup> O mecanismo foi originalmente usado para doações, garantindo o anonimato de doadores, geralmente penitentes, que colocavam alimentos, remédios e mensagens aos conventos e Misericórdias. Com o tempo, passou a ser utilizado para deixar crianças recém-nascidas. TRINDADE, J. M. B. *Op. Cit.*, p. 44.

<sup>113</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>114</sup> Americo Firmiano de Moraes. In: CARVALHO, Dr. M. J. R. de. *Op. cit.*, p. 113.

<sup>115</sup> *Idem, ibidem*, p. 93-139.

Renato Pinto Venâncio observa que a criação dos expostos por mulheres solteiras ou por famílias era frequentemente uma iniciativa da “*generosidade e da caridade cristã*” e, mais do que isso, uma “*extraordinária demonstração de fé*”<sup>116</sup>, tendo em vista que o sistema de criação externa oferecia remuneração irrisória, equivalente ao provimento de alimentação básica. Mesmo que aquelas pessoas responsáveis pela criação fossem isentadas de certos impostos e contribuições municipais, como incentivo do poder público ao gesto caritativo de acolhimento dos abandonados, alguns declaravam querer levar a criança “*sem estipêndio algum da Misericórdia*” ou pediam para criar “*gratuitamente por esmola ou caridade*” ou, ainda, “*em satisfação de uma promessa*” feita e, muitas vezes, “*por amor de Deus*”<sup>117</sup>.

Como ele demonstra, a criação de enjeitados não era, por assim dizer, um bom negócio, já que o pagamento mensal relativo à manutenção da criança correspondia a quatro ou cinco dias de trabalho de pedreiros e carpinteiros na Salvador de 1803, ou ainda, em 1838, equivalia a sete ou oito dias de trabalho em ofícios manuais. Tampouco era um caminho direto para o paraíso, no caso, para as amas externas. Venâncio lembra que “*obviamente, não faltaram criadeiras infligindo maus-tratos aos enjeitados, ou mesmo vendendo-os como escravos*”<sup>118</sup>. Assim, nem no céu nem na terra teria sido vantajoso para as famílias ou mães solteiras acolherem crianças enjeitadas, porque recebiam bem menos que as amas-de-leite alugadas, segundo a análise de Venâncio:

(...) No Rio de Janeiro, os irmãos da Mesa estabeleciam remunerações inferiores em mais de 50% às que o mercado premiava. Durante os anos de 1803 a 1870, o pagamento mensal pela criação dos expostos permitia a compra diária de um litro de farinha de mandioca e de algumas fatias de carne-seca, alimentos básicos de consumo dos escravos e pobres do meio urbano.<sup>119</sup>

Portanto, para ele, as famílias ou pessoas que tomavam um enjeitado para criar o faziam levando em conta motivações religiosas ou políticas, mas mesmo que não rendesse como o aluguel das amas, além das escolhas pessoais, acredito que o provento que garantia alguma carne e farinha não devia ser desprezível.

---

<sup>116</sup> VENÂNCIO, R. P. *Op. cit.* Capítulo 2, pp. 41-71.

<sup>117</sup> Livro de Atas da Mesa (10.10.1834), ASCMS, cód. L. 17.

<sup>118</sup> VENÂNCIO, R. P. *Op. cit.*, pp. 62-4.

<sup>119</sup> *Idem, ibidem*, pp. 60-2.



Nem tão religiosas seriam as motivações daqueles que alugavam amas-de-leite. Confirmando pelos registros a constatação de Venâncio, aqui na terra pelo menos, o aluguel de escravas nutrizas representava um ganho consideravelmente maior e, mais do que um valor irrisório que daria para a farinha e a carne-seca, o “*soldo*” podia ser considerado uma receita financeira propriamente dita. Por exemplo, Severino, “*cor branca*”, foi deixado em 15 de junho de 1863 na Roda, tendo de lá saído no dia 3 de julho seguinte para criação externa. Conforme os registros de pagamentos efetuados à família que passou a criá-lo, foram destinados 12\$000 pelo primeiro período de três meses de criação e, em seguida, 24\$000 pelo período de seis meses seguintes<sup>120</sup>.

Da receita de 4 mil réis ao mês, a criadeira deveria deduzir os gastos com a criança e com a alimentação da lactante ou da ama-de-leite, para o caso de serem criadas em casa de quem possuía uma<sup>121</sup>. De qualquer forma, não seria um valor desprezível, este de 48\$000 ao ano, porquanto representava quase a metade do necessário para se tornar eleitor primário, cuja renda mínima anual demandada era de 100\$000. Desde a promulgação da Constituição, em 1824, até 1846, o censo mínimo exigido para o cidadão votante era baixo e sofria a desvalorização do processo inflacionário, permitindo a cooptação de um número cada vez maior de homens livres e pobres no processo das eleições primárias e produzindo o efeito de uma aparência de integração daqueles setores ao corpo da nação<sup>122</sup>.

Todavia, ao contrário do negócio financeiramente desvantajoso que representava a criação externa da criança, a renda auferida com a locação da ama cativa significava que aquele, sim, era um negócio vantajoso. Por exemplo, em 1862 a Santa Casa pagou pelos serviços prestados no mês de junho por Josephina, escrava do Visconde de Itaborahy, a quantia de 35\$000. E pelos 23 dias de serviço de aleitamento prestado pela

---

<sup>120</sup> Livro 15: Expostos e matrículas de 28/5/1863 a 28/1/1865. ASCM.

<sup>121</sup> A falta de leite e de recursos financeiros era um dos argumentos que justificava o abandono da criança na Roda. Um bilhete deixado com a criança revela a expectativa dos pais: “É este menino filho de Pais Nobres e Vossa Mercê fará a honra de lhe criar em casa que não seja muito pobre e que tem escravas que costumam criar essas crianças”. Matrícula de 26 de setembro de 1824. Casa da Roda de Salvador. Apud VENÂNCIO, R. *Op. cit.*, p. 79.

<sup>122</sup> O patamar foi estabelecido como estratégia para o controle social, mas com a desvalorização, em 1846 o requisito mínimo foi fixado em prata, equivalendo mais ou menos o dobro, o que ainda era quantia irrisória para a época. Em 1881, a Lei Saraiva viria a acabar com as eleições primárias de votantes pobres (...) e restringir a prepotência dos potentados locais, marcando o fim de uma longa etapa de cooptação da participação política formal das populações mais pobres do país. Essa reforma do sistema eleitoral proibiu o voto do analfabeto e elevou o censo mínimo para 400\$000, reduzindo drasticamente o eleitorado, que passou de 1,2 milhão para 140.000 eleitores. Collecção das Leis do Brasil, 1846, 1ª parte, 54. SOUZA, Francisco Belisário Soares de. *O Sistema Eleitoral no Império*. Brasília, 1979. Apud DIAS, Maria Odila Leita da Silva. *Sociabilidades sem História: votantes pobres no Império 1824-1881*. FREITAS, Marcos Cezar de. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998, pp. 57-72.

escrava Mathildes, também propriedade do visconde, 26\$833 (com base nos 35\$000 por mês). Como pude constatar nos registros da década de 60, o aluguel das amas-de-leite escravas era uma atividade economicamente rentável, que correspondia a 35\$000 por mês para seu proprietário, ou proprietária, ou seja, o equivalente a 1\$166 por dia, sendo que, além disso, a Santa Casa, no caso a locadora, arcava com as despesas de alimentação e assistência à escrava pelo tempo que dispunha de seu serviço.

Assim, pela criação externa, no mesmo período, a mulher ou família criadeira<sup>123</sup> receberia o equivalente a 4\$000 mensais, levando com a criança, além de outras eventuais despesas, o ônus da alimentação da lactante. No caso da ama-de-leite interna, quatro dias da renda obtida com o aluguel de uma escrava nutriz representava mais do que o valor equivalente a um mês de pagamento pelo serviço à criadeira. Com base naquele parâmetro, ao final de um ano, o aluguel de amas-de-leite proporcionava a renda de 420\$000, valor que extrapolava o limite da renda exigida para o eleitor primário e suficiente para garantir a posição de eleitores “*hábeis para serem nomeados deputados*”, conforme o disposto na Carta Magna.

Comparando-se aos valores publicados nos anúncios de jornais do período, observo que os “*soldos*” atribuídos aos serviços de alugueis de amas-de-leite eram equivalentes aos valores praticados no mercado. Nessa comparação fica patente que, contribuindo para a construção do significado social no espectro das hierarquias distintas, ter a propriedade de uma escrava em condições de aleitar conferia ao possuidor de tal bem uma posição diferenciada e superior, porque lhe possibilitava usufruir um negócio bem mais rentável financeiramente do que buscar um enjeitado na Casa dos Expostos para criar.

Não resta dúvida de que as práticas do aleitamento mercenário caminharam junto às do abandono de crianças desde a fundação da Roda no século XVIII<sup>124</sup>, e de que umas existiram em função das outras. O aumento significativo de expostos ao longo do século XIX tem relação direta com o incremento do mercado de mulheres nutrizas e

---

<sup>123</sup> Segundo Judite M. Barboza Trindade, elas eram “em sua quase totalidade mulheres pobres, solteiras, ignorantes e residentes nas cidades. Algumas eram casadas ou escravas”. TRINDADE, J. M. B. *Op. cit.*, p. 75.

<sup>124</sup> A Casa dos Expostos da cidade de Salvador foi a primeira a ser fundada e data do ano de 1726. Até 1738, ano de criação da Casa dos Expostos da Santa Casa da Misericórdia, as crianças que eram deixadas em abandono no Rio de Janeiro (...), os enjeitados (...) eram colocados nos adros de igrejas, portas de ordens religiosas e de casa particulares (...), locais mais vulneráveis à caridade pública. (...) [Os] casos de enjeitados que morriam de fome ou devorados por animais, como também daqueles que eram encontrados mortos nas praias da cidade, estão relatados em diversos registros da documentação sobre abandonos. GONÇALVES, M. de A. *Op. cit.*, p. 54-55.

com os esforços de disciplinarização e produção de corpos cativos em torno daquelas práticas sociais, econômicas e simbólicas. Os registros encontrados informam sobre essa forma específica de utilização institucional dos serviços de mulheres cativas – o aluguel de corpos-propriedades que nutrem –. Revelam aspectos significativos do sistema que possibilitava o recebimento, a permanência e a sobrevivência dos recém-nascidos deixados na Casa até que fossem encaminhados para a residência de mulheres ou famílias criadeiras por meio daquela maquinaria de produção do sexo<sup>125</sup>. Revelam, por fim, a produção de corpos cativos de mulheres que nutrem, ou a “*materialização dos corpos em dois sexos*” e da “*honra familiar*” segundo tal lógica na capital imperial<sup>126</sup>.

A Casa dos Expostos era objeto de críticas e preocupações da medicina higiênica, e justamente por isso encontrava-se sintonizada com o olhar lisonjeiro de alguns contemporâneos condescendentes com aquela tradição caritativa. Jean Baptiste Debret, por exemplo, fez uma descrição minuciosa da instituição pela qual registra detalhes da arquitetura, da decoração, das vestimentas e destaca a presença das escravas negras alugadas, dando ainda mais visibilidade ao local no dia em que estava preparado para a visita pública. Segundo o pintor,

*(...) o público é também admitido a visitar, na mesma época, o pequeno asilo para as crianças abandonadas, situado na mesma praça em frente à Misericórdia. Esse pequeno edifício de um pavimento é de arquitetura regular. A torre acha-se no meio da fachada, num corpo um pouco afastado que se assemelha a uma porta falsa. Uma escada estreita, de cada lado do edifício, leva ao primeiro andar composto de três salas unicamente destinadas ao aleitamento das crianças. Aí se encontram três filas de berços guarnecidos de baldaquins brancos uniformes, enfeitados com filão, e cujas cortinas abertas e levantadas permitem que se vejam os recém-nascidos enfaixados com a elegância brasileira e expostos sobre a colcha. Quando muito pequenos ou gêmeos, são colocados à razão de dois por leito. A ama senta-se no chão, com as pernas cruzadas, ao lado do berço. A vestimenta dessas mulheres, sempre muito limpa, varia, entretanto, quanto à elegância e à riqueza, pois são em geral negras alugadas pela administração, que entregam os*

---

<sup>125</sup> O conceito de “sexo” aqui está entendido como “norma cultural que regula a materialização dos corpos”, ou ainda pensado na historicidade de uma “matriz de inteligibilidade regulatória” que materializa os corpos em dois sexos e não como “dado biológico sobre o qual o sexo é imposto”. BUTLER, J. *Op. cit.*, pp. 154-5.

<sup>126</sup> *Idem, ibidem.*

*salários aos senhores. Por isso, pela elegância das negras se pode ajuizar a fortuna dos senhores a que pertencem.*<sup>127</sup>

A descrição pitoresca de Debret prescreve, afinal, como devia ser o berçário e ensina o leitor a acompanhar o seu olhar, quer dizer, a ler os espaços, a economia que o conforma e faz funcionar. Ele rebusca cortinas e baldaquins e, também, perscruta o espaço generoso dedicado à atividade imprescindível na Misericórdia, ao descrever que logo no primeiro andar estavam as “*três salas unicamente destinadas ao aleitamento das crianças*”. A narrativa possibilita imaginar o conjunto enfileirado de berços que abrigam dois expostos cada um, segundo o olhar do pintor, colocadas quando “*muito pequenos*” ou “*gêmeos*”. Permite perceber o modo de vestir da ama-de-leite – “*sempre muito limpa*” – e de se comportar – “*no chão, com as pernas cruzadas, ao lado do berço*” –, sugerindo sua presença atenta em relação às necessidades do bebê. A dimensão pedagógica da descrição revela-se nas condições ideais de higiene, saúde e conduta configuradoras da representação de uma instituição modelar, quer dizer, que estava atenta aos princípios da medicina higiênica.

Destaca-se naquele olhar do artista o valor de exibição da escrava, quando ele trata das amas alugadas pela instituição e da variação significativa percebida nos trajas asseados da mercadoria alugada. Na forma de um elogio às imagens representativas da distinção social, esse valor se confirma pelo comentário sobre a elegância das negras como distintivo social de seus proprietários.

Percebe-se como ele via e buscava dar a ver o interior do estabelecimento de amparo aos enjeitados no detalhamento narrativo e pictórico da cena. A forma lisonjeira da descrição possibilita também cogitar sobre o comprometimento do pintor interessado em nutrir suas relações profissionais e políticas que favoreciam a missão artística a que estava engajado. A descrição de Debret é idealizada, carregada nas tintas, e nela também se observa um esforço de construção da norma, ao retratar como deveria ser o aleitamento, além de como deveriam estar ou se portar as amas-de-leite naquele recinto.

O excesso de organização e zelo revelado nessa narrativa também é objeto do olhar de Margareth de Almeida Gonçalves, que destaca justamente o trecho em que ele observa “*a mesma proporção de números de berços e de expostos*”. Para a socióloga, ao contrário do que foi observado por Debret, “*o estabelecimento (...) primava pelo*

---

<sup>127</sup> DEBRET, J. B. *Op. cit.*, pp. 45-9.

*excesso de crianças e por poucas amas-de-leite*”<sup>128</sup>. Também fora esta a impressão de Maria Graham, que não vira berços ou vestimentas. A imagem do interior do estabelecimento, portanto, não seria sempre digna de uma pintura idealizada e/ou romantizada. A cena por ela descrita confirma a desigualdade numérica entre crianças e nutrizas e desnuda a alta mortalidade infantil.

O trecho reafirma as condições precárias e a desproporção dos números no abrigo da morte, mas desvela a expectativa de uma contemporânea em relação às promessas advindas com a mudança para o novo prédio:

*(...) A primeira vez que fui à roda dos expostos achei, (parece impossível), sete crianças com duas amas; nem berços, nem vestuário. Pedi o mapa e vi que em treze anos tinham entrado perto de 12.000 e apenas tinham vingado 1.000 não sabendo a Misericórdia aonde eles se achavam. Agora, com a concessão da loteria, edificou-se uma casa própria para tal estabelecimento, aonde há trinta berços, quase tantas amas quanto expostos e tudo em muito melhor administração. Todas estas coisas, de que acima acabei de falar, devem merecer-vos suma consideração (...).*<sup>129</sup>

A mortandade dos expostos estava na mira do olhar prescritivo e modelar dos estrangeiros e também informados pelo saber médico, que transparece na preocupação comum com relação às qualidades higiênicas da Casa<sup>130</sup>. A higiene já era, portanto, um farol e um alvo das atenções, e desenhava um campo de lutas de onde poderes médicos e municipais procuravam, entre outras medidas, orientar a população com relação aos procedimentos necessários para se promover um aleitamento que fosse “certo” e “sadio”. Fora da análise, da classificação e das prescrições do saber médico, as práticas do sexo, do nascimento, da nutrição e da vida eram consideradas “anormais” e a elas eram atribuídas doenças, epidemias e, obviamente, a “carnificina” infantil<sup>131</sup>.

---

<sup>128</sup> GONÇALVES, M. de A. *Op. cit.*, pp. 102-3.

<sup>129</sup> GRAHAM, Maria. *Diário de uma Viagem ao Brasil*. Coleção Reconquista do Brasil. vol.157. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1990, p. 288.

<sup>130</sup> Na análise do fenômeno da mortalidade, entre as causas gerais em estabelecimentos do tipo, apontava-se a “privação do carinho maternal”; o “número elevado de crianças e sua acumulação num mesmo espaço; os “remédios venenosos” transmitidos no ventre de “mães desumanas”; os “maus tratos e privações” por que teriam passado antes de sua entrada. Especificamente no caso do estabelecimento carioca, a questão era atribuída à insalubridade decorrente de sua localização e de suas más condições de edificação – ausência de janelas laterais, por exemplo. Eram também mencionadas como causas especiais a presença num mesmo espaço de crianças doentes e sãs e seu excessivo acúmulo em lugar previsto para um número bem menor de pessoas. GONÇALVES, M. de A. *Op. cit.*, p. 115.

<sup>131</sup> O Governo Imperial criou a Comissão de Higiene em 1850, subordinada ao Ministério do Império, devido às epidemias que grassavam no Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Em 1851, na Corte foi

Com efeito, as amas-de-leite eram um foco importante do controle médico, porquanto peças fundamentais naquela engrenagem direcionada para assegurar sobrevivência às crianças que eram abandonadas, doentes ou famintas. Só não o eram para as que já estavam agonizantes ou mortas<sup>132</sup>. Pesquisando no livro de Matrícula dos Expostos, observei que, uma vez deixadas na Roda, essas crianças costumavam permanecer na Casa por um período de uma a duas semanas. Nesse livro, eram registrados nome<sup>133</sup> e data de entrada e saída da criança, além do nome daquele ou daquela que se tornaria responsável por sua criação.

Essa foi uma média do período de permanência das crianças calculada com base nas fichas dos que sobreviveram e foram encaminhados para as criadeiras<sup>134</sup>, tendo sido desconsiderados os óbitos registrados. Entre os que permaneceram no mês de junho de 1862, Severino, deixado na Roda, foi um dos que demoraram a ser encaminhados, e lá ficou 18 dias, provavelmente sob os cuidados das amas internas, até ser levado para a criação externa.

A amamentação sob condições de higiene era observada com atenção, porque eram comuns práticas variadas, tanto no Brasil como em Portugal, de alimentar os bebês com água e mel, leite com açúcar, ou até mesmo água morna com açúcar, utilizando-se um “*pano de linho púdo (...) que de hora a hora devem meter na boca*”, podendo-se acrescentar ainda a “*colher de pau, de marfim, ou de prata e forradas de pano de linho macio, os quais se devem molhar no leite repetidas vezes, e chegar à boca das crianças, até que elas tenham chupado a quantidade que lhes for destinada*”<sup>135</sup>. Eram justamente essas práticas costumeiras que começariam a ser vistas com ressalvas e sob suspeitas pela medicina científica então vigente.

---

estabelecida a Junta Central de Higiene Pública, posteriormente estendida a diversas capitais das províncias. Em 1881, a Junta foi substituída pela Inspetoria Geral de Saúde e Higiene Públicas e em 1886 estabeleceu-se um órgão consultivo, o Conselho Superior de Saúde Pública. BOTELHO, A. V. e REIS, L. M. *Dicionário Histórico Brasil Colônia e Império. Op. cit.*, p. 272.

<sup>132</sup> “Alguns expostos vinham mortos e a maioria não sobrevivia ao primeiro ano de abandono. Os índices de mortalidade eram elevadíssimos, embora só possam ser conhecidos de maneira imperfeita.(...) Em condições normais, ou seja, utilizando-se de amas-de-leite, a cada dez enjeitados, três ou quatro sobreviviam ao abandono”. VENÂNCIO, R. P. *Op. cit.*, pp.108-10.

<sup>133</sup> Como não eram registrados pelos pais, os expostos costumavam ser batizados, ganhando sobrenomes relacionados à religião católica e à protetora da Santa Casa e dos expostos (Nossa Senhora do Bom Sucesso), por exemplo, Generosa Maria do Amor Divino, Maria das Chagas e Aprígia Luciana do Bom Sucesso.

<sup>134</sup> Com base nas primeiras cem páginas do Livro 15: Expostos e matrículas de 28/5/1863 a 28/1/1865. ASCM.

<sup>135</sup> VENÂNCIO, R. P. *Op. cit.*, p. 53.

Relatos de viajantes e de funcionários da Casa insistiam em mostrar como a instituição se ampliava e organizava com base na formulação dos princípios da administração pública e da medicina higiênica ao longo daquele século. No ano de 1840, foi definido o regimento que delineava os objetivos da instituição e normatizava os procedimentos internos de prestação e administração de seus serviços. O documento revela o resultado de um planejamento e o empenho em adotar critérios de eficiência e racionalidade na área de assistência à infância, em articulação com outras instituições públicas e outras especialidades do saber médico.

A partir de 1850, os índices de mortalidade tenderam a diminuir um pouco<sup>136</sup>, e sobretudo com a administração das irmãs, após 1857, a instituição procurou mensurar criteriosamente a variação da mortalidade, que se manteve abaixo de 56,3 % (em 1860) e teve seu nível mais baixo em 1861, quando caiu para 40% do número geral de entradas no ano<sup>137</sup>. Todavia, tal tendência não se manteve, e se as medidas ordenadoras não resultaram em efeitos concretos e permanentes em relação aos índices da sobrevivência das crianças na cidade, elas me permitem apreender a importância que assumem a criança, a saúde e a higiene na política assistencialista de proteção e acolhimento aos enjeitados e de controle social. Uma política que mantinha atenção em relação à “honra” da família e ao mesmo tempo tentava diminuir os óbitos das crianças recém-nascidas.

Além disso, o regimento e a organização do expediente, inclusive dos pagamentos sobre aqueles aluguéis e serviços em folhas, são indícios da organização disciplinar que se imprime no estabelecimento e do ordenamento daquela estrutura institucional conforme uma técnica específica de poder. Tal como explica Foucault, ao invés de se apropriar ou retirar, o poder disciplinar tem como função maior adestrar, visto que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos,

---

<sup>136</sup> Os registros de mortes de crianças abandonadas revelam uma espantosa mortalidade para os bebês deixados na roda da Casa dos Expostos. Dentro de um ano após o abandono na roda, entre 41,4% e 78,1% dos bebês morriam. No entanto, ambas as porcentagens foram excepcionais entre 1838 e 1850, pois a porcentagem usual dos que morriam ficou nesse período entre 53% e 69,6%. Em outras palavras, mais da metade dos bebês morreram entre 1838 e 1850, com as cifras atingindo mais de dois terços nos anos de epidemia. KARASCH, Mary C. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, Capítulo 4, p. 155-6.

<sup>137</sup> Este foi o índice mais baixo na década de 1857-1867, segundo o Relatório apresentado à Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro pelo provedor Cons. Zacarias de Góes Vasconcellos em 28 de julho de 1867. Rio de Janeiro: Typ. Ignácio da Silva, 1867.

tornando aquele espaço exemplarmente ordenado e útil, também do ponto de vista médico<sup>138</sup>:

*(...) o poder de regulamentação obriga à homogeneidade, mas individualiza, permitindo medir os desvios, determinar os níveis, fixar as especialidades e tornar úteis as diferenças, ajustando-as umas às outras. (...)*<sup>139</sup>

Imbuídos das orientações médicas e disciplinares, portanto, os irmãos da Misericórdia empenharam-se em regulamentar, fixar especialidades, determinar os níveis, tornar úteis as diferenças, permitindo calcular os desvios para garantir um maior conhecimento e controle das práticas do estabelecimento. Regulamentar o estabelecimento era também criar condições de possibilidade para a maior eficiência de combate no *front* da morte. O cadastramento de entradas e saídas de expostos, as matrículas de amas-de-leite e criadeiras e o balanço administrativo e financeiro da instituição passavam a ser procedimentos necessários ao funcionamento da Casa dos Expostos. A partir de 1840, ela contaria com um poder de regulamentação expresso no Regimento. Este, como dispositivo de organização e controle, revelaria o caráter disciplinar dos procedimentos internos<sup>140</sup> com vistas a estabelecer a homogeneidade e, ao mesmo tempo, a tornar úteis as diferenças, ajustando-as umas às outras. De acordo com a análise de Margareth de Almeida Gonçalves,

*(...) Tratava-se de submeter um sistema de práticas a um regime de racionalidade pela formulação de objetivos claros. A codificação da ação institucional implicava um maior controle (...). Um domínio mais eficaz sobre a instituição se fazia necessário. Para tanto, o cadastramento feito com maior rigor da entrada e saída de expostos era um instrumento importante na etapa que se inaugurava – e anexo ao regimento um modelo de ficha de matrícula era proposto, com indicações do nome do exposto, o nome da criadeira por ele responsável, o quanto recebeu ou recebia pela sua criação. A estatística mostrava-se um instrumento útil para tornar inteligível a realidade da Casa dos Expostos.(...)*<sup>141</sup>

---

<sup>138</sup> “(...) A minúcia dos regulamentos, o olhar esmiuçante das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo darão em breve, no quadro da escola, do quartel, do hospital ou da oficina, um conteúdo laicizado, uma racionalidade econômica ou técnica a esse cálculo místico do ínfimo ao infinito”. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir. História da violência nas prisões*. Petrópolis: 1977, pp. 122-130.

<sup>139</sup> *Idem, ibidem*, p. 153-164.

<sup>140</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir. História da violência nas prisões. Op. cit.*, pp.123-152.

<sup>141</sup> GONÇALVES, M. de A. *Op. cit.*, p. 119.



De fato, remonta àquele período a produção de registros – livros de controle, de relatórios, ofícios, atas, entre outros –, que estão classificados no Arquivo da instituição, ordenados por categoria e data, facilitando o acesso para a pesquisa. A partir de 1857<sup>142</sup>, o serviço interno da Casa dos Expostos ganha ainda ordenamento mais eficaz, quando assumem as irmãs de caridade de São Vicente de Paulo, cabendo à irmã superiora a administração geral do estabelecimento. Em caráter regular, a Casa passou a contar com algumas das meninas expostas, criadas como auxiliares, além de um capelão, de um médico e das amas-de-leite,<sup>143</sup> e o espaço interno foi ampliado. Como resultante daquelas intenções ordenadoras, as dependências seriam redistribuídas de modo a facilitar a organização de todo o estabelecimento e o controle de suas atividades.

Segundo o escrivão Américo Firmiano de Moraes, caberia

*(...) a Irmã Superiora o governo econômico e disciplinar, e às demais Irmãs, suas auxiliares, em numero de 16, a direcção das diversas dependências do estabelecimento designadas pela Superiora, como sejam: Portaria, sala de Pharmacia, Creche, sala de aula das menores, sala de aula das maiores, sala de trabalhos de agulha e de flores artificiais, sala de aula dos meninos, cosinha, dispensa e lavanderia. (...)*<sup>144</sup>

Apesar da reorganização que previa, inclusive, a educação de órfãos e expostas, a alta taxa de mortalidade dos expostos permanecia um desafio para administradores e médicos que, confiantes nos critérios de eficácia da medicina higiênica, preocupavam-se em buscar esquemas explicativos para a questão. Os discursos dos higienistas relacionavam essas taxas aos costumes do aleitamento artificial ou mercenário e, conforme a postura cientificista, não recomendavam descuidar da ventilação e da amplitude dos espaços, entre outras variáveis que deveriam ser consideradas. Como uma regra desafortunada, os números mantinham-se altos tanto no Brasil como em

---

<sup>142</sup> De acordo com Margareth de Almeida Gonçalves, vindas da França em 1856, essas irmãs de caridade ficaram responsáveis pelo serviço interno da Casa dos Expostos, implementando alguns melhoramentos que, entretanto, não chegaram a alterar as altas taxas de mortalidade, um dos problemas principais do estabelecimento. Relatório do Ministério do Império apresentado em 1870. Apud GONÇALVES, M. A. *Op. cit.*, p. 124.

<sup>143</sup> Em 1908, a Casa dos Expostos contava com “um médico, um dentista, um capellão, seis amas-de-leite e 20 expostas, como auxiliares, percebendo mensalmente a remuneração de 10\$000 cada uma”. Relatório do escrivão Américo Firmiano de Moraes de 08 de julho de 1908. In: CARVALHO, Dr. M. J. R. de. *Op. cit.*, p.115.

<sup>144</sup> *Idem, ibidem.*

instituições congêneres na Europa<sup>145</sup>, e, sintonizados particularmente com a produção acadêmica francesa, os médicos procuravam encontrar elementos comuns ou comparativos que explicassem o fenômeno para que se pudesse combatê-lo.

Acompanhando a oscilação de recursos materiais e as reformas administrativas, observadas em diversos relatos do período, não é difícil pensar que as escravas que aleitavam vivessem em condições pouco satisfatórias de moradia e alimentação. É provável que nem sempre produzissem leite em quantidade suficiente para dar conta da satisfação alimentar de um número instável, porém expressivo, de enjeitados, que circulavam no estabelecimento, e talvez este também tenha sido um dos fatores que contribuíram para que a mortalidade de enjeitados no estabelecimento fosse freqüentemente maior do que entre aqueles encaminhados para a criação externa<sup>146</sup>.

Certamente a realidade de trabalho das amas internas não deveria ser mesmo aquela pintada por Debret, nem a relação numérica entre enjeitados e amas internas parecia ser satisfatória. Tal como Maria Graham, que era governanta dos filhos de D. Pedro e da Princesa D. Leopoldina, o Imperador D. Pedro I também se surpreendeu na visita que fez àquela instituição em maio de 1823, quando proferiu exatamente o mesmo comentário de sua “*criadeira*” particular inglesa: “*A primeira vez que fui à Roda dos Expostos, achei, parece incrível, sete crianças com duas amas*”<sup>147</sup>.

Penso que ambos achavam incrível o fato de que duas amas pudessem aleitar sete crianças, mas a surpresa também poderia ser motivada pelo fato de que as duas só tivessem sete crianças para amamentar naquele momento. Na análise dos dados reunidos sobre o funcionamento da Casa dos Expostos, busquei relacionar o número de amas-de-leite com o de entrada de crianças na segunda metade do século, sem perder de vista que muitas delas não resistiam aos primeiros dias de vida e que, como boas “*cabras*”, algumas amas-de-leite permaneceram longos períodos servindo naquela Casa.

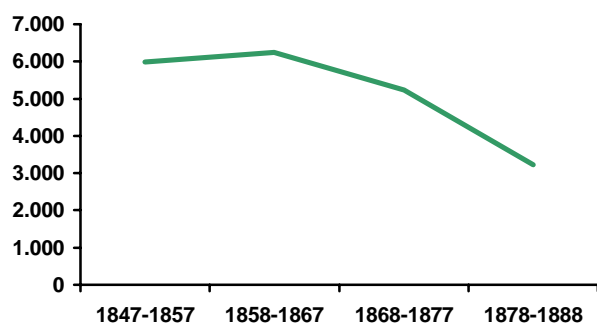
---

<sup>145</sup> Sobre a comparação com instituições italianas, francesas, ver: VENÂNCIO, R. P. *Op. cit.*, p. 110.

<sup>146</sup> “(...) Assim, reconhecendo que a mortalidade é menor entre as crianças que são entregues aos cuidados de amas particulares, (...) tem a mesma administração assentado em estender ao maior número possível este modo de fazer criar: e para o conseguir não tem recuado diante de sacrifícios pecuniários, elevando o salário daquelas amas”. Relatórios do Ministério do Império. Ano 1843. Apud GONÇALVES, M. de A. *Op. cit.*, p. 120-1.

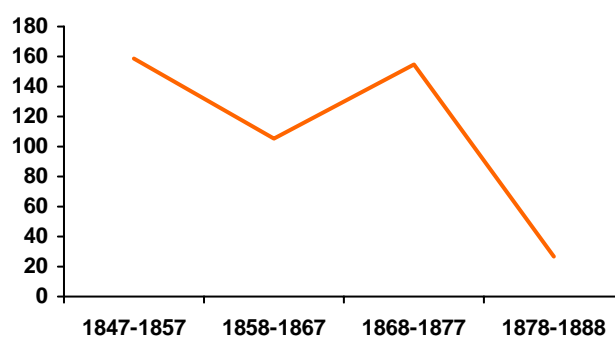
<sup>147</sup> Fala que Dirigiu à Assembléia Constituinte em 3 de maio de 1823. In: MONCORVO FILHO, A. *Histórico da Proteção à Infância no Brasil. 1500-1922*. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica Editora, 1926, p. 36.

**Casa dos Expostos: entrada de crianças**



— Expostos

**Casa dos Expostos: amas-de-leite**



— Amas-de-leite

**Casa dos Expostos: amas-de-leite / expostos (1847-1888)**

PERÍODO	AMAS-DE-LEITE	EXPOSTOS	MÉDIA DE CRIANÇAS p/ AMA-DE-LEITE / ANO
1847-1857	159	5.989	37,6
1858-1867	105	6.250	59,5
1868-1877	155	5.230	33,7
1878-1888	27	3.217	118

Tabela construída com base em dados coligidos em SOARES, Ubaldo. *O Passado Heróico da Casa dos Expostos. Op. cit., passim.*

O gráfico e a tabela acima apresentados possibilitam visualizar a curva do número de entradas de expostos e do número de amas-de-leite que serviram na Casa dos Expostos em cada década. No entanto, permitem apenas observar esse movimento em grandes linhas, ou seja, não expressam nuances daquela prática. De acordo com os documentos consultados, as amas-de-leite em geral amamentavam cada criança por um período que variava de alguns dias a uma ou duas semanas, eventualmente mais, até que ela fosse encaminhada para criação externa<sup>148</sup>. Como observou Mary Karasch, muitas crianças também morriam no primeiro ano de vida, algumas antes mesmo de serem encaminhadas às criadeiras. Ainda assim, mesmo considerando os expostos que não

<sup>148</sup> De acordo com o texto do escrivão Américo Firmiano de Moraes, em 1908, “os expostos (...), na criação externa, são entregues às criadeiras, escolhidas pela Superiora, e se encarregam da criação mediante mensalidade de 20\$000 até a idade de 18 meses, e de 15\$000 até a idade de 8 anos as meninas e até 7 anos os meninos. As meninas são recolhidas à casa aos 8 anos e ficam nella até a maior idade, que é de 20 anos, para os expostos, recebendo educação e instrução; os meninos ficam até a idade de 12 a 13 anos e quando não têm outros destino, vão para o Collegio dos Salesianos, em Santa Rosa, onde recebem instrução (...). Texto do escrivão Americo Firmiano de Moraes. In: CARVALHO, Dr. M. J. R. de. *Op. cit., passim.*

chegavam a sobreviver alguns dias ou horas e a dificuldade de se mensurar o período de permanência dos enjeitados, a relação numérica entre amas-de-leite e expostos parecia inconstante e desigual. No primeiro período em que há visibilidade dos números em virtude daquele controle maior das atividades, isto é, entre 1847 e 1857, foram matriculados 5.989 expostos e foi registrada a presença de 159 amas-de-leite<sup>149</sup>. Quer dizer, observa-se uma média de 598 crianças e de 15,9 amas por ano, que resulta na relação de aleitamento de 37,6 crianças por cada lactante por ano.

É preciso lembrar que muitas crianças não chegavam a resistir mais do que alguns dias, e que os relatos registram que muitas já chegavam sem vida<sup>150</sup>. Considerando-se, além disso, que a instituição procurava ser ligeira ao encaminhar as crianças para casas criadeiras e que o afluxo de crianças era inconstante, é preciso pensar que o número de amas-de-leite alugadas também o era e, em certos momentos, certamente devia faltar leite às crianças. Também devia ser penoso o trabalho das amas internas, que, geralmente em número menor do que o das crianças, deveriam cuidar de mais de uma delas ao mesmo tempo, isso quando não estivessem doentes e exigindo todos os cuidados e atenção.

A situação seria mais difícil no período entre 1858 e 1867, quando foram registradas somente 105 amas-de-leite e passaram pela instituição 6.250 crianças. Na década seguinte, entre 1868 e 1877, declina o número de enjeitados para 5.230, enquanto aumenta o número de nutrizes em cerca de 50%, ou seja, foram registradas 155 amas-de-leite. Já na última década do Império, o número de expostos cai para 3.217 e o número de amas-de-leite despensa para 27. A curva verificada e a diminuição da oferta de amas e de enjeitados permite observar que a produção de amas e a produção de enjeitados estiveram paralelas, embora em relações numericamente inconstantes. Estabelecendo médias anuais, verifica-se que na primeira década a relação era de 37,6 crianças por ama. Na segunda, eram cerca de 59,5 crianças por ama. Na terceira década, eram 33,7 crianças e na última, 118 lactentes para cada ama por ano.

---

<sup>149</sup> É preciso levar em conta que muitos permaneciam na Casa da Roda além dos que eram registrados como deixados na Casa da Roda. Por exemplo, e, 1851, entraram na Casa da Roda 537 expostos, mas ali já existiam 51 dos enjeitados anteriormente. No ano de 1853, constam 560 entradas e 70 expostos já existentes. Em 1854, existiam já 68 expostos que se somaram ao número de 588 deixados na Roda. As taxas de mortalidade respectivas foram da ordem de 87,6%, 81,7% e 66,2%. Relatórios do Ministério do Império. Anos de 1851, 1853 e 1854. Apud GONÇALVES, M. de A. *Op. cit.*, p. 121-2.

<sup>150</sup> Nos períodos de maior procura, a Roda era um “cemitério” para 3 ou 6% das crianças falecidas na Corte, segundo estimativa de Renato Pinto Venâncio. *Op. cit.*, p. 101.

Penso que na última década a eficiência daquela maquinaria no encaminhamento para a criação externa deva ter prevalecido sobre a do aleitamento, porquanto cada nutriz decerto não daria conta de nutrir 118 crianças em um ano. Posso imaginar ainda que as prescrições da medicina higiênica ganhavam espaço e inferir o quanto os movimentos abolicionistas já contaminavam as práticas sociais e as instituições da Corte na última década do Império. Poderia ainda pensar que as mulheres que ali serviram no período tenham permanecido durante longos períodos na Casa dos Expostos e observar que o costume da exposição de crianças caiu pela metade em relação às décadas anteriores. Mas me faltam elementos para perceber como foi possível manter em dia a alimentação das crianças que circularam naquele estabelecimento com número tão pequeno de amas-de-leite. Que estratégias teriam sido criadas? A alta mortalidade que era atribuída de modo geral ao emprego de amas-de-leite não seria mais uma consequência do pequeno número delas?

Embora os números expressem movimentos gerais, a fase em que a instituição dispôs de maior número de amas-de-leite em relação ao número de enjeitados foi o decênio de 1868 a 1877. Houve um aumento da permanência de prestadoras a serviço da Casa exatamente no período em que foi promulgada a Lei do Ventre Livre, quando as escravas passaram a ter o direito de manter consigo e amamentar também seus filhos próprios, a partir daí considerados livres. Mas na relação não há qualquer menção à presença destes no estabelecimento. Houve, por outro lado, um decréscimo no número de expostos, o que me leva a pensar que o abandono possa ter decaído também em razão da possibilidade conquistada com a lei de 1871, no sentido de que as mulheres cativas passariam a fazer uso do direito de manter seus filhos, contando com o direito deles à liberdade.

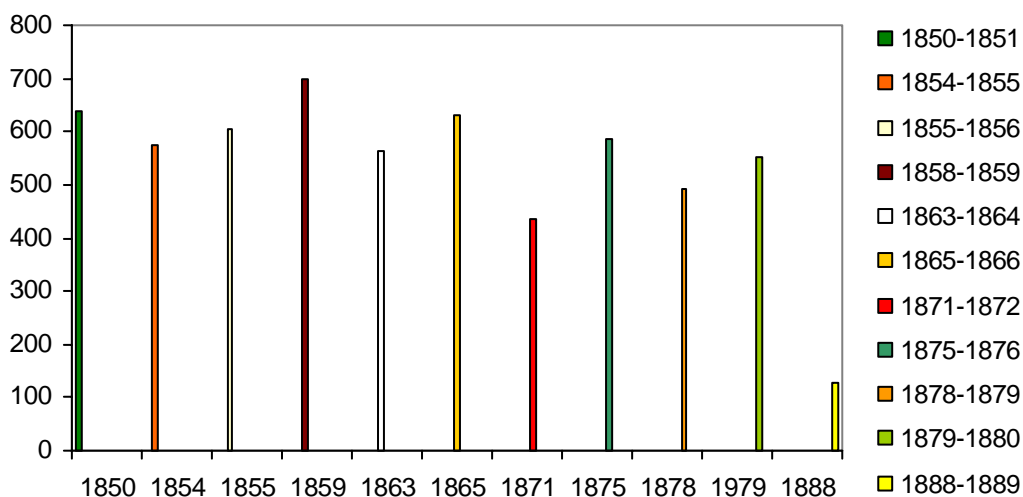
Seria também importante considerar o contexto da Guerra do Paraguai (1864-1870) que mobilizou muitos homens e talvez tenha disponibilizado um número maior de amas livres ou criadeiras e também de crianças órfãs, em razão do engajamento dos maridos e pais nas tropas. Também não se deve desconsiderar as epidemias que grassaram no Rio de Janeiro, especialmente os surtos de febre amarela (1849) e de cólera (1855)<sup>151</sup>, acarretando na mortalidade de crianças, mas também de adultos. O acirramento da situação de carestia em razão a Guerra, da alta dos preços e do

---

<sup>151</sup> EDLER, Flavio. A medicina acadêmica imperial e as ciências naturais. In: HEIZER, Alda e VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (Orgs.) *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001, p.113.

agravamento da situação econômica do Império<sup>152</sup> são variáveis que certamente podem ser pensadas na leitura das oscilações nos quadros de entradas e saídas de expostos, bem como no de disponibilização de amas-de-leite para a criação interna ou externa.

**Número de entrada de crianças na Casa dos Expostos  
(1850-1889)**



Fonte: notícias dos diversos estabelecimentos mantidos pela Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Rio de Janeiro organizadas pelo Provedor Dr. Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1908.

Com efeito, construí o gráfico acima para detalhar melhor os picos, desprezando, portanto, períodos temporais regulares, a fim de destacar pontos altos e baixos referentes aos totais de entradas de expostos registrados por ano. Pode observar que o maior número de expostos foi registrado em 1858, quando foram deixadas 697 crianças na roda. Após oscilações, registra-se outro pico em 1865, quando foram abandonadas 630 crianças, número que gradativamente caiu até 434, no período entre 1871 e 1872, elevando-se novamente para 586, em 1875-76. A partir daí, salvo em 1879, quando subiu novamente, o número total de expostos se manteve em declínio até 1887-88, quando chegou a 150, mantendo-se em torno de uma centena por ano nos primeiros

<sup>152</sup> O período de 1865-69 foi considerado o “mais desastroso de toda a história financeira do país”. Além dos gastos externos e com importações, o valor geral das exportações declinou, também em função da queda dos preços do café no mercado internacional. A situação cambial foi também alterada por emissões sucessivas de moeda. O país viveu anos de inflação e carestia geral, especialmente registrada na cidade do Rio de Janeiro em escritórios diplomáticos. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico. Do Império à República*. Tomo II, 5º.vol. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, pp.92-3.

anos da República<sup>153</sup>. Além do traço comum das oscilações quanto ao número de entradas dos expostos e da relação entre lactentes e amas-de-leite, a permanência da prática de abandono de crianças na Casa da Roda por um período de um século, com seu ápice entre 1858-1859 foi prática, sem dúvida, que acompanhou a vigência do regime de trabalho escravo e os valores que os informam.

Vistas de um ângulo mais geral, as práticas de aleitamento e de abandono de crianças cresceram no século XIX, com ainda maior incidência na segunda metade, caindo expressivamente no último decênio do período monárquico<sup>154</sup>. Não obstante as críticas e comentários acerca das atividades da Santa Casa, os registros sobre o aleitamento mercenário no estabelecimento permitem considerar, em uma de suas faces, o jogo que entrelaçava relações privadas e poderes públicos sob a Monarquia constitucional e escravocrata. Naquela instituição, essa face do jogo possibilita distinguir o intercâmbio de generosidades pias e de privilégios políticos; o movimento de relações sexuais e de vantagens econômicas; alguns embates e acomodações de representações construídas sob a tradição do patriarcado escravocrata, com significados diferentes conferidos à honra feminina e masculina, sob a lógica do lucro com a sobre-exploração do trabalho das cativas e sob a positividade normativa da medicina higiênica.

Como alternativa que se colocava para aleitar crianças expostas, certamente a procriação da mulher cativa incitava o interesse de seus proprietários estimulados pela possibilidade de obtenção de rendas dos aluguéis de seus corpos lactantes. E ainda, interessados naquelas rendas, os proprietários de escravas em condição de nutrir, ao alugá-las para a Casa da Roda, ainda julgavam estar praticando um ato cristão, ao contribuir para a salvação de crianças, para a preservação da paz e da honra de outras famílias, além de como bons súditos, colaborar para assegurar a ordem e os interesses do Estado Imperial. Portanto, aqueles corpos cativos que eram alugados para nutrir representavam uma peça significativa na movimentação das relações econômicas e simbólicas que davam sentido à lógica escravocrata e patriarcal.

Tratava-se de práticas que estavam naturalizadas e que deviam inspirar e resultar de práticas outras, da sexualidade considerada desviante da norma conjugal e familiar que se pretendia fixar. Ali era um reduto, como lembra Foucault, incorporado na rede de

---

<sup>153</sup> Os dados foram recolhidos e sistematizados pelo funcionário da Santa Casa em: SOARES, Ubaldo. *O Passado Heróico da Casa dos Expostos*. *Op. cit.*, p. 127-188.

<sup>154</sup> 1858 foi o ano em que a Casa da Roda ou Roda dos Expostos teve o maior número de entradas de expostos – 697 crianças. *Idem, ibidem*.

prazeres-poderes que estão se articulando em múltiplos pontos na sociedade, disseminados em organizações espaciais e institucionais<sup>155</sup>. Era lugar de produção da fé, da piedade, da honra e da contrição, porque lugar de escoamento e absorção dos frutos da sexualidade não autorizada, fora da norma e saturada nos corpos. Ali era possível escoar as sobras da sexualidade periférica e, ao mesmo tempo, reproduzir o exercício de prazeres e poderes entrelaçados e também revigorados pelo lucro econômico que representavam as rendas daquele aluguel.

Reiterando a imagem tecida no conto de Machado de Assis, a pesquisa de Renato Pinto Venâncio revelou que o abandono de crianças não era uma demonstração de “*ausência de amor*” e que esta idéia representa um olhar anacrônico ou mesmo preconceituoso sobre o objeto. No âmbito dos valores correntes à época, ele faz crer que o gesto era quase uma “*prova de amor*” no seu objetivo de proteger crianças da pobreza e do infanticídio em decorrência de crises no universo familiar da pobreza<sup>156</sup>. Essa abordagem e a reflexão sobre os registros me levam a conjecturar que a prática do aleitamento e a própria Casa da Roda foram condição de possibilidade para a sobrevivência de filhos indesejados – por motivos vários, inclusive financeiros e morais – e, assim, concorreram para a ocultação da gravidez indesejada e para o silenciamento quanto à desonra dela decorrente, para o pai e a mãe, enfim para a família.

Como um esconderijo da vitrine social na sociedade que se preparava para o espetáculo da modernidade, o sistema da Misericórdia, ao garantir o anonimato e o ocultamento da desonra da mãe ou do pai, encorajava as práticas da sexualidade extraconjugal e abria a possibilidade de se ocultar os frutos de relações, mas destoava daquela expectativa do século XIX. Com os enjeitados, era depositado na Roda um amplo leque de histórias fortuitas, desejos liberados, laços passageiros, desenlaces afetivos, violências praticadas, do estupro aos crimes de sedução. Ela permitia também que se escondesse a condição de filho de escrava ao enjeitado, que uma vez deixado na Roda passava a ser considerado livre, e que se eximissem os progenitores de rebentos indesejáveis da responsabilidade de criá-los.

Venâncio observou que o recurso à Casa da Roda era uma das estratégias de sobrevivência de camadas populares, usada para driblar a condenação social de nascimentos ilegítimos, a carestia ou a morte de um dos pais<sup>157</sup>. Ao reler os registros

---

<sup>155</sup> FOUCAULT, M. *História da Sexualidade. A vontade de saber. Op. cit.*, pp. 47-9.

<sup>156</sup> VENÂNCIO, R. P. *Op. cit.*, p. 90.

<sup>157</sup> VENÂNCIO, R. P. *Op. cit.*, pp. 82-94.



sobre as amas-de-leite e suas práticas, pretendi perceber, além desses aspectos, como suas identidades foram registradas, retratadas, representadas no interior daquela engrenagem de controle da população, pela produção da sobrevida, da morte, da honra e da misericórdia. Sob o exercício admirado da caridade cristã, em meio aos mecanismos de funcionamento da instituição, suas imagens são construídas em representações que produzem cotidianamente práticas, experiências e identidades em relação<sup>158</sup>, demonstrando a qualidade de certos vínculos políticos, as quantidades de algumas negociações econômicas, a positividade da medicina higiênica e o trânsito de representações ambivalentes na sociedade da Corte. Estas que produzem e expressam o signo do desapossamento de corpos e da violência da ordem escravocrata, re-atualizada sob a égide dos princípios liberais proclamados na Carta Constitucional de 1824.

### 1.3 A economia do aleitamento: a produção do prestígio e das rendas

A começar por José Clemente Pereira<sup>159</sup>, que foi sucedido pelo Marquês de Paraná e pelo Marquês de Abrantes, o conjunto de provedores e irmãos atuantes na Misericórdia pode ser visto como parte daquela elite política de que fala José Murilo de Carvalho, cuja homogeneidade decorria da formação comum, seja via educação, ocupação ou treinamento nos quadros da burocracia do Estado. Segundo o historiador, tratava-se de uma “*ilha de letrados num mar de analfabetos*” que, no curso da experiência monárquica, assumiria novas feições com a entrada de profissionais liberais, particularmente de advogados<sup>160</sup>.

Os nomes e suas trajetórias remetem, portanto, ao clube das elites – em que o mais difícil era entrar – e aos caminhos concêntricos das carreiras políticas que

---

<sup>158</sup> “Representações coletivas” aqui apreendidas na acepção de Roger Chartier, no trânsito entre o real e o simbólico, ou seja, na condição de efeitos e matrizes de práticas construtoras do mundo social. CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: *Estudos Avançados*, n. 11, v. 5, 1991, p.183.

<sup>159</sup> José Clemente Pereira promoveu uma série de reformas, entre elas a construção do novo hospital, a transferência do cemitério da Misericórdia, do terreno contíguo ao Hospital para o Caju, e obras na Casa dos Expostos e no Recolhimento das Órfãs. Mantendo a tradição de cunho religioso da instituição, promoveu articulações políticas que aprofundaram a aliança entre o Estado e a Irmandade. Português, era advogado formado em Coimbra. Foi conselheiro do Estado e ministro do Império, além de deputado geral (1826-29; 1830-33 e 1838-41) e senador (1842-54). Foi também filiado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Participou da elaboração do Código Criminal (1830) e do Código Comercial (1850). Após ter sido conselheiro e mordomo dos presos, ocupou a Provedoria da Misericórdia de 1838 a 1853, ano de sua morte.

<sup>160</sup>CARVALHO, J. M. de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Brasília: EdUnB, 1981, p. 96.

assumiam o formato próximo de um círculo. Como assinala José Murilo de Carvalho, além de um diploma de estudos superiores, a influência familiar era o mais importante canal para introduzir o jovem bacharel na Câmara, considerada o primeiro portal para a política nacional. Uma vez dentro da Câmara, estava-se a um passo daquele círculo interno, ao qual se tinha acesso por uma combinação de capacidade e de patronato, sendo que o Imperador tinha papel ativo na seleção. O historiador explica que

*(...) a entrada no clube se dava pela nomeação para um posto ministerial ou uma presidência de província. A partir daí havia intensa mobilidade e acumulação de cargos. Um ministro podia exercer ao mesmo tempo seu mandato de senador, sem renunciar ao seu posto de conselheiro (apenas suspendia o exercício). O Senado era o único posto do qual não se podia voltar à Câmara, e só em casos especiais era um senador nomeado presidente de província. (...)*<sup>161</sup>

Tratava-se de uma elite política com certas características uniformizadoras que garantiram a integridade do país e a estabilidade do governo central<sup>162</sup>. Era inicialmente dominada por magistrados e militares no Primeiro Reinado, depois entraram padres. Em seguida, os setores burocráticos responsáveis pela unidade e pela orientação estatizante foram sendo substituídos por profissionais liberais, particularmente advogados. Além disso, setores ligados aos proprietários rurais tendiam a se dividir em relação a pontos específicos, conforme interesses provinciais e econômicos. Afinal, ele acrescenta, o Estado não poderia se sustentar sem estabelecer alianças com o setor da economia responsável por 70% das rendas do governo-geral, obtidas com impostos das atividades de exportação e importação. Portanto,

*(...) gostando ou não, e muitos não gostavam, a elite política, particularmente os magistrados, tinha que compactuar com os proprietários a fim de chegar a um arranjo, senão satisfatório, que pelo menos possibilitasse uma aparência de ordem, embora profundamente injusta. (...)*<sup>163</sup>

---

<sup>161</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>162</sup> Ele se refere à unidade ideológica e de treinamento. CARVALHO, J. M. de. *Op. cit.*, p. 178.

<sup>163</sup> CARVALHO, J. M. de. *Op. cit.*, pp. 178-180.

Nos documentos da Misericórdia, quando se lêem os nomes de provedores, irmãos e proprietários de escravas, também ficam visíveis entrelaçamentos representativos das relações do clube a que se refere José Murilo, em suas alianças mais ou menos pactuadas, certamente profícuas. Saltam aos olhos, por exemplo, as qualificações que acusam a posição distintiva de proprietários e locadores das cativas que amiúde eram integrantes das elites religiosas, políticas e militares. Ao contrário das amas-de-leite, estes tinham nomes compridos, compostos de sobrenomes e prenomes de tratamento que revelam alianças no âmbito do poder público e privado e são indicativos do patrimônio material e imaterial que vinham acumulando no exercício da política imperial.

Eram nomes que, mesmo quando indicados na lista de locadores de escravas, demonstravam o lugar ocupado naquela função significativa também considerada benemérita. Daí serem cunhados para conduzir e expor o título nobiliárquico, a patente militar, a marca da ancestralidade ou da aliança familiar. Em suma, eram nomes que carregavam os sinais forjados para dar visibilidade e localização sociais a seu detentor como membro daquele clube. O pertencimento à confraria como integrante da mesa, como benfeitor ou locador de amas-de-leite era uma das marcas que evidenciavam a posição social e o prestígio dos que partilhavam do relacionamento entre as elites da Corte.

Carregados de insígnias que os antecedem, na lista de proprietários de amas-de-leite estavam nomes de presidentes de província, deputados e senadores, desembargadores, ministros, conselheiros de Estado, médicos e militares. Um deles, o Dr. Braz Martins dos Guimarães Bilac, era, inclusive, médico da própria Santa Casa, além de locador de ama-de-leite<sup>164</sup>. Sobretudo, são nomes indicativos da legitimação social das práticas daquela instituição e das relações políticas que vinculavam os quadros da Irmandade aos das elites políticas municipais, provinciais e imperiais. Significativamente, o arquivista cuidou de reunir alguns desses nomes com os respectivos valores que seus detentores auferiram com os aluguéis de propriedades femininas no esforço de explicitar a condição social superior daqueles que apoiaram a instituição inclusive “contribuíram” para seus serviços, ao alugarem suas amas-de-leite cativas. Ressaltando a qualidade dos que integram os quadros provedores da instituição, o arquivista também busca conferir *status* diferenciado àquela. Eis alguns deles:

---

<sup>164</sup> SOARES, U. *O Passado Heróico. Op. cit., passim.*

**Relação de proprietários de amas-de-leite alugadas à Santa Casa da Misericórdia<sup>165</sup>**

<b>LOCADOR / PROPRIETÁRIO</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>ESCRAVAS</b>	<b>VALOR RECEBIDO</b>
Visconde de Itaboraí	1862-1865	7	2:240\$000
Dezembargador Antonio da Costa Pinto	1858-1876	2	665\$000
Dezembargador Almeida Godinho	1862-1863	2	630\$000
Conselheiro João Carneiro Campos	1847-1854	3	574\$000
Conselheiro Bernardo Belisário Soares de Souza	1857-1858	1	455\$000
Marechal José Maria da Silva Bittencourt	1858	2	455\$000
Dezembargador Antonio Paulino Limpo de Abreu	1859-1860	1	420\$000
Major Antonio Brito	1859-1860	1	350\$000
Dezembargador Pereira Neves	1858-1859	1	245\$000
Dezembargador Cyriaco Antonio de Lemos	1852-1857	2	224\$000
Dr. Joaquim do Carmo	1875-1876	1	210\$000
Baroneza do Pilar	1859	1	105\$000
Conselheiro José Thomaz Nabuco de Araújo	1858	1	105\$000
Dr. Braz Martins dos Guimarães Bilac (*)	1880-1881	1	80\$000
Padre Santos Lobo	1848-1849	2	62\$000

Excepcionalmente, destaca-se, na lista, o nome de uma mulher – a Baroneza do Pilar – entre autoridades da Corte, médicos, militares, cujas escravas foram amas-de-leite na Casa dos Expostos. Apesar da pouca visibilidade de mulheres proprietárias, praticamente ausentes na lista elaborada pelo arquivista, não foram poucas as mulheres proprietárias de escravas que também usufruíram aluguéis de escravas amas-de-leite, como bem mostra a historiografia, ao assinalar tais serviços como responsáveis pelas rendas de mulheres viúvas, separadas, solteiras ou mesmo casadas na sociedade carioca.

Como bem observou Maria Odila Dias, longe de protagonizar uma história de clausura e passividade, as mulheres, além de procriadoras e formadoras de filhos, treinadoras de escravos e escravas, foram administradoras eficientes de lavouras e de propriedades. Compunham toda uma graduação de remediadas, senhoras de poucos

<sup>165</sup>*Idem, ibidem.*

escravos, que reunia desde figuras aristocráticas de velha estirpe até concubinas sem sobrenome, em sua grande maioria brancas, muitas com um ou dois escravos, caros demais para suas condições precárias de destituídas da sorte. Estas tornavam-se proprietárias de escravos mediante favores, doações e pequenos quinhões de herança em situações diversas:

*(...) muitas eram senhoras mais velhas, que viviam do remanescente do espólio dos maridos e dos serviços alugados de seus escravos, com os quais se sustentavam e aos seus filhos adultos e netos, compondo fogos extensivos, que destoavam da média de domicílios urbanos. Outras, mais jovens, concubinas teúdas, recebiam escravos nos momentos de nascimento de um filho para garantir uma sobrevivência precária e discreta.  
(...)<sup>166</sup>*

A lista permite observar que cada uma das amas-de-leite possibilitava auferir a receita de até 455\$000, como foi o caso do Marechal José Maria da Silva Bittencourt em relação a sua única escrava alugada. Entre os nomes reunidos, destaco também o do Visconde de Itaboraí<sup>167</sup>, que alugou sete escravas para a instituição no período de 1862 a 1865, tendo recebido ao todo 2:240\$000 por aqueles serviços, ou uma média de 320\$000 por escrava alugada, pelas contas do arquivista Soares. Este foi o proprietário e locador de amas-de-leite que, em todo o período, recebeu a maior soma pelo aluguel de escravas que aleitam, não por acaso outra figura exemplar na lógica do mercado econômico e simbólico das relações de dominação escravocratas.

Transparecem naquele quadro de locadores das amas-de-leite os sinais das personalidades do Império, de suas famílias e de suas relações privadas, ou seja, do patronato e do clientelismo que engendram a nossa vida social. Alguns dos sobrenomes e títulos são marcas das famílias que freqüentam o clube e dirigem a nação e, também, circunscrevem fronteiras da organização política. Outro deles, o Conselheiro José Thomas Nabuco de Araújo, que alugara uma de suas escravas em 1858, era o mesmo que, como ministro da Justiça entre 1853 e 1857, elaborara a lei que ganhou seu nome e

---

<sup>166</sup> DIAS, M. O. L. da S. *Op. cit.*, p. 84.

<sup>167</sup> Joaquim José Rodrigues Torres, futuro Visconde de Itaboraí, candidatou-se ao clube das elites ao tornar-se bacharel em matemática em Paris e desposar uma das filhas do Dr. Francisco de Macedo Freire de Azevedo Coutinho (1747-1823), bacharel em direito pela Universidade de Coimbra e capitão-mor de Cabo Frio, proprietário de terras, engenhos, gado e escravos. Foi o primeiro presidente da Província do Rio de Janeiro e, como assinalou José Murilo, assim teve início sua trajetória de acumulação de cargos, tornando-se em seguida deputado geral, ministro, conselheiro e senador. Como seus pares da Trindade Saquarema, também foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil e condecorado oficial da Ordem do Cruzeiro.

previa sanções para as autoridades que encobrissem o contrabando de escravos<sup>168</sup>.

Conduzindo e desfrutando os poderes escravocratas, tais nomes remetem às famílias das elites do Segundo Reinado e, reunidos nas listas da Santa Casa, incitam a imaginação sobre as relações que mesclavam os laços da vida doméstica e as funções da vida pública, nutridos que estavam pelas rendas da escravidão. O escravismo dava tonalidades singulares ao patriarcado e às transformações das sociabilidades na Corte oitocentista. Lembrando Sérgio Buarque de Holanda, como herança da Península Ibérica e da vida colonial, prevalecia o poder político daquele tipo de família organizada segundo as normas clássicas do velho direito romano canônico sob o pátrio poder, que era virtualmente ilimitado<sup>169</sup>. Além da orquestração de escravos e agregados que dilatam o círculo familiar, ele infere:

*(...) o quadro familiar torna-se, assim, tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública. A nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível, onde prevalecem necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar a nossa sociedade, nossa vida pública, todas as nossas atividades. Representando, (...), o único setor onde o princípio da autoridade é indisputado, a família colonial fornecia a idéia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência, da coesão entre os homens. O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família. (...)*<sup>170</sup>

Assim, as marcas do patriarcalismo e do personalismo a que se refere Buarque revelam sua força reprodutora e mantenedora ao serem encontradas naquelas listas que exibem entrelaçamentos de relações sociais e institucionais na Corte. Aqueles nomes permitem pensar em alguns dos vínculos biológicos e afetivos que unem ao chefe os descendentes, colaterais e afins. Todavia, essas peculiaridades de nosso maquinismo político registradas em nomes e discursos da Santa Casa, também deixam perceber o

---

<sup>168</sup> Lei Nabuco de Araújo. Decreto de ratificação aprovado em 1854, estabelecendo maior rigor na fiscalização do contrabando de escravos africanos que àquela época ainda eram introduzidos no País com o apoio de funcionários da Justiça e da Marinha que exploravam o negócio clandestino. In: Botelho, A. V. e REIS, L. M. *Dicionário Histórico Brasil Colônia e Império. Op. cit.*

<sup>169</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976, pp. 42-53.

<sup>170</sup> *Idem, ibidem.*

embate de mentalidades hostis e antagônicas, que opunham o racionalismo à tradição, o cosmopolitismo ao regionalismo, como bem observou Sérgio Buarque<sup>171</sup>. As representações daquela instituição acenavam para as imagens da “civilização” e do “progresso”, proferidas em discursos da higiene, e também para as do “atraso”, ambas presentes nos registros da Misericórdia.

Estavam reunidos naqueles enunciados e naquelas listas os nomes de umas e de outros, imbricados. É possível separá-los para lê-los de modo fragmentário, mas não é possível desmembrar os traços das relações sociais que são evidências do poder patriarcal. Traços que mostram a imbricação dos mundos políticos, ou aquele movimento de invasão do público pelo privado e do Estado pela família, a que se refere Buarque de Holanda. Na capital da Corte em meados do século XIX, a família patriarcal, embora estivesse longe de ser a única forma de família, fornecia uma base política e representava o “*grande modelo por onde hão de calcar, na vida política, as relações entre governantes e governados, entre monarcas e súditos*”. Ou seja, as relações estavam presididas por regras ditadas pelas famílias e pelo clube, como

(...) *uma moral inflexível, superior a todos os cálculos e vontades dos homens, [que] pode regular a boa harmonia do corpo social, e portanto deve ser rigorosamente respeitada e cumprida. (...)*<sup>172</sup>

A autoridade patriarcal era o centro e a base de um poder que, inflexível, se pretendia superior a ponto de dirigir as relações do mundo público. A família estava na base da edificação da “*boa sociedade*” que, pelas “*capacidades e habilitações*” de seus membros considerados sempre “*brancos*”, tendia a ser confundida com a “*sociedade política*”<sup>173</sup> e significava um elo fundamental para a articulação do mundo do governo. Afinal, a cor da pele distinguia, quando não confundia, senhores de escravos,

---

<sup>171</sup> Para o autor, com a supressão do tráfico negreiro, em 1850, dera-se o primeiro passo para a abolição de barreiras ao triunfo decisivo dos mercadores e especuladores urbanos, mas a obra começada em 1850 só se completará efetivamente em 1888. HOLANDA, S. B. de. *Op. cit.*, pp. 42-53.

<sup>172</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>173</sup> O Marquês de São Vicente explicava a diferença entre cidadãos não-ativos e cidadãos ativos em analogia à sociedade civil e sociedade política. Ele explica que “a sociedade política ou massa dos cidadãos ativos não é a senão a soma dos nacionais, que dentre o todo da nacionalidade reúne a capacidade e habilitações que a lei constitucional exige: é a parte a mais importante da nacionalidade”. J. A. Pimenta Bueno. *Direito Público Brasileiro e análise da Constituição do Império*. Brasília, 1978, p. 461. Apud MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema. A formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990, p. 115-7.

dominantes de dominados, e era tão importante quanto os brasões de linhagem ou a posse de terras<sup>174</sup>.

Segundo Ilmar Mattos, o cotidiano da sociedade imperial era um mundo que não apenas se via como tendendo a ser naturalmente ordenado, mas também portador da incumbência de ordenar o conjunto da sociedade<sup>175</sup>. A correlação de forças no mundo do governo aparecia, portanto, em representações que procuravam definir o lugar e a função dos componentes desse mundo e seus simétricos constituintes do mundo do trabalho – os escravos negros<sup>176</sup>. Tomo emprestada essa análise, reveladora dos sinais produzidos no dia-a-dia das fazendas, dos núcleos urbanos e da sociedade como um todo, para pensar que também naquele reduto, naqueles textos, é possível perceber a importância atribuída ao governo da casa, da família e dos escravos, que “*constituíam uma simples ampliação do círculo familiar, este que adquiria com isso todo o seu significado original e integral*”<sup>177</sup>.

Nessa lógica, as listas de controle do aleitamento das internas contribuía para a manutenção das relações de poder que presidiam a ordem escravocrata, já que governar a escravaria, segundo aquele autor,

(...) consistia em não apenas fiscalizar o trabalho da massa de escravos, ou saber escolher com acerto os feitores e saber evitar-lhes as exagerações, mas sobretudo em criar as condições para que as relações de poder inscritas na ordem escravista fossem vivenciadas e interiorizadas por cada um dos agentes dominadores ou dominados. (...) <sup>178</sup>

A Misericórdia era mais um lugar onde se criavam as condições para se articular os dois mundos e produzir os sinais inteligíveis e eficientes que garantiam o exercício do poder e a manutenção de uma ordem. A tarefa de reger o Estado, portanto, seria um desdobramento da orquestração do mundo do trabalho e da casa na perspectiva de manter a ordem desejada. Isso significava conter os excessos dos que governavam a casa e dos que se insinuavam no âmbito das margens, já que, além dos escravos, as experiências da colonização e da Monarquia constitucional continuavam a produzir uma

---

<sup>174</sup> COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1999, p. 118.

<sup>175</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Op. cit.*, p. 115-7.

<sup>176</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>177</sup> Sérgio Buarque de Holanda. Prefácio a Thomas Davatz, *Memórias de um Colono no Brasil*. São Paulo, 1972, p. XXXVII. Apud MATTOS, I. R. de. *Op. cit.*, p.119.

<sup>178</sup> MATTOS, I. R. de. *Op. cit.*, p.119.



massa de homens e mulheres livres, pobres, forros, fugidios, que vagavam desordenadamente à margem e à revelia dos discursos e dos esforços disciplinadores.

Como analisa Mattos, o governo, o trabalho e a desordem eram mundos constitutivos do Império do Brasil, e fragmentos desses mundos se encontram em relação no cotidiano da Santa Casa, onde se reproduzem marcas exteriores nítidas da diferenciação social. O mundo do governo se expandia horizontal e verticalmente e, contracenando com o mundo da desordem e o do trabalho, naquele microcosmo também esses mundos se tangenciavam e interpenetravam, produzindo as marcas das diferenças impressas também nos nomes de escravas e de proprietários.

Nos primeiros, aparece assinalada a condição cativa das amas-de-leite, significativa da procriação – da maternidade negada, roubada, abortada e silenciada – e da propriedade feminina de corpos que aleitam, além do atributo racial geralmente sublinhado tanto em amas internas quanto externas, significativo da escravidão ou do pertencimento às camadas de pessoas pobres e marginais. Nos nomes dos proprietários, dos locadores de amas-de-leite escravas, emerge a condição de proprietário e de membro do clube, indicados no elenco de títulos distintivos do pertencimento ao mundo do prestígio, das rendas e da ordenança. Nos registros da instituição, portanto, também a sociedade imprimia-se nos indivíduos que a compunham, distinguindo-os, hierarquizando-os e forçando-os a certos vínculos políticos e pessoais<sup>179</sup> com os fios da violência e da dominação.

O caminho da formação, da carreira, da titulação e das relações pessoais estava impresso nos nomes, os quais eram efeitos e produtores do mundo das representações sociais. São sinais de diferenciações e de solidariedades que se aprofundavam de acordo com arranjos que costuravam laços e alinhavavam os interesses. Esses nomes estariam juntos nos arquivos e em outros redutos em que aparecem, sugerindo enredos que são estratégicos no ordenamento da sociedade e na trajetória de consolidação da Monarquia, também via tentáculos institucionais<sup>180</sup>. Como assinala Ilmar Mattos,

---

<sup>179</sup> Ilmar R. de Mattos refere-se à reflexão de Roberto DaMatta, para quem a arena privilegiada das gradações das diferenças e hierarquias veio a ser a casa e o corpo, como domínios fundamentais do mundo das relações pessoais, diante da lei geral e impessoal que pretendia igualar juridicamente a sociedade. Sobre a produção estética e moral da hierarquização nas relações da sociedade brasileira, ver: DAMATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, pp. 187-238.

<sup>180</sup> J. Capistrano de Abreu. Fases do Segundo Império. In: *Ensaio e Estudos (crítica e história)*. 2. ed. Rio de Janeiro: s.n., 1969, pp. 69-82. Apud MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Op. cit.*, p.119.

*(...) para a defesa de seus interesses, essas famílias ampliaram ainda as formas de solidariedade horizontal, estando presentes na Misericórdia, freqüentando as lojas maçônicas, constituindo sociedades políticas – dentre as quais sobressaía a Sociedade dos Defensores da Liberdade e Independência Nacional – e formando a Guarda Nacional. Uniram-se também para fazer frente às ameaças reais e potenciais de insurreições negras, como em 1854, no município de Vassouras. (...) Enobrecidas e condecoradas pelo Estado Imperial, essas famílias ligaram suas vidas a ele, ao qual não raro concebiam como instrumento de seus interesses corporativos. (...)*<sup>181</sup>

Integrantes daqueles círculos concêntricos que reuniam interesses escravocratas dos setores agrários, mercantis e/ou burocráticos da sociedade em torno da Coroa e do poder senhorial, representantes de cadeias esgarçadas da representação política e da cooptação de eleitores das províncias, gestoras de reformas políticas e administrativas, aquelas famílias pretendiam permanecer nas regiões elevadas da pirâmide censitária e, para isso, costuravam alianças, alugavam escravas e buscavam arrematar a ordem. A Santa Casa era um local emblemático na produção de sinais desses micropoderes do cotidiano e, também, de representações ambivalentes.

Por um lado, lá eram reproduzidas relações vincadas pelo patriarcalismo e pelo personalismo<sup>182</sup>; por outro, também era o lugar onde se produziam com ressonâncias as idéias higiênicas, entre outras formulações de um discurso político que procurava estabelecer a racionalidade e a disciplina do projeto modernizador/civilizador do Estado Imperial e das elites que o apoiavam e compunham. Era um lugar entre outros que, na arquitetura da política imperial engendrada na capital da Corte, instaurava novas regras para o jogo social, regulava os comportamentos na cidade, procurava ordenar os corpos expostos, lactantes, trabalhadores para, assim, livrar os indivíduos do mundo da desordem, da doença, da “malta” de “homens” pobres e livres que ameaçavam a construção da sociedade nacional, ou um Estado nacional, à semelhança das “*Nações civilizadas*”<sup>183</sup>.

Era uma instituição na qual se observam mudanças e permanências e que tanto absorve reformas que envolvem aquele projeto de “civilidade” quanto preserva as

---

<sup>181</sup> “(...) Ocasão em que os plantadores escravistas, reunidos em assembléia, resolveram constituir uma comissão permanente, sob a presidência de Laureano Correia e Castro (um dos maiores cafeicultores da região), encarregada de recomendar e insistir com os fazendeiros (...) para não só combater como também prevenir aquelas insurreições. (...)”. MATTOS, Ilmar R. de. *Op. cit.*, p. 67.

<sup>182</sup> HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil. Op. cit.*, pp. 46-7.

<sup>183</sup> MATTOS, I. R. de. *Op. cit.*, pp. 116-128.

práticas costumeiras que asseguram o *status quo* ou o impulsionam com a ampliação das rendas das famílias e dos laços da escravidão. Os documentos do arquivo registram, portanto, sinais daquelas três faces da sociedade imperial – a casa, o trabalho e o poder público – na dinâmica de um movimento. Em substantivos que denotam funções significativas da propriedade, das rendas e do prestígio na sociedade da Corte oitocentista, aqueles prenomes, nomes e sobrenomes carregam alusões e histórias de linhagens e ancestralidades memoráveis, justamente porque indicativas de localizações sociais distintivas, consideradas brancas e superiores. Aquela confluência de nomes puros, impuros, compostos ou decompostos, classificados ou desclassificados denota a produção das falas e do segredo, da honra e da desonra, de relações e poderes sexuais e privados sob as teias disciplinares de saberes e poderes públicos.

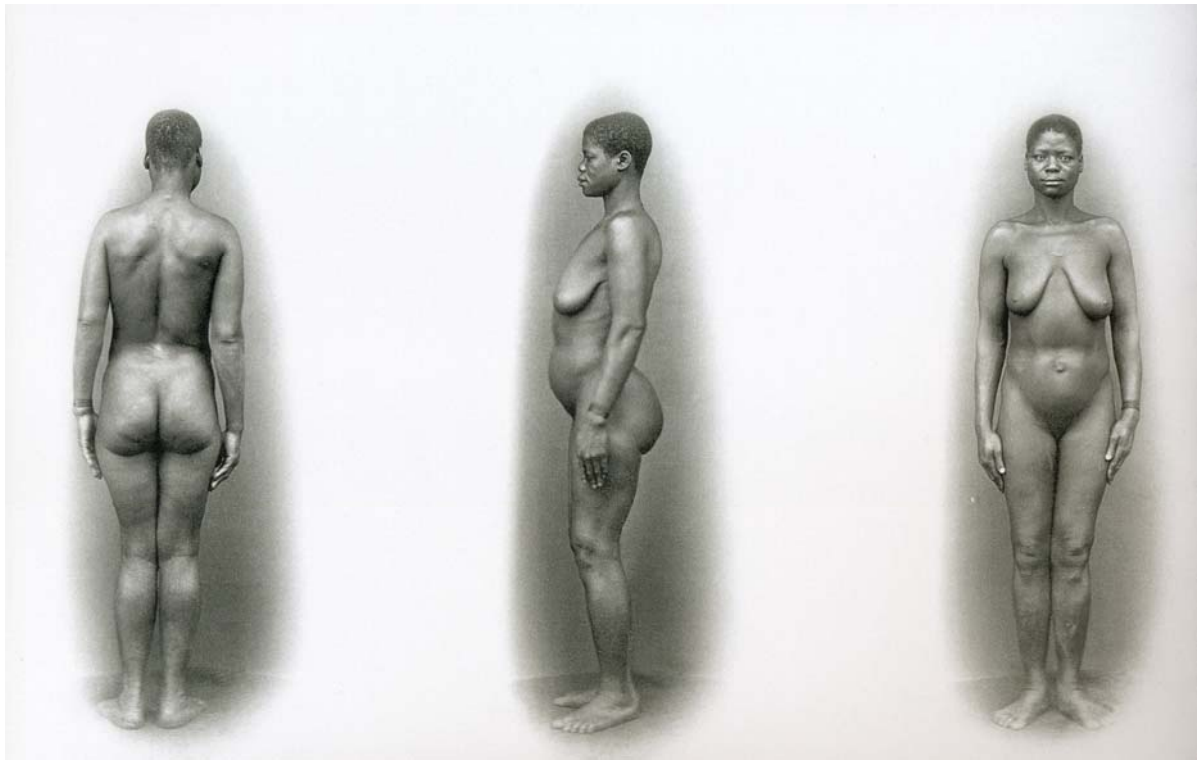
São manuscritos e impressos acerca do cotidiano daquela instituição que registram meros nomes e números e mostram a arquitetura política da sociedade carioca em algumas de suas relações e no movimento de produção de marcas que evidenciam posicionamentos reveladoras de relações e assimetrias sociais. A relação entre essas imagens presentes e os objetos ausentes configura um campo de lutas, cuja problemática central é o ordenamento, logo a hierarquização da própria estrutura social<sup>184</sup>. Assim, releio essas imagens recolhidas da Casa da Roda, não para observar-lhes seus movimentos mais gerais, seus números vagos de mortes, de entradas e saídas, suas dinâmicas de produção da honra e do leite da sobrevida mais ou menos revelados / escondidos. Mas para observar a dinâmica de alguns sentidos impressos e difundidos naqueles modos de representações das amas-de-leite e suas condições de possibilidade.

---

<sup>184</sup> CHARTIER, Roger. *Op. cit.*, pp. 183-6.

Elvira, Eulália, Delfina, Idalina, Maria Augusta, 9.  
Guilhermina Conça, 29. Felicidade Augusta, 39. Estácia Mofí  
(Mofsanque ou Mofunde), 40. Maria Rosa (livre), 45.  
Florinda Crioula, 47. Guilhermina (...), 53. Izabel Maria, 54.  
Rosa Cassange, 55. Anna Crioula, 56. Felisberta Mina, 58.  
Suzana Benguela, 60. Polucena (?) Crioula, 62. Catharina  
Rebola, 66. Felizarda Cabinda, 67. Vicência Maria (livre), 69.  
Christina Crioula, 71. Rita Benguela, 72. Catharina Cabinda,  
74. Jacinta Cassange, 76. Virginia (livre), 79. Henriqueta  
Mina, 80. Maria Augusta (livre), 81. Diva Luiza (idem), 82.  
Leopoldina Mucena, 83. Felícia Conça, 84. Carlota e 85.  
Leocádia, Theodora Parda, Paula Criola, Josepha Parda,  
Protasia Benguela, Maria Criola, Eufrozina Criola, Maria  
Benguela, Joanna Criola, Guilhermina Conça, Getrudes  
Criola, Ignacia Mina, Carolina Caçange, Emilia Cabinda,  
Caetana Criola, Anastácia Criola, Diana Conça, Carlota  
Benguela, Maria Criola, Joanna, Leopoldina Mina, Laura  
Parda, Victoria Conça, Carolina Caçange, Emilia Cabinda,  
Caetana Criola e Josefa Parda, Elvira, Olaria, Catharina,  
Eva, Geraldina, Páscoa, Maximiana, Gertrudes, Izabel,  
Fortunata, Josepha Crioula, Elvira e Geraldina, além de  
Maria, Theodora, Rosa, Gabriella, Izabel, Delfina, Josephina e  
Mathildes, Maria, Delfina, Virissima, Thereza e Jesuina,  
Cyrilla, Victoria, Maria, Josefina, Servula, Narciza e  
Caridade...

IN MEMORIAM



AUGUSTO STAHL, *Albumen*, 21 x 28 cm,  
The Peabody Museum of Archeology &  
Ethnology, c. 1865.

## Capítulo 2

### Imagens do discurso médico: ou vício ou virtude

*“Messieur, c’est une boucherie!”*

Foucault adverte que discursos como a economia, a gramática, a medicina ou a ciência dos seres vivos dão lugar a certas organizações de conceitos, a certos agrupamentos de objetos, a certos tipos de enunciação que formam, segundo seu grau de coerência, de rigor e de estabilidade, temas ou teorias<sup>1</sup>. Qualquer que seja o padrão formal que assumam, as organizações desses conceitos podem ser tomadas como estratégias que se distribuem na história. Vistas como um tecido discursivo, sob a ordem de um determinismo que as encadeia e as torna inevitáveis ou por encontros aleatórios entre idéias de origem diversa, influências, descobertas, é possível encontrar entre elas uma regularidade e definir um sistema comum de sua formação<sup>2</sup>.

Imagens de amas-de-leite habitam alguns desses agrupamentos, conferindo coerência, rigor, estabilidade a alguns temas e teorias que deram substância às formas do conhecimento que estavam em construção no século XIX. Entre as referências às condições precárias da cidade e da população, ao abandono e à alta mortalidade infantil, elas aparecem enunciadas na literatura, na iconografia, na imprensa e também na literatura médica do período. Entre os temas relevantes que circulavam na Corte, também estavam em registros que demandavam providências às autoridades municipais.

Já na primeira metade do século, em livro publicado em 1845, o missionário americano Daniel Kidder se indignava com os insucessos da Nossa Senhora dos Expostos na luta pela sobrevivência das crianças enjeitadas. Apesar dos esforços e despesas para a contratação de *“todas as amas que puderam encontrar”*, o quadro da mortandade na capital assemelhava-se a um *“abatedouro”*, um *“açougue”* ou uma *“carnificina”*...

*(...) Das três mil, seiscentas e trinta crianças abandonadas no Rio de Janeiro, durante a década que precedeu o ano de 1840, somente mil e vinte e quatro estavam ainda vivas ao findar aquele ano. No período compreendido entre 1838 e 1839,*

---

<sup>1</sup> FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 71.

<sup>2</sup> *Idem, ibidem.*

*quatrocentos e quarenta e nove inocentes foram encontrados mortos quando retirados da caixa. Muitos morreram no primeiro dia após o abandono e duzentos e trinta e oito faleceram pouco depois. A despeito de todos os esforços despendidos e das despesas feitas com a contratação de todas as amas que puderam encontrar, só foi possível salvar um terço dos enjeitados. Quase todos os médicos que nos acompanharam em nossas visitas tinham a mesma eloqüente expressão: “Isto é uma carnificina, meu amigo”. (...)<sup>3</sup>*

Em meio às encenações daquela “*carnificina*” infantil assistida pelos médicos e por viajantes estrangeiros e por estes registrada, as amas-de-leite foram vistas a princípio como “salvadoras”, já que só elas poderiam prover o alimento necessário às crianças recusadas por suas mães, pais e parentes e expostas na Casa da Roda. Nas palavras e nos números do missionário americano, “*a despeito de todos os esforços despendidos e das despesas feitas com a contratação de todas as amas que puderam encontrar*”, menos de 30% dos enjeitados sobreviveram em 1838.

Não obstante o tom indignado do americano, o texto deixa entrever a naturalização das práticas do abandono entrelaçadas às do aleitamento escravo, como observei no capítulo anterior. É visível, portanto, a relação que se estabelece entre os registros de altos índices da mortalidade infantil na capital da Corte, que eram objeto de espanto, e a demanda por mulheres em condições de aleitar. Assim, ao tratar dos números da morte e da “*exposição*” de crianças, tais discursos costumavam se referir também às mulheres livres, pobres, forras e particularmente às cativas, que eram mais comumente alugadas também pela Casa da Roda, estabelecimento da Santa Casa da Misericórdia, para “*salvar*” a vida dos enjeitados.

A questão me coloca diante de um objeto que aparece por trás de outro, ou de outros, impregnado dessas expressões de indignação em face das condições deficientes de salubridade na capital imperial. Imagens de amas-de-leite estavam sendo tecidas no discurso que valoriza a criança, a mãe “*verdadeira*”, a família e a cidade higiênica. As impressões colhidas sob muitos olhares configuravam, portanto, o horizonte de preocupações de autoridades municipais e de estudiosos da medicina dedicados à pesquisa sobre condições adequadas de higiene e sobre a definição de iniciativas que

---

<sup>3</sup> KIDDER, Daniel P. *Reminiscência de Viagens e Permanências nas Províncias do Sul do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1980, p. 78.

visavam à promoção da melhoria das ruas e das habitações da cidade, como forma de prover condições de saúde para a população.

Ao longo do século XIX, a pesquisa e a profissão médica se organizavam e travavam um diálogo permanente com as autoridades municipais e com outros nichos da sociedade letrada<sup>4</sup>. Cotidianamente eram produzidas teses, revistas, projetos de posturas e regulamentos institucionais sugestivos de práticas que, uma vez organizadas, planificadas, controladas, poderiam corrigir hábitos considerados nocivos ou perigosos, a fim de prevenir e conter a proliferação de doenças dos corpos e da sociedade. Assim, de modo geral, observa-se a produção de discursos que procuram prescrever ou pautar comportamentos considerados mais adequados ou “civilizados”, que seriam correspondentes aos padrões identificados com a saúde, idéia que correspondia a um universo de elementos que se reconheciam como sinais do progresso e da modernidade.

Com efeito, o aparecimento do conceito de “mulher” e de “família” como objeto do saber médico precisa ser pensado no interior da historicidade dessa própria disciplina científica que se organiza naquele século. O assunto foi tratado por Roberto Machado em estudos que acabaram por se tornar uma referência para a abordagem da história da medicina no período. De acordo com essa abordagem, aquela produção discursiva era também um projeto de intervenção social que pretendia romper com certas práticas sociais vigentes desde o período colonial e instaurar a estratégia de um saber científico, este que se organizava por meio de instituições que orientam, regulam e produzem o espaço urbano, a população e as condutas individuais<sup>5</sup>.

O projeto que ele chamou de “*medicalização da sociedade*”, portanto, denota uma organização e uma virada de um saber, reveladoras de um deslocamento conceitual: de uma situação em que esforços dispersos eram voltados para a cura da doença para uma racionalidade organizada em torno de um planejamento político de promoção da saúde e da vida, que incluía desde a prevenção da doença até a organização do espaço e das condições de habitação urbana. Com base nesses estudos, destaco a natureza política desse movimento, haja vista que:

---

<sup>4</sup> A Fisicatura-Mor havia sido criada em 1782 em Lisboa. No Rio, em janeiro de 1810 foi estabelecida como instituição para controlar as atividades de cirurgiões, boticários, por meio de inspeções e relatórios, bem como licenciar práticos (não formados). As atribuições quanto à higiene e saúde passaram para as Câmaras, que muitas vezes delegavam a fiscalização à Intendência Geral de Polícia. As duas primeiras escolas de medicina foram criadas no Rio de Janeiro e Salvador em 1808, e de início foram chamadas Academias. Em 1832 foram transformadas em Faculdades de Medicina, de acordo com o projeto da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. SCLiar, Moacyr. *Um Olhar sobre a Saúde Pública*. 2. impr. São Paulo: Scipione/FNDE, 2003, pp. 32-3.

<sup>5</sup> MACHADO, Roberto *et al.* *Op. cit.*.



*(...) a tarefa da medicina, como poder a serviço do progresso, consiste em orientar racionalmente a ação transformadora da sociedade, para conduzi-la à civilização. A ação modificadora do homem sobre a natureza pode elevar-se ao nível de uma política racional, científica e normalizadora, na medida em que o controle médico da cidade se funda em um saber atento à multiplicidade e interrelação das causas e dos efeitos.(...) A medicina social possui o conhecimento das distinções que devem ser estabelecidas entre os diferentes componentes do todo urbano, ela compreende os nexos causais que os relacionam e pode, assim, intervir para inverter a ordem dessas relações. (...) Ela analisa e sintetiza ao nível do saber e ao nível da prática para produzir a cidade como objeto e como objetivo; em resumo, para obter, por um processo indefinido de intervenção, uma cidade submetida, pelo controle, à norma do conhecimento.(...)*<sup>6</sup>

É justamente na primeira metade do século XIX que a medicina social se organiza, ao esquadrihar o espaço urbano, inventariar as condições de vida e propor a normalização dos indivíduos. Pensadas como instrumentos dessa planificação racional preventiva e intervencionista, portanto, as práticas de amamentação de crianças por mulheres cativas que estavam disseminadas desde os tempos coloniais também passariam a ser reconhecidas, estudadas, classificadas em suas minúcias no interior desse processo de ordenação política ou de medicalização da sociedade. Significativamente, naquele momento histórico essas práticas seriam consideradas mercenárias também porque estariam entrevistadas no interior desse esforço de esquadrihamento do espaço da sociedade e de conhecimento de uma etiologia social da doença. Um esforço que se evidencia já na Santa Casa da Misericórdia em suas práticas e regulamentos de controle, na Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro<sup>7</sup>, na Faculdade de Medicina<sup>8</sup> e na Junta Central de Higiene Pública, esta última criada em 1851 para analisar as condições de salubridade e higiene nos aglomerados urbanos e propor políticas e soluções para os problemas relativos à saúde pública<sup>9</sup>. Aparece também em projetos cuidadosamente elaborados que não chegaram a se concretizar<sup>10</sup>.

---

<sup>6</sup> MACHADO *et al.* *Op. cit.*, p. 276-8.

<sup>7</sup> Criada em 1829, nela foi reunido o grupo interessado no projeto de uma medicina social dedicado à promoção da saúde pública e à normalização do ensino e do exercício da ciência médica. *Idem, ibidem*, pp. 185-193.

<sup>8</sup> Foram instituídas para controlar o exercício da profissão por lei, em 1832, que determina que ninguém poderá curar, partear ou ter botica sem título conferido ou aprovado. *Idem, ibidem*.

<sup>9</sup> Por ocasião da segunda epidemia de febre amarela, a Junta Central de Saúde Pública reuniu engenheiros e higienistas no Rio de Janeiro para dar início aos trabalhos. A atuação da Junta caracterizou-se por uma

A atenção quanto à salubridade das populações, o planejamento de cuidados relativos ao controle da saúde e a distribuição política de iniciativas entre as Câmaras Municipais se materializam no próprio conceito de “*higiene pública*” e nos discursos que exprimem a necessidade de uma ação que fosse coletiva e preventiva<sup>11</sup>. Nessa perspectiva é que são eleitos certos objetos significativos, entre eles as amas-de-leite, que passam a ser tratados como “questão social” nos textos da disciplina médica. Suas imagens revelam aquele lugar resultante da observação, da classificação, do esmiuçamento e da regulamentação das práticas de aleitamento, um lugar que aponta para um horizonte de garantia do “*futuro dos filhos*”. Assim, acompanhando o “*progresso da sciencia nos paizes mais cultos*”<sup>12</sup>, também na Corte uma disciplina do aleitamento se configura como objeto e estratégia que se distribui entre outras práticas voltadas para a promoção da saúde da sociedade e do Estado, este entendido como instância maior de produção do controle político individual e coletivo<sup>13</sup>.

A construção de objetos de estudo sobre as populações e a cidade e o próprio discurso médico e sua difusão, principalmente na sociedade urbana do Oitocentos, constituem, portanto, um dos vetores que incidem na transformação dos costumes, nas formas de relação e convívio familiar e também na concepção de família, casamento, sexualidade, maternidade e infância. No exercício de releitura dos textos da medicina sobre o aleitamento, particularmente porquanto tratam daquele considerado “*mercenário*”, não é possível perder de vista esse esforço de organização positiva da sociedade e de um saber sobre ela. Ao tratar cientificamente do aleitamento e da nutrição infantil, aquele discurso revela também a elaboração de uma norma familiar e de uma disciplina doméstica<sup>14</sup>, que se engendra na abordagem pormenorizada do corpo

---

profunda discórdia entre contagionistas e infeccionistas. Os primeiros defendiam a teoria de que as doenças se transmitiam pelo contato direto entre indivíduos, por objetos contaminados ou mesmo pelo ar, enquanto os infeccionistas acreditavam que as infecções resultavam da ação de substâncias putrefatas de origem animal ou vegetal. BOTELHO, Ângela Vianna e REIS, Liana Maria. *Op. cit.*, p. 282.

<sup>10</sup> Refiro-me ao Projeto de Regulamentação das Amas-de-Leite, formulado pelo Dr. Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo, ao Projeto de Postura sobre as amas-de-leite, apresentado à Câmara Municipal em abril de 1884, e ao Regulamento do Instituto Municipal de Amas de Leite de 1884 e 1885, que serão analisados no capítulo 3 desta parte.

<sup>11</sup> Criada como corpo ordenado e ordenador em 1829, a Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro luta pela normalização do ensino e do exercício da medicina, que se impõe como guarida da saúde pública. Sobre o assunto, ver MACHADO, R. *Danação da Norma. Op. cit.*, pp. 185-193.

<sup>12</sup> FIGUEIREDO, Carlos Arthur Moncorvo de (Dr. Moncorvo). In: *Gazeta da Bahia*, vol. 8, 1876-1877, p. 496. (FBN)

<sup>13</sup> Quando o Estado (...) estabelece a possibilidade de um controle político individual ou coletivo que se exerça de forma contínua, a medicina nela está presente como condição para uma normalização da sociedade no que diz respeito à saúde, que não é uma questão isolada, um aspecto restrito, mas implica uma consideração global do social. MACHADO, R. *Danação da Norma. Op. cit.*, p. 88.

<sup>14</sup> *Idem, ibidem.*

em suas repartições físicas e mecanismos fisiológicos e nos significados engenhosamente construídos que os atrelam a uma moral sexual e familiar<sup>15</sup>.

As práticas das amas-de-leite e a materialização de corpos femininos lactantes são construídas no interior de uma produção discursiva normalizadora. As figuras de amas-de-leite servem como mirantes de onde observo algumas perspectivas modeladoras dos papéis masculinos e femininos no interior da família, do trabalho e da cidade higiênica. Como parte dessa fértil produção, as teses da Faculdade de Medicina também não escondem essa perspectiva ordenadora e disciplinar. Embora vistas como “salvadoras” dos expostos da Corte, amas-de-leite, em seus corpos de mulheres escravizadas, eram também objeto naquele processo de ressignificação, e este seria o aspecto retomado para identificá-las como seres “*selvagens e primitivos*”, por isso reprováveis, considerando-se a relevância do papel que desempenhavam na família e na cidade que se pretendia “*higienizar*” e “*civilizar*”.

Significativamente, o regime de criação dos expostos era um dos temas escolhidos por professores da Faculdade para desenvolver aquela ótica higiênica. Isso porque a conclusão do curso de medicina previa a elaboração e defesa de uma tese cujo ponto a ser desenvolvido era sorteado entre temas considerados importantes. Na década de 1840 apareceriam, portanto, as primeiras teses que abordavam o cuidado que deveria ser dado àquelas crianças, revelando uma maneira diferente de olhar os expostos, o aleitamento e a criação de recém-nascidos. Estes passavam a ser tratados como peças de uma tecnologia disciplinar<sup>16</sup> que denota o que incomodava o pensamento médico-higienista.

*(...) Que regime será mais conveniente à criação dos expostos da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, atenta às nossas circunstâncias especiais: a criação em comum dentro do hospício, ou a privada em casas particulares? Na primeira hipótese o que mais conviria: amamentá-los com o leite das amas que se podem alugar hoje, ou com leite de cabra, ovelha ou vaca? Neste último caso o que seria mais útil: administrar-lhes o alimento por meio de instrumentos apropriados, ou acostumar a criança a sorvê-lo imediatamente do ubre do animal, sendo este cabra ou ovelha? Pode atualmente ser um destes sistemas*

<sup>15</sup> ANTUNES, José Leopoldo Ferreira Antunes. *Medicina, Leis e Moral. Pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: UNESP, 1999, pp. 166-7.

<sup>16</sup> Embora já existissem, as disciplinas se tornam fórmulas gerais de dominação diferentes da escravidão, pois não se fundamentam numa relação de apropriação dos corpos, mas na fabricação de corpos submissos, exercitados e “dóceis”. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir. Op. cit.*, pp. 126-7.

*considerado tão superior aos outros, que os deva excluir absolutamente? (...)*<sup>17</sup>

O ponto provocava o candidato a médico a dissertar sobre o que seria mais conveniente à criação daquelas crianças, se “*em comum dentro do hospício*”, ou de forma “*privada em casas particulares*”. Na primeira hipótese, se com leite de amas, de cabra, ovelha ou vaca, essa era a pergunta. E, ainda, para o caso de se utilizarem animais, se seria melhor o aleitamento por meio de instrumentos ou acostumar a criança a sorvê-lo imediatamente do ubre do animal. As interrogações demonstram que se procuravam meios para a adoção de alternativas ao aleitamento “*mercenário*” e, por fim, perguntava-se se algum desses sistemas poderia ser considerado “*tão superior aos outros, que os deva excluir absolutamente*”...

O aleitamento qualificado como “*mercenário*” passava a ser um alvo necessário e recorrente de um discurso que precisava ser muitas vezes dito, para que se conseguisse o objetivo de intervir sobre práticas que estavam enraizadas. Naturalizadas, elas até mesmo distinguiam as famílias proprietárias, haja vista o costume de exibir suas amas-de-leite em meio à escravaria doméstica. Amas-de-leite eram vistas como parte integrante da família proprietária, que se costumava apresentar, representar, expor e cotidianamente dar a ver. Logo, qualquer mudança que prescrevesse a não utilização daqueles corpos trabalhadores ou o fim daqueles serviços rentáveis e da exibição daquelas imagens localizadoras do *status* de proprietários só se daria mediante uma remodelação radical e eficientemente persuasiva dos papéis da família e da sociedade.

Nos estudos da medicina nascente, as amas-de-leite são imagens de mulheres que aparecem qualificadas pelo comportamento fisiológico de seus corpos. Corpos de amas-de-leite são retratados no conjunto dos animais da natureza que passavam a ser classificados como mamíferos. São corpos que aparecem a reboque de seus predicados físicos e salientados em suas características morfológicas. Comparadas a certos animais que podem substituí-las com maior ou menor propriedade, o texto científico trata da conformação de corpos de mulheres procriadoras. Daí a composição da narrativa configurada em três partes: no primeiro capítulo, tratava-se da forma e do volume “*das mamas*”; no segundo, “*das vantagens do aleitamento maternal*” e no terceiro, então, era preciso discorrer sobre “*a escolha de uma ama*”. Mensurar as qualidades da substância láctea em relação às condições de produção do leite era também uma maneira de

---

<sup>17</sup> GONÇALVES, Margareth de Almeida. 1991. *Expostos à Misericórdia...* Op. cit., p. 220.

dissertar sobre o objetivo precípua de prescrever, controlar e normalizar o comportamento das mulheres como mães, de acordo com a verdade da ciência higiênica.

Naquelas imagens cuidadosamente buriladas nas teses, observo a articulação de um alfabeto identitário no qual transparecem, além daqueles elementos de um aparelhamento reprodutor e aleitador, elementos outros de uma substância discursiva materializada em características significativas dos corpos dadas pela “raça” e por caracteres peculiares à natureza humana, feminina e cativa. Naquela perspectiva estratégica e planificadora, portanto, a figura da ama-de-leite emerge no discurso médico em um elenco de traços biológicos e circunstâncias morais que mensuram uma eficácia e, ao mesmo tempo, modelam sobre seus corpos algumas das “deficiências” morais da sociedade imperial que era esquadrinhada, organizada e dada a ler pelas diferentes expressões e saberes.

O discurso médico aparece entre as novas técnicas administrativas e econômicas de controle que estão surgindo e manifestam também na Corte o que Foucault chamou de um “*tempo serial, orientado e cumulativo*, ou seja, uma evolução em termos de “*progresso*”. Ele ainda acrescenta: “(...) *as técnicas disciplinares, por sua vez, fazem emergir séries individuais: descoberta de uma evolução em termos de “gênese”*. As amas constituem uma dessas séries individuais; estando imersas no mundo da escravidão, suas imagens expressam “*técnicas de poder*” e transitam em discursos que tratam de um tempo evolutivo, cumulativo e útil. Para ele, o “*progresso das sociedades*” aparece com a “*gênese dos indivíduos*”, e essas duas “descobertas”

*(...) são talvez correlatas das novas técnicas de poder e, mais precisamente, de uma nova maneira de gerir o tempo e torná-lo útil, por recorte segmentar, por seriação, por síntese e totalização. Uma macro e uma microfísica de poder permitiram, não certamente a invenção da história (já há um bom tempo ela não precisava mais ser inventada), mas a integração de uma dimensão temporal, unitária, cumulativa no exercício dos controles e na prática das dominações. (...)*<sup>18</sup>

A “*historicidade evolutiva*” a que ele se refere está ligada a um modo de funcionamento do poder que invade o território da “*história rememoração*”, aquela das crônicas, das genealogias, das proezas, dos reinos. Pensar o poder entremeado com as tecnologias de sujeição é uma maneira de se apreender, como ensina Foucault, o

---

<sup>18</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Op. cit., p. 145.

momento em que a “*dinâmica*” das evoluções contínuas tende a substituir a “*dinástica*” dos acontecimentos solenes<sup>19</sup>.

O estudo de medicina estava se estruturando na Corte, e talvez ainda estivesse por definir-se o modelo segundo o qual a experiência prática é feita a partir do próprio doente, e acabaria por ligar o saber particular a um sistema geral de conhecimentos. Mesmo que a sociedade carioca utilizasse práticas e saberes populares de cura, a perspectiva histórica permite observar que era iminente a incorporação do modelo francês, pelo qual a experiência da clínica predominaria como uma “*verdade na liberdade garantida*” e passaria a representar um “*momento essencial da coerência científica, mas também de utilidade social e da pureza política da nova organização médica*”<sup>20</sup>.

Em que pese o caráter ensaístico de um texto menos embasado em uma fundamentação empírica do que filosófica, nele já aparecem desenhados os princípios de uma “*ortopedia moral*” baseada na medicina higiênica que, sob a leitura de Jurandir Freire Costa, tinha o horizonte voltado para a transformação do modelo de “*família colonial*”, considerada funesta à infância, em um modelo de “*família colonizada*”, em que a antiga omissão para com a criança daria lugar a uma participação mais justa e equitativa entre homens e mulheres<sup>21</sup>. Prefiro desprezar os adjetivos comparativos usados pelo autor – “*mais justa e equitativa*” – e pensar em uma participação diferente da anterior, embora ainda baseada em tecnologias sociais e políticas do sistema sexo-gênero<sup>22</sup>, como sugere Teresa de Lauretis, quer dizer, pensar papéis femininos e masculinos não como representações de sujeitos dados *a priori*, mas como “*efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais*”<sup>23</sup>.

Pensar como uma operação de outra tecnologia do gênero seria o mesmo que reler as concepções culturais de masculino e feminino que aparecem reelaboradas em novas roupagens a partir de fatores políticos e econômicos de uma história recente, mas permanecem como duas categorias complementares que se excluem, nas quais todos os seres humanos são classificados. O conceito permite pensar em fatores que fazem com que os significados possam variar de uma cultura para outra ou de um momento histórico para outro em cada sociedade, para entender como funciona,

---

<sup>19</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>20</sup> FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da Clínica*. Op. cit., pp. 76-7.

<sup>21</sup> COSTA, Jurandir Freire. *Op. cit.*, pp. 169-170.

<sup>22</sup> LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.) *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

<sup>23</sup> *Idem, ibidem*, p. 210-1.

*(...) dentro de cada cultura, um sistema de gênero, um sistema simbólico ou um sistema de significações que relaciona o sexo a conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias sociais.(...)*<sup>24</sup>

Portanto, os discursos médicos produziam representações da construção cultural do sexo em gênero e a assimetria que caracteriza todos os sistemas de gênero, embora ao modo da sociedade carioca. Ou seja, representadas como “amas-de-leite” ou como “mães verdadeiras”, aparecem nas teses posições sociais que trazem consigo significados diferenciais e, por se referirem a imagens de mulheres, subentendia-se nelas a totalidade de certos atributos sociais em relação aos homens, no elenco de representações que constituem o conjunto de indivíduos dentro daquela sociedade e são tanto produto quanto processo de sua representação<sup>25</sup>. Ao invés da participação de homens e mulheres em um novo modelo de família, observo a construção sociocultural de certos papéis condizentes com um sistema de representações que se disseminam por meio de códigos e padrões de sociabilidade e passam a significar a ordem liberal e burguesa, esta, que, todavia, permanecia diferenciada e desigual do ponto de vista do sistema sexo-gênero.

Referenciado no pragmatismo higiênico, o ideal de família permanecia vincado por representações de gênero e poderia servir de sùmula dos objetivos da higiene doméstica. Esta prescrevia que se transpusesse o “*antigo ethos familiar*”, prescindindo-se dos ganhos e do trabalho escravo. Assim, Freire Costa descreve o quadro da modernidade:

*(...) Em primeiro lugar, o pai era situado no quadro familiar, dentro de limites bem precisos. Ele deveria responsabilizar-se pela proteção material do filho. (...) Em segundo lugar, a mulher ganhava um papel autônomo no interior da casa, o de iniciadora da educação infantil. Sua função não seria a de mera guardiã do patrimônio do marido. Finalmente, em terceiro lugar, os papéis da família e da infância eram redefinidos, de modo a se contraporem ao antigo ethos familiar. Os filhos deveriam ser criados para amar e servir à ‘humanidade’, e não para amar e servir à família. Ou seja, os servos do pai deveriam tornar-se servos dos outros. Daqueles que podiam manter a família sem necessitar, por exemplo, do aluguel de escravos de*

---

<sup>24</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>25</sup> *Idem, ibidem, p. 212.*

*ganhos. Dos que podiam, ao mesmo tempo, cuidar dos filhos e das riquezas familiares sem prejudicar a vida e o progresso de ambos. (...)*<sup>26</sup>

Aquele ideal de família também significava um deslocamento político da esfera do poder privado para a do poder público, ou, nas palavras Freire Costa, da esfera agrária para a do Estado, este que precisava “*apenas de poucos patrões para comandá-lo e muitos pais para servi-lo*”<sup>27</sup>. Mediante o modelo que estava sendo engendrado, a nova criança reclamava um casal que se comportasse como tutor dos filhos<sup>28</sup>, e não mais de amas cativas para cuidá-los. A produção de um novo *ethos* familiar passaria pela ressignificação dos papéis de pai e de mãe, mas se o pai provedor estava por ele bem definido, a mulher, colocada em segundo lugar, não ganharia exatamente uma “*autonomia*” no papel de iniciadora da educação infantil, mas, sim, a reafirmação de sua posição secundária, relativa ao homem e inferior, mesmo que em papel redefinido e revalorizado em sua “*natureza biológica*”, em seus “*deveres sagrados*” e em sua destinação obrigatória como mãe “*verdadeira*”.

## **2.1 “Breves considerações sobre as vantagens do aleitamento maternal”**

A primeira dissertação sobre o assunto que encontrei foi apresentada na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1847 e tem uma configuração peculiar. Embora já esteja estruturada com metodologia acadêmica, o texto discorre sobre três aspectos da temática geral e deixa entrever uma narrativa espelhada nas preocupações teóricas e filosóficas da época que ainda não apresenta as constatações empíricas e formulações esquemáticas da produção posterior. Entretanto, as questões colocadas já se organizam com base em uma verdade da natureza e, se o texto ainda não transparece um quantitativo baseado em experiências químicas, em dissecções anatômicas ou em resultados mais detalhados de aparelhos de leitura de substâncias em escala microscópica, apresenta sem subterfúgios aquele conteúdo moralizante.

Eram provavelmente aquelas imagens de mãe, pai e família que povoavam as idéias de Zeferino Justino da Silva Meirelles, ao desenvolver a “*These*” na Faculdade de

---

<sup>26</sup> COSTA, J. F. *Op. cit.*, pp. 169-170.

<sup>27</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>28</sup> *Idem, ibidem.*



Medicina do Rio de Janeiro cujo título já exprime a intenção do autor: “*Breves considerações sobre as vantagens do aleitamento maternal*”. No prólogo, o estudante já esclarece que “*não tem em vista apresentar idéias novas*”, mas somente seguir esses “*grandes Philosophos e Médicos*”, que “*alta e eloqüentemente tem proclamado o primeiro e o mais sagrado dos deveres de uma Mãe*”<sup>29</sup>.

Para obter o grau de médico, ele se propõe a erguer sua “*débil voz a par d’esses sábios, ilustres bemfeitores da humanidade que com suas luzes, felizes fructos de uma longa experiência, (...), tem sufficientemente aprofundado tudo o que concerne ao aleitamento maternal, (...) tão somente para dar cumprimento à lei*”. Lei que, para ele, também se confirma na posição contrária da medicina higiênica com relação às práticas de aleitamento realizadas por mulheres escravizadas que, vista por outro lado, é também uma forma de salientar a “*negligência*” e até mesmo a “*perversidade*” das mulheres que se recusam a assumir tão “*nobre*” papel. Em todas as páginas transparece sua sintonia com as reflexões que se faziam na Europa, aspecto que ele inclusive procura não ocultar.

O texto é uma apologia à “*mãe*”, entendida como imagem de mulher “*verdadeira*”, cujo significado é construído pela afirmação do destino biológico e reprodutor do corpo feminino e, também, no significante que se refere à mulher e à maternidade como uma questão social. Essa identidade social forjada como um “*outro dos agentes históricos*”, como atenta Tânia Swain, a mulher-esposa-mãe, aparece ali encenada em sua significação politicamente útil e, mais do que isso, favorável à espécie e à sociedade, também para estruturar um quadro binário de sexo e sexualidade, de hierarquias e papéis mantidos e aceitos como naturais<sup>30</sup>, modelando a atuação do feminino em relação ao masculino.

Repetindo o bordão em uníssono com as idéias em voga na França, o médico exprime desolação e se diz convencido de que não caberá, certamente,

*(...) a glória de, com nossas fracas vozes, mover o coração já empedernido d’essas, que de Mãe só tem o nome; que desprezando o innocente fructo de suas entranhas o entregão desapiedadamente a mãos mercenárias, desconhecendo e*

---

<sup>29</sup> MEIRELLES, Zeferino Justino da Silva. *Breves Considerações sobre as Vantagens do Aleitamento Maternal*. These apresentada à FMRJ em 9 de dezembro de 1847. Rio de Janeiro: Typ. do Diário de N. L. Vianna, 1847, 30p.

<sup>30</sup> SWAIN, Tânia Navarro. Mulheres, sujeitos políticos: que diferença é esta? In: SWAIN, Tânia Navarro e MUNIZ, Diva do Couto Gontijo (Orgs.) *Mulheres em Ação: práticas discursivas, práticas políticas*. Florianópolis/Belo Horizonte: Mulheres/PUC Minas, 2005, p. 338.

*calcando aos pés o seu primeiro e mais sagrado dever. Não; para essas vozes, repercutirão de balde; serão surdas às da natureza; e inabaláveis ficarão como as rochas batidas pelas vagas; porque a mulher, que sem motivo legítimo deslembra ou desconhece os sublimes sentimentos da maternidade, cahe no último degráu dos entes mais degradados, colloca-se abaixo dos animaes, os mais abjectos; torna-se um membro inutil à sociedade, da qual deve ser apartada; é uma irrisão do alto gráu de civilisação a que temos felizmente chegado. (...)*<sup>31</sup>

Com essas palavras ele elabora a contra-imagem também fixa que remete a experiências outras de mulheres que não têm “*coração*” ou “*piiedade*”, por isso entregam o “*inocente fruto de suas entranhas*” a “*mãos mercenárias*”, desprezando aquilo que seria seu “*primeiro e sagrado dever*”, isto é, a maternidade. Construído com esmero formal, o período explicita a postura pedagógica e científica do autor em reprovação àquelas práticas que estavam arraigadas no Brasil desde a Colônia. Assim, ele critica o comportamento de pais e mães de família que preferiam utilizar mulheres cativas para aleitarem seus filhos, tanto pelo costume quanto porque tais práticas contribuía, inclusive, para distinguir a condição proprietária. Esta que era dada a ler pelo uso de cativas em todas as atividades do trabalho doméstico e particularmente pela exibição daqueles costumes nas encenações da vida cotidiana.

Prestes a obter o grau de doutor, Meirelles já em 1847 traz, em sua postura, à cena carioca aquela visão ortopédica da medicina e também a resistência de mulheres que, “*inabaláveis (...) como rochas batidas pelas vagas*”, resistem a adotar o padrão de família e maternidade veiculado por meio de prescrições médicas e de normas que se disseminam na sociedade e identificam o “*progresso*”. No texto do candidato a doutor, observo não somente a forte influência das idéias que eram correntes nas “*nações civilizadas*”, mas particularmente o trânsito no imaginário da Corte daquelas representações que se reproduziram no Ocidente nos séculos XVIII e XIX sob matrizes consideradas esclarecidas e iluministas que forjavam o pensamento e modelavam as relações sociais.

Eram visíveis na sociedade carioca as influências dessas noções então em voga na intelectualidade européia – significativas da civilidade e do progresso –, que dão forma ao projeto moderno de nação e operam lentamente transformações nos costumes

---

<sup>31</sup> MEIRELLES, Z. J. da S. *Breves Considerações sobre as Vantagens do Aleitamento Maternal*. *Op. cit.*, p 39.

e sociabilidades<sup>32</sup>. Lentamente, como observa Diva Muniz, porquanto os saberes e códigos normativos, como modos de ordenar o mundo, “*não antecedem a organização social, mas estão inseparáveis dela, já que produzidos no decorrer do processo histórico*”<sup>33</sup>. Esse movimento em direção ao comportamento civilizado, ela acrescenta, permite-nos observar a dimensão política da construção e implementação dos significados dos conceitos e a permanente disputa que preside tal processo, bem como a variabilidade, volatilidade e instabilidade dos significados que se expressam através de contrastes mais ou menos explícitos<sup>34</sup>. Logo,

(...) *entender o que significava ser “civilizado” no Brasil de então implica atentar para o jogo de forças presentes na construção e implementação desse significado, desvendando-o de forma a permitir perceber as inclusões/exclusões inscritas em tal construção. (...)*<sup>35</sup>

Os conceitos de família e de maternidade, que aqui especialmente interessam, dependendo do ambiente discursivo em que estão formulados, expressavam o movimento desse jogo de forças pelo qual eram disseminados os conceitos de civilizado/civilidade/civilização, os quais sugerem mudanças do comportamento social e de seus códigos em consonância com o estatuto de país livre e o projeto de nação que se pretendia construir. Ao invocar imagens de mulher, mãe e família conjugal que são alusivas a um padrão difundido pela higiene e identificado com a ordem burguesa, o discurso da medicina, a princípio, destoa naquele cotidiano marcado por relações sociais tradicionalmente vincadas pela ordem escravocrata, que remetem ao passado colonial, portanto considerado atrasado, inculto e incivilizado.

Assim, o novo imperativo de criar condições de sobrevivência para as crianças provocara o que Badinter chamou de uma “*operação de salvamento*” na Europa que reunira moralistas, administradores e médicos na tarefa de sensibilização das mulheres para assumirem o papel de mãe, que segundo eles fora “*esquecido*”<sup>36</sup>. Também na capital da Corte, acompanhando as transformações que se operam na sociedade

---

<sup>32</sup> MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. O tom do “bom-tom”: os manuais de civilidade e a construção de gênero. In: COSTA, Cléria Botelho da e MAGALHÃES, Nancy Alessio (Orgs.) *Contar história, fazer História: História, cultura e memória*. Brasília: Paralelo 15, 2001, p. 297-304.

<sup>33</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>34</sup> SCOTT, Joan. Prefácio a *Gender and Politics of History*. In: *Cadernos Pagu. Desacordos, desamores, diferenças*. Campinas: Unicamp/NEG, n. 3, 1994, p. 12. Apud MUNIZ, D. do C. G. O tom do “bom-tom” (...). *Op. cit.*, p. 298.

<sup>35</sup> MUNIZ, D. do C. G. O tom do “bom-tom”: (...). *Op. cit.*, p. 298.

<sup>36</sup> BADINTER, Elisabeth. *Op. cit.*, pp. 146-7.

francesa, a mulher que “*deslembra ou desconhece os sublimes sentimentos da maternidade*” era a versão do médico brasileiro de uma matriz de significação<sup>37</sup> que foi muito bem formulada e difundida no discurso moralista da higiene. A gestação desses conceitos e a dinâmica desses significados que dão os contornos das identidades e dos papéis na família moderna me remetem a um campo de imagens que parecem matriciais e conformam o magma dessas significações<sup>38</sup>.

As idéias que foram difundidas nessa tese remetem-me particularmente às imagens veiculadas em algumas obras de um dos precursores daquela “*operação de salvamento*”, Jean-Jacques Rousseau. Responsável por uma das produções intelectuais que inauguram o racionalismo moderno, sua produção serviu como referência relevante para o pensamento ocidental. A leitura concomitante dos textos do médico da Corte imperial e do filósofo francês demonstra como eram relevantes e significativas as imagens que foram literalmente transpostas para as teses da Faculdade de Medicina.

No texto do Contrato Social, ele já expunha a teoria vista como radicalmente nova de família. Esta seria, para ele, o primeiro modelo das sociedades políticas, em que o chefe é a imagem do pai e o povo, a imagem dos filhos. Isto é,

*(...) a mais antiga de todas as sociedades, e a única natural, é a família. As crianças apenas permanecem ligadas ao pai o tempo necessário que dele necessitam para a sua conservação. Assim que cesse tal necessidade, dissolve-se o laço natural. As crianças, eximidas da obediência devida ao pai, o pai isento dos cuidados devidos aos filhos, reentram todos igualmente na independência. Se continuam a permanecer unidos, já não é naturalmente, mas voluntariamente, e a própria família apenas se mantém por convenção. (...)*<sup>39</sup>

Embora a família fosse a única “*sociedade natural*”, a natureza parecia estar na base de um modelo que tinha na política e na moral o fundamento de sua sobrevivência,

---

<sup>37</sup> As matrizes de significação são fecundas e explicitam modos de organização dos significados segundo regionalidades e tecidos conjuntivos no interior da própria linguagem. “A significação é o co-pertencer de um termo e daquilo a que ele remete, progressivamente, direta ou indiretamente. Ela é um feixe de remissões a partir e em torno de um termo”. CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995, pp. 385-390.

<sup>38</sup> A instituição social histórica é aquilo em que e por que se manifesta e é o imaginário social. Esta instituição é instituição de um magma de significações, as significações imaginárias sociais. (...) O imaginário social é, primordialmente, criação de significações e criação de imagens ou figuras que são seu suporte. A relação entre a significação e seus suportes (imagens ou figuras) é o único sentido preciso que se pode atribuir ao termo simbólico. CASTORIADIS, C. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Op. cit., p. 277.

<sup>39</sup> ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O Contrato Social e Outros Escritos*. São Paulo: Cultrix, 1971, p. 22.

porquanto apenas se manteria por convenção<sup>40</sup>. Convenção esta que seria resolvida por meio de um pacto social responsável pela reunião de pessoas particulares no interior de um corpo moral e coletivo, composto de uma assembléia de vozes que garantem uma “*liberdade convencional*”. Esta, sim, a que limita a “*liberdade natural*”. Com o contrato social, o homem perderia a “*liberdade natural*”, mas ganharia a “*liberdade civil*”. Assim, explica, ele perde

*(...) a liberdade natural e um direito ilimitado a tudo que o tenta e pode alcançar; o que ganha é a liberdade civil e a propriedade de tudo o que possui. Para que não haja engano em suas compensações, é necessário distinguir a liberdade natural, limitada pelas forças do indivíduo da liberdade civil, que é limitada pela liberdade geral, e a posse, que não é senão o efeito da força ou do direito do primeiro ocupante, da propriedade, que só pode ser baseada num título positivo. (...)*<sup>41</sup>

A convenção era a maneira de criar parâmetros para a sociedade, porquanto o membro da sociedade familiar, tanto quanto o cidadão da sociedade política, teria a mesma liberdade para manter o contrato ou para rompê-lo, já que a liberdade e o apego recíproco garantiriam a manutenção de laços que a princípio eram naturais, instintivos, imediatos e necessários e, numa segunda etapa da família, passavam a ser voluntários<sup>42</sup>. A liberdade era para ele um dado indestrutível da natureza humana, e o pai teria como função tornar possível ao filho a atualização dessa liberdade ainda adormecida<sup>43</sup>.

Em *Emílio, ou da Educação*, outra das obras substantivas das matrizes do pensamento moderno europeu, Rousseau recriaria com competência a imagem da mulher como complemento do homem: Sofia é fraca e passiva e está modelada em relação à força ativa de Émile, e ambos são exemplares criados com base na “*natureza humana*” que, apreendida conforme a verdade da biologia, configura a divisão binária e heterossexual que aparece remodelada nos quadros da liberdade convencional. Naquele tratado de educação, ele assinalava a necessidade de se outorgar “*autoridade*” e “*responsabilidade social*” às mulheres com relação à educação das crianças e, procurando fixar a imagem de “*educadora*” no corpo biológico de mulher-mãe, adverte quanto ao valor do aleitamento nessa nova responsabilidade social que a ela é imputada.

Segundo o filósofo,

---

<sup>40</sup> *Idem, ibidem*, pp. 22-34.

<sup>41</sup> *Idem, ibidem*, pp. 34.

<sup>42</sup> BADINTER, E. *Um Amor Conquistado*. *Op. cit.*, p. 168-9.

<sup>43</sup> *Idem, ibidem*.

*(...) a educação primeira é a que mais importa, e essa educação cabe incontestavelmente às mulheres: se o Autor da natureza tivesse querido que pertencesse aos homens, ter-lhes ia dado leite para alimentarem as crianças. Falai portanto às mulheres, de preferência, em vossos tratados de educação.(...)<sup>44</sup>*

A importância gradativa que a criança adquire na sociedade e a valorização da educação e do amor materno projetado na capacidade biológica de reprodução e no exercício do aleitamento eram questões que, ao serem elaboradas naquele discurso, ganhariam repercussão também no mundo da Corte em textos que reiteram uma série de parâmetros normativos, instaurando o padrão da moderna família nuclear. Um padrão que estabelece papéis para o comportamento do marido, da esposa e dos filhos e confere contornos preciosos à intimidade e à vida privada como território eleito dessa nova responsabilidade parental e, ao mesmo tempo, identifica o casamento concebido como um arranjo entre famílias com o passado e o atraso, porque este despreza o sentimento e a liberdade de escolha dos indivíduos.

A literatura e o discurso médico difundiam conceitos de liberdade e defendiam a igualdade de homens e mulheres em relação ao direito ao amor, que deveria estar fundado na liberdade recíproca, mas as mudanças que essas representações sugeriam não seriam tão convincentes ou imediatas na Paris dos Setecentos nem no Rio de Janeiro oitocentista. Os direitos à liberdade e à felicidade individuais que eram vistos como elementares na nova formulação do casamento e da família estariam na base da modelação daquelas novas imagens.

No caso da nova imagem da mulher, ela seria forjada em relação às funções naturais e úteis de seus corpos procriadores e, uma vez resignificadas, procuravam vincular as agruras da procriação, da criação e do aleitamento às doçuras do casamento. Era preciso, portanto, recriar novos sentidos para as práticas da maternidade, sobretudo as da amamentação, que eram costumeiramente recusadas. As novas representações tratariam de vinculá-las às idéias de “liberdade” e de “responsabilidade civil”. O modelo exemplar difundia que aquelas eram as primeiras práticas significativas da educação da criança e do prazer da nova e “verdadeira” mãe, que reciprocamente exercitavam relações de ternura incontestável e infinita<sup>45</sup>.

---

<sup>44</sup> ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou da Educação*. Trad. Sérgio Milliet. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973, p. 9. (Nota 1)

<sup>45</sup> BADINTER, E. *Um Amor Conquistado*. *Op. cit.* pp. 170-81.

Quer dizer, estava em construção uma filosofia da felicidade, da liberdade e da igualdade que forjava a valorização do papel da mulher associado ao da maternidade, condição que dá sentido ao feminino também por responsabilizá-lo pelo progresso da “nação”. As reformas propostas significariam grandes mudanças nos papéis sociais da família, mas elas não corresponderiam a uma alteração na hierarquização dos papéis sociais de homens e mulheres que já estavam desigualmente distribuídos. Tampouco surtiriam de imediato os efeitos desejados. Estes seriam efeitos resultantes de uma longa batalha. Conforme atenta Badinter,

*(...) a longa batalha em favor da amamentação materna mal começara e seus adeptos ainda estão longe de ganhar a partida. Eles desdobram seus argumentos, e as mulheres, que fazem ares de ouvi-los com interesse, relutam em ser essas mães admiráveis que lhes suplicam que sejam. (...)*<sup>46</sup>

É possível acompanhar a engenharia do pensamento considerado moderno por meio do qual são tramadas essas “evidências” que, uma vez impressas ao corpo e ao aparelho biológico feminino, condiciona-o a uma imagem definida e definitiva à qual estão modelados rigorosos comportamentos sociais. Sophie, a antagonista feminina da obra de Rousseau, é pedagogicamente “educada” para cumprir o papel de esposa e mãe e, assim, satisfazer os desejos e necessidades de Émile, o protagonista masculino, e de seus filhos. À medida que se desenvolve a narrativa, portanto, vai se materializando o trabalho de configuração daquela identidade feminina fixa, como uma pintura que assume cores fortes, tornando-se identidade forjada em “*corpo inteligível enquanto mãe*”, como ensina Tânia Navarro Swain. De posse dessa perspectiva, fica mais fácil distinguir como

*(...) as significações atribuídas ao feminino conferem-lhe um sentido unívoco: mulher-mãe, da qual a maternidade revela seu ser profundo, sua própria razão de ser. Fora da maternidade, [transparece] o caminho do negativo, do vício, da sedução. (...)*<sup>47</sup>

---

<sup>46</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>47</sup> SWAIN, Tânia Navarro. A invenção do corpo feminino ou A hora e a vez do nomadismo identitário? In: SWAIN, T. N. (Org.) *Feminismos: teorias e perspectivas. Textos de História. Revista da Pós-Graduação em História da UnB*, vol. 8, n<sup>os</sup> 1 e 2, 2000, p. 58.

Entre alguns produtos e atributos do corpo feminino que conferem materialidade àquela imagem, o leite e a faculdade de aleitamento eram signos relevantes e estratégicos que aparecem como a expressão da natureza que confere àqueles corpos privilegiados sua “*vocação primordial*” para a educação pela maternidade, duas tarefas que são olhadas, desenhadas e difundidas como uma “*virtude*” e uma “*arte*”. Dessa forma estaria justificado aquele chamamento para que as mulheres assumissem sua “*vocação natural*”, que era também uma “*responsabilidade social*”, e estas começavam pela nutrição das crianças. Nessa concepção, o alimento do corpo passa a ser considerado alimento também do “*juízo*”, quando ele explica que “*tudo que não temos ao nascer e de que precisamos adultos, é-nos dado pela educação*”<sup>48</sup>. Na coletânea de reflexões elaborada “*para agradar a boa mãe*”<sup>49</sup>, o filósofo admite que pretende falar “*pouco da importância de uma boa educação*” e não pretende se deter “*tampouco em provar que a que se pratica é má*”<sup>50</sup>, mesmo assim escreve quase seiscentas páginas de especulações doutrinárias sobre o tema.

Usando como referência as “*bases imutáveis do ser*”<sup>51</sup>, ele descreve as funções que são da “*natureza*” para definir as leis que conformam representações “*essenciais*” do feminino, da educação infantil e da sociedade. Ao tratar particularmente da imagem de mulher-mãe<sup>52</sup>, preocupa-se sobretudo em fundamentar um modelo que serve como princípio original e elementar de uma ordem social. Trata-se de ordem em que todos os lugares estão marcados e cada um deve ser educado para assumir o seu<sup>53</sup>.

*(...) Quereis fazer com que todos se atenham a seus deveres? Começai pelas mães; ficareis espantados com as mudanças que provocareis. Tudo provém sucessivamente dessa primeira depravação: toda a ordem moral se altera; o natural se apaga em todos os corações; o interior das casas faz-se menos vivo; o espetáculo comovente de uma família em formação não mais prende os maridos, não impõe mais deferência aos estranhos; respeita-se menos a mãe cujos filhos não se vêem; não há mais achego nas famílias; o hábito não reforça mais os laços de sangue; não há mais pais, nem mães, nem filhos, nem irmãos, nem irmãs; mal se conhecem todos; como se amariam? Ninguém mais pensa senão em si. Quando a casa não passa de uma triste solidão, cumpre divertir-se alhures. (...)*<sup>54</sup>

<sup>48</sup> ROUSSEAU, J.-J. *Emílio...* Op. cit., p.10. Prefácio.

<sup>49</sup> *Idem, ibidem*, p. 9. Prefácio.

<sup>50</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>51</sup> SWAIN, T. N. A invenção do corpo feminino ou... Op. cit., p. 49.

<sup>52</sup> ROUSSEAU, J.-J. *Emílio...* Op. cit., p. 21

<sup>53</sup> *Idem, ibidem*, p. 15.

<sup>54</sup> *Idem, ibidem*, p. 21.



Com efeito, ao refletir sobre o que seriam os deveres da mãe “*verdadeira*”, ele invoca a natureza e observa a família como lugar dos laços morais, ou seja, lugar do “*homem realmente feliz*” ou do “*homem da sociedade*”. Ali, ele delimita as idades mais ou menos críticas das crianças e dos jovens em seus sentimentos e orienta o leitor quanto às maneiras (que considera adequadas) de lidar e modelar as transformações etárias do corpo em relação ao amadurecimento do espírito. O padrão exemplar é uma tônica na proposta de Rousseau<sup>55</sup>, que recria a diferença binária nos corpos e reforça a desigualdade de sexo-gênero: ao demarcar e difundir a castidade, a pureza e inocência como características da natureza feminina, por isso atribuídas a Sofia, e reiterar a vocação para a filosofia, a física, as matemáticas ou a história como características do masculino. Para ele, era “*natural*” a vocação primordial das mulheres para a maternidade e o aleitamento, tanto quanto era nos homens o talento para as ciências do raciocínio, tal como define na trama e em personagens de *Emílio*<sup>56</sup>.

Comportamentos diferenciados de sexo-gênero seriam remodelados e adequados aos padrões considerados civilizados que modelariam, por exemplo, as “*paixões controladas*” e os “*sentimentos dominados*”<sup>57</sup>. Na outra mão, de ângulos diversos, as sociabilidades renovadas apontavam para novas referências binárias de costumes, de acordo com a norma recriada sobre o fundamento biológico. O alfabeto considerado moderno de sinais sociais pressupunha a morfologia dos corpos e a utilidade social de comportamentos baseados em leis universais da natureza, portanto eram modelos inquestionáveis<sup>58</sup>. Esses pressupostos binários são invocados para forjar, além de imagens do masculino e do feminino, um padrão que fosse sedutor de “*casamento civilizado*”, por ele considerado como “*verdadeiro quadro da volúpia*”. E a partir dele estava-se construindo a imagem da “*felicidade*” moderna<sup>59</sup>.

---

<sup>55</sup> “(...) Que vosso aluno conheça (...) a sorte do homem e as misérias de seus semelhantes; mas que não seja amiudadamente testemunha delas. Um só caso bem escolhido e mostrado sob um aspecto conveniente servirá para um Mês de enternecimento e de reflexões. (...)”. *Idem, ibidem*, p. 256.

<sup>56</sup> *Idem, ibidem*, p. 502.

<sup>57</sup> *Idem, ibidem*, p. 526.

<sup>58</sup> De acordo com o pressuposto binário, os mecanismos da reflexão crítica permanecem fixos e mascaram a realidade que constroem. A apreensão da realidade em tal perspectiva engendra dicotomias rígidas, ou um maniqueísmo de pares opostos e complementares, tais como natureza/cultura, real/imaginário, bem/mal, verdadeiro/falso etc...SWAIN, T. N. A invenção do corpo feminino... . *Op. cit.* p. 48.

<sup>59</sup> Nas páginas finais da referida obra, os esposos modelares aparecem “unidos sob felizes auspícios, saindo do leito nupcial, e revelando a um tempo em seus olhares languescientes e castos a embriaguez dos doces prazeres que acabam de provar, a amável segurança da inocência, e a certeza, então encantadora, de viverem juntos o resto da vida”. ROUSSEAU, J.-J. *Emílio...* *Op. cit.*, p. 566.

As afirmações, argumentações e recomendações tão elaboradas pelo filósofo configuram um manual de preceitos que definem o modelo do casamento e da família “civilizada”. São comportamentos que têm origem no ideal de “*verdadeira mulher*”, uma imagem que tomaria forma mediante a realização de seu destino como procriadora, nutriz, educadora, portanto mãe. Com base nesse referente da modernidade, as mulheres são conclamadas a assumirem seus papéis “*verdadeiros*” para, assim, participarem ativa e primordialmente na reforma do Estado, garantindo os “*bons costumes*” e o “*progresso*” da sociedade. Nessa direção, entre as muitas lições despejadas no discurso do filósofo “esclarecido”, a vida doméstica passava a ser observada, redefinida e exaltada como resultante de princípios atribuídos à natureza e como origem de fundamentos que balizam o Estado.

Chamá-las a “*lembrarem de seus sentimentos sublimes*” e a assumirem suas “*responsabilidades*” era uma maneira de convocá-las para aquela que seria a tarefa primeira no espaço da “*liberdade*”. Nesse espaço considerado moderno e civilizado, caberia às mulheres concordar em amamentar seus filhos, porque na perspectiva daquela matriz de significação, ao assumirem essa tarefa,

*(...) os costumes reformar-se-ão sozinhos, os sentimentos da natureza despertarão em todos os corações; o Estado se repovoará. E este ponto, tão-somente este ponto, vai tudo unir. A atração da vida doméstica é o melhor contraveneno para os maus costumes. O aborrecimento das crianças, que se imagina importuno, torna-se agradável; torna o pai e mãe mais necessários, mais caros um ao outro; estreita entre eles a ligação conjugal. (...) Em voltando as mulheres a ser mães, logo os homens voltariam a ser pais e maridos. (...)*<sup>60</sup>

Procriar e amamentar seus próprios filhos era a tarefa primordial atribuída à mulher, a fim de que a natureza pudesse continuar a cumprir seu papel tão ou mais nobre, cuidando de semear os “*bons*” costumes e sentimentos que engendram a união dos indivíduos em torno da família e do Estado. Afinal, um antídoto para os “*maus costumes*” seria a própria “*vida doméstica*”. Sob a batuta dessa “*mulher-mãe-verdadeira*” – que não deslembrasse ou desconhecesse os sublimes sentimentos da maternidade –, inevitavelmente a orquestra familiar ressoaria harmônica: os homens – filhos, pais e maridos – também voltariam a desempenhar perfeitamente seus papéis “*naturais*” e “*primordiais*”.

---

<sup>60</sup> *Idem, ibidem*, p. 21.

Na França, as perdas representadas pela imensa mortalidade infantil passavam a interessar o Estado por volta do Oitocentos<sup>61</sup>, momento em que as atenções se voltariam para a primeira etapa da vida, esta que os pais haviam se habituado a “*negligenciar*”. As representações da família e da mãe, bem como os discursos sobre seu papel e importância, passavam por uma modificação radical, ainda que os comportamentos tardassem a se alterar. Seria preciso um esforço discursivo e sistemático para difundir esses novos valores e convencer as mães a se aplicarem às tarefas que para muitos pareciam ter sido esquecidas<sup>62</sup>.

O modelo disciplinar de mulher e de família delineado na obra de Rousseau reflete o compromisso social atribuído à mãe como educadora do filho e responsável pela coesão da família, mas também uma dívida dela, mãe, na forma de obediência ao marido, segundo o filósofo, como quis a “*natureza*”. Com base no padrão binário e heterossexual veiculado no comportamento de Emílio e Sofia, por fim, ele recomenda à mulher que mesmo à custa de privações penosas mantenha-se ao mesmo tempo amável e útil<sup>63</sup>, atenciosa e distante, reservada e prestimosa, generosa e casta<sup>64</sup>.

A “*natureza*” também teria sido pródiga ao prover a “*verdadeira mulher*” de uma capacidade “*especial*” para a abnegação, considerada ainda especial em relação às crianças em estado de aprender. Isso porque essa “*natureza*” faz com que ela só se preocupe com a criação do menino que se tornará homem, tal como a imagem da trajetória traçada para Emílio<sup>65</sup>. Entretanto, na elaboração do extenso leque de regras do que seria o comportamento exemplar para as personagens da família, o filósofo

---

<sup>61</sup> Filósofos, demógrafos, economistas, médicos e funcionários do Estado nutriam preocupações humanitárias, econômicas e estratégicas, ao pensar políticas de detenção da mortalidade infantil, já que o ser humano converteu-se numa provisão preciosa para um Estado, do ponto de vista da produção de riquezas e do poderio militar. Lembra Badinter que entre Luis XIV e Napoleão, a França produziu discursos em defesa da criança, também porque demandava braços para a lavoura e para as guerras. BADINTER, E. *Um Amor Conquistado...* *Op. cit.*, p. 149-160.

<sup>62</sup> A autora ressalta que, menos por motivações econômicas ou sociais dos homens, do que pelo discurso da felicidade e da igualdade, as mulheres francesas foram sensibilizadas para assumir o aleitamento de seus filhos, incorporando as idéias daquele que considera precursor de uma corrente de pensamento (Rousseau). Entretanto, o fato de que aquela argumentação tenha sido tantas vezes repetida faz com que ela conclua que muitas delas devem ter se submetido “alegremente aos novos valores, muitas apenas simularam acatá-los e puderam ficar em paz. Outras resistiram e foram combatidas”. *Idem, ibidem*, p. 146-7.

<sup>63</sup> ROUSSEAU, J.-J. *Emílio...* *Op. cit.*, p. 568.

<sup>64</sup> “Reinareis muito tempo pelo amor, se tornardes vossos favores raros e preciosos, se souberdes valorizá-los. Quereis ver vosso marido sempre a vossos pés, deixai-o sempre a alguma distância de vossa pessoa. Mas ponde modéstia em vossa severidade e não capricho; que ele vos veja reservada mas não fantasiosa; evitai que, poupando seu amor, o façais duvidar do vosso. Fazei-vos querida por vossos favores e respeitada por vossas recusas; que ele renda homenagem à castidade de sua esposa sem se queixar de sua frieza.” ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio...* *Op. cit.* p. 567.

<sup>65</sup> *Idem, ibidem*, p. 6.

vislumbra a distância de suas pretensões reformadoras em relação aos costumes franceses que estavam enraizados e, contrariado, desabafa:

*(...) Palavras supérfluas! Nem mesmo o tédio dos prazeres da vida social traz de volta àqueles. As mulheres deixaram de ser mães: não o serão mais; não o querem mais ser. Ainda que o quisessem, mal o poderiam. Agora que o costume contrário se estabeleceu, cada uma delas teria de combater a oposição de todas as companheiras, ligadas contra um exemplo que algumas não deram e que outras não querem seguir. (...)*<sup>66</sup>

O sentimento de derrota que ele exprime no trecho é parecido à desolação expressa na tese de Meirelles. O “*costume contrário*” era sinal de que as mulheres haviam deixado de ser mães e talvez não o conseguissem ser de novo. Ainda que o quisessem, mal o poderiam, e o novo modelo parecia difícil que fosse seguido, porquanto seria preciso um esforço inaudito para se “*combater a oposição de todas as companheiras*”. A situação de adversidade da sociedade quanto aos costumes que se pretendia disseminar a que o mestre francês se referia não seria muito diferente da que o estudante Meirelles encontraria na capital do Império, a não ser pela singularidade do modelo escravista, que tornava o aleitamento um serviço talvez ainda facilitado, na medida em que poderia ser adquirido ou alugado por pessoas de posses nas lojas ou nos endereços indicados nas páginas dos jornais.

Essas idéias-imagens<sup>67</sup> distribuídas na obra rousseauiana ocupam o horizonte de representações e projeções sobre a sociedade para onde se dirigiam os olhares e a produção discursiva das elites letradas na capital do Império, e também se materializam nas teses da medicina. Tais noções distinguiam um pensamento e identificavam a superioridade de segmentos que tinham acesso e domínio das letras e também por isso partilhavam daquele mundo “*civilizado*”. A medicina aparece como um dos lugares de produção de representações da modernidade, lugar que inclusive exprime o movimento das relações de forças no domínio do imaginário coletivo, à medida que tais discursos se proliferam e se tornam cada vez mais inteligíveis e comunicáveis<sup>68</sup>. Leite, mamas, técnicas de aleitamento são elementos de uma representação simbólica que vai ganhando estabilidade nos discursos para além do campo da verdade médica.

---

<sup>66</sup> *Idem, ibidem*, p. 21.

<sup>67</sup> BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social. EINAUDI. Vol 5. Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 311.

<sup>68</sup> *Idem, ibidem*.

Recursos da natureza, do aparelhamento biológico, das invocações ao divino, os sentidos são substâncias preciosas que estão se materializando em imagens que se nutrem e reproduzem não só em textos acadêmicos. Na fábrica social de bens simbólicos que se produzem em um horizonte de expectativas e de recusas, de temores e esperanças, mesmo que constituam objeto de muitas lutas mais ou menos silenciadas e conflitos por vezes encarniçados<sup>69</sup>, a imagem de uma “mulher verdadeira” era um dos signos que invadiam a linguagem para “falar mostrando”<sup>70</sup> e que teriam, desse modo, uma influência muito especial sobre a imaginação coletiva.

Investir na imagem da mãe “verdadeira” era uma forma de investir na ordem social, isto é, nas relações entre os atores e atrizes e no elenco de hierarquias dessa ordem. Além disso, conferir substância às representações coletivas normativas e moralizantes que se disseminavam era a maneira de dar legitimidade aos poderes políticos da Corte e ao saber científico que nascia. Afinal, de acordo com Baczko, como força reguladora da vida coletiva,

*(...) o controle do imaginário social, da sua reprodução, difusão e manejo, assegura, em graus variáveis, um impacto sobre as condutas e atividades individuais e coletivas, permite canalizar energias, influenciar as escolhas coletivas nas situações surgidas tanto incertas quanto imprevisíveis. (...)*<sup>71</sup>

No Rio de Janeiro e no âmbito da Faculdade de Medicina, portanto, discutir aspectos da fisiologia feminina, da química e da morfologia do aleitamento era uma maneira de operar aquele “salvamento”. Era sobretudo trabalhar para produzir uma nova ordem política, calcada na reprodução da “teoria da mãe” e na promoção no Brasil do conceito de amor materno. Na Corte, esses estudos representavam uma inovação e uma intervenção do pensamento médico na vida familiar e na sociedade. Portanto, de forma análoga, as práticas de “aleitamento mercenário” identificadas com o Antigo Regime, no caso francês, e com a antiga Colônia, no brasileiro, eram objeto de reprovação daquele discurso que institui o imperativo da “sobrevivência das crianças” na

---

<sup>69</sup> *Idem, ibidem*, p. 298-99.

<sup>70</sup> *Idem, ibidem*, p. 301.

<sup>71</sup> *Idem, ibidem*, p. 312. (Optei pela tradução do trecho feita em PESAVENTO, Sandra Jatahy, no artigo Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. In: *Revista Brasileira de História. Representações*, vol. 15, n. 29. São Paulo: Contexto, 1995, p. 23.)

perspectiva de produção de seres humanos que passariam a ser vistos como a riqueza do Estado<sup>72</sup>.

Portanto, as teses elaboradas no Rio de Janeiro são um desdobramento daquele tecido discursivo que delineia uma imagem de mulher presidida pelo sentimento de mãe, definida por seu destino obrigatório, porque natural e biológico, e sua respectiva responsabilidade social, não menos objeto daquela norma social. Nelas se delineiam prescrições que recriam a maternidade no corpo feminino como valor que é ao mesmo tempo natural e social, favorável à espécie humana e à sociedade que se pretendia tornar “civilizada”. Essa associação de conceitos de mãe e de amor representou historicamente a promoção de um sentimento e de uma identidade, plasmados na mãe e no amor materno, que acabam por nutrir um mito de valor universal<sup>73</sup>.

A tese de Meirelles é um dos suportes dessas idéias-imagens formuladas com o valor da operação científica, como infere Baczkó, ao se referir àquela operação que pretendia separar nas ações e comportamentos sociais o “*verdadeiro*” e “*real*” daquilo que era “*ilusório*” e “*quimérico*”, como se fosse possível apreender agentes sociais num estado de “*nudez*” ou “*despojados de suas máscaras, de suas roupagens, sonhos e representações*”<sup>74</sup>. Na instrumentalidade persuasiva daquela forma de representação era configurada a imagem feminina também por um de seus modelos em negativo, representado pela “*mulher, que sem motivo legítimo deslembra ou desconhece os sublimes sentimentos da maternidade*”<sup>75</sup>. As experiências das mulheres passam a ser lidas em conformidade ou em contraste com o padrão desejado e, na medida em que se distanciam dele são significativas da resistência que a sociedade demonstra em incorporá-lo. Além de comovê-las e a seus pares, aquele discurso preparava-lhes a recuperação, ao reconhecer que as condutas desviantes eram motivadas pelo “*desconhecimento*” ou “*esquecimento*”.

A mulher cuja conduta não estivesse de acordo com aquela norma seria criticada e classificada como um membro inútil à sociedade, porque “*cahe no último degráu dos entes mais degradados, colloca-se abaixo dos animaes, os mais abjectos*”. A “mulher-mãe” é a imagem construída como padrão de identidade feminina, significativa do corpo útil e dócil, procriador e pronto para o exercício do aleitamento. Ela, sim,

---

<sup>72</sup> BADINTER, E. *Um Amor Conquistado...* Op. cit., p. 145-7.

<sup>73</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>74</sup> BACZKO, B. Op. cit., p. 297.

<sup>75</sup> MEIRELLES, Z. J. da S. Op. cit., p. 39.

corresponderia ao “*alto grau de civilização a que temos felizmente chegado*”<sup>76</sup>. Qualquer comportamento distinto daquela concepção de maternidade seria condenado e traduzido em termos de uma versão negativa e adversária do projeto de “*nação civilizada*”.

## 2.2 A classificação das mamas: humanas e animais

Mesmo que aquelas imagens da higiene circulassem no cotidiano da Corte, as famílias no Rio de Janeiro, como de hábito, utilizavam-se de serviços de amas-de-leite cativas, propriedades ou locadas. Com base naqueles preceitos que aparecem explicitados ou subjacentes ao longo do desenvolvimento do trabalho acadêmico, o candidato a médico destaca o órgão que pretende analisar, ou seja, as “mamas”, que

*(...) formão o caracter distinctivo de uma classe de animaes a que os naturalistas denominão mamíferos. Entre estes alguns partilhão com o homem do privilégio de duas collocadas na parte anterior do peito, taes como o macaco, &c (...)*<sup>77</sup>

Acompanhando as explicações de seus colegas naturalistas e médicos, ele as compara entre os animais reunidos na mesma classe em seus diferentes aspectos mais ou menos “*privilegiados*”: por exemplo, as quantidades das mamas, as posições regulares e as anomalias. Redesenhando a norma e o desvio, ele reconhece tanto o “*produto encantador da natureza feminina*”<sup>78</sup> quanto as mulheres “*multimamas*”. Cita inclusive um caso anômalo do pai que amamentou o filho. Nesse primeiro capítulo, ele faz um estudo da forma e do volume daquele órgão como um preâmbulo do jogo de disposições, precauções, recomendações, punições e responsabilidades em torno do sexo<sup>79</sup>.

Já pela forma e consistência daquela “*obra primorosa da natureza, ornamento mais bello e aprazível da mulher*”, ele recomenda que sejam destruídos certos “*abomináveis vícios*” e define uma verdade sobre o comportamento feminino. Trata-se de órgãos

---

<sup>76</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>77</sup> *Idem, ibidem*, pp. 1-4.

<sup>78</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>79</sup> FOUCAULT, Michel. *Op. cit.*, p. 30.

*(...) arredondados e duros nas donzelas virtuosas, ou que se não tem entregado a prazeres prematuros, solitários ilícitos, pois que estes e o abuso do coito e da masturbação os fazem murchar, tornando-os flácidos, caídos, bastante volumosos e pastosos. (...)*<sup>80</sup>

A descrição sobre a conformação e a localização das mamas se desdobra com minúcias e desloca-se entre uma valorização do apelo estético e o reconhecimento da morfologia que delimita a prática e interdita o desejo sexual. As mamas, em suas formas duras ou murchas, arredondadas ou caídas, falam de prazeres e comportamentos proibidos e ensinam sobre os sentimentos “virtuosos” da norma sexual. Desde que procedam de acordo com a norma que é o padrão da “virtude”, as fêmeas humanas são consideradas “donzelas” ou mulheres “verdadeiras”. Até porque, de acordo com o mesmo discurso, a natureza foi atenta ao prover tais mulheres com mamas especialmente bem localizadas para o cumprimento da função considerada sagrada, moral e sentimental para a qual foram destinadas, e não para os prazeres sexuais “prematuros”, “ilícitos” ou “solitários”.

*(...) As mamas, semelhantes (sic) nos dois sexos na tenra idade, oferecem somente na mulher o desenvolvimento e conformação necessários ao cumprimento da função para a qual foram destinadas. N'ellas, com effeito, estes órgãos, um dos encantos mais poderosos de que a natureza dotou a esse ser, obra mais perfeita e bella de suas mãos, ao mesmo tempo que são destinados a socorrer as necessidades de um novo ser, são situados na parte anterior e um pouco lateral do thorax, diante do músculo grande peitoral; o seu centro corresponde quasi à extremidade óssea da sexta costella sternal, e o seu cume ou mamelão é dirigido para adiante e um pouco para fóra. (...)*<sup>81</sup>

Para o médico, esta seria também a morfologia adequada ao desenvolvimento da educação e dos afetos, tão necessária à técnica de produção do aleitamento quanto ao desenvolvimento do “amor materno”. Assim ele discorre sobre a situação das mamas, que no caso das humanas, tinham situação especial:

---

<sup>80</sup> MEIRELLES, Z. J. S. *Op. cit.*, pp. 1-4.

<sup>81</sup> *Idem, ibidem.*



(...) *Por sua situação elevada, as mamas ocupam a posição mais vantajosa para o recém-nascido. “Posição admirável”, exclama o eloqüente Roussel (sic), que fazendo a mãe ter o filho em seus braços e sob seus olhos, estabelece entre elles um encanto admirável de ternura, de cuidados e carícias inocentes, e permite a um exprimir melhor suas necessidades e ao outro gozar de seus próprios sacrifícios, contemplando continuamente pendente de seu seio, o caro objeto de seu amor. (...)*<sup>82</sup>

O corpo e, nele, as mamas são definidos como estrutura criada pela natureza que, em sua perfeição, permitia à mãe ver o filho e vice-versa, naquela “*posição admirável*”. Revalorizada no texto como posição significativa do aleitamento e instrumento da pedagogia da relação maternal, aquela imagem dessexualizada de mulher “*verdadeira*” produz uma espécie de mecanismo compensatório na representação da maternidade. Traduzida em cores suaves e também pujantes, a imagem da relação entre mãe e filho/a aparece encharcada de “*encanto admirável de ternura, de cuidados e carícias*” esta que só é possível na posição que permite ao filho exprimir as necessidades e à mãe “*gozar de seus próprios sacrifícios*”, enquanto contempla o objeto de seu amor, “*continuamente pendente de seu seio*”.

A localização das mamas no corpo e no texto demonstra um dado relevante na arquitetura dos corpos e na engenharia dos afetos da modernidade. Apreendidas como objeto científico, descritas em sua tez, suas artérias e tecidos internos, as mamas representam uma parte nobre do aparelho reprodutor que com a maturidade entra em funcionamento. A puberdade também passa a ser vista como a “*época mais brilhante da mulher*”, de “*mudanças físicas e morais*”, quando “*despindo-as das vestes pueris, ella a reveste das galas da puberdade*”<sup>83</sup>.

O médico esquadrinha aquela parte do corpo feminino para ressignificá-la como expressão da força da natureza, e dela se serve para modelar o comportamento e o sentimento materno. Aquela parte do corpo já considerada “*bela e sedutora*” passa a operar discursivamente a “*função sublime da maternidade*”, quer dizer, a funcionalidade da natureza assume conotação política e instrumental no discurso da sociedade disciplinar. A mesma “*natureza*” teria reservado aos “*pomos róseos*” o lugar privilegiado de “*obra mais perfeita e bella de suas mãos*”, mas principalmente para o exercício moral da “*bondade*” de acordo com uma “*utilidade específica*”, segundo o

---

<sup>82</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>83</sup> *Idem, ibidem.*

texto, não menos sublime: a nutrição do filho e, por conseqüência, do modelo de família e de sociedade que se pretende instaurar:

*(...) Não é somente para embellezar a mulher e ser um dos seus mais seductores attractivos, que a natureza depositou n'ella esses pomos; porêm são ainda destinados para uma grande e importante função. A natureza, sublime em todas as suas obras, adicionou-lhes à beleza a bondade, ao agradável a utilidade; assim pois as mamas que são o mais seductor ornamento da mulher e o cumulo de sua perfeição e belleza, além dos encantos, graças e dos mil outros dotes que a natureza com tanta prodigalidade lhe liberalizou, e cuja organização acabamos de ver, são sobretudo destinadas a elaborar e secretar um fluido nutritivo, que deve entreter e sustentar a fraca e vacilante chama de vida na mais tenra infância do homem; este fluido é o leite. (...)<sup>84</sup>*

As mamas, o “*mais sedutor ornamento da mulher e o cúmulo de perfeição de beleza*”, têm uma função, uma utilidade específica: são “*sobretudo destinadas a elaborar e secretar um fluido nutritivo*”. O leite, mesmo que considerado resultado de processos ainda pouco conhecidos, é uma substância que adquire outros sentidos, tendo em vista que, além de “*entreter e sustentar a fraca e vacilante chama de vida da tenra infância*” – uma clara referência aos alardeados índices da mortalidade infantil –, ele é resultado da vida “*excitada por um fim importante*”. Tal finalidade revela aquele sentido social e aponta para uma perspectiva política que sugere inverter o quadro de “*carnificina*”, ao interpelar mulheres e homens em relação às representações do discurso médico e sensibilizar a população para a necessidade de substituir explicações supersticiosas e crendices pelas imagens da verdade da ciência. O leite é uma substância produzida por uma natureza que parece acionada pelo mecanismo econômico, social e político.

*(...) Secretado immediatamente do sangue pela glândula mamária, por um trabalho vital que nos é desconhecido, não é todavia um effeito secundário da organização e do curso do tempo. Embora a mulher contenha em seus peitos os germens necessários para sua formação, a sua secreção não tem lugar, sem que a vida excitada por um fim importante, os ponha em acção e tire d'esses materiais o que elles de per si não podem fazer. (...)<sup>85</sup>*

---

<sup>84</sup> *Idem, ibidem*, p. 6-7.

<sup>85</sup> *Idem, ibidem*.

“*Fluido nutritivo*” e secreção da glândula mamária, o leite tem o valor de nutrir a criança, mas aqui ele assume o sentido de nutriente da valorização da criança, da mãe e da família ou combustível de uma nova tecnologia de produção da vida, agora “*excitada por um fim importante*”, que tira “*d’esses materiais o que elles de per si não podem fazer*”. O elogio a uma ordem da natureza e o apelo ao funcionamento social de acordo com leis da biologia e da natureza engendram novo sentido para a sexualidade feminina.

O aparelhamento do feminino em algumas de suas peças-chave – mama, leite, maternidade, mãe, mulher – representa ao mesmo tempo efeitos e instrumentos de uma sexualidade a serviço da prosperidade da nação, aqui entendida como o “*conjunto dos efeitos produzidos nos corpos, nos comportamentos, nas relações sociais, por um certo dispositivo pertencente a uma tecnologia política complexa*”<sup>86</sup> que, embora não tenha efeitos homogêneos ou simétricos, produz um meio de controle econômico e de sujeição política visando à organicidade do social.

A idéia da “*excitação com um fim importante*” deixa transparecer a operação da sexualidade como técnica de poder. Segundo a reflexão de Foucault, a valorização da célula familiar em seus eixos de relacionamento – marido-mulher, pais-filhos – funciona mediante dispositivos políticos de fixação, de constituição da família na condição de suporte permanente de uma norma<sup>87</sup>. Significativamente,

*(...) a personagem investida em primeiro lugar pelo dispositivo da sexualidade, uma das primeiras a ser ‘sexualizada’ foi, não devemos esquecer, a mulher ‘ociosa’, nos limites do ‘mundo’ – onde sempre deveria figurar como valor – e da família, onde lhe atribuíam novo rol de obrigações conjugais e parentais. (...)*<sup>88</sup>

O uso e a reiteração desses signos referentes à mulher tendem a acionar tecnologias disciplinares que remodelam as posições sociais de acordo com princípios historicamente construídos, organizadores de identidades de raça, classe, condição civil, de sexo-gênero<sup>89</sup>. Veiculada no discurso médico que reitera matrizes do pensamento ilustrado francês e as dissemina no mundo ocidental, a maternidade aparece como um construto social, que vai sendo criado e incorporado em discursos, práticas e crenças, cristalizando uma imagem da “*essência*” da “*mulher verdadeira*”. Esta, uma imagem

---

<sup>86</sup> FOUCAULT, M. *História da Sexualidade. A vontade de saber. Op. cit.*, p. 120.

<sup>87</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>88</sup> *Idem, ibidem*, p. 114.

<sup>89</sup> LAURETIS, Teresa de. *A tecnologia de gênero. Op. cit.*, p. 208.

que informa e orienta comportamentos e também o destino individual e coletivo de mulheres, mesmo quando elas não são mães.

A força normalizadora do construto se engendra justamente naquele apelo à “*natureza*” e ao pressuposto biológico, muitas vezes expresso pela “*missão*”, “*vocação*” ou por uma tendência “*inata*” observada nas mulheres para o cuidado materno e para todas as tarefas da domesticidade<sup>90</sup>. Em Meirelles, também, é possível ver a modelação da imagem da esposa-mãe como objeto de reverência à “*natureza*” como “*divindade*”, sendo, portanto, convocada a física e a metafísica para forjar no discurso o que deveria ser a “*nobre e sublime missão da mulher*”:

*(...) a mãe, enfim, é esse ser o mais respeitável da natureza. Quanto é nobre e sublime essa missão da mulher! Que objeto mais digno no mundo das vistas da Divindade, do que uma mãe que amamenta seu filho! Os deveres, posto que trabalhosos, não deixão comtudo de ser um manancial de delícias. Que prazer maior para uma mãe do que contemplar suspenso em seu peito o tenro filhinho! Que ocupação mais agradável do que vellar sobre elle, e d’esta sorte assegurar-se de seu apego e reconhecimento? (...)*<sup>91</sup>

De acordo com o trecho, os “*deveres trabalhosos*” são ressemantizados como um “*manancial de delícias*” e “*prazeres*”. O trabalho de cuidar da criança e do lar é dissimulado com promessas de estados de prazer e nobreza que só a mulher “*verdadeira*” seria capaz de desfrutar, também porque somente aquele sacrifício garantiria acesso imediato ao leque de retribuições afetivas da criança. Assim, garante aquela pedagogia, um sentimento de integração ao regime maior das forças da natureza e das divindades seria proporcionado à mulher que pudesse conformar-se aos “*deveres trabalhosos*” da maternidade ao invés de recusá-los.

A questão do reconhecimento e do apego do filho como retribuição afetiva é outro dos aspectos relevantes da pedagogia da maternidade que foram extraídos das reflexões de Rousseau. Uma vez que aleitar significava nutrir e educar, os deveres que davam sentido e reconhecimento às mulheres-mães-verdadeiras eram objeto central desse discurso e estavam entre aquelas questões que pairavam acima de qualquer

---

<sup>90</sup> BAILLARGEON, Denyse. No calor do debate: maternidade em perspectiva. In: SWAIN, Tânia Navarro (Org.) *Feminismos: teorias e perspectivas. Textos de História. Revista da Pós-Graduação em História da UnB*, vol. 8, n. 1 e 2, 2000, p. 139-156.

<sup>91</sup> MEIRELLES, Z. J. S. *Op. cit.*, p. 10.

discussão. Mais importante seria discutir se, “em o menosprezando, importa serem os filhos amamentados por elas ou por outras”<sup>92</sup>.

Às vezes, parecia importante separar o corpo físico do corpo moral, ou seja: do ponto de vista do corpo físico, “mais vale a criança mamar o leite de uma ama saudável que o de uma mãe degenerada, se houvesse algum mal a temer do sangue que tem nas veias”<sup>93</sup>. Do ponto de vista da saúde, da moral e dos afetos, contudo, ele considera que a mulher não deveria “partilhar o direito de mãe, ou antes (...) aliená-lo”, posto que sofreria o inconveniente de “ver seu filho amar outra mulher tanto quanto ela, ou mais”. Além disso, uma “criança mal tratada terá tempo de morrer cem vezes antes que a ama por ela se tome de uma ternura de mãe”<sup>94</sup>.

Enquanto Rousseau recomendava que

*(...) a maneira de remediar o tal inconveniente é inspirar às crianças desprezo por suas amas, tratando-as como verdadeiras criadas. Terminando seu serviço, retira-se a criança ou despede-se a ama; à força de recebê-la mal, faz-se com que se desgoste de ver o bebê. Ao fim de alguns anos ele não a vê mais, não a conhece mais. A mãe que imagina substituir-se a ela, e corrigir sua negligência mediante sua crueldade, engana-se. Ao invés de fazer um filho amoroso de um bebê desnaturado, ela o exercita na ingratidão; ensina-lhe a desprezar um dia quem lhe deu a vida, tal qual quem lhe deu o leite. (...)*<sup>95</sup> (grifos meus)

Meirelles prescrevia, sem qualquer embaraço, a receita do filósofo:

*(...) Si observarmos a maneira porque essas mães ingratas querem avocar os sentimentos de amor filial, não poderemos deixar de chamá-las bárbaras e mais bárbaras que as próprias feras: é inspirando ao filho desprezo às amas, maltratando-as e apartando-as para longe que buscam remediar esse inconveniente. A mãe, que por esse modo cuida substituí-la e reparar assim sua negligência, engana-se; além de exercer uma ingratidão, grava esse hediondo sentimento no tenro coração de seu filho, ensina-lhe a desprezar um dia aquela que lhe deu o*

<sup>92</sup> ROUSSEAU, J.-J. *Emílio...* Op. cit., p. 20.

<sup>93</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>94</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>95</sup> Rousseau queria enfatizar aspectos que considerava importantes em vista da realidade estar distante de seus ideais, por isso exclama: “Como eu insistiria neste ponto se fosse menos desanimador debater em vão questões úteis!”. *Idem, ibidem*, p. 20.

ser, assim como desprezou a que o nutriu com seu leite. (...)<sup>96</sup>  
(grifos meus)

Mais de uma vez, o texto de Rousseau aparece literalmente reproduzido na tese do médico brasileiro. Este quer e consegue ler a *performance* das mulheres-mães da capital da Corte na metade do século XIX com as lentes e as letras do pensamento do filósofo a respeito da França do último terço do XVIII. Com defasagem de cerca de meio século e distanciamento espacial de um oceano, a filosofia ilustrada francesa parece encaixar-se na realidade social da monarquia escravista, ao menos na reflexão do médico, sobretudo com relação àquele padrão de mulher não “*verdadeira*” e suas prováveis conseqüências. Por exemplo, as imagens da criação “*negligente*” e “*desnaturada*” foram reproduzidas na tese de Meirelles, ao observar formas de criação que também gerariam nos filhos sentimentos inequívocos de “*ingratidão*” e “*desprezo*”. A formulação sobre as conseqüências do modelo de “*mãe desnaturada*” de Rousseau é plagiada por Meirelles, sendo que este ainda vê que aqui as “*mães*” são “*mais bárbaras do que as próprias feras*”.

Com frases inteiras retiradas do manual francês, assinaladas em grifo nas citações acima, Meirelles produz a representação de mães em imagens que estão acrescidas das cores e sentidos atribuídos à “*barbárie*”. Enquanto as mães francesas ensinavam aos filhos a “*ingratidão*” e o “*desprezo*”, ao retirarem a criança e despedirem as amas quando terminava seu serviço, cá nos trópicos elas também os ensinam aos filhos, mas, além disso, maltratam-nas. Como ele diz sobre a mãe no Brasil, ao “*substituí-la e reparar assim sua negligência*”, ela, “*além de exercer uma ingratidão, grava esse hediondo sentimento no terno coração de seu filho*”.

Como discípulo do mestre, ele reconhece o “*seio materno*” como *locus* fundador, isto é, local que origina o processo da educação e da civilidade, ou local onde a criança recebe as primeiras lições de vida e de sensibilidade. O “*aleitamento materno*” ganha em um e outro autor a dimensão de gesto fundador da moral social e refundador dos pilares da nova ordem em que o ideal de uma natureza “*verdadeira*” a tudo rege e determina. Com base nos cânones que agrupam essas representações de “*natureza*” e de “*modernidade*”, considera-se que qualquer “*negligência*” com relação à missão feminina resultaria em conseqüências desastrosas para a formação do “*indivíduo*” e do “*corpo social*”.

---

<sup>96</sup> MEIRELLES, Z. J. S. *Op. cit.*, pp. 10-11.

Percebe-se, portanto, a gestação de conceitos e identidades instrumentais que servem ao projeto moderno de sociedade e nação em seu alfabeto de signos e normas. A construção de corpos sexuados e da especificidade do feminino centrado na maternidade e na reprodução materializa o “*corpo biológico constituído em história*”, ou ainda, como esclarece Swain,

*(...) o corpo sexuado criado “mulher” aparece como estratégia, objeto e alvo de um sistema de saber entrelaçado a poderes múltiplos, imbricados na produção da sexualidade que engaja o conjunto das mulheres na tarefa da renovação física da sociedade. No seio das práticas sociais/históricas, a sexualidade é forjada como ponto de inflexão discursiva que confere ao corpo um sentido sexuado “natural”, cuja objetivação cria campos assimétricos de normas. (...)*<sup>97</sup>

De acordo com esse campo assimétrico de normas, à mulher caberia, então, o papel de “*mãe verdadeira*” ou antagonista “*verdadeira*” do homem, em sua missão trabalhosa, porém “*sublime*”, porquanto plena de “*sentimentos puros*” e condizentes com o papel biológico dado pela natureza. A medicina vai se constituindo como uma área especialmente relevante na produção de um investimento no corpo vivo e de um aparelhamento sexualizado do feminino em discursos que fazem da reprodução seu sentido único e maior. Repetindo Rousseau, Meirelles atenta que o primeiro sorriso infantil seria um troféu que laureia a resignação da mulher cuja “*liberdade civil*” é resultante de sacrifícios, deveres e sentimentos “*sublimes*”, porque ditados pela natureza.

Se na França o aleitamento materno era uma prática historicamente desprezada pelas famílias das elites e também identificada com a vida de mulheres que estavam à margem do cotidiano da aristocracia e da burguesia<sup>98</sup>, no Brasil escravocrata a prática foi tradicionalmente incorporada às famílias das elites proprietárias como função do trabalho cativo, entre as demais funções do trabalho doméstico. A reiteração daquelas imagens nos textos do filósofo e do médico revela que ambos insistem em novas concepções de maternidade e de família atravessadas pelo exercício da racionalidade e

---

<sup>97</sup> SWAIN, T. N. A. invenção do corpo feminino... . *Op. cit.*, p. 62.

<sup>98</sup> BADINTER, E. *Um Amor Conquistado...* *Op. cit.*, p. 65-97.

por uma nova economia dos costumes pautados por saberes e disciplinas, entre elas a higiene e a amamentação feita pela mãe “*verdadeira*”<sup>99</sup>.

Não por acaso, Meirelles cita e imita Rousseau também para falar de sentimentos puros, das lições de sensibilidade da mulher “*verdadeira*” em relação ao significado do “*seio materno*” e aos “*prazeres*” do aleitamento. Na verdade,

*(...) diz Rousseau, onde há os puros sentimentos de uma mãe, não deve existir também a inclinação e amor de um filho? É sobre o seio materno que a criança recebe as primeiras lições de sensibilidade. Para uma verdadeira mãe tudo é prazer na acção de aleitar; que doces emoções não deve sentir seu coração quando o filho, em signal de reconhecimento, da ternura, amor e cuidados de que elle é objeto, com suas tenras mãosinhas acariciar seus peitos, e quando de seus lábios colher o seu primeiro e infantil sorriso. (...)*<sup>100</sup>

Naquele jardim de “prazeres” e “delícias”, o aleitamento é complementar à reprodução, e o mecanismo que produz o leite é descrito com a linguagem das sensações da sexualidade. Onde “*tudo é prazer na acção de aleitar*”, a voluptuosidade é controlada, redefinida e negada às mulheres “*virtuosas*”. Para essas, as relações sexuais deveriam conter o sentido da reprodução, e não o do prazer. Portanto, os discursos que se proliferavam buscavam adestrar os corpos femininos de acordo com a norma da “*virtude*” e da “*mulher verdadeira*”, ensinando-os a evitar o descontrole sobre os sentidos e os arroubos imprevisíveis das paixões arrebatadoras.

### **2.3 No jardim de prazeres da maternidade, os deveres da amamentação**

Na composição de um aparelho produtor das normas do sexo e da família, os termos usados para descrever os prazeres do corpo – “*erectismo*”, “*voluptuosidade*”, “*ejaculação*” – são utilizados para descrever as práticas do aleitamento. Tomados emprestados do “*ato da reprodução*”, a sexualidade vai se deslocando do registro da culpa e do pecado para o regime do normal e do patológico, e em sua dimensão

---

<sup>99</sup> Rousseau reconhecia a higiene como uma “virtude” e os avanços nessa área em detrimento dos demais esforços da medicina. “A única parte útil da medicina é a higiene; a higiene é menos uma ciência que uma virtude. A temperança e o trabalho são os dois verdadeiros médicos do homem: o trabalho aguça-lhe o apetite, a temperança impede-o de abusar dele.” ROUSSEAU, J.-J. *Emílio... Op. cit.*, p. 33.

<sup>100</sup> *Idem, ibidem*, p. 10.



discursiva vai se definindo como sendo, “*por natureza*”, um domínio penetrável por processos que demandam intervenções terapêuticas ou de normalização<sup>101</sup>. Aqueles significantes se distribuem na literatura de preceitos, observações, advertências médicas para operarem a educação sexual, de acordo com a economia e a mecânica de “*prazeres da natureza*” significativos dos valores morais considerados “*nobres*” e “*decentes*”, entre eles o “*amor infinito*”, o “*reconhecimento eterno*”, que produzem a “*felicidade das famílias*”.

*(...) A mãe, que cria, sente correr com delicia o leite atravez dos canaes que devem levar o leite a boca de seu filho; como no acto da reproducção ella tem muitas vezes erectismo, voluptuosidade; basta somente que elle lhe estenda os tenros bracinhos para que seus seios se engorgitem, e que o leite seja ejaculado com força. Empregando toda a sensibilidade maternal, ella fixa de uma maneira indelével, pelo habito de se ver e amar, esse reconhecimento eterno, esse amor infinito, que deve existir entre ambos e que faz a felicidade das famílias. (...)*<sup>102</sup>

A amamentação é concebida e ensinada como etapa de um processo natural e sagrado que retira e reorienta a sexualidade da mulher “*verdadeira*” em direção à missão considerada maior da maternidade, esta que, por sua vez, dissimula a voluptuosidade da relação sexual e estabelece uma norma para o comportamento feminino. Esse discurso é um instrumento do aparelhamento da sociedade que pretende se ordenar e regular e, para isso, empreende a formulação de uma verdade sobre o sexo, como se lhe fosse essencial que este se inscrevesse não somente numa economia do prazer, mas também num regime ordenado de saber<sup>103</sup>. Nessa tática, os gestos que identificam o erotismo na imagem da mulher reaparecem dissolvidos e deslocados para o código de uma ciência sexual. Segundo Foucault,

*(...) essa produção de verdade, mesmo intimidada pelo modelo científico, talvez tenha multiplicado, intensificado e até criado seus prazeres intrínsecos. Diz-se, freqüentemente, que não fomos capazes de imaginar novos prazeres. Pelo menos, inventamos um outro prazer: o prazer da verdade do prazer, prazer de sabê-la, exhibi-la, descobri-la, de fascinar-se ao vê-la,*

<sup>101</sup> FOUCAULT, M. *História da Sexualidade. A vontade de saber. Op. cit.*, p. 66-7.

<sup>102</sup> MEIRELLES, Z. J. S. *Op. cit.*, pp. 10-11.

<sup>103</sup> FOUCAULT, M. *História da Sexualidade. A vontade de saber. Op. cit.*, pp. 68-9.

*dizê-la, cativar e capturar os outros através dela, de confiá-la secretamente, desalojá-la por meio da astúcia. (...)*<sup>104</sup>

Trata-se de um prazer específico configurado no poder de produzir um discurso verdadeiro sobre o prazer<sup>105</sup>. Portanto, no segundo capítulo – Das vantagens do aleitamento materno –, Meirelles aborda o significado moderno atribuído àquele fluido nutriente, veículo das sensibilidades e virtudes maiores que a natureza já produziu. O leite é tomado como produto do aparelho fisiológico e de um aparato simbólico, e pretende-se que tenha valor universal. É um produto da “*mãe carinhosa*”, essa identidade historicamente construída em um corpo fixo pelo sexo-discurso, dado a ler pelo sexo-significação. Quer dizer, o sexo biológico aparece aqui como evidência maior dessa identidade humana<sup>106</sup>. O corpo biológico e natural aparece, assim, em sua morfologia sexuada atrelado ao papel social e cultural, forjando uma imbricação necessária entre o individual e o social e delimitando corpos binários normatizados e normatizadores.

O conceito de “*dispositivo da sexualidade*” em Foucault abriu a possibilidade de se pensar, como Tânia Navarro Swain, no processo de “*sexo-significação*” do “*sexo-discurso*”. Este que me leva a apreender as imagens de mulher-mãe e de ama-de-leite como representações também binárias e complementares de uma identidade ancorada no pressuposto biológico. Como construtos equivalentes, suas imagens contrastantes remetem ao

*(...) sexo-significação como mecanismo de invenção do corpo feminino e dos corpos biológicos, como grade de interpretação binária do mundo e o sexo-discurso, na prática social, como a invenção do corpo feminino, do corpo materno. Ancorada no biológico, portanto, a representação da mulher se faz associada à da “verdadeira mulher”, a mãe. (...)*<sup>107</sup>

A imagem de mãe carinhosa encerra, portanto, o signo maior de mulher “*verdadeira*” impresso sobre o corpo feminino, que, no ato da amamentação, nutre os filhos e ao mesmo tempo a eles transmite sensibilidades e virtudes, promovendo a educação em seu sentido maior e mais nobre. Dessa forma, somente aquela que fosse

---

<sup>104</sup> *Idem, ibidem*, p. 69.

<sup>105</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>106</sup> SWAIN, T. N. A invenção do corpo feminino... *Op. cit.*, p. 68.

<sup>107</sup> *Idem, ibidem*, p. 61.

“*verdadeira*” estaria em sintonia com as forças divinas da natureza ao assumir seu “*dever sagrado*”, ficando acima de ataques provenientes de ventos mundanos ou de calúnias envenenadas que pudessem “*manchar sua reputação*”. No caso das amas escravas, suas imagens funcionariam como efeitos e instrumentos das “*manchas de reputação*”, produtos e veiculadoras de vícios, o sinal da mancha e a própria mácula. O discurso produzido tendo suas imagens como referentes opera em contraponto ou em contracanto com as imagens de “*mãe carinhosa e virtuosa*” que se queria modelar.

É mais ou menos isso que Meirelles parecia imaginar, ao referir-se à criança, ao leite e à mãe:

*(...) com o leite elle recebe toda essa sensibilidade e virtudes de uma mãe carinhosa. Entregue a esse dever sagrado a mulher não teme, que o sopro envenenado da calumnia manche sua virtude e reputação; aperta os doces laços matrimoniaes, augmentando a confiança e o amor do esposo: restabelecendo-se além disso com facilidade dos incommodos do parto, sua saúde será firme e vigorosa. (...)*<sup>108</sup>

O leite e o aleitamento passavam a representar os cuidados higiênicos necessários para a saúde da cria, mas também as condições de possibilidade de se valorizar o papel de mãe e de se adestrar corpos provavelmente nem tão dóceis. O discurso que invoca aquele “*dever sagrado*” serve para tentar convencer sobre a conquista da saúde “*firme e vigorosa*”, para condicionar o comportamento feminino aos “*incômodos do parto*” e como garantia de docilização dos “*laços matrimoniais*”, evitando-se, com a prática daquele dever, as “*manchas de virtude ou reputação*”. A natureza reservaria frutos e espinhos que seriam decorrências naturais do exercício daquela missão. E novamente o médico adverte que

*(...) não é o acto da concepção e da conservação do feto por espaço de nove mezes no seio materno, que funda o direito das mães à ternura e amor dos filhos; mas sim os múltiplos cuidados que ellas lhes prodigalizão com o leite depois do nascimento. (...)*<sup>109</sup>

Ratificando o discurso rousseauiano, o aleitamento pela mãe parece estar sendo inventado ou reinventado na Corte imperial com apelos científicos e artifícios

<sup>108</sup> MEIRELLES, Z. J. S. *Op. cit.*, p. 10-11.

<sup>109</sup> *Idem, ibidem.*

comoventes. Aparece como um daqueles mecanismos positivos que compõem uma rede nova de significantes e significados e funcionam como produtores de saber, como multiplicadores de discursos, indutores de prazer e geradores de poder<sup>110</sup>. Mecanismos que engendram os laços da família e da sociabilidade, tal como a conhecemos na modernidade. Nesse alfabeto que se explicita em alguns de seus exercícios discursivos, observo a construção de sentidos que pretendem enlaçar a imagem da “mulher verdadeira” aos papéis de “mãe carinhosa” e “esposa confiável”, porque sadia e cumpridora dos sagrados deveres de mãe, impostos pela natureza.

São construções que emanam de uma lógica racionalista, essencialista e binária e, por isso, cuidam em estabelecer causas e efeitos, classificações e séries, ou seja, operam dispositivos fundamentados em leis gerais da biologia e da natureza. Esses enunciados invocam, por outro lado, o “valor sagrado”, como outro meio de valorização da “voz da natureza”. Assim, aquele discurso também procura estabelecer sintonia com o divino, ao promover a “nobre tarefa” em relação ao “prazer” do corpo e a um “dever imperioso e sagrado” que foi imposto pela “natureza”.

*(...) Desde o momento, em que a mulher pare, está sujeita a esse dever sagrado, imposto pela natureza de aleitar seu filho: não só porque seu interesse pessoal a isso a obriga, mas ainda porque a conservação d'elle imperiosamente o exige. Mas aquella que o aparta de seus peitos, que faz calar em seu coração a poderosa voz da natureza, e que despreza enfim esse imperioso dever, não tem direito ao sagrado título de mãe, não é a verdadeira mãe. (...)*<sup>111</sup>

A campanha pelo aleitamento materno fazia daquela prática um dever ao mesmo tempo imperioso e sagrado, quer dizer, seria uma imposição para a mulher baseada em todas as leis que se poderia considerar: de Deus, da natureza e da sociedade. Sem o respeito a tais leis, as mulheres não se candidatavam ao “título de verdadeira mãe”. O texto também apela para um esforço de ilustração das mulheres, que para o médico parecem “querer desconhecer” aquele dever tantas vezes adjetivado como “sagrado” e “imperioso”. A divulgação insistente da norma sexual e a pedagogia elaborada para substituir práticas que eram costumeiras, embora também fossem consideradas

---

<sup>110</sup> FOUCAULT, M. *História da Sexualidade. A vontade de saber. Op. cit.*, p. 71.

<sup>111</sup> MEIRELLES, Z. J. S. *Op. cit.*, p. 11.

atrasadas, transparecem em quase todas as páginas da tese em seu discurso reiterativo<sup>112</sup> e monocórdio.

O médico propõe ainda uma incursão por padrões ideais difundidos na memória histórica do Ocidente em grandes civilizações e em “*países selvagens e agrestes*”, apontando modelos da antiguidade desde os “*clássicos*” até os “*selvagens*” para convencê-las de sua “*negligência*” e “*ignorância*”.

(...) *Embora a mulher queira desconhecer esse dever, ella facilmente se convencerá, si estudar sua organização, si consultar a história, e si percorrer os países selvagens e agrestes, de que, por toda a parte, por uma espécie de instincto, as mães são as próprias amas de seus filhos. Na antiga Roma, as mães d’essa brilhante cidade olhãõ o aleitamento como um dever imperioso; ensoberbeciam-se dos successos, que após elle se seguião. (...)*<sup>113</sup>

O apelo ao “*instinto*” materno funciona como mais uma construção sociocultural do alfabeto que preenche todo um aparelho semiótico ou um sistema de representações que designa identidades, valores e normas<sup>114</sup>. Segundo o autor, portanto, também as mães de Roma, da Grécia, entre outras regiões das antigas “*civilizações*”, exemplarmente assumiam o “*dever imperioso*” e ficavam “*soberbas*” com os sucessos decorrentes da maternidade. Essa construção pretende dar a ler que o aleitamento materno já era prática tanto identificada com a “*natureza*” dos povos selvagens quanto considerada um valor da “*civilização*” desde a Antiguidade clássica. Portanto, justificava-se que ele devesse ser retomado também por sua legitimidade histórica.

No extremo oposto, fora das relações da humanidade, o texto assinala que até mesmo no reino animal, desprovido de razão, as leões, baleias e panteras, as fêmeas “*nunca (...) recusarão as mamas a seus filhos*”<sup>115</sup>, pois, afinal, tal ato é uma “*espécie de instincto*”, por isso, ao contrário das mulheres, corajosos, os animais “*para proteger seos filhos se expõem a todos os perigos (...) e derramão até a última gota de seu sangue sem os abandonar*”. Entre as imagens exemplares das civilizações do passado e dos cenários naturais, selvagens e não cultivados, entre os padrões ideais da “*cultura*” e a perfeição engenhosa da “*natureza*”, ele lamenta:

---

<sup>112</sup> BUTLER, Judith. *Corpos que pesam:...* *Op. cit.*, p. 3.

<sup>113</sup> MEIRELLES, Z. J. S. *Op. cit.*, p. 11.

<sup>114</sup> LAURETIS, T. de. A tecnologia de gênero... *Op. cit.*, pp. 211-213..

<sup>115</sup> MEIRELLES, Z. J. S. *Op. cit.*, p. 11-12.

*(...) contrista-nos o coração vêr que só a mulher, dotada de uma razão tão esclarecida, de tanta sensibilidade e ternura, é o único ser que abuzo de sua liberdade, de seu entendimento, e que não córa de pejo, quando vê que os animaes guiados somente pelo instinto lhes ensinão seu dever! Sim, contrista-nos o coração ver que esse abuzo, esse desleixo imperdoável e execrando das mães, as tenha accomettido desde o primeiro até o último degrau da escala social!!... Longe de cumprir o primeiro dever materno e de gravar esse edificante exemplo no coração de suas filhas, ellas imprimem o egoísmo, ensinando-lhes desde o berço a negar um dia os peitos a seus filhos. (...)*<sup>116</sup>

O autor não economiza palavras para expressar profundo pesar em relação ao “desleixo imperdoável e execrando” das mulheres e opor-se ao comportamento de mães que não aleitam e também não “educam” suas filhas mulheres para o exercício da “maternidade”, fato que considera “egoísta” e “abusivo da liberdade”. Sendo para ele uma tarefa reservada à “verdadeira mulher”, ele distingue, no entanto, a mulher “pobre e desculpável pela sua miséria, porque esta não é tão desnaturada”, da “rica, rodeada de todos os favores, de todos os bens da fortuna: morra seu filho, embora; mas desfrute ella todos os prazeres. (...)

<sup>117</sup> Separando-as de acordo com suas posses, ele desculpa a prática de não aleitar entre as mulheres pobres e condena energicamente as ricas, pertencentes às elites proprietárias, mulheres que considera desleixadas e responsáveis por “males incalculáveis”. Afinal, a conduta das mulheres proprietárias é referência para as demais. Daí o texto endereçado a estas e não às outras e a insistência na mudança do comportamento das “mães desnaturadas” que buscam escravas para a “nobre tarefa” que não querem assumir. Segundo ele, aqui elas parecem estar obrigadas a empregar uma ama e logo

*(...) de ordinário se lança mão de uma escrava, que para flagello e desgraça nossa tanto abundão em nosso paiz, e de que infelizmente nos servimos. Transportadas de paizes bárbaros e selvagens, supersticiosas, cobertas de vícios e de molestias, que de males não implantão n’esse infeliz de que é encarregada? E isso somente pelo desleixo d’aquella, que não duvida sacrificar seu filho para gozar de todos os prazeres, para livremente poder assistir a espetáculos, bailes &c; que não duvida passar noites inteiras entregue à dança, ao canto, e à mil outros passa-*

---

<sup>116</sup> *Idem, ibidem*, p. 12.

<sup>117</sup> *Idem, ibidem*.

*tempos; mas que não pode velar uma só hora junto d'aquelle que vem dar-lhe o sagrado título de mãe, que vem firmar o amor do esposo, e que faz em fim as delícias de uma verdadeira mãe!*  
(...)<sup>118</sup>

Na comparação estabelecida, o autor define as mulheres escravizadas como um “*flagelo e uma desgraça*” que abundam em nosso país, porque eram “*bárbaras, selvagens, supersticiosas e cobertas de vícios*”. Assim, o discurso higiênico considerava-as mulheres inadequadas para amamentar as crias das proprietárias. Para ele, nas mãos selvagens e desqualificadas das escravas ficariam os pequenos varões em sacrifício, enquanto as mães se viam livres para “*gozar de todos os prazeres, para livremente poder assistir a espetáculos, bailes &c*”. Com esses termos ele desclassificava umas e classificava outras, escravas e sinhás, em seus modelos idealizados. Mas criticava ambas em seus comportamentos desviantes do padrão da “*mãe verdadeira*”. Reconstruídas no interior daquele alfabeto moderno, as figuras das amas-de-leite ganham os contornos e adjetivos depreciativos da sociabilidade urbana e burguesa. E, referindo-se a elas, o médico estimula a imaginação do/a leitor/a: “*(...) que de males não implantão n’esse infeliz de que é encarregada?*”<sup>119</sup>.

Certamente, aqueles eram os conceitos modernos de medicina e da educação que circulavam nas instituições da Corte Imperial escravocrata. Numerosas nas ruas e nos lares, as escravas que alimentavam e estabeleciam os primeiros e segundos laços eram para aquelas camadas letradas de uma nova elite cultural as que alimentavam com seus “*vícios, moléstias e superstições*” os corpos higiênicos e a moral social da nação. Ele não disfarça o sentimento de “*infelicidade*” diante dos costumes escravistas (que podiam parecer insuperáveis em 1847) e o desejo de alterá-los. As mulheres africanas e descendentes, que eram consideradas imprescindíveis nos lares cariocas, ocupavam ares e ambientes da intimidade da casa que se queria higienizar, trabalhando sob o regime compulsório na produção da vida familiar. A extensa e intensa labuta de serviços domésticos, entre eles o aleitamento das crianças, era atribuído e reservado a elas, representando inclusive um signo da condição inferior e da identidade escrava.

Portanto, higienizar a família significava intervir em costumes arraigados, particularmente naquele hábito naturalizado que atrelava senhores/senhoras/crianças e escravas no interior da casa. Era, sobretudo, uma tentativa de fazer disseminar uma

---

<sup>118</sup> *Idem, ibidem*, p. 14.

<sup>119</sup> *Idem, ibidem*.

norma da sexualidade, ou melhor, da heterossexualidade e da família. As imagens e representações da família higiênica sugerem modelos ideais para os papéis de pai, mãe e filho/filha e sugerem disciplinas e regulações que estão centradas na relação conjugal. Ao produzir leis naturais da matrimonialidade e regras imanentes da sexualidade, tal fermentação discursiva investe também sobre relações outras que se pretendia controlar ou condenar, e que passariam a ser consideradas periféricas ou anormais, embora muitas vezes fossem regulares, mais ou menos condenáveis ou dissimuladas e cotidianas<sup>120</sup>.

Não tanto por uma postura antiescravista, é bom lembrar, mas certamente por um alinhamento em relação ao projeto moderno de civilização e progresso que incluía a medicalização da sociedade, o ato de buscar uma ama escrava parecia a ele um gesto de “imprevidência” e “ignorância”. Naquela perspectiva normatizadora, a comparação construída do trecho seguinte coloca a diferença entre o aleitamento materno e o “mercenário” e as conseqüências de um e de outro. A encenação discursiva segue impessoal e tem valor de generalidade exemplar, por isso culmina com um desfecho trágico decorrente da escolha considerada nefasta:

*(...) Comparae agora a saude florescente d'este que é aleitado pela própria mãe com o estado miserável d'aquelle, porque tiveste a imprevidência de tomar a primeira ama que se vos apresentou, sem vos importar se tinha algum vício ou moléstia; então vosso coração ficará pungido da mais cruel dôr, ao vêr que esse innocente que tão forte nascêra, se acha fraco e coberto de mil enfermidades, tornando-se o espelho em que reflectem as molestias da ama, que com o leite facilmente lhe forão transmittidas; e assim vae em fim definhando de dia em dia, e uma morte prematura o virá decepar na aurora da vida. (...)*<sup>121</sup>

Os médicos acreditavam que as moléstias eram transmitidas pelo leite. Mas não só as doenças do corpo, como um “espelho” também o caráter e o moral das escravas seriam absorvidos pelo “inocente” que nascera forte e encontrara a morte. Em muitas páginas de críticas corrosivas em relação às práticas de aleitamento “mercenário”, Meirelles adverte que para ser “boa a ama deve ser tão sã de coração como de corpo”. “Si a criança tira do leite que ama sua força e vigor, não dependerá também desse fluido sua pusilanimidade, sua coragem ou fraqueza, enfim o homem moral?”<sup>122</sup>.

<sup>120</sup> FOUCAULT, M. *História da Sexualidade. A vontade de saber. Op. cit.*, pp. 37-49.

<sup>121</sup> MEIRELLES, Z. J. S. *Op. cit.*, p. 14.

<sup>122</sup> *Idem, ibidem*, p. 15.



A desclassificação do aleitamento que não fosse materno era mais uma tática para convencer as mães da necessidade de amamentarem suas crias. Daí a construção de um discurso que anuncia os riscos do aleitamento mercenário e enaltece as virtudes da “*verdadeira mãe*”, advertindo que só esta última seria capaz de livrar os filhos da “*perversão*”. Só ela poderia originar uma relação

*(...) sem vícios, nem moléstias, e de uma alma toda bondade, porque fará aparecer em miniatura na creança o seu physico e o seu moral; o que esperareis d’esse innocente, que entregastes a essa mulher de coração altivo e forte, cheia de mil inclinações odiosas e dadas a todos os vícios? Será totalmente pervertido. (...)*<sup>123</sup>

A prática da amamentação pelas escravas passava a ser descrita como um padrão que resultaria necessariamente na impossibilidade da “*família*”, ou em uniões dilaceradas. Nestas não haveria “*pais, nem mães, nem filhos, nem irmãos ou irmãs*”, somente “*solidão*”. De “*salvadoras*”, as amas-de-leite seriam responsabilizadas pela família “*em discórdia e desarmonia*”, “*sem moral*”; pela criação do “*homem sem coragem*”, por “*irmãos em conflito*”, “*fraqueza e pusilanimidade*”. Essas seriam as decorrências da “*negligência*” e da “*insensibilidade*” das amas e constituíam os “*perigos*” do aleitamento mercenário.

Não bastassem todos os exemplos e deduções formuladas, o médico relata em duas ou três páginas uma série de acidentes ocorridos com crianças que estavam sob os cuidados de amas. Entre eles, descreve o caso da que morreu “*abandonada pela ama na cocheira com animais*” e da ama que se embriagava e também à criança. Comenta alguns dos “*costumes vulgares*” das amas escravas, como o de dormir e aleitar com o perigo de “*asphixiar a creança*” etc. Por fim, após enfeixar um conjunto de “*descuidos do aceio*” e possíveis “*desgraças*”, ele conclui que:

*(...) Seriamos em fim longos e fastidiosos si quizessemos apontar aqui os males, que por ignorância e malvadeza das amas estão continuamente a succeder, além de crear homens supersticiosos, pusilânimes e de corromper seu espirito. Prescindindo pois de esboçar esse quadro terrível e immenso, que deve cubrir de luto o coração de uma mãe, limitamo-nos somente a pedir, que calculando os grandes e graves inconvenientes das amas sobre as vantagens, que tirão de aleitar por si mesmas seus filhos,*

---

<sup>123</sup> *Idem, ibidem.*

*desprezem, ainda que algum sacrifício lhes custe, esse meio iníquo e reprovado pela natureza. (...)*<sup>124</sup>

O discurso de Meirelles constrói a idéia de que há uma “*corrupção moral*” sendo nutrida pelas práticas já tradicionais do aleitamento escravo. A veemência com que ele trata os “*graves inconvenientes*” da “*ignorância e malvadeza*” das amas e as mazelas sociais delas decorrentes quer fazer crer que há uma urgência quanto à construção de um novo padrão de relações familiares e de aleitamento para pôr fim àquele “*quadro terrível e imenso*” no Brasil. Como um exemplar das novas idéias que invadem os centros urbanos, inclusive a capital da Corte, o texto é uma peça de propaganda do projeto de cidade moderna e higiênica que se organiza também em torno de uma representação da maternidade, identificada à “*mulher virtuosa*” e produtora da “*mãe verdadeira*”. Tornar-se médico na Faculdade de Medicina, naquele momento, significava estar sintonizado com os movimentos de organização institucional desse saber-poder tal como se organizava na Corte, e particularmente com os padrões de conhecimento e progresso então vigentes na Europa, sobretudo na França, e trabalhar naquela causa. A tese é reveladora dessa poderosa matriz.

Os conselhos de Rousseau jamais seriam plenamente seguidos, e o sistema das amas-de-leite prosperaria na França até fins do século XIX, quando o aleitamento artificial com a utilização do leite de vaca sob a forma da mamadeira passaria a ser utilizado, em virtude dos progressos da esterilização e da higiene<sup>125</sup>. Também no Brasil o aleitamento não seria amplamente incorporado como prática materna nem após o fim do regime escravista<sup>126</sup>. Ainda que aquela construção discursiva em torno da amamentação pela “*mãe verdadeira*” não tenha atingido ou convencido todas as mulheres a se tornarem mães extremosas, muitas passaram, todavia, a se sentir cada vez mais responsáveis por seus filhos e culpadas quando não puderam assumir seu dever<sup>127</sup>.

Mesmo que muitas não tenham respondido às interpelações de tais imagens/representações, é impossível não perceber a força da pregnância destas na conformação de uma matriz de inteligibilidade cultural. A construção e a proliferação desses discursos viabilizam esquemas de interpretação, de valorização e de produção de signos que circulam e se tornam inteligíveis no imaginário da sociedade carioca sob a

---

<sup>124</sup> *Idem, ibidem*, p. 18-9.

<sup>125</sup> BADINTER, E. *Um Amor Conquistado...Op. cit.*, p. 234.

<sup>126</sup> Ainda nos dias atuais, a intensa propaganda demonstra a necessidade de se difundir o referido “ensinamento”.

<sup>127</sup> BADINTER, E. *Um Amor Conquistado...Op. cit.*, p. 235.

ordem escravocrata e imperial. Estes, que funcionam como instrumentos e efeitos de verdade e normatividade e canalizam informações e valores, constituem um apelo para que a sociedade se comporte de uma determinada maneira<sup>128</sup>. Como infere Baczko,

*(...) os imaginários sociais fornecem (...) um sistema de orientações expressivas e afetivas que correspondem a outros tantos estereótipos oferecidos aos agentes sociais. (...)*<sup>129</sup>

Com o objetivo de unificar o horizonte de expectativas e comportamentos, os textos do saber médico passavam a condenar a prática do aleitamento pelas escravas e a se disseminar na Corte e no país, difundindo com ele aqueles significados moralistas. A reinvenção da família, de acordo com os padrões modernos, passava pela condenação de práticas domésticas escravistas que estavam enraizadas e naturalizadas. Nesse processo de mudanças sociais, o aleitamento passou a ser um dos objetos de legislações e políticas que foram definidas naquele século. Estas podem ser apreendidas em diferentes momentos do processo de institucionalização de poderes e saberes que se constituíam com vistas à modernização da sociedade, e que incluíam o controle dos papéis da família e o ordenamento dos indivíduos também pelo saber médico.

Meirelles encerra o capítulo e resume o conteúdo de teor moral, reiterando a identidade da mulher “*libertina*” e “*dissoluta*”, produtora do “*leite extranho e bastardo*” que alimenta a “*degeneração*” e a “*perversidade*”. Entre outras imagens desviantes da norma de mulher na sociedade carioca estavam as amas-de-leite, que “*pervertem a nobreza natural do homem*”, nutrem as gerações “*fracas, doentias e disformes*” e acabam por engendrar uma cultura “*impura, corrupta e contagiosa*”, típica do passado e do cotidiano escravista:

*(...) que abuso revoltante não é este de perverter esta nobreza natural do homem, que acaba de nascer, de corromper seu corpo e espírito, quando um nascimento honesto e felizes elementos têm começado a formar-o, fazendo tomar o alimento degenerado de um leite extranho e bastardo? E quantos males não resultão ainda, se esta ama que escolheste é de mau gênio, perversa, libertina, dissoluta e dada a bebidas! Sofreremos por ventura que nosso filho seja infectado de um sangue impuro e contagioso, que seu corpo e seu espírito*

---

<sup>128</sup> BACZKO, B. *Op. cit.*, p. 311.

<sup>129</sup> *Idem, ibidem.*

*recebão a vida, que os anima, de um corpo e de um espirito corrompidos?(...)*<sup>130</sup>

Não é preciso qualquer esforço de interpretação para se apreender do trecho que o alimento degenerado é o próprio “*leite bastardo*” que provém do “*sangue impuro e contagioso*” do corpo de mulher escrava. O texto é uma das vozes do saber médico que clamam por transformações na sociedade carioca e aspiram à preservação da saúde não somente dos indivíduos de forma isolada, mas mirando a população como um todo. Como disciplina política, a higiene produzia as normas e organizava os preceitos que se definiam para prevenir as doenças que acometiam a população da cidade e, ao mesmo tempo, preservava sob seus limites o conjunto de saberes sobre os corpos e comportamentos. Meirelles é uma daquelas vozes que representavam e ditavam regras sociais, que ao tratarem da mulher-mãe, do aleitamento e da sexualidade, estabeleciam as condições necessárias para a garantia da saúde dos filhos e da prosperidade da nação. Entretanto, a produção das condutas e dos corpos femininos sob as vozes reiterativas e ruidosas da higiene se dava também pela produção de espaços negativos, sombreados, sob rumores e silêncios que se produziam acerca de suas experiências.

Significativamente, há um silêncio organizado a respeito das relações sociais geradoras da “*degeneração*”; portanto, sem abordar as condições de produção da “*bastardia*”, o discurso exhibe o aspecto daquela equação social em que a medicina poderia e queria intervir: a escolha de uma ama.

#### **2.4 A escolha da ama: a permanência de uma prática**

Depois de ter o leite materno como objeto de esquadramento, isto é, de “*ter passado em revista tudo o que concerne ao exame do leite*”, Meirelles procura tecer “*considerações não menos essenciaes, e que se deve ter muito em vista*”. Nesse terceiro capítulo, ele trata de outros aspectos que condicionam a qualidade do leite e do aleitamento, e passa a considerar questões que “*são dignas da mais escrupulosa atenção as qualidades fisicas e moraes da ama*”, já que não pode desconsiderar a existência desta prática no cotidiano das famílias cariocas, sobretudo aquelas com maior poder aquisitivo.

---

<sup>130</sup> MEIRELLES, Z. J. S. *Op. cit.*, p. 20-1.

Primeiro, ele define a idade que seria ideal. Para ele,

*(...) a mais conveniente é de 20 a 35 annos, por que antes da primeira época o desenvolvimento da mulher não se tem de todo effectuado, e depois da segunda aproxima-se a idade crítica; e as mamas, em muitas, não fornecem a quantidade sufficiente de leite. (...)*<sup>131</sup>

Acompanhando as prescrições da época, ele estabelece que o período ideal para o aleitamento está entre a imaturidade e a “*idade crítica*”. No entanto, ele adverte que não se deve deixar de analisar o leite e a nutriz e a sua constituição, visto que esta “*é a principal base em que nos devemos fundar para uma boa escolha*”. Por exemplo, segundo Meirelles, uma mulher de constituição fraca

*(...) ou lymphatica, que quizesse aleitar o seu, ou o filho de outra mulher, acarretaria certamente a si e a elle grandes inconvenientes expondo a sua e a saúde d'elle; obrigando continuamente a natureza a fornecer esse liquido, parte integrante de sua organização, por elle esgotaria as suas forças; e coincidindo com essa constituição a pobreza e defficiencia do leite, a criança seria vitima dos effects d'esse liquido como já vimos. (...)*<sup>132</sup>

O conceito de mulher forte e fraca apresenta significados específicos. A constituição ou o temperamento linfático representa um “*estado patológico passageiro caracterizado por apatia, falta de vigor, de energia*”, de acordo com o verbete do termo da psicologia, não por acaso datado de 1873<sup>133</sup>. Esse aspecto, que era geralmente associado às mulheres louras e de pele branca, quando associado à pobreza redundaria numa provável deficiência do leite. Por outro lado, a experiência do estudioso mostrava que as amas de “*constituição sanguínea são as mais fortes para suportar as fadigas do aleitamento, e as que fornecem em abundancia um leite rico de princípios nutritivos*”<sup>134</sup>, um atributo que era verificado nas mulheres negras. As sanguíneas, portanto, seriam aquelas em cujo temperamento predomina o sangue, o vigor e a força, por oposição às primeiras. Era uma idéia muito disseminada até aquele século, que inclusive costumava justificar a recusa de mulheres brancas ao aleitamento e a exploração das negras nessa prática.

<sup>131</sup> MEIRELLES, Z. J. S. *Op. cit.*, p. 2-30.

<sup>132</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>133</sup> HOUAISS, Antonio. *Dicionário Eletrônico Houaiss... Op. cit.*, 2004.

<sup>134</sup> MEIRELLES, Z. J. S. *Op. cit.*, p. 29-30.

Além disso, no desenho da ama-de-leite modelar, o doutor prescreve que esta deve

*(...) ser de boa apparencia, de uma gordura medíocre; deve ter gengivas firmes, rosadas, guarneçadas de bons dentes, e um hálito agradável; a pelle fina sem o menor signal de erupções; peito largo e bem conformado, as mamas nem muito volumosas, nem muito pequenas, destacadas do peito, sem cicatrizes ou endurecimentos granuloses; os mamelões de tamanho, grossura e firmeza medíocres, um pouco elevados, e apresentando muitos orifícios. Não nos devemos contentar só com este exame, todo o seu corpo deve ser observado; e posto que grandes obstáculos encontremos da parte d'ellas, jamais deveremos prescindir d'este cuidado, se quizermos ter nossa consciencia tranquilla. (...)*<sup>135</sup>

A partir do elenco de características configuradoras da imagem de boa ama, portanto, verifica-se que o saber médico se organizava para identificar e orientar quanto a detalhes que possibilitassem a escolha certa. A descrição minuciosa de órgãos, tecidos, substâncias em suas formas, colorações, posicionamentos e comportamentos servia como parâmetro para que se procedesse ao exame das partes e se pudesse avaliar o corpo adequado para o funcionamento pretendido. Recomendava-se que todas as amas fossem examinadas, e o certificado de exame representaria a revelação da verdade médica e uma autorização para o aleitamento sadio. Não se deveria prescindir daqueles cuidados, mesmo que fossem colocados “*grandes obstáculos da parte delas*”, caso o médico pretendesse ter a “*consciência tranqüila*”.

Além dos detalhes do corpo significativos da qualidade da nutriz, ele recomendava que se observassem outras qualidades imprescindíveis, quais sejam:

*(...) A todos essas qualidades, que são indispensáveis para constituir uma boa ama, devem crescer ainda costumes puros e honestos, uma phisionomia risonha, um olhar meigo, um sorriso agradável, e sobre tudo um gênio dócil, affavel, complacente e um som de voz harmonioso: ela deve ser em fim isenta de paixões. Si é permittido duvidar da influencia das affecções moraes da ama sobre o moral da criança, é ao menos incontestável que suas paixões lhe são nocivas em relação ao físico. (...)*<sup>136</sup>

---

<sup>135</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>136</sup> MEIRELLES, Z. J. S. *Op. cit.*, p. 30.

Portanto, a “boa ama” não deveria ter o temperamento “linfático”, mas deveria ser sanguínea e, além disso, ter “costumes puros e honestos”, “fisionomia risonha”, “olhar meigo”, “sorriso agradável”, “gênio dócil”, ser “afável” e “complacente” e ter um “som de voz harmonioso”. A imagem de pureza se consolida com a qualidade maior, expressa na figura que é “isenta de paixões”. Segundo ele, poderia haver dúvidas quanto à influência da moral da ama sobre a da criança, mas a influência de suas paixões sobre o corpo físico era incontestável. Na época considerava-se que as “paixões violentas” atuavam negativamente em relação à quantidade e à qualidade do leite, imagem cuja permanência estende-se aos dias atuais. Assim, explica Meirelles:

*(...) Entre as paixões que podem assaltar o coração da mulher, umas são tumultuosas e obrão com violência e de uma maneira rápida; outras brandas e obrão lentamente, porem com permanência, entretanto que as primeiras não tem uma duração mui longa. As paixões violentas dão instantaneamente ao leite qualidades perniciosas: as outras não alterão suas qualidades sinão vagarosamente, introduzindo na economia um estado de languor, que diminue sua quantidade ao mesmo tempo que faz perder sua energia. (...)<sup>137</sup>*

A força de tais imagens/concepções revela-se em sua permanência, pois, não apenas naquela época, muitas mazelas observadas no organismo dos bebês eram atribuídas a problemas dos corpos (e dos humores) de quem os aleitava; por exemplo, o “(...) aleitamento praticado durante um acesso de cólera, antes de dissipar-se a emoção motivada por esse acesso, pode produzir convulsões, diarreias biliosas &c”. Além disso, sentimentos fortes mais duradouros também eram considerados perniciosos. De acordo com o médico:

*(...) Todas as affecções peniveis (sic) são mui nocivas; por que durão ordinariamente muito tempo; a esta classe pertencem a tristeza, a inquietação, o temor, a raiva, o ódio, a inveja, a alegria, o ciúme e o amor: alterão o leite tornando-as funcções lânguidas pelo abatimento que introduzem na economia. (...)<sup>138</sup>*

---

<sup>137</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>138</sup> *Idem, ibidem.*

Os três capítulos informam sobre as imagens produzidas pelo saber médico que se organizava também no campo da puericultura<sup>139</sup>, cujo termo estava por nascer, e a emergência de um “regime de verdade” acerca do corpo feminino. Ao aprisioná-lo ao dever sagrado da amamentação e da reprodução, uma partitura binária define certos princípios que regem a representação da “*boa ama*”, esta que se desenha com referência à “*verdadeira mulher*”. A imagem da ama-de-leite também estava sendo modelada naquelas qualidades, ou desvalores, que se podiam verificar nos corpos, em seus elementos significantes e em relação aos papéis/valores/significados que estariam subordinados à imagem de mulher “*verdadeira*”. Esta seria a mulher que, não podendo amamentar por motivos de saúde, já que só a natureza poderia justificar um desvio na trajetória feminina em direção àquela missão sagrada, poderia recorrer às amas-de-leite que fossem aprovadas de acordo com a norma higiênica.

De acordo com aquele regime, entendia-se que as formas e consistências dos órgãos, as cores das peles e dos dentes, a aparência dos corpos e a análise dos temperamentos e humores eram aspectos essenciais que poderiam significar a adequação de suas faculdades morais.

*(...) Eis as qualidades físicas e moraes que se deve ter em vista quando tratar-se de escolher uma boa ama; mas como é quasi impossível acharmos reunidas em uma ama todas as condições que temos indicado; devemos ao menos preferir aquella, que apresente as qualidades mais essenciaes, e que às formas regulares do corpo, ajunte a mais perfeita harmonia em suas faculdades moraes. (...)*<sup>140</sup>

A condição cativa de inúmeras mulheres africanas justificaria o uso de adjetivos desqualificadores escolhidos ou repetidos pelo médico com o intuito de identificá-las não como mães, e suas práticas não como maternas, mas “mercenárias”. As prescrições e recomendações eram de que estas fossem examinadas para cumprirem o aleitamento de crianças de forma higiênica, quando as mães não tivessem leite. Aqui, também, tratava-se de imprimir regras ao aleitamento pelas escravas, sem, contudo, atenuar a

---

<sup>139</sup> s.f. (1899 cf. CF<sup>1</sup>) 1 ciência que reúne todas as noções (fisiologia, higiene, sociologia) suscetíveis de favorecer o desenvolvimento físico e psíquico das crianças, desde o período da gestação até a puberdade 1.1 conjunto de noções e técnicas voltadas para o cuidado médico, higiênico, nutricional, psicológico etc., das crianças pequenas, da gestação até quatro ou cinco anos de idade <*instituto de p.*> ETIM puer(i)- + -cultura, pelo fr. *puériculture* (1869) 'id.'

HOUAISS, Antonio. *Dicionário Eletrônico Houaiss... Op. cit.*

<sup>140</sup> MEIRELLES, Z. J. S. *Op. cit.*, p. 30.



condenação às mulheres livres por sua habitual “*negligência*”, por não assumirem funções e responsabilidades maternas, primordiais e sagradas. Se as mulheres pareciam negligentes na França, no Brasil também, aqueles discursos coercitivos deixam escapar, muitas preferiam os salões, teatros e “*mil outros passa-tempos*” ao exercício do “*sacrifício sagrado*”, que conferia o título de “*mãe verdadeira*”.

Imputar às mulheres escravas as mazelas do regime escravocrata e reiterar que sua presença no seio das famílias livres era a principal responsável pelas influências perniciosas era uma tática da medicina para instaurar a conduta higiênica, também considerada moderna. A fim de operá-la, o saber médico ora silencia, ora generaliza, geralmente condena as múltiplas experiências de procriação, aleitamento e maternidade vividas à margem daquele padrão de família que insistia no modelo de “*liberdade individual*”, que dá origem a direitos políticos que se estabelecem sob outras formas de dominação e subordinação.

As formulações que replicam os fundamentos da liberdade e do contrato social também no Brasil costumam deixar encoberta uma história de sujeição. Ao contrário da realização da promessa de superação do patriarcado, em razão da percepção da sociedade civil como uma ordem social pós-patriarcal, o contrato original cria a sociedade civil patriarcal ou o patriarcado moderno. A sociedade civil é uma ordem que pretende substituir o estado natural, mas, ao mesmo tempo, instaura a separação entre o domínio do público e o do privado. Dividida em dois domínios contrários e distintos, contudo presta-se atenção especial a um deles, considerado de interesse público. Este, o mundo público da legislação civil, da liberdade e da igualdade civis, do contrato e do indivíduo, tem origem no contrato social<sup>141</sup>.

As imagens da casa e da família higiênica e moderna encenam mudanças, resistências e embates que se sucedem na vida privada, ou seja, remetem àquela outra esfera, onde se estabelecem o contrato sexual e o matrimonial. Como analisa Carole Pateman, a sociedade civil, por oposição à natural, é criada com referência não ao todo da sociedade, mas a uma de suas partes. Uma vez que se introduz o contrato, a dicotomia pertinente passa a ser não mais entre “natural” e “civil”, mas entre a esfera privada e a esfera pública. Esta, para ela, é “*uma dicotomia que reflete a ordem da divisão sexual na condição natural, que é também uma diferença política*”<sup>142</sup>. As

---

<sup>141</sup> PATEMANN, Carole. *O Contrato Sexual*. Trad. Marta Avancini. São Paulo: Paz e Terra, 1993, pp. 26-30.

<sup>142</sup> *Idem, ibidem*, p. 28.

mulheres nem têm papel no contrato original, nem são deixadas para trás no estado natural, elas são incorporadas a uma esfera que não faz parte da sociedade civil, que está separada. A antinomia privado/público é entendida como equivalente a outras, tais como natural/civil, mulheres/homens, e nessa articulação de sentidos opostos,

*(...) a esfera privada, feminina (natural) e a esfera pública, masculina (civil) são contrárias, mas uma adquire significado a partir da outra, e o sentido de liberdade civil da vida pública é ressaltado quando ele é contraposto à sujeição natural que caracteriza o domínio privado. O resultado do que é ser um 'indivíduo', produtor de contratos e civilmente livre, é revelado através da sujeição das mulheres dentro da esfera privada. (...)*<sup>143</sup>

Essa “*fermentação discursiva*”<sup>144</sup> que fazia ressoar aqui matrizes de pensamento do mundo europeu pretendia resguardar o “*sentido de liberdade civil da vida pública*” ao cuidar da orquestração do mundo privado, portanto da ordenação dos papéis da família e da normalização da conduta feminina. A promoção da maternidade e a valorização da prática do aleitamento pela mãe eram expressão desse ordenamento do mundo privado – a família e a casa – em relação ao público – o mundo das leis, do governo e do trabalho –, e passavam necessariamente pela desvalorização da escravidão e do aleitamento escravo, por isso considerado mercenário<sup>145</sup>, e pela construção de um discurso que sublinhasse e amplificasse experiências negativas dele decorrentes. Preocupadas com as transformações sociais e com a importação e difusão de costumes “modernos”, as vozes dos médicos engrossam o coro modelador de um sistema de sexo-gênero, que inclui a construção reiterativa da imagem burguesa de mãe e também a sexualização do corpo feminino, com vistas ao controle do comportamento e da procriação.

A tese é um exemplar da construção discursiva do gênero, tal como concebida por Teresa de Lauretis, como processo e produto de sua representação, por colocar em operação uma tecnologia social de gênero<sup>146</sup> cujos efeitos são produzidos nos corpos, comportamentos e relações sociais. Na arquitetura dos capítulos e na engenharia dos

---

<sup>143</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>144</sup> FOUCAULT, M. *História da Sexualidade. A vontade de saber. Op. cit.*, p. 22.

<sup>145</sup> *adj.* (1600 cf. JLuc) 1 que é assoldado, que trabalha ou serve por um preço ou soldo ajustado <*tropas m.*> 2 que age ou trabalha apenas por interesse financeiro, por dinheiro ou algo que represente vantagens materiais; interesseiro, venal. HOUAISS, Antonio *Dicionário Eletrônico Houaiss Op. cit.*.

<sup>146</sup> LAURETIS, T. de. *A Tecnologia do Gênero...Op. cit.*, p. 212.

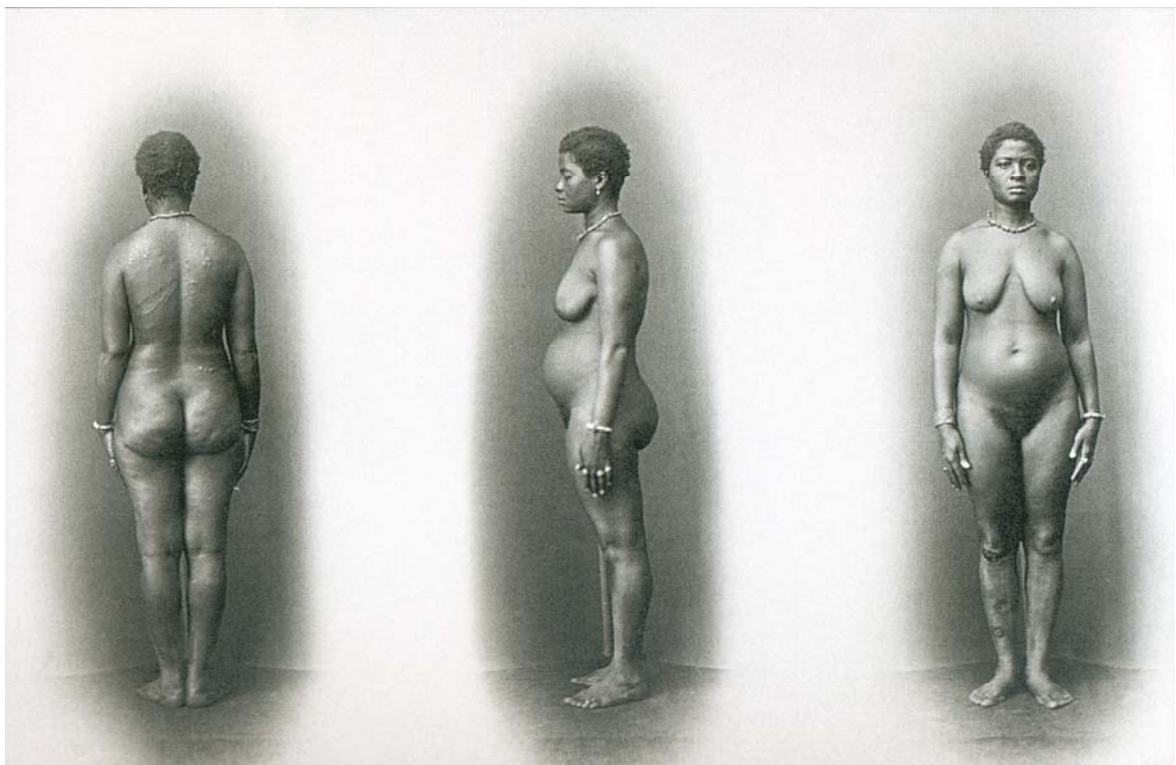
detalhes, observam-se a reprodução e o deslocamento de uma norma da sociabilidade para a construção da subjetividade, pois aquele é um discurso que, além de outras distinções binárias de raça, de condição social e civil, pretende instaurar

*(...) concepções culturais de masculino e feminino como duas categorias complementares, mas que se excluem mutuamente, nas quais todos os seres humanos são classificados (...), formando um sistema de gênero, um sistema simbólico ou um sistema de significações que relaciona o sexo a conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias sociais. (...)*<sup>147</sup>

---

<sup>147</sup> *Idem, ibidem*, p. 211.

AUGUSTO STAHL, *Albumen*, 21 x 28 cm,  
The Peabody Museum of Archeaology &  
Ethnology, c. 1865.



## Capítulo 3

### O aleitamento “*mercenário*” como objeto do saber: o “*hygienismo filantropo*” e a “*legislação previdente*”

Retomo aqui algumas teses apresentadas à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, já no final dos anos sessenta, para observar o que importava ler, conhecer, examinar e prescrever acerca do aleitamento, particularmente o mercenário, nas condições em que se encontrava na cidade do Rio de Janeiro. A fertilidade da produção acadêmica que se evidencia em torno do tema é expressiva de uma valorização daquelas práticas na capital da Corte do ponto de vista da medicina social e higiênica, bem como do movimento de articulações entre instâncias médico-políticas interessadas na fiscalização e no controle das praticantes e dos usuários daqueles serviços.

Na segunda metade do século, o saber médico já configurava um tecido de representações sociais que mantinha relações estreitas com outros discursos, orientando o planejamento de políticas para a cidade e as instituições, intervindo nas maneiras de nomeá-las e regulamentá-las. A medicina era um campo de práticas e representações que incidiam conjuntamente em diferentes aspectos da cidade, da casa e dos comportamentos da família, alinhavando conteúdos da ciência da natureza a valores morais. Ampliava-se, assim, um tecido de representações que se inscreviam nos quadros de pensamento preexistentes e enveredavam por uma moral social<sup>1</sup>. Representações, entendidas como Denise Jodelet, como

*(...) forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social; (...) sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros – orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais. (...)*<sup>2</sup>

Essa relação da medicina social com o Governo Imperial que se estreita<sup>3</sup> não representava algo fortuito, lateral ou secundário, ou seja, não expressaria uma relação de

---

<sup>1</sup> JODELET, Denise. “Representações sociais: um domínio em expansão”. In: JODELET, D. (Org.) *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, pp. 20-21.

<sup>2</sup> *Idem, ibidem*, p. 22.

<sup>3</sup> Refiro-me também à atuação da Junta Central de Higiene Pública, órgão formado de engenheiros e higienistas pelo Governo Imperial em 1851 para propor políticas de saúde pública.

aliança, justaposição ou contigüidade, nem de apropriação de um discurso pelo outro. Segundo Machado *et al.*, a partir do instante em que se esboça a constituição de saber médico sobre a sociedade, ela explora e penetra em todas as regiões sociais, quer dizer,

*(...) desde que se inventariam, com o objetivo de normalização, os componentes do espaço urbano, o objeto da medicina adquire uma dimensão de totalidade; o que é passível de intervenção da medicina passa a não possuir fronteiras no interior da vida social.(...)*<sup>4</sup>

Contudo, os médicos mantinham uma distância crítica com os organismos estatais. Embora estivessem sempre dispostos a conduzir e propor soluções para a maioria dos projetos e ações governamentais voltados para a melhoria da cidade – sobretudo apresentando soluções para os surtos epidêmicos – buscavam construir objetos cientificamente consistentes. O aparelhamento da reprodução biológica era um destes objetos que, inclusive, ajudariam a difundir os princípios da higiene para além da imprensa especializada e da produção acadêmica. Assim, em uma via de mão dupla, a produção no interior da Santa Casa, da Sociedade de Medicina e da Faculdade procurava vincular os avanços do conhecimento às questões sociais e muitos médicos-políticos foram responsáveis por projetos e relatórios minuciosos, contribuindo diretamente em comissões de saúde pública, nos debates no Senado, na Câmara dos Deputados e também nas Câmaras Municipais<sup>5</sup>.

Em coro, a medicina reivindicava uma administração da saúde que fosse ao mesmo tempo médica e política<sup>6</sup>. Baseada naquela “voz da natureza”, mais do que uma propaganda intensa das normas da cidade, da casa e da família, era visível o investimento discursivo na imagem da mulher, mais especificamente sobre o corpo da mulher com base em formas e substâncias que passavam a defini-lo e, também, mediante o esquadramento de órgãos, funções e sentidos que sinalizavam para uma destinação social em sua “fatalidade” biológica<sup>7</sup>. Nessa direção, cada tese é um conjunto que expressa a organização de conceitos e agrupamentos de objetos que

---

<sup>4</sup> MACHADO *et al.* *Op. cit.*, p 234.

<sup>5</sup> *Idem, ibidem*, pp. 236-7.

<sup>6</sup> Segundo Roberto Machado *et al.*, “é preciso que existam focos múltiplos de poder homogêneo ao projeto médico e que, articulados, contribuam para a construção de um novo Estado e de uma nova sociedade”. Vários membros da Sociedade de Medicina, ao lado de políticos, militares e religiosos, estão presentes na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827) e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838). *Idem, ibidem*, p. 240.

<sup>7</sup> SWAIN, Tânia. “Meu corpo é um útero? Reflexões sobre a produção e a maternidade”.

configuram uma representação monolítica de mulher “*verdadeira*”, imagem-referente que está presente até quando não aparece nos campos da enunciação científica, forjando coerência, rigor e estabilidade à temática da procriação e da maternidade sob a ótica da higiene e da modernidade.

Nessa trama, observo que a figura da ama-de-leite tem papel fundamental porque atua como antagonista ou antítese daquela representação em textos da medicina que se repetem, informando e contribuindo para modelar a casa higiênica. Ao lado das imagens de “*mãe verdadeira*”, as de ama-de-leite emergem no discurso para articular alguns jogos daquele pensamento binário que prima pela composição de dualidades complementares e assimétricas. Nesse tecido de contrastes, as figuras das “*amas mercenárias*” aparecem em situações que exemplificam um campo fértil de possibilidades do “*patológico*”. Fértil por significarem uma ameaça constante em sua presença cotidiana no interior da família, em relações que se davam na intimidade do lar. Ameaça maior por se tratarem de mulheres cativas que atuavam no aleitamento das crianças do futuro no lugar de suas “*mães desnaturadas*”.

Do ponto de vista da alimentação, com base nas teses que se multiplicam sobre a questão da lactação, as mulheres escravizadas não seriam capazes de prover um leite sadio em virtude de uma história fisiológica de maus tratos físicos e morais e da própria contingência do cativo que sugeria condições precárias e adversas potencialmente geradoras de doenças de todo tipo, inclusive as temidas doenças venéreas. Por outro lado, as teses sugeriam outras “*disposições hereditárias*” que poderiam transmitir certos “*germens*”, resultando em “*funestos efeitos sobre a economia dos pequenos entes*”<sup>8</sup>. Do ponto de vista das “*afecções morais*”, as cativas também produziriam um leite insalubre, porquanto vivendo sob o regime da escravidão, submetidas aos excessos da autoridade senhorial, muitas vezes obrigadas inclusive a deixar o próprio filho, essas mulheres teriam um leite nocivo para o desenvolvimento físico e moral da criança<sup>9</sup>.

A abordagem das práticas “*mercenárias*”, entre outras de nutrição infantil, estariam marcadas por esse teor moralista, portanto estariam similarmente descritas e classificadas na metodologia do trabalho acadêmico. Assim, tomando pela estrutura significativa da elaboração científica que se aprimora e assume uma feição unívoca nos anos 60 e 70 daquele século, as imagens de amas-de-leite escravas aparecem ainda melhor contornadas para darem a ler a representação de uma “*patologia*” social que se

<sup>8</sup> SILVA, Peçanha da. Memória sobre a amamentação e as amas de leite. In: *Annaes de Medicina Brasileira*. Vol 1869-1870, p. 253. Apud MACHADO, Roberto *et al.* *Op. cit.*, p. 356.

<sup>9</sup> MACHADO, Roberto *et al.* *Op. cit.*, pp. 353-372.

pretendia extinguir. A normalização dos papéis da família era, portanto, uma das importantes vertentes políticas daquele discurso científico que se organizava a partir de uma verdade médica e higiênica e as amas-de-leite seriam figuras indesejáveis na casa e na sociedade que se queria construir.

As teses sobre a questão do aleitamento na Corte e no Império proliferaram-se na segunda metade do século<sup>10</sup> fazendo reverberar a pedagogia rousseauiana e, ao mesmo tempo, apontando para a singularidade das relações escravistas, deixando entrever as práticas que se queria alterar. O uso do futuro do pretérito, de adjetivos depreciativos e da partícula que assinala o aspecto condicional mostra a ótica dos médicos sobre as relações familiares em sua mensagem moralizadora:

*(...) seria muito mais conveniente que as senhoras brasileiras não dessem tão pouca importância á saúde e á moral de seus filhos, entregando-os as escravas para os amamentar. É do domínio de todos que algumas senhoras são tão pouco escrupulosas, que entregão seus filhos ás amas e estas se retiram para um commodo separado da casa e só tornão a vê-los somente á noite. Mães que não gostão de ouvir o choro de seus filhos, porque querem descansar das fadigas dos bailes e dos theatros.(...) Se as mãis de família considerassem um só instante nos péssimos resultados do aleitamento mercenário entre nós, não darião tão facilmente os seus filhos ás escravas. Hoje, entre nós, está este habito tão introduzido, que rara é a senhora de alguma posição social e pecuniária que não trata de procurar uma ama escrava logo que tem o seu filho.(...)<sup>11</sup>*

Como evidências que contrariam o sentido daquele projeto político, as amas-de-leite eram vistas como “*escravas*” que amamentavam as crianças das “*senhoras pouco escrupulosas*”, que “*não gostam de ouvir o choro de seus filhos, porque querem descansar das fadigas dos bailes e dos theatros*”, conforme hábito que pelos textos

---

<sup>10</sup> Teses apresentadas à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro por: José Ribeiro dos Santos Zamith (1869). *Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral e particularmente do mercenário em relação às condições da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. do Apostolo, 1869; Murillo Mendes Vianna (1869). *Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral, e particularmente do mercenário em relação às condições da cidade do Rio de Janeiro*; Luiz Augusto Corrêa d’Azevedo (1872). *Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral, e particularmente do mercenário em relação às condições em que se acha na cidade do Rio de Janeiro* Rio de Janeiro: Typ. Academica, 1873; Juvenal Martiniano das Neves (1873). *Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral, e particularmente do mercenário em relação às condições da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. da Reforma, 1873; Celso Eugênio dos Reis (1874). *Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral, e particularmente do mercenário em relação às condições da cidade do Rio de Janeiro*. Typ. e Liv. De Oliveira e Silva, 1874; Thomaz Eboli (1880). *A Hygiene e os prejuízos que causam uma má amamentação*. Rio de Janeiro: Typ. Popular de C. de Vasconcellos, 1880.

<sup>11</sup> ZAMITH, José Ribeiro dos Santos. *Op. cit.*, p. 31.



circulantes à época estava generalizado no Rio de Janeiro e no Império. Antagonistas de “*mães verdadeiras*” ou coadjuvantes de “*mães desnaturadas*”, portanto, os médicos estavam juntos para delas falar e advertir que “*se as mães de família considerassem um só instante nos péssimos resultados do aleitamento mercenário entre nós*”, delas prescindiriam.

Apesar de condenada, a prática amplamente adotada era traduzida sob as lentes modernizadoras como uma das “*indústrias mais lucrativas*”<sup>12</sup>, por isso a dificuldade que já era por eles percebida. Os textos revelam um campo de lutas que se travavam na pretensão de se alterar comportamentos e relações sociais no sentido da modernização dentro da lógica simbólica e econômica que ainda vigia sob a ordem da escravidão. O embate é visível entre os valores, regras, papéis, prescrições e significações de uma ordem que precisava ser alterada para que outra se estabelecesse. Só assim seriam criadas as condições para que a cidade e a nação pudessem crescer e atingir o esperado progresso. Isso significava instaurar não apenas os princípios e as práticas da higiene na família e na cidade, mas também os signos do progresso e da liberdade civil e econômica, que deveriam funcionar como um estímulo ao trabalho livre e assalariado.

A metáfora da indústria é reveladora da leitura racionalista da medicina sobre a capacidade dos corpos lactantes conforme a ótica do processo industrial, mecânico e racional. O corpo-máquina, fragmentado na organização e eficiência de suas peças, é uma concepção presente nos textos da ciência nascente sobre a procriação e a lactação que são vistas como atividades produtivas. Esses corpos são construídos como objetos que se conhecem e manipulam, que se consertam, que se modelam em relação às regras de uma economia e uma moral em relação às tecnologias de produção da vida<sup>13</sup>. Para o médico, “*as mulheres livres e honestas raramente se prestam nesta cidade a exercer funções de amas, pois não querem se nivelar às escravas, que são as mais comumente empregadas*”.

Alguns pareciam bradar contra os que promovem “*desgraçadamente*” aquela indústria, que não deviam ser poucos:

(...) Não há paiz algum em que se pratique o aleitamento mercenário mais desgraçadamente do que o nosso, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, onde elle constitue hoje uma das industrias mais lucrativas. Nesta cidade, como em

<sup>12</sup> REIS, Dr. Celso Eugenio dos. Op. cit., pp. 31-2.

<sup>13</sup> MARTIN, Emily. *A mulher no corpo. Uma análise cultural da reprodução*. Trad. Julio Bandeira. Coleção Sexualidade, Gênero e Sociedade. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, p. 58.

*todo o Império, as amas, quando não são escravas, procedem das classes mais ignorantes e desfavorecidas da sociedade. No primeiro caso, quando não apresentam repugnância, o que é extremamente raro, é porque são emballadas pela esperança de liberdade, de um bom tarde passadio e de todas as atenções de que ordinariamente são alvo por parte dos pais das crianças. No segundo caso, ellas são levadas somente pelo interesse de um grande salário, cuja importância se vai augmentando de dia em dia de sorte que em breve somente as pessoas abastadas é que poderão pagar amas; e isso mesmo sem que tenham uma só garantia em seu favor.*<sup>14</sup>

Por serem geralmente escravas, ou filhas de escravas ou forras ou mulheres pobres, ao contrário das “mulheres livres e honestas”, as amas-de-leite a que se referem os textos acadêmicos eram consideradas “sem asseio”, “indolentes”, “preguiçosas”, “estúpidas”, “más”, “saturadas de moléstias transmissíveis e mortaes”, para quem não se recomendava dar “o innocente filhinho”, este que devia ser o “thesouro mais caro do mundo”<sup>15</sup>.

Nos textos, eram reproduzidos episódios exemplares e taxativos que desaconselham a manutenção daqueles “maus costumes”.

*(...) Ha certas amas, que tem o terrível costume de introduzirem o peito na bocca da criança, e adormeceram. (...) Há certas amas que apesar de serem preguiçosas, estúpidas, ainda são más, assim há algumas que fazem grande uso interno de pimentas, e outras substancias, para d’este modo tornar o leite nocivo á criança. Outras untam a ponta do peito, de proposito para a criança sugar. O fallecido Dr. Julio referia o facto seguinte; uma escrava que embriagava com cachaça á uma criança de peito, que lhe tinha sido confiada para melhor entregar-se ao deboche. As amas escravas sahindo geralmente de um povo supersticioso, estúpido, de costumes corrompidos, não podem deixar de plantar no tenro e puro coração da criança certos prejuízos taes como: almas do outro mundo, lobishomem, etc. emfim certas historias, que recebidas na infância ficam durante toda vida, e tornam muitas vezes o individuo tímido, inepto para certas profissões, e predisposto á certas moléstias. (...)*<sup>16</sup>

---

<sup>14</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>15</sup> NEVES, J. M. *Op. cit.*, pp. 38-40.

<sup>16</sup> *Idem, ibidem.*

Nessa produção doutrinária, buscava-se “provar a inconveniência do aleitamento das crianças por amas escravas”, em seus “costumes corrompidos” e sua “superstição” e lembrar que a mãe “que possui uma boa saúde, e que tem todos os predicados necessários para bem aleitar á seu filho, nunca devera entregal-o á uma ama mercenária por melhor que seja, pois só a verdadeira mãi sabe adivinhar os gemidos do seu filhinho, só ella os sabe comprehender”. Caso contrário, o autor ameaça, ela se expõe a “receber mais cedo ou mais tarde o justo castigo de sua crueldade, e da impiedade do seu coração”<sup>17</sup>.

Assim, essas vozes amplificam-se e aperfeiçoam a produção de imagens da educação da sociedade forjadas numa idéia do conhecimento científico sobre a natureza. Se a desordem urbana e a doença estão condicionadas à qualidade de certas situações geográficas, tais como os pântanos, a umidade, o calor e as montanhas, e a medicina recomendava cuidar da circulação do ar e da salubridade da água, criando esgotos e canais para diminuir a possibilidade dos miasmas, seria conveniente também afastar das cidades as construções e aglomerados prejudiciais à saúde – como os matadouros, hospitais e cemitérios- e as condições da natureza e da sociedade que acentuam a incidência dos vícios e das doenças – dentre essas, as escravas nos lares.

Por outro lado, a reflexão médica promove o esquadramento do corpo físico, a materialidade em que se fundamenta o conhecimento de uma substância moral. A vida em sociedade seria a principal responsável por essa mistura heterogênea e corruptora de componentes naturais e sociais. Embora os “homens” sejam os primeiros a sofrerem as conseqüências desastrosas de sua ação desordenada e destruidora, é a conduta não esclarecida pelo conhecimento médico dos habitantes a responsável pela corrupção dos costumes, pela criminalidade, enfim, pela decadência da civilização, daí a necessidade da presença da medicina como instância de controle da vida social<sup>18</sup>.

Espelhando a relação binária entre doença e saúde, natureza e sociedade, no interior das casas, as amas-de-leite são como os mangues e os pântanos, ou as águas de esgotos e canais. Ou seja, são a imagem da “corrupção” do ambiente familiar, considerando-se tanto a saúde física e quanto a moral. Ao invés de “salvadoras” de expostos da Santa Casa, filhos de mulheres desonradas ou de casais pobres, ou cativas alugadas pelas famílias das elites ou “vítimas” do sistema escravocrata, naqueles textos elas eram figuradas como “corruptoras” da célula familiar.

---

<sup>17</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>18</sup> MACHADO *et al. Op. cit.*, pp. 262-3.

No objetivo de formar ou reformar física e moralmente o cidadão, ou de civilizar o indivíduo e urbanizar “o homem”, a intervenção médica visava a proteger a coletividade – a família, a cidade e a população – e pretendia afastá-la de perigos que a ameaçavam. Não por acaso, muitas teses versam sobre o aleitamento materno, mas outras tantas discutem a prostituição, também considerada como “*perigo físico e moral, causa das doenças e devassidão dos costumes*”. Também o corpo como “*moradia*” da sífilis era outra questão considerada pela medicina em relação à saúde da população por também atingir diretamente à família brasileira, que através das relações outras de seu chefe acabava por contaminar esposa e filhos<sup>19</sup>.

Seria preciso intervir particularmente na organização familiar daquela cidade portuária, com clima quente e úmido, para onde afluíam estrangeiros de toda a parte. Ali, onde era “*a sociedade viciada nem só pela miséria do povo, como pelas paixões dos ricos*”<sup>20</sup>. A prostituição, prática socialmente disseminada e costumeira, era considerada talvez o maior perigo físico e moral, causa de doenças e devassidão dos costumes, e as teses, relatórios e sessões da Academia também se dedicavam a pensar sobre a “*cópula desenfreada*” e “*desregrada*”, não apenas em suas inúmeras manifestações físicas e patológicas, mas também como um desestímulo ao trabalho e estímulo ao vício, como obstáculo às necessárias transformações da família, dos indivíduos e da sociedade<sup>21</sup>. Por todas essas expectativas e principalmente por estar em localização social marcada pelo sexo-gênero, pela raça e sob a autoridade de um proprietário, quer dizer, atravessadas por diferentes eixos de distinção também significativos de localizações de subordinação e de desapossamento, as imagens de mulheres escravas estariam no alvo desses discursos.

Como as “*mulheres públicas*” das ruas, a presença de escravos e escravas na família e no interior da casa, fato que além de corriqueiro ainda significava conforto e *status* social, tornou-se objeto relevante nesse discurso médico e político. Ali elas transparecem uma ameaça e um desconforto. Naquele raciocínio binário, as mulheres cativas, que remetem às práticas do trabalho compulsório e “*mercenário*” – lembrando que este termo foi engenhosa e inapropriadamente empregado –, eram imagens que estavam atreladas à morte das crianças, à sedução de homens, à disseminação de

---

<sup>19</sup> MACHADO *et al.*, p. 333.

<sup>20</sup> CUNHA, Herculano Augusto. *Dissertação sobre a prostituição, em particular na cidade do Rio de Janeiro. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1845*, p. 2. Apud MACHADO *et al.*, *Op. cit.*, pp. 330.

<sup>21</sup> MACHADO *et al.*, *Op. cit.*, pp. 333-8.

doenças venéreas, à promiscuidade sexual, em suma, eram representativas da degeneração da família, da degradação moral e dos bons costumes.

Ao compartilharem do debate acadêmico promovido pelos colegas europeus, particularmente os franceses, os médicos brasileiros acreditavam e queriam fazer crer que uma das formas de combater a mortalidade infantil era promover uma acirrada luta contra o aleitamento pelas cativas, a partir da constatação de que

(...) *Por toda parte onde temos achado uma grande mortalidade temos encontrado estas duas cousas: o aleitamento artificial e a industria de amas. (...)*<sup>22</sup>

Como verdadeiras bulas, esses estudos compunham uma sintaxe e obedeciam um padrão de ordenamento formal com o mesmo teor pedagógico. Como manuais de preceitos e referências para a sociedade higiênica, demonstravam avanços das pesquisas sobre a mensuração da qualidade do leite, aspectos que possibilitavam entender a fisiologia e da patologia das mamas, descreviam regimes, tipos e ditavam regras de aleitamento e apresentavam possibilidades que estavam aperfeiçoadas do exame que poderiam garantir a escolha da boa ama. Significativa e invariavelmente, os estudos incluíam uma última parte onde os autores despejavam apelos finais às mulheres para ouvirem a voz da verdade científica, sagrada e da natureza, sem, contudo, deixar de tratar das “*condições do aleitamento mercenário em que se acha a cidade do Rio de Janeiro*”, demarcando que, enquanto aquela voz não era ouvida, era na especificidade dessas práticas que precisavam intervir.

Não por acaso as teses fazem menção à presença dos filhos das amas-de-leite na Roda dos Expostos e sinalizam para a necessidade de se alterar a lógica que dava sentido a seu funcionamento. Para eles, era preciso alterar a equação daquela maquinaria que, criada para resguardar a “honra” e acolher os frutos da “desonra”, produzia o abandono e reproduzia a morte das crianças. Esta que era causada tanto pelas condições precárias de higiene, quanto pelos maus hábitos sexuais e econômicos arraigados na população carioca, dois aspectos que, do ponto de vista da medicina, se entrelaçavam e fortaleciam no exercício dos laços da escravidão.

Imagens de mulheres mercadorias escravizadas representavam a própria incitação ao sexo fora da norma, este que resultava na reprodução e fazia multiplicar as condições de possibilidade para o “*aleitamento mercenário*”. Assim, é preciso pensar

---

<sup>22</sup> NEVES, J. M. das. *Op. cit.*, p. 32-33.

que os filhos de escravas podiam ampliar o número de crianças deixadas na Roda e, também, podiam contribuir para ampliar os registros nas estatísticas da morte. A alusão à presença de seus filhos na Casa dos Expostos é literalmente explicitada em quase todas as teses, dando a ler o significado dessas crianças pela forma com que aparecem no discurso, ao menos até setembro de 1871<sup>23</sup>.

Até a promulgação da Lei do Ventre Livre<sup>24</sup>, os filhos seguiam a condição da mãe, portanto, mesmo que fossem filhos de homens livres, seriam considerados escravos/as dos proprietários dos ventres, portanto não se cogitava na maternidade do ponto de vista das mulheres escravizadas. Por outro lado, no caso das que tivessem seus filhos encaminhados à Roda, poderia lhes servir de alento o fato de que seriam considerados livres, conforme a tradição da legislação portuguesa que atribuía aos expostos a prerrogativa da “*ingenuidade*”<sup>25</sup>.

O aleitamento, por sua vez, significava rendas para os proprietários, ou para os “*ricos beneficentes*”, ou “*homens generosos*”<sup>26</sup> da Misericórdia. Estando na ponta ou no início dessa maquinação considerada perversa e mortal, não apenas para os médicos eram as escravas que estimulavam as rendas, o sexo, o abandono e a morte. Quer dizer, elas eram vistas como o “*signo*” e o “*sintoma*” da patologia social, sob o olhar observador do método clínico. Como sintoma, por oposição à “*saúde*” representada pela figura da “mãe verdadeira”, são elas que “*permitem designar um estado patológico e a figura visível e invisível da doença*”<sup>27</sup> da sociedade. Como signo, sua presença nas famílias “*diagnosticam o que ocorre atualmente*” e “*prognosticam o que vai passar*”<sup>28</sup>. Afinal, como atenta Foucault, entre o signo e a doença (ou entre a ama-de-leite e a patologia da sociedade), reina uma distância que ele (ela) não transpõe sem confirmá-la<sup>29</sup>.

Ao remeterem ao sexo, às rendas, às mercadorias, à morte dos filhos e das crianças, aos signos e aos sintomas da sociedade escravocrata, portanto, os corpos que

---

<sup>23</sup> A referida Lei “ampliou a assistência aos bebês nascidos no cativo e cujos “senhores das mães os maltratam, inflingido-lhes castigos excessivos”. Ou seja, provavelmente a Roda ainda representava uma possibilidade de criação dos filhos para as escravas que eram submetidas a um cotidiano de violência, mesmo depois da promulgação da Lei do Ventre Livre. VENÂNCIO, Renato Pinto. *Op. cit.*, p. 35.

<sup>24</sup> Lei n.2040 de 28 de setembro de 1871. “*Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a liberação annual de escravos*”. In: *100 Anos de Abolição da Escravidão*. Petrópolis: Museu Imperial, 1988, p. 34.

<sup>25</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. *Op. cit.*, p.131.

<sup>26</sup> FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. *Op. cit.*, p. 93.

<sup>27</sup> *Idem, ibidem*, p. 98.

<sup>28</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>29</sup> *Idem, ibidem*.

são esquadrinhados nas teses estão definidos em relação àquele esforço de domesticação dos costumes em direção à economia do trabalho livre. São corpos de que se servem para normalizar e regulamentar a sexualidade que deveria estar voltada para o dever da família, para a promoção da saúde e da educação dos filhos, para a prosperidade. Tal maquinismo que descreve as peças e define o funcionamento biológico feminino, quando impresso nos corpos de mulheres cativas, representam a face escura, não menos importante daquela pedagogia, por significarem o vício e a doença daquela sociedade.

Na constatação das formas e das substâncias, com o auxílio de saberes que se aliam – a matemática, a estatística, a física, a química – e dos instrumentos que se aperfeiçoam – aerômetro, lactômetro, lactoscópio<sup>30</sup> -, os médicos observam, examinam e se repetem para ensinar a verdade da relação conjugal, da procriação, do comportamento feminino. O conjunto discursivo revela a composição de um alfabeto - imagens dos seios, do leite, das sínteses que se desenham nos predicados físicos e morais de mulheres – e de uma aparelhagem - os órgãos da reprodução e da sexualidade -. Essa complexa tecnologia de produção de corpos desenha minuciosamente cada elemento que opera o saber-poder, este que examina, perscruta, vigia, e ao mesmo tempo, confere aos corpos um “*fim importante*”, uma norma para o funcionamento sexual e social.

As regras da higiene estavam em toda a parte, por exemplo, nos textos sobre a disposição das ruas da cidade, a construção das habitações, as formas de vestir e de portar-se em sociedade, nos manuais de civilidade e na preocupação com a educação, principalmente das crianças. Pensava-se da divisão da casa, no local adequado para cada finalidade e em técnicas de construção<sup>31</sup>. Prescrevia-se a exposição à luz do sol, o ar puro, os passeios nas ruas, o banho, o exercício físico, como formas de evitar as “*cousas nocivas e fazer bom uso das cousas úteis*”<sup>32</sup>.

Principalmente para a mulher que aleita, o exercício físico era uma “*necessidade imperiosa*”, haja vista que “*pela vida sedentária, perde o leite as qualidades nutritivas e diminui consideravelmente*”<sup>33</sup>. Acreditava-se que o ambiente interno e úmido, além do sedentarismo, dava origem ao “*temperamento linfático*”, ao “*vício escrofuloso*” e à

---

<sup>30</sup> ZAMITH, José Ribeiro dos Santos. *Op. cit.*, p. 26.

<sup>31</sup> ALMEIDA, Pedro José de. *Algumas considerações higiênicas das habitações*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1845. Apud MACHADO, Roberto *et al. Op. cit.*, p. 118.

<sup>32</sup> EBOLI, Tomaz. *Dissertação sobre A Higiene. Os prejuizos que causam uma má amamentação*. Rio de Janeiro: Typ. Popular de C. de Vasconcellos, 1880.

<sup>33</sup> CAMARANO, João Baptista Capelli. *Da alimentação nas primeiras idades – estudo crítico sobre os diferentes métodos de aleitamento*. Tese. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1884, p. 20. Apud MACHADO, Roberto *et al. Op. cit.*, p. 183

“*tísica*”, em suma, ao elenco de contaminações e “*miasmas*” que seriam resultantes de maus ares, como metáfora dos maus hábitos e de comportamentos “*viciosos*” e “*doentios*”. A aritmética dos casos e o olhar dos médicos, da clínica e das probabilidades cria um princípio de coerência e define a formalização da imagem das amas-de-leite como fenômeno patológico<sup>34</sup>.

Vistos como fábricas de produção de leite e do aleitamento, portanto, o corpo útil de mulher-mãe era um objeto que se destaca nos estudos que se faziam em Paris e no Rio de Janeiro, sendo que aqui teria um componente antagônico peculiar: o corpo da escrava que aleita. O desenvolvimento das dissertações percorria estações que construía um conhecimento, uma explicação para os fenômenos da reprodução e da maternidade e uma norma: o discurso científico procurava regular e disciplinar a produção do leite, dos afetos, dos papéis e das relações sociais prescritas também delineadas com base nas constatações científicas. Estas eram as verdades que fundamentavam as prescrições para o aleitamento perfeito e para a normalização da conduta feminina que deveria mirar-se na imagem de “mãe-verdadeira”.

No interior de um projeto político veiculado no regime discursivo da medicina, o aleitamento sob as condições em que se achava no Rio de Janeiro era um assunto que demandava atenção, cuidado e intervenção urgente, por isso se repetia nas dissertações. O prefácio era o lugar onde o candidato expressava a importância do objeto do ponto de vista do processo civilizador. Em seguida, iniciava-se a análise minuciosa e comparativa do leite: “*um líquido branco, de um sabor doce e agradável, constituído no ponto de vista anatômico por um veículo líquido, tendo em suspensão partículas sólidas ou glóbulos*”<sup>35</sup>. A relação entre a composição do leite da mulher – parte sólida e líquida, componentes, proporções em quantidades precisas – e a composição do leite dos animais era um ponto preliminar da abordagem, geralmente denominado “*Noções sobre o leite*” ou “*Divisão e definição*”.

A descrição do primeiro leite (colostró) e dos diferentes “*caracteres físicos e químicos*” de acordo com a idade era assunto relevante sobretudo porque àquela época era possível proceder à leitura das quantidades de “*água, caseum, manteiga, açúcar de leite e saes solúveis*” que apresentavam uma medida microscópica de perfeição, permitindo-se aferir resultados comparativos em relação ao leite de diversos animais. Além disso, era possível definir os traços significativos dos estados “*physiologico*” e

---

<sup>34</sup> FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da Clínica. Op. cit.*, pp. 93-116.

<sup>35</sup> *Idem, ibidem.*



“*pathologico*”. Isso porque o “*regimen*” do aleitamento era fundamental tanto quanto se considerava nele o espectro diversificado das condições higiênicas que tinham grande influência sobre a composição do leite. O resultado da análise química sob condições diversas dava o suporte necessário para a leitura das condições de possibilidade do bom aleitamento.

Cada peça tinha uma relevância na maquinaria do corpo feminino, daí a necessidade de se esquadrihar também a composição do leite, que estaria sujeito a modificações, quer dizer, o assunto era “*de extrema importância*”, principalmente para se

(...) evitar repetições sempre fastidiosas, visto como, no estudo que fazemos das condições capazes de modificar os princípios constituintes do leite, deixamos previamente estabelecidos elementos de que forçoso seria ocupar-nos tanto por ocasião de tratar do aleitamento materno como sobretudo do mercenário, quando procurássemos estabelecer os caracteres que devem levar-nos a aceitar ou rejeitar uma ama.(...)<sup>36</sup>

A matéria estava cindida, ou seja, o sistema fisiológico do aleitamento era desmontado para ser reconstruído com um sentido maior. O aleitamento precisava ser tratado em duas dimensões: com relação à sua forma “*correta*” e “*sadia*”, quer dizer, operado pela mãe “*naturada*” e “*educadora*” da criança do futuro e, também, com relação à forma “*incorreta*” e “*doentia*”, que era a costumeira e por isso condenada nos discursos da medicina. Essa era a dicotomia que conduzia o desenvolvimento daquelas teses que, apesar de estarem afinadas com a filosofia e a ciência francesas, miravam e davam a ler a especificidade da situação do aleitamento e da maternidade tal como se conhecia na capital da Corte sob os costumes escravistas.

Partindo de pressupostos civilizadores e com uma mesma leitura crítica das relações da escravidão, as dissertações discorriam sobre um mesmo mapa e perseguiram um mesmo roteiro: “*composição do leite*”; “*aleitamento em geral – definição e divisão*”; “*aleitamento natural*”<sup>37</sup>; “*aleitamento artificial*”<sup>38</sup>; “*aleitamento mixto*”<sup>39</sup>,

---

<sup>36</sup> CORREA D’AZEVEDO, L. A.. *Op. cit.*, p. 2.

<sup>37</sup> “é aquelle em que a criança extrahе o leite directamente ou de sua própria mãe ou de outra mulher. Dahi a sua divisão em aleitamento natural materno, e aleitamento natural estranho.” NEVES, J. M. *Op. cit.*, p. 3-4.

<sup>38</sup> “é aquelle em que substitue-se o leite da mulher pelo leite de um animal, (commumente vacca ou cabra), que ordinariamente dá-se ou por meio de colher, ou da mamadeira”. *Idem, ibidem*.

<sup>39</sup> “é aquelle em que faz-se simultaneamente uso do aleitamento artificial e do aleitamento natural, quer materno, quer estranho”. *Idem, ibidem*.

“aleitamento por um animal”<sup>40</sup> e “aleitamento mercenário”<sup>41</sup>. Este último, por exemplo, para Zamith, era “aquele em que a mãe não podendo aleitar seu filho o entrega a uma ama mercenária”<sup>42</sup>. Porém, ele adverte, a mãe deve observar que “o facto de entregar uma criança a outra mulher é tão melindroso, que exige sempre a maior cautela na escolha da ama”<sup>43</sup>. Assim, este era o aspecto que merecia todas as atenções em contraponto ao pressuposto idealizado do “aleitamento materno”, este que

(...) todos os autores medicos ou moralistas que tem escripto sobre o aleitamento são unânimes em reconhecer a superioridade do aleitamento materno. Se consultarmos a história nós veremos os poetas decantar seus encantos, os naturalistas e os philosophos demonstrar a sua importância, os médicos aconselhar o seu uso.(...)<sup>44</sup>

Após as definições e as apresentações demonstrativas dos números das constatações empíricas, os candidatos passavam a tratar aqueles assuntos que eram tão ou mais relevantes. Enquanto as mulheres não assumissem sua missão sagrada e natural, não incorporassem o papel revalorizado como “mãe verdadeira”, aqueles envolvidos no projeto moderno e higiênico de cidade e sociedade deveriam empenhar-se em atenuar os efeitos de práticas de aleitamento consideradas “patológicas”, “viciosas” e “atrasadas”. Na intenção de disciplinar a escolha das amas, estava também a de disciplinar a prestação do serviço do aleitamento “mercenário” na cidade do Rio de Janeiro ou ter o controle sobre ele, já que dele não se podia ainda prescindir.

### 3.1 Normatização e normalização da prática da lactação “mercenária”

Transitar entre as referências contemporâneas da França era uma maneira de mostrar atualidade e sintonia com aquelas matrizes que estavam em voga e também conferir autoridade ao discurso médico produzido nos trópicos. “Caseaux prefere aquellas que estão entre os 20 e 30 anos e regeita as que tenham excedido os 35(...)”. “Donné Levy aconselha as que estão entre os 20 e 40 annos(...)”. Já “M.Bouchut é de

---

<sup>40</sup> “Este modo de aleitamento, pouco usado em alguns paizes, é algumas vezes empregado entre nós, apresenta também inconvenientes que se tornão patentes, pelo que temos já expellido. (...) A escolha do animal deve merecer attenção da parte da pessoa interessada”. ZAMITH, José Ribeiro dos Santos. *Op. cit.*, p. 20.

<sup>41</sup> *Idem, ibidem*, p. 24

<sup>42</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>43</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>44</sup> *Idem, ibidem.*

*opinião que se deve preferir uma ama múltipara á uma primípara (...)*. “Becquerel et Vernois notaram que a diferença de composição do leite das primíparas e das múltiparas era insignificante (...)”<sup>45</sup>.

Alguns detalhes eram vistos de forma polêmica, por exemplo, o período considerado ideal de amamentação. Entretanto, de maneira geral, permanecia uma coerência no tratamento de premissas, desenvolvimento, explicações e conclusões que serviriam como parâmetros para a aprovação dos candidatos rumo às carreiras profissionais. Afinal, ao se candidatarem a médicos, mais ainda no Brasil e na Corte, aqueles homens de ciência se mostravam imbuídos da missão civilizadora e precisavam revelá-lo em todos os momentos que têm oportunidade. Essa é a preocupação, por exemplo, do candidato a médico José Ribeiro dos Santos Zamith ao abrir a tese:

*(...) No estado natural entre os povos, que uma civilização mal entendida não tem corrompido nem tem degenerado, só há uma espécie de aleitamento. A Mãe compenetrada de sua alta missão aleita por seus próprios seios a seu filho sem pensar em entrega-lo a mãos estranhas, e esta admirável harmonia que reina entre a composição íntima do leite materno e as necessidades gradual e insensivelmente crescentes, mantém ao mesmo tempo em um estado de saúde perfeito os dous entes que ficam por este modo ligados um ao outro pelos laços sagrados da natureza. É por este modo de alimentação que a criança recebe um leite apropriado às suas faculdades digestivas. (...)*<sup>46</sup>

Imagens de “mãe” e de “civilização” são referentes importantes naquele imaginário social, levando-se em conta a força das representações globais e totalizantes que desenham e delimitam identidades em processos históricos de produção de sentidos e de relações sociais. Ressalto a dimensão ordenadora da idéia-imagem de “mulher verdadeira” que se evidencia nos discursos da medicina, entre outros signos que são produzidos pela coletividade no campo movediço dos sentidos, e faz com que seja designada e reiterada uma tal representação de mulher em relação a uma certa distribuição de papéis e de posições sociais. Esse campo de sentidos que designam a “maternidade” como construto atrelado à condição feminina informam os discursos da medicina higiênica e acionam mecanismos que reúnem atividades descritivas e

---

<sup>45</sup> NEVES, J. M. *Op. cit.*, pp. 10-15.

<sup>46</sup> ZAMITH, J. R. S. *Op. cit.*, p. 1.

normativas na produção de representações da “*ordem social*”<sup>47</sup>. Designar a “*mãe*”, seria o mesmo que designar uma “*identidade coletiva*”, ou como ensina Bakzco,

(...) *delimitar o seu ‘território’ e as suas relações com o meio ambiente e com os ‘outros’; e corresponde ainda a formar as imagens dos inimigos e dos amigos, rivais e aliados, etc.(...)*<sup>48</sup>

Como um dispositivo que informa e suscita a adesão a um sistema de valores, as figuras da mãe e da maternidade que se produzem e disseminam naquele imaginário social funcionam como forças reguladoras da vida coletiva, ou seja, veiculam o exercício da autoridade e do poder e, por outro lado, tornam-se lugares e objetos onde residem alguns conflitos sociais. Localizadas em esquemas interpretativos, ou distribuídas em enunciados que as valorizam e informam sobre as relações sociais, as imagens da maternidade ao mesmo tempo constituem um apelo à ação, um apelo às mulheres a comportarem-se de uma determinada maneira<sup>49</sup>.

A moral rousseuniana se repetia nas teses quando também afirmam que a composição “*íntima do leite materno*” é equivalente às “*necessidades gradual e insensivelmente crescentes*” para a manutenção do “*estado de saúde perfeito*”, reafirmando sentidos do “*sagrado*” e da “*natureza*” aos laços da maternidade. Tal como definida sob um imperativo biológico, a vida passava a exigir que a mulher assumisse um papel a ela conferido e, desde que a “*civilização mal compreendida*” não o tivesse “*corrompido*” ou “*degenerado*”, tal missão de mãe deveria ser preservada em sua dimensão “*sagrada*” e “*perfeita*”. Contudo, o autor da tese contesta tais prescrições, ao lembrar que,

(...) *as exigências cada vez mais imperiosas da nossa sociedade atual, seja porque as mulheres sofram em sua saúde, seja por dificuldades de outra ordem, têm feito admittir outros modos de aleitamento, dos quaes fallaremos no correr desta Tese. (...)*<sup>50</sup>

Embebidos naquele moralismo europeu, obrigatoriamente os textos desaguavam em uma orientação de utilidade imediata e em uma perspectiva política, ao ensinar a ser

---

<sup>47</sup> BACZKO, B. *Op. cit.*, pp. 309-11

<sup>48</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>49</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>50</sup> ZAMITH, J. R. S. *Op. cit.*, p. 1.

“mãe” e, se não fosse imediatamente possível, pelo menos ensinar a escolher uma ama. Além disso, era preciso apontar as “*providências que se faziam mais urgentes*”<sup>51</sup> para se transformar a realidade do aleitamento mercenário na capital do Império.

Tecnicamente, aquele saber se consubstanciava na decupagem de cada elemento que dava sentido à engenharia da nutrição em suas finalidades fisiológicas e pedagógicas. Assim, a classificação dos tipos de aleitamento era tão relevante quanto a descrição pormenorizada da anatomia das mamas, embora fossem objeto de tipificações pormenorizadas ainda mais detalhistas, podendo ser “*muito desenvolvidas*”, “*atrophiadas*” e “*as que são compreendidas entre as duas*”<sup>52</sup>. Outros as dividem em “*mamas redondas ou hemisphericas*”, “*mamas cônicas ou pyriformes*” e as “*que são pendentes*”<sup>53</sup>. As dissertações procuram dar conta de casos atípicos para definir e ensinar a distinguir as modalidades do funcionamento normal e do patológico e também para prescrever as maneiras de se evitar dificuldades que pudessem desencorajar a mãe para o aleitamento.

Até mesmo “*vícios de conformação*”, mesmo que fossem oriundos da natureza, eram obstáculos que poderiam ser contornados.

*(...) Há certos accidentes, que a arte ainda não achou meios de remedial-os, assim certos vícios de conformação taes como: a imperfuração, o excesso de volume da mama, e a ausência de mamelão.*

*Há um outro, que as vezes embaraça a criança de mamar, tal é o caso em que o bico do seio, é deformado, achatado ou recalcado na glândula mamaria.*

*Cumprê ás mãis, que podem aleitar a seus filhos remediar este inconveniente durante a prenhez. Para isso devem antes de tudo remover a causa, que freqüentemente o produz, e que consiste no uso dos coletes muito altos e apertados, que comprimem os bicos dos seios, e não permitem que elles se desenvolvam livremente; depois a aplicação de ventosas de caoutchouc apropriadas á este fim favorece a saída do bico do seio. (...)*<sup>54</sup>

Dissecar a mama e descrevê-la cientificamente era um procedimento que configurava uma complexa tecnologia política. As prescrições sobre seu uso visavam àquele “*fim importante*”, por isso os médicos também opinavam em relação aos hábitos

---

<sup>51</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>52</sup> NEVES, J. M. *Op. cit.*, p. 11.

<sup>53</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>54</sup> *Idem, ibidem*, p. 12.

de vestimenta, por exemplo, advertindo que alguns poderiam causar danos à formação do mamelão, em razão da compressão por coletes altos e apertados. Nesse caso, M. Bouchut sugeria que “*o marido mame em sua mulher exercendo uma sucção lenta e moderada*”. Outros aconselhavam “*sucções repetidas por uma criança forte ou vigorosa, ou por cães novos*”. Mas Juvenal Martiniano das Neves recomendava cuidado, porque “*os acidentes que resultam d’esse vicio de conformação são prejudiciaes não só a mãe como á criança*”<sup>55</sup>. Entre os “*obstáculos gerais*”, ele assinalava as affecções físicas e mentais – “*epylepsia, hysteria, tuberculosa, escrofulosa, syphilitica*” – que prejudicavam o aleitamento por causa das modificações que tais “*diathesis*” e “*affecções*” produzem na “*composição e nas qualidades do leite*”, desaconselhando-se o aleitamento nesses casos<sup>56</sup>.

Os textos expressam controvérsias sobre as idades propícias, a regularidade do aleitamento, entre outras observações sobre a tecnologia da nutrição infantil, mas com relação à maioria dos aspectos que presidiam o conhecimento com pretensões de cientificidade nessa área, observam-se mais consonâncias do que dissonâncias fundamentais. Consonâncias que se revelam em prescrições médicas que garantiam a qualidade e a fluência, evitando-se prejuízos para a saúde da nutriz do leite e da criança. Sempre baseadas em preceitos da higiene que eram gerais e uniformes, recomendava-se, por exemplo, passeios ao ar livre desde que a nutriz não ficasse exposta às intempéries<sup>57</sup>.

As teses produzidas nessa fase funcionavam como a expressão da uniformidade do teor moral daqueles estudos médicos que buscavam construir um conhecimento especializado e uma autoridade de fala, a fim de intervir, disciplinar e controlar práticas costumeiras. Naquele alfabeto exemplar, em processo de legitimação pelos poderes instituídos e também de configuração de uma classe de “homens de ciência”, eram despejadas orientações às famílias usuárias dos serviços das cativas. Orientações que, de tão severas, mais pareciam ordens para que as famílias “*fossem mais cuidadosas em recommendar um exame rigoroso da escrava que tivesse de servir de ama á seu filho, porque gravíssimos são os efeitos que podem resultar para a criança da má escolha da ama ou de uma escolha pouco attenciosa*”<sup>58</sup>.

---

<sup>55</sup> *Idem, ibidem*, p. 13-4.

<sup>56</sup> *Idem, ibidem*, p. 14.

<sup>57</sup> ZAMITH, J. R. S. *Op. cit.*, p. 15.

<sup>58</sup> *Idem, ibidem*, pp. 30-32.

Corroborando a relação pressuposta entre as qualidades físicas e morais que eram indispensáveis, geralmente o médico advertia com relação às muitas “*moléstias que se podem transmitir da ama á criança*” e aproveitava para demonstrar sua indignação quanto às práticas do aluguel de escravas no Rio de Janeiro:

*(...) Aqui as escravas que tem de serem alugadas como amas são collocadas em casas que tem por fim allugar escravos, ou então sahem mesmo da casa de seus senhores e sem o menor exame são aceitas nas casas de família que tem necessidade dellas. Se há parte alguma em que o aleitamento mercenário e mais mal feito é certamente entre nós. Se é exacto que a ama para exercer, como é de rigor, a missão que tem a cumprir deve ter certos predicados physicos e moraes indispensáveis; se é certo que é difficil a escolha de uma ama, e finalmente se a hygiene muito e muito recomenda que o medico seja sempre bastante escrupuloso neste exame, para bem verificar as boas qualidades da mulher que tem de nutrir uma criança; entre nós que tanto se despreza este exame, pôde ser de alguma sorte bem feito o aleitamento mercenário? Não, por certo.(...)<sup>59</sup>*

As teses explicitam disputas correntes na sociedade, ao sugerirem que o desprezo dos médicos pelo aleitamento mercenário poderia ser equivalente ao desprezo de proprietários e locadores de escravas pelo exame. A contar pela menção que se verifica também em anúncios de compra, venda e aluguel de amas no jornal, apesar da resistência de proprietários, locadores e de amas-de-leite, o exame passa a ser cobrado como procedimento de fiscalização e controle daquelas práticas e de suas praticantes, ao que parece, muito lentamente.

Na tese de José Pereira dos Santos, este observa que o procedimento era insuficiente, porque, embora fossem “*pessoas um pouco mais escrupulosas*”<sup>60</sup> as que mandavam “*examinar as pretas*”, este constava em apenas “*observar-se as conjunctivas e a figura da preta*”. Para ele, o exame era tão superficial que se tornava inútil. Ele também se reportava à França, para falar dos “*escriptorios de amas*” que lá existiam, como modelo de vida “*civilizada*”, por isso Paris era vista como um lugar onde a “*polícia médica se exerce com mais ou menos regularidade*”<sup>61</sup>. Segundo o doutor, naquela cidade, um simples “*attestado do inspector ou do subdelegado do quarteirão*”

---

<sup>59</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>60</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>61</sup> *Idem, ibidem.*

serviriam para provar a saúde da ama e controlar as mulheres que prestavam aqueles serviços.

Na mesma dissertação, o médico informa que a idéia chegou a ser apresentada pelo Dr. José Pereira Rego, o Barão do Lavradio, mas acabou não indo adiante<sup>62</sup>. O exame minucioso passava a ser uma demanda dos médicos no intuito de proceder a uma avaliação acurada das condições do aleitamento mercenário, quer dizer, das propriedades “*physicas e chemicas do leite*”, das formas corporais da ama – suas mamas, suas glândulas, pele, gengivas –, em suma, de seu estado geral. Além disso, a exigência do exame e da regulamentação da “*indústria do aleitamento*”, mediante a matrícula das prestadoras, o assento nos livros dos atestados, o registro das avaliações e dos históricos, além do exame de seus tecidos e órgãos, permitiriam sobretudo que se pudesse rastrear seus passos, cotejar seus gestos, conhecer seu passado sexual, e, assim, quantificar o elenco de vícios e moléstias físicas ou “*moraes*” e “*idyosincrasias*”. Um elenco de moléstias mentais, sífilis, epilepsia, embriaguez, histeria, “*diathesis tuberculosa ou escrofulosa*” era reunido nos textos que funcionavam como subsídios para se desaconselhar o aleitamento “*mercenário*”.

Essas teses se concentram em torno dos anos 70, não por acaso no período em que as discussões sobre a longevidade da escravidão, a demanda por braços para o trabalho e a reprodução da liberdade no ventre cativo também fazem parte da agenda política do Império. Em janeiro de 1876, o Dr. Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo finalmente coloca as questões acerca do aleitamento em forma de projeto, sugerindo seu encaminhamento às autoridades municipais, e o submetia à apreciação de seus pares. O Projeto de Regulamentação das Amas-de-leite foi publicado na *Gazeta Médica da Bahia*, uma revista mensal que reunia assuntos considerados relevantes naquela área e, por isso, tornava-se um respeitável periódico da imprensa médica nacional<sup>63</sup>.

### 3.2 A fiscalização legal de um “*mal necessário*”

Na sessão de “*Hygiene Publica*” da edição de número 11, era apresentado à sociedade o projeto que teria como finalidade

---

<sup>62</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>63</sup> ANTUNES, José Leopoldo Ferreira Antunes. *Op. cit.*, p. 62.



*(...) estabelecer a fiscalização legal e restrita sobre a industria da lactação mercenária, já de si um mal necessário quando a materna é impossível ou inconveniente e tornal-a, senão de todo inoffensiva á saúde das crianças, tirar-lhe ao menos grande parte da influencia que ella exerce sobre a mortalidade na primeira infância.(...)*<sup>64</sup>

Na apresentação, também o editor reportava-se à França para comentar comparativamente a “*assustadora mortalidade*” evidenciada em rigorosas estatísticas que resultaram na contribuição da medicina para conter o que chamou o “*contínuo sacrifício de vidas e alimentação insuficiente ou insalubre fornecida por más nutrices*”<sup>65</sup>. Acompanhando as conclusões adotadas pela Academia de Medicina de Paris, depois de longa e luminosa discussão<sup>66</sup>, a revista publicava uma proposta que seria encaminhada para providências legislativas e regulamentares na Corte, estas que estariam “*consubstanciadas nos mesmos princípios*” e “*adaptadas aos nossos costumes*”<sup>67</sup>.

Louvando “*muito sinceramente o nobre e humanitário*” intento do médico fluminense Dr. Moncorvo, o editor recomendava a atenção da classe médica para aquele projeto de fiscalização legal daquele “*mal necessário*”, assunto que era tão “*melindroso e delicado*” e desejava que este tivesse “*a melhor fortuna, para que, convertido em lei do paiz, venha a ser a salvaguarda de muitas vidas preciosas, sacrificadas pela ignorância, pela negligência e pela fraude*”<sup>68</sup>.

Em seis capítulos e em dezoito artigos, este projeto traçava o planejamento de uma rede de controle e fiscalização e desenhava a seguinte estrutura institucional: um Escritório na capital do Império anexo à Junta Central de Hygiene Publica e um em cada província, vinculados as Inspectorias de Saúde, com o fim de

*(...) garantir administrativa, moral e hygienicamente a lactação mercenária mediante a inspecção directa das mulheres que se propuzerem, ou forem sujeitas a essa industria, quer sejam escravas, quer livres.(...)*<sup>69</sup>

---

<sup>64</sup> GAZETA MÉDICA DA BAHIA. Ano VIII – jan, 1876 – N.1, pp. 496-504..

<sup>65</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>66</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>67</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>68</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>69</sup> Projecto de Regulamentação das Amas de leite. In: Gazeta Médica da Bahia. *Op. cit.*, pp. 496-504.

O projeto de regulamentação daquela indústria teria dois objetivos principais que revelam o compromisso de favorecimento de setores específicos da população, já que este deveria “*satisfazer as exigências das classes abastadas, garantindo o futuro de seus filhos, pelos exames prévios e rigorosa vigilância exercida sobre as amas de leite*” e “*auxiliar a amamentação de crianças de classes medias e menos providas de recursos servindo de intermediário, sem retribuição nenhuma, entre estas e as amas ou vice-versa*”. O Escritório seria estabelecido em uma localidade central das capitais do Império e das províncias para facilitar a prestação do serviço e o pessoal seria organizado e definido conforme número de empregados fixos, podendo ser elevado ou reduzido segundo as exigências do serviço. A princípio, contaria com um médico diretor incumbido da administração e direção dos escritórios, mais cinco médicos na Corte e três nas capitais das províncias, encarregados dos exames e dos certificados; um amamuense para as funções de guarda do edifício e do escritório, além de um contínuo e um servente.

Seria da competência dos médicos diretores, conforme o Artigo 5º:

- 1º. A constante inspecção do Escriptorio, devendo visital-o diariamente;*
- 2º. Tomar conhecimento das reclamações levadas aos Escriptorios que pelas amas, quer pelos seus alugadores, e providenciar convenientemente sobre ellas;*
- 3º. Fiscalizar a escripturação e confecção das estatísticas;*
- 4º. Organizar, no fim de cada anno, um relatório dos trabalhos do Escriptorio sob a sua direcção, o qual será apresentado ao Presidente da Junta Central d'Hygiene Publica na Corte, e aos Inspectores de Saúde nas províncias.(...)*

Dr. Moncorvo de Figueiredo projetou uma arquitetura de produção e fiscalização com vistas à centralização política de controle e de procedimentos comuns quanto a esse serviço, isto é, com vistas à normalização de condutas daquelas que nutrem, daqueles que são usuários de seus serviços, dos que as examinam (ou conhecem a verdade higiênica e científica) e da sociedade que os envolve. Os dados deviam ser coligidos diariamente e os registros deveriam nutrir os relatórios que contivessem as referidas estatísticas e a escripturação de todo o movimento das amas livres ou escravas. Anualmente, deveriam ser encaminhados ao presidente da Junta Central de Higiene Pública. As reclamações, tanto das amas quanto de seus locatários, também deviam ser registradas nos livros dos escritórios.

No Artigo 6º o projeto detalha os aspectos que deveriam ser averiguados no exame. Em seus termos, os médicos não poderia deixar de atentar, particularmente,

*(...) para o estado de saúde das amas, seus antecedentes de família, as condições exteriores: cor, cabellos, dentes, gengivas, vestígios ou signaes de moléstias cutâneas ou outras contagiosas, antecedentes puerperaes, estado moral, disposição em que se acham para a amamentação (sobretudo sendo escravas: se são ou não constrangidas), conformação do seio e do mamellão e qualidade do leite.(...)<sup>70</sup>*

Registrar a cor da pele, observar os cabelos e examinar os dentes eram um costume de praxe entre senhores e intermediários interessados na compra e no aluguel de escravos e escravas. Esses eram aspectos genéricos que revelavam aparentemente as condições de saúde e distinguiam o vigor físico de corpos trabalhadores no mercado. Aspectos que podiam ou não agregar valor aos sinais distintivos de raça e de gênero no desvalor da condição cativa. Significativos, portanto, de um valor menos humano do que animal e da localização social inferior do cativo indicativa da qualidade para o trabalho físico, aqueles eram traços que objetivavam a mercadoria e a propriedade, portanto relativos a seres considerados primitivos e não cinzelados. Além da cor da pele, o mercado aliava-se aos médicos interessado em ler as gengivas, examinar os tecidos exteriores para observar a ocorrência de moléstias cutâneas e contagiosas.

Uma das teses do período lembra que, embora o aspecto de certas doenças fosse objeto de controvérsias, na dúvida não se devia prescindir de um exame minucioso. Por exemplo, o médico Juvenal Martiniano das Neves especulava sobre impressões e imprecisões diversas:

*(...) Tem-se ligado certa importância á cor dos cabellos da ama, porém isso não tem valor para nós, pois temos tido ocasião de ver amas de cores diferentes, serem reconhecidas como bôas por médicos distintos, e a pratica o provar. Divergie tem notado, que não existe relação alguma entre as qualidades do leite, a côr dos cabellos e a largura dos peitos. O estado da boa ou má conservação dos dentes não tem a importância, que se lhe tem attribuido, entretanto os bons dentes estão muitas vezes ligados á uma boa constituição. (...)<sup>71</sup>*

---

<sup>70</sup> *Idem, ibidem*, pp. 499-500.

<sup>71</sup> NEVES, J. M. *Op. cit.*, p. 34.

A conformação do seio, do mamelão e a qualidade do leite, observado por meio da análise química e no microscópio, estas, sim, pareciam uma condição *sine qua non* para se aferir a tecnologia do aleitamento. Aliás, como afirma o referido médico, “*só a analyse chimica e o mycroscopio poderão trazer ao espírito a convicção de suas boas qualidades, e de sua pureza*”<sup>72</sup>. Esses aspectos aparentes, definidores de estados lidos como fisiológicos ou patológicos, atribuídos pelo olhar clínico, instrumentalizado pelo auxílio de lentes e de substâncias, poderiam revelar “*alterações por ingestão de substâncias de diversa natureza (absyntho, alho)*” e “*alterações por moléstia ou vícios da economia*”. O exame poderia, além disso, permitir que se aferisse a variável que talvez merecesse maior atenção, que eram as “*alterações por efeito de affecções moraes*”<sup>73</sup>.

Não obstante algumas discussões adjacentes, os textos da medicina convergiam para uma unanimidade, porquanto “*todos os autores são accordes em reconhecer, que a ama deve aleitar por sua propria vontade, pois se o fizer contra a vontade nunca poderá ser boa ama*”<sup>74</sup>. Essa premissa suscitava uma profusão narrativa de casos incontestes que mostravam a inaptidão para o aleitamento em mulheres que estivessem sob o regime do cativo, a começar pelo freqüente encaminhamento dos filhos das escravas para a Roda dos Expostos. Como mulheres que eram destituídas de liberdade e do direito à vontade, certamente as cativas eram a própria imagem do “*mau aleitamento*” e da impossibilidade de ser “*boa ama*”.

Os autores reuniam causalidades exemplares em episódios que descreviam atitudes de “*escravas preguiçosas e estúpidas, ou fatigadas, irritadas ou coléricas*” e suas conseqüências desastrosas. Assim, entrelaçavam-se descrições objetivas, acontecimentos singulares e cotidianos e recomendações rigorosas que se repetiam nos relatórios e teses e redundavam para sublinhar a inaptidão física e a incapacidade moral e afetiva das escravas para aleitarem outras crianças que não as suas. Essa retórica cobrava iniciativas políticas e, por outro lado, justificava a necessidade de se formar e instruir um profissional médico que fosse “*bastante escrupuloso e rigoroso no exame das amas para assim aliviar os imensos males que affligem a pobre humanidade*”<sup>75</sup>.

---

<sup>72</sup> *Idem, ibidem*, pp. 31-2.

<sup>73</sup> *Idem, ibidem*, p. 8.

<sup>74</sup> *Idem, ibidem*, p. 37.

<sup>75</sup> *Idem, ibidem*, pp. 37-40.

O projeto divulgado na *Gazeta de Medicina* era uma proposta objetiva e política de encaminhar aquele debate no âmbito da administração pública, com vistas a ampliar procedimentos de fiscalização, sistematizar e centralizar procedimentos que fossem comuns e permitissem o controle. A atenção e a aliança de médicos em torno das amas-de-leite e do aleitamento como objetos da medicina social mostram a relevância da discussão que se fazia na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro nos veículos disponíveis da imprensa e apontam para os esforços articulados de profissionais da medicina pelo controle político daquelas práticas.

O regulamento revela uma engenharia de organização de uma indústria da lactação mercenária que serviria não apenas para o Rio de Janeiro. O Escritório central na capital da Corte em articulação com os provinciais, se estes viessem a alcançar a amplitude pretendida, serviriam para uniformizar a fiscalização das práticas do aleitamento e consolidar a autoridade médica. A unificação do procedimento de exame permitiria articular e difundir uma política de controle da saúde, da moral e, além disso, estabelecer um padrão comum de procedimento entre as prestadoras e os usuários daqueles serviços. Ao mesmo tempo, consolidava-se uma estrutura de controle do conhecimento médico, quer dizer, um saber-poder com visíveis possibilidades de conhecer, ensinar e disciplinar também o conhecimento sobre as mulheres e ditar regras que orientassem o comportamento de mulheres e famílias na Corte e no Império.

O exame era, portanto, o ponto alto desse projeto que definia competências para os médicos, entre elas a de registrar e arquivar todos os quesitos fisiológicos e patológicos. Após o exame, aos médicos competia preencher um certificado que dava visibilidade ao resultado aferido e à classificação feita, autorizando ou não o aleitamento. O certificado deveria ser entregue à ama, quando livre, e “*ao senhor, ou ao seu procurador, sendo escrava*”<sup>76</sup>. Prevendo as diferentes situações, o texto do projeto sugere que exames e certificados seriam concedidos gratuitamente às amas livres que atestassem pobreza. Por esse artigo, fica minuciosamente definida a organização dos livros de controle, bem como os termos dos certificados e as notas do exame e classificação das amas, com os respectivos modelos para impressão<sup>77</sup>.

No Capítulo IV, o projeto previa todas as necessidades que seriam imprescindíveis ao “*gabinete de exames*”, quais sejam: sala reservada, instrumentos e reagentes que são empregados no exame das amas e das qualidades do leite. Em

---

<sup>76</sup> Projecto de Regulamentação das Amas de leite. Cap. III, Artigo 6º. In: *Gazeta Médica da Bahia. Op. cit.*, pp. 496-504.

<sup>77</sup> *Idem, ibidem.*

pormenores, o artigo explicita ainda que, além dos instrumentos comuns de exploração clínica, os gabinetes deveriam dispor de:

*(...) plessimetro, martelo, sthetoscopio, cyrtometro, thermometro, dynamometro, speculum, sondas, caixas de reagentes para analyse das urinas, etc., cumpre existirem nesses gabinetes os destinados particularmente á analyse do leite, taes como: - microscópio, butyrometro de Lecomte, saccharimetro de Soleil, galbeta de Gay-Lussac, lacto-butyrometro de Marchand, cremometro e lactoscopio. (...)*<sup>78</sup>

O Capítulo V dispõe sobre uma série de normas que deveriam ser observadas a fim de criar os passos que materializam a nova política traçada para o controle daquela indústria singular. Tornando o exame de todas as amas-de-leite um procedimento obrigatório e generalizado na capital da Corte e nas capitais de províncias, o projeto previa a arrecadação de 5\$000 por exame e multa de 50\$000 para o caso de negligência dos senhores ou procuradores, e de 100\$000 para o caso de reincidência. O texto detalha prazos e define alguns deveres e direitos de ambas as partes, desenha obrigações e limites, mediante punições e penalidades (até mesmo a “*prisão simples*”), para evitar exorbitâncias do comportamento de senhores e de amas que deveriam ser usuais, buscando estabelecer um padrão que contemplasse interesses de uns e de outras nos artigos seguintes:

*Art. 8º. Os Senhores ou seus procuradores não poderão alugar suas escravas para amas de leite, sem apresental-as previamente á direcção das amas de leite, nas localidades onde existam Escriptorios destas, da qual obterão um certificado, onde se achem designadas as condições physicas, moraes, e qualidade do leite da ama examinada.*

*§ 1º. Os Senhores ou seus procuradores, pagarão por cada exame a quantia de cinco mil réis.*

*§ 2º. Incorrerão os Senhores omissos por negligencia na multa de cincoenta e de cem mil reis, no caso de cada reincidencia e, por fraude, na pena de dez dias a um mez de prisão simples.*

*Art. 9º. Nenhum Senhor poderá forçar sua escrava a amamentar creança alheia, e, quando ella acceda a esse mister, ficará seu filho garantido, segundo o disposto no Parágrafo 1º. do art 1º. da Lei de 28 de Setembro de 1871.*

*Art. 10º. Nenhuma mulher livre poderá alugar-se como ama de leite, sem sujeitar-se ás condições do art. 8 e seus Parágrafos.*

---

<sup>78</sup> *Idem, ibidem.*

*§ único. As amas livres, terão direito ao exame e certificado gratuitos, quando justificarem, pelos meios ordinários, grande falta de recursos.*

*Art. 11. As amas, tanto livres como escravas, poderão, depois de obtido o certificado, estacionar nos Escriptorios em que houverem sido inscriptas, nas horas em que elles funcionarem.*

*Art. 12. Torna-se necessario um novo exame e inscripção para as amas que, havendo terminado ou interrompido a amamentação de uma creança, se proponham á de outra.*

*§ único. Em todo o caso os certificados não terão valor por prazo superior a dous mezes.*

*Art. 13. As amas, quer livres, quer escravas, só poderão interromper a lactação nas seguintes condições.*

*§ 1º. Todas as vezes que provarem perante os Escriptorios da Direcção das amas de leite, ou alguma autoridade competente, que receberam offensas phisicas ou moraes de pessoas que as alugaram, ou das pessoas que são a estas subordinadas.*

*§ 2º. Quando provarem a falta de uma alimentação conveniente.*

*§ 3º. Quando forem accometidas de moléstias que as impossibilitem de prosseguir na amamentação.*

*§ 4º. Quando os pais, tutores ou protetores das crianças houverem de retirar-se para fora do império, ou para um ponto remoto do lugar em que forem alugadas, salvo o caso de previo contracto, feito por escriptura publica com as mesmas amas ou seus Senhores, sendo escravas, pela qual se obriguem aquelles ás despezas de recondução da ama, e ao pagamento do seu salário convencionado.*

*§ 5º. Quando justificarem a falta dos seus salários ou a redução daqueles que hajam sido previamente ajustados.*

*Art. 14. Os locatários das amas só poderão despedil-as quando se verificarem algumas circumstancias seguintes:  
Doenças; gravidez; mau tratamento á creança; procedimento irregular ou alteração desfavorável do leite.*

*Art. 15. Pelo rompimento do contracto fóra das condições estabelecidas nos dous artigos precedentes, fica sujeito o infractor a pagar ao prejudicado uma multa correspondente a trez mezes de aluguel, que será, no caso de impossibilidade do pagamento, liquidada pelo processo estabelecido no Decreto de 18 de Março de 1849.*

*Art. 16. Ninguém poderá abrir particularmente um escriptorio consagrado á locação das amas de leite.*<sup>79</sup>

Em texto claro e enxuto, ficavam bem desenhados os interesses da higiene e do Estado (ou do Governo higiênico) na fiscalização e regulação daquela indústria da lactação. Também ficavam definidas faces de uma espécie de contrato público de controle da prestação de serviços de amamentação em uma formulação que serviria não apenas para a capital da Corte, mas também para o mapeamento estratégico da intervenção médica sobre aquelas práticas nas principais cidades do país. Por um lado, o referido contrato buscava salvaguardar às prestadoras alguns direitos, por exemplo: as amas poderiam cogitar em interromper a lactação se recebessem “*offensas físicas ou moraes de pessoas que as alugaram, ou das pessoas que são a estas subordinadas*” e o parágrafo é revelador de práticas que provavelmente eram comuns, posto que não se adverte com relação àquilo que não ocorre. Também poderiam interrompê-la quando provassem a “*falta de alimentação conveniente*” ou fossem “*acometidas de moléstias*”.

Pela sugestão do Dr. Moncorvo de Figueiredo, os certificados teriam validade de dois meses e deveriam ser revalidados por meio de novos exames, no caso de atenderem outra criança. Com relação às livres, estas também poderiam interromper os serviços, caso houvesse a falta ou redução de salários previamente ajustados. Do lado dos senhores ou locadores, estes poderiam “*despedi-las*” nas seguintes circunstâncias: “*doenças; gravidez; mau tratamento á creança; procedimento irregular ou alteração desfavorável do leite*”. Entende-se como “*procedimento irregular*” a brecha deixada para qualquer gesto ou comportamento que fosse considerado moralmente indevido e/ou fora da norma do aleitamento “*sadio*” e “*perfeito*”.

No Artigo 15º, o regulamento previa o pagamento de multa para o rompimento do contrato correspondente a três meses de aluguel, revelando o caráter híbrido do instrumento que já em 1876 procurava submeter relações que em grande parte ainda eram escravistas às regras da sociedade do contrato. De acordo com tais regras, o pagamento de cinco mil réis dava direito ao exame das amas e resultaria em arrecadação para o Estado. Este, por sua vez, imprimiria uma disciplina, garantiria a saúde e a ordem. E também compartilharia com os senhores e intermediários das receitas dos aluguéis daqueles corpos nutrízes e seus serviços que, por serem muito requeridos,

---

<sup>79</sup> *Idem, ibidem.*



configuravam uma prática rentável, embora desordenada (e provocadora da desordem), no cotidiano carioca.

As preocupações com a saúde pública se traduziam em iniciativas diversas para o controle da higiene da população, entre elas, a que estabelecia o exame como um procedimento obrigatório, ao qual todas as amas-de-leite deveriam estar submetidas. O certificado que seria ou não a elas conferido para que pudessem prestar aqueles serviços seria uma expressão da autoridade médica em seu poder regulador e o reconhecimento dessa autoridade no interior da cidade, nas ruas e nos lares. O projeto previa uma alternativa para as que fossem livres e apresentassem comprovação de pobreza, garantindo a elas o exame gratuito.

Por fim, o texto não deixa dúvidas quanto às regras do controle que seriam rigorosas: nenhuma mulher, livre ou escrava, poderia exercer o serviço sem que passasse pelo exame e apresentasse o certificado. Por outro lado, o regulamento limitava o poder dos proprietários ao defender que nenhum senhor poderia forçar sua escrava a amamentar a criança alheia. Os médicos seriam os condutores das regras, do exame, da fiscalização e do controle, ao produzirem registros, relatórios, validades e verdades sobre a lactação e as lactantes.

O antepenúltimo artigo dispõe: “*Ninguém poderá abrir particularmente um escriptório consagrado à locação das amas de leite*”. Assim, amas cativas e livres estariam registradas nos livros em suas cores de pele, tipos de cabelo, seus nomes, sua filiação e/ou vínculo de propriedade, suas idades, suas histórias de procriação, aleitamento e sexualidade. Os nomes de seus proprietários e intermediários, pais, mães, domicílios e das famílias locadoras das nutrizes também estariam registrados naqueles livros que se organizariam sob a alçada administrativa do Estado e do saber médico. Eram poderes que estavam juntos para gestar e gerir, entre outros, aqueles mecanismos de controle social e de normalização da conduta da população, da sobrevivência e da procriação em termos de higiene, de cuidados com a saúde e com as práticas sexuais. Tratava-se de uma rede de saberes e poderes que estaria se entrelaçando, e as costuras entre as instâncias institucionais competentes estariam bem definidas nos dois últimos artigos daquele projeto de regulamentação de uma indústria de âmbito nacional:

*Art. 17. A nomeação do pessoal medico será feita pelo Ministro do Império da Corte, e pelos Presidentes de Província nas capitães destas, sob proposta, no primeiro caso, do Presidente*

*da Junta Central d'Hygiene Publica, e, no segundo, dos Inspectores de Saúde.*

*Art. 18. A nomeação dos demais empregados será feita na Corte pelo Presidente da Junta Central d'Hygiene Publica, e nas Províncias pelos Inspectores de Saúde.*

### **3.3 A indústria do aleitamento na Corte**

Não obstante estivesse aberto a emendas e reconsiderações, o projeto do Dr. Moncorvo publicado na *Gazeta Médica da Bahia* em novembro de 1876 parecia pronto para ser implantado, mas não chegou a sair do papel. Somente oito anos depois tramitaria na Ilustríssima Câmara Municipal um projeto de postura sobre amas-de-leite, revelando como a sociedade mantinha-se ainda refratária a intervenções do poder público, particularmente à intervenção de políticas sanitárias e higienistas sobre práticas costumeiras consideradas de domínio privado. O referido projeto estabelecia que “(...) *Toda a mulher que se destinar ao serviço de ama de leite é obrigada a tirar título de aptidão no Instituto municipal de amas de leite, para o que sujeitar-se-ha aos exames necessarios, inscrevendo-se para isso no registro geral da matricula*”<sup>80</sup>.

Logo no primeiro artigo, o primeiro inciso definia que a ama que se apresentar para o exame deverá “*trazer consigo o filho, e, no caso de fallecimento d'este, attestado medico que declare a molestia que deu lugar a morte*”. A criança e seu estado de saúde ou histórico passavam a serem considerados para a finalidade de aprovação da ama e obtenção do atestado de qualidade de seu leite. No inciso segundo, a regra torna-se mais rigorosa para coibir a prática que também já era freqüente entre mulheres livres e estabelece que aquela que “*tomar criança para amamentar sem ter competente titulo, soffrerá a pena de 30\$000rs de multa ou oito dias de prisão, e o dobro na reincidencia*”. Por outro lado, o inciso seguinte deixa claro que aquela que for “*recusada em exame poderá requerer certidão por escripto do motivo da recusa pela qual pagará 1\$000rs e tambem apresentar-se a novo exame findo o prazo marcado para tratar-se*”<sup>81</sup>.

---

<sup>80</sup> Projecto de Postura sobre amas de leite. Posturas (1880-1888). 24, 25, 25A e 25B. Códice 18-2-10. AGCRJ.

<sup>81</sup> *Idem, ibidem.*

Com base no Projeto anterior, o prazo para a validade do exame aumenta de dois para três meses, apesar de serem prescritas as penas do artigo antecedente, ou seja, multa de 30\$000 ou oito dias de prisão para as que tomarem “*criança para amamentar sem ter o competente título*”. Por outro lado, esse Projeto não oculta o desejo de estabelecer formas de controle, já que pelo artigo terceiro:

*(...) A mulher que se destinar a ama, enquanto não alugar seus serviços, é obrigada a vir de trez em trez mezes ao Instituto para rever o seu titulo, e logo que se empregue a vir declarar a casa para onde vai, devendo fazer o mesmo quando sahir, sob pena de 20\$000 rs de multa ou cinco dias de prisão.(...)<sup>82</sup>*

Oito anos depois, o Projeto de Postura mantinha o valor sugerido pelo Dr. Moncorvo de Figueiredo de 5\$000 por exame, sendo que se ela for “*dependente*” ou “*estiver trabalhando para terceiro*”, este deverá pagar 10\$000 “*pelo título de aptidão*”; contudo, as revisões necessárias para revalidá-lo seriam gratuitas caso as amas não estivessem alugadas. A condição de “*dependente*” parece escamotear a condição cativa, talvez em razão das pressões abolicionistas sobre esse discurso médico.

Entretanto, os artigos 4º e 5º previam uma fiscalização ainda mais acirrada sobre as amas, que deveriam ter matrícula registrada com respectivos históricos de saúde, endereços próprios e das casas em que estiveram alugadas, datas dos exames, revisões e demais informações que gerariam uma ficha completa. Tal era o controle que, sob pena de 20\$000 de multa ou cinco dias de prisão e, ainda, de terem o título tornado sem efeito, amas-de-leite deveriam comunicar mudanças de domicílio ou do domicílio de locação de seus serviços. Além disso, o parágrafo único definia a pena para a fraude dos títulos, já prevenido resistências:

*(...) Artigo 4º. Haverá um livro rubricado por um dos membros da comissão de saude da Ilustrissima Camara Municipal, no qual se fará a matricula das amas julgadas aptas, com a indicação do nome, idade, côr, estado, numero de partos que tenha tido, morada, data do titulo e das revisões, e das casas em que tenha estado alugada.*

*Artigo 5º. Toda a ama matriculada é obrigada, sob pena de 20\$000rs de multa ou cinco dias de prisão, e de ficar sem effeito o seu titulo, a communicar as mudanças que fizer de domicilio ou de locação dos seus serviços, para ser lançado no livro na casa relativa a cada uma.*

---

<sup>82</sup> *Idem, ibidem.*

*§ único. A ama que transferir o seu titulo, ou servir-se de titulo alheio, soffrerá a pena de 30\$000 rs de multa ou oito dias de prisão, e o dobro na reincidencia.(...)*<sup>83</sup>

Embora ainda estivesse em forma de projeto, a postura exprimia o papel político da autoridade médica que decide, executa, fiscaliza e pune<sup>84</sup>, ao definir outro conjunto de regras rigorosas para as práticas das amas, de proprietários e famílias que resistiam aos esforços reguladores. O texto dispõe sobre multas mais pesadas e também dias de prisão para amas, senhores e demais usuários que pretendessem desconhecer as normas municipais. É o que se depreende dos artigos seguintes:

*Artigo 6º. Ninguem poderá tomar ama de leite que não tenha titulo passado pelo Instituto e por elle revisto, se a data for de mais de trez mezes, sob pena de 30\$000rs de multa ou oito dias de prisão, sendo repetida a multa de cinco em cinco dias até qu cesse a infracção.*

*Artigo 7º. O que tomar ama é obrigado sob pena de 20\$000rs de multa ou cinco dias de prisão, a mandar declarar no Instituto o nome da ama e numero do seu titulo, e a sujeital-a trimensalmente a novas inspecções, pagando por cada uma 2\$000rs.(...)*<sup>85</sup>

Outros aspectos que se salientam tanto no Projeto de Postura Municipal quanto no Projeto de Regulamentação das Amas de Leite de autoria do Dr. Moncorvo de Figueiredo são os artigos que tratam dos deveres das amas. Segundo o Artigo 8º do projeto, ela só poderia interromper o aleitamento com uma espécie de aviso prévio às avessas, e caso descumprisse a regra, poderia ter seu título cassado. O abandono da criança que estivesse sendo aleitada seria também motivo de punição e multa para as amas. Seu título também seria cassado caso fossem comprovados maus-tratos à criança que, se comprovados pelos “*meios legais*”, seria considerado um delito. Os termos são os seguintes:

*(...) Artigo 8º. A ama de leite não poderá abandonar a criança que estiver amamentando, sem communicar trinta dias antes, salvo caso de molestia provada com attestado de medico, ou concordando n'isso*

---

<sup>83</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>84</sup> MACHADO, Roberto *et al. Op. cit.*, p. 357-8.

<sup>85</sup> Projecto de Postura sobre amas de leite. Posturas (1880-1888). 24, 25, 25A e 25B. Códice 18-2-10. AGCRJ.

*a pessoa que lhe tiver confiado a criança, sob pena de 30\$000rs de multa e de lhe ser cassado o titulo.*

*§ único. A ama que maltratar a criança se cassará o titulo, não lhe sendo mais concedido outro, se ficar provado pelos meios legais esse delicto.(...)<sup>86</sup>*

A formulação do Projeto possibilita a encenação de algumas imagens da resistência, embora essas sejam desenhadas na pena de “*higienistas filantropos*” e de “*legisladores previdentes*”. Assim, os artigos que se seguem criam limites para a defesa de amas, ao definir que o alugador não poderá despedi-la, salvo por “*moléstia, máo trato da criança, embriaguez, roubo e gravidez, antes de terminado o tempo porque tiver alugado os seus serviços, salvo accordo*”<sup>87</sup>. Entretanto, o instrumento normativo e administrativo não esconde o caráter policial da engenharia das informações que seriam coligidas sobre as amas aprovadas e desaprovadas nos livros de registros. Um caráter que ainda torna ainda mais evidente no artigo décimo segundo que estabelece: “*qualquer cidadão poderá dar denuncia das infracções d’esta postura, com tanto que assigne sobre estampilha seu nome por extenso e declare sua residencia e profissão*”<sup>88</sup>.

O texto também é revelador do esforço de ampliação da tecnologia municipal de controle da higiene sobre as práticas de venda e consumo de comestíveis e líquidos na capital, já que o Instituto das Amas de Leite deveria ter anexo um laboratório de higiene municipal, dirigido por um “*clínico-pharmaceutico*” não só “*para o exame do leite das amas, como para o do leite á venda para o consumo, líquidos e comestiveis, e tambem para analyses por conta de particulares, mediante a contribuição marcada no respectivo regulamento. (...)*”<sup>89</sup>. O conjunto de leis e projetos revela, sobretudo, a preocupação central com a criança e com a sua nutrição. Esta estaria assegurada pelo leite que fosse avalizado na leitura feita com os instrumentos, pelas mamas que apresentassem a forma e o aspecto sadios, pelos corpos que fossem examinados em seus aspectos exteriores, pelas histórias sexuais progressas que fossem registradas nos livros e, por fim, pelas amas consideradas aptas e que tivessem seus títulos regulares para prover o aleitamento tal como prescrito pelos médicos, enquanto as “*mães verdadeiras*” não conseguissem ouvir a “*voz da natureza*”.

---

<sup>86</sup> *Idem, ibidem*

<sup>87</sup> *idem, ibidem.*

<sup>88</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>89</sup> *Idem, ibidem.*

Assinado por médicos e vereadores, o referido projeto ganharia outros artigos para melhor definir o funcionamento da Inspeção, que a princípio deveria funcionar no Paço Municipal da Corte todos os dias úteis, das 10 horas da manhã até concluir o expediente. A equipe, que poderia ser ampliada se o trabalho o reclamasse, inicialmente deveria ser composta de um inspetor, um chefe do serviço clínico, dois médicos efetivos, um conservador de laboratório, dois escriturários, um contínuo e um servente, cidadãos nomeados pela Ilustríssima Câmara Municipal. O texto que começou a tramitar em 13 de março de 1884 também ganharia pequenas alterações nos prazos e penalidades. Uma delas dizia respeito às penas de prisão, as quais seriam suprimidas no termo final aprovado em 19 de março do mesmo ano, já com outro nome: “*Projeto de Postura para a Indústria das amas de leite na Corte*”<sup>90</sup>.

O despacho manuscrito a lápis ao final do documento informa que o referido projeto fora enviado à Comissão de Saúde, após ganhar observações de um certo comendador cujo nome estava ilegível, sobre a última reformulação do Vereador Dr. Henrique Hermeto. A matéria ainda estaria sob análise e consideração e, ao que parece, permanecia dependente de aprovação do Governo em abril daquele ano.

Em julho, a comissão nomeada para formular as disposições regulamentares apresentava o resultado de seus trabalhos ao Sr. Dr. José Ferreira Nobre, presidente daquela Ilustríssima Câmara Municipal, e criava (ainda no papel) o Instituto Municipal destinado exclusivamente ao exame e à fiscalização das amas-de-leite na Corte. Um novo documento havia sido elaborado contendo as obrigações, direitos e penas que seriam impostas em conformidade com aquele projeto de postura. Provisoriamente, o Instituto deveria funcionar no edifício da Câmara, compondo-se do inspetor, do escriturário e do contínuo. Pelo regulamento, seriam organizados mensalmente quadros demonstrativos e explicativos da receita e da inscrição e mapas anuais do movimento. A escrituração se faria em livros de matrícula – um para as escravas e outro para as livres –, e seria providenciada a impressão de livros-talão para que se pudessem expedir os certificados do exame, além de guias para a arrecadação da receita e atestados médicos.

Esse regulamento previa que, enquanto o Governo não aprovasse a Postura, a tesouraria da Câmara efetivaria a cobrança de 5\$000 pelo alvará de licença e 1\$000 pelo certificado do exame. Assim, definidos os valores, as competências, os modelos de escrituração dos livros e das fichas de controle, além dos formulários para pagamento, expedição de títulos e certificados e o regulamento interno, conforme o despacho de 27

---

<sup>90</sup> Projecto de Postura sobre amas de leite.(p. 25 A e B). Posturas (1880-1888) Códice 18-2-10. AGCRJ.

de setembro de 1884 do encarregado geral do serviço interno, toda a documentação permaneceria aguardando deliberação, posto que seria preciso aguardar a aprovação do Projeto de Postura pelo Governo Imperial para que se pudesse tomar qualquer providência.

Acompanhando os vestígios remanescentes, tudo indica que tantos projetos e planejamentos pensados para a criação e o funcionamento da instituição de controle e fiscalização das amas-de-leite não chegaram a se concretizar. Mesmo assim, a documentação permite acompanhar os esforços da medicina e algumas das estratégias políticas reveladas na atuação de médicos como legisladores sociais. Nas teses e em documentos do expediente da Santa Casa da Misericórdia e da Ilustríssima Câmara Municipal, é possível observar a produção de imagens que tendem a disciplinar, controlar e normalizar as práticas das amas-de-leite na sociedade carioca.

Essas imagens aparecem com maior evidência nos discursos que edificam e consolidam um saber-poder em relação à reprodução, à sexualidade, à família e à saúde física e moral do corpo individual e social. Uma produção particularmente voltada para a construção do corpo feminino em relação aos comportamentos prescritos à mulher, para a valorização de sua predisposição natural para o aleitamento e para a promoção de sua responsabilidade com relação à família, ao garantir a saúde e, por consequência, a prosperidade, de acordo com aquela que seria sua missão natural e social, forjando também nela uma norma de “*maternidade*”.

Os textos revelam discussões que se faziam em instituições relevantes da Corte Imperial acerca da mortalidade, da reprodução e da sexualidade, colocando em destaque corpos livres e cativos de mulheres definidos, pensados, porque reproduziam e aleitavam. A construção do corpo de mulher e de sua fisiologia em termos científicos revela a formulação de um saber-poder em algumas de suas táticas, que se explicitam como efeitos e instrumentos políticos de gerenciamento da família, da união conjugal, da honra, da procriação e da sexualidade. Estas são questões políticas que estão sendo configuradas no interior da organização institucional do país, quer dizer, no espaço público, reconstruindo representações e imagens que nutrem e reproduzem relações de gênero, ou seja, “*relações sociais baseadas nas diferenças que distinguem os sexos*”<sup>91</sup>. A leitura dos textos me remete a Joan Scott, uma vez que o conjunto reunido transparece uma série de “*procedimentos de diferenciação pelos quais (...) são*

---

<sup>91</sup> SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e realidade*. Porto Alegre: UFRS/FAced, v.15, no.2, 1990, p. 44.

*formulados e reformulados em termos dicotômicos os conteúdos aparentemente fixos e coerentes do masculino e do feminino*". As teses formulam e reformulam esses procedimentos e fazem operar certas "*estratégias de dominação, que sustentam a construção binária da diferença dos sexos*"<sup>92</sup>.

Trata-se de uma produção discursiva e reiterativa que pretendia esquadriñar os corpos de mulheres para conhecer-lhes a morfologia, a fisiologia, o funcionamento individual e social e, assim, definir a verdade acerca do normal e do patológico. Promovia-se ao mesmo tempo a defesa e a legitimação de um saber específico sobre a mulher, que funcionava como efeito e instrumento de poder, ampliando as possibilidades de intervenção na sociedade e de inserção desse conhecimento na estrutura do Estado, como uma exigência indispensável ao seu funcionamento. Ao confrontar costumes tão arraigados, o rigoroso investimento do saber médico sobre as práticas de aleitamento por amas-de-leite parece querer mesmo eliminá-las. O excesso de regras e exigências em torno do serviço mais do que pretender melhorar suas condições de atendimento parece indicar um desejo de dificultá-lo, com vistas a inviabilizá-lo e a pressionar para que termine por ser abandonado.

A "*escrava ama-de-leite*" era, enfim, uma imagem que, do ponto de vista da medicina social, pretendia-se que ficasse no passado, como representante da administração portuguesa e colonial que àquela altura atravancava o governo das populações e o controle dos indivíduos, como herança que também se preferia desprezar. Era uma imagem que não condizia com a expectativa civilizadora, afinal

*(...) os médicos falam, finalmente, em nome de um futuro para o qual a medicina trabalha e contribui decisivamente. Neste futuro, imperará a ordem, desaparecerão os excessos, o pacto social reencontrará sua essência. Enquanto conhecimento e enquanto prática, a medicina coloca-se como base para a construção desta nova ordem. Como "vanguarda da civilização", define seu papel pedagógico, pela necessidade de difusão de um saber, de uma verdade que fundamente a ação coordenada de todos. No corpo médico reside a verdade, que deve ser ensinada tanto ao governo quanto à população, que são ignorantes. (...)*<sup>93</sup>

A medicina formulava ou transcrevia teorias, adaptava metodologias e criava instituições, reivindicando para si a fiscalização da saúde e também procedimentos de

---

<sup>92</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>93</sup> MACHADO *et al. Op. cit.*, p. 255.



controle e de organização social. Ao discutir projetos e assumir iniciativas no âmbito da pesquisa acadêmica e dos poderes legislativo e executivo, os médicos pretendiam desenvolver ações articuladas para contribuir na perspectiva do progresso do país, portanto, pretendiam instaurar na Corte caminhos positivos e científicos que representavam o percurso necessário na direção da civilização e da liberdade, nos moldes da sociedade do contrato.

Como autoridade que decide, executa, fiscaliza e pune, o saber institucionalizado da medicina pretendia contribuir para estabelecer a ordem, por isso, acreditava interferir para controlar as “*paixões desregradas e seus instintos cegos*” e, assim, infiltrava-se em diferentes instâncias da sociedade. Seus termos, suas prescrições transparecem em enunciados que revelam uma iniciativa política no sentido de organizar positivamente a cidade, começando pela família, pela mulher, pela procriação e pelo aleitamento. Uma cidade que existia em aspectos muito variados, heterogêneos, díspares, mas ao mesmo tempo interrelacionados, confluentes, dependentes<sup>94</sup>.

A ciência que se erige e profissionaliza em torno da produção discursiva de homens que falam sobre as mulheres também no Brasil é reveladora de uma ordenação política que define a participação diferenciada e generizada da sociedade em duas esferas separadas e complementares. O esquadramento daqueles corpos pela ciência médica é também uma tecnologia de produção da mulher privada, doméstica, que contrasta com a produção do homem público e racional, definindo-lhes o papel que deveriam desempenhar no mundo liberal e moderno como mães e nutridoras. Como representantes da esfera privada, estas seriam tratadas como objetos da ciência e repositórios para tudo que não era científico<sup>95</sup>. Observo, portanto, nesses discursos a produção de características do biológico que são eleitas, valorizadas e modeladas para configurar corpos de mulheres livres e escravas e seus funcionamentos com base em um ideal de feminino que aparece outorgado pela ciência em circunstâncias que são históricas e específicas.

Em diálogo com o debate acadêmico e político europeu, as teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro reproduziam trechos de Rousseau, Divergie, Bouchout, Le Bon e outros cientistas que, em sua maioria, compartilhavam das teorias da época, inclusive a da complementaridade sexual, segundo a qual os propósitos e atividades do domínio público diferiam essencialmente daqueles do lar. Estudando essas matrizes de

---

<sup>94</sup> *Idem, ibidem*, p. 260.

<sup>95</sup> SCHIENBINGER, Londa. *O Feminismo Mudou a Ciência?* Trad. Raul Filker. Bauru: Edusc, 2001, p. 141-145.

pensamento na reestruturação da cultura européia do século XVIII, Londa Shienbinger assinala que a ciência veio a ser vista como atividade masculina e a feminilidade representava um conjunto de qualidades antitéticas ao *ethos* da ciência<sup>96</sup>. Ela observa que

*(...) as virtudes idéias da feminilidade – requeridas para as alegrias da vida doméstica – eram retratadas como falhas pessoais das mulheres no mundo da ciência. Um número crescente de anatomistas e homens da ciência defendia que o trabalho criativo nas ciências jaz além das capacidades naturais das mulheres: as mulheres, voltadas que eram ao imediato e prático, eram incapazes de discernir o abstrato e o universal. (...)*<sup>97</sup>

Sirvo-me de Shienbinger para também reconhecer aquele movimento de distribuição histórica das disciplinas que influenciou nosso conhecimento do mundo. E no interior delas, observar como a distribuição das peças da engrenagem reprodutora e aleitadora da mulher serviram aos olhares interessados dos naturalistas, médicos e outros homens da ciência não para designar tecidos, órgãos, substâncias, comportamentos ou valores que são inatos ou arbitrários. Ressalto, portanto, a eleição de cada elemento do corpo e a configuração repetitiva daquele discurso como peças de um sistema de significação cultural que atribui valores e desenha posições, subjetividades e assimetrias sociais. A sexualização do corpo feminino como dimensão natural e íntima estava sendo construída por meio daquelas tecnologias da ciência nascente e das representações generizadas da medicina entre outras correntes na sociedade carioca.

Acompanho mais uma vez a reflexão de Shienbinger para pensar que uma das peças centrais nessa indústria de produção de amas e de mães era a mama, um termo da taxonomia zoológica<sup>98</sup> introduzido por Linnaeus para distinguir a classe de animais que abrangem humanos, símios, ungulados, preguiças, hipopótamos, elefantes, morcegos e todos os outros organismos de pelos, ossos de três alças e um coração de quatro câmaras<sup>99</sup>. A mama, referência inicial da moderna nomenclatura zoológica, tornava-se

---

<sup>96</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>97</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>98</sup> Mammalia (mamíferos ou da mama). *Idem, ibidem*, p. 286.

<sup>99</sup> *Idem, ibidem.*

um ícone que servia para organizar uma classe de animais e aquela escolha que valorizava o gênero também não seria inocente<sup>100</sup>.

Ao eleger a mama para ordenar uma classe, no lugar dos pelos ou de outros signos de identidade, enfatizava-se o quanto natural seria para as fêmeas - humanas e não-humanas – amamentar e criar seus próprios filhos e legitimava-se uma reestruturação na sociedade moderna, pela qual a produção econômica e a reprodução social entravam na ordem do discurso. A escolha de rótulos para classes de animais que reuniam humanos a outros primatas trazia implicações para questões filosóficas e políticas debatidas à época, quais sejam: o papel das mulheres no Estado, seus direitos como esposas e mães, seu acesso à educação e às profissões, e a estrutura dos cuidados da saúde das mulheres<sup>101</sup>. A autora analisa a trajetória histórica a partir da qual o seio materno é promovido de um fenômeno natural a uma categoria científica, tornando-se ainda uma entidade política, ao figurar em debates legislativos sobre a participação das mulheres na territorialidade da cidadania<sup>102</sup>.

Eleitas, modeladas, recobertas em mantos de significações nada arbitrárias ou inocentes, as amas-de-leite que aparecem nos discursos da medicina são mulheres indolentes, estúpidas, preguiçosas, negras, livres ou cativas, saídas de um povo supersticioso de costumes corrompidos. Às vezes são elas as mulheres bárbaras, outras são as mães locadoras as tratadas como “*bárbaras e desnaturadas*”. As amas, em seu serviço “*mercenário*”, davam o seio por obrigação do cativo no lugar das que estavam “*surdas aos gritos de seus filhinhos*”, também consideradas “*impiedosas*”. A considerar os regulamentos, algumas amas-de-leite abandonavam as crianças que amamentavam, provavelmente aproveitando-se para fugir do cativo. Outras roubavam, embriagavam-se, adoeciam. Frequentemente, como dizem os regulamentos, recebiam “*offensas físicas ou morais*” de pessoas que as alugavam, ou de “*peças que são a estas subordinadas*”.

Eram identidades -mercadorias-propriedades-máquinas-animais-mercenárias imersas em complexas relações sociais, sexuais e étnicas e em tecnologias políticas de produção de sentidos; em suma, mulheres desenhadas em corpos cativos, seqüestrados, fiscalizados, estigmatizados, subordinados, significados para reproduzir e nutrir.

---

<sup>100</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>101</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>102</sup> Segundo a autora, na Revolução Francesa, as “dotadas de seio” não receberam direitos públicos, mas foram encorajadas a assumir seus deveres “naturais” em seus lares. SCHIENBINGER, Londa. *Op. cit.*, p. 288.

## **PARTE II**

### **A movimentação dos corpos dentro e fora do ignóbil comércio**

*Escritura de venda de uma sétima parte da escrava de nome Honoria crioula, fulla e quitação que faz Alexandre Candido Baptista por cabeça de sua mulher Dona Maria d'Oliveira Rozario, a Marcos Luiz do Rozario.*

*Saibão quantos este publico instrumento de Escritura de venda de uma sétima parte da escrava Honoria crioula fulla e quitação virem, que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e setenta e cinco aos dois dias do mês de Março do dito anno, nesta Freguezia de Campo Grande Municipio da Corte em meo Cartório perante mim comparecerão partes justas e contratadas, como outorgante vendedor Alexandre Candido Baptista por cabeça de sua mulher Dona Maria d'Oliveira Rozario e como outorgado comprador Marcos Luiz do Rozario, moradores nesta Freguezia reconhecidos pelos próprios de mim Tabellião e das duas testemunhas adiante declaradas e assignadas do que dou fé, perante as quais pelo outorgante vendedor me foi dito que tendo tocado a mulher d'elle outorgante na partilha amigável que a mesma faz com seus irmãos dos bens deixados pela avó da mesma, Ana Matildes Maria do Amaral, uma sétima parte na escrava Honoria crioula de cor fulla, de idade vinte e cinco annos, solteira do serviço da roça que se acha matriculada na matricula especial do Municipio da Corte sob numero dezesseis mil trezentos e noventa e três, e numero um da relação numero quatro mil trezentos e sessenta e quatro apresentada em seis de Agosto de mil oitocentos e setenta e dois e matriculada em quatorze de Novembro do mesmo anno e não querendo elle outorgante possuir essa escrava em comum com os mais herdeiros da supra dita finada se resolveo a vender a sétima parte que tem na mesma, como de facto que por este publico instrumento vende de hoje para sempre ao outorgado Marcos Luiz do Rozario pela quantia de cento e quarenta e cinco mil setecentos e oitenta réis, que confessou neste acto já a ter recebido da mão do outorgado em notas correntes deste Império, de cuja quantia da ao outorgado plena e geral quitação por se achar completamente pago e satisfeito, e desde já cede e transfere na pessoa do dito outorgado todo jus, posse, direito e acção que tinha na referida sétima parte da mencionada escrava, obrigando-se a todo tempo como cabeça de casal, a fazer esta venda boa firma e valiosa. E pelo outorgado foi dito que accitava esta escriptura em sua devida forma e me apresentou o conhecimento do pagamento do theor seguinte (...).<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> Livro de Notas 2 (1869-1881). Juízo de Paz da Freguezia de Campo Grande. Fl. 49. Escritura de venda lavrada em 2 de março de 1875. 3T/SDJ. A.N.

## Capítulo 1

### Na aparência da desordem, um comércio que funciona em rede

Não encontrei sinais de amas-de-leite nos registros notariais das freguesias cariocas no Arquivo Nacional, ao pesquisar algumas séries de documentos – escrituras e testamentos – que formalizam arranjos variados de transferência de propriedades humanas. Eram corpos cativos de mulheres e homens, bens que se compravam e vendiam, que se herdavam e transferiam. Mesmo não tendo encontrado menção específica às mulheres cativas na ocupação de amas-de-leite ou que tivessem em estado de aleitamento, embora elas estivessem ali identificadas com o “*serviço da roça*”, “*do serviço da lavoura*”, “*do serviço doméstico*”, “*quitandeira*” e “*sem ofício*” (os documentos geralmente designam essas mulheres-mercadorias pelo nome, raça/cor, procedência, idade, ofício e naturalidade), não foi possível contornar o espanto provocado diante de tantas formulações que legitimam aquelas transações e expressam com naturalidade a infame comercialização de corpos por seus proprietários.

A evidência de corpos que são objetos dessas transações, corpos de que se servem, que se compram, vendem e transferem transparece ainda mais flagrante na (...) *Escritura de venda de uma sétima parte da escrava de nome Honoria crioula, fulla e quitação que faz Alexandre Candido Baptista por cabeça de sua mulher Dona Maria d’Oliveira Rozario, a Marcos Luiz do Rozario. (...)*. O que significaria uma sétima parte da escrava Honória? Que relações e negociações se poderiam estabelecer entre sete proprietários e uma propriedade humana? Como seria conceber a propriedade e o usufruto de corpos de mulheres que se podiam inclusive judicialmente herdar, alienar e até repartir?<sup>2</sup>

O documento me permite adentrar um cotidiano de relações sociais que exprimem poder e violência singulares. Tais relacionamentos estavam naturalizados e diariamente firmavam-se nos cartórios, inclusive por leitores do *Jornal do Commercio*. Estes deveriam se deleitar com as tramas de ficção em capítulos nos folhetins e também

---

<sup>2</sup> Arno Wehling esclarece que, com base nas Ordenações Filipinas (Livro IV, tit. 96 § 5º e legislação romana subsidiária), era previsto o “*condomínio de escravas ou escravos*”, admitindo-se o serviço comum a todos os condôminos, o aluguel e sua repartição entre os quotistas ou o aluguel por um dos condôminos, pagos os demais. O condômino também poderia dispor de sua quota-parte em venda, doação, herança etc., observadas as mesmas regras gerais. WEHLING, Arno. O escravo ante a lei civil no Império (1822-1871). In: LACOMBE, Lourenço Luiz (Dir.) *100 Anos de Abolição da Escravidão*. Petrópolis: Museu Imperial, 1988, p. 107.

acompanhar as tramas da vida pública. Por exemplo, é possível ler na edição do dia 6 de julho de 1882 a discussão exaltada que teve lugar no Senado sobre a indenização defendida pelos proprietários que perderiam seus escravos com a abolição. O forte desse periódico, entretanto, como o próprio nome indica, parecia ser as páginas que anunciavam as trocas materiais, inclusive as de mulheres escravizadas, impregnadas de valores simbólicos no cotidiano da Corte.

Encontrava-se no jornal desde avisos de companhias marítimas sobre chegadas e saídas de navios no porto, convites para leilões de livros, móveis, jóias e outros objetos, até peças divulgação de missas e de bailes, de óperas e apresentações teatrais que entravam e saíam de cartaz. Havia também uma infinidade de anúncios sobre o comércio de roupas, leques, chapéus, adereços para carnaval ou luto, remédios para moléstias da pele, para “*gonorrhéas*”, para doenças do estômago, do peito, pastilhas, xaropes<sup>3</sup>.

*(...) HOJE, quinta-feira 2 de maio, no Bairro do Cattete, Casa Nobre n. 15, em frente á rua de Santo Amaro, ás 4 horas da tarde, genuino leilão de ricos moveis, escravos e escravas prendadas, piano de meia cauda de Broadwood and Son de Londres, espelhos, tapetes, ricos enfeites e ornamentos e outros muitos artigos de valor. (...)*<sup>4</sup>

Como veículo de utilidade para a população carioca, representada principalmente, mas não exclusivamente, por comerciantes e proprietários, as colunas mapeavam os eventos sociais na Corte, a oferta de bens e serviços, inclusive de amas-de-leite, e as condições para sua aquisição e consumo. Além de escravos e escravas em leilões, à venda ou em fuga, desfilavam naquelas páginas também o elenco de mercadorias que costumava se consumir na época, entre elas o vinho, pianos, drogas, móveis, imóveis, entre as escravas “*prendadas*” e os semoventes em geral.

*(...) Precisa-se todos os dias de muitas criadas nacionaes e estrangeiras, como também de cozinheiras, lavadeiras, engommadeiras, amas de leite e amas seccas, que nesta casa têm-se muitas encomendas e alugão-se todos os dias para qualquer emprego que queirão em casa de confiança; na rua do Hospício n. 260, sobrado, locação de família.(...)*<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> Sobre a heterodoxia médica e o ambiente epidemiológico na Corte, ver ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: ALENCASTRO, L.F. (Org.) *História da Vida Privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. Vol.2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 67-78.

<sup>4</sup> *Jornal do Commercio*, quinta-feira, 2 de maio de 1867.

<sup>5</sup> *Jornal do Commercio*, quarta-feira, 5 de julho de 1882.

O jornal se expande com o crescimento da cidade, também porque na segunda metade do século há um incremento significativo na entrada de importados destinados aos consumidores da Corte e das zonas rurais vizinhas. Como assinala Alencastro, vários fatores o demonstram, e com a inauguração, a partir de 1850, de uma linha regular de navio a vapor entre Liverpool e o Rio de Janeiro, “*o tempo imperial entra em sincronia com o tempo da modernidade européia*”. Segundo o historiador, com o fim do tráfico,

(...) ocorre um retorno das divisas obtidas nas vendas de produtos de exportação até então reservadas para financiar a compra de africanos. O efeito na balança comercial e na balança de pagamentos do império é imediato.(...)<sup>6</sup>

Acompanhando a inversão de recursos em bens de consumo e a entrada de importados na capital da Corte, também nas páginas do *Jornal do Commercio* é cada vez mais visível o trânsito de objetos que identificam as práticas e costumes europeus. Os itens que aparecem nos anúncios e avisos remetem-nos a imagens da sociabilidade urbana que se orienta em direção aos padrões disseminados pela cultura européia, considerada civilizada. Paralelamente à entrada de importados europeus no período, com a proibição do tráfico há o movimento crescente do tráfico interprovincial de escravos que, segundo Robert Slenes, deve ter despejado cerca de 200 mil escravos no sudeste do país. Segundo o historiador, esse movimento de transferência interna foi ainda maior entre 1873 e 1881, quando ele estima que 90 mil cativos entraram na região principalmente pelos portos do Rio de Janeiro e de Santos. A polícia carioca teria registrado a entrada de quase 60 mil escravos só naqueles nove anos<sup>7</sup>.

O crescimento do mercado de serviços domésticos acompanha o movimento de crescimento da capital e de sua população. A paisagem social do Rio de Janeiro reúne, portanto, objetos emblemáticos que ao mesmo tempo projetam a modernidade e revivem o passado colonial, entre a última moda exibida nas lojas da rua do Ouvidor e as práticas de compra e venda de escravos nas casas de comissão espalhadas pela cidade. O jornal espelha aquela vitrine urbana que não consegue disfarçar a contradição

---

<sup>6</sup> ALENCASTRO, L. F. de. *Op. cit.*, pp. 37-8.

<sup>7</sup> SLENES, Robert. *The demography and economics of Brazilian slavery*, 1976. Tese de Ph.D., Palo Alto/Califórnia: Stanford University, p. 138. Apud CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990, p. 43.



e o conflito que presidem a manutenção do regime da escravidão. A ampliação do consumo e da oferta de bens importados acompanha o crescimento do consumo de trabalhadores cativos urbanos e domésticos, na sociedade que buscava ser identificada com o “progresso” e a “civilização”.

*(...) MUCAMAS - M.J. Pinto Guimarães, á rua da Alfandega n. 96 compra, de casas particulares e dos senhores que se retirão para a Europa, perfeitas mucamas, e paga melhor que outras casas, sendo prendadas e bonitas peças, pretas e pardas, negocio decidido, tambem recebe (?) para vender por conta de seus senhores, e adianta dinheiro sobre as mesmas.(...)<sup>8</sup>*

A especialização de agências voltadas para o comércio de “*perfeitas mucamas*” e/ou criadas “*livres*”, “*brancas*” e “*estrangeiras*” denota as transformações que vão se tecendo nas relações de trabalho entre a década de 60 e a de 80. Os enunciados encontrados no jornal na década de 80 revelam aquelas alternativas que gradativamente foram incorporadas com relação aos serviços domésticos. Os enunciados dos dois anúncios abaixo, o primeiro de 1882 e o segundo de 1887, tornam visível esse movimento dos costumes.

*(...) Alugão-se: uma ama de leite, uma cozinheira de forno e fogão, uma lavadeira e engommadeira, uma mucama, um casal de pequenos e toda a mais criadagem, afiançados, nacionaes e estrangeiros, a 15\$, 20%, 25\$, 30\$ e 35\$; na rua da Constituição n. 7.<sup>9</sup>*

*Aluga-se - Quem precisar de amas seccas, mucamas, copeiras, cozinheiras, lavadeiras, engommadeiras e todo o pessoal livre para o serviço domestico, queira fazer suas encommendas na rua do Senhor dos Passos n. 145, sobrado. Empreza Universal. (...)<sup>10</sup>*

Em 1882, a ama-de-leite aparece entre outras funções da criadagem no enunciado pelo qual garante-se serem todos “*afiançados*”, “*nacionaes e estrangeiros*”. No segundo anúncio, amas-de-leite não aparecem explicitamente, mas ela poderá estar entre “*todo o pessoal livre doméstico*” para quem quiser fazer “*suas encommendas*”. Não por acaso “*todo o pessoal livre*” está disponibilizado por meio da “*Empreza Universal*”.

---

<sup>8</sup> *Jornal do Commercio*, segunda-feira, 11 de maio de 1868.

<sup>9</sup> *Jornal do Commercio*, sexta-feira, 28 de julho de 1882.

<sup>10</sup> *Jornal do Commercio*, sabbado, 16 de julho de 1887.

Esta última aparece identificada já como empresa e não um “*Escriptorio de Consignação*”, ou “*Casa de Comissão de Escravos*”, ou simplesmente “*Escriptorio de compra e venda de escravos*”, como as casas comerciais mediadoras daqueles serviços que anunciavam nos anos 50, 60 e 70<sup>11</sup>. Afinal, trata-se de um mercado de serviços domésticos que vai assumindo formas híbridas e movediças ao modo da sociedade da Corte oitocentista. Outro anúncio de 1872, significativamente, não oferece “*pessoal livre*”, mas escravas e escravos. Além da necessidade de “*mucamas recolhidas*”, ele informa a tabela de valores praticados nos respectivos alugueis de cativos de 6 a 60 anos à época:

(...) **ESCRAVAS E ESCRAVOS** – de 6 a 60 anos: precisa-se alugar, mesmo mucamas recolhidas, para serem alugadas em casa de família; paga-se bem e adiantado: pretas engommadeiras e cozinheiras a 30\$, e não sendo perfeitas 25\$; negrinhas e moleques, 1\$ por cada anno; 6 annos, 6\$; 7, 7\$; 8, 8\$; até 20, 20\$; há bom tratamento, como seus senhores podem ver ou mandar ver; não se dá castigo algum, e são recommendados para quando não estejam satisfeitos nas casas, voltarem para este escriptorio, já bem conhecido, e que goza de todo o credito nesta capital (...) - Ignacio Pinheiro de Souza Gomes, rua Senhor dos Passos n. 33B (...).<sup>12</sup>

Nesse escritório, escravas e escravos de 6 a 20 anos eram disponibilizados para serviços diversos e valiam de 6 a 20\$000. De 21 a 60 anos, valiam de 20 a 30 mil réis e, à medida que envelheciam, declinava seu valor. A casa em questão garantia “*bom tratamento, como seus senhores podem ver ou mandar ver*” e, principalmente, afirmava que “*não se dá castigo algum*” naquele escritório “*já bem conhecido e que goza de todo o credito*” na capital.

Na leitura dos anúncios, busquei elementos para decifrar os enunciados e o funcionamento dessas casas de comércio no interior de outras instituições daquela sociedade que não cuidavam diretamente da exploração daqueles serviços. Estas procuravam organizar as práticas da escravidão para melhor controlar os corpos que deveriam trabalhar sob regime compulsório, daí a necessidade de classificá-los, registrá-los, conhecer-lhes seus domínios, documentar o direito àquelas propriedades e suas transferências para vigiá-los, rastrear-lhes o movimento, os deslocamentos, em suma,

---

<sup>11</sup> Segundo Mary Karasch, as casas de comissão exerciam várias funções, como compra, venda e aluguel de escravos, compra e venda de mercadorias e dar crédito, enquanto as casas de consignação tinham um raio mais modesto e eram especializadas na compra e venda de escravos. KARASCH, M. C. *Op. cit.*, p. 87.

<sup>12</sup> *Jornal do Commercio*, quinta-feira, 4 de janeiro de 1872.

garantir a produtividade do trabalho e a ordem sob o regime de força. Eram instituições que se organizavam no Rio de Janeiro cujos esforços, embora nem sempre bem sucedidos, me remetem a mecanismos criados ainda no período regencial.

De acordo com o “*Projecto de postura em additamento às posturas de 11 de setembro de 1838*”, um documento precário queimado pelo tempo, cuja data não está identificada<sup>13</sup>, a “*Camara Municipal d’esta muito leal e Heróica Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, dezejando promover quanto couber em sua alçada o bem publico, promovendo e mantendo a tranqüilidade, segurança e commodidade de seos Concidadãos*”, dispunha sobre a necessidade de se proceder à matrícula de “*todos os escravos existentes*”<sup>14</sup>.

O projeto definia que escravos e escravas deveriam ser registrados com respectivos “*nomes, naturalidades, idades, estados, occupações e signaes característicos (...), bem assim dos nomes e rezidencias dos Senhores*”<sup>15</sup>, em livros organizados pelos juízos de paz. O documento orientava quanto à necessidade da atualização anual dos registros e também sempre que houvesse mudanças de distrito do proprietário e de sua propriedade. Além disso, previa que a matrícula geral dos escravos do Império seria concluída em 60 dias.

No propósito de conhecer para melhor controlar a movimentação de escravos no espaço urbano, as autoridades governamentais atuavam por meio desse dispositivo normativo, a postura municipal, e seu cumprimento pelas autoridades fiscais, policiais e judiciárias. No caso, trata-se de projeto de postura que, em seus 19 artigos, registra a exigência de que a cada mudança de lugar, dono ou condição civil fosse feito novo registro que contivesse, além dos detalhes da identidade do escravo ou escrava, também os nomes do comprador, do vendedor ou do alforriado. A partir desse controle, seriam emitidas as certidões que validavam e conferiam legitimidade à posse e, também, às aquisições, vendas e concessões dos termos de liberdade por cada “*individuo liberto ou vendido*”. Os proprietários que não procedessem ao registro estariam sujeitos a multas que variavam de 10 a 30\$000 e prisão de cinco a 15 dias.

A fim de aperfeiçoar o instrumento de controle anterior<sup>16</sup>, esse projeto de postura definia certos preceitos e regras para sistematizar a identificação das propriedades

---

<sup>13</sup> Projeto de postura em additamento às Posturas de 11 de setembro de 1838, pp. 1-4. Códice 6-1-28. AGCRJ. (Na capa aparece manuscrito “*pela qualidade do papel, parece documento de 1839-40*”)

<sup>14</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>15</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>16</sup> O primeiro Código de Posturas foi promulgado em 1838 pela Câmara Municipal e estabelecia a zona da cidade e a zona dos campos. RIOS FILHO, Adolfo M. de los. *O Rio de Janeiro Imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks/UniverCidade, 2000, p. 133.

escravas e garantir o reconhecimento de cada uma delas nos juízos de paz específicos, resguardando assim o domínio e o interesse do dono do escravo legado, adjudicado ou comprado. A partir desse aditamento, somente o juiz de paz do distrito respectivo à moradia do proprietário e da propriedade poderia emitir certidões ou averbar termos de compra e venda ou títulos de liberdade. Esperava-se que o domínio dos escravos passasse a ser oficial e definitivamente controlado, evitando-se fraudes e artimanhas que eram corriqueiros.

Era preciso coibir também a autonomia de trânsito e as práticas de fuga, os golpes e a negociação de “peças” irregulares; portanto, o artigo nono definia que nenhum escravo poderia viajar “*por mar ou terra alem de 2 léguas de distancia da Casa de seos Senhores e caso prezo por fugido*” seria punido com “100 açoutes”. Se estivesse em companhia de alguém, o condutor poderia sofrer pena de prisão por 10 a 30 dias e multa de 20 a 60\$000. Se fosse provado furto ou compra indevida, sabendo quem era, a pena seria imposta por cada escravo objeto do crime<sup>17</sup>.

Pretendia-se, com isso, mapear a população cativa, documentando-a e organizando a propriedade humana e semovente para melhor controlar seu domínio. Mesmo que o documento não revele se o aditamento foi votado e aprovado pela Câmara Municipal, ou se o instrumento teria tido desdobramentos eficazes do ponto de vista do controle, trata-se de uma clara referência sobre a necessidade de fiscalizar, vigiar e monitorar a propriedade humana. A necessidade de criar mecanismos administrativos específicos para a manutenção da escravidão e da ordem na capital do Império transparece em cada prescrição, advertência e cada penalidade formulada, com vistas a orientar a população e prevenir aqueles que transgredissem as regras escravocratas nos idos de 1838.

Encontrei esse projeto em aditamento às Posturas de 1838 na pasta de nome “*Casa de Aluguer de Escravos*” no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, próximo ao requerimento de Dorothea Maria da Conceição e Sá, “*de nação Brasileira*”, que também informa como ainda eram frágeis as formas de controle municipal, ainda que já houvesse a intenção de arbitrá-las.

Endereçado à Ilustríssima Câmara<sup>18</sup>, nele ela diz que

---

<sup>17</sup> Projeto de postura em additamento às Posturas de 11 de setembro de 1838, pp. 1-4. *Op. cit.*

<sup>18</sup> A cidade do Rio de Janeiro foi decretada “mui leal e heróica cidade imperial” em 9 de janeiro de 1823. A 25 de março do ano seguinte, seria jurada a Constituição do novo Império. A Corte fazia parte, como município, da província do Rio de Janeiro. DELGADO DE CARVALHO, Carlos. *História da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sec. Municipal de Cultura/DGDIC, 1994, p. 71. Também nessa ocasião, a Câmara (ou Senado da Câmara, antigo Conselho de Vereança) recebeu o tratamento de Ilustríssima. Em 1828, uma reforma constituiu nova organização para a Câmara Municipal da Corte que passou a ter o encargo de regular a fiscalização, a economia, a urbanização e o progresso do município. Na reforma

*(...) tendo a sua casa na rua dos Ciganos No. 4 onde aluga escravos de pessoas que lhe confião, pela maneira sempre justa com que trata a todos, deseja que esta Ilma Camara lhe permitta licença para assim praticar, pagando a Supp<sup>te</sup> o imposto que lhe arbitrarem, pois que as posturas nada dizem a respeito dos escravos alugados.(...)*<sup>19</sup>

Na carta, a “*Supplicante Dorothea*” solicitava licença “*somente para alugar e não para vender*” e, ainda assim, pretendia pagar o “*imposto que lhe arbitrarem*”, mesmo que as posturas nada dissessem “*a respeito dos escravos alugados*”. Pretendendo não infringir as normas e continuar “*justa*”, seguia a orientação do fiscal de sua freguesia, que a informou sobre o “*Tit. 6º, § 16, 2º*” da referida postura, embora a considerasse inadequada, por isso tratou de transcrevê-la literalmente para salientá-lo. A alínea referida pelo fiscal que justificava a orientação dada dizia que:

*(...) Ninguem poderá negociar em escravos, sem para esse effeito ter armazem publico em casa (...) ou loja, apresentando fiador idoneo que se responsabilize pelos prejuizos que occasionarem assignado termo nesta Ilma Camara de não comprar escravos nem os receber para vender sinão de pessoas conhecidas como seos legitimos senhores (...).*<sup>20</sup>

Em resposta à consulta feita por Dorothea, o fiscal apontava para a regra municipal que obrigava o negociante de escravos a “*ter armazém público em casa ou loja e apresentar fiador idôneo*”. A norma era clara: só se poderia comprar ou receber escravos de “*pessoas conhecidas como seos legítimos senhores*”, e com ela procurava-se conter ou refrear os negócios em torno de propriedades não registradas ou “*ilegítimas*”.

Na carta, a suplicante alegava desejar manter seu negócio, que era “*somente de alugar escravos*”, e se comprometia a apresentar seu livro de entradas e saídas. Apesar de não ter armazém público em casa ou loja, tampouco fiador, ela pedia a referida licença e, como o artigo se referia a “*negociar*”, “*vender*” e “*comprar*”, ela o considerava impróprio. Queria continuar seu negócio, que era “*somente*” de aluguel de

---

constitucional de 1834, a cidade passaria a ser considerada Município Neutro, base física e sede do poder central (Ato Adicional n.12, de 12/08/1834). Sobre o assunto, ver: RIOS FILHO, Adolfo M. de los. *Op. cit.*, p. 131.

<sup>19</sup> Tit. 6º § 16 da Secção n. 2 do Código de Posturas Municipais, citado na carta de Dorothea Maria da Conceição e Sá encaminhada à Ilma. Câmara em 10 de fevereiro de 1846. Códice 6-1-28 AGCRJ.

<sup>20</sup> *Idem, ibidem.*

escravos, prática que, apesar de costumeira, não estava ainda devidamente regulamentada, mas não desejava mantê-lo ilegalmente. A postura de 1838 e o projeto de aditamento de 1839/40 trazem informações sobre as transações de escravos que se multiplicavam na cidade do Rio de Janeiro, bem como os sinais da defasagem entre o prescrito e o vivido, haja vista a carta de Dorothea evidenciando que em 1846 os alugueis de escravos já eram praticados, embora as regras municipais ainda não estivessem claras. As correspondências entre negociantes e autoridades municipais iluminam os anúncios que, numerosos, circulavam diariamente nas páginas do *Jornal do Commercio* e deixam ler o trânsito intenso de escravos e escravas na capital.

Um movimento que o Segundo Reinado e as instituições municipais tentariam controlar, até porque a população do município havia dobrado entre 1821 e 1849, ano em que a capital da Corte “agregava a maior concentração urbana de escravos existente no mundo desde o final do Império romano, em números absolutos: 110.497 escravos para 266.466 habitantes”<sup>21</sup>. Como bem lembra Alencastro, não seria tarefa fácil controlar tantos homens e mulheres que eram escravizados no campo, nem nas ruas da cidade. Tampouco garantir o registro de todos os escravos na capital do “único país independente que praticava o tráfico negreiro, assimilado à pirataria e proibido pelos tratados internacionais e pelas próprias leis nacionais”<sup>22</sup>.

Após 1850, conforme os registros coligidos por Slenes e Chalhoub, a ampliação da população e o remanejamento interno de populações cativas ficam evidenciados nos jornais da década de 70, quando as “casas de comissão” se multiplicam e parecem consolidar seus negócios<sup>23</sup>. Os anúncios passaram a ocupar um espaço maior e, provavelmente, mais caro, além de aparecerem com maior regularidade, até ilustrados com vinhetas ou ganhando outras formas de destaque. Era um indício de que a comercialização de escravos crescia na Corte também em razão da demanda dos fazendeiros de café do Sudeste e da chegada de lotes de escravos vindos do Norte<sup>24</sup> que incrementavam aqueles negócios<sup>25</sup>.

---

<sup>21</sup> População estimada no Município Neutro, isto é, nas oito paróquias urbanas e oito rurais, segundo o censo organizado com o apoio do ministro Eusébio de Queirós, então juiz de paz de Engenho Velho e do futuro vereador carioca Roberto Haddock Lobo. *Almanak Laemmert (1851)*, suplemento, p. 231-40. Apud ALENCASTRO, L. F. de. *Op. cit.*, p. 24.

<sup>22</sup> Referindo-se ao período até 1850. Com o término do tráfico de africanos em 1850, há um fluxo intenso de imigrantes lusitanos, por vezes embarcados na frota negreira reciclada. A Corte conservou quase o mesmo número de habitantes, mas a composição étnica e social do município foi alterada, dobrando o número relativo de portugueses no período de 1850-1872. ALENCASTRO, L. F. de. *Op. cit.*, p. 30.

<sup>23</sup> SLENES, Robert. *The demography and economics of Brazilian slavery*, 1976. Tese de Ph.D., Palo Alto/Califórnia: Stanford University, p. 138. Apud CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: (...)*. *Op. cit.*

<sup>24</sup> Atribuía-se ao “Norte” as províncias que hoje são reconhecidas como região Nordeste.

<sup>25</sup> Sobre os negócios da escravidão, ver também CHALHOUB, S. *Visões da liberdade. Op., cit.* pp. 43-53.

(...) *VENDE-SE um lindo lote de escravos muleques e crioulos reforçados, duas negrinhas e uma pardinha, chegados do Norte ultimamente; para tratar, segunda-feira 3, na rua da Prainha n. 213.*(...)<sup>26</sup>

Negociar mulheres, homens e crianças era, portanto, desde a Colônia uma prática comum e generalizada. Mas com o crescimento da população e dos negócios na Corte na segunda metade do século XIX, aquele comércio de cativos e serviços passava a assumir feições urbanas específicas – como as práticas de aluguel e ganho – que as instituições do Império e do município da Corte tentavam regulamentar. Como a carta de Dorothea, que alugava escravos e queria regularizar seu negócio, encontrei outras cartas de igual teor somente datadas a partir de 1860, aliás, em quantidade, de pessoas que pretendiam pôr em ordem as atividades de seus “*escriptorios de commissões de escravos*” ou de “*consignação de escravos*”<sup>27</sup>.

Os documentos respondem à iniciativa de ordenamento daquele comércio pela Câmara e, provavelmente, resultam da política de fiscalização que vinha sendo implantada nas freguesias da cidade. Desvelam, portanto, a intervenção do poder público nos negócios particulares em registros de providências de negociantes preocupados em comerciar de acordo com a regra que, nas cartas, apresentam fiador e informam a propriedade ou bem que garantia lastro para o negócio. Em carta dirigida ao procurador da Ilustríssima Câmara Municipal da Corte em 23 de janeiro de 1863, por exemplo, dizia João Joaquim Gonçalves Porto que

(...) *tendo de abrir seo escriptorio de commissões de escravos no 2º andar da casa da rua do Sabão n. 162, Freguezia do Sacramento, e sendo necessario para esse fim um fiador que seja proprietario, n’este caso o supp<sup>te</sup> offerece (...) seo fiador o Snr. Antonio Joaquim Coelho da Silva proprietario do predio n. 98 da rua do Livramento, e a vista do que pede o supp<sup>te</sup> a competente licença. 23 de janeiro de 1863. O Despachante. Gustavo Jozé de Castro.*(...)<sup>28</sup>

As solicitações de licença tanto para abrir como para manter “*escriptorio*” em uso são numerosas no período, o que me leva a concluir que houve um aquecimento

---

<sup>26</sup> *Jornal do Commercio*, domingo, 24 de novembro de 1872.

<sup>27</sup> Documentos pesquisados no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e no Arquivo Nacional.

<sup>28</sup> Carta de João Joaquim Gonçalves Porto à Ilustríssima Câmara Municipal, 21/03/1874. Cód. 6-1-54. AGCRJ. (p. 9)

daquele comércio ou pelo menos a ampliação do aparato fiscal e do rigor da fiscalização (ou as duas coisas). Ao contrário da postura que recomendava ter “*armazém ou loja*”, observo que os tais “*escriptórios*” muitas vezes funcionavam na própria casa do negociante. Foi o que percebi a partir da leitura do documento de 21 de março de 1874, em que a Presidência da Ilustríssima Câmara Municipal determina aos fiscais das freguesias de Sacramento, São José, Candelária, Santa Rita e Sant’Anna “*que prestem minuciosas informações*” a respeito de 67 endereços onde estariam funcionando escritórios comerciais destinados à compra e venda de escravos, sem que seus proprietários cumprissem o disposto no referido Código de Posturas<sup>29</sup>.

Constatando que “*grande número desses escriptórios*” estariam funcionando sem as referidas licenças, o presidente Antonio Barros Pereira recomendaria aos fiscais proceder “*nos termos do mesmo Código contra os infractores das Posturas Municipais*” e de tudo dar “*conhecimento a esta presidência*”<sup>30</sup>. Encontrei a resposta endereçada ao “*Digníssimo Presidente da Ilustríssima Câmara Municipal*” pelo fiscal Bernardino José da Silva que, atendendo à solicitação oficial, checkou outro endereço que não os da primeira lista encontrada. Nela ele informa que, ao falar com a moradora, soube que aquela era “*moradia particular*”, informação que foi confirmada por moradores da vizinhança no sentido de que ali não constava “*haver tal negociação de escravos*”.<sup>31</sup>

Entretanto, outro conjunto de documentos desvela algumas artimanhas que deviam ser comuns nesse tipo de negócio, que parecia habitualmente funcionar em casa de moradia, sem licença, fiador ou qualquer burocracia. O primeiro é um documento no qual o fiscal Paulo Felisardo Cabral Filho informa ao Vereador Commissario de Posturas e Judiciário que não autuara o Sr. Glicério Thaumaturgo da Silva injustamente, já que há mais de um ano ele anunciava no *Jornal do Commercio* e que na casa da rua do Riachuelo n. 88, onde reside, também vende e aluga escravos.

O fiscal alega que, ao ler os primeiros anúncios, mandou pedir informações se “*fazia as vendas e alugueis de escravos*” (...) “*com a licença da Ilma Camara Municipal*”, ao que ele respondera que “*estes escravos que vendia e alugava erão seus que os tinha trazido da fazenda*”, daí tê-lo deixado “*continuar neste Commercio*”. A suspeita apareceu diante dos “*repetidos anúncios e por espaço de mais de um anno*” e após algumas denúncias da vizinhança, de ordem da Exma. Presidência da Câmara Municipal, autuou o infrator no citado “*Inciso 16, Título 6º, Secção 2ª*” e mandou

---

<sup>29</sup> Documento da Presidência da Ilustríssima Câmara Municipal aos fiscais das freguesias de Sacramento, São José, Candelária, Santa Rita e Sant’Anna. Cód. 6-1-58. AGCRJ.

<sup>30</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>31</sup> Carta do Fiscal Bernardino da Silva ao Presidente da Ilma. Câmara Mal. Cód. 6-1-59. AGCRJ.



“intimá-lo por um Guarda Fiscal”. Como não pagasse a multa, o fiscal remeteu o auto à Procuradoria da Câmara para que fosse levado a juízo.

O fiscal afirmou sobre o referido infrator que

*(...) em grande escalla tem elle feito venda de escravos que não são de sua propriedade, o que confirma não só o fato de elle não ter juntado uma só escriptura de venda de escravo seu confessando que os vendera, como deixou de anunciar venda de escravos, (...) logo que foi autoado, para somente anunciar alugueis destes (...).*<sup>32</sup>

Esta foi última declaração do fiscal encontrada em resposta a uma carta do negociante, em que pedia providências para cessarem “*taes abuzos da parte desses agentes*”. O negociante alegava que fora multado “*sem mais indagações*” e pedia a “*relevação da multa que tão injusta e arbitrariamente lhe fora imposta pelo Fiscal*”, reafirmando não ter casa de comissão de venda e compra de escravos, e sim alugar escravos seus<sup>33</sup>. Anexado ao processo, estava o formulário preenchido com os dados do infrator e da infração, que ao final informa que “*o auto não será levado a juízo*” se for paga a “*multa de 30\$000, ali estabelecida, até o dia 14 do corrente mez, dirigindo-se ao escriptorio do Fiscal na rua Conde d’Eu n. 2 pelas 10 horas da manhã, afim de receber a guia e ir pagar à Illma Câmara*”<sup>34</sup>.

Em seguida, foi anexado ao processo o certificado de matrícula feito pelo Sr. Glicério Thaumaturgo em 17 de julho de 1874, no qual registra 19 escravos e escravas de 2 a 50 anos, pelo qual pagou o selo de 200 réis ao Chefe da Recebedoria do Rio de Janeiro<sup>35</sup>. Da leitura do rol de documentos, percebe-se que o negociante foi enquadrado na norma, não sem opor resistência. Outros documentos demonstram que muitas casas eram denunciadas e não tinham licença para “*procederem como seria o seu dever*”.

A contar pela quantidade de denúncias fundadas ou infundadas e pela tramitação de documentos na Câmara Municipal, principalmente na década de 70, as tensões entre negociantes de escravos/as e os fiscais municipais foram acirradas, também em razão daquela estratégia mais agressiva das autoridades administrativas no sentido de organizar os negócios na capital da Corte, sobretudo aqueles que deviam ser dos mais lucrativos. Uma certa carta-denúncia também me pareceu esclarecedora dos traços de

---

<sup>32</sup> Carta do fiscal Paulo Felizardo Cabral Silva ao M.D. Vereador Comissário de Posturas e Judiciário, Freguesia de Santo Antonio, 29 de julho de 1874. Cód. 6-1-59. AGCRJ.

<sup>33</sup> Carta do Sr. Glicério T. Silva ao Sr. Dr. Araújo Lima, Presidente e mais Vereadores da Illma Câmara Municipal. Rio de Janeiro, 14 de julho de 1874.

<sup>34</sup> Auto de Infração. Cód. 6-1-59. AGCRJ.

<sup>35</sup> Certificado de matrícula. Cód. 6-1-59. AGCRJ.

venalidade e corrupção compoendo a cultura administrativa da Corte. Embora não estivesse assinada, trata-se de uma crítica de um português, provavelmente negociante de escravos/as, às irregularidades que a ele pareciam estar generalizadas no cotidiano. Irregularidades que, segundo a carta, contavam com a participação ativa de autoridades municipais.

Endereçada ao presidente da Câmara, na carta ele informa que

*(...) a fraude e o estellionato continua com maior intensidade, isto é em vista e face de V.Sa. e dos seus agentes perseguidores, porque não saber só não lendo os continuados annuncios do Jornal do Commercio que só V.Sa. o fez quando quis perseguir essa meia dúzia, deixando impune a horda de traficantes e estelionatários e infratores da Fazenda Nacional. (...)*<sup>36</sup>

Como exemplo da prática de estelionatários, ele cita o episódio que envolve um “fulano Fonseca da rua da Alfândega n. 297”, que vendeu uma “preta” e apresentou ao proprietário “uma grande conta de dispezas da escrava, inclusive uma certidão de óbito”. Segundo o denunciante,

*(...) o prejudicado pagou toda a dispeza com placidez, passado tempos o senhor da preta morta lê um annuncio de venda de uma preta, manda buscar, eis que se apresenta a defunta ressuscitada, immediatamente manda chamar o negociante e declara-lhe que a escrava era de sua propriedade, este declara que havia comprado ao tal Fonseca, para hum seu freguez da roça, mais que não servindo mandou vendel-a, para encurtar a historia, o tal Fonseca como todos os outros da mesma emfraria (confraria?) que tem o Anjo da guarda, que são os protetores de ladrões pagou tudo e ficou livre de culpa e pena. (...)*<sup>37</sup>

O missivista português narra o golpe da “preta defunta” e de um outro “Fulano Rocha, celebre na traficância, morador da rua Uruguayana n. 186”, que vendeu uma “preta” que lhe foi dada para alugar e também acabou livre de culpa ou penalidade. A descrição dos casos serve para ilustrar sua denúncia com relação a alguns “protegidos”, insinuando terem a cobertura de fiscais e autoridades a que chama de “Anjos da guarda” e “protetores de ladrões”<sup>38</sup>. Por fim, ele relaciona 35 endereços de casas de moradia que praticam tais negócios de forma irregular, “com prejuisos d’aquelles que negociação com a formalidade da lei e igual prejuiso da Fazenda Nacional”.

<sup>36</sup> Carta à Illma. Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 16 de julho de 1874. Cód. 6-1-59. AGCRJ.

<sup>37</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>38</sup> *Idem, ibidem.*

Desapontado com a falta de rigor e honestidade dos funcionários, ele registra seu “*dissabor*”, comunica que em breve “*retiro-me para a minha pátria*” e, ainda, ameaça que “*lá direi aos meus patricios o modo porque se executa a lei aqui*”<sup>39</sup>.

Os documentos revelam esforços dispersos para proceder ao registro e à fiscalização de negócios de compra, venda e aluguéis de mulheres e homens cativos. Ao mesmo tempo, denotam o volume de negócios que se faziam de forma irregular e algumas iniciativas descontínuas do poder público que pretendiam regulamentá-lo. Demonstrem, portanto, tanto declarações de proprietários/locadores que, geralmente após fiscalização, estavam ciosos de manter e cuidar de seus negócios de acordo com a ordem, quanto táticas de outros/as que, longe de querer cumprir o risco do bordado, tentavam manter seus negócios lucrativos sem atender às normas e efetuar o pagamento das taxas devidas ao fisco. As décadas de 60 e 70 são expressivas do movimento e da lucratividade da atividade de compra, venda e aluguel de escravas, e o Rio de Janeiro parecia um cenário privilegiado para se analisar essas práticas e sua dinâmica.

Aliás, os termos que pedem licença à Câmara para abrir, continuar ou regularizar “*escritórios*” de comprar, vender e alugar escravos/as estão entremeados com muitos outros, do mesmo período, dos que pretendem conseguir licença para “*empregar ao ganho*”, “*trazer ao ganho*”, “*ter ao ganho*”, “*colocar (...), pôr (...), dar (...), andar ao ganho*” escravos e escravas que circulavam e, provavelmente, mesmo sem as tais licenças, não deixaram de trabalhar nas ruas e lares da cidade. Representando os interesses daqueles proprietários, à Câmara Municipal cabia regulamentar, ordenar e também obter sua parte naquele comércio, por meio da cobrança de impostos e da arrecadação de multas dos transgressores.

Como observou a historiadora Marilene Rosa Nogueira da Silva, o aumento de pedidos de licença para a regularização da situação dos escravos que andavam ao ganho, e acréscimo aí também as licenças para os “*escritórios de comissão*”, sinalizam para o aumento da atividade, da fiscalização e da lucratividade daquele comércio no Rio de Janeiro. Ela observa um deslocamento na motivação de negociantes na década de 1860, quando o emprego do escravo comum na lavoura tornava-se menos lucrativo e o escravo treinado para atividades de aluguel ou ganho configurava possibilidades de negócios mais promissoras. A expansão econômica mais acelerada teria aumentado a procura de trabalhadores na cidade, daí ela inferir que

---

<sup>39</sup> *Idem, ibidem.*

*(...) o preço do escravo se eleva devido à escassez decorrente da proibição do tráfico, das restrições ao comércio interprovincial, da não-existência de política de reprodução, e da alta mortalidade.(...)*<sup>40</sup>

Após 1850, com a entrada crescente de estrangeiros na Corte, a expansão da cidade e de seus serviços, acompanhados do decréscimo relativo da população escrava<sup>41</sup>, crescia a demanda pelos prestadores de serviços urbanos e domésticos em geral. Por sua vez, as formas da escravidão de aluguel e ganho passaram a serem mais utilizadas, também como fonte de renda para os proprietários de um, dois ou muitos escravos/as e para os que ganhavam comissões sobre aquelas vendas e aluguéis. A demanda por amas-de-leite também cresceu na sociedade carioca e, embora a prática do aleitamento não permitisse que elas “*andassem ao ganho*”, as “*negrinhas*” ou “*pretas*” que estivessem em condições de aleitar seriam aproveitadas para auferir rendas daquele aluguel a seus proprietários e intermediários, como os anúncios insinuam em sua profusão.

*(...) Aluga-se negrinhas e pretas, nesta casa podem chegar sem receio de serem enganados; na rua da Conceição n. 12.(...)*<sup>42</sup>

Pela análise do conjunto de anúncios, não é possível fazer um levantamento preciso do valor dos aluguéis e das vendas de escravas na Corte, mas pode-se estabelecer uma comparação entre o valor das diversas funções do trabalho doméstico no mercado de escravos. Por exemplo, no “*escritorio, já bem conhecido, e que goza de todo o credito nesta capital*”, na rua Senhor dos Passos, o aluguel mensal de escravas, sendo engomadeiras e cozinheiras, ficava em torno de 30\$, as “*perfeitas*”, e 25\$, “*não sendo perfeitas*”, em 1872<sup>43</sup>. Em outro anúncio de abril do mesmo ano percebo que, por 1:800\$000, “*vende-se uma escrava perfeita cozinheira, engommadeira e lavadeira e duas filhas boas figuras*”. E, por 1:400\$, “*vende-se uma bonita negrinha de 16 annos, cose muito bem, engomma, lava e cozinha; na rua de S. Pedro n. 161*”.<sup>44</sup>

<sup>40</sup> SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. *Negro na Rua: a nova face da escravidão*. São Paulo: Hucitec, 1988, pp. 152-3.

<sup>41</sup> Entre 1850 e 1872, o número de portugueses dobrou (de 1/10 para 1/5 da população total), caindo a porcentagem referente aos escravos e também africanos, alterando a composição social da população urbana. A população total pouco aumentou. Dos 206 mil habitantes em 1850, 79 mil eram cativos (38%). Dos 274.972 estimados em 1872, 48.939 eram escravos (17,8%). ALENCASTRO, L. F. de *Op. cit.*, pp. 24-31 e Quadros Geraes. *Recenseamento da População do Império do Brasil a que se procedeu no dia 1º de agosto de 1872*. FBN.OR-94, n.1.

<sup>42</sup> *Jornal do Commercio*, terça-feira, 4 de julho de 1882.

<sup>43</sup> *Jornal do Commercio*, quinta-feira, 4 de janeiro de 1872.

<sup>44</sup> *Jornal do Commercio*, quinta-feira, 4 de janeiro de 1872; e quarta-feira, 10 de abril de 1872.

Outro daqueles anúncios permite que se depare com diferentes objetos para venda, possibilitando entrever bens e serviços de acordo com diferentes valores monetários praticados em 1872 e estabelecer algumas relações entre eles:

*(...) Vendem-se por liquidação forçada 1 preto robusto, de 30 anos, para qualquer serviço, 1:300\$000; 1 dito de 35 anos, bom chacareiro e jardineiro, 750\$000; 1 dito de 45 anos, para qualquer serviço, 550\$000; 1 preta robusta, perfeita engomadeira e cozinheira 1:200\$000; 1 piano bom, de meio armário, de 7/8, 380\$000; 1 dito de mesa, inglês, 180\$000 (...); 1 crioula de 20 anos, peça perfeita em todo serviço doméstico, 1:650\$000. Na rua do Cotovello n. 35.(...)<sup>45</sup>*

Mesmo que tratasse de uma “*liquidação forçada*” de objetos e pessoas, é visível a relação entre idades, sexo, funções, capacidades e valores, às vezes não só explícitos, mas potenciais. Relações que permitem observar alguns parâmetros: o “*dito de 45 anos*”, sem especialização, tem menor valor, 550\$000. A “*crioula de 20 anos*”, “*perfeita em todo serviço doméstico*”, é a mais promissora e valiosa peça naquele lote e vale 1.650\$000. Vê-se que a “*preta robusta*”, apesar de “*perfeita*” engomadeira e cozinheira, vale apenas 1.200\$000, quer dizer, bem menos do que a crioula de 20 anos, talvez pela idade não revelada, talvez por não ser crioula, pelas especialidades menos numerosas, ou por todas essas variáveis juntas.

Pensando na relação entre os itens, vejo que pelo “*preto robusto, de 30 anos, para qualquer serviço*”, pede-se cem mil-réis a mais do que a “*preta robusta*”. Pelo piano de meio armário, “*bom*”, importado, de alto valor, já que significativo de *status* social, pede-se um pouco mais da metade do se que pede por um bom chacareiro e jardineiro. Ou posso pensar ainda que pela crioula, apesar de “*perfeita*”, pede-se um pouco mais do que quatro pianos armário em 1872. Em suma, as comparações sugerem alguns parâmetros representativos de uma escala de valores atribuídos às funções e respectivas posições de sujeito-objeto-escravo na bolsa de bens e cativos. Mas, sobretudo, revelam com que naturalidade nessa sociedade atravessada em todos os seus tecidos pela instituição da escravidão, seres humanos são reduzidos a “*peças*”, ou a um item na relação dos objetos a serem comercializados em razão do direito assegurado constitucionalmente de alguém ser propriedade de outro/a.

---

<sup>45</sup> *Jornal do Commercio*, terça-feira, 2 de abril de 1872.

Só um dos anúncios reunidos revela o preço pedido pela venda de uma ama-de-leite. Aliás, além de ama-de-leite, era “*mucama muito fiel e humilde*”, com muitas capacidades e qualidades, como se poder ver no enunciado:

(...) *VENDE-SE, pela quantia de 1:200\$, uma mucama muito fiel e humilde, boa costureira, engomma roupa tanto de homem quanto de senhora, faz tuyauté e lava perfeitamente; servindo também de ama de leite, por ter abundancia de leite de 5 mezes: para vê-la e tratar, na paia de S. Christovão n. 197, chacara, passando o cemiterio de S. Francisco Xavier, chacara das Palmeiras.(...)*<sup>46</sup>

O valor de mulheres escravas para venda encontrava-se geralmente entre 750\$000 e 1.500\$000. Apesar dos preços oscilantes e das qualidades pouco precisas, a questão da idade parece significativa na composição do preço da escrava. Para pensar sobre o assunto, Kátia de Queirós Mattoso tentou esboçar uma classificação dos termos usuais em relação às faixas etárias – “*molequinho/a*”, “*moleco/a*”, “*molecão/molecona*”, “*negro/negra*”, “*velho/velha*” –, mas desistiu diante da imprecisão dos documentos referentes aos escravos<sup>47</sup>. Nessa profusão de termos, é interessante pensar a engenhosidade do social no sentido de fugir às classificações, das quais principalmente o poder público era cioso.

De acordo com suas pesquisas realizadas em testamentos e inventários da Bahia, ela observou que os escravos do sexo masculino foram sempre mais valorizados do que as do sexo feminino (entre 25 a 50%) no período de 1820 a 1888. Além disso, nas décadas de 1860 e 1970 uns e outros chegaram aos preços mais altos do período, atingindo as cativas 2.000\$000 e os cativos, 2.500\$000<sup>48</sup>. Além do sexo, da saúde, da idade, das habilidades para diferentes ofícios e serviços, não se deve esquecer que o preço refletia um jogo de variáveis que deveria levar em conta as quantidades da oferta e da demanda, além da necessidade específica do comprador e do vendedor.

Além disso, incluía uma diferença anterior, considerada elementar, que divide os corpos em dois grupos separados a partir do sexo biológico. Como ressalta Swain, o pensamento racionalista definiu uma divisão primária nas qualificações do feminino e do masculino, pressupondo a existência de uma “natureza” humana, a qual se expressaria de forma contínua e homogênea ao longo de um tempo evolutivo, apesar de assumir a cada época roupagens diversas. Tal discurso da natureza denota o pensamento

<sup>46</sup> *Jornal do Commercio*, sexta-feira 3 de agosto de 1877.

<sup>47</sup> MATTOSO, Kátia Maria de Queirós. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1978, p. 86-7.

<sup>48</sup> *Idem, ibidem*.

binário, essencialista e androcêntrico de onde emana e parece difundir para consolidar o pressuposto de que “(...) *todos os grupos sociais estejam estabelecidos sobre uma base sexual/biológica, de forma binária e hierarquizada, com predominância de um segmento sobre o outro*”<sup>49</sup>.

Assim, os corpos de mulheres, incluindo as cativas, como efeitos e instrumentos históricos, estariam apreendidos/modelados em grades discursivas que os definem como objetos de relações sexuais a partir daquela diferença considerada elementar, a-histórica e evidente. Como produtos (e produtores simbólicos) da cultura escravocrata, aqueles corpos estariam materializados em relações sociais e são efeitos de diferentes discursos, de práticas políticas que produzem e instituem a realidade. Discursos, portanto, aqui pensados como “(...) *matrizes de inteligibilidade e matrizes representacionais, que revelam nas práticas sociais, as regras de funcionamento de uma sociedade, as regras de apreensão e articulação específica de atores sociais. (...)*”<sup>50</sup>.

As demarcações de raça-etnia e idade entrelaçadas aos sinais da condição escrava compõem a localização identitária inferiorizada daqueles corpos femininos na sociedade carioca. Eram corpos que tinham valores específicos naquele infame mercado, além de valerem como insígnias do domínio e da exploração do trabalho compulsório: materialidades em que se imprimiam identidades saturadas da sexualidade binária e assimétrica, além de valores específicos que oscilavam de acordo com os traços que os demarcavam, compondo parâmetros financeiros, patrimoniais e emblemáticos do poder escravocrata.

Com efeito, aquele lugar definido como inferior aparecia em algumas conotações particulares. Significativamente, se de modo geral velhos e crianças tinham pequeno valor, no caso das mulheres cativas é visível a valorização da “*peça*” na faixa etária relativa ao período de procriação e da correspondente situação como nutriz. O valor da sexualidade assinalada no corpo fica claro, por exemplo, quando comparo os anúncios abaixo: a negrinha que “*engomma e cose*” é vendida por 1.500\$000 em seus 16 anos, enquanto a preta quitandeira, que “*lava e cozinha bem*”, podia ser comprada por 520\$000, no movimentado escritório da rua de São Pedro.

(...) **VENDE-SE**, por 1:500\$, uma negrinha de 16 annos, engomma e cose perfeitamente e lava; na rua de S.Pedro n. 258.

---

<sup>49</sup> SWAIN, Tânia Navarro. As teorias da carne: corpos sexuais, identidades nômades. *Labrys, Estudos Feministas*, 1-2:4, jul./dez. 2002.

<sup>50</sup> *Idem, ibidem*, p. 15.

*VENDE-SE, por 520\$, uma preta quitandeira que lava e cozinha bem; na rua de S.Pedro n. 258.(...)*<sup>51</sup>

Os preços de escravas para venda não aparecem com frequência nos anúncios em 1872 e são ainda mais raros em 1882. Isso se observa em relação a todos os serviços, provavelmente como ressonância do movimento abolicionista que se espraiava na sociedade, tornando cada vez menos evidentes (e socialmente mais revoltantes) as formas de comercialização referentes às práticas escravistas. Todavia, se muitas vezes se somavam para condenar as práticas escravocratas no Rio de Janeiro, outras confrontavam-nas para reafirmar direitos legalmente adquiridos e a necessidade incontornável da mão-de-obra cativa.

No foro das decisões políticas, as discussões pareciam pautar-se sobre aquela necessidade de disciplinar e taxar as práticas do comércio de cativos, agora com a perspectiva de vislumbrar um fim para o regime de trabalho compulsório e a organização do trabalho livre. Por exemplo, a Comissão de Justiça da Câmara, chamada a dar parecer sobre o assunto, a pedido do Governo, sugere que se achem “*alguns meios para acabar-se nesta Corte as Casas de Alugar escravos, um dos grandes escândalos que ainda existem na Capital do Império*”. O parecer de junho de 1883, assinado pelo Dr. Costa Ferraz, sugere ainda providências regulamentares que parecem insistir no ordenamento daqueles negócios, provavelmente mirando o fim do regime escravocrata. São as seguintes:

- 1ª. Criação de um imposto pesado sobre o escravo alugado.*
- 2ª. Policia activa, conhecimento da idade do escravo, pagamento de taxa e se o senhor é morador na Corte ou na Provincia.*
- 3ª. Remessa á policia semanalmente de um mappa com todas especificações do movimento do negocio.*
- 4ª. Imprriação(sic) pesada sobre semelhante genero de negocio e deposito forte feito no thesouro como assignatura de ter feito na policia.*
- 5ª. O escravo que provar ter estado alugado por mais de 3 annos isso factó será declarado livre.*<sup>52</sup>

Conforme o encaminhamento manuscrito no próprio documento pelo Vereador Dr. Emilio da Fonseca, autor da proposta que nomeou a Comissão “*para estudar e estabelecer as bases de um regulamento para o serviço doméstico*”, recomendava-se

<sup>51</sup> *Jornal do Commercio*, quinta-feira, 22 de agosto de 1872.

<sup>52</sup> Parecer da Comissão de Justiça e despacho. Junho-Agosto de 1883. AGCRJ. Cód. 6-1-61.



esperar resolução da Câmara, “ficando portanto prejudicada essa proposta no sentido restrito”<sup>53</sup>.

A proposta é uma entre muitas que foram elaboradas para regulamentar os serviços domésticos e particularmente as práticas do aleitamento na Corte. Com todos os controles e a crescente pressão social pelo fim do regime escravista, era preciso considerar o apego à escravidão por tantos proprietários e suas famílias, além da força de uma representação que, partilhada por diferentes setores sociais, orientava as ações e trocas cotidianas naquela sociedade<sup>54</sup>. Se o valor da venda de escravos decresce com o risco que representava para os proprietários de escravos a perspectiva da abolição, os valores dos alugueis de mulheres adultas, inclusive de amas-de-leite, pareciam não decrescer e, na década de 80, mantinham-se no patamar de 25 e 35\$000.

Esse aspecto me leva a intuir que, em vista da necessidade constante, senão crescente, de aleitadoras na capital, os serviços de ama-de-leite mantiveram seu preço e a modalidade de prestação daqueles serviços conhecida como “aluguel” tendeu a se manter, sendo as lactantes escravas ou livres. No caso das livres, seriam pagos diretamente a elas; no caso das escravas, aos proprietários ou locatários dos serviços. Independentemente da condição assinalada, elas estavam reduzidas a corpos de amas-de-leite, imagem-síntese de corpos reprodutores, corpos matrizes, corpos significantes, e como tais eram identificadas. Amas-de-leite pareciam figurar no rol das mucamas mais valiosas entre aquelas prendadas e bem qualificadas que se oferecia na Corte.

Em um anúncio publicado em 1882, o valor de uma certa ama-de-leite chegava a 60\$000.

(...) *Alugão-se crioulinhas, por 15\$, 20\$ e 25\$, para amas seccas, na rua do Hospicio n. 260.*<sup>55</sup>

*Aluga-se, de casa de familia, uma optima ama de leite de 2 mezes, por 60\$, com grande abundancia; na rua do Areal n. 11.*  
(...)<sup>56</sup>

Comparando-se os dois anúncios acima, observa-se que o valor da ama-de-leite representa quase três vezes do valor das meninas “seccas” oferecidas no mercado. De maneira geral, a especificidade do serviço fazia com que os valores tivessem flutuação

---

<sup>53</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>54</sup> JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.) *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 21.

<sup>55</sup> *Jornal do Commercio*, terça-feira, 2 de abril de 1872.

<sup>56</sup> *Jornal do Commercio*, quinta-feira, 6 de julho de 1882.

grande, correspondente às quantidades de sua oferta e de sua demanda, conforme os ventos que regem qualquer mercado. A necessidade poderia estar expressa no anúncio que não escondia o valor especial a ela atribuído, como se percebe na formulação de quem dela precisa e/ou pode pagar qualquer preço pelo serviço, a seguir:

(...) ***Precisa-se** de uma boa ama de leite, branca ou parda: não se olha preço; dirija-se á rua do Hospicio n. 37, loja.(...)*<sup>57</sup>

Apesar e por conta da agitação abolicionista, a demanda por escravos “*de ambos os sexos, com officios, prendas e sem elas*” ainda era grande no Rio de Janeiro na década de 80. Histórica e socialmente menos valiosas do que os do sexo masculino<sup>58</sup>, homens escravos amplamente utilizados na cidade para transportar cargas pesadas – mudanças, pianos, pessoas, o mundo nas costas –, algumas das mulheres cativas tinham, contudo, seu valor aumentado quando, além da saúde e da idade relativa ao vigor físico, sexual e procriador (pré-condições para a exploração de seus corpos nas atividades do aleitamento “*mercenário*”), eram conhecedoras de ofícios e prendas associados aos “*domínios femininos*”, e alguns escritórios chegavam a mencionar que especialmente para “*mucamas, prendadas*”, pagava-se bom preço. Nesses termos, o escritório da rua da Assembléia anunciava:

(...) ***ESCRAVOS** – Comprão-se de ambos os sexos, com officios, prendas e sem elas, especialmente mucamas, prendadas, paga-se bons preços; na rua da Assembléia n. 31.(...)*<sup>59</sup>

No final do Império, livre ou escrava, branca ou de cor, elas representavam uma expressiva demanda cotidiana. Parecia ser praxe que as casas de comissão levassem 3% do valor cobrado nos aluguéis e vendas, numa relação muito parecida com a que se pratica hoje em relação aos aluguéis e as vendas imobiliárias. Só que, além de

<sup>57</sup> *Jornal do Commercio*, quarta-feira, 27 de novembro de 1872.

<sup>58</sup> Góes e Florentino observam uma valorização das escravas do sexo feminino na faixa de 15 a 40 anos de idade, sobretudo crioulas, da ordem de 10,2%, no período de 1826-30 (os cativos teriam tido valorização de 8,5% no mesmo período), nela observando a valorização da capacidade reprodutiva da cativa. FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto. *A Paz nas Senzalas.(...)* *Op. cit.*, p. 70-1. Emília Viotti observa valorização ainda mais significativa nos preços de escravos de modo geral a partir de 1850, acompanhando a alta geral dos preços e a queda na oferta de cativos. Valorização ainda maior após 1870, com as restrições interpostas à circulação interprovincial. Só a partir de 1885 haveria uma depreciação do valor da mercadoria humana, quando também o café começa a cair. Segundo a autora, as variações de acordo com o sexo e a idade foram mantidas. Ver: COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia. Op. cit.*, pp. 251-5.

<sup>59</sup> *Jornal do Commercio*, quarta-feira, 11 de julho de 1877.

agenciarem aqueles bens e serviços, naquela época essas casas funcionavam como braços do sistema financeiro, podendo adiantar moeda. Funcionavam também como depósito/loja/vitrine de homens, mulheres, idosos e crianças escravizadas, objetos em negociação, como se vê em um dos muitos anúncios que costumam aparecer com realce de um mesmo escritório, provavelmente significativo de uma solidez real ou almejada:

*(...) ESCRAVOS – Santos & C., á rua Uruguayana n. 96, recebem escravos, tanto para alugar como para vender, pagando alugueis adiantados, fazendo boas e promptas vendas por conta de seus senhores levando sómente a comissão de 3% ou com preço estipulado, livre de toda a despeza.(...)<sup>60</sup>*

Nas duas últimas décadas da Monarquia, alguns dos endereços anunciados se repetiam indicando a longevidade do negócio a cargo das casas de comissão e empresas do ramo. Indicam ainda a permanência de casas comuns, como a de Dorothea, entre outros endereços registrados nas correspondências da Câmara Municipal que informavam sobre o funcionamento de escritórios mais ou menos domésticos que se especializavam em negociar aqueles serviços, não obstante a concorrência das firmas maiores. Antonio Caetano da Silva, por exemplo, em 1871 tinha um escritório na rua Visconde do Rio Branco n. 34, sobrado, onde

*(...) Recebem-se para vender, tanto para a corte como para o interior, fazem-se boas vendas, com brevidade, por ter sempre encomendas, não se cobra despeza alem da módica comissão; no escriptorio de Antonio Caetano da Silva, rua do Visconde do Rio-Branco n. 34, antiga do Conde.(...)<sup>61</sup>*

Era uma segunda-feira, dia 3 de julho de 1882, quando o mesmo Antonio Caetano da Silva publicava no *Jornal do Commercio* o seguinte anúncio:

*(...) Recebem-se escravos de ambos os sexos para alugar e vender, os alugueis são vantajosos e adiantados, as vendas promptas: trata-se com Antonio Caetano da Silva, na praça da Constituição n. 67.(...)<sup>62</sup>*

Em dez anos, Antonio Caetano da Silva mudou de endereço e não só manteve como ampliou seus negócios, já que no segundo anúncio revela que o escritório não só

---

<sup>60</sup> *Jornal do Commercio*, terça-feira, 19 de novembro de 1872.

<sup>61</sup> *Jornal do Commercio*, quinta-feira, 21 de novembro de 1871.

<sup>62</sup> *Jornal do Commercio*, segunda-feira, 3 de julho de 1882.

cuidava da venda, mas também do aluguel de escravos de ambos os sexos. Outro escritório que parecia forte, porque publicava quase diariamente, funcionava na mesma rua da Constituição n. 7. Neste as amas-de-leite pareciam ser o carro-chefe, em vista da quantidade de anúncios publicados quase diariamente onde registravam-se tanto a necessidade constante delas quanto o aluguel das “peças” que estavam disponíveis no mercado:

*(...) Precisa-se de uma ama de leite, uma criada, uma mucama, dous copeiros afiançados e um pequeno, para família, livres ou escravos, adiantão-se alugueis de um a seis mezes; na rua da Constituição n. 7. (...)*<sup>63</sup>

*(...) Alugão-se duas amas de leite, uma perfeita cozinheira de forno e fogão, e massas, uma perfeita lavadeira e engommadeira, uma mucama, e uma menina, de 15\$, 20\$, 25\$ e 30\$; na rua da Constituição n. 7. (...)*<sup>64</sup>

A rua da Constituição, como a da Alfândega, a Senhor dos Passos e a do Hospício eram alguns dos logradouros onde funcionava esse tipo de comércio, isto é, onde se praticava a violência de vender e alugar pessoas que estavam reduzidas a “mercadorias”, “propriedades”, “peças”, corpos de que se apropria, e como tal eram reconhecidas. Os escritórios podiam anunciar muitas peças em um só bloco ou publicar diversos anúncios separados, destacando a peça ou o serviço. Um deles, situado no número 260 da rua do Hospício, também parecia ser especializado em “mucamas, amas e amas-de-leite”. No domingo, 30 de julho de 1882, por exemplo, o escritório oferecia para alugar uma parda “limpa” e uma “excellente crioulla livre” para ama-de-leite. Três semanas antes ele anunciava uma “linda pardinha, livre, para ama, com leite de 45 dias”. E nesse mesmo endereço, eram oferecidas “crioulinhas, por 15\$, 20\$ e 25\$, para amas seccas”.

*(...) Aluga-se uma parda limpa para ama de leite; na rua do Hospicio n. 260.(...)*<sup>65</sup>

*(...) Aluga-se uma excellente crioulla livre para ama de leite, livre, crioulla retinta, carinhosa; na rua do Hospicio n. 260. (...)*<sup>66</sup>

---

<sup>63</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>64</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>65</sup> *Jornal do Commercio*, domingo, 30 de julho de 1882.

<sup>66</sup> *Idem, ibidem.*

(...) **ALUGA-SE** uma linda pardinha, livre, para ama, com leite de 45 dias, afiança-se a conducta; na rua do Hospicio n. 260. (...) <sup>67</sup>

(...) **ALUGA-SE** uma moça branca para ama de leite; na rua do Hospicio n. 260. (...) <sup>68</sup>

(...) **ALUGÃO-SE**, na rua do Hospicio n. 260, sobrado, todos os dias, das 7 ás 8 horas da noite, criados e criadas para qualquer serviço que procurem, também aceita encommendas quando não tenha a gosto como cozinheiras, lavadeiras, engommadeiras, amas de leite, mucamas, cozinheiros, copeiros, jardineiros, enfim, para qualquer serviço. Esta agencia brasileira diz orgulhosamente que nunca teve a mais pequena queixa; quem disser o contrario provará legalmente a E.J.B. (...) <sup>69</sup>

(...) **PRECISA-SE** todos os dias de muitas criadas nacionaes e estrangeiras, como também de cosinheiras, lavadeiras, engommadeiras, amas de leite e amas secas, que nesta casa têm-se muitas encommendas e alugão-se todos os dias para qualquer emprego que queirão em casa de confiança; rua do Hospicio n. 260, sobrado, locação de família. (...) <sup>70</sup>

Talvez seja essa a mesma empresa que o médico-redator da *Revista A Mãe de Família* visitou, “por necessidade”, e na qual constatou a presença de uma ama-de-leite que em muito contrastava com os preceitos da higiene que defendia e, assim, confirmava as teses dos médicos segundo as quais aquelas “desgraçadas mulheres” eram “criminosas” e as casas de comissão eram outra “lástima”, porquanto a “especulação é o movel que na maior parte guia esses donos ou encarregados a alugar as amas”.<sup>71</sup> Assim ele descreve o episódio no periódico quinzenal, um “*Jornal Scientifico, Litterario e Illustrado*” que circulou na Corte para “instruir as mães de família e ensinar-lhes a nutrir e criar os seus filhos de per si”<sup>72</sup>:

(...) Uma desgraçada mulher da rua do Hospicio annunciou alugar uma excellente ama; fui vel-a, por ter necessidade, e não me apresentei como médico. Calculem VV. Exs qual foi o meu pasmo quando, depois de ouvir toda a sorte de elogios e recommendações, foi-me apresentada uma negra magra, fula, e ainda mais com uma degenerescência schirrososa (schirro) em um dos seios! Pois bem essa verdadeira criminosa mostrou-me um

<sup>67</sup> *Jornal do Commercio*, domingo, 9 de julho de 1882.

<sup>68</sup> *Jornal do Commercio*, quinta-feira, 6 de julho de 1882.

<sup>69</sup> *Jornal do Commercio*, quarta-feira, 5 de julho de 1882

<sup>70</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>71</sup> *A Mãe de Família*, 1º anno, n. 10, maio de 1879, pp. 74.

<sup>72</sup> *A Mãe de Família*, 1º anno, n. 1, janeiro de 1879, p.1.

*attestado, asignado por um distincto e honrado medico, que é hoje fallecido.(...)*<sup>73</sup>

Os enunciados do mercado se dispersam à medida que o desenho dessa cartografia se amplia nas ruas daquela cidade que se expande. Os corpos para consumo também se disseminam nas ruas e nas páginas dos jornais entre “*leques de seda*” de 3 a 15\$000, “*grinaldas para noivas*” de 5 a 20\$000, “*enxoval para ditas*” de 80 a 200\$000 e “*sala e quarto da frente mobiliado*”, por 70\$000; oferecia-se também “*a professora ingleza (de Londres), com as melhores referências e diplomada, tendo algumas horas disponíveis dá lições por preço cômodo: de inglez, allemão, francez (literatura, historia, etc) de piano, desenho, pintura, óleo, aquarella*”<sup>74</sup> ...

As autoridades municipais buscavam ordenar aquelas transações e conhecer-lhes os movimentos, particularmente as negociações que se faziam e que incluíam corpos de mulheres e homens tornados escravos e escravas, “*peças*” pertencentes a outras mulheres e homens, seus proprietários. Os documentos são reveladores de iniciativas públicas, em alguns esforços para estabelecer regras para relações costumeiras que se multiplicavam e acabavam por assumir novas e múltiplas maneiras que alguns setores da população urbana arranjavam para efetivar os negócios e burlar os controles. Também os fiscais, algumas vezes, estiveram envolvidos nesses arranjos informais que nutriam os volumosos negócios de compra, venda e aluguel de escravos, que se faziam à margem das autoridades públicas e de seus esforços ordenadores. A negociação de corpos cativos parecia estar entranhada na cidade em suas formas peculiares que foram concomitantes. Formas que eram alternativas, específicas naquele contexto histórico, e não conseguiram dissimular os traços da violência daquelas negociações, também identificados nas formas da resistência, da submissão, do descontrole e dos esforços reguladores.

As amas-de-leite também eram igualmente objeto daquelas transações e do interesse de consumidores, de intermediários e/ou de proprietários de uma, duas ou muitas cativas no campo ou na cidade. O Rio de Janeiro era também lugar para onde convergiam braços, seios e corpos cativos que supririam demandas pela “*verdadeira alimentação das crianças nos primeiros annos de vida*”<sup>75</sup>, confrontando as prescrições da medicina social que se organizava e difundia a pedagogia de uma maternidade que fosse “*verdadeira*”, ao constatar que:

---

<sup>73</sup> *A Mãe de Família*, 1º ano, n. 12, junho de 1879, Palestra XII, pp. 90.

<sup>74</sup> *Jornal do Commercio*, quinta-feira, 1 de setembro de 1887.

<sup>75</sup> *A Mãe de Família*, 1º ano, n. 9, maio de 1879, p. 66-7.

*(...) apesar dos desastres quotidianos ocasionados pelas amas mercenárias, apesar dos crimes, direi assim, commettidos por um ignóbil commercio, há muitas mãis que não fazem realmente esforços para evitarem-os. (...)*<sup>76</sup>

Busquei mapear alguns locais onde as imagens de amas-de-leite circularam na Corte, a partir da leitura dos anúncios do *Jornal do Commercio* publicados nas duas últimas décadas da Monarquia escravista. Procurei observar o funcionamento da engrenagem dos negócios que movimentavam corpos cativos e lactantes na cidade. Os discursos revelam o trânsito de mercadorias que se vendiam e alugavam, destacando certas marcas identitárias que constituíam um alfabeto de sinais distintivos – “*crioulas*”, “*pretas*” e “*pardas*”, “*sem vícios*”, “*carinhosas*”, “*boa saúde*”, “*abundante leite*”, entre outros. Eram corpos esquadrinhados, indicados naquelas marcas e medidas, traduzidos em sinais que significavam e produziam rendas para proprietários, locadores e intermediários de seus serviços.

Com o passar do tempo e a partir de 1880, eles aparecem cada vez mais misturados aos corpos de mulheres “*livres*”, “*brancas*”, “*nacionaes e estrangeiras*”. No período, aqueles corpos lactantes aparecem representados em composições e colorações adjetivas, despejando sentidos que a sociedade carioca, através deles, colocava em cena e, assim, projetava um movimento timbrado de posicionamentos sociais. Em numerosos fragmentos de colunas de jornais, aqueles corpos cativos aparecem em sua versão genérica e modelar, configurada com vistas ao êxito da negociação dos serviços domésticos na Corte. Nesse conjunto, estão sempre anônimos, idealizados, representados para a venda ou o aluguel, portanto em versão bem diferente daquelas formas que revelam a transgressão; por isso sublinham outras caracterizações e cicatrizações singulares.

São corpos que exprimem um não-lugar da vontade, ou lugar de *persona* negada; destinados pelo sexo e hierarquizados nos sinais de raça, idade e gênero; corpos que se alugam, compram ou vendem e continuam dando frutos, leite e rendas; corpos que são desejados também por nutrirem crianças, produtos de corpos proprietários, locatários, para além do uso, do fruto, do leite e do gozo. Para além do olhar e do gosto (que neles se reconfigura e materializa) do exercício da dominação escravagista e androcêntrica, naquelas formas singulares e históricas que conformam a ordem patriarcal, escravocrata e monárquica.

---

<sup>76</sup> *A Mãe de Família*, 1º ano, n. 10, maio de 1879, p. 73.

Corpos cativos e femininos que por tudo isso exprimem a aparelhagem da construção do “*sexo*” como lugar dos prazeres e das perversões, como atenta Foucault, ou aquele ponto imaginário fixado pelo dispositivo da sexualidade, pelo qual

*(...) todos devem passar para ter acesso à sua própria inteligibilidade (já que ele é, ao mesmo tempo, o elemento oculto e o princípio produtor de sentido), à totalidade de seu corpo (pois ele é uma parte real e ameaçada deste corpo do qual constitui simbolicamente o todo), à sua identidade (já que ele alia a força de uma pulsão à singularidade de uma história).*<sup>77</sup>

Eram corpos que serviram às crianças e aos proprietários, mas suas imagens operam dispositivos institucionais e performam estratégias discursivas, servindo também para a formulação de um discurso que não é apenas o da moral, mas da racionalidade fundada no sexo. Um sexo que não se julga apenas administra-se. “*Sobreleva-se ao poder público; exige procedimentos de gestão; deve ser assumido por discursos analíticos*”<sup>78</sup>. Aqueles corpos trabalhadores – “*nacionais ou estrangeiros*” – também estarão marcados pela “*economia política da população*” que se organiza mediante a “*análise das condutas sexuais, de suas determinações e efeitos, nos limites do biológico e econômico*”<sup>79</sup>.

São corpos saturados de raça e de sexo e que àquela altura servem aos saberes<sup>80</sup> que organizam o Estado e nele encontram seus pontos de fixação; corpos de que se apropriam para a fertilização daquele momento das disciplinas, como ensina Foucault, em que é preciso saber

*(...) o que se passa com o sexo dos cidadãos e o uso que dele fazem e, também, que cada um seja capaz de controlar sua prática. Entre o Estado e o indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública; toda uma teia de discursos, de saberes, de análise e de injunções o investiram. (...)*<sup>81</sup>

---

<sup>77</sup> FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade. A vontade de saber. Op. cit.*, pp. 145-6.

<sup>78</sup> *Idem, ibidem*, pp. 27-29.

<sup>79</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>80</sup> “*Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído de diferentes objetos que irão adquirir ou não status científico (...); um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso (neste sentido, o saber da medicina clínica é o conjunto das funções de observação, interrogação, decifração, registro, decisão, que podem ser exercidas pelo sujeito do discurso médico).*” FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber. Op. cit.*, p. 206-7.

<sup>81</sup> FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade. A vontade de saber. Op. cit.*, pp. 27-29.



## Capítulo 2

### Tipologia do corpo que aleita: marcas da natureza e da cultura

*(...) Uma coluna do Jornal do Commercio se enche todos os dias de anúncios de aluguel de amas-de-leite; para quem sabe do que se trata, cada linha representa um drama íntimo, a história do naufrágio de uma aflição santa ou indica uma cruel separação; cada anúncio significa lágrimas, luto e desespero! Apesar disso, o interesse pesa sobre essas coisas e outras, cada uma corresponde de 120 a 150 francos por mês. Tirar o filho de sua mãe! Não é atroz? Não é revoltante? Pois é: fala-se da emancipação diante de algumas pessoas mais ou menos interessadas em manter a ordem de coisas atual e elas responderão se é utópico, visionário, que os operários europeus são muito mais infelizes que os negros etc. etc. (...)*<sup>1</sup>

Durante o Império, uma boa parte da renda dos jornais provinha da publicação de anúncios de bens variados e particularmente dos negócios de compra, venda e aluguel de escravos e de escravas. Além de noticiarem acontecimentos da vida econômica, política e social, os jornais comunicavam serviços de utilidade pública, veiculavam a literatura de jovens escritores<sup>2</sup> e funcionavam também como verdadeiros balcões de negócios da Corte. Anúncios<sup>3</sup> apresentados de forma direta e narrativa eram entremeados a avisos muito variados em diagramação desordenada, em que a escravidão aparecia com força, disseminada que era pela proliferação de imagens que integravam o universo representacional que as presidia: as relações sociais naquela sociedade.

Não por acaso, nas representações sociais que compõem o imaginário social da época, estas “*que definem e orientam as ações dos indivíduos e dos atores sociais de*

---

<sup>1</sup> PRADEZ, Charles. *Nouvelles Études sur le Brésil*. Paris: Ernest Thorin, 1872, pp. 195-202. Apud LEITE, Miriam Moreira (Org.) *A Condição Feminina no Rio de Janeiro – século XIX*. São Paulo: Hucitec/Pró-Memória/Edusp, 1993, p. 38.

<sup>2</sup> Em 1856, José de Alencar era redator-chefe do *Diário do Rio de Janeiro*, onde publicou romances e peças de teatro em capítulos, inclusive *O Guarany*, Machado de Assis, Gonçalves Dias, Joaquim Manuel de Macedo, Aluísio de Azevedo e muitos outros iniciaram a carreira literária na imprensa. CHAGAS, Carlos. *O Brasil Sem Retoque 1808-1964: a história contada por jornais e jornalistas*. Vol. 1. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001, p. 122.

<sup>3</sup> Tais fontes foram utilizadas por Gilberto Freyre em: FREYRE, Gilberto. *Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979.

*uma sociedade*”<sup>4</sup>, a escravidão é a marca que estabelece a primeira grande fissura social e separa pessoas livres e escravas.

O número de jornais aumentou na década de 20 e, a partir de 1827, como sucessor do *Spectador Brasileiro*, o *Jornal do Commercio* tornava-se um mediador dos negócios da capital e da província, além de veículo de opinião e discussão de temas nacionais. Sua distribuição teve um crescimento progressivo entre a sociedade letrada e proprietária e já em 1848 era um dos mais importantes jornais do Rio de Janeiro, entre os vinte e sete que circulavam<sup>5</sup>.

Com o crescimento da capital da Corte, esse jornal diário buscou modernizar-se e com a ampliação da cidade e dos negócios a partir de 1860/70, os anúncios começam a aparecer visualmente cuidados, ordenados alfabeticamente e por tipos – aluga-se, precisa-se, vende-se –, quando os classificados invadem outras páginas. O cuidado com a diagramação, a organização da informação e o uso de recursos visuais – vinhetas, linhas etc – revelam a atenção com relação à propaganda e o aprimoramento daquela tecnologia de comunicação. Assim, o anúncio de 2 de maio de 1867 já aparece publicado na nova formatação:

*(...) Vende-se uma preta, boa mucama, de idade de 24 annos, bem prendada, com muito e bom leite de um mez, juntamente com dous filhos, um de um mez e outro de dous annos; na rua da Alfândega n. 141.(...)*<sup>6</sup>

As amas-de-leite são geralmente escravas que, por sua especialização no âmbito do serviço doméstico, podem ser entrevistadas no conjunto das mucamas. Estas são identificadas com as práticas domésticas e com os cuidados de criação dos filhos de seus locadores ou proprietários. De acordo com Luiz Felipe Alencastro, “*mukama*” é um termo em quimbundo que se refere aos

*(...) escravos domésticos de ambos os sexos, cativos do próprio povo ambundo nas aldeias nativas de Angola. O uso exclusivamente feminino do substantivo na Colônia e no Império demonstra a especialização econômica da mulher cativa no trabalho doméstico e no aleitamento dos filhos dos senhores.(...)*<sup>7</sup>

---

<sup>4</sup> JODELET, Denise. Representações Sociais: um domínio em expansão. *Op. cit.*, p. 21

<sup>5</sup> Segundo Morales de los Rios, eram vinte e sete jornais, sendo dezenove escritos em língua vernácula e um na inglesa. RIOS FILHO, Adolfo M de los. *Op. cit.*, pp. 466-7.

<sup>6</sup> *Jornal do Commercio*, quinta-feira, 2 de maio de 1867.

<sup>7</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. *Op. cit.*, p. 63.

No Rio de Janeiro do período, eram mulheres reconhecidas pelo desempenho dos serviços do lar em geral e, entre as mucamas, as amas pareciam especialmente valorizadas pela função como amas-de-leite. Segundo Kátia Mattoso, as amas-de-leite são mucamas que, por vezes, alimentam seu filho e o do seu amo<sup>16</sup>. Entretanto, é difícil perceber uma regra nesse sentido. Segundo vários autores, muitas das amas-de-leite cativas teriam sido privadas do convívio de seus filhos, ou por morte deles, ou por terem sido encaminhados à Roda dos Expostos, por elas ou seus proprietários. Nessa direção aponta o anúncio de 5 de maio de 1869, segundo o qual uma escrava parda estava para ser alugada como ama-de-leite sem levar a cria...

(...) *Aluga-se para ama de leite, uma escrava parda muito moça, sadia e morigerada, sem a cria, nascida há dous mezes; trata-se no armazém da rua da Alfândega n. 29 A. (...)*<sup>8</sup>

Como observa o viajante suíço Charles Pradez em relação aos anúncios, “para quem sabe do que se trata”, cada linha representaria “um drama íntimo, a história do naufrágio de uma aflição santa ou indica uma cruel separação; cada anúncio significa lágrimas, luto e desespero!”<sup>9</sup>. A condição escrava de mulher destituída de voz e vez era, para ele, o que mais importava, mesmo que não importasse a muitos de seus contemporâneos mais interessados no valor que cada ama representaria ao final do mês como renda auferida por seus proprietários.

Entre as causas indicadas pelo médico carioca Dr. Francisco de Paula Gonçalves para a “*exposição das crianças*” estava a “*cobiça dos senhores, que enjeitavam escravinhos enfermos só para se livrar das despesas do enterro*”<sup>10</sup>. E ainda, aprofundando a questão do alto índice de mortalidade e de abandono de crianças na Corte, ele alertava para outro aspecto da cobiça em relação às cativas, que muitas vezes eram obrigadas ao abandono dos próprios filhos para serem disponibilizadas para o aluguel no mercado de mucamas da Corte.

Nesse sentido, ele registrou que

(...) *além dos enjeitados por vontade de suas mães (...) quantas não são obrigadas a fazê-lo nessa classe desgraçada que*

---

<sup>8</sup> Jornal do Commercio, quinta-feira, 5 de maio de 1869.

<sup>9</sup> PRADEZ, Charles. *Op. cit.*, p. 195-202.

<sup>10</sup> GONÇALVES, F.P. *Que regime será mais conveniente para a criação dos Expostos da Santa Casa da Misericórdia. Op. cit.*, p. 20.; VENÂNCIO, Renato Pinto. *Op. cit.*, p. 75.

*infelizmente existe entre nós, a dos escravos? (...) Os senhores obrigam para delas se servirem como amas.<sup>11</sup>*

O trecho me leva a pensar no abandono “*por vontade*” de mulheres livres, sendo possível cogitar em motivações outras que as levariam ao gesto. Entretanto, o abandono era outro em se tratando de mulheres cativas. Mesmo que a situação de mãe escrava pudesse, em alguns casos, permitir algumas negociações, estas eram negociações operadas sob o signo da extrema desigualdade – entre livres e escravas –, acrescida do fato de que, em geral, aos cativos de ambos os sexos, o regime negava-lhes a posição de sujeito que pudesse pensar e agir por conta própria.

Além disso, é possível estabelecer relação entre o “desapossamento” característico da condição cativa, o estado de gravidez e a exploração do aleitamento no âmbito da escravização de mulheres para pensar, inclusive, que esses proprietários poderiam ser pais daquelas crianças enjeitadas. Como o nascimento fora do matrimônio era moral e socialmente condenável, principalmente mas não exclusivamente no mundo dos livres com posses, era possível que algumas das crianças abandonadas fossem consideradas bastardas e por conta de condições econômicas ou morais, e também, por ordem do senhor e pai, acabassem conduzidas à Santa Casa da Misericórdia e depositadas na Roda dos Expostos<sup>12</sup>.

Tal prática não devia ser incomum, até porque as dissertações apresentadas à Faculdade de Medicina no final da década de 60 advertiam quanto ao costume dos senhores que mandavam as crias das cativas para a Roda, alegando que o fato provocava alterações morais e, por conseguinte, na qualidade do leite das escravas. Em um desses trechos, o autor de uma das teses comenta:

*(...) Há um facto muito conhecido entre nós que certamente influe sobre o moral da ama, e desta sobre o estado da criança, e é o seguinte: há certos senhores que tem o costume de mandar por os filhos de suas escravas na roda para que obtenhão melhor aluguel. Este facto, que parece á primeira vista de pouca importância, influe sobre maneira no moral da escrava, de modo que ella com a lembrança do filho nunca poderá nutrir bem outra criança. Algumas há que, apesar de terem comsigo o seu filho maltratão a criança que tem obrigação de criar, porque foram alugadas ou servem contra a vontade. E não*

---

<sup>11</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>12</sup> Sobre o assunto, ver VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias Abandonadas* (©...) *Op. cit.*; GONÇALVES, Margareth de Almeida. *Expostos à Misericórdia: (...)*; RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e Filantropos: (...)* *Op. cit.*

*obstante toda a vigilância que as mais empregão, ellas não cuidão das crianças como devem.*<sup>13</sup>

A prática do aleitamento pelas escravas certamente suscitava olhares cobiçosos de proprietários de mulheres, principalmente daquelas em idade ou em vias de procriar. Essa noção, entretanto, não somente confirmava a motivação pelo lucro ou informava sobre a usura de proprietários e negociantes, mas colocava a questão da vontade na concepção de um aleitamento que se construía como uma conduta “*sadia*” e “*perfeita*”, portanto, “*higiênica*”. Retomo as formulações do saber médico para observar articulações de seus tentáculos significantes que procuravam disseminar os fundamentos da liberdade para distinguir o aleitamento da escrava, considerado insalubre e nocivo, porque destituído de vontade, do aleitamento materno, lembrando que a vontade precisava ser semeada nos corações de mães.

Nos pilares desse discurso, é visível a dimensão pedagógica da medicina social, ao chamar à responsabilidade a própria mãe para assumir o aleitamento do filho. Nessa direção, justificava-se que fossem banidas as práticas de aleitamento “*mercenário*”, porque o aspecto emocional da separação ou da perda da criança influiria no “*moral da escrava*”. Como decorrência, influenciaria principalmente na qualidade do leite e pretendia-se produzir uma unanimidade em torno da crença de que “*o medo, a cólera, o pezar e todas as perturbações violentas de innervação tem uma influencia muito notável sobre a secreção leitosa e sobre as qualidades do leite*”<sup>14</sup>.

Caso não convencessem com argumentos que exemplificassem o espectro largo de possíveis afecções morais, aqueles textos usavam a tática de acionar uma predisposição latente, ao acirrar o receio que proprietários nutriam em relação aos corpos coagidos e insinuar que as amas escravas teriam todos os motivos revanchistas para destratar, maltratar ou serem negligentes em relação às crianças desprotegidas e lactentes. As teses costumavam utilizar os mesmos casos isolados para difundir o receio e reafirmar a regra discriminatória.

Não pretendo retomar questões que foram tratadas na parte anterior, portanto destaco aqui, particularmente, a produção sistemática de corpos que preenchiam a demanda observada na Corte Imperial de mulheres que nutriam crianças e a prática dessa exploração econômica: uma prática que estava naturalizada no cotidiano carioca, mesmo que reaparecesse sob fortes críticas nos textos da medicina e provocasse

---

<sup>13</sup> ZAMITH, José Ribeiro dos Santos. *Op. cit.*, p. 30-31. Outras teses tratam do mesmo assunto: REIS, Dr. Celso Eugenio dos. *Op. cit.*, p. 32-3; NEVES, Juvenal Martiniano das. *Op. cit.*, p. 37-8.

<sup>14</sup> *Idem, ibidem.*, p. 15.

sucessivamente o espanto de viajantes europeus. Entre estes que estavam imbuídos das idéias rousseunianas de “*família*”, “*maternidade*” e “*amor materno*”, Pradez também estranhava e indignava-se com o fato de que “*uma coluna do Jornal do Commercio se enche todos os dias de anúncios de aluguel de amas-de-leite*”<sup>15</sup>.

Não só ao olhar do suíço, dos europeus que circulavam no Rio de Janeiro o e da medicina, mas também aos olhares contemporâneos, a dimensão da mercadoria, do corpo-coisa para venda ou aluguel, é o primeiro aspecto que se salienta nos anúncios do Jornal do Commercio:

(...) *Aluga-se uma ama, pardinha, de 16 annos, com muito bom leite, na rua Cosme Velho n. 26, Bica da Rainha (Larangeiras).*<sup>16</sup>

*Alugao-se duas amas, uma de 15 annos de idade e outra de 17, tendo ambas leite superior, sendo o da primeira de 4 mezes e o da segunda de 8, sabendo lavar e engommar com toda a perfeição; na rua dos Felizes n. 2 em Santa Thereza, e a chave está na rua da Floresta n. 7K. (...)*<sup>17</sup>

Seria anacronismo pensar os 16 anos da “*ama pardinha*” tendo como referência a idéia contemporânea de infância ou adolescência. Não seria possível à época enxergar a infância como fase diferente da vida, claramente distinta da adolescência, da juventude e da fase adulta, sobretudo em se tratando de pessoas que eram consideradas cativas. Como a “*família*” e a “*maternidade*”, a “*infância*” era um ideal que estava sendo construído<sup>18</sup>, no interior de um projeto racional e disciplinar de sociedade implantado por meio de instituições, discursos e saberes. Foucault me ajuda a entender o mecanismo de produção da “*modernidade*” que é, assim, engendrada através de dispositivos – entre eles a família, a imprensa e a medicina – que buscam medir, diferenciar, comparar e homogeneizar os indivíduos, definindo normalidades e anormalidades<sup>19</sup>.

Com base nessa “*política de coerções*”, como observa o filósofo, a apropriação e a codificação de corpos cativos exprime esse “*controle minucioso das operações do corpo*”, que “*realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação*

<sup>15</sup> PRADEZ, Charles. *Op. cit.*, p. 195-202.

<sup>16</sup> *Jornal do Commercio*, sexta-feira, 12 de abril de 1872.

<sup>17</sup> *Jornal do Commercio*, terça-feira, 9 de abril de 1872.

<sup>18</sup> BADINTER, Elisabeth. *Op. cit.*; ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família. Op. cit., passim.*

<sup>19</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir. Op. cit.*, p. 163

de *docilidade-utilidade*”<sup>20</sup>. As imagens dos corpos de amas-de-leite desenhadas nos anúncios remetem à sujeição que lhes era imposta pelo cativo, pela imprensa e pela domesticidade que, na manipulação calculada de seus elementos, exprimem aquela coerção singular, de que fala Foucault, ao tratá-las em

*(...) uma relação de dominação constante, global, maciça, não analítica, ilimitada e estabelecida sob a forma da vontade singular do patrão [no caso o senhor proprietário], seu “capricho”. (...)*<sup>21</sup>

Com efeito, ao divulgar a idade de 15 e 16 anos da ama-de-leite, o anúncio mostra que, logo que têm idade de procriar, os corpos nutrízes “*com leite superior*” apareciam no jornal para serem alugados ou vendidos entre cabras, cabritas, carneiras, e também, pretos, pretas, moleques, casas, salas, alcovas, pianos, “*machinas de costura*”, chacinhas, terrenos e lotes. Ao contrário dos avisos sobre a fuga de escravas, que sublinhavam os nomes e idades das mulheres, esses anúncios não revelavam seus nomes e nem sempre mencionavam a idade daquelas mulheres que aleitam. A não ser quando a idade sinaliza para o início de um longo período de possibilidades de reprodução e de sua exploração.

Trata-se, portanto, de uma forma específica de enunciado, que não nasce da descrição das marcas singulares de escravas fujonas, ressaltadas pelo proprietário, com a finalidade de recuperar a “*peça*” específica. Esses parecem reunir um espectro de “qualidades” que, embora construídas também por proprietários ou intermediários e locadores interessados, desenhavam uma uniformidade, ou um modelo quase padronizado de ama-de-leite que se queria vender ou alugar.

*(...) **Aluga-se** uma perfeita ama de leite, de optima conducta; na rua do Conde d’Eu n. 147.(...)*<sup>22</sup>

***Aluga-se** uma crioula para ama, com muita abundancia de bom leite de 60 dias, do primeiro parto, carinhosa e limpa: na rua Sete de Setembro n. 227.(...)*<sup>23</sup>

---

<sup>20</sup> *Idem, ibidem*, p. 127.

<sup>21</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>22</sup> *Jornal do Commercio*, sabbado, 3 de agosto de 1867.

<sup>23</sup> *Jornal do Commercio*, terça-feira, 6 de julho de 1872.

Esses enunciados permitem reler as práticas das amas-de-leite do ponto de vista do mercado, daí a importância de se observar o esforço da publicidade construída em torno daqueles corpos. Nessa seção dos classificados, portanto, não interessava divulgar o nome, tampouco cicatrizes ou características singulares, mas outras qualidades gerais, mesmo que específicas – como as referentes ao leite, às outras prendas e ao comportamento da mulher –, que o leitor gostaria de encontrar. A diagramação, as tecnologias e as condições de reprodução da imagem faziam parte de um conjunto que contribuía para aquele aspecto da comunicação como propaganda.

Trata-se de uma “*anatomia política*” e uma “*mecânica do poder*”<sup>24</sup> que emergem e se aprimoram naquele discurso. Ali, os corpos de amas-de-leite aparecem em seus elementos recorrentes, modelados e modelares, diariamente impressos naquelas páginas onde os anúncios proliferam no curso daquele século. Por exemplo, pela quantidade de adjetivos e advérbios presentes no anúncio abaixo, que qualificam o corpo que aleita, não é possível desprezar o empenho na composição da imagem de ama-de-leite ideal:

(...) **Aluga-se** uma boa escrava para ama, tendo muito bom leite, muito sadia e do primeiro parto: esta escrava, além de servir de ama, é também prendada e sabe perfeitamente engommar, lavar, coser, cozinhar e bem arranjar uma casa; para ver e tratar, na rua do Bom Jardim n. 12H.(...)<sup>25</sup>

Em muitos desses anúncios, a palavra “*ama-de-leite*” aparece em destaque, logo no início, às vezes em negrito ou em caixa alta, particularmente naqueles publicados por quem procura uma delas. À medida que o jornal organiza a informação, fica mais fácil localizá-las nas colunas e nos anúncios que ganham ordem alfabética. Amas-de-leite logo aparecem no início das três seções – Aluga-se, Precisa-se, Vende-se.

A capacidade de prestar serviços múltiplos era um requisito traduzido pelo uso do adjetivo “*prendada*”, atributo que foi discursivamente definido à medida que era explicitado em detalhes. Como no anúncio de 29 de julho de 1882 que oferece uma “*boa escrava*”, que “*sabe perfeitamente engommar, lavar, coser, cozinhar*”, além de ter muito bom leite. A questão da característica do corpo e do leite também estava presente naqueles enunciados que revelam o desejo de alugar ou vender uma delas e, também, atestar a qualidade do serviço que seria prestado.

---

<sup>24</sup> FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. (...) *Op. cit.*, p. 127;

<sup>25</sup> *Jornal do Commercio*, segunda-feira, 19 de agosto de 1872.



(...) **AMA DE LEITE** – *Precisa-se de uma preta que tenha bom e abundante leite, que seja limpa e moça, não se duvida pagar bem estando nos casos; para tratar na rua de Theophilo Ottoni, antiga das Violas n. 32<sup>a</sup>, 1<sup>o</sup>. Andar, das 9 horas às 10 e da 1 às 3 horas. (...)*<sup>26</sup>

Este é um dos pontos importantes. Os anúncios precisavam dar notícia das condições de saúde das mulheres que aleitam para que o leitor recebesse os significados que se pretendia veicular. A construção da imagem ideal de ama-de-leite requeria, portanto, que seus corpos fossem enaltecidos em termos dos atributos físicos e biológicos usualmente desejáveis, por exemplo, pelo fato da lactante ser “robusta” ou ter “leite sadio”. Acompanhando o desenvolvimento da ciência médica mediante noções e prescrições que se naturalizavam como elementares, era importante que os anúncios fizessem menção ao “bom”, “sadio” e “abundante” leite.

(...) **Aluga-se uma parda para ama de leite sadia e limpa: rua do Hospício n. 260. (...)**<sup>27</sup>

A medicalização da sociedade carioca também se faz sentir nos anúncios que transparecem as concepções modernas da Higiene. Concepções que fundamentam o saber médico e se disseminam em enunciados que exaltam a limpeza e a saúde da ama-de-leite. Tais signos dão materialidade à modernidade e à ciência médica e também adjetivam as práticas do aleitamento que se oferecem em substituição ao aleitamento materno. Eles aparecem para designar e anunciar ama-de-leite dando a ler que, apesar de “parda” e “alugada”, como “sadia”, “limpa”, ela poderia se candidatar ao posto de substituta da mãe verdadeira. Estes eram, portanto, os sinais da presença médica naquela sociedade em parte preocupada com “as tristes conseqüências produzidas pela má amamentação”<sup>28</sup>, coisa que “somente os médicos poderiam avaliar”<sup>29</sup>.

O aleitamento era um dos focos da atenção de uma disciplina, que para o Dr. Eboli Tomaz, representava

(...) *a parte da sciencia medica que nos dá os preceitos e as regras necessárias tanto á aquisição como á conservação da saúde, e se referem a exercícios, banho, somno, paixões,*

<sup>26</sup> *Jornal do Commercio*, sabbado, 29 de julho de 1882.

<sup>27</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>28</sup> EBOLI, Tomas. *Dissertação sobre A Hygiene. (...)* Op. cit..

<sup>29</sup> *Idem, ibidem.*

*trabalhos intellectuaes, etc; emfim, ensina a evitar as cousas nocivas e a fazer bom uso das cousas uteis.(...)*<sup>30</sup>

Significativamente, consoante a tais preceitos médicos, também nos anúncios observa-se a preocupação de “*evitar as cousas nocivas e fazer bom uso das coisas úteis*”, na medida em que insistem em difundir o asseio, as condições de saúde e o bom comportamento das mulheres lactantes. Esta é uma preocupação que emerge no período. Da leitura dos classificados, já é possível sentir as ressonâncias dos esforços da medicina com relação às “*regras*” de “*conservação da saúde*”, visando à organização e regulamentação das práticas de aleitamento, particularmente com relação às escravas. Eram esforços que foram se concretizando, não sem resistências, inclusive pela exigência dos exames médicos da ama e do leite, cujo aval aparece transcrito em alguns desses anúncios.

Embora o anunciante não soubesse, vivia-se o final da escravidão, quando foi publicado o seguinte anúncio, em setembro de 1887<sup>31</sup>.

*(...) Aluga-se uma escrava, muito sadia, com leite de três mezes, do primeiro parto, abundante e já examinado por médicos; na rua de S. Pedro n. 107, das 9 horas em diante (...).*<sup>32</sup>

Àquela altura, prescrevia-se que as amas-de-leite fossem classificadas e rigorosamente examinadas, só assim estariam autorizadas a proceder a uma amamentação “*sadia*” e “*higiênica*”. Sem desprezar a distância que existe entre o que está prescrito e o que é vivido<sup>33</sup>, o anúncio revela mais um apelo para o leitor, ao ressaltar a qualificação do “*leite de três mezes, do primeiro parto, abundante e já autorizado pelo médico*”.

Os textos que reclamavam a necessidade de se fazer exames e o controle das práticas de amas-de-leite já aparecem na década de 50, mas o assunto parece só ter ganhado repercussão e articulação política na Corte a partir das décadas de 70/80, quando seriam elaboradas Posturas Municipais específicas que resultariam no Projeto

---

<sup>30</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>31</sup> Foram analisados cerca de cinco mil anúncios em exemplares microfilmados do *Jornal do Commercio* referentes ao período entre 1867 e 1887, na Seção de Periódicos da Fundação Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

<sup>32</sup> *Jornal do Commercio*, quinta-feira, 1º. de setembro de 1887.

<sup>33</sup> Segundo Delumeau, subsiste uma margem na qual as resistências populares não deixam de contrariar as intenções de poder. DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente, 1300-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 411. Apud MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. *Um Toque de Gênero: (...) Op. cit.*, p. 136.

de Regulamento Interno para o Instituto Municipal de Amas de Leite (1884-1885). Os indícios dessas mudanças e o rigor daquela orientação médica se expressam nos anúncios que, ao longo do período, apontam para algumas das transformações por que passava a sociedade carioca.

Já na segunda metade no século, portanto, a prática do aleitamento pelas escravas passou a ser criticada pelas elites da Sociedade e da Faculdade de Medicina sob alguns ângulos. Sintonizado com os avanços da medicina na Europa e perseguindo particularmente a experiência francesa, também no Brasil o discurso médico buscava introduzir padrões de sociabilidade condizentes com a “civilização” e a “modernidade”. Abrigando em parte esse discurso, também a administração municipal buscava formas de viabilizar o saneamento urbano e promover a saúde da população, preocupada com o ordenamento da sociedade com base em fundamentos de “*higiene pública*”<sup>34</sup>.

Com efeito, os adjetivos que salientam a limpeza, a excelência da ama e a saúde do leite nos anúncios refletem as questões cruciais que estavam assinaladas nas teses e nos textos da medicina. São textos que transparecem o diálogo e o confronto entre noções correntes nos discursos oitocentistas e remetem aos jogos de suas relações<sup>35</sup> na Corte Imperial. Os enunciados desses discursos encadeiam informações ora reiterativas ora controversas sobre as condições do leite, as características físicas das nutrizes e a condição civil da população carioca. Sob essa ótica, relacionam atributos físicos e morais de amas-de-leite escravas, configurando em contraponto as imagens da “*ama-de-leite*” e da “*maternidade*”, dentro das condições de possibilidade da sociedade escravista.

As imagens de amas e mães são forjadas com cores e noções ambíguas e controversas, reveladoras da tensão existente entre os costumes arraigados e coloniais e os discursos higienizadores da modernidade oitocentista. Essa correlação de forças fica evidente também quando se superpõem em uníssono certos sentidos que emanam da medicina, do poder público e da imprensa, visando à disciplinarização das práticas de aleitamento e à normalização da conduta higiênica. Na aliança verificada entre os enunciados da medicina e do mercado de mulheres nutrizes, observo a configuração de um sistema de representação que se utiliza de elementos que não estão isolados.

Na dinâmica das representações sociais, como infere Jodelet, elas

---

<sup>34</sup> O conceito de higiene pública já aparece nas publicações médicas do período, inclusive na Gazeta Médica da Bahia, que reserva uma seção específica para tratar do assunto.

<sup>35</sup> Refiro-me à reflexão de Foucault, ao tratar da articulação e da singularidade dos enunciados como “*acontecimentos discursivos*”. Estes, que estão sempre abertos à repartição, à transformação, à reativação, ligados a situações que os provocam e conseqüências por eles ocasionadas, mas também a enunciados que os precedem e os seguem, remetendo-se aos mesmos ou a outros domínios em jogos de relações. FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber. Op. cit.*, pp. 32-3.

*(...) expressam aqueles (indivíduos ou grupos) que as forjam e dão uma definição específica ao objeto por elas representado. Estas definições partilhadas pelos membros de um mesmo grupo constroem uma visão consensual da realidade para esse grupo. Esta visão, que pode entrar em conflito com a de outros grupos, é um guia para as ações e trocas cotidianas. (...)*<sup>36</sup>

Por outro lado, embora funcionassem como “*guia para ações e trocas cotidianas*”, na forma reiterativa de certos adjetivos que qualificam os corpos para o aleitamento, os anúncios também sinalizam para uma face daquela prática que não desponta de forma tão evidente. Nem por isso deixa que se possa pensá-la, sem que se tenha em mente as pré-condições para a existência desses corpos. Quer dizer, a adjetivação excessiva quanto à qualidade do leite e à saúde dos corpos me remete à sexualidade como condição de possibilidade da gravidez e da reprodução dessas mulheres e ao dispositivo que se tornou o eixo motor da vida social. Remete-me ainda à violência que certamente presidiu a concepção, considerando-se a condição desigual da mulher que engravidou sem possibilidade de escolha diante do apossamento de seu corpo pelo proprietário ou mesmo por outro homem livre.

Ao mesmo tempo elemento oculto e o principal produtor de sentidos<sup>37</sup>, o dispositivo da sexualidade, também no caso das mulheres escravizadas, não deixa de funcionar. Nesse sentido, a referência às “*qualidades*” do leite e dos corpos das nutrizas são efeitos e instrumentos do pleno funcionamento daquele dispositivo, que se expressa em parâmetros que estabelecem o certo e o errado, controlando seu exercício e normalizando as condutas.

*(...) **Aluga-se** uma excelente ama, de 20 annos de idade, preta, sadia, com muito leite, de casa de família, acostumada a tratar crianças, sendo já a segunda criação que faz, afiançando-se sua conducta por ser cria de casa; na rua da Costa n. 73, sobrado, esquina da rua da Princeza. (...)*<sup>38</sup>

---

<sup>36</sup> JODELET, D. *Op. cit.*, p. 21.

<sup>37</sup> Sobre o sexo como significante único e como significado universal, ver: FOUCAULT, M. *História da Sexualidade. A vontade de saber. Op. cit.*, pp. 145-6.

<sup>38</sup> *Jornal do Commercio*, sexta-feira, 3 de agosto de 1877.

## 2.1 Idade, reprodução e sexualidade

Para os demógrafos, as mulheres em sociedades de alta fecundidade, inclusive as africanas, procriam no período entre os 15 e os 50 anos. Entretanto Michel Bozon questiona tal definição, recorrendo às reflexões de Paola Talbet, antropóloga que criticou o uso da noção de “*fecundidade natural*” e propôs a expressão “*reprodução forçada*”,

*(...) com a finalidade de ressaltar que as mulheres eram socializadas em relações sociais de sexo que, na verdade, eram relações de produção (de crianças) a serviço dos homens, visando reduzir ao mínimo os períodos não-reprodutivos. (...)*<sup>39</sup>

A estigmatização da mulher estéril não se verifica somente nas sociedades africanas e, segundo Bozon, a violência simbólica da obrigação de reproduzir para mulheres de sociedades muito fecundas corresponde ao fato de não poderem deixar de querer muitos filhos<sup>40</sup>. No caso das mulheres africanas escravizadas e desenraizadas de suas comunidades de origem, elas estavam imersas em relações específicas da escravidão, também a serviço dos homens e do mercado de corpos, portanto a idéia de “*reprodução forçada*” ganha contornos ainda mais expressivos e evidentes.

Seus corpos eram percebidos como objeto de uma violência que não é só simbólica. São objetos comprados, apropriados por quem deles detêm a propriedade. Além de definidos em suas características biológicas, têm valor de mercadoria, de objeto de que se serve. Foram objetos incorporados e re-significados no interior da cultura patriarcal, androcêntrica e escravocrata desde a Colônia como objetos de uso múltiplo e serviram como objetos de que se pode abusar. Além dos serviços no eito e nos lares, as mulheres escravizadas, africanas ou descendentes, submetidas às formas de domínio do cativo, costumaram servir aos proprietários e seus filhos homens que, muitas vezes, de acordo com Bozon,

*(...) eram socialmente levados a ter uma vida sexual múltipla, na medida em que já tinham a ‘posse’ das mulheres e sua atividade sexual lhes permitia aumentar a mão-de-obra. Pela mesma razão, eles tampouco desencorajavam a atividade sexual de seus escravos machos. (...)*<sup>41</sup>

---

<sup>39</sup> BOZON, Michel. *Sociologia da Sexualidade*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 29.

<sup>40</sup> *Idem, ibidem*, p. 30.

<sup>41</sup> *Idem, ibidem*, p. 105.

Entretanto, no jogo do mercado, nem a reprodução nem a longevidade de “*peças escravas*” representava o principal interesse naquele sistema montado sob a lógica da relação entre custo/benefício, ou seja, entre as despesas com o suprimento de corpos, ventres e braços via mercado externo e interno de escravos<sup>42</sup>, e o lucro advindo da comercialização do produto conseguido com a sobre-exploração do trabalho compulsório. De acordo com o parecer de Cristiano Ottoni sobre a emancipação dos escravos em 1871, em palestras entre fazendeiros do Paraíba do Sul, ouvia-se o seguinte cálculo:

(...) compra-se um negro por 300\$000; colhe no ano cem arrobas de café, que produzem líquido pelo menos o seu custo; daí em diante tudo é lucro. Não vale a pena aturar as crias, que só depois de dezesseis anos darão igual serviço. (...)<sup>43</sup>

Isso é o que também se depreende dos estudos sobre a população cativa e das relações estatísticas analisadas por Mary Karasch. Ela observa, por exemplo, que os escravos morriam a uma taxa mais alta que a população livre. Depois da abolição do tráfico em 1850<sup>44</sup>, a taxa de mortalidade de escravos caiu significativamente, talvez pela primeira vez na história da cidade. E isso confirma as idéias difundidas no sentido de que, a partir daquela data, proprietários passaram a dedicar certos cuidados às suas propriedades, em vista da dificuldade de se obter novos braços no mercado.

Considerando-se que entre 50% e 80% dos escravos nascidos no Brasil que morriam tinham menos de dezenove anos de idade, entende-se porque os proprietários argumentavam em favor da continuidade do tráfico para substituir a força de trabalho. Entende-se, também, o motivo pelo qual os senhores faziam pouco para estimular a reprodução e o cuidado com as crianças escravas, já que, além da criação dispendiosa, conforme a fala dos fazendeiros da região fluminense, a maioria morreria antes que pudesse trabalhar, portanto, o investimento não asseguraria rentabilidade.

Com base nesses números, que indicam e sugerem muitos aspectos de uma experiência cotidiana dramática, Karasch observa que “*era mais barato para um senhor comprar um menino africano de doze anos do que alimentar e cuidar de uma escrava e*

---

<sup>42</sup> Sobre o tráfico atlântico, a reprodução física dos escravos e a lógica empresarial do escravismo, ver: FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997 e FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. *A Paz das Senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*. Rio de Janeiro, c.1790–c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

<sup>43</sup> OTTONI, Cristiano. Desprezo pelas crias. In: CARNEIRO, Edison. *Antologia do Negro Brasileiro*. Rio de Janeiro: Agir, 2005, p. 227.

<sup>44</sup> Em 1831, ano da abdicação de D.Pedro I e da criação da Guarda Nacional, é aprovada a primeira lei de extinção do tráfico, que declarava livres os escravos que viessem de fora do Império. Só em 1850, porém, foi promulgada a Lei Euzébio de Queirós, extinguindo o tráfico negreiro para o Brasil.

*seus filhos até que um deles atingisse a mesma idade*”<sup>45</sup>. Ela atenta que, também em razão da alta taxa de mortalidade infantil e da parturiente, os dispêndios relativos a doenças e cuidados com mulheres e crianças não estariam previstos na lógica daquela economia fundada na escravidão.

Sobre as mulheres escravizadas em idade fértil e em condições de aleitar, seres sobreviventes daquela guerra cotidiana, a autora pondera:

*(...) as fontes sugerem que a mortalidade das escravas era maior durante os anos vulneráveis à procriação. Tendo em vista que 81% das escravas da amostra da Santa Casa foram sepultadas com menos de trinta anos, as mortes prematuras de tantas mulheres limitavam o número de filhos por mulher e prejudicavam a reprodução da população escrava. (...)*<sup>46</sup>

Tentando resumir, esse estudo aborda de maneira acurada alguns dos meandros da alta taxa de mortalidade das crianças e também das escravas parturientes e busca investigar por que os senhores não investiram na reprodução natural como forma de proliferação da mão-de-obra escrava. Apura, ainda, o porquê da preferência do mercado carioca por meninos africanos e encontra naqueles dados sobre a morte algumas das possíveis respostas.

O desequilíbrio entre os sexos, a instabilidade da vida familiar, a insalubridade, a alta mortalidade dos escravos<sup>47</sup>, maior ainda de mulheres na idade de procriação e de seus filhos, entre os múltiplos silêncios da historiografia, aparecem como peças de uma lógica que a demografia escravocrata produziu. Por fim, a historiadora conclui, além da alta taxa de mortalidade de mulheres e crianças, essa lógica produziu uma mortalidade excepcional de jovens de ambos os sexos, “*não compatível com as características demográficas de populações estáveis*”<sup>48</sup>.

Em contraponto a essas constatações, é possível pensar no valor atribuído às amas-de-leite no interior da produção sistemática da morte de jovens e mulheres que, cativas, estariam geralmente submetidas a condições precárias de saúde, higiene e, sobretudo, à fadiga do trabalho compulsório. Não é possível pensar em grandes distâncias em relação ao tratamento que se dava às mulheres escravas nas cidades e no campo. Cristiano Ottoni observava na área rural fluminense que até mesmo

---

<sup>45</sup> KARASCH, Mary C. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro. 1808-1850. Op. cit.*, p. 166-167.

<sup>46</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>47</sup> Sobre a balança negativa de crescimento da população escrava, Viotti refere-se aos estudos quantitativos realizados por Peter Eisenberg, Warren Dean, Robert Slenes e Carvalho de Mello. COSTA, Emília Viotti da. *Op. cit.*, p. 50.

<sup>48</sup> KARASCH, Mary C. *Op. cit.*, p. 166-167.

*(...) as negras pejadas e as que amamentavam não eram dispensadas da enxada: duras fadigas impediram em umas o regular desenvolvimento do feto, em outras minguavam a secreção do leite, em quase todas geravam o desmazelo pelo tratamento dos filhos e, daí, as doenças e morte às pobres crianças. Quantos cresciam? Não há estatísticas que o digam, mas, se dos expostos da Corte só vingavam 9 a 10% como então provou no Senado o sr. Visconde de Abaeté, dos nascidos da escravidão não escapavam certamente mais de 5%.(...)<sup>49</sup>*

No mundo da exploração abusiva de corpos cativos, das “*negras pejadas e as que amamentavam*”, as práticas da “*reprodução forçada*” e o uso sexual dos corpos de mulheres escravizadas estavam legitimados pelo direito de propriedade de seus donos. Práticas, essas, que vincaram as relações sociais e sexuais da sociedade oitocentista sendo, portanto, naturalizadas nas vivências cotidianas das famílias proprietárias de escravos e também naquelas que não possuíam escravos, por estarem orientadas pelo imaginário do patriarcado escravista.

Como assinalou Bozon acerca da ordem tradicional da procriação em sociedades muito fecundas, a objetivação simbólica das mulheres na cultura do patriarcado reside em formas rituais singulares de reprodução e sexualidade e permite aos homens tomar posse da descendência trazida por elas. No caso das mulheres escravizadas na Corte e na província do Rio de Janeiro, o corpo das mulheres era percebido e tratado como um objeto e um receptáculo, de que os homens tomam posse através do ato sexual<sup>50</sup>.

Na especificidade da sociedade carioca escravocrata, eu acrescentaria, as formas de reprodução e da sexualidade que foram silenciadas ou consideradas desregradas, porque exercitadas no interior da dominação senhorial e patriarcal e fora das regras do matrimônio, contribuem para a construção de imagens singulares configuradoras de uma diferença que responde pela desigualdade de sexo-gênero ali praticada. Com efeito, as imagens de mulheres escravizadas, que são modeladas também na imprensa, estão marcadas pelo desapossamento, pela condição social inferiorizada de sexo-gênero e de raça-etnia e exprimem a própria possibilidade do uso/abuso daqueles corpos de mulheres subjugados às formas da exploração compulsória.

Quer dizer, as imagens das mulheres pretas e pardas, entre algumas poucas brancas, são produzidas também nos anúncios do oitocentos de modo a veicular sentidos que as localizam como objeto de uso múltiplo, em suas múltiplas “*prendas*”,

<sup>49</sup> OTTONI, Cristiano. Desprezo pelas crias. (...) *Op. cit.*, p. 227.

<sup>50</sup> BOZON, M. *Op. cit.*, p. 30.



entre elas a disponibilidade para a procriação, para o trabalho e para a satisfação sexual masculina, desatrelada, portanto, da idéia de procriação como o objetivo maior da apropriação daqueles corpos cativos.

Apesar da idade delas só aparecer esporadicamente indicando a juventude de corpos procriadores nos anúncios, a idade do leite é significativa para qualificar o leite dos corpos que aleitam. Não obstante insistisse no fato de que o melhor leite para a criança era o da mãe biológica, a medicina recomendava, todavia, para o caso de se precisar de uma ama-de-leite, que se procurasse uma nutriz cujo leite fosse da idade da criança ou, pelo menos, próxima à da criança que seria nutrida, assim seria equivalente ao da mãe e teria os nutrientes necessários à idade da criança. É visível, na excepcionalidade aberta, a conciliação processada entre a tese tão cara ao saber médico da amamentação pela mãe biológica e os interesses e demandas de uma sociedade que, servida pelo trabalho escravo, não abria mão da prática costumeira do aleitamento pelas amas-de-leite cativas.

Daí ser freqüente a menção à idade do leite, para que o leitor estimasse a adequação da lactante em relação ao lactente, como se observa no anúncio abaixo:

*(...) Aluga-se uma excelente ama, com abundancia de leite de 20 dias, de perfeita saúde, muito limpa e carinhosa para crianças, de conducta afiançada, na rua do Livramento n. 141.(...)*<sup>51</sup>

## **2.2 A receita prescrita: raça, etnia, conduta e afeto**

Outro aspecto se sobressai naquele alfabeto publicitário referente aos corpos que aleitam outros corpos na Corte oitocentista e merece uma análise mais atenta. Trata-se das marcas de raça-etnia, porquanto no elenco da classificação biológica dos corpos reprodutores e nutrizas, além das características que os demarcam como tais, há também aquelas que os identificam segundo a cor da pele. A permanência de tal traço e do sentido a ele conferido revela-se na reiteração discursiva dos anúncios que circularam nas décadas de 60, 70 e 80 do século XIX.

---

<sup>51</sup> Jornal do Commercio, sexta-feira, 3 de agosto de 1877.

(...) *Aluga-se uma preta para ama de leite; na rua do Príncipe dos Cajueiros n. 35D.*<sup>52</sup>

*Aluga-se uma parda com muito leite de um mez, é sadia; na rua do Hospício n. 260.*<sup>53</sup>

*Aluga-se uma ama de cor branca, com leite de quinze dias; na rua Bambina n. 2 Botafogo (...)*<sup>54</sup>

Como os traços demarcadores do sexo-gênero, que sinalizam para a violência da exploração da sexualidade feminina e para a procriação forçada, também essas marcas de raça-etnia sublinhadas nos corpos que aparecem na maioria dos anúncios não revelam categorias neutras, somáticas ou hereditárias. Constituem construtos sociais significativos do uso político dessa diferença para estabelecer a desigualdade e a hierarquização de raça/etnia naquela sociedade. São construtos veiculados não apenas nos anúncios, textos que remetem a outros textos, atravessados que estão de historicidade. A questão me instiga a fazer uma breve digressão.

Retomada da Grécia Antiga, a noção de etnia emerge no século no século XIX mesclada a outras noções pulsantes no pensamento ocidental como, as de “*povo*”, “*raça*”, “*nação*”, e sua trajetória semântica mantém com elas aproximações e afastamentos. É preciso, aqui, observar novamente a composição dos trilhos binários que estruturam as categorias do pensamento e a leitura do mundo social (e de sua multiplicidade), para analisar algumas imagens forjadas em representações complementares carregadas de noções valorativas, quais sejam: natureza/cultura, primitivo/civilizado, atraso/progresso, feminino/masculino, raça/etnia, etnia/nação, feminino/masculino, entre tantas outras.

A reinvenção do vocábulo “*etnia*” no mundo moderno serviu ao zoólogo francês Vacher de Lapouge para reafirmar a relevância da categoria “*raça*” como fator fundamental da história, entendida como a história das nações. Nessa ótica, “*etnia*” foi definida como “*conjunto dos indivíduos que possuem em comum um determinado tipo hereditário*”<sup>55</sup>. Segundo Poutignat e Streif-Fenart, serviu também para prevenir o “*erro*”

(...) *que consiste em confundir a raça – que ele identifica pela associação de características morfológicas (altura, índice*

<sup>52</sup> *Jornal do Commercio*, quarta-feira, 10 de julho de 1867.

<sup>53</sup> *Jornal do Commercio*, sexta-feira, 3 de agosto de 1877.

<sup>54</sup> *Jornal do Commercio*, sexta-feira, 28 de julho de 1882.

<sup>55</sup> VACHER DE LAPOUGE, G. *Les Selections Sociales*. Paris: Thorin et Fils, 1896. Apud POUTIGNAT Philippe, STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. Trad. Elcio Fernandes. 2ª. reimpressão. São Paulo: Unesp, 1998, pp. 33-4.

*cefálico etc.) e qualidades psicológicas - com um modo de agrupamento formado a partir de laços intelectuais, como a cultura ou a língua. Tais grupo sociais - que ele define simultaneamente como “naturais e factícios” - não podem, segundo ele, confundir-se com a raça, e até mesmo lhe são “mais ou menos opostos”, dado que se trata de agrupamentos que resultam da reunião de elementos de raças distintas que se encontram submissos, sob o efeito de acontecimentos históricos, a instituições, a uma organização política, a costumes ou ideais comuns.(...)”<sup>56</sup>*

“*Etnia*” reaparecia ali, portanto, em oposição à noção de “*raça*” e também de “*nação*”, para dar conta da idéia de vínculo de solidariedade que é exercida por meio de laços intelectuais e culturais de um grupo particular, simultaneamente diferente daquela produzida pela organização política (“*nação*”) e pela semelhança antropológica (“*raça*”). Outra matriz importante pode ser apreendida em Renan, este que foi reconhecido como um dos mestres do pensamento do século XIX e, segundo Todorov, formulou tanto idéias originais, por exemplo, a oposição entre as “*raças*” ariana e semita, como propagou sedimentações de uma ideologia racalista comum e anônima que contribui para a presente reflexão.

Para ele, além dos negros da África, os nativos da Austrália e os índios da América constituíam uma raça inferior. Ele via como uma inferioridade cultural, não de traços físicos comuns. Renan acreditava que a Terra era anteriormente coberta por essas três raças, que foram gradativamente eliminadas por outras raças. Assim, ele foi um dos que cunhou a idéia de uma “*eterna infância dessas raças não aperfeiçoáveis*”, de “*povos destinados à imobilidade*”<sup>57</sup>. Pensava, ainda que era próprio das raças inferiores não apenas serem primitivas ou não civilizadas, mas também não serem civilizáveis, já que sofriam de uma “*incapacidade absoluta de organização e progresso*”<sup>58</sup>.

É possível observar o chão ou o céu imaginário embebido em noções referenciais que nutrem algumas das imagens oitocentistas, não como uma substância homogênea, mas em sua natureza contingente, instável, movediça, ao mesmo tempo sólida e fecunda. Em correntes contrárias ao humanismo iluminista do século XVIII, com Rousseau preocupado em fundamentar o ideal humanista como traço distintivo da espécie humana, destacando a capacidade desta se aperfeiçoar, os estudiosos

<sup>56</sup> POUTIGNAT, P., STREIFF-FENART, J.. *Op. cit.*, pp. 33-4.

<sup>57</sup> RENAN, E. *L’Avenir de la science*, pp. 859-861. Apud. TODOROV, Tzvetan. Nós e os Outros. A reflexão francesa sobre a diversidade humana. Trad. Sérgio Góes de Paula. V. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, pp. 121-8.

<sup>58</sup> RENAN, E. *Histoire générale*, t.VIII, 1855, pp. 576-81. Apud TODOROV, T. *Op. cit.*, pp. 121-8.

racialistas<sup>59</sup> se ocupavam em classificar os grupos humanos como “*destinados*” a uma hierarquia escalonada em raças “*inferiores*”, “*médias*” e “*superiores*”, tendo como base a idéia de “*processo natural*” e de “*legitimação da história*”<sup>60</sup>.

Também para Le Bon, que repete muitas das idéias de Renan, as raças não seriam aperfeiçoáveis, portanto “*não há exemplo na história antiga ou moderna de um povoamento negro ter se elevado a um certo nível de civilização, mas apenas rudimentos*”<sup>61</sup>. Já em outro patamar da civilização, também fundamentada na “*causalidade da história*”, para ele, as raças ariana e semita “*possuem em comum, e exclusivamente, a soberana característica da beleza*” e “*nos aparecem em todos os lugares com um certo grau de cultura*” (...), “*é de se supor, portanto, que as raças civilizadas não atravessaram o estado selvagem e carregaram em si mesmas, desde o começo, o germe dos progressos futuros*”<sup>62</sup>.

Renan defendia em sua extensa obra que “*o processo de civilização é reconhecido em suas leis gerais e a desigualdade das raças inferiores é constatada*”, quer dizer, como resultado da obra da “*natureza*”, a leitura do mundo social, sob a ótica da hierarquia das raças para ele seria incontestável. A dicotomia natureza/cultura parece estruturar essas concepções caras que atravessam o pensamento moderno. A “*civilização*” e a “*cultura*” eram características pressupostas, “*explicáveis*” e irrefutáveis dos povos indo-europeus, estes que representavam as raças superiores, daí serem considerados os responsáveis pelas “*grandes invenções nas artes, nas ciências e na indústria*”, enquanto nas raças primitivas e inferiores, constatava-se “*sempre uma maior ou menor incapacidade de raciocinar*”<sup>63</sup>.

A confusão entre as esferas semânticas e as conotações políticas dos termos “*raça*”, “*etnia*” e “*nação*” não parecem fáceis de se dissipar. Seria importante adentrar outros autores para aprofundar uma questão complexa que perpassa dois séculos sob a mira de diferentes olhares, preconceitos e rediscussões. Para abreviar o caminho dessa digressão, não seria possível tomar a “*raça*” como fator explicativo do social, como pretendeu fazer Vacher de Lapouge e muitos outros. Tampouco acreditar no caráter apolítico das teorias dos racialistas, especialmente de Renan, que entendia o elemento étnico como objetivo e fatalista, em oposição à subjetividade e à vontade como

---

<sup>59</sup> Sobre Buffon, G.-L.L. de (1707-1788), Renan, E. (1823-1892) e Le Bon, G. (1841-1931), ver TODOROV, Tzvetan. *Op. cit.*, pp. 121-8.

<sup>60</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>61</sup> LE BON, G. *Les lois psychologiques de l'évolution des peuples (1894), 1902.* Apud TODOROV, T. *Op. cit.*, pp. 121-8.

<sup>62</sup> RENAN, E. *Histoire générale*, t.VIII, 1855, p. 586. Apud TODOROV, T. *Op. cit.*, pp. 121-8.

<sup>63</sup> BUFFON, G.-L.L. de, *Oeuvres Completes.* Pourrat Frères, 22 vol. 1833-1834. Apud TODOROV, T. *Op. cit.*, pp. 121-128.

instrumentos e efeitos da representação coletiva, fatores decisivos para a formação das nações<sup>64</sup>.

Ao contrário, retomar essa discussão permite acompanhar a construção histórica de algumas matrizes discursivas relevantes, não na dimensão do interesse de certos autores, mas para se pensar as condições de produção dos discursos no cotidiano da capital da Corte e a decorrente produção e conquista de alguns territórios de verdade. Condições, essas, que serviram não somente para a conformação do pensamento francês, mas foram centrais na configuração da historiografia européia e do ocidente, que tanto absorveu contribuições de outras tradições quanto as influenciou.

A abordagem de algumas dessas matrizes permite, portanto, tanger a historicidade dessas categorias para poder operar com uma acepção contemporânea, tal como formulada por Poutignat e Streiff-Fenart. Para eles o termo “*raça*” ou “*qualificativo racial*”

*(...) não mais denota a hereditariedade biossomática, mas a percepção das diferenças físicas, no fato de terem uma incidência sobre os estatutos dos grupos e dos indivíduos e as relações sociais. (...)*<sup>65</sup>

A crítica à noção de “*raça*” feita pela sociologia anglo-saxônica e o deslocamento do foco para as “*relações sociais*”, todavia, provocaria uma distinção na leitura de grupos raciais e étnicos baseada em diferenças estabelecidas no fenótipo (que dariam sentido à etnia) e não de diferenças socioculturais (que qualificam a *raça*). Porém, ao fazer da “*raça*” uma construção inteiramente cultural, as ciências sociais acabariam por

*(...) abordar a variação fenotípica como elemento “simplesmente natural”, neutro e não estruturado em si próprio, e cuja utilização permite distinguir as classificações raciais de outras classificações (étnicas), desprezando o fato de que as variações fenotípicas são, elas próprias, socialmente construídas. (...)*<sup>66</sup>

---

<sup>64</sup> Weber contribui, nesse aspecto, ao entender que a “*etnia, como a nação, fica do lado da crença do sentimento e da representação coletiva, contrariamente à raça, que fica do lado do parentesco biológico efetivo*”. Sobre o assunto, ver: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. *Op. cit.*, p. 41.

<sup>65</sup> POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. *Op. cit.* p. 41-2.

<sup>66</sup> *Idem, ibidem*, p. 41-2.

Acompanho, portanto, a reflexão de Poutignat e Streiff-Fenart, que sugerem pensar como Wade<sup>67</sup>. Para ele, sejam quais forem as variações fenotípicas, estas não se tornariam racializadas fora de relações sociais e históricas, isto é, as diferenças de cor, cabelo, ossatura etc., não foram escolhidas simplesmente ou naturalmente. A eleição de certas diferenças físicas e a significação a elas atribuídas não estão vinculadas a questões gerais, universais ou neutras. Portanto, é preciso pensar

*(...) a construção social e histórica da própria idéia de que existem diferenças físicas significativas e daquilo que é tipicamente pensado como variação fenotípica. Disto resulta que o domínio das pesquisas sobre as relações sociais é inseparável da história de um discurso especificamente ocidental e de suas transformações. (...)*<sup>68</sup>

Daí a necessidade de se recompor um quadro, mesmo que sucinto dessa historicidade. Para concluir provisoriamente essa digressão teórica e fundamentar a emergência de categorias que compõe o alfabeto simbólico (onde as imagens das amas de leite podem ser situadas), o termo “*etnia*” nas ciências sociais francesas acabou assumindo o mesmo lugar semântico criticado do termo “*raça*” por sua conotação biológica. Ao reincorporar o pensamento biologizante, a noção de “*etnia*” assume um caráter determinista e principalmente político, carregado de valores que impregnam expressões adjetivadas como “*questões ou problemas étnicos*”, por isso a categoria tem sido evitada na França contemporânea<sup>69</sup>.

Sob críticas diversas de pesquisadores africanistas e especialistas de outras áreas culturais, que perceberam a inadequação do conceito de “*etnia*” em relação aos grupos específicos, todavia o termo e as “*classificações étnicas*” permanecem relevantes no pensamento e na metodologia antropológica. Bazin engrossa essa crítica ao reconhecer a categoria como um “*sujeito fictício*” que legitima os fundamentos de um histórico saber-poder:

*(...) creia-se ou não em sua realidade substancial, a etnia é esse sujeito fictício que a etnologia contribui para fazer ser, perpetuando-o como entidade de referência em seu espaço erudito, graças a seus procedimentos indutivos e atributivos pelos quais um conteúdo de saber, por mais disparatado que*

---

<sup>67</sup> WADE, P. “Race”, *nature and culture*. Man, v.28, n.1, p.1734, Mar. 1993. Apud POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. *Op. cit.* p. 41-2.

<sup>68</sup> POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. *Op. cit.* p. 41-2.

<sup>69</sup> *Idem, ibidem*, p. 43.

*seja, se encontra reunido e subsumido num único nome, no compartimento de um fichário. (...)*<sup>70</sup>

Na Corte oitocentista, também as idéias estavam em movimento. De acordo com a visão do naturalista estrangeiro Von Martius, a situação racial no Brasil Imperial era análoga à de um “rio purificador”, que contribuía para o “*desenvolvimento sucessivo do Brasil*”, local onde

*(...) se acham estabelecidas as condições para o aperfeiçoamento das três raças humanas que nesse país são colocadas uma ao lado da outra, de uma maneira desconhecida na história antiga e que devem servir mutuamente de meio e fim. (...)*<sup>71</sup>

Por outro viés, prevalecia a idéia elaborada pelo naturalista Agassiz da “*deterioração decorrente da amálgama de raças*” observada neste “*laboratório racial*”<sup>72</sup>, que para ele representava um país onde a mistura de raças era mais interessante observar do que a própria natureza. Entre as duas noções contrárias que invocavam a “*purificação*” e a “*deterioração*” e sob sentidos despejados em diferentes momentos, atravessadas por diferentes matrizes de inteligibilidade, as imagens das amas-de-leite foram construídas com essa substância ambivalente, tecida tanto com as malhas dos discursos românticos que anteviam o futuro promissor, quanto de interpretações “*realistas*” ou “*cientificistas*” que vislubravam os “*perigos da miscigenação*” e, geralmente, a impossibilidade da cidadania<sup>73</sup>.

Branças, pretas e pardas não seriam, portanto, meras cores colhidas da paleta do universo natural ou pictórico, mas sugeriam diferenças e lugares sociais bem delimitados num universo singular de sentidos culturais e históricos. Volto a ler os anúncios para pensar o que significava o aluguel de mulheres produzidas em corpos femininos “*pretos*” e “*pardos*” que foram escravizados para o aleitamento de crianças das famílias proprietárias na sociedade escravista carioca do ponto de vista da imprensa publicitária e das elites intelectuais e proprietárias.

---

<sup>70</sup> BAZIN, J. A Chacun son Bambara. In: AMSELLE J.L., M'BOKOLO (Org.) *Au Coeur de l'Ethnie. Ethnies, tribalisme et État en Afrique*. Paris: La Découverte, 1985, p.94. Apud POUTIGNAT P., STREIFF-FENART, J. *Teorias da Etnicidade. Op. cit.*, p. 57.

<sup>71</sup> MARTIUS, C.F.P. Von. Como escrever a história do Brasil. In: *Revista do IHGB*, Tomo 6, s/d, p. 381

<sup>72</sup> AGASSIZ, Louis e AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil (1865-66)*. Trad. de Edgard Süssekind de Mendonça. Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série 5, Brasileira. V 95. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

<sup>73</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Racismo no Brasil. Op. cit.*, pp.22-6.

(...) **PRECISA-SE** de uma preta para ama de leite, sabendo fazer o serviço de uma casa, menos lavar e engommar, para tratar, na rua de S. Jose n. 126.<sup>74</sup>

**ALUGA-SE** uma ama de cor branca, com leite de quinze dias; na rua Bambina n. 2. Botafogo(...).<sup>75</sup>

A cor preta poderia ser entendida como associada à força, à robustez atribuída à raça africana, como vimos em Renan e Le Bon, exemplo principal das “*raças inferiores*”, justamente por isso histórica e discursivamente “*autorizadas*” para que fossem escravizadas. As imagens de mulheres negras estavam, portanto, equiparadas às das espécies animais, porque incivilizáveis ou capazes apenas de rudimentos de civilização. Com base naquelas noções européias, a cor branca, por oposição, era representativa da “*raça superior*” e deveria dar a ler a própria “*civilização no sangue*”, porque jamais conheceu o estado de “*selvageria*”<sup>76</sup>.

Logo, no campo das significações, os corpos de amas pretas ou pardas estariam próximos ao lugar ocupado por cabras e carneiras também por lembrarem o aspecto animal característico de espécies cuja força física é destacada em detrimento do que se definia como ausente naqueles, o desempenho intelectual ou espiritual. Nessa lógica, as amas-de-leite pretas teriam um valor significativo equivalente à cor de suas peles mais ou menos escuras. Com relação a esse aspecto, também, não é possível desprezar as idéias da medicina em suas discussões elementares e referenciais.

Em 1874, no capítulo de sua tese em que trata das “*Noções Especiaes sobre o Leite da Mulher*”, o Dr. Celso E. dos Reis esclarecia sua posição quanto à discussão corrente sobre as influências das características de raça e para a prática da amamentação e a qualidade do leite. Para ele

(...) *pouca influencia exerce a côr dos cabellos sobre a composição do leite, uma vez que a mulher tenha boa constituição e bom temperamento. Todavia, Vernois e Becquerel dão preferência ao leite das mulheres de cabellos pretos e, assim procedendo, se contradizem quando preferem as mulheres de constituição fraca, que geralmente são louras e lymphaticas.*  
(...)<sup>77</sup>

<sup>74</sup> *Jornal do Commercio*, quinta-feira, 14 de maio de 1868.

<sup>75</sup> *Jornal do Commercio*, sabbado, 9 de maio de 1868.

<sup>76</sup> TODOROV, T. *Op. cit.*, pp. 121-8.

<sup>77</sup> REIS, Dr. Celso Eugenio dos. *Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral (...)*. *Op. cit.*, p. 13.



As mulheres louras eram consideradas linfáticas, a quem falta vida, vigor e energia, daí ser possível pensar em uma certa preferência pelas mulheres negras para o aleitamento de crianças, fundada inclusive no costume das práticas cotidianas, no cativo e na experiência histórica de produção discursiva de corpos africanos e europeus. Sobre o mesmo assunto, em 1880, outro médico reflete sobre essa matriz, ao recomendar que

*(...)Sendo apresentadas três moças, ao medico, para amas de leite, uma de cor morena, outra branca e a terceira loura, elle escolherá de preferência a morena, depois a branca e finalmente a loura se as condições higienicas das duas primeiras forem desfavoráveis. (...)*<sup>78</sup>

Conforme se evidencia, a recomendação do especialista em Higiene reafirma a prioridade do critério higienizador sem desprezar, porém, o de raça/etnia. Daí sua orientação no sentido de que preferencialmente deveria-se escolher a morena, depois a branca. E a loura, somente se as condições de saúde e limpeza das primeiras fossem “desfavoráveis”. As distinções negativas que relacionam as qualidades dos corpos às possibilidades humanas, espirituais e morais estavam já bem marcadas por um regime de verdade vincado pela produção discursiva e cotidiana da hierarquização de sexo-gênero, raça-etnia, afora a de condição social e de classe.

*(...) ALUGA-SE uma ama de côr, de 2 meses, com muito bom leite, carinhosa para as crianças, de conducta afiançada: quem precisar dirija-se á rua da Gamboa n. 13, Saúde.*<sup>79</sup>

*ALUGA-SE para ama de leite, uma preta de 17 dias de parto, com uma filha, muito carinhosa, garantindo-se a sua boa conducta, na rua da Candelária n. 27.*<sup>80</sup>

*ALUGA-SE uma parda escura, para ama de leite, muito carinhosa, de bom comportamento, com leite de seis dias, em casa da parteira Meirelles, travessa das partilhas n. 10, sobrado.(...)*<sup>81</sup>

<sup>78</sup> EBOLI, Thomaz. *Op. cit.*, p. 6-7.

<sup>79</sup> *Jornal do Commercio*, terça-feira, 2 de abril de 1872.

<sup>80</sup> *Jornal do Commercio*, sexta-feira, 5 de abril de 1872.

<sup>81</sup> *Jornal do Commercio*, sabbado, 23 de novembro de 1872.

Além do corpo-coisa, portanto, desponta da leitura dos anúncios aos olhos do leitor as dimensões do corpo-animal e do corpo-conduta. Não que fosse uma regra, mas geralmente as mulheres que eram alugadas ou vendidas para nutrir estavam imediatamente qualificadas pela cor e pela conduta. Significativamente, era comum que os corpos, principalmente pretos, pardos e de escravas, recebessem também uma outra qualificação ou “*atestado*” de “*bom comportamento*”. Esses termos deveriam operar naqueles enunciados como garantia da oferta de corpos “*higiênicos*”, significando um conjunto de atributos físicos e morais que eram requeridos, quais sejam: corpos limpos, saudáveis, com leite abundante e de qualidade, corpos nutrízes úteis e dóceis para a satisfação dos fregueses. Por isso, os anunciantes acrescentavam aos enunciados que “*afiança-se a conduta*”, que as anunciadas eram “*de conduta afiançada*” e “*de bom comportamento*”.

O enunciado que atesta ou qualifica o corpo quanto ao comportamento, remete às “*peças*” oferecidas para o serviço doméstico em geral. Era uma referência às mucamas, ou seja, às cativas que servem e transitam no interior dos lares. Assim, uma pequena locução adjetiva colocada no meio do anúncio deveria funcionar como uma espécie de garantia ao leitor/locador quanto à qualidade dos serviços anunciados. No entanto, a reiteração da “*boa conduta*”, naquele campo ambivalente dos sentidos, na insistência em buscar desfazer qualquer receio do leitor com relação à conduta daquelas mulheres, instiga a imaginação com relação às possibilidades de resistência e às prováveis manifestações de indocilidade e insubmissão daqueles corpos, inclusive de amas-de-leite, nos lares locadores e proprietários.

O enunciado pode também servir pelo avesso naquela sociedade escravocrata, servindo para alertar locadores para o aspecto da segurança com relação aos desserviços que as “*peças*” oferecidas sem tal garantia poderiam prestar; ou apenas para assinalar o potencial para a insubordinação que poderia estar concentrado, recalcado e comprimido em corpos que eram diária, compulsória e violentamente coagidos. Essa ressalva era tão recorrente que se torna impossível deixar de imaginar sua inversão: quais seriam as condutas indesejáveis, inafiançáveis, desviantes dessas mulheres escravizadas, que talvez fossem tão pouco incomuns quanto os sinais da garantia insinuada?

(...) **PRECISA-SE** para alugar, para casa de tratamento, uma ama de leite nas seguintes condições: sadia, leite de um ou dous

*mezes, escrava, de cor preta e de bom comportamento; para tratar, na rua Direita n. 68, armazém. (...)*<sup>82</sup>

Ao mencionar a necessidade de uma delas para “*casa de família*”, também referida como “*casa de tratamento*”, o anúncio denota a pretensão do senhorio em obter uma ama que fosse “*de bom comportamento*”, que pelo significado social conferido à época dizia respeito a uma serviçal “*honest*”, que conhecesse os “*bons modos*”, o “*recato*” e as maneiras adequadas ao convívio entre os entes familiares das elites que buscavam padrões da sociabilidade considerada civilizada. Do ponto de vista do interessado, e também do negociante e do locador/comprador, era importante salientar as qualidades que tornavam visíveis e desejadas as mulheres-mercadorias anunciadas, como se pode ver na maioria dos enunciados.

*(...) Vende-se uma bonita, reforçada e sadia crioula, com muito e bom leite de um mez, optima para ama, por ser sadia, carinhosa e prendada; na rua do Lavradio n. 6.*<sup>83</sup>

*Aluga-se uma pardinha para ama, do primeiro parto, com leite de dous mezes; na rua da Assembléa n. 40, loja de louça.*<sup>84</sup>

*Aluga-se, para ama de leite, uma escrava parda muito moça, sadia e morigerada, sem a cria, nascida há dous mezes; trata-se no armazém da rua da Alfândega n. 29A. (...)*<sup>85</sup>

*Vende-se uma crioulla de 18 annos de idade, sem o menor defeito, muito ellegante e propria para ama de leite por ter um filho recém-nascido: lava, engomma e cozinha perfeitamente, rua da Alfândega n. 251, sobrado.*<sup>86</sup>

*Aluga-se uma preta com muito bom leite, para ama, sendo moça e bonita, muito sadia, sem vícios e muito carinhosa para crianças; na rua Aprazível n. 12. Santa Theresa. (...)*<sup>87</sup>

“*Pretos*”, “*negros*”, “*retintos*”, “*escravos*” e até mesmo “*brancos*” e “*livres*”, eram corpos de mulheres. Por isso, corpos qualificados por meio de advérbios e adjetivos excessivos nos enunciados que serviam para seduzir compradores e locatários, mas também para produzi-los como corpos que aleitam, nessa política de produção identitária que instituiu marcas, traços e significados normativos às “*peças*” escravas.

<sup>82</sup> *Jornal do Commercio*, segunda-feira, 25 de novembro de 1872.

<sup>83</sup> *Jornal do Commercio*, quinta-feira, 2 de maio de 1867.

<sup>84</sup> *Jornal do Commercio*, sabbado, 3 de agosto de 1867.

<sup>85</sup> *Jornal do Commercio*, terça-feira, 22 de junho de 1869.

<sup>86</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>87</sup> *Jornal do Commercio*, quinta-feira, 22 de agosto de 1872.

Além dos adjetivos que salientam o aspecto docilizado e utilitário dos corpos - “boa”, “excellente”, “sem o menos defeito”, “perfeita”-, as imagens são atravessadas por qualificações que revelavam a preocupação de locatários e locadores com a experiência sexual das “peças”, se tinham vida promíscua, sua história sexual, questão disseminada e dissimulada sob a rubrica da “boa conducta”, e da “moral viciada”. Aqueles adjetivos serviam para replicar noções que se difundiam relacionadas ao fato de que as escravas também eram consideradas “estúpidas, indolentes, grosseiras e o seu moral extremamente viciado, o seu organismo é, de ordinário, a sede de grande copia de moléstias, bem como a syphilis (...)”<sup>88</sup> A “corrupção da família” aparece, portanto, relacionada com a existência da escravidão, ou seja, ela é “intrínseca à natureza e condição escrava”<sup>89</sup> e estava agravada com o processo de modernização e laicização da sociedade.

Afinal, entre outros discursos que eram veiculados na Corte, ao contrário de “perfeitas” ou “excelentes”, elas eram consideradas

(...) negras africanas estúpidas, cheias de vícios, sem carinhos, etc., o que faz com que as crianças facilmente adquiram esses vícios, tornam-se impertinentes, etc., etc...(...)<sup>90</sup>

A referência à qualidade atrelada ao comportamento das amas me remete à idéia de Foucault de que não se proíbe aquilo que não se pratica, ou de que não se adverte sobre aquilo que não ocorre. Nesse sentido, o trecho me leva a pensar que a reiteração da ressalva deva corresponder – e também responder – à frequência de certos comportamentos considerados indesejáveis por proprietários/locadores, mas principalmente por médicos e moralistas. Em outras palavras, a reiteração discursiva nos incita a imaginar que práticas deveriam ocorrer tanto quanto suscitavam um maior teor de suspeita e exigiam uma explicitação enfática sobre a confiabilidade daquelas mulheres.

O médico francês Louis Couty afirmava ser “o furto (...) um meio natural de posse”, para a maior parte dos negros do Brasil. Sinalizando para a condição “primitiva” e “incivilizada” da população escrava, portanto, perigosa e nociva à ordem “proprietária” e “burguesa”. De acordo com suas impressões,

---

<sup>88</sup> VIANNA, Dr. Murilo Mendes. *Do aleitamento natural, artificial e mixto (...)*. Op. cit., p. 40.

<sup>89</sup> *A Mãe de Família*. 1º. Anno. N.9, Maio de 1879, Palestra do Médico IX, pp. 66-7.

<sup>90</sup> *Idem, ibidem*.

*(...) o roubo é também uma das mazelas do serviço doméstico escravo. Muitas vezes não se tem outro remédio senão tolerá-lo, de tal sorte que, as mais vezes, uma dona-de-casa não tenta fiscalizar o seu cozinheiro negro. (...)*<sup>91</sup>

Couty refere-se à tolerância de senhores proprietários ou locadores para com a prática de pequenos furtos e constrói uma explicação “*natural*” para tais episódios. Já Sandra Lauderdale Graham, ao analisar as relações do trabalho doméstico no Rio de Janeiro no período, de outro ângulo observa que era acirrada a fiscalização dos senhores, principalmente das senhoras que, com muitos receios, mediam cada passo e cada gesto das mucamas domésticas. Estas, por sua vez, também poderiam reagir aos olhares vigilantes de diversas formas mais ou menos sorradeiras, de acordo com a reflexão da socióloga:

*(...) tendo seu trabalho sempre supervisionado e seu comportamento sempre observado, uma criada de quarto ou uma ama-de-leite raramente escapava da presença vigilante de seus patrões. Ela sabia ser alerta, cuidadosa de evitar reprimenda ou punição aflitiva. (...)*<sup>92</sup>

Não seria difícil inferir que as famílias usuárias e principalmente as “mulheres que não cumprem tanto quanto deviam os sagrados deveres de mães”, essa “missão sublime” e “única”<sup>93</sup> que lhes foi confiada, desejavam alugar ou comprar uma ama-de-leite que fosse submissa e reservada e pudesse ser considerada “*excellente*”, “*perfeita*”, “*honest*”, “*humilde*” e “*carinhosa*”. Desejavam encontrar uma ama-de-leite que fosse diferente, por exemplo, de Guilhermina, ama-de-leite do poeta Augusto dos Anjos, que embora “*carinhosa*”, furtava moedas. Ou de tantas outras mulheres que reagiram ao modelo de muitas formas mais ou menos imagináveis, inclusive pela fuga na capital da Corte e não deixaram sinais, embora levassem sinais impingidos em seus corpos pelo castigo aplicado para punir faltas cometidas.

Significativamente, os anúncios investem no “*bom comportamento*”, referência que tinha força para mobilizar os interessados nos serviços, com peso para definir a escolha da ama. Assim, as qualidades reiteradas nos anúncios de que “*não saía à rua*” deviam funcionar como uma presumida garantia de que seria possível evitar que a ama

<sup>91</sup> COUTY, Louis. *A Escravidão no Brasil*. Trad. Maria Helena Rouanet. Rio de Janeiro: MinC/FCRB, 1988, p.92-3.

<sup>92</sup> GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e Obediência: criadas e patrões no Rio de Janeiro 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.111.

<sup>93</sup> *A Mãe de Família*. 1º. Anno. n. 1, Janeiro de 1879, p. 2. Editorial.

cultivasse hábitos, amizades “*perigosas*” e até mesmo ganhar o mundo. É o que se imagina a partir da leitura do anúncio, a seguir:

(...) *Aluga-se uma excelente ama de leite do primeiro parto; mucama muito humilde e carinhosa, não sai só à rua; na praia de S. Christóvão n. 33.(...)*<sup>94</sup>

Ao insistirem na tecla do “*bom comportamento*”, os anúncios revelam a dimensão do conflito e indicam um espaço de tensão, onde se apreende um dos atributos tão reiterados quanto relevantes para as famílias usuárias daqueles serviços. Afora a dimensão do corpo-reprodutor, do corpo-coisa e do corpo-animal, no elenco de requisitos demandados para o desempenho daquela função, estava o corpo-conduta, ou seja, corpos produzidos por um modelo normativo de “*conducta bôa*”, onde se poderia ler a ausência de “*vícios*”, de “*grande cópia de moléstias*”, quase sempre associadas às doenças sexuais, como a sífilis, ou um corpo que fosse “*afiançável*” e, ainda, com capacidade de exercitar o “*carinho*”.

O comportamento buscado nessa política de normalização de conduta das amas-de-leite era o que incluía a possibilidade de se desenvolver sua dimensão humana, paradoxalmente negada àqueles corpos reprodutores e nutrizes. A reafirmação da dimensão afetiva daqueles corpos nutrizes sinaliza para a classificação identitária da sociedade em seus dispositivos delimitadores da regra e do desvio; para a identificação da conduta considerada boa e, por outro lado, de comportamentos indesejáveis e considerados incorretos; ela invade a perspectiva de negociantes preocupados em divulgarem o aluguel ou venda de corpos úteis, dóceis e submissos e as possibilidades materializadas de promoverem resistências anônimas, silenciadas e imponderáveis.

É essa dimensão do humano que penetra a imagem sub-humana daqueles corpos-coisas-cabras, insinuando mulheres lactantes marcadas pelo cativo e pelo estado de procriação, pela cor da pele, pelo regime de anulação de nome, de origem, de vontade, de laços afetivos e de parentesco. Sem nomes, sem raízes, sem direitos, sem filhos ou pais, sem vontades, sem corpos, sem pertença, sem destinos, após todos esses desapossamentos, requeria-se apenas que possuíssem “*muito bom leite*” e fossem “*carinhosas para crianças*”.

(...) *AMA DE LEITE - Aluga-se uma preta muito sadia e carinhosa para crianças com muito bom leite de 15 dias: na rua do Mercado n. 9.*<sup>95</sup>

---

<sup>94</sup> *Jornal do Commercio*, segunda-feira, 25 de novembro de 1872.

*Aluga-se uma perfeita ama, o melhor que se póde desejar; garante-se a bondade e a abundancia do leite e o bom comportamento; no Campo da Aclamação n. 75, sobrado. (...)*<sup>96</sup>

Esses são enunciados que aparecem diariamente nas páginas dos jornais da Corte e suscitam perguntas e desafios à imaginação: como essas mulheres reagiam aos mandos e desmandos? Como conseguiram viver, inclusive em seus afetos, marcadas em seus corpos e coagidas em destinos pela contingência do cativo e da reprodução? Que formas elas encontraram para reagir às experiências de confinamento e de subjetivação? Que táticas foram possíveis para que conseguissem transpor os limites estreitos de dominação e coação diariamente reconstruídos pela sociedade escravocrata e patriarcal?

### **2.3 Mulheres, cabras, éguas, jumentas...**

Não é possível tratar dos anúncios de amas-de-leite sem que eles me remetam ao diálogo/confronto que se estabelece entre esses enunciados e os discursos contemporâneos da medicina. Eles me ocorrem, por exemplo, para pensar outras formas de aleitamento e nutrição de crianças, esta que geralmente são apresentadas aos leitores em anúncios que estão próximos aos das amas-de-leite. Tal como observei na primeira parte, ao reler alguns estudos daquela área da ciência, o aleitamento materno era uma tônica nas dissertações que, também no intuito de prescrevê-lo, descreviam e analisavam comparativamente outras formas de aleitamento de crianças recém-nascidas. Era uma produção que estava sintonizada com as pesquisas de colegas franceses sobre as formas vigentes e possíveis do aleitamento artificial e misto.

Uma dessas comparações se desenhava, por exemplo, entre o aleitamento materno, aquele realizado por uma “boa ama” e o animal. Procurando criar uma ordem e definir uma hierarquia, um daqueles médicos explica que

*(...) o aleitamento artificial será sempre inferior ao aleitamento materno e ao aleitamento feito por uma boa ama. (...) Para podermos mostrar os máos resultados que há no emprego do aleitamento artificial, julgamos a propósito dar aqui a analyse comparativa do leite daquelles animaes que fornecem quase*

---

<sup>95</sup> *Jornal do Commercio*, quinta-feira, 21 de novembro de 1872.

<sup>96</sup> *Jornal do Commercio*, quinta-feira, 12 de julho de 1877.

*sempre o leite de que se usa para este fim e igualmente a composição do leite da mulher.(...)<sup>97</sup>*

	<i>Vacca</i>	<i>Cabra</i>	<i>Ovelha</i>	<i>Jumenta</i>	<i>Egua</i>	<i>Mulher</i>
<i>Manteiga</i>	3,20	4,40	750	150	055	3,80
<i>Caseima</i>	3,00	3,50	400	0,60	078	0,34
<i>Albumina</i>	1,20	1,35	170	135	140	1,30
<i>Lactose</i>	4,20	3,10	430	6,40	550	7,00
<i>Saes</i>	0,70	0,35	050	0,39	040	0,18
<i>Água</i>	87,60	87,30	81,60	89,63	91,37	87,38

ZAMITH, José Ribeiro dos Santos. These apresentada à FMRJ no dia 15 de setembro de 1869. Rio de Janeiro: Typ. do Apostolo. Rua Nova do Ouvidor 16-18. 1869, p.17.

Esse médico e também outros de seus companheiros de cátedra apresentavam tabelas como este que transcrevi, demonstrando índices de cada elemento que integra a composição do leite para, com base na proximidade desses números, classificar as espécies nutrizas de acordo com suas possibilidades de nutrição quimicamente mensuradas: a vaca, a cabra, a ovelha, a jumenta, a égua e a mulher. Com base na leitura dos instrumentos e na avaliação dos nutrientes, isto é, acompanhando os avanços da tecnologia e aquela metodologia científica, após um esquadramento do produto e das fontes produtivas, ele estabelece uma comparação convincente para concluir que

*(...) o leite que mais se aproxima do leite de mulher é o da jumenta, mas não é o que ordinariamente se emprega para este fim, por causa da dificuldade que há em obtê-lo; o que em geral se usa é o da vacca ou da cabra. (...)<sup>98</sup>*

Os exames indicavam uma maior semelhança entre a mulher e a jumenta em relação às qualidades do leite. O Dr Carlos Costa, redator principal da Revista “*A Mãe de Família*” confirmava as constatações das teses e explicava que embora o leite da jumenta fosse o que “*mais se aproxima na composição química, é porém muito difícil de obter e muito caro*”<sup>99</sup>. Portanto, para suprir a lactação de mães que por necessidade ou negligência não aleitavam, o leite de cabra e ovelha era mais fácil obter. Fácil pelo acesso ao animal e também pela docilidade desses animais de pequeno porte, que tornavam mais fácil a tarefa de retirar o leite para dar às crianças.

A analogia poderia sugerir também que as jumentas, como as mulheres, talvez fossem menos dóceis ou mais teimosas e obstinadas, daí também costumassem recusar a oferecer o leite. A semelhança nos níveis de albumina, sais e principalmente de lactose

<sup>97</sup> ZAMITH, José Ribeiro dos Santos. These apresentada à FMRJ. *Op. cit.*, p. 17

<sup>98</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>99</sup> *A Mãe de Família*. 1º. Anno. N.12, Junho de 1879, Palestra XII, p. 91.



que se verificava entre mulher e jumenta talvez sugerisse uma comparação em outros sentidos, como animais irascíveis e casmurros, fossem mães ou jumentas, fêmeas do burro, asna. É o que se depreende do saber que procura estabelecer leis que pudessem equiparar relações quantitativas e comprováveis entre aspectos físicos e traços que identificam temperamentos ou aspectos morais que, aliás, presumia-se que seriam inseminados nos lactentes pelo leite.

Segundo a dissertação do Dr. Zamith, que em alguns momentos reproduz literalmente outros estudos sobre o assunto do período, é pelo aleitamento materno que a criança recebe um leite apropriado às suas faculdades digestivas. Quer dizer, o ideal seria que a “*mãe, compenetrada de sua alta missão*” aleitasse “*por seus próprios seios a seu filho sem pensar em entregal-lo a mão estranhas*”. Assim ela garantiria “*esta admirável harmonia que reina entre a composição íntima do leite materno e as necessidades gradual e insensivelmente crescentes*”, mantendo ao mesmo tempo “*em um estado de saúde perfeito os dous entes que ficam por este modo ligados um ao outro pelos laços sagrados da natureza*”<sup>100</sup>.

Porém, ele acrescenta, as exigências “*cada vez mais imperiosas da sociedade, seja porque as mulheres soffrão em sua saúde, seja por dificuldades de outra ordem, têm feito admittir outros modos de aleitamento*”, como o “*animal*” ou “*mixto*”. Segundo o médico,

(...) o leite que quase sempre se emprega é o de vacca ou de cabra, porque é o que se obtem com mais facilidade, porem como já vimos este leite é bastante nutritivo para criança tomal-lo puro logo nos primeiros tempos, então deve-se diluir com um pouco d’agua de gomma, que deve formar os dous terços do leite no primeiro mez, a metade no segundo, o quarto nos dous mezes seguintes; mais tarde, poder-se-ha dar puro.(...)<sup>101</sup>

Para ele, desde que se cuidasse de diluir em água de goma, o melhor e mais prático seria usar o leite de cabra. Já o Doutor Murillo Mendes Vianna<sup>102</sup>, no caso da mãe não poder aleitar, achava conveniente que se fizesse uso da cabra ou da ovelha, animais especialmente adequados não somente em razão das qualidades do leite, mas por sua fisiologia adequada e o “*temperamento*” dócil. Ele acreditava que, embora o sistema do aleitamento animal fosse pouco empregado, não conviria que fosse menosprezado.

---

<sup>100</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>101</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>102</sup> VIANNA, Dr. Murillo Mendes. *Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral (...)* Op. cit.

Sobre as cabras e ovelhas, o Doutor Vianna alegava que

*(...) além dos bicos de suas tetas, pela sua conformação, se prestarem melhor do que o de qualquer outra espécie de animal, a ser perfeitamente bem abarcados pela bocca da criança, vem a affecção de que é susceptível, a doçura e dom natural d'esses animaes, e a facilidade com que se prestam á esse officio, vindo elles mesmo appresentar ao menino suas tetas entumecidas e férteis de leite; procurando instinctivamente dar a melhor posição para isso.(...)*<sup>103</sup>

Contudo, ele lembra que seria conveniente “*escolher uma que não tivesse pontas, que fosse ainda nova, parida de pouco, não primípara, já domesticada, e que fosse de côr branca e de pellos longos*”. Não só as mulheres, mas também as cabras deveriam ser eleitas conforme a cor, “*porque a côr da cabra parece influir na natureza do leite: as brancas não tem o cheiro hyrcino tão pronunciado*”<sup>104</sup>.

A interpretação que relaciona a cor do animal com o cheiro e o temperamento, bem como a analogia entre a mulher e a fêmea, enfatiza o aspecto biológico e animal que informa a abordagem científica sobre a prática do aleitamento. Eram correntes as especulações a respeito da índole, da moral e do temperamento em relação às características físicas de mulheres e de fêmeas, atributos que se requeria para o desempenho da função fisiológica. Ao defender que a cor do animal influía “*d’uma maneira bem manifesta sobre a natureza do seu leite*”, o Doutor Juvenal Martiniano das Neves valorizava o saber dos “*práticos*” e acrescenta que, além da cor do animal ter relação com o cheiro, a qualidade e o sabor do leite, é preciso prová-lo, posto que a qualidade do leite também depende da “*idiosincrasia*”<sup>105</sup> *do animal que o fornece*”<sup>106</sup>.

Assim, esse médico reconhecia que “*há animaes que dão senão um leite de má qualidade e de sabor desagradável*”. Considerar o saber dos práticos era também importante para ele, porquanto eram eles também que “*atribuem ao leite uma influencia notável sobre a constituição, e o character das crianças*”<sup>107</sup>. Na produção daqueles corpos que nutrem, o aleitamento era entendido como um meio positivo ou negativo de canalização de valores e sentimentos, ou seja, definia-se que as características físicas

---

<sup>103</sup> *Idem, ibidem*, p. 32.

<sup>104</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>105</sup> “*Idiosyncrasias*” eram observadas também nas mulheres que julgadas pelo leite e qualidades físicas e moraes consideradas favoráveis apresentavam-se inadequadas para o aleitamento e vice-versa. Ver: REIS, Dr. Celso dos. *Op. cit.*.

<sup>106</sup> NEVES, Juvenal Martiniano das. *Do aleitamento natural, artificial e mixto e particularmente do mercenário (...)* *Op. cit.*, pp. 25-6.

<sup>107</sup> *Idem, ibidem*.

relacionavam-se com os atributos morais e com a conduta das nutrizes, de modo a estabelecer estreita correspondência entre nutriz e nutriente. Continuando nessa direção, o leite era o nutriente fundamental para a conformação física e moral do futuro adulto, portanto, o entendimento era de que o leite ingerido pela criança estaria impregnado da substância virtuosa ou viciosa que seria através do leite carregada na relação da lactante com o lactente.

Daí a crença popularmente disseminada e reiterada no estudo do médico de que

*(...) as crianças alimentadas com o leite de vacca são lentas, preguiçosas, tristonhas etc. o que não se dá com aquelas, que são alimentadas com o leite de cabra, que são alegres, travessas, e dotadas de uma vivacidade extraordinária (...).*<sup>108</sup>

Observa-se no trecho a incorporação da idéia pelo saber científico e uma matriz de inteligibilidade corrente, pela qual entendia-se que o leite era veículo de humores, valores e traços de temperamento. Por isso, a “preguiça e a tristeza” seriam incorporadas pela criança que bebesse leite da vaca e a “alegria e a travessura” pela que fosse nutrida com o leite de cabra. Donde se pode concluir que, ao reunir essas idéias, a sociedade letrada reforçava exemplarmente o modelo de família, embasado na figura rousseauiana de “mãe verdadeira”, responsável pela nutrição e pela educação do filho. Na contra-face dessa figura, pairava exemplarmente a da ama-de-leite, também como uma advertência com relação ao fato de que os “vícios” e a “estupidez” das “negras africanas” ou descendentes destas seriam absorvidos pelas crianças que bebessem seu leite.

Esses aspectos significantes e significativos das práticas do aleitamento tal como se davam na capital da Corte em meados do século XIX atravessam os discursos da imprensa, da literatura, da medicina, encerrando e distribuindo sentidos que procuro reler em suas espessas materialidades para desnaturalizá-los. Nos termos utilizados para a propaganda de corpos que aleitam, observo o trânsito de imagens que foram construídas para animar o movimento de oferta e procura de mulheres cativas, por meio dos sinais que contornam os corpos de amas-de-leite, quer dizer, corpos que eram idealizados, desejados e oferecidos em centenas de ruas da cidade. O jornal é mais um suporte fértil onde se localiza a demarcação daqueles corpos em seus contornos biológicos, imprimindo-lhes valores, orientando comportamentos adequados às mulheres nutrizes, normalizando sua conduta, independente da condição de livre ou cativa.

---

<sup>108</sup> *Idem, ibidem.*

Significativamente, os anúncios também sinalizavam para alternativas de aleitamento que não o oferecido pelas escravas. Anúncios de cabras e do leite animal eram publicados intercalados aos das amas-de-leite. O leite artificial, por ser importado e a oferta rara, sugere a dificuldade de se obtê-lo à época. Eram sinais de práticas que estavam se propagando, algumas se diluindo (o aleitamento animal), outras se introduzindo (o aleitamento artificial) no cotidiano do Rio de Janeiro na segunda metade do oitocentos.

(...) **CABRA** - *Vende-se uma, com leite de 5 dias, na rua da Alfândega n. 203, afiançando-se a qualidade.*<sup>109</sup>

**Vende-se** uma boa cabra de leite: *afiança-se duas garrafas por dia; na rua Sete de Setembro n. 100.*<sup>110</sup>

**Vende-se** uma boa cabritta que dá muito bom leite, com uma cira de três semanas, muito maça (sic) e acostumada em casa; *para ver e tratar, na rua de Bragança n. 9.*<sup>111</sup>

**Vende-se** uma carneira com leite e um filho; *na rua do Senhor dos Passos n. 153.*<sup>112</sup>

**LEITE CONDENSADO SEM ASSUCAR** dos Alpes Suissos, *á venda no deposito geral, rua da Alfândega n. 44.*<sup>113</sup>

**Farinha Láctea da Nestlé.** *Exigir latas SOLDADAS e rótulos PORTUGUEZES. Vende-se unicamente á rua do Ouvidor n. 93. Casa da Viúva Filipone. (...)*<sup>114</sup>

Embora o grande número de anúncios sobre aleitamento se referisse às amas-de-leite, ao serviço prestado pelos corpos nutrizes de mulheres geralmente escravizadas, negras e pardas, além das “cabras”, “cabrittas” e “carneiras” que também se costumavam oferecer, já apareciam fontes alternativas do produto, tais como o leite condensado e a farinha láctea. Nos anúncios, aparecem mulheres brancas e/ou livres esporadicamente. Após a década de 70, entretanto, são cada vez mais frequentes anúncios que oferecem serviços de mulheres livres, brancas e estrangeiras também na prestação daqueles serviços. Em que pesem as recomendações médicas, havia quem preferisse a ama-de-leite de cor branca, principalmente nas duas últimas décadas do período monárquico.

<sup>109</sup> *Jornal do Commercio*, quinta-feira, 4 de janeiro de 1872.

<sup>110</sup> *Jornal do Commercio*, quinta-feira, 4 de janeiro de 1872.

<sup>111</sup> *Jornal do Commercio*, quarta-feira, 10 de abril de 1872.

<sup>112</sup> *Jornal do Commercio*, sexta-feira, 12 de abril de 1872.

<sup>113</sup> *Jornal do Commercio*, quarta-feira, 5 de julho de 1882.

<sup>114</sup> *Jornal do Commercio*, quarta-feira, 11 de julho de 1872.

(...) **PRECISA-SE** de uma ama de leite, prefere-se branca, que seja leite de três mezes ao menos, bom e bastante, e que seja sadia e carinhosa; para tratar, na rua Gonçalves Dias n. 83.(...)<sup>115</sup>

A preferência por mulheres brancas não é expressiva, embora, à medida que avança o século, observa-se lentamente a emergência dessas figuras outras, cujas marcas de origem são salientadas como identidade e apelo, insinuando a concorrência tanto estrangeira quanto do mercado de trabalho livre, bem como a tendência ao “*embranquecimento*” também daqueles serviços.

(...) **Aluga-se** uma moça alemã para ama de leite, sendo muito carinhosa para crianças; na rua do Senador Euzébio n. 24.<sup>116</sup>

**Aluga-se** uma boa ama de leite, portuguesa moça e chegada há pouco; dirija-se á rua do Conde d’Eu n. 235.<sup>117</sup>

**Aluga-se** uma ama de leite, sadia, de nacionalidade italiana, casada, de muito bons costumes, muito paciente, para casa de tratamento; na rua Fernandes Guimarães n;18, parallella á rua da Passagem, em Botafogo.<sup>118</sup>

**Aluga-se** uma boa ama de leite de cor preta, livre, para casa de tratamento; na rua do Hospício n. 173.<sup>119</sup>

Hebe Mattos ressalta que durante os primeiros anos da monarquia e por todo o período regencial, foi proposto o silenciamento sobre a cor, que permanecia como marca de discriminação herdada do Império português. Na primeira metade do século XIX, as lutas anti-escravistas tinham como limites o combate ao tráfico negreiro e o respeito ao direito de propriedade, e as discussões políticas se voltavam para a conquista de igualdade de direitos entre os cidadãos brasileiros livres, para além da diferença de cores<sup>120</sup>. A manutenção da escravidão e a restrição legal do gozo pleno de direitos civis e políticos aos libertos, entretanto, mantiveram a questão da “*discriminação racial*”

<sup>115</sup> *Jornal do Commercio*, quarta-feira, 6 de maio de 1868.

<sup>116</sup> *Jornal do Commercio*, sabbado, 4 de agosto de 1877.

<sup>117</sup> *Jornal do Commercio*, sabbado, 16 de julho de 1887.

<sup>118</sup> *Jornal do Commercio*, terça-feira, 30 de agosto de 1887.

<sup>119</sup> *Jornal do Commercio*, quarta-feira, 21 de agosto de 1872.

<sup>120</sup> Da abordagem de Hebe Mattos, depreende-se que as lutas contra a escravidão e contra a discriminação racial na sociedade brasileira estiveram muito próximas, mesmo que não se possa confundi-las, ao longo do século XIX. MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico*. Op. cit., pp. 16-21.

como uma questão presente na vida das populações por todo o período imperial. Como observa Hebe Mattos,

*(...) apesar da igualdade de direitos civis entre os cidadãos brasileiros, reconhecida na Constituição, os brasileiros não brancos continuavam a ter até mesmo o seu direito de ir e vir dramaticamente dependente do reconhecimento de sua condição de liberdade(...).*<sup>121</sup>

A partir de meados do século, iniciava-se uma política de incentivo à imigração européia, que acompanhou o processo que culminaria com a abolição da escravidão e exprimia uma intenção mais ou menos evidente de “*tornar o país mais claro*”<sup>122</sup>. Não se pode deixar de observar que o “*embranquecimento*” da população foi também uma proposta política, embasada em teorias raciais, fundadas em modelos evolucionistas e no darwinismo social, que, segundo Lilia Schwarcz, serviram para explicar a desigualdade como inferioridade, mas também apostaram numa miscigenação positiva, contanto que cada vez mais branca<sup>123</sup>.

Esse “*embranquecimento*” é visível, inclusive, na oferta de amas-de-leite no jornal. Significativamente, embora as brancas, estrangeiras e livres não fossem anunciadas para venda, eram mulheres submetidas aos mecanismos de publicidade e a relações de trabalho vincadas pela experiência da escravidão, daí o mesmo tratamento de “*aluguel*” dado às escravas que, ao longo de todo o período monárquico, foram predominantes naquele tipo de serviço.

As mulheres estrangeiras, portuguesas, inclusive as “*Ilhoas*”, também surgiam no cenário da Corte, sempre mediadas por um senhor, que não é um proprietário, mas a representa individualmente ou a um escritório de comissão.

*(...) Aluga-se uma excelente ama de leite, recém chegada da Ilha Terceira, com muita abundancia de leite, por preço módico; para ver e tratar, na rua do Senado n. 5, com o Sr. Athayde Soares (...).*<sup>124</sup>

Os leilões de escravos e escravas chegados da África desaparecem das páginas do jornal após 1850, saindo ao menos dessa vitrine carioca, uma vez que o contrabando não desapareceu e o tráfico interprovincial se acentuou. Os anúncios de leilões de lotes

<sup>121</sup> MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico*. Op. cit..

<sup>122</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Racismo no Brasil*. Op. cit., p. 43.

<sup>123</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>124</sup> *Jornal do Commercio*, quinta-feira, 1º. de setembro de 1887.

de escravos/as trazidos do norte/nordeste também se tornaram menos freqüentes após 1870. Na segunda metade do século, o ignóbil comércio na Corte era realizado pelos proprietários individualmente ou mediado por Escriptórios de Compra e Venda e pelas Casas de Comissão, que se multiplicaram na década de 70. Na medida em que ganham espaço e destaque em anúncios maiores, as páginas do jornal demonstram o crescimento dessas empresas e do negócio que representava o remanejamento interno de “peças” cativas em meio à emergência do trabalho livre.

Busquei reunir nos anúncios do Jornal do Commercio enunciados que identificam e dão a ler a presença de escravas amas-de-leite na Corte Imperial, particularmente nas duas últimas décadas da monarquia. Relendo anúncios que oferecem e demandam aquelas mulheres para aluguel, compra e venda, busco sentidos impressos e expressos em corpos sob a forma de marcas de raça-etnia forjadas sobre as de sexo-gênero (ou vice-versa), entre outras, indicativas de suas capacidades biológicas e sugestivas de seus predicativos morais. São sinais que conferem uma qualificada distinção às mulheres escravas negociadas para o serviço de nutriz e que também sinalizam para sua desclassificada localização social.

São sinais, finalmente, definidos e veiculados por diferentes discursos na política de produção de amas-de-leite, materializadas em imagens de corpos reprodutores e de corpos nutrizes que geram rendas do leite produzido; corpos que exprimem uma norma de conduta feminina na sociedade escravocrata oitocentista.

Retomo o registro do viajante suíço:

*(...) Perto de minha casa, havia uma espécie de maternidade, de uma parteira francesa; recebia como pensionistas escravas, fazia o parto, cuidava delas e se encarregava de alugá-las, de separá-las dos filhos, operações muito desagradáveis para os senhores e pelas quais era fartamente recompensada. Nesse dia, ela anunciara uma ama-de-leite: fui à casa dela e expliquei a razão de minha visita; era uma matrona refinada, que não se intimidava facilmente.*

*Gritou para o fundo do jardim: “Rose, Rose! Venha cá!”. Rose apareceu, era uma rosa negra, variedade desconhecida nas florestas de Fontenay e Harlem. “Cheguem aqui, minha filha”, disse a parteira com um tom carinhoso; “Você poderá dizer que tem sorte! O senhor aqui precisa de uma ama e veio buscar você, você vai para uma boa casa, com um belo jardim, todos os vestidos da senhora, alimenta o menino branco, lindo como um anjo e ainda recebe de presente, dinheiro! Que beleza!”.*

*Essa linguagem me pareceu sedutora, contudo, ao levantar os olhos, dei com Rosa transtornada de dor, duas*

*lágrimas silenciosas rolando pelas faces; sorte estranha, pensei, essa que faz rolar lágrimas de desespero!*

*Após um momento de silêncio, a pobre moça, se armando de coragem, respondeu energicamente: “E meu filho, que vai ser dele? Vou abandoná-lo?”*

*“Vamos! Vamos! Não comece a criar caso, agora com o seu filho; você sabe muito bem que o senhor tomará conta dele, vai enviá-lo para o campo, onde nada lhe faltará”.(...)<sup>125</sup>*

Encontrei um anúncio e dois avisos que confirmam o registro do viajante e revelam indícios das práticas de parteiras que, além de receberem as gestantes e cuidarem de dar seus rebentos à luz, faziam o resto do serviço para os proprietários, isto é, encaminhavam aqueles corpos nutrizes para aluguel no Rio de Janeiro e os corpos das crianças para lugares outros que não se consegue saber ao certo. No primeiro anúncio de 18 de agosto de 1872, a parteira Borget oferece para aluguel dois desses corpos anônimos de “*boas amas de leite*”. Os dois enunciados seguintes são dos dias 19 e 20 do mesmo mês e ano, respectivamente. Neles, a parteira, provavelmente com a anuência ou o receio da reação do proprietário, reclama da fuga de Maria que tem nome e outros sinais bem marcados, expressos na “*côr fula, desdentada, beijuda, pés grandes e chatos, signaes de queimadura nas mãos e muito prosa*” e ainda na “*capa roxa*” que teria levado. Sinais de Maria que exprimem marcas do trabalho duro da vida cativa e remetem também ao “*desespero*” e à “*sorte*” de Rose ou Rosa.

*(...) ALUGÃO-SE duas boas amas de leite; na casa da parteira Borget, rua da Guarda Velha n. 2.<sup>126</sup>*

#### **MARIA FUGIDA**

*Fugio da casa da parteira Daure (sic), na rua da Carioca, a preta Maria, de estatura regular, fula, desdentada e beijuda; quem a tiver acoutada pagará 5\$ por dia até quando aparecer, e protesta-se co todo o rigor da lei.<sup>127</sup>*

#### **ESCRAVA MARIA**

*Fugio, da casa da parteira Daude (sic), á rua da Carioca, a preta Maria, de côr fula, desdentada, beijuda, pés grandes e chatos, signaes de queimadura nas mãos e muito prosa: levou uma capa roxa; protesta-se com todo o rigor da lei contra quem a tiver acoutada e por 5\$ por dia até quando aparecer. (...)<sup>128</sup>*

<sup>125</sup> PRADEZ, Charles. *Op. cit.* Apud LEITE, Miriam L. Moreira. *Livros de Viagem (1803-1900)*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1997, pp. 89-90.

<sup>126</sup> *Jornal do Commercio*, domingo, 18 de agosto de 1872.

<sup>127</sup> *Jornal do Commercio*, segunda-feira, 19 de agosto de 1872.

<sup>128</sup> *Jornal do Commercio*, terça-feira, 20 de agosto de 1872.



## Capítulo 3

### Corpos que escapam: estratégias traduzidas em marcas

Certamente muitos leitores, entre eles Machado de Assis, acompanhavam os avisos de fuga no *Jornal do Commercio* e os rumores na cidade. Provavelmente tais avisos também o teriam inspirado a escrever o conto “Pai contra mãe”, que trata de um caçador urbano de escravos em plena atividade de captura<sup>1</sup>. Os leitores interessados nos bens e serviços anunciados também deveriam passar uma vista d’olhos na caracterização das mercadorias transgressoras para observar-lhes os traços singulares de corpos “viciosos” que estariam mesclados à população urbana. Assim, poderiam prevenir-se quanto à possibilidade de confundi-los entre as peças “confiáveis”, “excellentes” e “perfeitas”, que seriam as desejáveis. Por isso, aquele jornal dava notícia da fuga de muitos dos corpos de mulheres e homens que buscavam escapar dos liames do regime compulsório de trabalho. Como veículo de circulação cotidiana na Corte, o periódico era um desses liames, já que funcionava como instrumento de mobilização da população livre, urbana e proprietária para controlar as fugas e restringir a mobilidade de fugitivos.

É claro que as imagens de escravos “fujões” modeladas nos avisos não estavam revestidas da pele de heróis ou heroínas e revelavam mais a configuração de corpos semoventes de uso privado em suas marcas singulares. Eram figuras carregadas da reprovação de anunciantes que precisavam detalhar as características dos corpos que escapavam na tentativa de recuperá-los. Eram marcas bem desenhadas que compunham a representação de cada um daqueles bens ou corpos que representavam patrimônio e rendas das elites proprietárias, e por isso não se queria perder.

Dáí porque, geralmente anônimas em outros discursos, as mulheres escravizadas apareciam nesses avisos designadas por seus nomes. Em meio à descrição das características de aparência física que designavam cada uma, seus nomes seriam instrumentos necessários no arsenal de trabalho de caçadores urbanos, na intenção de que, municiados com os nomes e os respectivos traços que distinguem corpos cativos que escapam, elas pudessem ser recuperadas e a ordem pudesse ser recomposta.

Ademir Gebara acrescenta um dado importante sobre os critérios que orientavam

---

<sup>1</sup> ASSIS, Machado de. *Relíquias da Casa Velha*. Vol. 2. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W. H. Jackson Inc. Ed., 1946, pp. 11-30.

aquela descrição, ao observar que, após 1870, a construção de ferrovias, o movimento da fronteira agrícola, a elaboração de uma política imigrante e o próprio crescimento urbano contribuiriam para o enfraquecimento dos mecanismos de controle social. São mudanças que transparecem nas atitudes de proprietários e na formulação dos enunciados, que

*(...) ao anunciarem fugas através da imprensa, passam a descrever os fugitivos mais cuidadosamente – enfatizando suas qualificações profissionais e as possíveis articulações sociais dos fugitivos.*<sup>2</sup>

A despeito do controle da ordem escravista ou de seu enfraquecimento, ele lembra, os avisos pareciam também sinalizar para a necessidade de mão-de-obra para o trabalho. Quando pensada em relação às manobras possíveis de uma “*escrava fugida*”, ou “*escravo fugido*” portanto, a questão leva a crer que a fuga representava também a disponibilização de mais uma mercadoria, no caso uma mão-de-obra em circulação. É interessante a perspectiva do autor, que busca colocar a fuga de escravos e escravas no contexto da criação do mercado de trabalho livre e do Estado em formação<sup>3</sup>. Trata-se de abordagem na qual se associa a passagem do trabalho escravo para o livre viabilizada pela presença não apenas do imigrante estrangeiro, mas também de um contingente de libertos, depois de 1888, e antes disso de um número expressivo de fugitivos da escravidão que se faziam passar por livres ou libertos.

Para ele, as fugas aceleraram o desfecho do processo abolicionista e acima de tudo constituíram-se no primeiro movimento social autônomo dos setores populares do Brasil. De acordo com sua reflexão,

*(...) a resistência, a perda do consenso e da aquiescência e o envolvimento da população livre na repressão aos escravos mostraram que a manutenção do controle sobre a formação do mercado de trabalho livre somente poderia ser mantida com a destruição da ordem escravista. (...)*<sup>4</sup>

Ainda segundo o autor, na medida em que a repressão torna-se mais frágil e menos consensual e os próprios fugitivos exploram as oportunidades de trabalho livre,

---

<sup>2</sup> GEBARA, Ademir. *O Mercado de Trabalho Livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 135.

<sup>3</sup> *Idem, ibidem*, pp. 121-160 e 199-209.

<sup>4</sup> *Idem, ibidem*.

ampliam-se fissuras na ordem jurídica montada como estratégia de transição<sup>5</sup>. Estruturada no campo da história social, a análise de Gebara ressalta a pressão do mercado de trabalho e das transformações econômicas para perceber que as formas de resistência – pela aquiescência e pelo protesto, individuais ou coletivas – colocavam em risco a natureza do sistema escravista. Nesses termos, as fugas se distinguiam por terem desempenhado um papel decisivo na desestruturação daquela ordem<sup>6</sup>.

É possível observá-la também do ponto de vista da representação simbólica no jogo discursivo das elites. A violência do regime reverbera no gesto de recusa individual e coletiva e em alguns de seus ecos, tais como aparecem descritos nas páginas do jornal. A fuga é uma alternativa que não está colocada somente em razão das condições do mercado de trabalho ou econômicas. Em sua materialidade discursiva, ao ser tantas vezes enunciada, a fuga deixa ler a multiplicidade de conflitos e a intensidade de lutas cotidianamente recolocadas na linguagem, tornando evidentes condições que permitem colocá-la tantas vezes, ainda que naturalizadas, como objeto do discurso.

Observo que a expressão de proprietários ameaçados pela perda do patrimônio, além de reiterativa, é significativa do receio que têm em relação a outras formas de resistência. A fuga, e também as imagens de mulheres cativas que escapam, são tratadas na literatura e na imprensa oitocentista “*não como uma coisa dita de forma definitiva – e perdida no passado como a decisão de uma batalha, uma catástrofe geológica ou a morte de um rei*”. Na forma do enunciado de Foucault, em sua materialidade discursiva, elas aparecem para exibir e produzir uma tensão permanente, força motriz do regime. São enunciados que proliferam

(...) com um status, entra[m] em redes, se coloca[m] em campos de utilização, se oferece[m] a transferências e a modificações possíveis, se integra[m] em operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga. (...)<sup>7</sup>

Nesse sentido, acrescento, a enunciação daqueles eventos exprimem movimentos antagônicos reveladores de uma tensão e da busca de uma ordem, servindo pedagogicamente para mobilizar e normalizar condutas de pessoas cativas, pobres e livres; para disciplinar e controlar pobres escravos pela ameaça; para fazer valer a autoridade da lei e também para exibir sua fragilidade. Em suma, acompanhando a reflexão de Foucault, trata-se de um enunciado ao mesmo tempo dócil e rebelde, de

---

<sup>5</sup> *Idem, ibidem*, p. 154.

<sup>6</sup> *Idem, ibidem*, p. 206.

<sup>7</sup> FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber. Op. cit.*, p. 121.

acordo com diferentes forças e interesses, que surge “*na ordem das contestações e das lutas, [e] torna-se tema de apropriação e de rivalidade*”<sup>8</sup>.

O controle que se explicita nos discursos da imprensa, do mercado, das instituições, tanto no âmbito das províncias do Império quanto do regime monárquico em geral abrigam/revelam jogos movediços que expressam relações de forças que estão cada vez mais tensas na segunda metade do século XIX. Afinal, desde a independência do Haiti, em fins do século XVIII e ao longo de todo o século XIX, a questão da manutenção da escravidão e a possibilidade de sua extinção não deixaram de ser objeto do discurso social não só na capital e nas províncias da Corte imperial, mas na maior parte do continente americano<sup>9</sup>.

Como observa Alencastro, mesmo com o término do tráfico de africanos após 1850 (ou com a diminuição de entrada daqueles por conta dos esforços mais eficientes nesse sentido), a Corte era ainda o local para onde convergiam fluxos migratórios internos de cativos, que seriam transferidos para a zona rural e local, e também de imigrantes livres sobretudo portugueses. O autor observa que tal movimentação fez com que a composição étnica e social fosse alterada, ainda que o número total de habitantes não tenha alterado expressivamente entre 1850 e 1872<sup>10</sup>. Nesse período, a presença portuguesa na Corte dobrou, subindo de um décimo para um quinto da população total, enquanto a de escravos decresceu em números relativos. Apesar desse movimento relativamente decrescente do número de escravos na Corte, em 1872 a vizinha província fluminense tinha a maior proporção populacional de escravos africanos do Império<sup>11</sup>.

Com base no Censo de 1849, elaborado por Hermann Burmeister sobre a população da cidade do Rio de Janeiro, e no Recenseamento Geral do Império realizado em 1872, procurei reordenar alguns dados referentes à população por sexo-gênero e condição civil, a fim de visualizar o quantitativo de mulheres cativas em relação às mulheres libertas e livres e, também, em relação aos homens cativos, libertos e livres, exercitando uma inversão na ordem hierárquica em que essas identidades aparecem.

---

<sup>8</sup> *Idem, ibidem.*

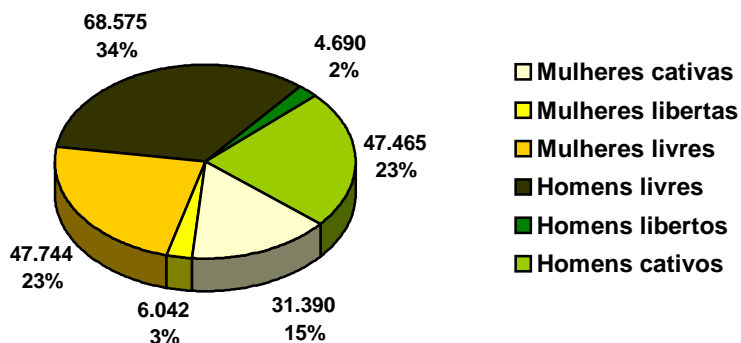
<sup>9</sup> MATTOS, Hebe Maria. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: NOVAIS, Fernando (Dir.) & ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.) *História da Vida Privada no Império. Império: a corte e a modernidade nacional*. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 337- 384.

<sup>10</sup> Dados reunidos em: ALENCASTRO, L. F. de. Vida privada e ordem privada no Império. In: NOVAIS, F. (Dir.) & ALENCASTRO, L. F. de (Org.) *Op. cit.*, p. 30. As estimativas são numerosas e os dados não são coincidentes, entretanto as análises convergem no sentido de afirmarem que a década de 1840 foi o período em que a população escrava foi relativamente maior no município neutro, com um pico em 1849, quando atingiu 38,2% da população total. Mary Karasch também considera possível pensar em um “surto” de imigração européia e africana acompanhando o *boom* do café no Vale do Paraíba.

KARASCH, Mary. *Op. cit.*, p. 109. ALENCASTRO, L. F. de. Vida privada e ordem privada no Império. In: NOVAIS, F. (Dir.) & ALENCASTRO, L. F. de (Org.) *Op. cit.*, p. 30.

<sup>11</sup> *Idem, ibidem*, pp. 11-94.

### População Geral do Rio de Janeiro 1849 sexo-gênero e condição civil

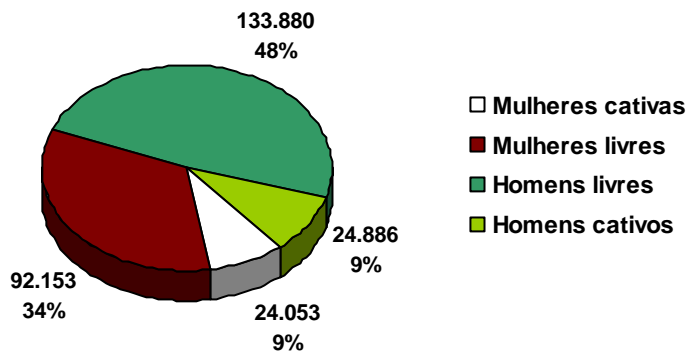


#### Dados extraídos do Censo de 1849 / População da cidade do Rio de Janeiro

MULHERES CATIVAS	MULHERES LIBERTAS	MULHERES LIVRES	TOTAL DE MULHERES	Residências
31.390	6.042	47.744	85.176	
HOMENS CATIVOS	HOMENS LIBERTOS	HOMENS LIVRES	TOTAL DE HOMENS	21.694
47.465	4.690	68.575	120.730	
TOTAL CATIVOS	TOTAL LIBERTOS	TOTAL LIVRES	POPULAÇÃO TOTAL	
78.855	10.732	116.319	205.906	

Fontes: Censo de 1849. BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais...* Trad. Manoel Salvaterra e Hubert Schoenfeldt. São Paulo, 1952, p.325. Apud KARASCH, Mary C. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro. 1808-1850.* São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 112.

### População Geral do Município Neutro 1872 sexo-gênero e condição civil



#### Dados extraídos do Recenseamento da População do Império do Brasil / 1872

	MULHERES DE 16 A 41 ANOS CATIVAS/LIVRES	TOTAL DE MULHERES CATIVAS	MULHERES LIVRES	TOTAL DE MULHERES
Município neutro	16.326 / 52.301	24.053	92.153	116.206
Província RJ	-	130.243	234.281	364.524
Total no Império	-	705.653	4.100.973	4.806.626
		TOTAL DE HOMENS CATIVOS	HOMENS LIVRES	TOTAL DE HOMENS
Município neutro	-	24.886	133.880	158.766
Província RJ	-	162.394	255.806	418.200
Total no Império	-	805.170	4.318.699	5.123.869

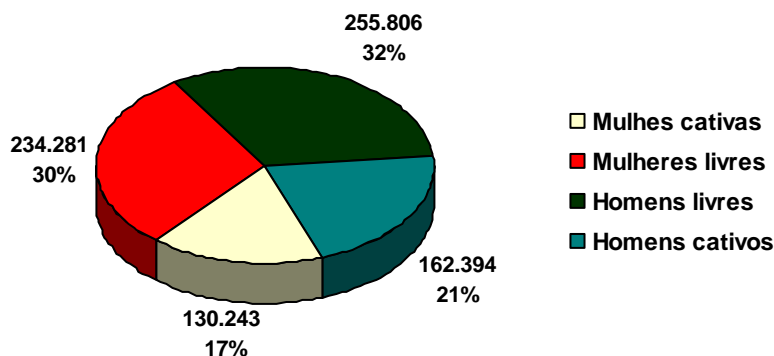
Fonte: Quadros Geraes. *Recenseamento da população do Império do Brasil a que se procedeu no dia 1º de Agosto de 1872.* FBN. OR-94. n. 1.

Confirmando as observações feitas por Alencastro, os gráficos acima demonstram que o número de escravos e de escravas no Rio de Janeiro tendeu a cair em relação ao contingente da população livre. Enquanto o censo de 1849 apresenta um total de 43% de homens e mulheres cativos e 57% de homens e mulheres livres, o recenseamento de 1872 indica que a população cativa teria alterado para 18% e a população livre para 82%. Tomando por base a classificação por sexo-gênero, também fica visível a alteração nos dados populacionais da cidade. Em 1849, estimava-se que 41% constituía-se de mulheres e 59% de homens, sendo 15% das mulheres e 23% dos homens propriedades de outros. Já em 1872, foram estimadas 43% de mulheres para 57% de homens, sendo que 9% do total de mulheres e também 9% do total de homens estavam sob a condição cativa. Observa-se, portanto, que no âmbito do cativo, no Rio de Janeiro é possível observar uma igualdade nas proporções de mulheres e homens escravizados nessa data, ao contrário da relação em anos anteriores a 1850, em que predominavam as entradas de escravos masculinos nos portos.

Outra comparação que os censos me permitem fazer são relativas aos dados sobre a população da Província do Rio de Janeiro e população geral do Império no ano de 1872. Como demonstram os gráficos apresentados abaixo, as relações se mantêm próximas no que tange à distribuição total por sexo-gênero, embora seja visível a relativa diminuição do número de escravos, quando tomo por base os números totais do Império. Também é possível observar, na comparação dos dois gráficos abaixo referentes ao ano de 1872 que na Província, o total de mulheres seria de 47% e o de homens de 53%, proporção que se aproxima da população geral do Império, estimada em 48% de mulheres para 52% de homens.

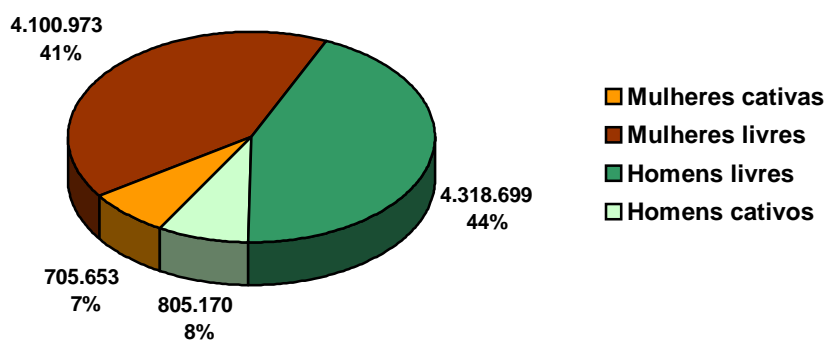
Com efeito, quanto ao sexo-gênero, o conjunto da população de cativos na Província do Rio de Janeiro ainda permanece prioritariamente masculina, já que as cativas representavam 17% da população e os cativos 21%. Trata-se de uma proporção significativa, se considerarmos a relação que se estabelece na população total do Império, onde 7% daquela é formada de mulheres cativas e 8% de homens cativos. Ressalta-se, ainda, uma equivalência dos números de mulheres e homens no cativo àquela época, tanto no município neutro, quanto na província, quanto no Império, o que permite concluir que, não obstante as altas taxas de mortalidade sobretudo entre a população escrava e os baixos índices de natalidade, com o fim da entrada de escravos africanos, a diferença no quantitativo de mulheres e homens escravizados tenderia a se equiparar.

**População Geral na Província do RJ 1872**  
sexo-gênero e condição civil



Fonte: Quadros Geraes. *Recenseamento da População do Império do Brasil a que se procedeu no dia 10. de Agosto de 1872*. FBN.OR-94, n.1.

**População Geral no Império 1872**  
sexo-gênero e condição civil



Fonte: Quadros Geraes. *Recenseamento da População do Império do Brasil a que se procedeu no dia 10. de Agosto de 1872*. FBN.OR-94, n.1.

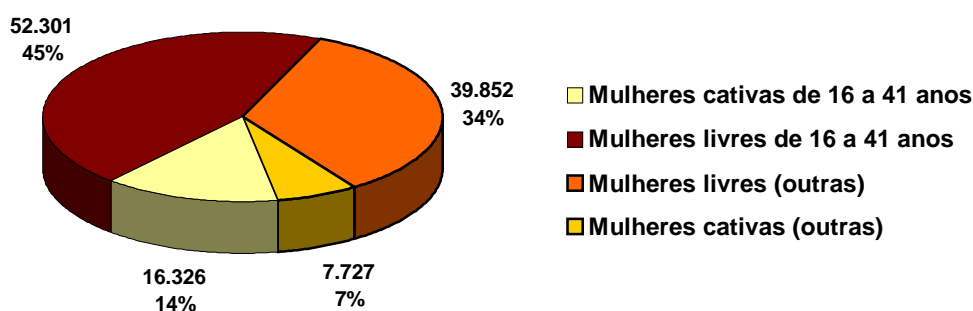
Os quadros estatísticos são exemplares daquela apreensão binária do mundo social e até mesmo a organização das identidades neles expressa a hierarquia social. Para tornarem-se mensuráveis, os objetos devem ser tornados nominalmente idênticos, devem ser abrigados como parte de um grupo, de uma categoria de semelhança que não deixa ler individualidades ou particularidades. Como bem atenta Elizabeth Grosz, a construção da representação populacional sob os pressupostos da estatística tendeu a transformar continuidades em unidades comparáveis, impondo a forma de uma unidade a um todo de particularidades<sup>12</sup>.

<sup>12</sup> GROSZ, Elizabeth. *Futuros feministas ou o futuro do pensamento*. In: *Labrys. Estudos Feministas*. n.1-2, jul/dez Brasília: UnB, 2002. [http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1\\_2/grosz1.html](http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2/grosz1.html)

Mary Karasch também me ajuda a pensar como a demografia escravocrata produzia um lógica perversa que também pode observada no desequilíbrio entre os sexos, na instabilidade da vida familiar, na insalubridade e nos dados relativos à mortalidade, mais alta entre as populações escravas ou pobres e ainda maior entre as mulheres parturientes e recém-nascidos. Os índices de mortalidade de crianças e jovens de ambos os sexos, segundo a autora, não era compatível com as características demográficas de populações estáveis<sup>13</sup>.

O recenseamento geral de 1872, o mais detalhado de todo o período, permite observar o quantitativo de mulheres cativas que estavam entre as idades de 16 e 41 anos nos limites do município neutro, faixa etária que considere representativa da procriação e da possibilidade nutrícia no Rio de Janeiro. Estas representavam cerca de 6% da população total do município e 14% do total da população feminina, sendo que essa pode ser relacionada aos 45% de mulheres livres na mesma faixa que estavam em condições de procriar e talvez não quisessem ou pudessem aleitar, preferindo fazer uso do aleitamento “*mercenário*”.

**População de Mulheres no Município Neutro 1872**  
(cativas e livres em diferentes faixas etárias)

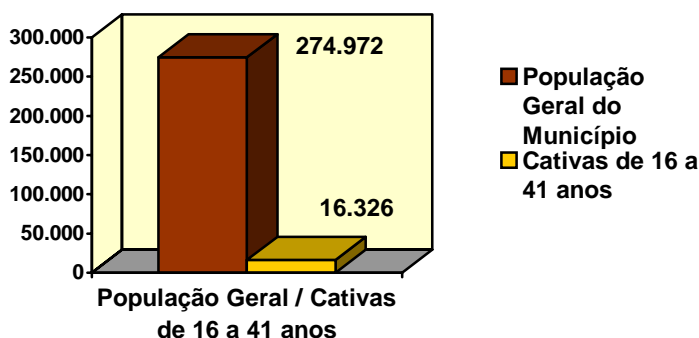


Fonte: Quadros Geraes. *Recenseamento da População do Império do Brasil a que se procedeu no dia 1o. de Agosto de 1872*. FBN.OR-94, n.1.

<sup>13</sup> KARASCH, Mary C. *Op. cit.*, pp. 166-167.



### População do Município Neutro 1872 em relação às mulheres cativas de 16 a 41 anos



Fonte: Quadros Geraes. *Recenseamento da População do Império do Brasil a que se procedeu no dia 1o. de Agosto de 1872*. FBN.OR-94, n.1.

Comparando-se os números referentes às mulheres cativas e livres na faixa etária de 16 e 41 anos, observo que havia 16.326 corpos femininos cativos com potencial para aleitar, aos quais não se cogitava a capacidade para a própria maternidade e, por outro lado, havia outros 52.301 corpos femininos livres em condições de procriar, muitos dentre eles sem condições de aleitar – por falta de hábito, saúde, vontade, por uma circunstância específica ou todas as coisas juntas. Entretanto, acima da condição civil, os números designam corpos naturalizados por marcas biológicas que aparecem significados em tecnologias do sexo-gênero, portanto dizem respeito à identidades envolvidas na produção da honra, da saúde, da família e do futuro da sociedade carioca, mesmo que de maneira diferenciada de acordo com o estatuto civil.

Os dados coligidos no Recenseamento Geral do Império do Brasil indicam, ainda, que a maior parte da população escrava do município estava empregada no serviço doméstico, perfazendo um total de 20.825 mulheres e homens escravos neste tipo de atividade (41,5%) e nas atividades agrícolas (11,6%)<sup>14</sup>. O total de mulheres e homens cativos na cidade era de 48.939, e na província era de 292.637 e, confirmando Alencastro, ali estava concentrada a maior parte dos cativos à época, isto é, 27,5% da população cativa geral do Império. O município neutro, centro da província e do Império, era também o centro da circulação de corpos comprados, alugados, vendidos, transferidos, perseguidos, refugiados, que circulavam, portanto, dentro e fora do ignóbil comércio.

Paradoxalmente, era também um lugar identificado com a modernização do transporte e da comunicação urbana. Com a difusão de costumes europeus, é possível

<sup>14</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade. Op. cit.*, p. 200.

observar o aprimoramento e a padronização da linguagem nas práticas institucionais: acadêmicas, da imprensa e, também dos debates políticos e parlamentares<sup>15</sup>. Ressalta-se que nessa padronização o modelo referente é a Corte e suas bases de sustentação, haja vista que os discursos expressam a linguagem e os interesses de escravocratas fluminenses. Dos textos do *Jornal do Commercio* e da leitura dos anúncios e dos avisos de fuga evidencia-se a permanência da mentalidade escravocrata como força conservadora poderosa ainda nas duas últimas décadas da Monarquia. Uma força que, segundo Alencastro, pesa no imobilismo da Coroa e do Império sobre a questão da abolição e está assinalada pela posição dos representantes parlamentares:

*(...) Onze dos doze deputados da província do Rio de Janeiro e da corte votaram contra a Lei do Ventre Livre (1871). Do mesmo modo, em 13 de maio de 1888, oito dos nove deputados que votaram contra a Lei Áurea haviam sido eleitos pela província fluminense, considerada por Joaquim Nabuco como a mais “reacionária” de todo o Império porque, nela, “a escravidão estava politicamente organizada”. (...)*<sup>16</sup>

Embora os discursos colhidos no cotidiano da capital representem predominantemente perspectivas das oligarquias regionais e das elites políticas do Segundo Reinado, eles não conseguem deixar invisíveis as estratégias e lutas engendradas sob as condições históricas específicas daquele período. Não só na Corte, mas também nas capitais de província<sup>17</sup>, os jornais projetam os debates em torno daquelas idéias conservadoras que muitas vezes deixavam entrever as fronteiras esgarçadas do regime escravista. Fronteiras que estavam definidas também pelos anúncios do comércio, e particularmente pelos avisos de fuga, que deixam transparecer o avesso daquele lugar de fala (silenciado) do cativo.

Duplicam-se as páginas daquele jornal e os avisos se multiplicam com o passar das décadas. O aumento em número e tamanho desses avisos fala da evidência da fuga enquanto acontecimento discursivo e a produção de corpos de escravos fugitivos que performam, assim, certas relações de verdade<sup>18</sup> na agonia escravocrata. Nessa produção, as descrições minuciosas feitas por proprietários invocam os/as fugidos/as sob enunciados singulares muitas vezes salientados pelas chamadas “*FUGIO*” ou

---

<sup>15</sup> *Idem, ibidem*, p. 35.

<sup>16</sup> ALENCASTRO, L. F. de. *Op. cit.*, p. 11.

<sup>17</sup> Em jornais que circulavam, por exemplo, em Recife, Salvador e no Rio de Janeiro. In: FREYRE, Gilberto. *O Escravo nos Anúncios de Jornais (...) Op. cit.*, 1979.

<sup>18</sup> FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. *Cadernos da PUC/RJ*, Série Letras e Artes 06/74, pp. 1-21.

“*ES CRAVA FUGIDA*”, ou ainda pelo valor da gratificação salientada em tipos maiores. Eram espaços que podiam estar destacados também pelo uso das imagens em vinhetas que exibem corpos com pequenas trouxas nas costas. Essas vinhetas e as chamadas em destaque eram utilizadas para interpelar o leitor e facilitar a identificação do assunto a quem estivesse interessado em conhecer ou reconhecer aqueles corpos de mulheres e homens que escapam. Cumprem, enfim, uma função pedagógica ao educar o olhar de leitores quanto à representação do/a escravo/a indócil e insubmisso/a.

Interessei-me particularmente pelos avisos referentes aos corpos femininos que escapam. Eram peças de divulgação que apareciam dispersas na semana, ao longo do período pesquisado<sup>19</sup>, podendo-se deparar com quatro ou cinco diferentes no mesmo dia. Algumas delas reapareciam dias ou meses depois, demonstrando que, apesar do controle de proprietários, de leitores-caçadores de escravos/as urbanos e do investimento na divulgação, pela imprensa, da fuga em seus detalhes singulares, algumas daquelas mulheres talvez tenham conseguido escapar definitivamente.

Tanto quanto marcadas por seus nomes, as imagens de mulheres que fogem reaparecem esculpidas sob traços que as caracterizam em seus corpos assinalados de forma precisa. Reunidos do ponto de vista do proprietário que se sentia lesado, cada detalhe enunciado poderia significar a possibilidade da identificação e recuperação da propriedade perdida, mas, sobretudo, possibilitam reler algumas marcas deixadas pela violência exercida na relação proprietários/escravos, trabalho/escravidão, homem/mulher. Os avisos revelam, portanto, uma trincheira e um aparato de luta dos proprietários para manter o poder e resgatar seu patrimônio naquela batalha cotidiana.

As peças gráficas que reúnem o elenco de traços que as identificam representam, portanto, parte de uma tecnologia política de produção e manutenção do regime, voltada para a recuperação de corpos escravizados. Uma tecnologia que Machado de Assis tão bem apreendeu<sup>20</sup> que, ao ser acionada, expressava um empenho para a recuperação de um bem privado e o restabelecimento da ordem escravocrata. Trata-se de uma tecnologia que deixa transparecer as tensões que procura dissimular, porquanto, em cada detalhe dessas formulações, fica explícita uma marca, um gesto, um nome, que poderia significar a chave ou o caminho para a recaptura da propriedade perdida ou exatamente o contrário nos corpos que conseguiram escapar definitivamente.

Cada enunciado remete ao conjunto de signos que demarcam a propriedade

---

<sup>19</sup> O período de 1867-1887 foi priorizado para a pesquisa no *Jornal do Commercio*, de onde foram reunidos 350 anúncios (em um conjunto de 3.500) sobre a oferta/procura de amas-de-leite, prioritariamente, de mucamas e alguns outros, que subsidiaram este estudo.

<sup>20</sup> Refiro-me ao conto “Pai contra mãe”, publicado em ASSIS, M. de. *Relíquia da Casa Velha*. Op. cit.

humana e sinalizam para práticas de coação e crueldade que estavam naturalizadas no cotidiano do cativo. Nesse sentido, os avisos apresentam formulações que conferem um testemunho e uma materialidade discursiva ao confronto daquelas forças sociais; exprimem o poder e a repressão da autoridade escravocrata e a reação pela fuga; exprimem sentidos que remetem à ordem e à transgressão; falam do poder em nuances e em movimento, ao tempo em que não ocultam indícios daquele exercício político impresso em marcas que remetem à violência e às experiências de dor.

Como resultado da superposição da economia punitiva escravista e da forma da repartição disciplinar articulada na imprensa moderna, os corpos que escapam aparecem descritos naqueles avisos sistematicamente demarcados e significados: tanto em marcas significantes de sexo/gênero, de raça/etnia, quanto em cicatrizes forjadas na experiência de trabalho e convívio sob a ordem do cativo. Estes corpos são redesenhados e exibidos dando a ler a atitude de resistência e mostrando exemplarmente alguns efeitos do gesto de coagir e também de reagir à dominação.

Assinalados em séries que são características nessas peças de divulgação, os corpos femininos são designados pelo nome, pela cor, por detalhes do cabelo, da pele, do rosto e do corpo; pela idade; pelas funções que as mulheres ocupavam e também por roupas que vestiam. Não por acaso, com o mesmo valor da oferta estimada para gratificação pelo proprietário da personagem Arminda, a “*fujona*” retratada no conto de Machado de Assis, Christina também foi objeto da procura de seu proprietário, como registra a edição de sexta-feira, 3 de agosto de 1877, do jornal:

### **100\$000**

*(...) Fugio no dia 2 de Fevereiro a parda escura de nome Christina, altura regular, olhos vivos, bem fallante, de 16 a 18 annos, figura bonita, é lavadeira e engommadeira, levou vestido de lã verde e casaco de flanella encarnada com cordãozinho preto e calçava chinellas. A quem a apprehender e levar a seu senhor abaixo assignado, á rua dos Pescadores n. 12, se gratificará com a quantia acima e protesta-se com todo o rigor da lei contra quem lhe dér couda. Antonio Gomes de Castro. (...)<sup>21</sup>*

Como revela o aviso acima, Christina tinha entre 16 e 18 anos. Era “*figura bonita*”, “*parda escura*”, tinha “*olhos vivos*” e “*altura regular*”. Além de “*lavadeira e engommadeira*”, saiu da casa de seu proprietário calçada em “*chinellas*” e bem vestida

---

<sup>21</sup> *Jornal do Commercio*, sexta-feira, 3 de agosto de 1877.

de “*lã verde e casaco encarnado*”. Ela não apresentava, ao menos no anúncio, as marcas duras da escravidão que muitos outros corpos mais vividos exibiam. Apesar da pouca idade, representava uma propriedade de valor por cuja recaptura o Sr. Antonio Gomes de Castro estava disposto a pagar 100\$000. No período de duas décadas antes da abolição, de acordo com os avisos observados, as gratificações variaram de 10\$000 a 200\$000. Como observei no aviso acima, as marcas do cativo não estavam ainda muito nítidas no caso de moças novas ou mesmo meninas que apareciam em seus traços fisionômicos e particularmente em corpos significativos da juventude, da pouca experiência e também da sagacidade.

Isso é o que se depreende do aviso de fuga da negrinha Luiza, de dentes bonitos e 13 anos, em que, talvez em função das posses da proprietária e também da tenra idade, eram oferecidos apenas 10\$000 como recompensa a quem a apreendesse:

### **10\$000**

*(...) 10\$000 de gratificação a quem apreender a negrinha Luíza e leva-la á sua senhora, á rua da União n. 2D, que fugio no dia 3 do corrente, ás 7 horas da noite, cujos signaes são os seguintes: crioulla muito escura, cabellos annelados, dentes bonitos, idade 13 annos; levou um vestido de chita xadrez largo, encarnado e preto; desconfia-se que esteja acoutada na praia ou rua do Sacco do Alferes, na da América ou na da Chichorra: o motivo desta desconfiança é ella ser recatada, não sahir á rua e nem ter conhecimentos. (...)*<sup>22</sup>

De acordo com o aviso referente à fuga de Luiza, “*crioulla muito escura, cabellos annelados, dentes bonitos, idade de 13 annos*”, ela era “*recatada*” e não costumava sair na rua, nem “*ter conhecimentos*”. Do enunciado, observo que, mesmo nova, pouco relacionada e conhecedora das ruas, ela escolheu e conseguiu fugir da vida no cativo, levando um “*vestido xadrez largo, encarnado e preto*”. Como esse, são muitos os avisos que falam de meninas e de mulheres cativas, sempre pelos nomes. À medida que elas ganhavam mais idade, os enunciados são enriquecidos com detalhes. Apresentam “*sinais particulares*” ou marcas de uma violência que servem para identificá-las nas ruas e, sobretudo, para nomeá-las como “*fugitivas*”, além de configurá-las como peças capazes de inventar ardis ou estratégias para escapar do cativo e, ainda assim, serem vistas como escravas.

É o que imagino ao ler o aviso da escrava que fugira no dia 9 de fevereiro de

---

<sup>22</sup> *Jornal do Commercio*, quarta-feira, 5 de julho de 1882.

1872. Felizarda já andava fugida havia dois meses quando sua proprietária publicou o seguinte texto:

### **Atenção**

*Continua fugida desde o dia 9 de Fevereiro a escrava Felizarda, com os signaes particulares: baixa, magra e fraca figura, tem o dedo indicador da mão esquerda alejado, uma orelha defeituosa, falta de dentes na frente, volta os pés no andar, para fora, desconfia-se que fosse desencaminhada e que esteja alugada em alguma casa ou acoutada; porisso protesta-se contra quem a tiver a seu serviço, sob pena de pagar 1\$ diários, desde o dia que anda fugida, a quem apprehender e a levar á sua senhora Maria Cândida de Menezes á rua do Sabão n. 230, receberá gratificação de 20\$000.<sup>23</sup>*

A escrava era baixa, magra e fraca figura, tinha um dedo alejado e uma orelha defeituosa. Conforme a descrição publicada, faltavam-lhe dentes na frente e andava com os pés para fora, ou seja, dos pés à cabeça a descrição configura uma imagem de corpo combalido e marcado pelas agruras do cativo. Não obstante, trata-se de um corpo que escapa à condição que lhe foi imposta, provavelmente para buscar negociá-la em melhores termos, mesmo que alugando seus serviços a outro proprietário. Os “*dentes arruinados*”, “*podres*” ou a falta deles eram marcas quase obrigatórias daqueles corpos, além de cicatrizes nas faces, entre outras marcas de “*costuras*”, “*queimaduras*”, “*aleijões*”, “*feridas ainda abertas*”, “*pernas arqueadas*”, “*dedos tortos*” e uma infinidade de “*defeitos*”. Eram marcas que desenham aqueles corpos escravizados que, todavia, escapam, e apresentam os sinais de reprimenda e advertência, de reação e dor. As primeiras, da parte dos anunciantes da classe senhorial, as duas últimas pensadas do ponto de vista dos corpos que escapam.

Era também freqüente naqueles avisos a menção à embriaguez, à gagueira, entre outras mazelas que costumavam distingui-los e estigmatizá-los. Nesses corpos que escapam também apareciam embaralhadas as marcas físicas e os traços morais, num jogo não inocente de representações e significações. Além das lesões físicas, como as da escrava Angélica, que tinha “*uma vista a menos*”, e da crioula Ermelinda, com um “*corte do lado dos olhos*”, as “*qualidades*” de caráter eram salientadas na produção de corpos de escravas fugitivas. Eram sinais que se imprimiam nos corpos de “*fujonas*” para divulgá-los, mas também denunciá-los, sujeitá-los e desaprovar-lhes as condutas

---

<sup>23</sup> *Jornal do Commercio*, sabbado, 6 de abril de 1872.

insubmissas. Geralmente, estas últimas qualidades eram assinaladas com termos que expressam o desgosto e o prejuízo do proprietário. Por exemplo, aparecia no aviso da fuga de Delfina, que, escrava, além de portar cicatriz no beijo superior do lado direito e da falta de dentes, era descrita como “*muito disfarçada e fingida*”<sup>24</sup>.

Os avisos em que proprietários reclamam suas propriedades serviam também como um registro datado da transgressão para fins de penalização, inclusive dos possíveis aliados envolvidos no rol de pessoas livres. Naquela perspectiva de ampliação das ocupações urbanas e também dos laços comerciais e sociais, seria importante tentar coibir o gesto de pessoas que pudessem apoiar ou até incentivar as fugas. Como um boletim de ocorrência policial, o registro funcionava, portanto, como um aparato de controle e manutenção da ordem escravocrata. O protesto a quem desse abrigo aos cativos/as fugidos/as fazia parte do aviso e possibilitava que fossem estimados valores que deveriam ser pagos por aquele ou aquela que os/as “*acoutasse*”. A ameaça aos que praticaram o “*acoutamento*” estava freqüentemente explícita nos avisos, e o enunciado significava mais uma expressão do conflito deflagrado e da repressão àqueles que contrariavam a regra escravocrata.

A escrava, como o escravo, era considerada *rês*, quer dizer, simultaneamente coisa e pessoa. Não participava da vida da *civitas*, pois estava privada de capacidade, não tinha direitos civis, menos ainda políticos<sup>25</sup>. Pela norma vigente, baseada no direito romano, escrava ou escravo nada adquiria para si, mas para seu senhor<sup>26</sup>, fossem “*direitos reais, desmembrações da propriedade, créditos, legados, herança, posse, ainda que sem ciência e consentimento do senhor*”<sup>27</sup>. Na prática, porém, os/as escravos/as “*cultivaram para si nas terras nas fazendas dos senhores, fazendo seus todos os frutos, que são seu pecúlio*”, e muitas delas puderam trabalhar como lavadeiras e quitadeiras e circular na Corte, assim como os homens escravizados, desde que de “*ajuste com o próprio senhor, pelo qual fosse o escravo obrigado a dar-lhe um certo jornal; o excesso seria do escravo*”<sup>28</sup>.

A prática da escravidão ao ganho possibilitava que as cativas circulassem em

---

<sup>24</sup> *Jornal do Commercio*, terça-feira, 2 de abril de 1872.

<sup>25</sup> WEHLING, Arno. *O Escravo ante a Lei Civil e a Lei Penal no Império. (1822-1871)*. *Op. cit.*, p. 106.

<sup>26</sup> Nesse aspecto o direito imperial continuava a tradição colonial, por sua vez, baseada no direito romano. A exceção era o caso de herança, que, se deixada a escravo de outrem, não revertia para este, considerando-se nulo o testamento. WEHLING, A. *Op. cit.*, *passim*.

<sup>27</sup> Conforme o Art. IV, do Cap. III de *O Escravo ante as Leis Positivas e o Liberto*, § 31, “*O escravo nada adquirira, nem adquire, para si; tudo para o senhor*”. Tal era o princípio do direito romano; O § 33 esclarece ainda que “*por exceção, porém, adquiria o escravo para si em vários casos, v.g. legado de alimentos e pecúlio*”. In: MALHEIRO, Perdígão. *A Escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*. Coleção Dimensões do Brasil. Petrópolis: Vozes/MEC, 1976, pp. 61-2.

<sup>28</sup> *Idem, ibidem*.

meio aos cativos também colocados ao ganho, às libertas e aos libertos e às pessoas livres, é claro. Embora os cativos postos ao ganho fossem obrigados a portar uma licença e/ou uma placa expedida pela Câmara Municipal<sup>29</sup>, nem sempre o controle era eficiente ao ponto de impedir que escravas e escravos fugidos se misturassem à população urbana e se candidatassem a uma vaga de trabalho entre as muitas categorias, inclusive do serviço doméstico, setor que absorvia trabalhadores manuais, braçais e corporais, escravos, mas também libertos e livres. No caso das mulheres, as ganhadeiras formavam com as forras e livres uma expressiva força de trabalho urbano, vendendo quitandas, café, frutas, refrescos, café e promovendo um comércio alternativo que não parecia de pouca monta<sup>30</sup>.

Da janela que representam os avisos de fuga, consegue-se entrever possibilidades para aquelas mulheres que provavelmente interagiam com companheiros/as livres, fugidos/as ou forros/as, criando estratégias de escape da contingência do cativo. O enunciado que se repete nos avisos registra o protesto de proprietários e sinaliza para a penalização de pessoas livres, portanto, expressa tensões e articulações sorrateiras que culminavam com as fugas, bem como a fragilidade da autoridade pública e privada no controle urbano sobre os corpos que eram escravizados.

A discussão sobre a legislação que fundamentava aquela medida repressiva torna manifesta a inquietação do poder público em relação à questão das fugas. Como esclarece Gebara, em 1885 a Câmara dos Deputados chegou a aprovar um projeto inicial de lei para a definição de multas para quem acoitasse fugidos/as, mas não havia lei anterior que qualificasse o delito – “*acoutamento*”. Como o Código Criminal não permitia que se estabelecesse pena para um delito não qualificado, o projeto foi emendado e o acoitamento foi transformado em furto<sup>31</sup>. O autor salienta que o pedido de agravamento dessa pena, no entanto, permite avaliar a extensão do “*problema das fugas*”. Na ótica de Martinho Campos,

*(...) nas capitais onde a polícia protege o abolicionismo o crime dá-se em larga escala; não assim nas províncias onde o fazendeiro vai buscar o escravo onde quer que esteja e faz o acoutador pagar os jornaes. Em todo o caso bom é que a lei trate de corrigir o abuso. (...)*<sup>32</sup>

---

<sup>29</sup> Sobre o crescimento vertiginoso de pedidos de licença nas décadas de 60 e 70, ver: SILVA, M. R. N. *Negro na Rua: a nova face da escravidão (...)* Op. cit.

<sup>30</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>31</sup> GEBARA, A. Op. cit., pp. 158-9.

<sup>32</sup> ASI, Rio de Janeiro, 1886. Apud GEBARA, A. Op. cit., p. 159.



No local onde a política, a polícia e a lei ainda estavam na esfera do poder pessoal privado, a fuga poderia ser inibida. Já nas capitais de província, inclusive na capital da Corte, o crime se dava em larga escala. Na prática, enquadrar as práticas de “*acoutamento*” no delito de furto era uma forma encontrada para tentar ampliar o espectro de força e coerção do instrumento legal de repressão.

Corpos que fogem da escravidão, corpos que abrigam os fugidos e corpos que trabalham nas ruas e, quando cativos, são “*colocados ao ganho*”, são faces de uma mesma ordem, ou desordem, na medida em que são resultantes da mesma tensão política que produz uma economia simbólica ambivalente. Essas forças reunidas na capital da Corte configuram as condições de possibilidade para a formulação daqueles discursos ordenadores; portanto, esses textos me projetam para o interior das ruas onde viviam as mulheres cativas ora trabalhando ao ganho, ora fugindo, deixando filhos, parentes e amigos/as para trás ou abrindo caminhos para encontrá-los.

Tratando dos discursos em suas amplificações, ressonâncias e ocultamentos, não poderia deixar de abordar a Lei do Ventre Livre e alguns de seus significados como ponto estratégico na trajetória política dessas lutas cotidianas. Ela exprime um momento em que, segundo Buarque de Holanda, o acirramento das paixões chegou a extremos sem precedentes, que não mais se repetiriam na história parlamentar do Império<sup>33</sup>. A lei de 28 de setembro de 1871 mereceria, no mínimo, um capítulo em separado. Ao designá-la com o nome da cavidade que abriga o aparelho procriador feminino, o “*ventre*” assume papel significante na rearticulação da política de produção do regime escravocrata e de controle das tensões cotidianas entre escravos e proprietários e entre as forças abolicionistas e escravistas que se disseminavam na sociedade.

Até a promulgação da lei, os filhos das escravas eram considerados propriedade do senhor<sup>34</sup>. Segundo Wehling,

*(...) era somente livre o filho de escrava que não mais o fosse na concepção, durante a gravidez ou no parto. Admitia-se como exceção que o filho nascesse livre, mesmo de mãe todo o tempo escrava, apenas quando o pai fosse o próprio senhor. O fundamento para tal posição era, desde Roma, o direito natural em sua interpretação estoica e cristã: repugnava à consciência alguém ter como escravo o próprio filho. (...)*<sup>35</sup>

---

<sup>33</sup> “Sobretudo porque em 1871 ainda era lícito confessar-se alguém sem desdouro, contrário à emancipação, ao passo que em 1888, quando se tratar da abolição, já será preciso boa dose de coragem para remar contra a corrente”. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico*. Tomo II. *Op. cit.*, p. 142.

<sup>34</sup> Pelo direito romano, as ordenações do Reino e a legislação do Brasil independente.

<sup>35</sup> Arno Wheling esclarece que “nos comentários das Ordenações e à legislação extravagante, ainda

Ao declarar “*de condição livre os filhos da mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos de nação e outros*”, esta seria a primeira lei positiva que se refere aos escravos e, assim, admite sua personalidade jurídica. Objeto de longas e acaloradas discussões parlamentares travadas em comissões, projetos e pareceres que tramitaram, o ventre da mulher cativa abrigava as lutas que resultariam na estratégia de transição pacífica e gradual do sistema de trabalho escravo para o livre, representando finalmente um lugar de consenso provisório da sociedade.

O instrumento revela a presença do Estado no controle de expectativas discordantes da população e também a necessidade daquele intervir em conflitos que espocavam em diferentes regiões físicas e institucionais do Império. O volume de processos que tramitavam nos Tribunais das Cortes é revelador dessas lutas cotidianas.

Chalhoub considera inadequada a figura do “*feitor ausente*” de que Leila Algranti se utilizou para analisar o papel do Estado como mediador dos conflitos e mantenedor da ordem escravocrata, e preferiu pensar que a atuação deste não seria comparável à dos feitores, mas se daria no sentido de engendrar uma “*política de domínio radicalmente diferente*”. Optando pela leitura de uma descontinuidade, ele acrescenta:

(...) *se a escravidão é uma forma de organização das relações de trabalho assentada numa política de dominação (...), então a emergência de um aparato político-burocrático apto e disposto a interferir sistematicamente nas relações entre senhores e escravos, ou patrões e empregados, é efetivamente um momento de ruptura no processo histórico. (...)*<sup>36</sup>

Sem perder de vista as contribuições de Algranti, porém mais sintonizada com a perspectiva de Chalhoub, entendo que o Estado, tanto quanto as legislações e os demais discursos da sociedade, são “*ilusões que uma época alimenta a respeito de si própria que ela manifesta e esconde, ao mesmo tempo, a sua ‘verdade’, bem como o lugar que lhe cabe na ‘lógica da história’*”<sup>37</sup>.

Quer dizer, as notícias de fugas e as penalidades dos infratores acionam a norma e o descontrole sobre o regime do cativo. A Lei, ao acenar para a liberdade das crias, consegue distender em parte as tensões e garantir a longevidade da escravidão. Entre tensões e distensões, conflitos e litígios judiciais, era preciso administrar o paradoxo

---

válidas no século XIX, era esta a razão apontada pelos juriconsultos (Arouca, Bremeu, Melo Freire)”. *Op. cit.*, p. 104.

<sup>36</sup> CHALHOUB, S. *As Visões da Liberdade*. *Op. cit.*, p. 271.

<sup>37</sup> BACZKO, B. *Op. cit.*, p.303.

que representava promover os princípios da liberdade e garantir os fundamentos da propriedade, inclusive de escravos e escravas, garantindo a continuidade e a legitimidade da transição.

A possibilidade de juntar um pecúlio, entretanto, não desestimula as possibilidades que se oferecem para escravas e escravos que preferem fugir. Tampouco a garantia de liberdade para os filhos funcionaria para todas as cativas, sobretudo para as amas-de-leite, que poderiam continuar a serem alugadas para nutrir outras crianças, em detrimento dos próprios filhos. Em que pesem as táticas para coibir as fugas em emendas e decretos produzidos nesse sentido, e o horizonte de liberdade propiciado com a legislação de 1872, é possível reler aqueles discursos sob diversos ângulos que denotam um poder em exercício e uma sociedade pulverizada em muitas diferenças e desigualdades, mas sobretudo repartida entre duas polaridades – cativa e livre.

A Lei do Ventre Livre passou a reconhecer a personalidade jurídica de escravos e escravas. Muitas mulheres cativas, entretanto, preferiram fugir do cativo e se infiltrar na população urbana e buscar um lugar outro no mercado que se ampliava. Os anúncios proliferaram, tentando perseguir suas passadas manquejantes, suas roupas roubadas, seus aliados “*ladrões*”, com vistas a controlar e orquestrar as relações do trabalho e da vida na capital. Fugir no campo era diferente do que fugir na ou para a capital de província. O mando na fazenda também era diferente da lei nas cidades.

A urbanização acelerada parece acompanhar a percepção de escravos e escravas de que era possível mudar, com chances de mudar para melhor, até por conta da possibilidade de se deslocar e esconder na cidade desordenada<sup>38</sup>. No caso de Felizarda, que fugira dia 9 de fevereiro de 1872, o aviso publicado a 6 de abril encaminha um recado para seu aliado ou sua aliada, considerado/a “*cúmplice*” ou “*ladrão*” por abrigá-la. De acordo com o aviso, até aquele momento a penalidade era de 56\$000, referente à soma dos dias em que ela se encontrava fugida.

O aumento do número de escravas fugidas e, significativamente, a proliferação de descrições das marcas que estão sublinhadas naqueles corpos que fugiam explicitam-se nos anúncios da década de 70. No dia 10 de abril de 1872, por exemplo, encontrei o registro de quatro fugidas: Martha, conhecida por Martinha, de 21 anos, com “*costuras no pescoço e dentes arruinados (...)*”; Maria, conhecida pelo nome de Rosa, “*retinta, cabellos grandes, bonitos dentes, saia de cor havana e paletó branco de listras escuras, ornado de babadinhos (...)*”; Isabel, “*alta e magra, cor retinta, beiços grossos, pés grandes, com cravos, usa carapinha crescida, andar gingador*”; encontrei, ainda, o

---

<sup>38</sup> GEBARA, A. *Op. cit.*, p. 157.

aviso da fuga da “*preta Fortunata*”:

### **FUGIO**

*(...) Acha-se fugida a preta Fortunata. Com os signaes seguintes: crioula, retinta, cabelo grande e repartido do lado, bem fallante, manqueja de uma perna; quem della der noticia ou a levar á rua do Bom-Fim n. 4B, em S. Christóvão, (...) será gratificado(...).*<sup>39</sup>

“*Retinta*”, quer dizer, de cor carregada ou de cor muito escura. *Fortunata* era, além disso, “*crioula*”, ou seja, nascida em território brasileiro e ambientada aos costumes locais. Ao contrário da *negrinha Luiza*, *Fortunata* era “*bem falante*” e, apesar da dificuldade de andar porquanto mancava de uma perna, ela também conseguiu fugir. Como pude observar, boas pernas, boas relações e fala fácil eram traços assinalados na produção da “*peça fujona*”, imagem que facilitava sua identificação e, ao mesmo tempo, e paradoxalmente, também devia ser útil para facilitar a fuga.

Alguns registros eram mais prolixos em detalhes na produção da escrava fugitiva, ao tecerem verdadeiros relatos do cotidiano das mulheres fugidas em enunciados nos quais se percebe tanto um estratagema para ir a seu enalço como a nomeação das artimanhas das mulheres consideradas transgressoras daquela ordem. Esses continham informações que deveriam resultar de conversas investigativas em andamento. Tais pequenos relatos são reveladores do trajeto e de hábitos da propriedade fugida, ou seja, das experiências que a constituíam como tal, mas também desvelam as possibilidades da vida do lado de fora dos estreitos limites da escravidão.

Com efeito, se por um lado as cicatrizes e a recompensa enunciadas advertiam quanto às conseqüências, possibilidades e limites da transgressão, nutrindo rumores que circulavam, a veiculação das descrições das vidas fugidas suscitava não só o interesse de caçadores de escravos como interpelava outras mulheres no cativo para a aventura da fuga ou para recidivas. Nesse sentido, o anúncio da fuga da escrava *Ignez* é uma dessas peças quase literárias que interpelam, com riqueza de detalhes e de possibilidades de vivências fora do regime servil, tanto caçadores de “*escravas fugitivas*” como potenciais “*caças*”:

### **50\$000 de gratificação**

*(...) Fugio no dia 20 de outubro do corrente anno a escrava Ignez, crioula do norte, retinta, altura regular, bem feita de*

---

<sup>39</sup> *Jornal do Commercio*, quarta-feira, 10 de abril de 1872.

*corpo, testa larga, olhos grandes, nariz chato, beijos arrebitados para cima e para baixo, bons dentes, sendo quatro da frente postiços, é bem fallante, tem 20 annos de idade pouco mais ou menos, troca o nome, anda vestida de luto, dizendo que sua senhora morreu e que a deixou forra e está alugada ganhando para si, anda quase sempre junto as pretas da quinta imperial, onde já foi presa; ultimamente tem sido encontrada no Portão Vermelho, Andarahy Grande e Pequeno, Engenho Velho e S. Christóvão nas imediações da Quinta Imperial, com chale na cabeça para melhor esconder-se, anda calçada e bem vestida; consta também que embarca nos bondes para a corte e passeia pela rua Jardim Botânico, onde tem também conhecidos; protesta-se com todo o rigor da lei contra quem a tiver acoutado, e por 2\$ diários desde o dia da fuga; quem a apprehender e levar á rua Sete de Setembro n. 227 receberá a gratificação acima (...).*<sup>40</sup>

Ao veicular diferentes imagens conformadoras da representação da “*escrava fujona*”, aqueles avisos mobilizam desejos potencializados de liberdade, ao mostrarem que a vida poderia se dar para os cativos fora dos limites da dominação do cativo, ou seja, fora das imposições da ordem escravocrata. Aliás, como bem lembra Machado de Assis, “*nem todos gostavam da escravidão*” e “*nem todos gostavam de apanhar pancada*”<sup>41</sup>.

O enunciado acima informa que a escrava Ignez dizia que “*sua senhora morreu e que a deixou forra*” e “*está alugada ganhando para si*”. Como o aluguel de escravos e escravas era costume naturalizado nas cidades, particularmente na capital da Corte, o trecho informa e reafirma a tese de Gebara com relação ao aumento da demanda pelo trabalho, que era praticado tanto de forma livre como por escravos de “*aluguel*” e de “*ganho*”. Escravos e escravas, forros e forras, falsos forros e forras ou pessoas livres disputavam o trabalho no Rio de Janeiro em suas formas híbridas, reveladoras daquela conflituosa transição.

Já no início do século XIX, como Leila Algranti observa, a cidade do Rio de Janeiro vivia basicamente do trabalho escravo. A ampliação da capital, de sua estrutura urbana e administrativa teria reflexos sobre a demanda pelo trabalho, inclusive de serviços públicos, na cidade que não cessaria de crescer geográfica, administrativa e economicamente no curso do período monárquico. O comércio de escravos, por sua vez, não deixou de ser uma atividade rentável, mesmo em suas formas ilegais e

---

<sup>40</sup> *Jornal do Commercio*, terça-feira, 19 de novembro de 1872.

<sup>41</sup> ASSIS, M. de. *Op. cit.*, *passim*.

interprovinciais<sup>42</sup>. Tampouco suas formas bem específicas modeladas na situação urbana, como o aluguel e o ganho, que tenderam a ser cada vez mais exploradas. Com relação à escravidão de aluguel, ela afirma:

*(...) nas cidades brasileiras, os senhores de escravos alugavam os serviços de seus negros por tempo ilimitado a outros proprietários. Estabeleciam no contrato o que desejavam, e findado o prazo, o escravo retornava ao antigo senhor. Despesas com a saúde, vestimenta e alimentação eram geralmente exigidas, e a soma estipulada sem intermediários de qualquer espécie. (...)*<sup>43</sup>

De acordo com o aviso da fuga da escrava Ignez, “*crioula do norte*”, observa-se que o aluguel deve ter se tornado uma alternativa de ocupação e um atrativo a mais para aquelas que sonhavam em libertar-se da vida sob o cativo. Fugindo do domínio senhorial e burlando as normas precárias que regulamentavam os serviços prestados na cidade, ao se dizerem forras ou livres, abriam novas perspectivas de trabalho e possibilidades para seu sustento. Assim, passavam a “*ganhar para si*” e não para o senhor. Para isso, assumiam-se como livres ou forras, posto que, como cativas, até para transitar nas ruas teriam que estar registradas na Câmara Municipal e munidas de identificação própria, o que permitia seu deslocamento na cidade como cativas “*colocadas ao ganho*”<sup>44</sup>.

Mesmo que as cativas postas ao ganho tivessem alguma autonomia de circulação nas ruas da cidade e já pudessem cogitar em comprar suas liberdades, algumas dessas mulheres também preferiram se livrar dos laços da escravidão pela fuga, como a “*parda-escura*” Maria Luiza, que aparece revelada nos traços que distinguem os cabelos, os beijos, os pés e a ferida na perna naquele corpo marcado pelo rigor do trabalho.

### **ES CRAVA FUGIDA**

*(...) Está fugida desde o dia 6 do corrente a parda-escura de nome Maria Luiza, filha da Bahia; levou saia de chita desbotada e panno da Costa; tem cabellos curtos, beijos*

---

<sup>42</sup> Eram comuns os roubos de escravos e a presença de traficantes nas primeiras décadas do século. ALGRANTI, Leila. *O Feitor Ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. 1808-1822*. Petrópolis: Vozes, 1988, pp. 73-7.

<sup>43</sup> ALGRANTI, L. *Op. cit.*, p. 61.

<sup>44</sup> Sobre escravos ao ganho no Rio de Janeiro no período de 1820 a 1888, ver: SILVA, Marilene Rosa Nogueira. *Negro na Rua: (...) Op. cit.*; GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. Rio de Janeiro: Ática, 1978.

*grossos, pés pequenos e uma ferida na canella da perna direita; costume de vender de manhã mingão de tapioca, e de tarde cangica; quem a levar a seu senhor á rua de Santo Amaro n. 5, ou á rua de S. Pedro n. 166, será gratificado, e protésta-se com todo o rigor da lei contra quem lhe der couto. (...).*<sup>45</sup>

Como assinalou Marilene Rosa Nogueira da Silva, a escravidão nas freguesias urbanas, além de diversificada, foi questão relevante tratada em regulamentação própria nas posturas da Câmara Municipal, no empenho de controlar as práticas e seus praticantes que preenchiam as necessidades crescentes de mão-de-obra na Corte. Ao analisar as mudanças que ocorrem na relação entre proprietários e propriedades humanas cativas – apreendidas nas formas de moradia, de circulação e punição dos escravos –, ela desvela uma nova face das relações escravistas no interior do cotidiano escravocrata, quando escravos e escravas também puderam viver a concorrência do trabalho nas ruas, além de desfrutar algumas vantagens relativas à circulação e autonomia.

Ela atenta que tal acomodação não foi economicamente desinteressada. Ao contrário, era uma resultante do interesse de proprietários de escravos e escravas na ampliação da renda e na diminuição das despesas. O crescimento dos pedidos de licenças entre 1860 e 1870 é expressivo desse movimento pelo qual, para os proprietários,

*(...) colocar no ganho escravos deveria representar uma grande oportunidade de lucros, pois o senhor, além de livrar-se dos custos do sustento deste escravo, muitas vezes ainda era mantido pelo trabalho deste nas ruas da cidade. Este investimento fazia-se acessível até para as famílias pobres, que tinham esses negros às vezes como sua única fonte de renda. (...)*<sup>46</sup>

Por acomodação entendo a manutenção da dimensão utilitária daqueles corpos no contexto das condições e necessidades urbanas sob outras formas de seu aproveitamento e exploração. Formas que estariam ainda vincadas pela violência primordial e naturalizada, baseada na idéia de propriedade de uns sobre outros corpos, renovada na relação que garantia aos proprietários uma quantia regular como proventos de serviços dos corpos- propriedades que era previamente negociada.

Assim, desde que entregassem uma quantia diária ou semanal estabelecida aos

---

<sup>45</sup> *Jornal do Commercio*, quarta-feira, 11 de julho de 1877.

<sup>46</sup> SILVA, M. R. N. *Op. cit.*, p. 21.

proprietários e tivessem licença para “*andar ao ganho*”, mulheres e homens cativos poderiam transitar nas ruas, dispor do tempo e utilizar o excedente para obter bens<sup>47</sup>. Após a Lei de 1871, que garantia o pecúlio, esses passariam a poder comprar a própria liberdade com base na legislação nacional. Tal legislação, segundo aquela autora, abria a possibilidade para que acordos e negociações fossem se desdobrando no Rio de Janeiro e nas cidades em novas estratégias de convivência. Assim, ela explica, os confrontos não teriam sido tão numerosos na cidade no período posterior àquela lei, também porque

*(...) o escravo enfrentava o sistema muitas vezes com as armas oferecidas pelo próprio sistema – o corpo mole, o boicote. Relativamente poucos assassinaram seus senhores, ou participaram de rebeliões, enquanto a maioria, por estratégia, invenção ou sorte, ia vivendo. (...)*<sup>48</sup>

Ignez parecia estar inserida nessa maioria, já que por estratégia, invenção e também por sorte ia vivendo. Aos 20 anos, ela, que já havia sido presa perto da Quinta Imperial, transitava e agia no mundo de acordo com os costumes e as condições de possibilidades reconhecidas às pessoas livres e “civilizadas”, ou pelo menos “forras”, quer dizer, “*andava calçada e bem vestida*” pelas ruas da cidade do “*Andarahy*” a “*S. Christóvão*”, embarcava “*nos bondes*” e passeava “*no Jardim Botânico*”, era “*bem falante*” e relacionada.

O aviso deixa ler ainda que os caçadores se associavam aos proprietários, à polícia, aos jornais e às demais instituições jurídico-administrativas da Corte para conter os episódios de fuga e as transgressões de homens e mulheres que eram escravizados. Deixa ler que foram também fortes e frequentes as alianças de solidariedade que se formaram em torno de cativos e cativas na perspectiva de ampliar-lhes o horizonte de possibilidades de resistir e ganhar a vida em outros termos.

No caso das mulheres escravizadas e fujonas, todavia, trata-se de um horizonte que não era largo, visto que limitado pelas marcas que as produzem e as identificam e dão a elas uma margem específica, embora ainda restrita, de autonomia e circulação: são as marcas de raça-etnia, de sexo-gênero, da vida no cativeiro, sobretudo as dos

<sup>47</sup> A autora atenta para a contradição de o escravo, como propriedade, ter a possibilidade de possuir bens. SILVA, M. R. N. da. *Op. cit.*, p. 21. Conforme o Art. IV do Cap. III de *O Escravo ante as Leis Positivas e o Liberto*: § 31, “*O escravo nada adquirira, nem adquire, para si; tudo para o senhor*”. Tal era o princípio do direito romano; fossem direitos reais, desmembrações da propriedade, créditos, legados, herança, posse, ainda que sem ciência e consentimento do senhor. O § 33 esclarece ainda que “*por exceção, porém, adquiria o escravo para si em vários casos, v.g. legado de alimentos e pecúlio*”. In: MALHEIRO, P. *Op. cit.*, pp. 61-2.

<sup>48</sup> *Idem, ibidem*, p. 112.



castigos impressos aos corpos indóceis que não seriam indeléveis. Sem falar na perseguição a que estariam submetidas, como as que estavam sugeridas naqueles enunciados, ao descreverem trajetórias de fuga em suas particularidades. Destaco, ainda, outras dessas imagens...

A escrava Sabina, “*crioula, bastante fula*”, com “22 annos”, era “*quitandeira*”, estatura regular, tinha “*os peitos em pê*” e “*as pernas arqueadas*”; também “*consta que anda alugada intitulado-se livre*”<sup>49</sup>. A escrava Joanna preta, além dos “*beijos grossos*”, tinha “*pernas inchadas*”, “*falla muito atrapalhada*” e o “*olhar muito espantado*”<sup>50</sup>. Rita, além de “*mal-encarada*” aos 25 anos, tinha em um dos braços “*signaes de queimaduras*” e “*levou vestido preto*”<sup>51</sup>.

A multiplicidade de detalhes que compunham a imagem da escrava fugitiva incluía os sinais de doenças e hábitos que eram mal vistos, como a embriaguez, as feições e modos como pacholas, queimadas, mal-encaradas, mancas e cheias de “*vícios*”, ou também atributos positivos – “*bonitas figuras*” e até mesmo “*morigeradas*”. Todos eles remetiam a corpos desapropriados de si, corpos que remarcavam aqueles sinais significativos da escravidão. Cheias de “*vícios*”, essas imagens já estariam marcadas com as insígnias que emergiam nos discursos do poder público, da medicina e da higiene no final do Oitocentos, representando uma parte do considerado mundo das “*classes perigosas*”. Mundo que, segundo Sidney Chalhoub, estava

(...) repleto de sobrevivências culturais que precisavam ser erradicadas para abrir caminho ao progresso e à civilização – havia hábitos condenáveis nas formas de morar, de vestir, de trabalhar, de se divertir, de curar etc., muitos deles mais abomináveis ainda porque manifestações de raízes culturais negras disseminadas nas classes populares. (...) <sup>52</sup>

Com efeito, nos enunciados sobre as fugas já se enunciava aquele alfabeto significante de “*sobrevivências culturais*” que produziam e difundiam desigualdades sociais que, por sua vez, acentuavam aquelas marcas nos corpos. Eram avisos que reiteravam a transgressão à norma escravista, higiênica e racista, formulados na intenção de que aqueles corpos pudessem ser devolvidos a seus lugares naquela que seria “*a ordem*”, ou seja, aos lares de seus proprietários e ao regime do cativo.

<sup>49</sup> *Jornal do Commercio*, terça-feira, 4 de julho de 1882.

<sup>50</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>51</sup> *Jornal do Commercio*, quinta-feira, 6 de julho de 1882.

<sup>52</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. Companhia das Letras, 2004, p. 181.

Eram corpos procriadores, marcados em suas cicatrizes, mas antes delas, pela genitália feminina, pela cor da pele preta, parda ou retinta, por constituírem, além da renda, o sentimento de posse; por serem consideradas patrimônio ou propriedade de um senhor e reconhecidas por funções e atribuições que as distinguiam enquanto mulheres cativas. Eram mercadorias rentáveis de que se apropriavam e em que se investia, ou mulheres destituídas da posse do próprio corpo e da possibilidade de expressar vontade. Por tudo isso, aqueles que significavam mulheres escravizadas eram corpos desejados.

Não obstante suas inúmeras particularidades, os corpos de mulheres escravizadas apareciam naqueles enunciados pela imagem singular de corpos que transgrediam. Quer dizer, eram vistos como iguais, homogêneos, ao significarem corpos cativos e femininos que escapavam, porém eram, também, singulares nas marcas da abjeção e da recusa da ordem. Suas perspectivas plurais estão encerradas na materialidade única que remete à conduta considerada fora da norma e desviante. São sujeitos “*engendrados*”, como assinala Lauretis, não só na experiência de relações de sexo, mas também nas de raça e de trabalho<sup>53</sup>, no caso de trabalho servil, cativo, compulsório.

Elas estão representadas no interior de um sistema simbólico fundado no sexo-gênero, quer dizer, “*um sistema de significações que relaciona o sexo a conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias sociais*”<sup>54</sup>, forjado nas relações do cotidiano escravista. Pensados em termos de matriz de inteligibilidade, como produto cultural, aqueles corpos revelam práticas sociais e regras de funcionamento da sociedade escravista. Pensados em suas singularidades, como corpos que escapam, eles sugerem espaços outros<sup>55</sup>, das margens, das contrapráticas, de saídas que coexistem e concorrem com as representações autorizadas do patriarcado escravocrata.

Nessas imagens da repressão, da negociação ou da transgressão à ordem escravocrata, observo a elaboração da afirmação identitária, como atenta Tânia Swain, em que os corpos de mulheres que fogem aparecem imersos na matriz da inteligibilidade binária do sexo-gênero (feminino/masculino), da raça-etnia (negra/branca) e do estatuto servil (escrava/livre). Na forja binária, essencialista, assimétrica e disciplinar que confere inteligibilidade aos corpos, aqueles também estão construídos por oposição ao referente fixado pelo masculino, modelo desdobrado em homem branco, proprietário e livre, que dá origem a uma “*cascata de desigualdades*” . Desigualdades que, como assinala a historiadora,

---

<sup>53</sup> LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. *Op. cit.*, p. 208-12.

<sup>54</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>55</sup> *Idem, ibidem*, p. 237-8.

(...) encontram-se, assim, fundadas em um discurso de evidência, ocultando-se, desta forma, que a própria idéia de diferença sexual pressupõe todo um aparato valorativo, em que o sexo biológico é tomado como parâmetro principal na classificação do humano. (...) <sup>56</sup>

No elenco de suas classificações, os corpos que escapam fazem parte daquele discurso da evidência e, mesmo pensados como “pessoa-coisa”, quer dizer, inseridos nas relações naturalizadas da escravidão, estão definidos e destinados em sua significação elementar de sexo-gênero, condição civil, idade e raça. Portanto, embora não tenha encontrado a função explícita de ama-de-leite entre as marcas da identidade da mulher que escapa, posso pensar que algumas ou muitas mulheres escravizadas ou “*fujonas*” estariam em idade e em condições de procriação. Nesses avisos, nem todas as funções do cativo, inclusive a de nutriz, apareciam ressaltadas. Imagino que nesses enunciados o traço que a distinguiu como ama-de-leite não interessava mencionar <sup>57</sup>.

Lembrando as experiências de algumas personagens da literatura, particularmente a “*escrava fujona*” Arminda, personagem de Machado de Assis, e de Joanna, de José de Alencar, na trajetória em que ela se serve do papel de ama-de-leite para dissimular o vínculo materno, escondendo-o do filho biológico <sup>58</sup>, penso que a gravidez dessas mulheres também possa ter sido estratégica e/ou discursivamente ocultada. Ressalto, portanto, que a perspectiva de procriação e a possibilidade de tornar-se mãe, mesmo na conjuntura pós-1871 (possibilidade que ainda parece mais evidente antes da promulgação da referida lei), quando os filhos do ventre cativo passariam a ser considerados livres, pode ser cogitada como um provável motivo para a fuga. A maternidade, do ponto de vista das mulheres cativas, poderia representar mais uma experiência de desterro, desapossamento de si e de morte ou afastamento da cria, como parecia significar nas tramas que envolvem aquelas personagens. Nessas pequenas tramas tecidas nos anúncios de fugas, imagino a possibilidade desses e outros corpos femininos, cativos e procriadores – corpos que teriam potencialmente as condições para serem explorados como amas-de-leite –, também pudessem estar camuflados, subsumidos ou dissimulados.

A capacidade para o aleitamento talvez fosse o significado discursivamente

---

<sup>56</sup> SWAIN, Tânia Navarro. Mulheres, sujeitos políticos: que diferença é esta? In: SWAIN, Tânia Navarro & MUNIZ, Diva do Couto Gontijo (Orgs.) *Mulheres em Ação: (...) Op. cit.*, p. 341.

<sup>57</sup> Esses evidenciam geralmente as funções de “*engommadeira*”, “*quitandeira*” e “*lavadeira*” e também os trajes femininos que, além dos nomes e marcas nos corpos, identificam a presença feminina.

<sup>58</sup> O filho fora registrado como livre e a mãe esconde dele o vínculo biológico para poupar-lhe da vergonha de ser visto pela sociedade como filho de escrava. O drama será analisado na terceira parte.

elaborado em relação aos corpos cativos e procriadores, já que a eles a maternidade também costumou ser negada. No caso desses corpos que dão rendas, de que se apropria, o estado biológico que identifica o aleitamento e a procriação não significava “maternidade”, mas a possibilidade de obtenção das rendas do leite e do aleitamento por meio do aluguel dos corpos lactantes. A predisposição para o aleitamento era, portanto, um estado singular naqueles corpos femininos que conferia a eles um valor adicional no mercado financeiro e simbólico das posses e das rendas.

É impossível deixar de pensar, portanto, que em algum momento de suas vidas ao menos algumas daquelas mulheres teriam servido ou estariam prestes a servir como amas-de-leite... Penso também nessa possibilidade ao ler o anúncio que dá publicidade à fuga da escrava Maria, “*achegada a ter criança*”:

### **ES CRAVA FUGIDA**

*(...) Fugio no dia 9 de Agosto, a escrava Maria, crioula, idade 26 annos, que estava depositada em S. José de Além Parahyba; tem os seguintes signaes: estatura baixa, meia vesga, achegada a ter criança, desconfia-se que tenha ido para a côrte ou immediações de Sapucaia; gratifica-se a quem a apprehender ou der noticias certas a Augusto José Soares em S. Sebastião da Estrella, ou a rua da Candelaria n. 48, a Antonio Joaquim de Araujo Ferreira. (...)<sup>59</sup>*

Maria era baixa, “*meia vesga*” (sic) e “*achegada a ter criança*”; portanto, era um desses corpos que pode ter sido alugado como nutriz ao longo de sua história no cativeiro. Além do “*protesto com o rigor da lei para quem acoutasse escravos*”, o fato de que Maria estava “*depositada em S. José de Além Parahyba*” denota outra figura jurídica relevante do mundo da escravidão, particularmente do momento em que os laços de dominação se esgarçavam. São as “*ações de liberdade*”, que também circularam mais intensamente nos tribunais da Corte na segunda metade do século XIX<sup>60</sup>.

Embora até 1871 os escravos fossem juridicamente considerados como mercadoria ou coisa, podiam atuar em processos como testemunhas, réus e, também como autores, tendo, em tese, seu depoimento o mesmo valor daquele de um menor. Os

---

<sup>59</sup> *Jornal do Commercio*, quinta-feira, 1 de setembro de 1887.

<sup>60</sup> Sobre o assunto, ver: CHALHOUB, S. *Visões da Liberdade... Op. cit.*; MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil século XIX*. 3. impr. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; GRINBERG, Keila. *Liberata, a Lei da Ambigüidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

processos que chegavam à Corte de Apelação do Rio de Janeiro vinham de quase todas as regiões do país e apresentavam argumentos diversos. As ações eram apresentadas à Justiça por meio de um advogado, que requeria um curador e um depositário que representasse e acolhesse o escravo ou a escrava até o desfecho da apelação. Nelas, freqüentemente os escravos alegavam ter direito à liberdade por ter sido desconsiderada alforria já concedida.

Enquanto tramitavam aqueles processos que discutiam se escravos teriam ou não sido alforriados, estes eram “*depositados*” em casas de procuradores até que a lei os julgasse como libertos ou que retomassem lugar no cativeiro. Como os avisos do jornal indicam, a opção pela fuga de muitas escravas teria o indeferimento de suas ações de liberdade como uma de suas motivações. Seria, portanto, um último gesto de tentativa de conquista do direito à liberdade após uma jornada exaustiva de tentativas discursivas que envolviam leis, jurisprudências, significações ambíguas, tramitações jurídicas e decisões políticas.

Esses documentos e suas ressonâncias na imprensa também exprimem uma tensão e uma concorrência entre a afirmação dos princípios da propriedade e a transgressão aos princípios da liberdade. Revelam, sobretudo, as principais mudanças que se verificam nas regras do direito como resultante das disputas políticas e da correlação de forças sociais da sociedade escravista. Compartilhando das reflexões de Keila Grinberg, entendo que é importante também lembrar que

*(...) o Brasil do século XIX, sobretudo se comparado com o dos séculos anteriores, era uma sociedade em mudança, que culminou por romper com uma das bases de seu processo de colonização. O fim da escravidão e a constituição do direito positivo aparecem, assim, como parte de um mesmo processo, inseridos que estavam na construção de um Estado que se pretendia liberal. (...)*<sup>61</sup>

Com efeito, como outros discursos veiculados à época, os avisos circulam e sinalizam para a permanência de costumes e idéias-imagens escravagistas construídos na experiência colonial e para as figuras recém-criadas do direito positivo, identificadas com o Estado liberal que se pretendia edificar. Assim, também os enunciados dos anúncios de fuga revelam aqueles sinais do deslocamento das regras do direito, pelas quais se podia negar ou reafirmar a liberdade supostamente já concedida. Nesse sentido, a repercussão e o significado dessas ações, tanto quanto a própria atuação do Estado a

---

<sup>61</sup> GRINBERG, K. *Op. cit.*, p. 100.

partir de 1860<sup>62</sup>, transparecem a crescente perda de legitimidade da instituição escravista.

No aviso de fuga de Maria, vejo que ela é mais uma daquelas mulheres que recorreram à justiça e não conquistaram a “liberdade” naquelas ações que tramitavam e, por isso, preferiram fugir a ter que se submeter novamente aos aprisionamentos concretos e simbólicos do cativo. Como a tramitação dessas ações poderia ser morosa, desdobrando-se em embargos e contestações e protelando no tempo a sentença definitiva – passando pelo Tribunal da Relação e pelo Supremo Tribunal de Justiça –, ao final do processo, voltar para o jugo senhorial apresenta-se a ela inaceitável. Isso é também o que parece ter pensado Joaquina...

### **FUGIO**

*(...) Fugio no dia 13 do corrente mez a escrava Joaquina, crioula, alta, gorda, dentes claros, desembaraçada e bem fallante. Tendo proposto acção de liberdade á sua senhora e tendo della decahido, fugio em um tilbury no mesmo dia, ao saber que se passava mandado de prisão contra ella. Durante o pleito habitava na rua Sete de Setembro n. 181, e anteriormente na rua da Constituição n. 6. Protesta-se contra que a acoutar, e gratifica-se a quem a entregar a sua senhora na rua da Quitanda n. 50 1º andar, ou na rua Formosa n. 50, residencia do Sr. Major Luiz de Beaurepaire Roban. (...)*<sup>63</sup>

Não foram poucas as mulheres que contestaram o cativo pela fuga, após tentarem obter também na justiça o direito à liberdade. Além dessa motivação, o aviso que anuncia a fuga da escrava Turíbia em alguns de seus detalhes me faz pensar novamente na possibilidade de estar ela também fugindo do que representava parir e ter que servir como ama-de-leite. Propriedade de Manoel Antonio Mendes, que a reclamava, ressaltando sinais da aparência física – “crioula”, “baixa”, “pouco fula”, “cabello carapinhado”, “testa curta”, “orelhas pequenas”, “beiços grossos”, “boca e dentes grandes e muito claros” –, o aviso acrescentava um dado que me parece significativo: ela levava em sua companhia “um recém-nascido de cor parda, filho da mesma escrava”.

---

<sup>62</sup> Refiro-me aos direitos adquiridos por escravos, tais como a não separação das famílias, ao pecúlio e a autocompra (1871). Sobre o assunto, ver: CASTRO, Hebe Maria Mattos de. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: NOVAIS, F. (Dir.) & ALENCASTRO, L. F. de. (Org.) *Op. cit.*, pp. 337-384.

<sup>63</sup> *Jornal do Commercio*, sabbado, 24 de agosto de 1872.

## **ES CRAVA FUGIDA**

*(...) Fugio no dia 7 do corrente, pelas 5 ½ horas da tarde, da rua do Senado n. 21, a escrava Turibia, propriedade de Manoel Antonio Mendes, com os signaes seguintes: crioula, baixa, pouco fula, cabelo carapinhado, testa curta, orelhas pequenas, beiços grossos, boca e dentes grandes e muito claros, levando em sua companhia um recém-nascido de côr parda, filho da mesma escrava, protestando-se com rigor da lei contra quem a tiver acoutada, visto já terem se dado todas as providencias (...).*<sup>64</sup>

Igualmente, a escrava Gregória era outro corpo de mulher cativa demarcado em suas características físicas, haja vista que a referência ao “*recém-nascido*” é um desdobramento da sua descrição. Corpo de mulher, este também estava definido em sua natureza e destinação biológica e na imagem de uma fatalidade<sup>65</sup> que, todavia, no corpo cativo não desembocaria na maternidade tal como difundida entre as elites proprietárias, mas na contraface singular da procriação como possibilidade de sobre-exploração por meio dos aluguéis auferidos com os serviços de aleitamento de rebentos de famílias proprietárias. Tal imagem síntese – mãe-filho/a – me leva a observar a fuga como uma possível forma de escape da dominação escravista, particularmente uma fuga da exploração do corpo feminino e cativo para o aleitamento de crianças no mercado de escravas. Como era naturalizada a exploração econômica de escravas em condições de aleitar outras crianças, é possível que Gregória tenha fugido principalmente ante a possibilidade de ter que servir como ama-de-leite. Ela era clara, sardenta, com cabelos castanhos e crespos, inclusive (...) “*estava grávida*” e, segundo o anúncio que reclama a fuga, “*consta que já teve o filho*”.

## **PARDA GREGORIA**

*(...) Anda fugida desde o dia 22 de Maio proximo passado, a escrava Gregoria, parda clara, sardenta, cabelos castanhos e crespos, com falta de um dente na frente e os mais cariados, estava grávida e consta que já teve o filho: protesta-se com todo o rigor da lei por todos os damnos e prejuizos contra quem a tiver acoutada; quem aprehender, ou dar noticia dela ao seu senhor á rua da Floresta n. 51, será gratificado. (...)*<sup>66</sup>

<sup>64</sup> *Jornal do Commercio*, sabbado, 16 de julho de 1887.

<sup>65</sup> SWAIN, Tânia Navarro. Mulheres, sujeitos políticos: que diferença é esta? In: SWAIN, T. N. & MUNIZ, D. do C. G. (Orgs.) *Op. cit.*, pp. 337-353.

<sup>66</sup> *Jornal do Commercio*, sabbado, 16 de julho de 1887.

Gregória fugira quase dois meses antes da publicação do anúncio e talvez tenha arquitetado a fuga diante daquela possibilidade, optando por de ter e criar o filho, que em 1887 já seria considerado ingênuo, longe do cativo. Se esse era seu intento e se Gregória foi “*Felizarda*” ou “*Fortunata*” é difícil saber. Em 13 de maio de 1888, ou seja, dez meses após aquela publicação de julho, entretanto, todas elas deixariam ao menos de ser identificadas pelas marcas do estatuto da escravidão. Mas, mesmo assim, preservariam algumas marcas que as distinguiam como seres hierárquica e culturalmente considerados inferiores, tais como as de sexo-gênero, de raça-etnia. Também não perderiam as marcas da violência vivida, forjadas na memória do cativo.

Desapareceriam definitivamente nos jornais aqueles avisos que contam um fragmento importante das histórias de tantas mulheres, inclusive de Delfina, Helena, Anna de Benguela, Rosa, a preta Balbina, a parda Benedicta, a preta Lucrecia, que tornou a fugir, Martha, conhecida por Martinha, Rosa, preta mina, a crioula Isabel, a preta Fortunata, Angélica, Ermelinda, Sabina, Joanna preta, negrinha Luiza, a parda Cândida, a escrava Ignez, crioula do Norte, Felizarda e tantas outras...

Seus nomes destacaram-se daquelas páginas em que figuraram como objeto de reprimenda às práticas de fuga e significaram o sentimento de reprovação, raiva e a injúria de proprietários que se sentiram lesados em seus serviços, suas rendas e patrimônios. Seus nomes significaram, por outro lado, principalmente nas duas últimas décadas do Império, bandeiras de luta nos discursos sobre a escravidão. Os avisos são suportes em que é possível perceber a criação cuidadosa e ruidosa de detalhes figurativos reveladores das lutas sociais e simbólicas que faziam superpor o poder punitivo escravista às formas engenhosas da disciplinarização moderna.

Trata-se de uma superposição de signos e significados que se exprime na aparelhagem dos avisos de fugas de escravas publicados na imprensa e que modelam aqueles corpos em seus detalhes nada disciplinados. Mesmo naqueles corpos, de acordo com a perspectiva política de que fala Foucault, nenhum detalhe é indiferente, tanto pelo sentido que nele se esconde como pela entrada que aí encontra o poder que quer apanhá-lo<sup>67</sup>. Na conjuntura peculiar do regime escravista sob o ideário liberal<sup>68</sup>, os

---

<sup>67</sup> Sobre o corpo disciplinado, Foucault diz que “*nenhum detalhe é indiferente, menos pelo sentido que nele se esconde que pela entrada que aí encontra o poder que quer apanhá-lo*”. Aqui, acrescentamos: “tanto” pelo sentido que nele se esconde “como” pela entrada que aí encontra o poder que quer apanhá-lo. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir. Op. cit.*, pp. 129-130.

<sup>68</sup> Sobre a idéia do ideário liberal como “matriz sujeita à re-interpretação local” e a especificidade do liberalismo na realidade escravista brasileira, ver SCHWARTZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas*. São



avisos revelam uma superposição de temporalidades, isto é, a manifestação do humanismo moderno que se articula no interior de relações de trabalho compulsório oriundas da experiência colonial.

Por isso, nesses pequenos enunciados, é possível observar a orquestração política dos detalhes e o exercício do poder entranhado nas pequenas coisas. Segundo Foucault,

*(...) uma observação minuciosa do detalhe, e ao mesmo tempo um enfoque político dessas pequenas coisas, para controle e utilização dos homens, sobem através da era clássica, levando consigo todo um conjunto de técnicas, todo um corpo de processos e de saber, de descrições, de receitas e dados. E desses esmiuçamentos, sem dúvida, nasceu o homem do humanismo moderno.<sup>69</sup>*

---

Paulo: Duas Cidades, 1977; FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. As idéias estão no lugar. *Cadernos de Debates*, 1, 1976; BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Cia das Letras, 1992; GRINBERG, K. *Op. cit.*

<sup>69</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. *Op. cit.*, pp. 129-130.

## **PARTE III**

**Amas-de-leite na literatura e na iconografia: o desapossamento  
ressignificado**



ALBERTO HENSCHEL, Coleção G. Ermakoff. Babá com o menino Eugen Keller, c. 1874, Pernambuco.  
VILLELA, Fundação Joaquim Nabuco. Augusto Gomes Leal com a ama de leite Mônica, c. 1860, Pernambuco.  
FOTÓGRAFO NÃO IDENTIFICADO, Acervo Instituto Moreira Salles, c. 1870, Bahia.  
J. H. PAPP, Coleção G. Ermakoff, c. 1899, Petrópolis.  
RODOLPHO LINDEMANN, Coleção Aparecido Jannir Salatini.

## Capítulo 1

### “Rainha ou escrava, mãe é sempre mãe”

Não só os avisos de fuga informam sobre mulheres que reagiram aos mandos, desmandos e fugiram do cativeiro. A literatura também produziu imagens fortes que nutrem o imaginário social. Na terceira parte dessa tese, pretendo acercar-me das imagens de amas-de-leite que foram construídas com materiais da poesia, da prosa e da iconografia que compõem outros suportes de sentido. Nas peças de literatura que analiso no primeiro e segundo capítulos dessa parte, releio as trajetórias de Joanna, Arminda e Guilhermina, personagens que me remetem a corpos igualmente desapossados de mulheres. Elas representam personagens desenhadas em corpos de mulheres que procriaram e nutriram no cativeiro, isto é, representam mulheres que foram vistas, reconhecidas e significadas em corpos que amamentam crianças de outras mães. Ressalto nesses corpos que procriam, a impressão de gestos de resistência e de luta em diferentes estratégias de sobrevivência. Os textos deixam transparecer outras identidades ou condições de possibilidades de existências de mulheres cativas sob a coerção física e moral da ordem escravista em imagens que foram cinzeladas na pena de José de Alencar, de Machado de Assis e de Augusto dos Anjos.

A literatura me oferece um conjunto largo de possibilidades para a abordagem do passado, na medida em que, embora os autores trabalhem com a matéria da criatividade absoluta, eles buscam atingir um “efeito de real” que possibilite a leitura de uma versão plausível e convincente dos acontecimentos e das relações entre os personagens. Como assinala Sandra Jatahy Pesavento, enquanto o tecido da historiografia está comprometido com “o que aconteceu”, ainda que mediatizado por um narrador que “organiza o acontecido” e “ordena os acontecimentos”, o discurso literário trabalha com o que “poderia ter acontecido”<sup>1</sup>. Com isso ela quer dizer que, enquanto os textos históricos comportam recursos ficcionais, numa escrita “controlada pelo documento, pelo arquivo, pelo caco e pelos traços do passado que chegam até o presente”<sup>2</sup>, os textos literários cercam-se de “estratégias documentais de veracidade”, que nos interessam aqui, por trazerem à luz alguns dos valores, comportamentos, gestos,

---

<sup>1</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras da ficção: diálogos da história com a literatura. *XX Simpósio Nacional da Anpuh. História: Fronteiras*. Vol 2. NODARI, Eunice, PEDRO, Joana & IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. Florianópolis; São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP/Anpuh, 1999, pp. 819-830.

<sup>2</sup> *Idem, ibidem*, p. 820.

inclusive motivações e imaginários que serviam como guias para as ações das pessoas àquela época.

Em forma de dramaturgia, prosa e poesia, em gravuras e fotografias, a óleo ou aquarela, impressas na pedra, no metal e no papel, imagens de amas-de-leite foram desenhadas na pena, no buril e no olhar de muitos artistas cultuados e reconhecidos. Suas imagens aparecem em diferentes materialidades, formas, gêneros, na expressão romântica, realista, simbolista, modernista, e, significativamente, não consegui encontrá-las (ainda) na escrita de autoras mulheres<sup>3</sup>.

A imagem da ama-de-leite escrava aparece na produção de José de Alencar, que idealizou heróis e heroínas não só nas florestas e no sertão do país, mas também nas cidades, buscando retratar personagens que pudessem ser vistos como tipos nacionais em seus traços identitários minuciosos. Na intenção de cobrir com sua narrativa o passado e o presente, o campo e a cidade, o sertão e o litoral<sup>4</sup>, segundo Alfredo Bosi, Alencar construiu um cenário selvagem<sup>5</sup>, onde exercitou uma espécie de “*crítica emocional*” aos traços do progresso e da civilização e, em atitude romântica, buscava evadir-se no tempo e no espaço, talhando heróis encarnados em forças da natureza<sup>6</sup>.

O cearense de Mecejana<sup>7</sup> pretendia representar a natureza ao modelar personagens indígenas e sertanejos, mas cuidou também de caracterizar tipos urbanos da Corte imperial. Em suas tramas, homens e mulheres atuam em encenações impregnadas de sentimentos ambivalentes que traduzem um repertório de comportamentos mais ou menos adequados em relação às conveniências sociais vigentes no Segundo Reinado. Alencar estava se iniciando na seara das letras no Rio de

---

<sup>3</sup> Não encontrei referência sobre as amas-de-leite na produção literária e bibliográfica de escritoras do período que, além de pequena, geralmente não se encontra em arquivos públicos, o que sinaliza para o fato de que poucas autoras conseguiram romper com um silenciamento produzido pela cultura masculina. Sobre o assunto, ver RAGO, Margareth. Cultura feminina e tradição literária no Brasil (1900-1932). In: SWAIN, Tânia Navarro & MUNIZ, Diva do Couto Gontijo (Orgs.) *Mulheres em Ação: práticas discursivas, práticas políticas*. Op. cit., pp.195-216.

<sup>4</sup> Reconhecido em seu lugar central na produção romântica, pela natureza e extensão da obra que produziu, José Martiniano de Alencar compôs uma verdadeira “suma romanescas do Brasil”. MONTENEGRO, Olavo. *O Romance Brasileiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938, p. 41.

<sup>5</sup> Para o autor, é a “(...) conaturalidade que o encanta: desde as linhas do perfil até os gestos que definem um caráter, tudo emerge de um mesmo fundo incôscio e selvagem, que é a própria matriz dos valores românticos. (...)” BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 42. ed. São Paulo: Cultrix, 2004, p. 137-140.

<sup>6</sup> Os elementos da natureza aparecem com especial ênfase na produção romântica associada às sensações que podem provocar nos homens. Segundo Naxara, os quadros da natureza construídos no romance têm a intenção de “realçar a grandeza da natureza brasileira, mesmo nos pequenos detalhes, e sua influência na formação do povo que a habita e na concepção de história que dela se forma”. NAXARA, Maria Regina Capelari. *Cientificismo e Sensibilidade Romântica; em busca de um sentido explicativo para o Brasil do século XIX*. Brasília: EdUnB, 2004, p. 261.

<sup>7</sup> Imerso nas representações sociais de seu tempo, Alencar nasceu em Mecejana, no Ceará, em 1 de maio de 1829. Mudou-se com a família para o Rio de Janeiro em 1830.

Janeiro<sup>8</sup> e havia escrito duas comédias<sup>9</sup> quando, em 1859, publicou o drama em quatro atos intitulado “*Mãe*”. Nele, a escrava Joanna desempenha o papel de ama-de-leite para dissimular a própria maternidade e, assim, livrar o filho, Jorge, das marcas indeléveis da inferioridade e da desonra que o vínculo de sangue com o mundo da escravidão estabelecia. A obra literária não teria sido construída, portanto, sem observar estratégias de veracidade, como observou Pesavento. Ao contrário: embora não tenham sido comuns no cotidiano carioca, as relações de mãe escrava com o filho livre, tal como foram retratadas na narrativa de Alencar encenada no Rio de Janeiro pela primeira vez em março de 1860, também não seriam tão incomuns. Robert Slenes encontrou registro dessa situação de escrava mãe de filho livre em Campinas e, dessa situação também ele partiu para desvendar “*relações de poder entre homens dominantes e mulheres subalternas*” – senhores e escravas, no Oeste paulista. No caso analisado por Slenes, o documento que dá origem a seu artigo é um registro de alforria de 1869, concedido pelo filho livre à mãe por ocasião de seu casamento e maioridade, já que o filho havia herdado a mãe escrava. Trata-se, segundo o historiador, de um caso extremo que ilumina a norma e resulta em liberdade, ao contrário do melodrama de Alencar, que resulta em morte<sup>10</sup>.

Essa trama se desenrola entre sete personagens. No primeiro ato, ele apresenta Gomes e Elisa, funcionário endividado com a recente perda da mulher doente, e filha, que costura para ajudar nas despesas. No primeiro ato, introduz a protagonista Joanna. Como escrava do vizinho, “*nhonhô Jorge*”, Joanna aparece na casa do Sr. Gomes para se desdobrar em trabalhos domésticos, o que logo suscita o comentário de Elisa que retrata as funções, papéis e posições sociais nas relações escravistas: “*Tu nos serves, como si fosses nossa escrava. Todas as manhãs vens arranjar-nos a casa. Varres tudo, espanas os trastes, lavas a louça e até cozinhas nosso jantar*”<sup>11</sup>.

---

<sup>8</sup> O autor publicou crônicas no *Correio Mercantil* (1854) e colunas e folhetins no *Diário do Rio*, inclusive *O Guarany* (1856-57).

<sup>9</sup> *O Rio de Janeiro: verso e reverso* (1857) e *O Demônio Familiar* (1858).

<sup>10</sup> Isidoro era filho de Lúcio Gurgel Mascarenhas com a escrava Ana e teria começado a vida no cativeiro se o pai não o tivesse libertado na pia batismal, mesmo que não tenha assumido a paternidade. No registro paroquial, constava ter “pai incógnito”. Lúcio teve ainda três outros filhos com duas outras escravas, Rufina e Maria, que também foram batizados como livres. Além dos quatro, o pai reconheceu outros dois filhos apenas no testamento elaborado pouco antes de morrer em 1861, deixando-lhes suas propriedades. Ele, Lúcio, estaria reproduzindo a própria história, já que era também filho natural, reconhecido pelo pai também moribundo. Às escravas, ele não concedera alforria. Elas viram seus filhos tornarem-se herdeiros de Lúcio, o que não lhes garantia permanência junto aos filhos nem a liberdade. Ainda correram o risco de serem vendidas e continuaram a ser tratadas pelos tutores como cativas de fato, não apenas na lei. Ver: SLENES, Robert W. Senhores e subalternos no Oeste paulista. In: NOVAIS, F. (Dir.) & ALENCASTRO, L.F. (Orgs.) *História da Vida Privada no Brasil*. (...) *Op. cit.*, pp. 234-53.

<sup>11</sup> ALENCAR, José de. *Mãe. Drama em quatro actos*. In: *José de Alencar com uma Introdução por Mario de Alencar*. Collecção Áurea. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1922, p. 194.

Interpelada pela moça se o Jorge, seu “*nhonhô*”, tinha conhecimento das visitas de trabalho da escrava, já que “*muitos senhores não gostam que seus escravos sirvam a pessoas estranhas*”, Joanna retruca, elogiando aquele a quem trata como senhor, embora fosse seu filho e motivo do segredo que movimenta a trama: “*Vm. não conhece meu nhonhô? Não sabe como ele é bom? (...) Iaiá é moça bonita! E eu que sou sua mulata velha... Desde que nhonhô Jorge nasceu que o sirvo, e nunca brigou comigo!*”. O diálogo inicial é expressivo da relação de uma “*boa escrava*” com o seu “*bom senhor*”, quando o autor apresenta o primeiro sinal do conflito:

(...) *Elisa*  
*Foste tu que o criaste?*  
*Joanna*  
*Foi, iaiá. Nunca mamou outro leite sinão o meu...*  
*Elisa*  
*E porque elle não te chama – mamãe Joanna?*  
*Elisa*  
*De que te espantas? Uma cousa tão natural!*  
*Joanna*  
*Nhonhô não deve me chamar assim!... Eu sou*  
*escrava, elle é meu senhor.*  
*Elisa*  
*Mas é teu filho de leite.*  
*Joanna*  
*Meu filho morreu! (...)*<sup>12</sup>

A peremptória afirmação de Joanna de que ela seria apenas escrava e que seu filho morreria, daí sua recusa em ser identificada como “*mamãe Joanna*”, assinala no diálogo um espaço de silêncio e uma fronteira no campo dos sentidos. Definitiva, a identidade de ama-de-leite serviria como disfarce para justificar sua dedicação extremada ao filho biológico, que ela insiste em tratar como senhor.

O diálogo travado nas primeiras cenas revela a naturalidade com que era vista a identidade da ama-de-leite, que encobre, dissimula e alimenta a pulsação do drama. A mãe é escrava do filho que desconhece o vínculo biológico e primordial. Era a condição de cativa a ele não revelada que justificaria a relação afetiva desenvolvida entre a escrava e o jovem, garantindo o *status* de pessoa livre a Jorge e, ao mesmo tempo, a proximidade na relação que só uma ama-de-leite poderia nutrir por seu “*nhonhô*”<sup>13</sup>.

<sup>12</sup> ALENCAR, J. de. *Op. cit.*, p. 195-6.

<sup>13</sup> Apresenta-se, portanto, desde o início na personagem Joanna o papel naturalizado de mulher escrava no Oitocentos, responsável por múltiplas atividades domésticas que incluem varrer, lavar, arrumar, cozinhar. Joanna, por meio da disposição e dedicação absoluta ao trabalho, garantia o vínculo e a dependência do filho e senhor livre, suprimindo suas necessidades cotidianas na vida doméstica.

O artifício acomoda bem, aos olhares da época, a intensidade da afeição da escrava por Seu Jorge, seu senhor e filho de leite (ela insiste), com quem ela manteria uma relação de lealdade na escravidão. Por outro lado, renunciar ao reconhecimento pelo filho da condição de mãe sinaliza para a imensurável capacidade para o amor das mulheres, mesmo que escravas, fundada na “*vocação natural para a maternidade*” e naquela “*missão sagrada*”. Tal renúncia também reforça a imagem de ama-de-leite, na medida em que remete ao exercício de uma dedicação extremada de mulheres que viveram experiências dadivosas como “*mães pretas*”.

Coloca-se aí, portanto, uma das imagens de ama-de-leite que foram construídas e veiculadas no Rio de Janeiro oitocentista. Uma imagem que faz operar a lógica racionalista, essencialista e androcêntrica, articulada em dualidades, que projeta e reproduz uma leitura do mundo social e escravocrata em forma binária. Em relação ao referente masculino e livre, a imagem da cativa aparece cunhada na matéria que modela o feminino, reiterando a capacidade para a dedicação extrema e incondicional conferida pela natureza, que determina a vocação para a maternidade.

O pressuposto binário que emoldura o pensamento e confina a leitura de experiências múltiplas em trilhos dicotômicos é, portanto, o mesmo que engendra o mecanismo que movimenta, em contraponto, um jogo de significações que expressam assimetrias por meio de noções que são articuladas, mesmo quando não aparecem aos pares, por exemplo: feminino/masculino, escravidão/liberdade; natureza/cultura, primitivo/moderno, barbárie/civilização; privado/público, para enumerar algumas delas. Entre essas noções binárias que especialmente me interessam, Joanna ocupa o lugar do feminino e da maternidade no cativo, ou seja, lugar de uma abnegação completa e modelar, que encara até a morte para garantir ao filho a vida, o bem maior.

A relação entre papéis e localizações sociais no drama recria uma relação, uma assimetria e uma complementaridade entre o feminino e o masculino, o cativo e a liberdade, a mãe e o filho, encarnando representações que exprimem os códigos da sociabilidade do período. A máscara de ama-de-leite foi imagem da qual Joana se serviu para esconder o verdadeiro (e para ela perigoso) vínculo de mãe, que preferiu e conseguiu disfarçar até o fim do drama.

O primeiro ato expõe elementos do conflito que se instala definitivamente no ato seguinte, quando aparece Dr. Lima, recém-chegado no paquete da Europa (e hospedado no Hotel da Europa<sup>14</sup>). O diálogo entre o “*doutor*” e a escrava permitem entender a situação, quando ambos rememoram a relação dela com o falecido proprietário. Do

---

<sup>14</sup> Não por acaso, além de lugar de origem, Europa é nome do hotel onde o amigo se hospeda.



diálogo, depreende-se que Soares havia comprado Joanna ainda grávida, por “*dous contos de réis*” e, assim que o menino nasceu, foi “*logo baptisado como filho d’elle, sem que ninguém soubesse quem era sua mãe*”.

Percebe-se nesse trecho que o proprietário assumira a paternidade da criança, cuja mãe escrava comprara, falecendo logo depois. A morte do proprietário permitira que Joanna suprimisse acontecimentos (e não explicitasse vínculos importantes) de sua história e criasse uma versão para alterar seu destino. Como Dr. Lima havia conhecido a história e a versão contadas pela mesma Joanna, ainda que contrariado, prometera nunca dizer qualquer palavra a Jorge. Mas sempre insistia para que ela contasse a verdade ao filho, inclusive, advertiu-a: “*Continuarás a ser escrava de teu filho. Será para elle a dôr mais cruel quando souber...*”<sup>15</sup>.

A tensão se estabelece projetada na imaginação de Dr. Lima, quando o autor<sup>16</sup> insinua qual seria a dor do filho no dia em que soubesse que tinha a mãe por escrava. Em contraponto, olhando da perspectiva materna, ele calcula que dor ainda maior seria a dela, ao pensar que dera a vida ao filho e este poderia ter sido reconhecido escravo como a mãe. A escravidão era uma mancha que estava impressa naquela sociedade e orientava as condutas de mulheres e homens cativos e livres, desenhando fronteiras e definindo comportamentos, trajetórias e também omissões, portanto, o texto exprime que para ela e o conjunto da sociedade seria mais ou menos a mesma coisa ser “*escravo*” ou reconhecido como “*filho de escrava*”. Mesmo que Jorge fosse considerado livre em virtude da perfilhação assumida por Soares, para Joanna ele não estaria livre do sentimento de “*ser inferior*”, por ser filho de escrava.

Por isso, ela retruca:

(...)  
*Meu senhor, Vm teve sua mãe... Lembre-se que dor a pobre havia de sentir si seu filho tivesse vergonha d’ella!... Não o faça desgraçado! E por causa de quem?... De mim que morreria por elle. (...)*<sup>17</sup>

Privar Jorge da vergonha de ser filho de escrava seria o mesmo que privá-lo de uma “*desgraça*”, coisa que só uma “*mãe verdadeira*” poderia ser capaz, diante do preço de não poder desfrutar o amor do filho desvelado. De acordo com o texto, ela morreria

---

<sup>15</sup> ALENCAR, J. de. *Mãe*. *Op. cit.*, p. 203.

<sup>16</sup> Como atenta Foucault, o autor não entendido como indivíduo falante, mas como “princípio de agrupamento do discurso” ou “aquele que dá à inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real”. FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*. 3. ed. São Paulo: Loyola, p. 26. *Op. cit.*, p. 27-8.

<sup>17</sup> ALENCAR, J. de. *Mãe*. *Op. cit.* p. 203.

por ele e não admitia que pudesse sofrer tamanha vergonha. Em outras passagens, a protagonista revela a contradição vivida nos papéis de mãe e escrava em meio a sentimentos oscilantes entre a alegria e a dor imensa. Nesse movimento, com a morte do proprietário, que incorpora e revela a imagem de “*senhor bom*”<sup>18</sup>, ela se aproveita da possibilidade de burlar os fatos e construir um silêncio sobre sua maternidade, garantindo o lugar honrado de “*senhor livre*” ao filho amado. E o amigo da família que retornara, Dr. Lima, seria ali chamado a guardar o segredo até “*habituarse*” com a realidade encontrada. Ao que Dr. Lima replica, demonstrando seu pesar:

(...) *Nunca me habituarei!... Tu não sabes como te admiro, Joanna; e como doe-me no coração ver esse martyrio sublime que te condemnas (...)*<sup>19</sup>.

A peça se desenrola, portanto, em torno do “*martyrio sublime*” da mãe-escrava. De acordo com o texto, Joanna poderia ter-se tornado forra com o dinheiro conseguido em seu trabalho extra, mas preferiu gastá-lo na educação do filho sempre tratado como “*senhor*”, expressando mais uma vez o gesto significativo da abnegação exemplar, da capacidade magnânima de renúncia da mãe. O papel de ama-de-leite foi uma saída que encontrou para viver a plena maternidade, já que a alforria poderia significar distância do filho. Sua estratégia previa a convivência dedicada ao filho, como senhor, preservando gestos de afeto e garantindo uma relação de cuidados cotidianos, inclusive por permanecer no cativeiro. Os diálogos confirmam a renúncia da mãe escrava diante de oportunidades que teve de tornar-se liberta.

O sofrimento “*sublime*” de mãe aparece impresso na condição de escrava, significando tanto privação da liberdade quanto um estado fundado em uma espécie de “*natureza primitiva*”, quer dizer, “*natural*”, “*não-civilizada*”; ela, que dera a vida ao filho, pensava ter conseguido suprimir de sua vida o que significava para ela uma dor maior:

(...) *Ah! Quando senti o primeiro movimento que elle fez no meu seio, tive uma alegria grande, como nunca pensei que uma escrava pudesse ter depois de uma dor que só tornarei a ter si elle souber. Pois meu filho havia de ser escravo como eu? Eu havia de lhe dar a vida para que um dia quizesse mal a sua mãe? Deu-me vontade de morrer para que elle não nascesse... Mas isso era possível?... Não, Joanna devia viver (...)*<sup>20</sup>.

<sup>18</sup> A literatura e a historiografia brasileira foram responsáveis pela produção da imagem do “senhor bom”, sobretudo quando em relação comparativa com a experiência da escravidão em outras partes da América.

<sup>19</sup> ALENCAR, José de. *Mãe*. Op. cit. p. 203.

<sup>20</sup> *Idem, ibidem.*, p. 202.

Uma “*alegria grande*”, ela expressa, quando percebe o primeiro movimento em seu seio – “*como nunca pensou que uma escrava pudesse ter*” –, sentimento que contrasta com a dor que imaginava ter, se ele soubesse ser “*filho de escrava*”. Na ambigüidade vivida entre a grande alegria e tamanha dor, pensou inclusive em morrer, “*para que elle não nascesse*”, dando a ler a ambivalência do desejo da vida, na impossibilidade da liberdade no cotidiano do cativo. Na pena de Alencar, a opção pela vida, ao invés da morte, estava em dissimular a posição de mãe, para aproveitar-se do papel que estava naturalizado na sociedade como coadjuvante, ou a “*maternidade transferida*”<sup>21</sup>, garantindo, assim, a posição social associada à liberdade ao filho e a convivência pela prática do ensinamento de Rousseau, para quem “*nosso primeiro preceptor é nossa ama*”<sup>22</sup>.

Acompanhando a construção dos sentidos que entrelaçam imagens do “*amor materno*” e de mulher escravizada, no terceiro ato Alencar descreve mais um episódio da capacidade desmedida de renúncia da mulher para viver para os filhos e para os outros. Nele, Jorge trava diálogo com Joanna e, em seguida, com o Dr. Lima e revela sua necessidade de quantia avultada – quinhentos mil-réis – para amparar um pai necessitado. Ele já havia empenhado o relógio e tentava empenhar a mobília, ao que Joanna retruca que, “*mesmo velha, ainda vale mais do que isso*”.

No embate entre filho e mãe, ou melhor, entre senhor e escrava, Jorge insiste em não querer roubar a liberdade que já havia dado a Joanna:

(...) *Queres que para evitar um mal, commetta um crime?...*  
*Mas Joanna insiste: “(...) Não sou forra!... Não quero ser!... (...)*  
*Sou escrava de meu senhor!... E elle não há de padecer*  
*necessidades!...”*<sup>23</sup>

O conflito é acirrado quando chega o negociante para comprar os trastes e acaba por levar Joanna, por quem oferece 300\$000 em vista de que “*está velha*”. O negócio acaba fechado em 500\$000 por conta da intervenção de Joanna, que alegou saber “*coser, lavar, engommar, varrer, arrumar*” e ainda ter “*tempo de fazer costuras*,

---

<sup>21</sup> O conceito é de Sueli Gomes Costa em Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. In: *Revista de Estudos Feministas*. N.2, 2002, 301-323; Apud SEGATO, R.L. O Édipo brasileiro: A dupla negação de gênero e raça. In: STEVENS, Cristina. *Maternidade e Feminismo: Diálogos Interdisciplinares*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007 (no prelo).

<sup>22</sup> Para Rousseau, “esta palavra educação tinha, entre os antigos, sentido diferente do que lhe damos hoje: significava alimento”. ROUSSEAU, J-J. *Emílio ou da Educação*. *Op. cit.*, p. 16.

<sup>23</sup> Embora Jorge insista que considera Joanna forra, ela diz que rasgou o documento que o registra. ALENCAR, J. de. Mãe. *Op. cit.* p. 213.

*remendar os pannos etc...*”. Jorge também acabou por aceitar o “sacrifício” da presumida e estimada escrava, somente porque o objetivo era “*salvar a vida de um homem... de um pae!*”<sup>24</sup>. O pai era o vizinho, pai de Elisa, por quem Jorge nutria amor e o desejo de casar-se. Joanna combinou com “*nhonhô*” que não contariam a ninguém sobre a negociação que a transferia para o patrimônio do Sr. Peixoto, negócio que em breve deveria ser desfeito.

Ao conseguir o dinheiro emprestado com o amigo Dr. Lima, Jorge parte correndo para saldar a dívida do Sr. Gomes. Àquela altura, Joanna já estava na casa do filho para vê-lo, em uma de suas escapadelas habituais da vida no cativeiro<sup>25</sup>. E ali, reinicia-se a pressão de Dr. Lima para que ela conte a verdade ao filho, quando subitamente aparece Peixoto, o novo senhor, ameaçando ir à polícia para cobrar “*sua*” escrava fugida, que estava “*acoutada*” ali<sup>26</sup>, caso ela não fosse embora imediatamente.

Joanna está fora de cena, quando chega Dr. Lima à casa de Jorge e, ao perceber que Joanna havia sido vendida, o amigo não se contém e revela que Jorge vendera a própria mãe, isso na presença de Elisa, Peixoto e Gomes. Surpreso, Jorge lembra que havia sido ela quem tratara do negócio e que, inclusive, também rasgara a carta que há muito lhe garantia a liberdade. Desconcertado, o filho admite ter recebido da mãe ao longo da vida e a todo o instante “*as effusões d’esse amor sublime*”:

(...) *E ter vivido vinte annos com ella, recebendo todos os dias, a todo o instante as effusões d’esse amor sublime!... E não adivinhar!... Não pressentir!... Perdão, minha mãe!... Onde está ella? (...)*<sup>27</sup>

Os diálogos finais preparam o desfecho trágico. Mesmo na ausência de Joanna, Jorge ainda abalado quer ir a seu encontro e diz ter um “*prazer supremo*” ao pronunciar “*Minha mãe!*”<sup>28</sup>, mas é o Sr. Gomes quem interfere naquelas palavras cheias de emoção para afirmar sobriamente que sente muito, porém aquela revelação era definitiva... “*O senhor comprehende a minha posição. As considerações sociaes... Esse casamento não é mais possível!*”. Ao que Jorge retruca:

---

<sup>24</sup> Trata-se do Sr. Gomes, vizinho e pai de Elisa. ALENCAR, J. de. *Mãe. Op. cit.* p. 216.

<sup>25</sup> Na peça, mesmo que para se desdobrar em trabalhos extras, Joanna consegue burlar a vigilância e sair da casa do Sr. Jorge e do Sr. Peixoto, mostrando que era possível driblar os limites da autoridade senhorial no cativeiro.

<sup>26</sup> ALENCAR, J. de. *Mãe. Op. cit.* p. 239.

<sup>27</sup> *Idem, ibidem*, p. 242.

<sup>28</sup> *Idem, ibidem*, p. 241.

*(...) Tem razão, Sr. Gomes!... O senhor me julga indigno de pertencer á sua família porque sou filho d'aquella que se vendeu para salvar essa mesma honra em nome da qual me repelle!(...)*<sup>29</sup>.

O clímax desnuda a moral social da ordem escravocrata e manifesta um campo de conflitos, de força e favor, de gestos de afeto e de violência, o cotidiano das diferenças e, nele, a demarcação das desigualdades, que exprimem os valores daquela sociedade. Uma moral pautada por fronteiras que estabelecem a legitimidade da propriedade de alguns corpos e instauram a liberdade de outros. Entre esses corpos, o da personagem Joanna encarna atributos de sexo-gênero, de raça e de idade no interior do cativo. Corpo biológico de escrava que também aparece definido pela procriação, dissimulado pela capacidade para o aleitamento e pela predisposição para o trabalho árduo e doméstico, na trama que reimprime o feminino da escravidão na imagem da ama-de-leite.

A peça da dramaturgia revela uma economia simbólica e representacional que marca e constrói a diferença, ao recolocar a imagem de mulher e escrava em relação (e atrelada) ao referente masculino e livre. A trama recoloca em operação o mecanismo da diferenciação sexual, racial, social e política, ou seja, uma perspectiva da racionalidade binária que “*supõe um esquema de apreensão e análise das relações sociais que (...) se compraz ainda no maniqueísmo de pares opostos e/ou complementares*”<sup>30</sup>. Ainda, como esclarece Tânia Navarro Swain,

*(...) a criação de uma diferença sexual ou racial é também política, pois cria a desigualdade, quando se erigem hierarquias e valores sociais, instituindo referentes, desenhando corpos, perfis ideais, estabelecendo exclusões, demarcando espaços, limites de ação e posição, mapeando e classificando o social. Com efeito, a marca da diversidade humana se desfaz na diferença produto e produtora das desigualdades políticas. (...)*<sup>31</sup>

O drama recria, portanto, a representação da escrava, ancorada nas imagens de ama-de-leite, negra, velha, mãe, dedicada, trabalhadora, de “*conduta afiançada*”. Em torno dela, descerra a “*vergonha*” e a “*desonra*” do cativo, bem conhecidas por

---

<sup>29</sup> *Idem, ibidem*, p. 245.

<sup>30</sup> SWAIN, Tânia Navarro. A invenção do corpo feminino ou A hora e a vez do nomadismo identitário?... *Op. cit.* p. 48.

<sup>31</sup> SWAIN, Tânia Navarro. Mulheres, sujeitos políticos: que diferença é esta? In: SWAIN, T. N. *Mulheres em Ação. Op. cit.*, pp. 340-1.

Joanna na maternidade que ela procura ocultar para poupar o filho da mancha de sangue da filiação e do parentesco que nenhum gesto de apoio ou dinheiro poderia apagar. A cena final do drama é a agonia da mãe que bebe o veneno retirado da casa do Sr. Gomes, pai de Elisa, que, afogado em dívidas, pensava suicidar-se. Reafirmando a escravidão e negando a maternidade até a morte, Joanna insiste, porém, em sua condição de ama-de-leite, ou seja, apenas uma “mãe emprestada”:

(...) Sr. Doutor quer dizer que eu fui ama de nhonhô!... Que nhonhô era meu... meu... de leite... só!... só de leite!... (...) Nhonhô!... Elle se enganou!... Eu não!... Eu não sou tua mãe, não... meu filho! (Morre)<sup>32</sup>

O drama de Alencar é encenado no interior de uma família da sociedade carioca do século XIX, em que as personagens se entrelaçam e desvelam formas e sentidos da sociabilidade praticada à época. Em quatro atos, o autor apresenta o valor da mercadoria escrava, comprada jovem e grávida a dois contos e já idosa vendida a 500 réis na bacia das almas. Esta, em seu amor supremo de mãe, finge ser ama-de-leite do próprio filho para assegurar-lhe dois valores preciosos – liberdade e posição social –, de acordo com as convenções sociais. O autor veicula a imagem de mãe como alguém que não tem existência, porque vive para os outros e renuncia à liberdade em prol da felicidade do filho. É visível a dimensão didática de tal construção que, ao veicular tal imagem, também está investindo discursivamente na produção de um modelo de mãe e de maternidade. Afinal, este é um ponto de referência naquele imaginário social, isto é, no vasto sistema simbólico que a sociedade produz para distribuir seus papéis, suas posições sociais, suas identidades, seus códigos e modelos formadores e também para fundar uma “*ordem*”, onde cada elemento encontra seu “*lugar*”, sua identidade, sua razão de ser<sup>33</sup>.

Alencar recria a história do “*amor sublime*” de mãe na personagem que além de escrava é mãe, ou além de mãe é escrava, que se submete a tudo, até à morte, para suprir as necessidades do filho, no caso, garantir-lhe o bem maior: a honra que é atribuída àquele que vive sob o estatuto da liberdade. Por outro lado, recria a história do homem honrado que vende a escrava estimada, ignorando que fosse sua mãe, para “*salvar a vida de um pai*”. O autor utiliza signos correntes no cotidiano oitocentista para apreender e retratar relações interpessoais na sociedade carioca. De modo simplificado e

---

<sup>32</sup> *Idem, ibidem*, p. 249.

<sup>33</sup> BAKZCO, B. *Imaginação Social. Op. cit.*, p. 309.

também idealizado, ele entretece as relações e os jogos que exprimem significados localizadores da escravidão e da liberdade, mas também da maternidade e da sexualidade e, assim, articula a trajetória de personagens nucleares – Joanna, Jorge, Elisa e Sr. Gomes – e personagens paralelos – Sr. Lima e Peixoto (negociante) – a fim de construir uma economia simbólica e um princípio de inteligibilidade.

A leitura da trama permite analisar em parte as motivações e os imaginários que guiavam as ações e as relações sociais naquela época e lugar. Permite, também, penetrar no mundo dos sentidos, como observa Sandra Pesavento, em suas “*distintas hierarquias de verdade*”. A obra de Alencar faz parte daquilo a que ela se refere como um “*esforço da imaginação criadora para recriar uma ambiência, dotá-la de coerência e produzir significados*”<sup>34</sup>. Esforço que está presente na prática do romancista, do leitor e, também do historiador, já que

(...) *ambos estão fora do acontecido – ou do que se apresenta como acontecido – e tentam penetrar nesse mundo. A este processo dar-se ia o nome de “efeito de real”, que busca, pelos caminhos do imaginário, representar outro contexto, que se viabiliza segundo distintas hierarquias de verdade. (...)*<sup>35</sup>

A paisagem simplória da casa de gente livre e empobrecida, as relações vincadas pelos valores da escravidão, da propriedade e da liberdade, a ambiência, o vocabulário e os diálogos compõem uma “*estratégia documental de veracidade*”<sup>36</sup>, que confere autenticidade ao texto e possibilita abordar uma imagem de escrava ama-de-leite em algumas de suas relações, imersa em valores e discursos que circulavam no Rio de Janeiro.

Tentei observar na protagonista a conformação de uma heroína modelada com as características da personagem romântica, encarnada na “boa” escrava, que se desdobra em todas as atividades domésticas e que vive o “*martyrio sublime*” da maternidade negada, para garantir ao filho uma posição social que não a sua. Na leitura que faço do texto de Alencar, percebo que a imagem de ama-de-leite, máscara utilizada pela escrava-mãe, mais parece servir ao autor como uma personagem exemplar para a remodelação da representação de mulher “*verdadeira*” fundada no mito de “*amor materno*”: aquele que encerra valor maior, exemplo de renúncia, abnegação e sacrifício, possível até mesmo a uma mulher de condição social tornada ainda inferior pelas

---

<sup>34</sup> PESAVENTO, S. J. *Op. cit.*, p. 821.

<sup>35</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>36</sup> *Idem, ibidem*, p. 830.

relações de escravidão e pela cor escura da pele. É a imagem do cativo que ele imprime na representação da mulher-mãe para modelar a maternidade que confina a mulher ao filho, pela nutrição, pela educação, pela disponibilidade absoluta para o “*martyrio sublime*”. Um sofrimento que no paroxismo de sua intensidade é uma condição para a liberdade.

Buscando historicizar as formas que assumiram comportamentos maternos na França em seus diferentes e até mesmo contraditórios aspectos, Elisabeth Badinter observou que

(...) o amor materno foi por tanto tempo concebido em termos de instinto, que acreditamos facilmente que tal comportamento seja parte da natureza da mulher, seja qual for o tempo e o meio que a cercam. (...) <sup>37</sup>

Assim, a imagem de mãe, construída sobre a imagem de mulher, remete à predisposição biológica e cultural definida pela procriação e, como consequência, destinada a assumir uma atitude considerada inerente ao “*instinto materno*”. Quer dizer, de acordo com a significação binária operada pelo sistema sexo-gênero, o sexo é visto como uma “*condição natural*” que denota uma “*representação de cada indivíduo em termos de relação social preexistente ao próprio indivíduo e predicada sobre a oposição ‘conceitual’ e rígida (estrutural) dos dois sexos biológicos*”<sup>38</sup>.

A maternidade é uma das formas da representação de gênero que traz consigo significados diferenciais e, como atenta Lauretis, funciona tanto como uma “*construção sociocultural*” quanto como “*aparato semiótico*”<sup>39</sup>. Portanto, ela é uma forma que revela e exprime a construção cultural do sexo em gênero e que se localiza na esfera privada da reprodução, da organização da família, daquilo que é considerado como a honra e a ordem social. Ao mesmo tempo que aparece como seu resultado, a representação do feminino ou masculino exprime a classificação binária fundada na biologia e aciona o “*sistema de significações que relaciona o sexo a conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias sociais*”<sup>40</sup>.

Pensado como tecnologia em operação do sistema sexo-gênero, o drama permite observar a *maternidade* como efeito e instrumento da representação criada em torno do pressuposto da natureza e da biologia para dar sentido ao masculino e ao feminino. Como categoria que preside a imagem do feminino sob a lógica binária da divisão de

<sup>37</sup> BADINTER, Elisabeth. *Op. cit.*, pp. 9-23.

<sup>38</sup> LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. *Op. cit.*, p. 211-12.

<sup>39</sup> *Idem, ibidem*, p. 211-12.

<sup>40</sup> *Idem, ibidem*.



gênero, a maternidade é um elemento articulador nesse sistema que condiciona a existência da mulher à função natural e obrigatória da reprodução. Ela figura, portanto, como evidência que identifica o corpo e o lugar do feminino na cultura do patriarcado e, atrelado a seu destino biológico, serve também à reprodução simbólica do próprio sistema político que engendra relações desiguais e assimétricas nas diferentes culturas. Uma aparelhagem de significações que aparece edificada sobre a maternidade concebida como um instinto, ou um “*impulso interior, independente da razão e de considerações de ordem moral*”<sup>41</sup>.

Esse pressuposto da condição feminina foi questionado por Simone de Beauvoir entre outras feministas que refletiram sobre experiências outras de procriação e maternidade consideradas anormais, porque contrariavam as atitudes consideradas universais e necessárias<sup>42</sup>. Refletindo sobre a historicidade dos termos e das noções que remetem ao sentimento materno, Badinter observa que aquela idéia de “*instinto*” acabaria cedendo lugar à de “*amor materno*” e, se por um lado a mudança pretendesse afastar o sentimento da idéia de “*instinto*”, que remetia à natureza animal, foram conservados neste conceito as mesmas características ligadas à “*desrazão*”, “*impulsividade*” ou “*obrigatoriedade*”, ou seja, permaneceu uma “*idéia bastante tenaz da maternidade que apresenta notável semelhança com o antigo conceito abandonado*”<sup>43</sup>.

A noção de maternidade continuou embalada, portanto, pelas leis da biologia e/ou pelas normas da natureza e a alteração das palavras não correspondeu à alteração do regime de verdade que insiste em não conferir visibilidade à multiplicidade, à diversidade das experiências das mulheres com a maternidade. Pelo contrário, trata-se de uma imagem que, ao ser burilada com aquele propósito normatizador e normalizador, silencia quanto ao sentimento incerto, frágil e imperfeito que ela representa; um sentimento e uma prática que aparecem distintas sob diferentes tempos, lugares e feições na dimensão do humano e do cultural. Assim, desatrelando o imperativo biológico do determinismo social, Badinter distingue alguns valores da

---

<sup>41</sup> i. maternal ou materno 1 instinto que possuem quase todas as fêmeas de cada espécie que as faz alimentar e proteger a sua prole até que esta se torne independente 2 p.ext. nas mulheres, amor, ternura, cuidados para com crianças, de maneira geral, ou com pessoas fracas, doentes, necessitadas de proteção baixos i. impulsos que levam à satisfação de necessidades corporais, consideradas não elevadas, desligadas do espírito, ger. relacionadas com as funções de nutrição e reprodução uso na acp. psicn, ao termo, introduzido pelos tradutores franceses de Freud como equivalente do alemão Trieb, deve-se preferir pulsão, segundo teóricos da psicanálise etim lat. instinctus,us 'excitação, impulso, movimento'; ver -sting-; f.hist. sXV instinto, sXV stinto sin/var ver sinonímia de intuição. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. Op. cit., 2004.*

<sup>42</sup> BADINTER, E.. *Op. cit.*, pp. 9-23.

<sup>43</sup> *Idem, ibidem.*

sociedade que são por vezes tão imperiosos que têm um peso incalculável sobre os desejos de seus indivíduos, para observar experiências históricas marcadas por comportamentos nem tão incomuns que contrariaram a “*imagem sagrada*” de mãe ou a “*voz do ventre*” e foram lidos como “*recusa*”, “*indiferença*”, “*abandono*” ou “*crueldade*”<sup>44</sup>.

A figura da maternidade rearticula, portanto, a problemática da diferença de sexo-gênero, uma diferença que está presente na filosofia aristotélica<sup>45</sup>, que foi recriada na teologia cristã. O feminino, e a maternidade que lhe corresponde, aparecem identificados a Maria em seu indefectível amor sublime, que, com as roupagens da natureza e da cultura, conforma uma matriz de inteligibilidade que fundamenta o pensamento moderno. As condutas femininas, portanto, quando analisadas de acordo com valores dominantes e imperativos sociais, exprimem variáveis ressignificadas pela biologia em uma dada circunstância histórica.

Procriação e função materna costumaram dar sentido às imagens do feminino, confinando a natureza biológica de seu corpo à predestinação moral e metafísica da maternidade. Por não querer isolar a experiência da maternidade da rede de fatores psicológicos, históricos e sociais da qual é parte, compartilho da abordagem de Badinter para tentar perceber a originalidade e a multiplicidade dessas experiências. Segundo a filósofa,

*(...) à idéia de “natureza feminina”, que cada vez consigo ver menos, prefiro a de multiplicidade de experiências femininas, todas diferentes, embora mais ou menos submetidas aos valores sociais cuja força calculo. A diferença entre a fêmea e a mulher reside exatamente nesse “mais ou menos” de sujeição aos determinismos. A natureza não sofre tal contingência e essa originalidade nos é própria. (...)*<sup>46</sup>

Pensando na multiplicidade das experiências de mulheres que foram escravizadas, releio a recriação de Alencar para observar a construção e a operação de uma tecnologia social. Em sua função normativa, portanto, a personagem Joanna, paradoxal e superlativamente, é a imagem recriada no ambiente do cativeiro como

---

<sup>44</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>45</sup> Badinter refere-se à obra *A política*, segundo a qual “a natureza criou indivíduos próprios para mandar e indivíduos próprios para obedecer” e a inteligência como virtude dos homens. Cada um tinha uma posição específica que definia suas relações com os outros. Pelo princípio da “desigualdade natural”, o escravo, desprovido de alma, era objeto de uso e abuso por todos os membros da família. Por outro lado, “semelhante à terra que precisa ser semeada”, o único mérito da mulher é “ser um bom ventre”. Ela encarna o princípio negativo e é considerada inferior ao homem, seja qual for a sua idade. Apud. BADINTER, E. *Op. cit.*, p. 32.

<sup>46</sup> BADINTER, E. *Op. cit.*, pp. 9-23.

produto e produtora daquela idéia de natureza. Idéia que se expressa na mulher/escrava/mãe que abdica de si e da possibilidade de ser livre por amor ao filho. Ela esconde a maternidade na personagem de ama-de-leite ou sob a face consentida de corpo escravo e nutriz, máscara que utiliza para livrar o filho da vergonha social que representava o vínculo definitivo de sangue com o mundo do cativo. Máscara também usada para garantir suas condições de sobrevivência e de possibilidade como escrava, pelo aleitamento.

Era uma máscara construída com as ilusões que se organizam em torno da norma. Retirá-la resultaria imediatamente na quebra do compromisso de casamento de Jorge com Elisa, haja vista a declaração do pai da nubente, Sr. Gomes. O desfecho é uma confirmação de que Joanna tinha razão ao esconder tal vínculo e demonstra que é a reserva e posse do sofrido segredo que garante a manutenção do *status quo* de Jorge, bem como a condução do drama em todos os seus atos.

Jorge, que foi criado sem conhecer o que teria sido a mácula da filiação escrava, aparece como personagem íntegro, sincero que, todavia, depara-se com a hipocrisia da sociedade, quando consegue o dinheiro e corre para ajudar o futuro sogro, livrando-o da situação de penúria e desespero em que se encontrava. É justamente nesse momento que transparecem os motivos de suas atitudes (reveladoras de uma bondade extremada) e, também, desvela-se sua origem escrava, momento em que se revela a “mancha” da escravidão que é produzida e, ao mesmo tempo, recusada pela parte livre da sociedade. Nessa recusa reside a razão da impossibilidade do casamento com Elisa, a mulher amada.

Elisa não reage. O silêncio exprime outra imagem de mulher, esta livre, porém muda. Identidade dominada e resignada que se manifesta na personagem feminina menos importante, em sua expressão relativa e coadjuvante. A reação dela sequer aparece esboçada para o leitor, denotando uma omissão que também é significativa e localizadora de seu papel social. Sua imagem é frágil na trama, onde aparece subsumida entre personagens mais expressivos e no namoro mal desenhado com Jorge. Ela também aparece pela condição de filha e solteira, reafirmada na subordinação aos desejos do pai em sua pretensão de casá-la com um homem que fosse livre. Nessa identidade frágil e submissa, subordinada ao provável casamento com Jorge, ocupando o lugar do imaginário social reservado às mulheres que buscam o casamento, a imagem de Elisa me remete à reflexão de Carole Patteman sobre o valor do matrimônio como contrato sexual, no âmbito do direito político patriarcal. Segundo Patteman,

*(...) tornar-se a esposa de um homem ainda é o principal meio pelo qual a maioria das mulheres obtém uma identidade social reconhecida. Fundamentalmente, se as mulheres exercessem sua liberdade de permanecer solteiras em larga escala, os homens não poderiam se tornar maridos – e o contrato sexual seria abalado. (...)*<sup>47</sup>

Os modelos da virtude estão lá – no “*bom senhor, genro e noivo*”, na “*boa escrava e mãe*” e até na “*boa filha calada e resignada*” – e encarnam nas personagens que atuam em uma sociedade que buscava a civilidade, apesar das formas de relacionamento e dos códigos simbólicos vinculados pela escravidão. As imagens modelares denotam a postura romântica do autor, ou ainda, na expressão de Antonio Candido, “*missionária*”<sup>48</sup>, na medida em que ali ele denunciava a falsidade dos laços da sociabilidade e apontava (para reconstruir) alguns dos sentimentos maiores, colocando sua subjetividade e sensibilidade a serviço de uma prática de intervenção nos rumos da coletividade<sup>49</sup>.

O autor consegue salienta a violência do cotidiano da escravidão, mas sua intervenção é limitada no interior do quadro de representações e imagens carregado de sentidos que são instauradores do desenho das formações sociais<sup>50</sup>. Refiro-me às desigualdades que atravessam o cotidiano social, como um dos efeitos da reafirmação das diferenças que distinguem a condição civil e também os sexos, ao tempo em que reiteram uma forma binária e primária de relações significantes de poder<sup>51</sup>. Tais relações aparecem recolocadas no jogo que se estabelece entre a mãe e o filho, a escrava e o senhor Jorge, Soares ou Peixoto, entre Elisa e Jorge, entre Elisa e o pai, apesar da preponderância dos lugares identificados com a liberdade e com a riqueza econômica (ou sua aparência).

Além das distinções de condição civil e de situação material assinaladas na trama, as categorias da diferenciação parecem estar engrenadas sob

*(...) procedimentos de diferenciação pelos quais, em cada contexto histórico, são formulados e reformulados, em termos dicotômicos, os conteúdos aparentemente fixos e coerentes do masculino e do feminino. (...)*<sup>52</sup>

<sup>47</sup> PATEMAN, Carole. *Op. cit.*, p.198.

<sup>48</sup> CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira (Momentos decisivos)*, 2 v. (1836-1880). Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, p. 26.

<sup>49</sup> CANDIDO, A. *Op. cit.*, p. 28-30.

<sup>50</sup> SWAIN, Tânia Navarro. *Mulheres, sujeitos políticos (...)*. *Op. cit.*, p. 341.

<sup>51</sup> SCOTT, Joan. Prefácio a *Gender and Politics of History*. In: *Cadernos Pagu. Desacordos, desamores, diferenças*. Campinas: Unicamp/NEG, n. 3, 1994, p. 11-27.

<sup>52</sup> *Idem, ibidem*.

Aparecem nessa peça de dramaturgia alguns dos princípios éticos e morais do autor e de uma época, traduzidos em valores que não só para ele, mas no senso comum, eram considerados interiores, sinceros e, sobretudo, naturais na sociedade oitocentista. Como assinala Márcia Naxara, transparece ali um romantismo de origem rousseauniana<sup>53</sup>, onde aparece o “*bem na natureza*” e a “*natureza humana*” em toda a sua positividade, uma natureza que tem como contraponto a civilização, “*lugar da corrupção dos valores que realmente importam*”<sup>54</sup>.

Embora a escrava Joanna forjasse para si o papel socialmente conveniente de ama-de-leite como forma de fazer valer sua vontade, trata-se de um espaço minúsculo, subordinado e sorrateiro de atuação, de que ela se utiliza para manter-se no cativo. A trajetória da personagem assinala que ela não conseguiria enganar a todos, inclusive ao filho e senhor, também porque, segundo Márcia Regina Naxara, de acordo com essa forma de romantismo, é

(...) aproximando-se do que é natural e sem artifício, que os indivíduos podem realizar-se diante de si mesmos e do(s) outro(s). O amor natural, interior, é o verdadeiro, aquele que ultrapassa, estando aquém ou além das aparências, que desconsidera as convenções, sendo casto e, por ironia, realizando-se no casamento, uma convenção. (...) <sup>55</sup>

Inscrito nesse esquema romântico de apreensão do mundo, Alencar reencena a articulação dos pares opostos e/ou complementares, ao referir-se a dualidades que se contrapõem em jogos regulatórios e maniqueístas<sup>56</sup>. Emergem nessa encenação as noções de natureza e cultura, o corpo biológico em relação ao papel social, ou as possibilidades e impossibilidades de preservação de uma verdade interior em meio às aparências sociais. Jogo que se exprime, por exemplo, na fala em que Jorge resume para o Sr. Gomes: “*O senhor me julga indigno de pertencer à sua família porque eu sou filho daquela que se vendeu para salvar essa mesma honra em nome da qual me repelle!*”.

---

<sup>53</sup> Aprofundando o sentimento rousseauniano, o conflito se aprofunda quando o filho, proprietário carente de recursos, vende a escrava herdada sem saber que era a própria mãe. Para sanar dívidas que não suas, mas do futuro sogro, Jorge, é modelado na narrativa como homem correto e moral, que ao final suplica à mãe em agonia: “Eu sou teu filho!... Dize!... Uma vez ao menos... este nome.” Filho que, confirmando as motivações escondidas da mãe para manter ao longo da vida o silêncio sobre a relação dos dois, tinha seu destino repentinamente desviado.

<sup>54</sup> NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Op. cit.*, p. 283-4.

<sup>55</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>56</sup> Sobre a “*imbricação entre o social e o individual, o “nós” e o “eu”, e a dicotomia como fruto de uma linearidade do olhar (...) que furta e esconde o múltiplo nas dobras de discursos regulatórios*”, ver SWAIN, Tânia Navarro. A invenção do corpo feminino ou A hora e a vez do nomadismo identitário?. In: SWAIN, Tânia Navarro (Org.) *Feminismos: (...) Op. cit.*, p. 47-84.

A peça de dramaturgia articula aqueles jogos binários, tais como feminino/masculino, escravidão/liberdade, bem/mal, primitivo/civilizado, emoção/razão, aparência/essência em seus significados complementares. Natureza e cultura também aparecem articuladas como noções opostas, representando respectivamente as virtudes individuais e as convenções sociais. Natureza que no romantismo exprime, revela e é também significativa de um lugar ideal do feminino e do papel social de mãe, forjado em uma vocação construída como inata para a compaixão, a dedicação e os cuidados domésticos<sup>57</sup>.

Natureza que é também ali invocada com suas leis universais para convocar a mulher para a atividade de mãe ou convocar a mãe para sua atividade “*instintiva*” e atrelada ao imperativo de sua missão de “*amor*”, que compreende sua função nutricional e maternal, considerada, portanto, como natural e espontânea<sup>58</sup>. Joanna encerra e exhibe a imagem que reitera a construção das noções de natureza e de vocação e, por sua vez, nela está impressa uma das faces das assimetrias sociais que se organizam na matéria viva, como atenta Guillaumin, forjando o entendimento de que

(...) *as ações de um grupo humano, de uma classe, são “naturais”: que elas são independentes das relações sociais, que elas preexistem a toda a história, a toda a condição concreta determinada. (...)*<sup>59</sup>

É possível perceber na imagem da escrava Joanna, portanto, a construção de uma evidência da identidade feminina e da preexistência da vocação para o amor incomensurável de mãe que ela encarna, mesmo no cativo. Tal materialidade discursiva deixa ler aspectos significativos do funcionamento da ordem do pai conforme algumas condições de possibilidade de sobrevivência da mãe e da maternidade no cativo. A personagem de Joanna protagoniza uma opção em sua trajetória que, levada a extremos, equivale à afirmação da identidade de ama-de-leite e à negação de sua identidade como mãe. A sustentação da máscara de ama-de-leite e a negação da maternidade, no caso da escrava, seriam condição que permite que ela sobreviva junto ao filho, que ela suprime da vida dele muitos conflitos e, também, permite a condução de uma série de manobras táticas da personagem na condução da narrativa do autor.

---

<sup>57</sup> BAILLARGEON, Denyse. No calor do debate: a maternidade em perspectiva. In: SWAIN, Tânia Navarro (Org.) *Feminismos: (...) Op. cit.*, p. 141.

<sup>58</sup> BADINTER, E. *Op. cit.*, p. 144.

<sup>59</sup> GUILLAUMIN, Collete. Pratique du pouvoir et idée de Nature, 2. Le discours de la Nature. *Questions Féministes*, n. 3, mai 1978, pp. 5-28, p. 7.

Ao mesmo tempo, a negação da identidade de mãe representa sua renúncia à liberdade e à vida, sua vocação inata para o exercício do amor imenso, ou seja, é também pela afirmação da maternidade, no que ela representa de vocação “*natural*” para o sacrifício e a sublimação, que ela consegue existir. Daí o título que sublinha a função de mãe e aciona o conteúdo simbólico do conceito materno. O drama revela, portanto, a reconstrução social e histórica da evidência naturalizada do feminino, inclusive como uma das peças integrantes e relevantes no funcionamento da ordem simbólica do pai.

O texto é, portanto, mais uma trama em que se produzem as assimetrias sociais de raça, condição civil e, também de sexo-gênero, hierarquias que são legitimadoras da “*desigualdade instaurada do político, como fundamental na taxionomia do humano, cujas raízes estão localizadas na noção de diferença entre o feminino e o masculino*”<sup>60</sup>.  
Diferença ancorada na

(...) afirmação da natureza dos sexos, que toma uma parte do humano – seu aparelho genital – como sendo a expressão de sua totalidade. (...) Natureza que carrega uma série de características socialmente construídas, criando uma escala binária de atributos, cujo pólo positivo encontra-se fixado no masculino. (...) <sup>61</sup>

É compondo uma identidade marcada pela diferença sexual e social, ou seja, em sua “*natureza feminina*” e seu “*destino biológico atrelado a seu corpo*”<sup>62</sup>, e ainda, no na articulação de outros escalonamentos que localizam a inferioridade – como mulher, pobre, negra, solteira, velha, escrava – que a narrativa se desdobra e entretece. Tentei, em vão, nela observar a trajetória de uma heroína, ou ao menos uma anti-heroína, no lugar de figurante na sociedade escravocrata, mas encontrei sublinhados os valores que produzem e alimentam a identidade feminina e escrava a serviço da construção do ideal de amor materno.

A construção da imagem de mãe como modelo de renúncia e abnegação encontra-se também na dedicatória do autor<sup>63</sup>. Branca ou negra, livre ou escrava, a mulher que é mãe deveria ser aquela que vive para doar, em cujo coração reside não apenas um amor sublime, desinteressado, “*que se reparte sem dividir-se e remoça*

---

<sup>60</sup> SWAIN, Tânia Navarro. Mulheres, sujeitos políticos: que diferença é esta? In: SWAIN, Tânia Navarro & MUNIZ, Diva do Couto Gontijo (Orgs.) *Mulheres em Ação. Op. cit.*, p. 341.

<sup>61</sup> SWAIN, Tânia Navarro. Mulheres, sujeitos políticos: que diferença é esta? *Op. cit.*, p. 341.

<sup>62</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>63</sup> A obra é dedicada a D. Anna J. de Alencar, mãe do escritor.

*quando todas as afecções caducam*”. No texto-dedicatória, ele fala de sua motivação para a composição da protagonista:

(...) *É um coração de mãe como o teu. A diferença está em que a Providencia o collocou o mais baixo que era possível na escala social, para que o amor extremo e a abnegação sublime o elevassem tão alto, que ante elle se curvassem a virtude e a intelligência; isto é, quanto se apura de melhor na lia humana.*  
(...)<sup>64</sup>

A “*lia humana*” é o horizonte no qual paira a obra possível ou a vontade de verdade em seus limites do natural, do verossímil, da sinceridade e do discurso verdadeiro<sup>65</sup>. Assim, no texto endereçado à mãe, ele procura se desculpar pelo fato de ter procurado “*a maternidade entre a ignorância e a rudeza do cativo*” e não “*nas salas trajando sedas*”, e justifica: “*(...) si há diamante inalterável é o coração materno, que mais brilha quanto mais espessa é a treva*”<sup>66</sup>.

É no domínio do cativo, mais uma vez localizado entre a “*ignorância*” e a “*rudeza*”, portanto, que o escritor acentua a curva dramática e expõe a malha do sentido que quer reimprimir. Ao vincular a maternidade ao feminino, o texto faz sua contribuição no sentido de atrelar a existência do corpo de mulher às funções “*naturais*” da procriação, aquela que confere às mulheres uma “*essência*” e, ao mesmo tempo, delas “*subtrai o papel de sujeito e a posse de seu corpo*”<sup>67</sup>.

Joanna é uma imagem que transita no interior das fronteiras do sexo e da condição social cativa e é cinzelada como figura de mulher procriadora, trabalhadora e nutriz, quer dizer, como “*indivíduo relativo*”, definido em relação ao homem, inclusive ao filho que quer ver livre. Sua emergência no discurso reforça a plenitude do corpo feminino constituído em sexo mediante a construção de uma “*essência natural*” do “*papel social*” das mulheres que se materializa no fruto da procriação que define seu destino<sup>68</sup>. Dessa atitude generosa de mulher, ainda que escrava, emerge aquele sentimento “*natural*”, o exemplo de vocação para o “*amor verdadeiro*”, de “*abnegação sublime*” em sua condição “*verdadeira*” também representada na metáfora do “*diamante inalterável, que mais brilha quanto mais espessa é a treva*”.

Definida pelo desprendimento, pela dedicação extrema ou sacrifício voluntário, pela renúncia de si, aos desejos próprios, a noção de maternidade é finalmente a

<sup>64</sup> ALENCAR, J. de. *Mãe*. *Op. cit.*, p. 189-90.

<sup>65</sup> FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*. *Op. cit.*, p.18-20.

<sup>66</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>67</sup> SWAIN, T. N. *A invenção do corpo feminino...* *Op. cit.*, p. 56.

<sup>68</sup> BADINTER, E. *Op. cit.*, p. 166



verdadeira heroína no drama e no discurso social. Não por acaso veiculada no texto de Alencar e carregada dos sentidos de “*recusa*” e “*negação*” e, ao mesmo tempo, de atitude “*elevada*”, “*grandiosa*”, de “*perfeição*”, “*moralmente irrepreensível*”, “*digna de admiração*”, cujos méritos ultrapassam o “*normal*”, ou seja, aproximam-se do “*divino*”<sup>69</sup>.

As imagens de Dona Anna, mãe do escritor, e de Joanna, a mãe escrava, convergem para o lugar de uma identidade fixa de mulher única e “*mãe-verdadeira*”. A posição central conferida à maternidade coloca em operação uma forma de sexualidade que é generalizada, naturalizada e funciona como referência para todos os sujeitos. A dimensão política da construção social das identidades de raça, classe ou condição civil, geração e nacionalidade aparece imbricada na identidade sexual feminina e normal de mulher, incorporada na figura de mãe e procriadora.

As múltiplas diferenças entre Dona Anna e Joanna se apagam diante da imagem materna, ou acentuam-na, e esta faz funcionar o campo de uma heterossexualidade concebida como natural, universal e normal em relação a outras formas de sexualidade consideradas antinaturais, peculiares e anormais. Construída em relação ao referente, no caso o homem livre, as representações da maternidade circulam no drama e na dedicatória produzindo contornos demarcadores de fronteiras entre aqueles que representam a norma e aqueles que ficam de fora dela<sup>70</sup>. Como outras identidades que se fixam por meio de imposições culturais e históricas, também as imagens de mãe *ganham uma visibilidade e uma força tão grandes que deixam de ser percebidas como representações e são tomadas como sendo a realidade*.<sup>71</sup>

Portanto, a distância social entre uma mãe e outra é desprezada para dar ainda mais consistência à identidade da maternidade como destino inexorável das mulheres, independentemente de sua condição social. Destino que está atrelado ao mesmo tempo às funções do ventre, portanto fundado na biologia, e ao “*sofrimento expiatório e sagrado*”<sup>72</sup>, que está acima da condição humana. Entre expressões de outras janelas literárias<sup>73</sup>, o texto de Alencar possibilita, portanto, observar um suporte bem marcado de operação das regras e controles sociais, pelos quais a maternidade é construída e põe-se a falar sobre si mesma, reivindicando sua naturalidade e sua legitimidade, dentro das

---

<sup>69</sup> *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Op. cit., 2004. Verbetes: ‘abnegação’ e ‘sublime’.

<sup>70</sup> LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.) *O Corpo Educado: (...)* Op. cit., pp. 15-17.

<sup>71</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>72</sup> Sobre a ideologia do devotamento e do sacrifício, ver: BADINTER, E.. Op. cit., pp. 267-272.

<sup>73</sup> Refiro-me às práticas da literatura no Brasil e no Ocidente de modo geral.

categorias que, como assinala Foucault, expressam correlações de forças em sua circulação estratégica<sup>74</sup>.

Tanto que o autor não esconde, quando desfecha sua dedicatória e resume: “*Rainha ou escrava, a mãe é sempre mãe*”. O sentido que vincula a ama-de-leite à imagem daquele “*martyrio sublime*” ou da “*missão obrigatória*” e do “*devotamento sem limites*” é um entre outros que circulam nos discursos oitocentistas, ou seja, entre os “*elementos ou blocos táticos no campo das correlações de força*”<sup>75</sup>. Nestes, é possível entrever o trânsito dessas imagens que emergem dos discursos, posicionando sujeitos, produzindo identidades, revelando experiências que constituem os sujeitos sociais<sup>76</sup>.

Em Alencar<sup>77</sup>, observei a estruturação de uma trama encadeada em trajetórias e relações entre personagens do Rio oitocentista, reveladora de alguns dos procedimentos de construção de imagens de mãe e de escrava boa. São imagens que, como atenta Judith Butler, presidem a operação de “*esquemas regulatórios historicamente revisáveis de inteligibilidade que produzem e submetem os corpos que pesam*”<sup>78</sup>, no caso, submetem os corpos que importam, porque procriam, aleitam e, além disso, se compram, vendem, alugam e se possuem.

Sob a dor do “*martyrio sublime*” de mãe que carrega em segredo, Joanna, a escrava, é também identificada pela função exaustiva do trabalho doméstico pelo qual se responsabiliza em atividades que se desdobram em três lares: na casa do seu senhor, da pretendente dele e seu pai e do negociante que em circunstâncias peculiares a adquire. Entretanto, apesar das escusas do autor, ao estabelecer uma analogia entre a personagem da escrava e a sua própria mãe, são os valores sobre-humanos da maternidade que parecem conferir uma substância primordial às identidades femininas.

Pouco se sabe dela, além das atividades do trabalho constante e da sua “*vocação para a abnegação*”, que culmina com a própria morte. Da protagonista escrava, não se conhece qualquer traço outro do passado, de sua personalidade ou parentesco. Não se sabe com quem teria tido relações (nem de que tipo) para engravidar de Jorge, nem se

<sup>74</sup> FOUCAULT, M. *História da Sexualidade. A vontade de saber*. Op. cit., p. 95-7.

<sup>75</sup> Os discursos, como os silêncios, nem são submetidos de uma vez por todas ao poder, nem opostos a ele. É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. FOUCAULT, M. Op. cit., p. 96.

<sup>76</sup> SCOTT, Joan W. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite da (Org.) *Falas de Gênero: teorias, análises, leituras*. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999, p. 27.

<sup>77</sup> José de Alencar, como deputado, foi reconhecido também pela posição retrógrada que assumia em debates parlamentares, tendo sido ardoroso no combate à extinção do regime escravista, inclusive aos “propagandistas” do projeto Rio Branco, acreditando ser “desnecessária a intervenção legal, bastando o melhoramento dos costumes, a generosidade do caráter brasileiro”. Ver: MORAES, Evaristo. *A Campanha Abolicionista (1879-1888)*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro, 1924, p.31.

<sup>78</sup> BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. L. (Org.) *Op.cit.*, p. 155.

seria o próprio Soares o pai do filho, a quem serviu como senhor, talvez para dar a entender que, naquela forja assimétrica do pensamento dualista, “*filho ou proprietário, senhor é sempre senhor*”. Significativamente, dela nada se conhece além das manobras astuciosas para preservar a recusa de si pela honra do filho. Em nome do “*amor materno*”, é praticado o “*martyrio sublime*”.

O suicídio da mãe escrava foi uma tradução para o teatro de uma questão que vinha sendo discutida na sociedade carioca. Os conflitos que ela exprime se desdobravam também nos meios jurídicos, onde se discutia sobre as relações estreitas e parentais entre proprietários, escravas e seus filhos resultantes de situações que causavam assombro, embora talvez não fossem tão incomuns. Robert Slenes lembra que, já em 1825, José Bonifácio falava da necessidade de uma lei que alforriasse a mãe escrava e o filho tido com senhor, ao que foi acompanhado de outras vozes na década de 30 e 40<sup>79</sup>. E ainda, por iniciativa de Perdigão Malheiro, o Instituto dos Advogados Brasileiros também se manifestou a favor de uma interpretação da lei existente que reconhecesse o direito à liberdade, pelo menos para o filho do senhor, ou outro parente cativo do mesmo. Todavia, o acórdão de 1855 revelaria a força política e a intransigência da classe proprietária, negando o direito à “*família escrava*” do senhor proprietário<sup>80</sup>.

Além de sócio do referido instituto, Alencar advogava como assistente de Caetano Soares no início da década de 50 e estava atento aos debates jurídicos, daí ter ambientado o drama na Corte do ano de 1855, justamente quando era discutido e deliberado o acórdão a respeito da questão. A morte da escrava ao final da peça pode ser lida, portanto, como uma metáfora do drama moral daquela sociedade, como expressão de lutas e conflitos que eram cotidianos, sobretudo da força política dos donos de escravos que, por fim, manteriam em seu reduto de poder o domínio sexual de mulheres cativas, além da propriedade de seus corpos e de seus filhos, conservando no âmbito privado um campo de força e favor que, sob a ordem da violência escravocrata, continuaria a produzir laços de sangue e estratégias múltiplas de sobrevivência.

Nessa trama, a literatura construiu uma imagem, ou melhor, uma máscara de ama-de-leite, da qual a personagem se reveste para manter a tensão de um drama, um discurso sobre relações possíveis, sobre situações prováveis, traduzindo diálogos que

---

<sup>79</sup> O autor se refere a Muniz Barreto e Frederico Burlamaqui, na década de 30, e ao jurista Caetano Soares no final da década de 40. SLENES, R. W. Senhores e subalternos no Oeste paulista. *Op. cit.*, p. 260.

<sup>80</sup> “(...) o ajuntamento ilícito do senhor com a escrava não é razão suficiente que importe a liberdade da escrava e dos filhos posteriores ao ajuntamento ilícito, depois da morte do senhor”. Acórdão de 6/2/1855, em Manoel da Silva Mafra, *Jurisprudência dos Tribunaes*, vol. I, pp. 188-9. Apud SLENES, R. W. Senhores e subalternos no Oeste paulista. *Op. cit.*, p. 261-2.

eram inteligíveis na sociedade carioca oitocentista. Tal como ensina Certeau ao procurar reviver um passado para restaurar um esquecimento<sup>81</sup>, recorro ao drama de Alencar para observar na imagem configurada de mulher escravizada traços que davam a sua trajetória certas condições de inteligibilidade. Nesse procedimento interpretativo, procuro desvelar alguns sentidos, não de uma história que aconteceu, mas de situações econômicas e socioculturais que a tornariam possível e que a tornam pensável.

Ao interpelar as reflexões de Roland Barthes sobre a historiografia contemporânea, Certeau me auxilia a operar com o “*inteligível*”, ou os “*efeitos do real*”, ou ainda, uma referência ao real que não desapareceu, mas foi deslocada. Uma referência que

*(...) não é mais imediatamente dada pelos objetos narrados ou “reconstituídos”. Está implicada na criação de “modelos” (destinados a tornar os objetos pensáveis) proporcionados às práticas, pela confrontação com o que lhes resiste, o que lhes limita e exige outros modelos, finalmente, para elucidação daquilo que tornou possível essa atividade, inscrevendo-a numa economia particular (ou histórica), da produção social. (...)*<sup>82</sup>  
(grifos do autor)

---

<sup>81</sup> CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 46.

<sup>82</sup> Para Roland Barthes, “o signo da História é de agora em diante menos o real do que o inteligível”. Certeau dialoga com o filósofo para pensar que “não mais existe o privilégio de ser o afloramento dos fatos, de fazer emergir, através deles, uma ‘Realidade originária’, nem de, por isso, ser aureolado pelo poder de exprimir, ao mesmo tempo, a ‘própria coisa’ e o Sentido que viria nela”. BARTHES, Roland. Le discours de l’histoire. *Social Science Information*, VI, 4, 1967, p. 65-75. Apud CERTEAU, M. de. *Op. cit.*, pp. 52-3.

## Capítulo 2

### A suavidade pelo avesso: práticas de resistência

#### **Ricordanza della mia gioventú**

A minha ama-de-leite Guilhermina  
Furtava as moedas que o Doutor me dava.  
Sinhá-Mocinha, minha Mãe, ralhava...  
Via naquilo a minha própria ruína!

Minha ama, então hipócrita, afetava  
Suscetibilidades de menina:  
“– Não, não fora ela!” – E maldizia a sina,  
Que ela absolutamente não furtava.

Vejo, entretanto, agora, em minha cama,  
Que a mim somente cabe o furto feito...  
Tu só furtaste a moeda, o ouro que brilha...

Furtaste a moeda só, mas eu, minha ama,  
Eu furtei mais, porque furtei o peito  
Que dava leite para a tua filha!

Augusto dos Anjos<sup>1</sup>

Arminda é mais uma imagem de mulher cativa dentre as inúmeras que circulam no imaginário social. Não por acaso, essas representações são modeladas no interior de relações familiares, fazendo funcionar um daqueles pontos que operam técnicas políticas de segregação e de hierarquização, tendo como suporte a família como lugar obrigatório do exercício da aliança e da matrimonialidade e das normas da sexualidade e dos sentimentos<sup>2</sup>. O episódio que a ilumina no discurso se passa entre personagens da cidade do Rio de Janeiro e descerra mais uma vez a violência das relações da escravidão por meio de narrativa que expõe a naturalidade de conflitos cotidianos e expressavam tensões permanentes no ambiente da capital.

---

<sup>1</sup> ANJOS, Augusto dos. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.

<sup>2</sup> FOUCAULT, M. *A História da Sexualidade. A vontade de saber*. *Op. cit.*, pp. 38-40.

Criada ou recriada por Machado de Assis no conto “Pai contra mãe”, Arminda, escrava que foge e é capturada, aparece entre as pessoas que vivem no centro do Rio, transitam nas ruas, buscam o sustento e a sobrevivência. Logo no início do conto, o autor projeta, em pinceladas rápidas, objetos que exprimem o controle e a violência – o ferro ao pescoço, o ferro ao pé, a máscara de folha de flandres – para tratar das táticas que eram corriqueiramente empregadas a fim de inibir e dar fim aos episódios de fuga de escravos e escravas, uma das formas também usuais dos cativos reagirem ao regime. Além da possibilidade de vida e trabalho para fugitivos/as que buscavam a liberdade, a fuga representava uma opção de trabalho para homens livres ou libertos que buscavam ganhar a vida no ofício de capturar aqueles/as que fugiam.

O autor coloca em cena relações que envolvem o caçador e a caça em táticas que os colocam em posições não apenas antagônicas, mas desumanas, expondo as contradições e dilemas engendrados pelo regime da escravidão que, de tão entranhado no tecido social, acaba por confrontar filhos e mães, pais e filhos/filhas. No caso, trata-se de pai livre – que busca a sobrevivência financeira por meio da captura de escravos e com isso trabalha para a manutenção da ordem – contra a mulher cativa, grávida, que foge do domínio do cativo.

A fuga da escrava na cidade emerge na trajetória do personagem de Candido Neves, que estava prestes a tornar-se pai. Em torno dele o escritor representa a imagem de família urbana, pobre e livre na experiência da precariedade financeira. Ou seja, apresenta outro tipo de organização familiar que sobrevive na conjuntura da liberdade para abordar formas de trabalho que são singulares no mundo da escravidão urbana na capital da Corte. Com esmero, ele esquadrinha o personagem do pai-caçador, revelando a indolência e a perspicácia de um homem sem propriedades, sem posses, sem qualificação para o trabalho formal e que, depois que é pai, aperfeiçoa seus dotes para sobreviver do ofício informal e peculiar de caçar escravos fugidos.

Ao salientar a indolência do pai-caçador, Machado de Assis não deixa de reiterar a construção, cara à sua época, desse traço da identidade cultural que era reconhecido como um dado da natureza. A indolência aparecia entre os traços que se forjaram no alfabeto de características naturais de um indivíduo e de um povo, também como localizador de uma raça considerada inferior ou como referente a uma característica negativa da mistura de raças<sup>3</sup>. Ao mesmo tempo, ele destaca sua engenhosidade, sua

---

<sup>3</sup> Refiro-me à abordagem de Margareth Rago em que ela analisa as imagens de Paulo Prado sobre o povo brasileiro, um povo triste, melancólico, resultado de “uniões de pura animalidade” desde os inícios da

habilidade para sobreviver graças aos “arranjos”, que lhe permitiam, sem a regularidade de um emprego ou ofício, viver aos trancos e barrancos, mas sem estar “amarrado” à disciplina do trabalho formal.

Com a ironia fina que caracteriza sua narrativa, Machado descreve o personagem “*sem estudo*” e “*dado a patuscadas*”, Candido Neves, naquele que era seu “*defeito grave*”, porque “*não agüentava emprego nem officio, carecia de estabilidade; é o que elle chamava de caiporismo*”<sup>4</sup>. Ao enamorar-se de Clara, órfã, veio a paixão e o “*casamento fez-se onze meses depois, e foi a mais bella festa das relações dos noivos*”<sup>5</sup>. Os dois foram morar com a tia de Clara, Mônica, que ajudava nas despesas da casa com os poucos proventos como costureira e costumava externar sua preocupação em relação ao casal que queria ter logo filho ou filha, cumprindo, afinal, a razão do contrato matrimonial. Preocupação voltada principalmente para Candido, ou Candinho, que não tinha emprego ou ocupação certa.

O diálogo dos três, transcrito a seguir, contrapõe a aflição da tia à despreocupação da jovem Clara na expectativa da gravidez e do “*fructo abençoado*”, já que Candinho deixara o trabalho no comércio, no cartório e no correio antes do casamento, e contava com os recursos incertos da “*ocupação vaga*” de pegar escravos fugidos:

(...) – *Alguma cousa mais certa. Veja o marceneiro da esquina, o homem do armarinho, o typographo que casou sabbado, todos têm um emprego certo... Não fique zangado; não digo que você seja vadio, mas a occupação que escolheu é vaga. Você passa semanas sem vintém.*

– *Sim, mas lá vem uma noite que compensa tudo, até de sobra. Deus não me abandona, e preto fugido sabe que commigo não brinca; quase nenhum resiste, muitos entregam-se logo (...)*<sup>6</sup>

O diálogo e o conto revelam a situação de penúria cotidiana do pequeno núcleo que exprime uma imagem de família que não possui escravos ou outras propriedades, não pertence às elites e não vive de rendas, mas de arranjos informais. Revelam também as maneiras criativas e marginais de sobreviver das classes pobres, dessa camada da população que vive em espaços outros, geográficos, políticos, sociais, culturais do Rio

---

colonização. RAGO, Margareth. Ensaio de Paulo Prado remete à análise do brasileiro lascivo. *O Estado de São Paulo*. Caderno 2. 24 de agosto de 1997, p.2.

<sup>4</sup> ASSIS, Machado de. *Relíquias da Casa Velha*. *Op. cit.*, p. 13.

<sup>5</sup> *Idem, ibidem*, pp. 13-15.

<sup>6</sup> *Idem, ibidem*, p. 18

de Janeiro<sup>7</sup>. Trata-se de uma imagem da família livre e pobre que tinha como provedora a tia de Clara, além da imagem instável e marginal de um chefe em busca de ocupações vagas de sobrevivência<sup>8</sup>.

O trecho revela ainda a argumentação do futuro pai, uma espécie de esboço do “malandro”, ao mesmo tempo indolente e confiante na recompensa oriunda de sua atividade inconstante. Machado focaliza um personagem que escolheu como ocupação, rendosa em sua inconstância, caçar cativos no Rio de Janeiro<sup>9</sup>. Sua opção seria descrita como resultado da “pobreza”, da “necessidade de uma achega”, da “inaptidão para outros trabalhos”, mas também do “acaso e do gosto de servir também”, ainda que por outra via, já que eram requisitos que “davam impulso ao homem que se sentia bastante rijo para pôr ordem à desordem”<sup>10</sup>.

Candinho era a imagem de inúmeros pobres cidadãos desocupados que, embora identificados com o “caiporismo”<sup>11</sup>, também sentiam o “gosto de servir” e de “pôr ordem à desordem”. A caiporice, qualidade de quem é azarado ou azarento, também voltado com os pés para trás e para o passado, era-lhe atribuída em função da má sorte de não ter qualquer emprego estável, coisa a que ele próprio não dava valor e talvez sentisse como uma condição semelhante à de escravo, porque submetido a horário, patrão, regras que o emprego fixo supõe. Fora dessa ordem estável, Candinho estava ao mesmo tempo dentro da ordem que persegue escravos fujões. Vivia, portanto, nessa posição pendular, ambígua, mas conveniente. Ele era desses que estavam sob a mira de projetos das instituições monárquicas que pretendiam disseminar uma mentalidade e uma disciplina de trabalho para combater a “preguiça”, a “vadiagem” e a expansão de todos os vícios decorrentes. Ao mesmo tempo, também interessava àquela ordem

---

<sup>7</sup> Marilene Rosa Nogueira da Silva adverte quanto à necessidade de se buscar outras visibilidades e se evidenciar a lógica dos discursos produtores de ausências, para captar sentidos nos silêncios das “Áfricas cariocas”. SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. *As Áfricas Cariocas E Suas Fronteiras Culturais. Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História. História: Fronteiras*. São Paulo: Aipo/Humanistas/FFLCH/USP, 1999, pp. 667-688.

<sup>8</sup> AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2004, pp. 41-63.

<sup>9</sup> No campo eram conhecidos como capitão-do-mato. Não encontrei termo próprio usado para designar a atividade na cidade.

<sup>10</sup> ASSIS, M. de. *Relíquias da Casa Velha*. *Op. cit.*, p. 13.

<sup>11</sup> *s.m.* (1865 cf. JAIMin) **B 1** estado, condição ou qualidade de quem é caipora, infeliz ou azarado em tudo ou quase tudo que faz ou que lhe sucede **2** má sorte constante ou freqüente de alguém, que se manifesta em acontecimentos fortuitos ou naquilo que essa pessoa faz, e que sugere feitiço ou ações mágicas, maléficas, contra ela; caiporice ETIM *caipora* + *-ismo* SIN/VAR ver sinonímia de *urucubaca* ANT ver antonímia de *desdita*. HOUAISS, Antônio. *Dicionário Eletrônico*. *Op. cit.*



mantê-lo fora dessa disciplina, por sua utilidade na captura de escravos fugidos. Portanto, pessoas como Candinho seriam um ônus e uma utilidade.

Tais projetos eram resultantes da ameaça que, além de disseminada, nutria a discussão sobre uma abolição da escravidão que não fosse gradual, planejada e que não resultasse de um controle administrativo e policial que fosse feito paralelamente. Desde o início do século XIX, havia a preocupação com relação à transição do Brasil colonial ao mundo do progresso, representado pela crença na autonomia das leis de mercado e em projetos reformadores que previam a disciplinarização de ex-escravos e pobres nacionais em geral, e também a imigração. A ociosidade e a “*vagabundagem*” de “*homens livres, brancos e pardos*”, que “*vegetam*” foram objeto de discursos e projetos de Estado que pretendiam

(...) *educar, amoldar, civilizar, controlando e disciplinando o cotidiano dos governados a fim de que se tornassem efetivamente úteis ao país, parte integrantes de uma razão nacional superior (...)*<sup>12</sup>.

Não apenas na esfera do poder público, discutia-se a necessidade de se promover a internalização de um aprendizado moral baseado na hierarquia e no exercício da racionalidade disciplinar<sup>13</sup>, para que a sociedade pudesse ganhar um lugar condizente com as nações consideradas civilizadas. Embora fosse livre, a família de Candido Neves estava entre aqueles setores da população reconhecidos como “*pobres nacionais*”, “*vadios*” e “*preguiçosos*” que, próximos aos forros e forras ou aos “*negros perigosos*”, eram considerados “*incultos*”, “*imorais*”, “*não-civilizados*”, portanto foco das atenções institucionais e das estratégias ordenadoras da sociedade da Corte.

O autor insiste em aprofundar a característica peculiar e ambivalente do personagem avesso à disciplina exigida pelo trabalho, que “*perdera já o ofício de entalhador, como abrija mão de outros muito melhores ou piores*”<sup>14</sup>. Candido Neves não parecia estar mesmo imbuído da ética e da disciplina do trabalho apreoadas em discursos que anunciavam o liberalismo econômico, a administração do Estado-nação e o progresso civilizador, daí sua recusa em assumir obrigações rotineiras do emprego fixo e estável. Por isso mesmo considerava importante seu trabalho, conferia um valor

---

<sup>12</sup> AZEVEDO, C. M. M. de. *Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. *Op. cit.*, p. 44-48.

<sup>13</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>14</sup> ASSIS, M. de. *Relíquias da Casa Velha*. *Op. cit.*, p. 18-9.

social àquela função de perseguir escravos, que contribuía para promover a restituição da ordem, ele que resistia a enquadrar-se nela.

Significativamente, ele descrevia os apetrechos e técnicas de sua atividade informal enquanto fazia uma crítica ao tempo e às funções de trabalho da burocracia e da modernidade. Para ele, pegar escravos fugidos era uma atividade fácil e rentável que lhe trouxe um encanto novo, posto que

*(...) Não obrigava a estar longas horas sentado. Só exigia força, olho vivo, paciência, coragem e um pedaço de corda. Candido Neves lia os annuncios, copiava-os, mettia-os no bolso e sahia às pesquisas. Tinha boa memória. Fixados os signaes e os costumes de um escravo fugido, gastava pouco tempo em achal-o, segural-o e leval-o. A força era muita, a agilidade também. Mais de uma vez, a uma esquina, conversando de cousas remotas, via passar um escravo como os outros, e descobria logo que ia fugido, quem era, o nome, o dono, a casa d'este, a gratificação; interrompia a conversa e ia atráz do vicioso. Não o apanhava logo, espreitava logar azado, e de um salto, tinha a gratificação nas mãos. (...)*<sup>15</sup>

Dos atributos exigidos para a atividade, ele esbanjava vários, entre eles a força e a agilidade. Era preciso ter sagacidade, coragem, paciência e memória para perceber entre os transeuntes “os signaes e os costumes de um escravo fugido”, para descobri-lo nas ruas, para ir “atráz do vicioso” e capturá-lo como a uma presa. Exigia até mesmo uma certa disciplina, que ele se impunha, necessária para pesquisar os jornais e, além disso, só precisava de um “pedaço de corda”. O fugido, no caso a escrava, é retratada genericamente no texto do ponto de vista do caçador, ou seja, como “vicioso”, que reagia como um animal. Com ainda maior ironia, o autor descreve a violência no cotidiano de uma ordem política desenhada em confrontos de lutas físicas que eram corriqueiros e estavam naturalizados: Candinho “nem sempre sahia sem sangue, as unhas e os dentes do outro trabalhavam”. A habilidade do protagonista estava em se preparar inclusive para lutar e driblar os golpes de dentes e unhas que geralmente eram a reação daqueles homens e mulheres que reagiam à recaptura, ao que o autor salienta que nisso ele era exímio, pois “geralmente elle vencia sem o menor arranhão”<sup>16</sup>.

Na caracterização dos personagens livres e escravos, a composição binária que contrapõe a racionalidade de uns à animalidade de outros de novo se reafirma. O conto

---

<sup>15</sup> *Idem, ibidem*

<sup>16</sup> *Idem, ibidem*, pp. 18-19.

reproduz a imagem da sociedade carioca em suas marcas de inteligibilidade, exibindo traços que articulam identidades de raça, de sexo-gênero e sobretudo de condição civil, na trajetória do caçador livre que caça a escrava fugida, expondo assimetrias e poderes que se redistribuem e operam naquela sociedade. Machado não o faz sem evidenciar a violência do regime, objeto que pretende realçar ao tratar dos meandros de um negócio corriqueiro nas ruas e na sociedade carioca.

O ofício informal do caçador resultava de outra prática tão ou mais freqüente, que era a fuga de homens e mulheres do cativo, ali também retratada sob a moldura da situação urbana. Entre feições singulares que a escravidão assumia na capital da Corte<sup>17</sup>, as fugas ganhavam registro e espaço nos periódicos. Como assinali em capítulos anteriores, as colunas de avisos e anúncios dos jornais noticiavam casos de fuga do patrimônio-mercadoria ambulante e anunciavam gratificação pela recuperação das peças semoventes. As ofertas de recompensa se destacavam naqueles avisos que descrevem as “*peças viciosas*”, com detalhes das vestes, dos corpos combalidos, das penalidades aos que a elas estivessem aliados e das muitas funções que assumiam sob o regime do trabalho compulsório: como carregadores, estivadores, cozinheiras, engomadeiras, quitandeiras, doceiras, sapateiros, ferradores, barbeiros, carpinteiros, marceneiros etc.<sup>18</sup>.

Acompanhando o conto de Machado, imagino a recepção do leitor desempregado recortando tais avisos e cogitando nas estratégias do ofício de “*pegar escravos*” que prescindia de investimentos, formalidades e assiduidade. O caçador é que definia seu tempo, seu método, sua presa. Conforme as leis do mercado, não é difícil intuir que o aumento das oportunidades para os praticantes do ofício pode ser visto também como evidência do aumento das fugas e da resistência escrava, principalmente, mas não exclusivamente, como decorrência da crise da dominação escravista<sup>19</sup>.

---

<sup>17</sup> Sobre a escravidão ao ganho e de aluguel e formas que a violência escravista assume no Rio de Janeiro, ver ALGRANTI, Leila. *O Feitor Ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Petrópolis: Vozes, 1988; SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. *Negro na Rua: (...) Op. cit.*; AZEVEDO, Célia Marinho de. *Op. cit.*, 1987; CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: (...) Op. cit.*; CONRAD, Robert. *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

<sup>18</sup> Entre outras numerosas atividades desempenhadas por escravos e escravas – escultores, músicos, pintores, paneiros, latoeiros, boticários, pescadores, marinheiros (inclusive no tráfico negreiro, soldados, caixeiros, enfermeiros/as, chapeleiros/as, vendedores/as e também escrivães de cartório. Ver: LIBBY, Douglas Cole & PAIVA, Eduardo França. *A Escravidão no Brasil*. São Paulo: Moderna, 2.000, p. 33.

<sup>19</sup> Sobre a crise do regime escravista, ver COSTA, Emilia Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. 4. ed. São Paulo: Unesp, 1998; GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Ática, 1978 e *A Escravidão Reabilitada*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.

Aquela era uma atividade informal que, apesar de exigir certas aptidões, não requeria qualquer especialização, qualquer tipo de controle de fora, das autoridades e mesmo da sociedade sobre o caçador. Imagino também que, à medida que crescia a necessidade financeira do caçador, este poderia incorrer em erros, principalmente porque a marca de raça, ou seja, a cor da pele negra, mesmo que não fosse significativa da condição civil, era objeto de confusão freqüente entre os contemporâneos. O trecho é expressivo do significado da questão racial e sua presença marcante nos episódios referentes às relações da escravidão no Brasil, bem como da posição social inferior atribuída às identidades negras ou pardas em uma população predominantemente mestiça.

Com relação aos conceitos de raça e preconceitos da escravidão da época, a historiadora Hebe Mattos observa que no Brasil, raça e cidadania são noções que se misturam no complexo jogo classificatório das identidades, engendrando um dilema teórico entre o liberalismo e a escravidão, vincado pelas diferenças de cor<sup>20</sup>. A questão da discriminação racial permeava as relações e as localizações sociais no cotidiano da sociedade, tanto que, segundo a historiadora,

*(...) apesar da igualdade de direitos civis entre os cidadãos brasileiros reconhecida pela Constituição, os brasileiros não-brancos continuavam a ter até mesmo o seu direito de ir e vir dramaticamente dependente do reconhecimento costumeiro de sua condição de liberdade. Se confundidos com cativos ou libertos, estariam automaticamente sob suspeita de serem escravos fugidos – sujeitos, então, a todo tipo de arbitrariedade, se não pudessem apresentar sua carta de alforria (...)*<sup>21</sup>

Ainda que fossem livres, as pessoas de cor poderiam ser confundidas com as escravas, daí a produção constante de sinais que distinguiam a liberdade no cotidiano carioca, também observados no uso de certas roupas e calçados. Nas esquinas, nos lares, nas ruas, os traços das diferenciações eram produzidos e exibidos também para que elas fossem lidas e entendidas em seus significados hierarquizadores. Conferiam, assim, sentidos e posições indicativas dos domínios da escravidão e da liberdade, entre outros valores e hierarquias que impregnavam as marcas de classe, condição civil, de sexo-

---

<sup>20</sup> Para Hebe Mattos, a noção de raça nasce, no continente americano, estreitamente ligada às contradições entre direitos civis e políticos inerentes à cidadania estabelecida pelos novos Estados liberais e o longo processo de abolição do cativo. MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico*. Op. cit., pp. 17-22.

<sup>21</sup> MATTOS, H. M. *Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico*. Op. cit., pp. 17-22.

gênero, raça-etnia, idade, entre outras, reimprimindo-as para que se pudessem distinguir as identidades sociais.

A manutenção da escravidão e a restrição legal do gozo dos direitos civis e políticos aos libertos tornavam a discriminação racial uma questão política relevante, colocada nas falas e ofensas corriqueiras e, também, nas formulações acadêmicas. Era preciso reiterar aquelas distinções sociais, precisar melhor as fronteiras que separavam livres e escravos, livres e libertos, livres com posses e livres pobres. Não por acaso, as teorias racialistas buscariam fundamentar com base no conhecimento científico a desigualdade entre as raças<sup>22</sup>, criando inclusive paralelos que justificariam aquela diferenciação de direitos.

Machado estava atento às marcas da discriminação racial, quando trata do cotidiano do trabalho de Candinho, que já havia incorrido no erro de pegar “*escravo fiel*” ou “*preto livre*”:

(...) Já lhe sucedia, ainda que raro, enganar-se de pessoa, e pegar em escravo fiel que ia a serviço de seu senhor. Certa vez capturou um preto livre; desfez-se em desculpas, mas recebeu grande somma de murros que lhe deram os parentes do homem. (...).<sup>23</sup>

Ao retratar o mal-entendido, o autor exprime mais uma vez a violência na luta de recaptura pela “*somma de murros*” que recebeu dos parentes do “*preto livre*”, apesar das desculpas formuladas. Como outros relatos da época, as marcas de raça, todavia, reaparecem no texto para promover ou dirimir mal-entendidos, já que as pessoas de cor negra costumavam ser vistas associadas ao cativo, em condição inferior. Tanto que a escrava fugida foi retratada como mulata, enquanto o “*preto livre*” havia sido objeto da caça de Candinho, que nele não conseguiu ler a condição de liberdade. Quanto a Mônica, Clara e Candinho, o autor não faz qualquer menção à raça ou cor, mas às posses (ou a falta delas), porquanto a condição civil da liberdade representava em si um atributo de relativa superioridade. Os jogos de possibilidades de composição de

---

<sup>22</sup> Refiro-me ao pensamento de Nina Rodrigues que, após a abolição, retoma um dilema retórico da escravidão recolocando do ponto de vista científico o problema da definição do negro como pessoa ou como coisa. Como “objeto de ciência”, o perito médico-legal desqualificava o negro como cidadão, ao classificar a sociedade em termos raciais, fundados em aspectos da biologia e da cultura para “tornar inteligível a [sua] separação da população brasileira em duas grandes categorias, a dos ‘civilizados’ e a dos ‘inferiores’ ou ‘bárbaros’”. CORRÊA, Mariza. *As Ilusões da Liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: Edusf, 1998, pp. 171-177.

<sup>23</sup> ASSIS, M. de. *Relíquias da Casa Velha*. Op. cit., p. 20.

identidades e suas localizações combinam traços de classe (e de posses), condição civil, sexo-gênero, raça-etnia, entre outros que precisavam ser ou não ser assinalados, no interior dos domínios significantes do poder escravista e patriarcal.

Daí porque as pessoas livres e brancas já eram naturalmente qualificadas; já as pessoas negras e livres precisavam provar sua condição e estariam marcadas por um traço de suspeição. Candido, Clara e Tia Mônica estariam supostamente livres de serem estigmatizados pela condição de raça, porquanto estariam iguallados pela condição de liberdade. Qual fosse a mistura não por acaso velada de raças, era a condição de livres, mesmo que pobres, que os fazia reconhecidos pelo nome e, no caso do personagem masculino, também pelo sobrenome.

Candido e Clara aguardavam o filho tão desejado, mas continuaram a amargar dívidas e estas se acumulavam. Sofriam pressão do locador, que sugeria a penhora da mobília para pagar os aluguéis atrasados, e já não tinham carne e feijão à mesa, quando *“tia Mônica deu ao casal o conselho (...)”*

*(...) de levar a criança que nascesse á Roda dos engeitados. Em verdade, não podia haver palavra mais dura de tolerar a dous jovens Paes que espreitavam a criança, para beijal-a, guardal-a, vel-a rir, crescer, engorada, pular... Engeitar o quê? Engeitar como? Candinho arregalou os olhos para a tia, e acabou dando um murro na meza de jantar (...).<sup>24</sup>*

Confirmando a tese de Renato Pinto Venâncio, de que a carestia era um dos principais motivos do abandono das crianças, a saída proposta pela tia de Clara mostra aquela prática naturalizada na população pobre carioca. Além de absorver os frutos de relações não-conjugais, portanto ilegítimas, a Casa dos Expostos, que funcionava como instituição integrante da Santa Casa da Misericórdia, abrigava recém-nascidos deixados ali, às vezes sadios, mas também com fome, maltratados, agonizantes ou já mortos, por famílias que não podiam arcar com as despesas de criação, tratamento de saúde ou sepultamento. Em virtude da alta circulação de crianças na também chamada Casa da Roda, da insalubridade da cidade e também da instituição, da oscilação nos quadros de amas-de-leite disponíveis, além dos episódios em que grassavam epidemias na Corte,

---

<sup>24</sup> ASSIS, M. de. *Relíquias da Casa Velha*. Op. cit., pp. 20-21.

talvez fosse mais alto ainda o risco de morte lá<sup>25</sup> do que na precariedade dos lares pobres da cidade<sup>26</sup>.

Machado aprofunda o conflito ao descrever a penúria e narrar o despejo da casa de aluguel e a mudança para um quarto de empréstimo em face da premência da chegada do filho e da possibilidade também de perdê-lo para a Roda. Uma chegada que pressupunha, de antemão, uma partida. No momento em que se consuma o nascimento da criança, Tia Mônica reitera sua postura e se prontifica a levá-la, ela mesma, à rua dos Barbonos. A criança nasce e a revelação de que é um menino acirra a alegria e a tristeza do pai, centro da família e da narrativa. Acirra, portanto, o conflito, também colocado na ordem das dicotomias em série: pai-mãe; homem-mulher; livre-escrava; branco-mulata.

A imagem da família mais uma vez organiza e estrutura a política de aliança e fixa as referências à sexualidade que constitui seu suporte permanente. O poder simbólico do pai e da masculinidade se reproduz no sexo desejado pelo casal para o filho varão. Entretanto, à medida que o tempo e a narrativa correm, a miséria da família e o desânimo do protagonista aumentam na *“triste casa que lhe haviam emprestado”*. O pai perde a fome e ainda cogita *“mil modos de ficar com o filho; nenhum prestava (...)”*. Clara, aquele corpo dócil de esposa, não se manifesta, apenas mostra-se *“resignada”* diante da *“dor do espetáculo”*, regado ao *“resto de leite que elle (o filho) beberia da mãe”*, antes do pai cumprir a promessa de levá-lo para a Santa Casa da Misericórdia.

Diante da extrema penúria, o pai, com o filho nos braços, segue para a Casa dos Expostos. Tentando prolongar o tempo e estender caminho, ele vislumbra um vulto de mulher e percebe que *“era a mulata fugida”*. Imagem que gera em seu coração o que o autor descreve como uma *“commoção enorme”*, por não poder descrevê-la melhor em sua intensidade. Na farmácia onde já obtivera informações sobre as rondas da escrava fugida, ele entrou e pediu ao farmacêutico *“a fineza de guardar a creança por um instante; viria buscá-la sem falta (...)”*.

(...) – Arminda! Bradou, conforme a nomeava o annuncio.(...)<sup>27</sup>

<sup>25</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. *Op. cit.*, pp. 99-115.

<sup>26</sup> A mortalidade era ainda mais alta de crianças até o primeiro ano de vida. Entre 1814 e 1851, por exemplo, a taxa se move entre 41,4% e 78,1% dos bebês deixados na Roda que morreram, revelando uma taxa espantosa para os níveis da época. KARASCH, M. *Op. cit.*, pp. 155-157.

<sup>27</sup> ASSIS, M. de. *Relíquias da Casa Velha*. *Op. cit.*, p. 27

Chamada pelo nome, a “mulata viciosa” surge nas ruas da cidade e nas travessas do discurso. Arminda estava submersa no discurso social. Ela tentava criar uma alternativa, escapando do proprietário e do cativo. O chamado surpreende não só a escrava, mas também o leitor imerso na trama, e o prepara para o fim trágico do conto. Costurado à narrativa do cotidiano de uma família carioca não-proprietária, cuidadosamente colocado no final da trama, o nome da mulher escrava aparece no brado do pai livre.

Candido Neves faria uso de suas habilidades e de seu instrumento de trabalho – “o pedaço de corda de algibeira” –, e diante dela Arminda também “quis gritar”. Todavia, logo ela entendeu que estava só e ninguém viria em seu socorro. Na luta que se desdobra entre a caça e o caçador, ela formula seu apelo mais fundo, que emana de suas entranhas e desvela, tragicamente, a tentativa e a impossibilidade de uma negociação...

*(...) – Estou grávida, meu senhor! Exclamou. Se Vossa Senhoria tem algum filho, peço-lhe por amor d’elle que me solte; eu serei sua escrava, vou servir-o pelo tempo que quiser. Me solte, meu senhor moço! Me solte! (...)*<sup>28</sup>

Machado descreve a cena urbana em que os transeuntes não se mobilizam com a luta travada, porque a cena significava uma violência naturalizada e previsível no cotidiano da cidade. Tampouco o caçador se sensibiliza com os argumentos da escrava grávida em relação aos castigos que lhe seriam impostos por seu proprietário.

*(...) Houve aqui lucta, porque a escrava, gemendo, arrastava-se a si e ao filho. Quem passava ou estava á porta de uma loja, comprehendia o que era e naturalmente não acudia. Arminda ia allegando que o senhor era muito máo, e provavelmente a castigaria com açoutes, – cousa que, no estado em que ella estava, seria peor de sentir. Com certeza, elle lhe mandaria dar açoutes (...)*<sup>29</sup>

Do ponto de vista do pai e protagonista, Arminda, a quase mãe escrava fugida, era culpada e não merecia ouvidos. “*Quem lhe manda fazer filhos e fugir depois?*” Candido Neves, ordeiro e algoz, não ouvia os apelos da mulher que tentava reagir à luta e denunciava aos ouvidos surdos do poder escravista a violência de seu senhor e do caçador que serve seus interesses, bem como aos dele próprio. Ele seguiu arrastando a

<sup>28</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>29</sup> ASSIS, M. de. *Relíquias da Casa Velha. Op. cit.*, p. 28.



escrava pela “*rua do Ourives, em direcção á da Alfândega, onde residia o senhor*”. Na esquina, a luta cresceu, Arminda tentou resistir com grande esforço, “*arquejando, desesperada*”, em vão:

(...) - *Aqui está a fujona, disse Candido Neves*  
– *É ella mesma.*  
– *Meu senhor!(...)*<sup>30</sup>

A trajetória do “*pai contra a mãe*” chega ao fim na frente da casa que representa outro lar, provavelmente outra família, esta certamente proprietária. A escrava é jogada a seu senhor, que entrega ao caçador a gratificação de cem mil-réis em “*duas notas de cincoenta*”, imagens finais da violência e do restabelecimento da ordem. Mas o “*espetáculo*” ainda não acabara. O caçador guardou as duas notas e a escrava, caída no corredor, “*no chão, onde jazia, levada do medo e da dor...*”, (...) “*após algum tempo de lucta (...) abortou...*”

(...) *O fructo de algum tempo entrou sem vida n'este mundo, entre os gemidos da mãe e os gestos de desespero do dono. Candido Neves viu todo o espetáculo. (...)*<sup>31</sup>

Enquanto a escrava quase mãe gemia, o pai livre corria em direção à farmácia onde deixara o filho. Apesar de ter levado um susto ao ver o farmacêutico sozinho, ele logo entrou no fundo da loja onde pegou o menino. O autor emenda: “*o pae recebeu o filho com a mesma fúria com que pegara a escrava fujona de há pouco, fúria diversa, naturalmente, fúria de amor*”...

(...) *Agradeceu depressa e mal, e sahiu ás carreiras, não para a Roda dos engeitados, mas para a casa de empréstimo, com o filho e os cem mil réis de gratificação. Tia Mônica, ouvida a explicação, perdoou a volta do pequeno, uma vez que trazia os cem mil réis. Disse, é verdade, algumas palavras duras contra a escrava, por causa do aborto, além da fuga. Candido Neves, beijando o filho, entre lagrimas verdadeiras, abençoava a fuga e não se lhe dava do aborto.(...)*

– *Nem todas as creanças vingam, bateu-lhe o coração.(...)*<sup>32</sup>

---

<sup>30</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>31</sup> *Idem, ibidem, p. 29.*

<sup>32</sup> *Idem, ibidem, p. 29-30.*

Candido Neves e Arminda são respectivamente o “*Pae contra mãe*”, imagens binárias e opostas que informam a visão do mundo escravista, dividido entre livres e escravos, divisão que conhece outras subdivisões conformadoras daquela ordem fundada nas assimetrias de gênero, raça, classe, idade, escolaridade, ocupação, dentre outras. O pai é livre, a mãe cativa. O pai pressionado está em vias de perder o filho recém-nascido para a Casa dos Expostos, porque embora seja livre é pobre e desempregado. Esperto, o pai livre recupera o direito de manter o filho, ao devolver a escrava que, quase mãe, aborta e perde o filho, quando devolvida a seu proprietário. No ato daquela violência, além da liberdade, ainda que provisória, ela perdia também o filho em gestação. A mãe escrava ali é o objeto de captura do pai livre em seu trabalho instável, mas preciso. Mas antes, é objeto de uso, de venda, de compra, de troca e de recaptura do senhor proprietário. Ele é uma figura que preside as relações da trama e nela aparece ao final, como protagonista no espetáculo da propriedade humana.

Assim, Machado de Assis apresenta uma possibilidade de paternidade e de família conjugal no espaço urbano da liberdade e a impossibilidade da maternidade na escravidão<sup>33</sup>. A mulher é o *locus* da procriação na ordem do patriarcado. No mundo da escravidão a procriação da mulher é uma possibilidade gerada e destruída, posto que sobre ela incide o exercício do poder que se organiza sobre o valor maior da propriedade. Arminda é uma das possibilidades estratégicas da imagem de mulher escrava que aparece em meio a conjuntos discursivos diferentes. São esses conjuntos que procuro reunir para perceber correlações em sua simultaneidade, posições assinaláveis em localizações hierarquizadas, isto é, em um espaço comum nos jogos das relações sociais que aparecem tramadas e vinculadas pelo poder e pela sexualidade<sup>34</sup>. A leitura do conto machadiano remete-me às reflexões de Foucault, pois entendo que aquelas mulheres cativas, procriadoras e aleitadoras, reconhecidas ou pensadas na possibilidade de serem exploradas como amas-de-leite, foram constituídas pelo

---

<sup>33</sup> De acordo com Kátia Mattoso, os inventários dos últimos trinta anos da escravidão no Brasil não falam de “escravas casadas ou amigadas”. Os documentos revelam que, antes de 1880, o filho da escrava é uma criança cuja mãe biológica é geralmente ausente. É raro que escravas consigam levar seus filhos consigo, mas seria imprudente generalizar que abandonavam seus filhos. “Se no ato de seu nascimento o escravo é uma criança sem pai, a má sorte e a má fortuna podem ainda torná-lo órfão, também de mãe”. Depois, por volta de 7, 8 anos, deverá prestar serviços regulares para o senhor, ou à própria mãe, se esta trabalha ao ganho e reside fora da casa do senhor. Para ela, mais ainda após a Lei do Ventre Livre, não há crianças escravas, mas somente escravos novos. MATTOSO, Kátia de Queirós. O filho da escrava: em torno da lei do ventre livre. *Revista Brasileira de História 16 ESCRAVIDÃO*. São Paulo: Marco Zero/Anpuh, 1988, pp. 37-56.

<sup>34</sup> FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber. Op. Cit.*, pp. 33-43.

*(...) conjunto do que foi dito no grupo de todos os enunciados que a nomeavam, recortavam, descreviam, explicavam, contavam seus desenvolvimentos, indicavam suas diversas correlações, julgavam-na e, eventualmente, emprestavam-lhe a palavra, articulando, em seu nome, discursos que deviam passar por seus. (...)*<sup>35</sup>

Partindo do que foi dito nesse conjunto, observo que se o/a filho/a de Arminda tivesse nascido, poderia ter sido vendido ou criado por seu proprietário, poderia ter sido encaminhado à Casa dos Expostos ou morrido, como ocorria a muitas crianças recém-nascidas na época, de acordo com as condições de possibilidade que se apresentavam na Corte. A criança filha de escrava poderia também ter sido morta, inclusive pela própria mãe, que, conforme textos de viajantes, algumas vezes usaram dessa prática para poupar o filho da escravidão<sup>36</sup>.

Independentemente de o/a filho/a ter ou não nascido, se ela tivesse dado à luz, ou se ocorresse de ter leite, Arminda poderia vir a ter o destino de mulheres que foram alugadas e vendidas e, por serem cativas, foram privadas de sua maternidade para exercerem outra, como mães de leite dos filhos e filhas de seus proprietários e locadores. As circunstâncias das relações que originaram a gravidez não foram conhecidas ou dadas a ler. De acordo com as estratégias políticas vigentes, não foram colocadas em discurso nem tornadas visíveis relações conjugais ou familiares estáveis no mundo da escravidão, exceto em estudos recentes sobre algumas regiões rurais<sup>37</sup>. A existência no cativo possibilitava a exploração de mulheres para além dos serviços domésticos. Muitas foram colocadas ao ganho, muitas foram sexualmente usadas e abusadas, inclusive até mesmo exploradas como prostitutas na Corte imperial<sup>38</sup>.

---

<sup>35</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>36</sup> Os viajantes pretenderam observar a maternidade e a natalidade escrava. Schlichthorst registrou que as mulheres brancas tinham muitos filhos enquanto as negras não tinham mais do que quatro, mesmo se casadas com marido branco. As escravas, para ele, tinham vida mais curta e baixa fertilidade; além disso, como também registraram Walsh e Rendu, faziam abortos para evitar que seus filhos fossem escravizados. Walsh e Luccock escreveram também sobre a prática do infanticídio no Rio de Janeiro. Ver KARASCH, M. *Op. cit.*, p. 161.

<sup>37</sup> No século XX, os historiadores acreditaram que a escravidão era incompatível com relações familiares, possivelmente informados pela literatura de viagem do século XIX que, via de regra, representava escravos e escravas como seres incapazes de expressar sentimentos e estabelecer laços afetivos e familiares. A partir da década de 1980, a historiografia tendeu a revisar aquelas idéias-imagens para perceber formas da organização social dos escravos, inclusive em relação à manutenção de laços de família e de parentesco, verificando até mesmo a estabilidade e longevidade dessas relações em certos plantéis. Com relação ao assunto, ver SLENES, R. W. *Na Senzala uma Flor. Op. cit.* e MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio. Op. cit.*, p. 67-69.

<sup>38</sup> O estudo de Sandra Graham sobre processos judiciais e registros notariais da Corte trata de práticas de exploração de escravas como serviçais domésticas e prostitutas na Corte. GRAHAM, Sandra Lauderdale.

Aqueles eram corpos designados pelo sexo, pela raça, pela condição cativa, que também na performance urbana representavam o poder ilimitado do proprietário. Um poder que muitas vezes não era ilimitado, mas abusivamente exercido, também por homens livres não proprietários, mas na posição dominante em relação ao feminino, principalmente quando esse feminino está materializado em corpos de mulheres cativas e negras ou mestiças. É visível nessa relação o desapossamento processado dos corpos e destinos das mulheres escravizadas. Corpos que foram também usados como objetos de uso e desejo de seus proprietários – que não poucas vezes foram os pais da prole mestiça no campo e nas cidades – ou ainda destinados para uso do varão no exercício de uma capacitação para a vida sexual. Capacitação que o viabilizava e o qualificava para o exercício da masculinidade e para a manutenção simbólica de uma ordem.

Eram corpos procriadores, que escapavam, gritavam, lutavam, reagiam. Corpos que estavam marcados e remarcados e serviam também para significar o poder da dominação impresso em figuras que encarnavam a sujeição. Corpos de mulheres que materializavam esquemas de conhecimentos, servindo também às múltiplas táticas e estratégias do poder e do saber, embora pudessem expressar também formas de resistir<sup>39</sup>, que aparecem retratadas em avisos, anúncios, na prosa, no verso ou nas dobras dos silêncios.

### **Ricordanza della mia gioventú**

Em *Ricordanza della mia gioventú*, Augusto dos Anjos adentra a casa e a memória, expondo nas imagens escolhidas formas de tratamento que designam as relações da família e do ambiente doméstico. São formas que traduzem relações de parentesco, afetivas e também políticas entre entes que lhe seriam os mais próximos – pai, mãe e ama-de-leite –; o quadro da família, poeticamente apresentado/representado, é desenhado com as lembranças de sua juventude, ou infância. Construído em dois quartetos e dois tercetos, o soneto italiano revela equilíbrio entre a forma e o sentido: nos dois primeiros ele trata do furto do ouro da família pela ama-de-leite Guilhermina e nos dois últimos trata da ação inversa da qual é o autor o sujeito, que furtara o peito e o leite da ama.

---

O impasse da escravatura: prostitutas escravas, suas senhoras e a lei brasileira de 1871. In: *Acervo. Revista do Arquivo Nacional. Estudos de Gênero*, vol. 9. n. 01/02, jan/dez. 1996. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, pp. 31-68.

<sup>39</sup> FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade. A vontade de saber. Op. cit.*, pp. 94-108.

Guilhermina furtava as moedas que o Doutor (seria o pai?) lhe dava enquanto Sinhá-Mocinha, sua mãe, ralhava e pensava que o menino não o percebia. A ingenuidade infantil do poeta e também a intimidade do relacionamento com a ama-de-leite, provavelmente, faziam com que o mundo fosse observado pelo menino através dos olhos dela, daí ele tomar para si as formas de tratamento que seriam de uso da ama: trata como Doutor aquele que representa o pai ou a figura do chefe de família, e a mãe como Sinhá-Mocinha. Ao contrário das fotografias, das gravuras e dos anúncios de jornal, a ama-de-leite é exaltada pelo nome logo no primeiro verso, sugerindo as aproximações engendradas, bem como o distanciamento na relação entre pais e filhos, praticados em função de uma cultura familiar patriarcal ciosa em preservar os lugares de autoridade do lar, ou a política do mundo privado em seus papéis econômicos e reguladores da família.

Sinhá-Mocinha, a mãe, ralhava... O verbo no pretérito imperfeito e as reticências sugerem a continuidade da ação, da reprimenda e do furto. E também a relevância do controle da mãe. Senão controle das moedas e da fortuna, ao menos controle simbólico dos comportamentos domésticos, na fiscalização dos gestos cotidianos, das relações morais e dos afetos consoante ao que se considerava como funções/papéis de uma dona-de-casa, esposa e mãe. Por tudo isso Sinhá-Mocinha ralhava, advertia, reprimia e via naquela experiência recorrente a “ruína” do filho. Uma ruína, aos olhos da mãe, sugestiva da situação de criança aprisionada na relação afetiva, dominada pelo carinho que devia nutrir pela mulher que dele cuidava, saciando sua fome e sua sede. A ruína expressava o olhar da mãe sobre o filho subjugado. A ruína revelada no olhar da mãe expressa seu sentimento sobre aquela que havia “partilhado o direito de mãe”, ou o havia alienado.

Era a maneira pela qual o poeta enxergava o olhar da mãe sobre ele, uma mãe que provavelmente não ouvira os conselhos de Rousseau e olhava com desaprovação o fato de “*seu filho amar outra mulher tanto quanto ela ou mais*”. Ou a maneira dele expressar que a ternura que o filho conservava por sua mãe verdadeira, ao invés de uma graça, era um dever<sup>40</sup>. Enquanto em relação à ama-de-leite, à mãe “*mercenária*”, a afeição que nutria era como uma graça, um sentimento urdido ao longo da convivência cotidiana, expressivo da importância conferida àquela que o amamentou, cuidou dele, o protegeu e confortou.

---

<sup>40</sup> ROUSSEAU, J-J. *Op. cit.*, p. 20.

Já na segunda estrofe, Augusto admite que a ama furtava quando afirma que ela, “hipócrita, afetava (...) e maldizia a sina”. A defesa de Guilhermina no poema insinua a imagem recorrente e significativa da tensão entre proprietários de escravos e propriedades escravas que se manifestam em discursos do cotidiano. O furto, como gesto moralmente condenável, foi reconstruído no poema também na fala de Guilhermina como fosse ofensa vazia em razão de sua “sina”, traduzindo o controle e a fiscalização sobre os serviços domésticos e o preconceito que se nutria em relação a eles. Sinaliza também para o gesto de resistência à condição de cativa, a apropriação furtiva de objetos por mulheres que não tinham sequer posse de si e que habitavam as casas de famílias proprietárias sem outra possibilidade de obtê-los ou desfrutá-los por um momento.

A imagem do furto teria muitas faces. Como gesto de resistência, foi também visto como forma de compensação pela exploração abusiva daqueles corpos cativos, ou como um gesto sem importância do ponto de vista do homem ou da mulher cativa que não tem posse de si ou outras posses, em princípio, nem possibilidade de tê-las, pela lógica da lei<sup>41</sup>. Outra face dessa mesma imagem criada e reiterada engendrava a representação que se fazia de homens e mulheres marcados pela inferioridade daquela condição civil e de raça, veiculando sentidos que seriam atribuídos a figuras que eram suspeitas, desonestas, cheias de vícios e doenças morais.

O poema aborda relações e destinos marcados por profundos afetos, mas também por receios, desconfianças e ofensas, oriundos de relações que se desenrolam sob a violência dos laços que legitimam a propriedade humana e, ao mesmo tempo, pela dinâmica de cooptações, de negociações e arranjos múltiplos que movimentam o cotidiano do domínio escravocrata e sustentam a mobilidade estreita e relativa dada pela condição subalterna no cativeiro. A idéia do roubo costumou fazer parte de um estereótipo da identidade escrava e foi forjada em muitas representações da sociedade escravocrata: em registros da imprensa, da polícia, de viajantes, entre outros.

Ao tratar de documentos da primeira metade do século XIX<sup>42</sup>, Mary Karasch analisou alguns desses registros sobre a prisão de cativos. Estes foram responsabilizados

---

<sup>41</sup> “A lógica da lei não reconhecia o direito de o escravo ser proprietário de quaisquer bens, pois, se ele mesmo era um bem, não poderia desfrutar da propriedade privada. De acordo com a lei, tudo pertencia ao senhor. Na realidade, entretanto, as práticas cotidianas permitiam aos escravos acumular diversos tipos de bens: desde instrumentos de trabalho até jóias, roupas finas e animais domésticos (...)”. LIBBY, Douglas Cole & PAIVA, Eduardo França. *Op. cit.*, p. 42.

<sup>42</sup> Relatos de viagem, jornais e documentação da polícia e da Justiça. KARASCH, M. *Op. cit.*, pp. 433-435.

por uma grande variedade de objetos furtados, entre eles artigos de vestuário, dinheiro, relógios, outros escravos, bois, cavalos etc., e por isso foram punidos por seus donos. Alguns desses documentos assinalavam que “*os donos das tavernas eram receptadores de objetos roubados em troca de bebida*”. Além disso, ela afirma, muitos costumavam roubar “*a fim de acumular fundos para comprar a própria liberdade*”, pelo menos isso era o que alegavam senhores interessados em negar o direito de compra da liberdade naqueles registros<sup>43</sup>. Sem deixar de cogitar no nada improvável ressentimento que nutriam contra os que os privavam da liberdade, ela assinala ainda que

(...) muitos deles tinham idéias diferentes sobre a natureza da propriedade privada. O que os seus senhores consideravam como tal, muitos africanos achavam que era propriedade do grupo. Em termos do Daomé, por exemplo, o homem mais velho administrava a propriedade da família extensa, que era a dona e a usava coletivamente. (...) <sup>44</sup>

Não foram poucas as representações que disseminavam aquelas imagens na sociedade difundindo a idéias de que as escravas que privavam da vida doméstica de seus senhores eram ladras, além de “*estúpidas, grosseiras, indolentes*”<sup>45</sup>, oriundas de um povo “*estúpido e corrompido*”<sup>46</sup>, que por tudo isso deveriam ser examinadas, controladas, vigiadas, para que se avaliasse a qualidade de suas condutas. Não por acaso, os anúncios do *Jornal do Commercio* que as oferecem para aluguel, compra e venda imprimem a locução adjetiva que sugere a garantia da negociação proposta. Ao insistirem que “*afiança-se a conduta*” da cozinheira, engomadeira ou ama-de-leite, os anunciantes pretendiam abonar a criada “*de conduta afiançada*” ou “*de bom comportamento*”, o que podia significar provavelmente nem possuir vícios, como os de furto e de beber, nem ser sexualmente promíscua. São vozes e práticas que parecem ter se amplificado na conjuntura da cidade, dos textos impressos e da circulação discursiva da época.

Momento histórico das disciplinas, as imagens depreciativas de comportamentos transgressores aparecem multiplicadas na formulação das teses, dos códigos e regulamentos, em suma, em instrumentos discursivos de controle da sociedade que precisavam pautar uma norma, também ao sublinhar condutas que pareciam estar fora

---

<sup>43</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>44</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>45</sup> VIANNA, M. M. V. *Op. cit.*, p. 41.

<sup>46</sup> NEVES, J. M., *Op. cit.*, p. 40.

da norma, por isso eram consideradas irregulares e desviantes. A operação desse discurso moderno em suas estratégias positivas de poder é uma das perspectivas que fundamentam as análises de Foucault<sup>47</sup>, para quem a configuração reiterativa da norma da família conjugal em discursos reveladores dessas tecnologias políticas aponta para um lugar confiscado da sexualidade na sociedade e, também, um lugar obrigatório dos afetos, de sentimento e de amor<sup>48</sup>.

Como construto que define a modernidade e surge no seio dos costumes burgueses e do imaginário liberal, a família, definida pelo casal heterossexual, legítimo e procriador, ocupa o lugar da lei e serve como um modelo que faz reinar a norma<sup>49</sup>. Não apenas na capital da Corte observo a proliferação das imagens de escravas amas-de-leite que, além das demais serviçais domésticas, emergem no interior da representação da família. Ela funciona como suporte permanente do dispositivo da sexualidade<sup>50</sup>, à medida que aquela sociedade se movimenta em direção aos modelos disseminados da urbanidade, da higiene, da racionalidade, da civilidade e da liberdade.

Também a representação da família no Brasil seria alvo desses discursos, portanto um suporte e um instrumento de veiculação da norma da sexualidade, da monogamia e da procriação. Acompanhando a reflexão do filósofo, a família, em sua forma contemporânea, funciona como abrigo, suporte e veículo desse dispositivo: o corpo feminino, a precocidade infantil, a regulação dos nascimentos e, em menor proporção, a especificação dos perversos:

*(...) Não se deve entender a família, em sua forma contemporânea, como estrutura social, econômica e política de aliança, a célula familiar que exclua a sexualidade ou pelo menos a refreie, atenuando tanto quanto possível e só retenha dela funções úteis. Seu papel, ao contrário, é o de fixá-la e constituir seu suporte permanente. (...) Ela garante a produção de uma sexualidade não homogênea aos privilégios da aliança, permitindo, ao mesmo tempo, que os sistemas de aliança sejam atravessados por toda uma nova tática de poder que até então eles ignoravam.(...) <sup>51</sup>*

<sup>47</sup> FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade. A vontade de saber. Op. cit.*, pp. 79-87.

<sup>48</sup> *Idem, ibidem.*, pp. 102-3.

<sup>49</sup> *Idem, ibidem.*, p. 9.

<sup>50</sup> A sexualidade entendida como “conjunto dos efeitos produzidos nos corpos, nos comportamentos e nas relações sociais, por um certo dispositivo pertencente a uma tecnologia política complexa”. Foucault adverte que “deve-se reconhecer que esse dispositivo não funciona simetricamente lá e cá, e não produz, portanto, os mesmo efeitos”. (...) Entretanto, no decorrer do século XIX, o corpo social é dotado de um “corpo sexual”. *Idem, ibidem*, p. 120.

<sup>51</sup> *Idem, ibidem*, p. 102-3.



Ao lado de outras instituições sociais, como a escola, o hospital (inclusive a Santa Casa) e a imprensa, a família foi uma das instâncias daquela sociedade que, embora escravocrata, também se organizava sob outra ordem econômica, científica e moral e passava a se representada, identificada, com a substância e os contornos do liberalismo e da racionalidade moderna. Aquela sociedade estava em movimento e também nutria sonhos e expectativas sintonizados com processos outros de produção da vida, materiais e simbólicos, mais identificados com imagens que representavam a modernidade, a civilização e o progresso.

Nesse sentido, as imagens de amas-de-leite talhadas em corpos sexuados e escravizados seriam discursiva e reiteradamente produzidas em referência à família, pensada como suporte permanente do dispositivo da sexualidade, justamente na intenção de controlar sua emergência relativa e subalterna em relação aos papéis preponderantes, também para disciplinar os protagonistas da modernidade em suas condutas modelares. Elas aparecem no discurso da sociedade que se organiza e pretende conter, fiscalizar, condenar aquele aparecimento, ou pelo menos ressignificá-lo, na impossibilidade de riscá-las do mapa da família e da sociedade moderna que permanece escravista e escravocrata.

O poema me remete à trama dos afetos e das contradições entre o que era vivido e o que era prescrito. A escravidão era vista como um obstáculo aos olhos daqueles que estavam imbuídos do sentimento da liberdade, da igualdade e do contrato social. A sociedade contratual pressupunha indivíduos livres que pudessem vender a força de trabalho. Pressupunha também a família nuclear, medicalizada, que pudesse gerar indivíduos saudáveis que fossem os cidadãos do futuro. A medicalização da família tinha nas amas-de-leite um de seus focos e prescrevia uma mudança na educação da criança, com especial receio da educação das meninas, porquanto os médicos temiam que, como “*amigas*”, “*companheiras*” e “*confidentes*”, pudessem fazer “*frutificar*” nos jovens, e principalmente nas “*jovens brancas*”, o “*germe da corrupção*”, que teria sido “*instilado na alma*” também pelo leite com que foram alimentadas<sup>52</sup>. O discurso médico já modelava a imagem do perigo físico e moral impresso na presença da escrava na família para compor a representação da degeneração da família, da sociedade e da

---

<sup>52</sup> CUNHA, Herculano Augusto. *Dissertação sobre a prostituição, em particular na cidade do Rio de Janeiro*, tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1845, p. 32. Apud MACHADO, Roberto *et al.* *Op. cit.* p. 360.

inviabilidade do “*progresso*”. O Dr. Herculano Augusto Cunha defendia uma boa educação que prescindisse da presença das escravas na família e responsabilizava-as pela “*depravação dos costumes*”. Afinal, ele acrescenta,

*(...) ninguém ignora as desordens domésticas que freqüentemente suscita uma escrava. Quantos homens há que deixam o leito nupcial para irem conspurcar-se nas imundas senzalas onde dorme uma escrava, que é preferida a uma esposa terna e amável? (...)*<sup>53</sup>

O vínculo de afeto, recíproco do poeta com a ama, reabre a questão do desregramento e da depravação dos costumes, onde a imagem da mulher escrava aparece como corruptora da criança, já que, ao furtar, está lhe ensinando como fazê-lo. Corruptora também do pai, exemplo negativo para as filhas, veículo de “*germes*” biológicos e culturais que caracterizam sua acentuada e múltipla inferioridade. Uma inferioridade que se acentua na encruzilhada de discursos que nela imprimem localizações de condição civil, de raça-etnia, de sexo-gênero, significados cunhados em relação à ancestralidade biológica e à moralidade corrompida também pela experiência do cativo.

Foucault me auxilia a pensar a família brasileira (que inclui os pais, os filhos e as escravas em geral, em particular as amas-de-leite) como um matriz de relacionamentos e condicionamentos políticos que cria e organiza cuidadosamente a sexualidade considerada normal e faz proliferar elementos múltiplos de sexualidade circulante, sempre com base em uma

*(...) distribuição de pontos de poder hierarquizados ou nivelados, uma “busca” de prazeres – no duplo sentido de desejados e perseguidos; sexualidades parcelares toleradas ou encorajadas; proximidades que se apresentam como procedimentos de vigilância e funcionam como mecanismos de intensificação; contatos indutores. (...)*<sup>54</sup>

No caldeirão de ambivalências, nas trincheiras discursivas e no *front* de lutas cotidianas que se travavam, as imagens de amas-de-leite se reproduzem na maquinaria política das representações e, significativamente, suas práticas, suas possibilidades e impossibilidades ganham nomes, formas e visibilidades. Na recordação em forma de

---

<sup>53</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>54</sup> *Idem, ibidem*, p. 45-6.

poesia, Guilhermina é um daqueles pontos de poder, foco de um prazer desejado pelo menino, lembrado pelo homem em suas memórias e perseguido (embora também desejado) pelo pai e pela mãe.

Por isso suas práticas foram vistas não só pelos poderes do patriarca, mas pelos poderes disciplinares e muitas vezes foram descritas por aqueles que acreditavam e difundiam que a presença da escrava no interior da família representava um perigo físico e sobretudo moral. A escrava seria um obstáculo para a sociedade moderna. Tanto quanto a família, ela era um foco de discursos que pretendiam examiná-las, classificá-las, controlá-las e, assim, garantir a saúde da sociedade pela normalização das condutas dos cidadãos. Sua presença serve para identificar alguns dos papéis sociais circulantes que remetem às “*sexualidades parcelares toleradas ou encorajadas*” das famílias cujas imagens se modelam na Corte oitocentista em espelhos que se voltam para o futuro.

O padrão normativo que se pretende disseminado é o da família monogâmica, higiênica. Nele, as imagens de amas-de-leite são cuidadosamente modeladas não para exhibir uma experiência de práticas domésticas ou um saber voltado para os cuidados com os pares, com as crias, com tarefas da maternidade e da economia da vida. Esculpidas com matérias que significam o abjeto, elas são invocadas negativamente para produzir outra positividade, pela norma do feminino e a virtude da mãe “*verdadeira*”. Elas aparecem na prescrição de regras estritas e saudáveis de cuidados como anti-modelo, pelo que não costumam fazer para com os bebês; em bulas que prescrevem o aleitamento que não contenha a substância corruptora de seu leite; para difundir normas da higiene e da medicina que condenam sua presença na condução da família e da moral social. Suas imagens se insinuam nessa rede complexa saturada de sexualidades múltiplas como peças de um novo jogo de prazeres e poderes, que nelas imprime as formas da sexualidade considerada fora da norma, transgressora ou desviante, em suas práticas paradoxalmente consentidas, promovidas e condenáveis.

A imagem da escrava que furta e que é furtada me remete, portanto, ao funcionamento dessa economia discursiva que organiza sexualidades regulares e periféricas, que cria suas instâncias de controle e mecanismos de vigilância. Instâncias e mecanismos que se instalam na sociedade não apenas carioca também nos modelos da educação, da clínica terapêutica e nos hábitos identificados com a civilidade/modernidade no século XIX, orientando as condutas no interior da instituição familiar. Sempre com as crianças no colo, com os braços entrelaçados ou em cenas de família, com seus senhores e demais integrantes das famílias proprietárias, incitam um

modelo de família colonial brasileira e escravista, dando a ler um ambiente de poder e submissão, de afetos e desafetos, um jogo de negociações, tensões e mudanças cotidianas.

No quadro da família proprietária e patriarcal, como um dos centros de contatos e vínculos circulares, seus corpos-propriedades serviram para além das atividades de aleitar e cuidar dos bebês, das muitas tarefas da vida doméstica, como objeto de interdições, prazeres e da obstinação dos poderes do patriarcado escravista. Como focos locais de poder-saber, amas-de-leite foram identidades criadas em diferentes procedimentos discursivos que as colocam como corpos femininos, cativos e nutrizes, em meio a técnicas de saber. Aparecem inclusive como um foco privilegiado nesse jogo<sup>55</sup>, na medida em que suas identidades operam dispositivos bem diferentes da lei<sup>56</sup> e da moral, apoiados não somente em procedimentos de repressão e interdição social. Ao mesmo tempo, funcionaram como efeito-instrumento nessa rede de mecanismos entrecruzados, na proliferação de “*prazeres específicos*” ou na multiplicação de “*sexualidades disparatadas*”<sup>57</sup> e de uma moral diferenciada da moral da classe proprietária.

Augusto dos Anjos nasceu em 1884, em Cruz do Espírito Santo na Paraíba, no Engenho Pau d’Arco, e foi amamentado por Guilhermina naqueles que seriam os últimos anos do regime escravista. No poema ele busca recuperar o passado e faz funcionar a memória das interdições, dos prazeres, dos afetos e das sexualidades. Nos dois últimos tercetos, o poeta admite mais uma vez o furto da ama. Significativamente ele atenua seu significado, ao considerá-lo apenas um pequeno furto em relação ao furto maior, quando exclamativamente contrapõe: (...) “*Tu só furtaste a moeda, o ouro que brilha...*”. [Enquanto] “*eu, minha ama, eu furtei mais, furei o peito que dava leite para a tua filha!*”.

A composição poética é plasmada também para mostrar a imagem da família na qual predominava a distância na relação do filho com os pais e a proximidade de sua relação com a ama. Distância e proximidade registradas no poema que invoca a memória e parece embebido também lirismo, remorso e ressentimentos. O poema exprime a melancolia no olhar do autor sobre o passado e o sentimento de ter

---

<sup>55</sup> FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade. Op. cit, pp. 96-7.*

<sup>56</sup> Refiro-me ao dispositivo de sexualidade, como uma “tecnologia do sexo” muito mais complexa e sobretudo mais positiva do que o efeito excludente de uma proibição. FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade. Op.cit, p. 87.*

<sup>57</sup> *Idem, ibidem.*

participado na contingência histórica (e insuperável) de um jogo político. Como filho, ele era coadjuvante da família e sujeito que mama, motivo que levou a ama-de-leite à deixar sua filha para nutrir o filho considerado branco, da elite.

O poema que recria a imagem da ama pela reinvenção do passado na elaboração/imaginação do poeta parece querer exercitar o reconhecimento de uma falta e exprime um esforço em acomodar a inquietação que o aflige. A imagem da ama está impressa em seu peito e impulsiona sua memória aprisionada que busca uma saída, derivada do acontecimento vivido e insuperável. Recompôr o nome, o corpo, a moral da ama-de-leite que é invertida na poesia e na elaboração da memória parece ser também uma tática de representação que recria a ficção de uma identidade: a criança emerge entre as funções biológicas da nutriz, as condutas repressivas do pai e da mãe e a necessidade de beber no seio (ou n'alma metafísica?) da ama, em uma rede de laços políticos, afetivos e econômicos que estão entrelaçados pela sexualidade e cujos contornos estão dados pelas práticas, imagens, valores e significações da ordem escravista. Como princípio oculto e produtor de sentido, o sexo é efetivamente um ponto imaginário fixado pelo dispositivo da sexualidade, pelo qual todos devem passar para ter acesso à sua própria inteligibilidade, à totalidade de seu corpo, à sua identidade, já que ele alia a força de uma pulsão à singularidade de uma história<sup>58</sup>.

Em que pese aquela inversão do problema moral proposta pelo poeta, a imagem da mulher que furta elaborada na literatura foi construída em contraponto a algumas imagens da anuência e do adestramento também forjadas em referência às amas-de-leite. O poema circula entre outros discursos que se organizam em torno da gestão da vida e que, ao procurarem táticas diversas e formulações disciplinares, oferecem a possibilidade de leitura da historicidade de estratégias múltiplas de sujeição de corpos femininos e cativos. Corpos que se sujeitaram inclusive às técnicas veiculadas na incitação discursiva regulada e polimorfa da modernidade.

Os corpos sexuais aparecem como parte da própria mecânica da incitação desses discursos, tal como infere o filósofo:

*(...) O que é próprio das sociedades modernas não é o terem condenado o sexo a permanecer na obscuridade, mas sim o terem-se devotado a falar sempre dele, valorizando-o como segredo. (...)*<sup>59</sup>

---

<sup>58</sup> FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade. Op. cit.*, pp. 145-6.

<sup>59</sup> *Idem, ibidem*, p. 36.

Guilhermina é uma daquelas que foram retratadas sob a pele de ama-de-leite. Ou a mulher que nutriu Augusto dos Anjos e a memória afetiva do poeta. Exaltada pela atividade que exercia e identificada pelo gesto condenado de apossamento das moedas do lar dos Rodrigues dos Anjos, ela ocupava um desses corpos femininos viabilizados nas marcas que os confinavam a destinos biológicos, historicamente construídos/formulados/entendidos. Ela é, portanto, uma dessas identidades viabilizadas e qualificadas pelo sexo-gênero, pela raça-etnia, pela condição servil. Recorro a Judith Butler para lembrar que o sexo, aqui pensado, não é

*(...) simplesmente aquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém é: ele é uma das normas pelas quais “alguém” simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural. (...)<sup>60</sup>*

---

<sup>60</sup> BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes. *O Corpos Educado (...). Op. cit.*, p. 155.

## Capítulo 3

### Afetividade em preto e branco

O século XIX é expressivo do investimento na produção da representação iconográfica e artística e no aprimoramento de novas tecnologias de produção de imagens. O desenho, a pintura em óleo e a aquarela já eram amplamente utilizados para representar a natureza e a sociedade. A técnica de gravação na pedra – litografia – permitiria a reprodução em série de tais representações e a fotografia, introduzida em meados do século, ampliaria ainda mais as possibilidades de criação, circulação e disseminação de formas culturais da expressão visual.

Naquele século, a representação iconográfica seria produzida e disseminada em diferentes técnicas que permitiram, além da reprodução precisa, a multiplicação da possibilidade de leitura das imagens. As imagens produzidas no período, por sua vez, expressam, ilustram e, sobretudo, interagem com a vida cotidiana, ao difundirem signos que dão materialidade ao projeto de nação liberal, moderna e civilizada. Segundo Walter Benjamin, a técnica destaca o objeto do domínio da tradição e a sua existência serial inaugura um tempo em que a arte assume função política, não mais ritual<sup>1</sup>.

No ensaio, ele observa que, ao serem reproduzidas, aquelas imagens não seriam mais reservadas, guardadas em templos ou trancafiadas para alimentar o valor do culto, mas passariam a ser expostas<sup>2</sup>, ou melhor, superexpostas aos olhares dispersos, que convergiam naquele sentido único, orientando a recepção e a leitura num sentido determinado. Se o surgimento da litografia abre a perspectiva de reprodução em série da representação visual, com a fotografia o espectro de possibilidades de leitura ainda se amplia e, com ela, o valor de autenticidade da obra perderia ainda mais espaço, dando lugar ao valor de exposição.

A fotografia aparece no Brasil no mesmo período que na França<sup>3</sup>, pólo de cultura e modelo de civilização, e a prática se distribuiu nos centros urbanos

---

<sup>1</sup> BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. *Obras Escolhidas. Magia e Técnica, Arte e Política*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985, pp. 165-177.

<sup>2</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>3</sup> Menos de seis meses após o anúncio oficial em reunião conjunta das Academias de Ciências e de Belas Artes da França, em 19 de agosto de 1839, já aportava no Brasil, primeiramente em Salvador e depois no Rio de Janeiro, a corveta que trouxe o abade Louis Compte para propagar a daguerreotíпия. Por outro lado, Hercule Florence, também francês, em 1833, já descobrira o processo fotográfico na Vila de São Carlos, atual Campinas. In: *O Século XIX na Fotografia Brasileira. Coleção Pedro Corrêa do Lago*. São Paulo: Fundação Álvares Penteado, s. d.

identificada, portanto, com traços da sociabilidade européia e burguesa e também com aquela missão civilizadora e modeladora, ao colocar ao alcance de olhares múltiplos imagens produzidas para o deleite, mas também para atender a uma demanda de consumo, de acordo com as novas formas de culto e de educação do olhar<sup>4</sup>.

Em uma sociedade ciosa da construção dos valores da nacionalidade, predominantemente analfabeta<sup>5</sup>, a circulação das imagens fotográficas<sup>6</sup> e o conjunto representado pela iconografia se manifestam como um poderoso instrumento de expressão e coesão social, pois oferecem às diferentes parcelas da sociedade um repertório de imagens comuns que permitem estabelecer um “*museu imaginário ideal*”, constituído tanto de ícones privados passíveis de serem guardados quanto de ícones públicos, divulgados por vários meios de exposição<sup>7</sup>.

Nesse contexto, a expressão artística e iconográfica teria como um dos focos principais imagens da família imperial e a representação de episódios com que se pretendia demarcar a autoridade política e sua trajetória simbólica<sup>8</sup>. Além dos retratos do mundo da Corte<sup>9</sup> e da elite proprietária, as paisagens da natureza, o cotidiano do campo e principalmente das cidades também foram objeto do interesse de artistas, em um esforço de conhecer, dar a conhecer e conferir um alfabeto significativa da nação em construção.

A capital do Império e seus habitantes mais ou menos ilustres foram retratados por artistas que viviam e produziam aquela “*civilização da imagem*”<sup>10</sup>. Quando organizadas em séries, exemplares da iconografia oitocentista oferecem à leitura um

---

<sup>4</sup> Sobre o assunto, ver também NEVES, Lucas Vieira Baeta. *História e imagem: a sociedade escrita com a luz. Rio de Janeiro (1840-1889)*, 2006. Dissertação de Mestrado, Brasília: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília.

<sup>5</sup> A educação era marca distintiva da elite política. Entre a população escrava, o índice de analfabetismo atingia 99,9% em 1872. CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial(...)* Op. cit., p. 64. Segundo o censo do mesmo ano, a população total livre do Município Neutro era de 226.033 habitantes, dos quais 65.164 homens e 33.992 mulheres sabiam ler e escrever, enquanto 68.716 homens e 58.161 mulheres eram analfabetos. *Recenseamento da População do Império do Brasil*. Op. cit.

<sup>6</sup> Foram expostos retratos na Exposição de 1842 da Academia Real de Bellas Artes do Rio de Janeiro, enquanto na França isso só ocorreria três anos mais tarde. Além disso, eram feitas exposições permanentes nos ateliês fotográficos.

<sup>7</sup> FABRIS, Annateresa. O circuito social da fotografia: Estudo de caso. In: FABRIS, A. (Org.) *Fotografia. Usos e funções no século XIX*. São Paulo: Edusp, 1998, pp. 44-45.

<sup>8</sup> No Segundo Reinado, há um empenho ainda mais nítido no sentido de construir imagens marcantes e inaugurais de uma história nacional em recriações figurativas, tais como *A Primeira Missa no Brasil* (1861), *Batalha de Campo Grande / Guerra do Paraguai* (1871), *Casamento da Princesa Imperial* (1864?), *Juramento da Princesa Isabel* (1872) etc.

<sup>9</sup> A Família Imperial foi talvez o grupo mais retratado no período. O próprio imperador era fotógrafo amador e incentivou especialmente a fotografia, concedendo o título de “Photographo da Casa Imperial” a diversos profissionais.

<sup>10</sup> KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. 2. ed. revista. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001, pp. 134-137.



conjunto de tipos humanos em relações visíveis em um certo tempo e lugar, que também representam um elenco de objetos eleitos para figurar em álbuns, molduras, publicações e paredes. Desenhadas ou impressas, essas imagens são leituras acerca da realidade de quem observa mediadas por seu sistema de valores, que possibilita ao leitor reconhecer-se nelas. Como lembra Burke,

*(...) as imagens dão acesso não ao mundo social diretamente, mas sim a visões contemporâneas daquele mundo, a visão masculina das mulheres, a da classe média sobre os camponeses, a visão dos civis da guerra, e assim por diante. (...)*<sup>11</sup>

Em seus olhares plurais e historicamente singulares, em suas substâncias ambíguas e polissêmicas, as imagens confeccionadas e captadas após a Independência e particularmente no Segundo Reinado recriam encenações públicas inaugurais e emblemáticas. São versões que configuram uma memória nacional naquele conjunto que em grande parte apresenta a imagem que a Monarquia pretendia construir sobre ela e sobre a história do país<sup>12</sup>. O conjunto de representações coletivas que conformam a linguagem iconográfica é uma parte expressiva do imaginário social e os signos que circulam naquelas imagens são veículos de sua densidade simbólica.

A função do símbolo, segundo Baczko, seria não apenas

*(...) instituir uma classificação, mas também introduzir valores, modelando comportamentos individuais e coletivos. (...) A potência unificadora dos imaginários sociais é assegurada pela fusão entre verdade e normatividade, informação e valores, que se opera no e por meio do simbolismo. Com efeito, o imaginário social informa acerca da realidade, ao mesmo tempo que constitui um apelo à ação, um apelo a comportar-se de uma determinada maneira. (...)*<sup>13</sup>

Produtores das imagens recriadas no cotidiano da Corte cuidaram de encenar figuras das elites políticas, mas também de outros grupos sociais e, ao representar a sociedade em algumas de suas diferenças, acabam por imprimir classificações, veicular valores, papéis, normas e significações, exortando à ação, a um modo de se comportar, de se auto-representar e representar o mundo. Em sua função simbólica e normativa, em

<sup>11</sup> BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: história e imagem*. Bauru: Edusc, 2004, p. 236.

<sup>12</sup> PAIVA, Eduardo França. *História e Imagens*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p. 21.

<sup>13</sup> BACZKO, Bronislaw. *Op. cit.*, p. 311.

detalhes significantes ou ausências expressivas, aquelas imagens exprimem os códigos considerados civilizados e desenharam convenções, relações, hierarquias que dão e ensinam a ler os posicionamentos sociais de acordo com o traje, a postura e a encenação dos comportamentos. O conjunto iconográfico representa o mundo sob uma certa ordem e esta expõe o que se queria exibir, ostentar em público ou gravar para uma comunicação dos significados que fosse tão ampla que pudesse transpor os mares e o tempo, podendo chegar aos escaninhos da posteridade.

As imagens remetem a uma representação que se constrói e oferece à leitura, tanto pelo que revela nas intenções de pintores, fotógrafos, patronos e clientes e no esforço de construção de um efeito de realidade, quanto pelos sinais que traduzem uma paleta de diferenças que não são somente formais ou cromáticas, porém significativas de hierarquizações e desigualdades que se disseminam e naturalizam naquela sociedade. Tanto quanto os viajantes que construíram descrições laboriosas sobre o que viram por aqui, a produção de pintores, desenhistas e fotógrafos, como narradores da visualidade, não só figuraram um Brasil como ensinaram a figurá-lo, a descrevê-lo, organizando também para os olhos nativos a própria paisagem e o modo de defini-la<sup>14</sup>.

Levando-se em conta a dinâmica própria das representações em suas funções sociais, é possível discerni-las entre quadros de pensamento preexistentes que enveredam por uma moral social. Como ensina Denise Jodelet, as representações formam um sistema e dão lugar a teorias espontâneas, versões da realidade encarnadas por imagens ou condensadas por palavras, umas e outras carregadas de significações<sup>15</sup>. Por meio dessas várias significações,

*(...) as representações expressam aqueles (indivíduos ou grupos) que as forjam e dão uma definição específica ao objeto por elas representado. Estas definições partilhadas pelos membros de um mesmo grupo constroem uma visão consensual da realidade para esse grupo. Esta visão, que pode entrar em conflito com a de outros grupos, é um guia para as ações e trocas cotidianas. (...)*<sup>16</sup>

Entre os objetos daquelas “*versões da realidade encarnadas*” nos conjuntos iconográficos, percebidos como códigos de inteligibilidade da época, as amas-de-leite

<sup>14</sup> SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil Não É Longe Daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp. 39-40.

<sup>15</sup> JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.) *As Representações Sociais*. Op. cit., p. 21.

<sup>16</sup> *Idem, ibidem*.

também aparecem retratadas e atuam naquele dispositivo imaginário em sua “*potência unificadora*”. Em suas condições de produção e em seu valor de exposição, suas imagens servem, portanto, para compor o alfabeto iconográfico que configura e serve de guia para as ações e trocas cotidianas na sociedade tropical, monárquica e escravocrata. Reúno, neste capítulo, algumas dessas imagens para analisar composições, fisionomias, gestos e relações que exprimem sentidos e dão materialidade aos corpos significantes de amas-de-leite que foram representados e exibidos na Corte imperial e seus arredores. A produção prolífica de imagens de mulheres que amamentam crias que não as suas apresenta, principalmente, uma organização do modo de configurá-las: consoante às prescrições médicas da época e integrando significações biológicas e morais, na encenação elaborada do desenho, na composição estudada do ateliê, elas tendem a assumir o aspecto de figuras limpas, saudáveis, afetuosas, bem tratadas.

### 3.1 Sob a moldura da benevolência

Jean Baptiste Debret veio ao Brasil com a Missão Artística Francesa e foi um dos fundadores da Academia Imperial de Belas Artes, em 1829. Além de atuar como pintor da Casa Imperial, lecionou pintura e organizou as primeiras exposições de artes no Rio de Janeiro<sup>17</sup>. O artista desejava ser reconhecido como um “*pintor de história*” e, assim, contribuir para o movimento em direção ao “*progresso*”, ao compor

(...) *uma verdadeira obra histórica brasileira, em que se desenvolvesse progressivamente uma civilização que já honra esse povo, naturalmente dotado das mais preciosas qualidades, o bastante para merecer um paralelo vantajoso com as nações mais brilhantes do antigo continente.* (...) <sup>18</sup>

Ele pretendia compilar, descrever com minúcias as cenas brasileiras para representar “*todos os elementos da paisagem, no esforço de retratar a natureza e a realidade como verdadeiros documentos históricos*”<sup>19</sup>. Acompanhando o modelo de

---

<sup>17</sup> O francês Jean Baptiste Debret esteve no Brasil entre 1816 e 1831, quando elaborou uma série de desenhos, que foram publicados na obra *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*, organizada e escrita depois de seu retorno para a França. A publicação ocorreu em Paris, em 1834, por Firmin Didot Frères. BELUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos Viajantes. A construção da paisagem*. Vol.II. São Paulo: Metalivros; Salvador: Odebretch, 1994, p. 84.

<sup>18</sup> DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica do Brasil*. Tomo I. Vol. I e II. Biblioteca Histórica Brasileira. São Paulo: Livraria Martins; Brasília: INL/MEC, 1975. Introdução, p. 6.

<sup>19</sup> *Idem, ibidem*.

objetividade científica então em voga, o artista não queria registrar suas impressões, mas produzir “*quadros de história*”. Quer dizer, vivendo sob as condições de produção da França no início do século XIX, ele pretendia compor pinturas e notas que tivessem o traço da impessoalidade e da objetividade, ou reproduzir imagens da natureza e da sociedade que fossem detalhistas e completas e, além disso, destituídas de subjetividade.

Ao modo do paradigma do conhecimento científico que se organizava<sup>20</sup>, ele acreditava poder retratar a verdade sem lacunas ou imperfeições e, por isso, devia observar todas as coisas, mesmo as mais ínfimas, para compor uma “*obra histórica*”. Em suas pranchas documentais, pretendia que a obra revelasse o desenvolvimento “*progressivo*” de uma “*civilização*”, estabelecendo um paralelo com as “*nações mais brilhantes do antigo continente*”, exemplo no qual as nações menos civilizadas deveriam se espelhar.

Com essa intenção, mostrava-se preocupado em documentar não apenas a paisagem natural, mas principalmente o comportamento humano naquela conjuntura específica. Portanto, seu registro das ruas e das matas brasileiras deve ser visto no interior da moldura histórica e movediça do período, ou seja, imerso no trânsito de valores e pressupostos universalistas e racionalistas da ciência e da filosofia modernas que formulavam uma crítica ao etnocentrismo. Debret viveu no momento em que se fazia uma crítica à filosofia clássica, em especial com relação à diversidade dos povos e à unidade humana. Ao tratar os discursos como motores da história, Todorov reconhece que aquela crítica era pertinente, porquanto já considerava que

*(...) os julgamentos que as nações fazem umas sobre as outras informam-nos sobre aquelas que falam, não sobre aquelas das quais se fala: nos outros povos, os membros de uma nação só estimam aquilo que lhes é próximo (...)*<sup>21</sup>

---

<sup>20</sup> Refiro-me ao desenvolvimento da filosofia das luzes e do enciclopedismo, no século XVIII, e à idéia de conhecimento pensado como ciência da sociedade e elaborado segundo o modelo científico-natural. De acordo com aquele paradigma científico, a ciência social, como a física, a química, deve ser desligada de qualquer vínculo político, religioso ou moral e, conforme a concepção positiva, defende a objetividade como pressuposto para o progresso do conhecimento. LOWY, Michel. *Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista*. 4. edição. São Paulo: Cortez, 1988, pp. 35-45.

<sup>21</sup> A crítica ao etnocentrismo é corrente no século XVIII. In: MONTESQUIEU, *De l'Esprit*, II, 9, t. I, p. 245. Apud TODOROV, Tzvetan. *Op. cit.*, pp. 27-31.

Rousseau era um dos que criticavam as descrições “*incompetentes e interessadas*” de viajantes de séculos anteriores que costumavam fundamentar o conhecimento sobre outras culturas e também postulou uma “*idéia universal do homem*”, pensando o universal como horizonte de entendimento entre dois particulares e não como dedução de um particular, como a evidência do etnocentrismo fazia crer<sup>22</sup>.

O filósofo, cujas idéias encontraram grande receptividade no Ocidente, tencionava formular uma “*ciência comum dos sábios*”<sup>23</sup>, ou um conjunto dos conhecimentos universais, que não fosse deduzido de um princípio ou conseqüência de especulação metafísica, mas derivasse de conhecimentos empíricos. Pensado dessa forma, o conhecimento não deveria refletir exclusivamente um século ou um país, mas todos os tempos e lugares<sup>24</sup>. Essa crítica ao etnocentrismo da filosofia clássica centrava-se na defesa da necessidade do procedimento empírico para a formulação do conhecimento que fosse universal. Assim, Rousseau sustentava ser preciso

(...) descobrir a especificidade de cada povo e suas eventuais diferenças em relação a nós. Para isto, é preciso ser instruído, desinteressado (e não investido de uma missão de conversão ou de conquista) e saber se livrar dos “preconceitos nacionais”, quer dizer, do etnocentrismo. Mas isso é só metade do trabalho. É preciso, por outro lado, uma vez constatadas essas diferenças, voltar à idéia universal do homem, uma idéia que não seria o resultado da pura especulação metafísica mas que absorveria o conjunto dos conhecimentos empíricos. (...) <sup>25</sup>

Provavelmente compartilhando dessas idéias, ao compor centenas de imagens, Debret parecia imbuído da intenção de traduzir sua experiência nos trópicos em documentos pictóricos para desvelar a especificidade da sociedade da Corte encravada nos trópicos e representar suas diferenças carregadas das tintas do exótico e do pitoresco, sem perder de vista o horizonte racionalista e universalista de seus contemporâneos, sobretudo a “*idéia universal do homem*”. Parente e herdeiro da tradição acadêmica de Jacques-Louis David, em que pesem sua formação neoclássica<sup>26</sup>

---

<sup>22</sup> TODOROV, T. *Op. cit.*, pp. 27-31.

<sup>23</sup> ROUSSEAU, J.-J. Nota X do *Discours sur l'Origine de l'Inégalité.*, p. 213. Apud TODOROV, T. *Op. cit.* pp. 27-31.

<sup>24</sup> TODOROV, T. *Nós e os Outros. Op. cit.*, pp. 27-31.

<sup>25</sup> *Idem, ibidem*, p. 30.

<sup>26</sup> O neoclássicismo francês defendia um nexos entre a estética e o movimento social, ou seja, uma “arte em que a vontade conduzisse a natureza – sobretudo a natureza humana – a manifestações virtuosas e belas”. Sendo assim, a “cidade”, o “convívio social” seriam um “domínio privilegiado”, mesmo que eles

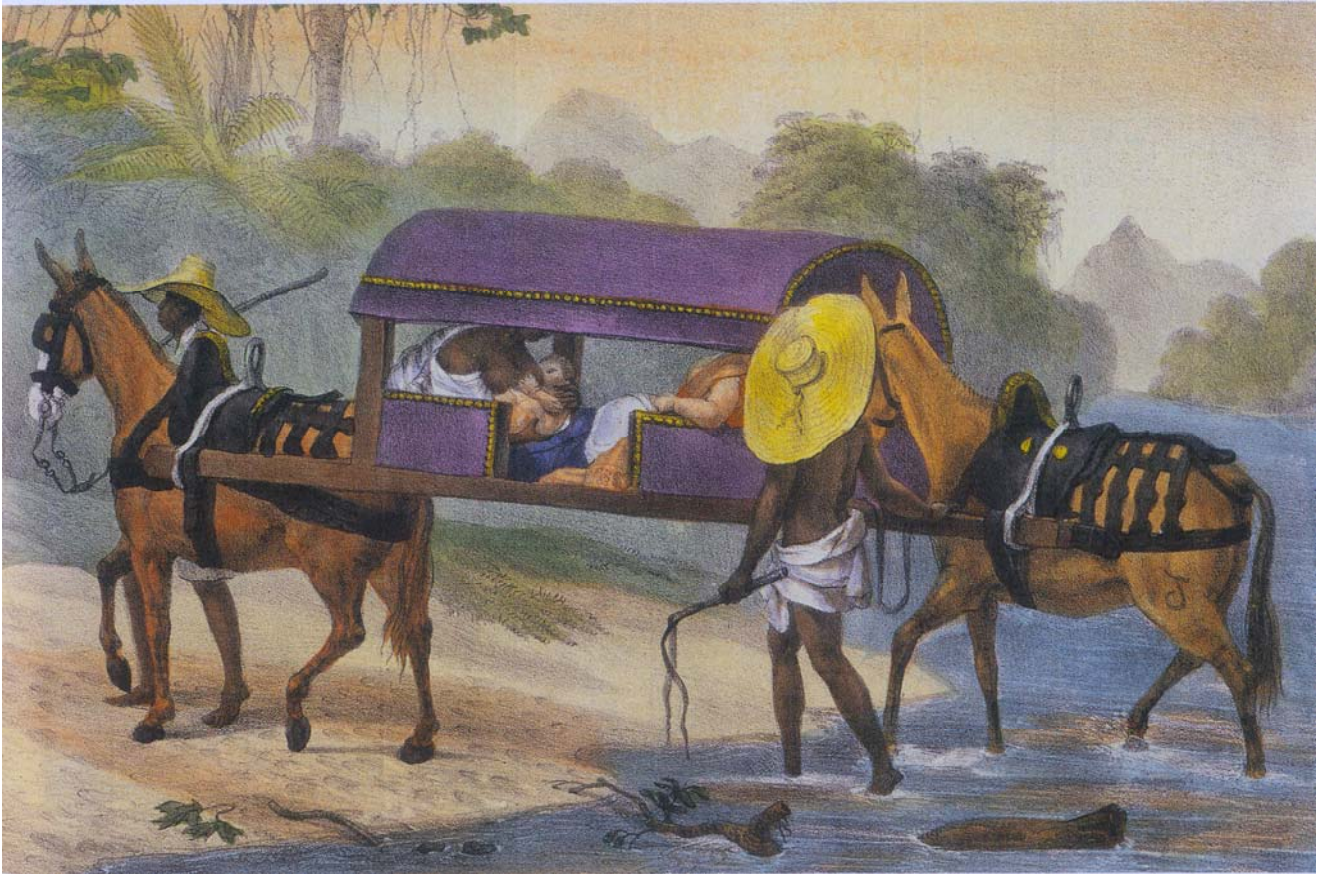
e sua declarada ambição civilizadora, o artista procurou retratar traços da especificidade do povo que habitava os trópicos, enfocando elementos singulares do cotidiano carioca e brasileiro, e também a dimensão da cultura e da natureza que compunham, no seu entender, a imagem-síntese da Monarquia nos trópicos. Ao mesmo tempo, o artista dava e ensinava a ler tal sociedade vincada pela escravidão, mas também por “*preciosas qualidades*”, marcas de seu singular processo de formação como nação que se pretende moderna e civilizada.

No conjunto de sua *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*<sup>27</sup>, publicada em Paris entre 1834 e 1839, foram reunidas e publicadas 149 pranchas litográficas com comentários explicativos sobre cenas que considerou típicas das atividades e dos costumes do Rio de Janeiro e do Brasil. Buscando compor um painel da vida na capital da Corte e em seus arredores, ele também retratou duas imagens de amas-de-leite que, aqui, destaco para reler aspectos de sua composição formal e simbólica.

---

apareçam sob a forma idealizada de episódios passados modelares. NAVES, Rodrigo. *A Forma Difícil: ensaios sobre arte brasileira*. São Paulo: Ática, 2001, p. 68.

<sup>27</sup> *Voyage Pitoresque et Historique au Brésil* foi traduzida para o português por Sérgio Milliet em meados do século XX e é composta por três tomos.



1. DEBRET, J. B. Litogravura, Liteira para viajar ao interior.

*Reconhece-se no Rio de Janeiro a casa de comércio do antigo e rico negociante brasileiro, proprietário de engenho, pela liteira parada ao portão ou num canto escuro da loja; exemplos freqüentes podem ser observados principalmente na rua Direita, ao lado de São Bento, nas da Candelária, da Quitanda, e da Mãe dos Homens.*

*A mais bela dessas liteiras, que não sofreu a influência do luxo, é ainda, como outrora, recoberta de couro preto pregado com pregos dourados. Ela deve, sem dúvida, a conservação de sua forma e de suas cores primitivas ao seu emprego todo especial, pois há mais de três séculos serve apenas para percorrer as florestas virgens e atravessar os riachos que as recortam a cada passo. Ela é também indispensável à dona de casa, que, de acordo com a tradição, visita uma vez por ano suas propriedades, onde se reúnem nessa época os membros da família durante um mês a seis semanas. Muitas senhoras, entretanto, viajam a cavalo, e as mais moças não dissimulam seu desprezo pela liteira<sup>28</sup>.*

---

<sup>28</sup> DEBRET, J. B. *Op. cit.*, p. 167.

Como o próprio pintor informa, as liteiras eram viaturas que ficavam paradas em frente ao portão de lojas e casas e, como objetos de valor que eram, distinguiam a família proprietária da liteira e provavelmente da loja ou da casa. Tratava-se de veículo que, segundo ele, “há mais de três séculos serve para percorrer as florestas virgens e atravessar os riachos”, e é indispensável para a “dona de casa”, quando “visita (...) suas propriedades”<sup>29</sup>.

Entre outros “diversos modos de transporte a lombo de burro, cuja simplicidade substitui vantajosamente o luxo da liteira”, esse veículo era indispensável para as senhoras de famílias que detinham ou que buscavam aparentar posses. Todavia, como ele mesmo ressalta, constituía um meio de transporte já desprezado pelas jovens, denotando que aquela prática de locomoção após três séculos começava a cair em desuso já na primeira metade do Oitocentos, sendo mais representativa do passado colonial. Era objeto de vulto e valor, traduzido também em seus detalhes de couro e “pregos dourados”, significativo do lastro econômico do “negociante” e “proprietário de engenho”, que mereceu a atenção do pintor no desenho e no comentário. A cena em que, até no título, a liteira é protagonista, tem composição simétrica e revela um momento do traslado de parte da família abastada para sua propriedade rural, o engenho.

A figura permite observar que o deslocamento de integrantes da família proprietária entre a capital da Corte e o interior costumava ser movido a dois cavalos e dois escravos que os conduzem a pé, inclusive nas travessias dos rios. Ao contrário das cenas muito comuns das longas viagens em que aparecem outros escravos, estes não portam carga, e por isso não estão em pé de igualdade com os animais (embora viajem a pé). Também porque os escravos a pé servem para guiar os cavalos e para conduzir a liteira. Destaca-se o chicote nas mãos de um dos escravos, que ajudava a imprimir ritmo e direção à jornada.

O veículo movido a cavalos e escravos tem uma cobertura que esconde as faces daqueles ou daquelas que, sentadas, seguem viagem no seu interior, criando uma situação de reserva para as duas senhoras que aparecem em trajés femininos: à direita uma senhora branca, vestida, sentada de frente, se observada a direção do deslocamento; à esquerda da imagem, de costas, de frente para a senhora branca, uma senhora negra

---

<sup>29</sup> Em sua pretensão de descrever com fidelidade costumes e paisagens, Debret explica o meio de transporte entre outros, tais como o “coche”, o “novo tipo de cadeirinha, transporte seguro e cômodo” para “velhos crianças e mulheres” e as cavalgadas. DEBRET, J. B. *Op. cit.*, p. 167.



semidespida tem nos braços uma criança branca que mama. A cor branca da senhora e a roupa farta indicam a posição social superior. Já a sua posição dentro do veículo, voltada para a direção do deslocamento e de frente para a ama e a criança, remete ao desvelo e à vigilância da mãe, que viaja junto ao filho ou filha e sua ama.

A pele clara e a escura contrastam e significam: trata-se da ama-de-leite, provável propriedade da família ou por esta alugada para nutrir a criança. Ao contrário de todas as pessoas e animais em cena, é a criança que tem a face aparente, do ponto de vista do observador da imagem. Ela tem uma das mãos no seio da ama, que tem uma das mãos envolvendo a criança. O gesto de afeto e reciprocidade que enlaça as duas não se situa apenas no campo de visão do observador, mas estando à frente da senhora branca, que provavelmente é mãe da criança, significa que ela detém a visibilidade e o controle da ama, da criança, do afeto e da viagem. As mãos e os braços que se entrelaçam sinalizam para as trocas afetivas que se produzem no ato do aleitamento.

A composição é harmônica e a paisagem natural tem texturas diversas que traduzem a exuberância da flora e o cuidado do pintor/desenhista na representação da natureza. Seminus, com a pele escura aparente, caracterizam-se escravos e escrava. A pele escura deixada à mostra é também um traço que demarca homens e mulheres cativos em seus corpos subalternos e subordinados. O seio negro cativo e a criança branca ocupam o centro da composição quase simétrica em seus elementos descritivos, embora os corpos expressem uma relação singular significativa da proximidade e da dominação<sup>30</sup>, esta também salientada nas poses e nas cores indicativas de assimetrias raciais e sociais bem definidas na composição do artista.

O interior da liteira é o cerne do discurso, lugar privilegiado na cena, onde estão sentadas duas mulheres que compõem o quadro da maternidade tal como ela se apresenta e se quer mostrar, o qual também encerra/revela aquela relação de simetria formal e assimetria social entre os significados distintivos da mãe branca e da ama negra escrava com a criança no colo. Nem tão próximo ou evidente, embora presente, o pai da criança, dono da liteira e dos cavalos, senhor dos escravos, da escrava e esposo da senhora que viaja, pode ser visto na letra forjada a ferro e fogo na perna do cavalo, que vai atrás de tudo e fecha o comboio: insígnia do proprietário.

---

<sup>30</sup> As relações domésticas são exploradas pelo autor para expor com clareza a proximidade entre senhores e escravos e uma combinação de proximidade e dominação. NAVES, Rodrigo. *Op. cit.*, p. 114.



2. DEBRET, J. B. Litogravura. Um funcionário do governo sai a passeio com a família.

*(...) A cena aqui desenhada representa a partida para o passeio, de uma família de fortuna média, cujo chefe é funcionário. Segundo o antigo hábito observado nessa classe, o chefe de família abre a marcha, seguido imediatamente por seus filhos, colocados em fila por ordem de idade, indo o mais moço sempre na frente; vem a seguir a mãe, ainda grávida; atrás dela sua criada de quarto, escrava mulata, muito mais apreciada no serviço do que as negras; seguem-se a amade-leite negra, a escrava da ama, o criado negro do senhor, um jovem escravo em fase de aprendizado, o novo negro recém-comprado, escravo de todos os outros e cuja inteligência natural, mais ou menos viva vai desenvolver-se a chicotadas. O cozinheiro é o guarda da casa. (...)<sup>31</sup>*

<sup>31</sup> DEBRET, J. B. *Op. cit.*, p. 126-7.

As imagens criadas pelo francês tornaram-se uma espécie de referência em seu conteúdo modelar. Especialmente esta, que informa como a família se portava (e deveria se portar) em público naquela sociedade, foi uma das litogravuras desse artista muito divulgadas em livros de história e compêndios escolares. Até hoje a imagem é utilizada em capas de livros sobre o Brasil Imperial, também em vinhetas de documentários e novelas de época, como retrato emblemático do cotidiano da Corte no período monárquico.

A imagem também representa outra prática que cairia em desuso ao longo do século com o crescimento urbano e a disseminação de hábitos identificados com a modernidade: o passeio em linha indiana<sup>32</sup> possibilita observar a hierarquia nas relações familiares, dando a ler claramente as localizações e distinções sociais. O chefe da família vai à frente: o funcionário em sua farda, de botas e casaca – provavelmente o traje oficial –, espadim em riste, não deixa dúvidas quanto ao lugar de mando. Os filhos vêm em seguida, enfileirados quanto ao sexo e à idade: meninos e mais novos na frente, atrás do pai e à frente da mãe na cena que pode ser lida como sinal de “cuidados familiares” ou como forma de mantê-los sob controle, disciplinados.

São visíveis as concepções que informam as relações sociais e familiares à época, captadas e reiteradas pelo pintor. Na cena do passeio do funcionário com a família, a própria disposição em fila traduz as assimetrias e hierarquizações de gênero, classe, raça e condição civil que presidem a convivência familiar e a sociabilidade praticada no espaço público. Não há qualquer subversão na criação do artista. Primeiro o pai de família, provedor da prole, proprietário de escravos/as e por último o “*novo negro*”, recém-comprado, escravo em fase de aprendizagem.

Não há como deixar de reconhecer a naturalização dessas assimetrias, já que o autor reproduz essa forma organizada de passear como um costume comum à época. Não se pode também deixar de reconhecer em tal prática os efeitos de gênero nos corpos, comportamentos e relações sociais. Entendidas aqui como Joan Scott, isto é, como aspectos primários da organização social, ao invés de conseqüências de pressões

---

<sup>32</sup> É Debret que constata que o passeio em linha já estava caindo em desuso e os pares de lado ou de braços dados começassem a aparecer nas ruas, de acordo com os costumes burgueses. De acordo com a segunda parte do comentário, “(...) de alguns anos para cá, por imitação dos hábitos franceses passou a ser de bom-tom que os cavalheiros, no passeio, dêem o braço às senhoras casadas ou viúvas, e as senhoritas, caminhando duas a duas, se dêem o braço mutuamente, maneira infinitamente mais cômoda de manter uma conversa antes travada sem se olhares: dissimulação exigida ou garantia inútil do silêncio de gostavam de chamar decência. (...)”. DEBRET. J. B. *Idem, ibidem*.

econômicas ou demográficas<sup>33</sup>, as relações entre os sexos aparecem ali reconfiguradas, permitindo enxergar como os

*(...) termos das identidades masculina e feminina são, em grande parte, determinados culturalmente (e não produzidos somente por indivíduos ou coletividade); e que as diferenças entre os sexos constituem e são constituídas por estruturas sociais hierárquicas.(...)*<sup>34</sup>

Significativamente, os traços que caracterizam o masculino e o feminino são atribuídos à natureza, servindo para a construção social da diferença de sexo-gênero e também para “explicar” a diferença que fundamenta o pensamento binário e a identidade baseada no sexo biológico. Efeito do sistema sexo-gênero, também a procriação e a maternidade são vistas e lidas como inerentes à natureza feminina e a um destino biológico inexorável associado ao ventre biológico.

Como explica Swain, a noção de diferença entre o feminino e o masculino ancora-se na afirmação da natureza dos sexos, que toma uma parte do humano – seu aparelho genital – como a expressão de sua totalidade. Essa “diferença” se reproduz em papéis, controles, disciplinas, que, por sua vez, explicitam

*(...) uma escala binária de atributos, cujo pólo positivo encontra-se fixado no masculino. Cria-se, assim, um referente, modelo desdobrado em homem, branco, ocidental, jovem, de posses, origem de uma cascata de desigualdades; classifica-se enquanto o outro todas/os que não se conformem ao perfil do referente, seja por questões de raça, sexo, classe, (...) sexualidade etc. (...)*<sup>35</sup>

A gravura apresenta e ensina a ler esse alfabeto simbólico do patriarcado escravista; portanto, a escravaria segue imediatamente atrás, também em linha hierárquica, em seus sinais distintivos. Atrás da mãe, a “*criada de quarto*”, por ser mulata, é “*muito mais apreciada no serviço do que as negras*”. O adjetivo que sinaliza a mistura de raça aponta para outra diferença que se salienta. Na descrição da cena que acompanha a gravura, Debret salienta a miscigenação da escrava, e a nomeação da

<sup>33</sup> SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre: UFRS/FAced, v.15, no.2, 1990, p. 20.

<sup>34</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>35</sup> SWAIN, Tânia Navarro. Mulheres, sujeitos políticos: que diferença é esta? SWAIN, Tânia Navarro & MUNIZ, Diva do Couto Gontijo (Orgs.) *Mulheres em Ação*. (...) *Op. cit.*, p. 341.

diferenciação pela cor indica uma preferência, além de servir como evidência de sua localização superior em relação aos demais escravos na composição da família a passeio.

A sociedade da Corte aparecia demarcada por conceitos e preconceitos de sexo-gênero, de classe-condição civil, de raça-etnia e também pela ocupação, pelo tipo de trabalho exercido, se intelectual ou braçal. Leila Algranti, em sua pesquisa sobre a escravidão urbana no período de 1808 a 1822, observa que não só os europeus como também a sociedade escravista nutriam a idéia de que os serviços manuais eram degradantes. Este é um traço singular naquela sociedade cuja principal fronteira se desenhava entre os que trabalhavam com os braços, as mãos, em suma, os corpos, e os que trabalhavam com o espírito (o intelecto), com as idéias, ou simplesmente viviam da administração das posses e das rendas daqueles corpos trabalhadores. As imagens de corpos que trabalham eram imagens de corpos cativos que significavam renda-mercadoria-propriedade. Segundo Mary Karasch, havia apenas um papel apropriado para os cativos: realizar todas as atividades manuais e servir de bestas de carga da cidade. Para ela,

*(...) eles eram não somente as máquinas e “cavalos” da capital comercial-burocrática, mas também fonte de riqueza e do capital de seus donos. Todos tentavam investir em pelo menos um escravo, que forneceria suporte financeiro e mão-de-obra. Os ricos acumulavam tantos “homens-máquinas” quanto possível e punham-nos a trabalhar em diversas profissões. (...)*<sup>36</sup>

Embora escravos do sexo masculino também trabalhassem no serviço doméstico, nessa esfera predominavam as mulheres, que, além dos serviços domésticos em geral, também desempenhavam uma função que, segundo Karasch, era comum na tradição africana de escravidão. Uma tradição que já sinalizava para uma exploração peculiar daqueles corpos procriadores como concubinas e esposas com vistas a aumentar a linhagem. Ela ressalta que eram geralmente africanos libertos os que compravam escravas africanas e perpetuavam aquela forma africana de escravidão no Rio de Janeiro para mostrar que, diferentemente daquela tradição na África, embora de forma tão ou mais violenta, ali

---

<sup>36</sup> KARASCH, Mary. *Op. cit.*, p. 259.

*(...) a maioria dos homens livres utilizava as escravas não como esposas legais, mas antes como prostitutas, amantes, concubinas ou companheiras. Assim, muitas delas serviam para fornecer famílias temporárias aos homens solteiros da cidade e parceiras sexuais adicionais para os casados. (...)*<sup>37</sup>

Produzidas como corpos cativos que procriavam e nutriam, as amas-de-leite remetem às relações sexuais “normais”, já que não eram pessoas, mas “peças” de algum proprietário e, ao mesmo tempo, também fora da norma, sob a lógica moralizante da classe proprietária. O fato de que homens livres-proprietários eram autoridades sobre as mulheres cativas-propriedades sugere que tais relações fossem marcadas por uma dupla violência, já que além daquela que regia as relações entre senhores e escravos, ocorria também a dominação sexual sobre os corpos, sobre as “peças” do sexo feminino. Não por acaso, a exploração sexual daqueles corpos femininos cativos pelos corpos masculinos proprietários foi objeto de reiterados relatos no cotidiano do mundo privado sob o regime da escravidão.

No caso das mulheres, embora fossem vistas em outras atividades nas ruas, principalmente como quitandeiras e lavadeiras<sup>38</sup>, sua presença predominava nas atividades domésticas, como reza a expressão “*portas a dentro*”. Uma proximidade que fazia acentuar a tensão daquela “*política de domínio*”<sup>39</sup> tanto para o lado do acirramento da autoridade proprietária quanto para seu relaxamento. Naquela ordem política que distinguia livres e escravos também para designar a possibilidade e a impossibilidade da condição civil, esse conceito permite pensar as relações interfamiliares na intimidade no cotidiano doméstico como uma sucessão de entraves e distensões, de rusgas e afetos, significativas do comando do pai proprietário e também da mãe, adiante na linha da hierarquização, entre oscilações e movimentos que se davam entre a força e o favor,

---

<sup>37</sup> *Idem, ibidem*, p. 283.

<sup>38</sup> Considerado trabalho feminino semi-especializado, destacavam-se as lavadeiras e passadeiras, que podiam ser compradas ou alugadas ou podiam trabalhar ao ganho. As quitandeiras vendiam pão-de-ló, bolos, angu, entre outros produtos e também podiam ser libertas ou trabalhar ao ganho e a atividade também foi considerada tarefa semi-especializada por Mary Karasch. KARASCH, Mary. *Op. cit.*, pp. 259-291. Sobre a escravidão urbana, ver também: SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. *Negro na Rua: a nova face da escravidão*. São Paulo: Hucitec, 1988 e, ainda SOARES, Luiz Carlos. Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX. *Revista Brasileira de História*. v. 8, n. 16. São Paulo: Anpuh/Marco Zero, 1988, pp. 107-142.

<sup>39</sup> O conceito de “política de domínio” foi usado para referir-se ao estímulo à “formação de laços de parentesco entre seus escravos” e à instituição de um “sistema diferencial de incentivos”, que se estabelece não sem ameaça e coação, no intuito de “tornar os cativos dependentes e reféns de suas próprias solidariedades e projetos domésticos”. SLENES, Robert. Senhores e subalternos no oeste paulista. In: NOVAIS, F. (Dir.) & ALENCASTRO, L. F. de. (Org.) *História da Vida Privada no Brasil 2*. *Op. cit.*, p. 236.

entre pequenas ou grandes pressões, conquistas e concessões, que se expressam também no mundo das representações sociais. Entre essas representações nem sempre unívocas, os viajantes difundiram imagens em que essas mulheres pertenciam a uma elite escrava, fundada na idéia que acabou generalizada de que a proximidade da família proprietária possibilitava o desenvolvimento de uma relação mais intensa, garantia inquestionável de um melhor tratamento e maiores facilidades inclusive para se conseguir a almejada alforria.

Essa foi uma idéia concebida por viajantes e reiterada na historiografia da escravidão que observou nas mucamas uma marca distintiva no interior das funções do cativo. Não por acaso, elas foram retratadas com roupas de muitos panos e, como atenta Karasch, não raro podiam ser filhas, meio-irmãs, concubinas de seu senhor ou aparentadas da família de alguma maneira, servindo como governantas, ou amas-de-leite dos filhos do senhor. O costume entre famílias proprietárias de bens e escravos, quando ocorria de não possuírem cativa em condições de nutrir, era o de recorrer ao aluguel de uma ama-de-leite. Era também comum que as crianças filhas das mulheres cativas fossem treinadas para ser mucamas, no caso das meninas, e pajens, quando meninos<sup>40</sup>.

O lugar reservado à mulata na gravura e a própria descrição do pintor reforçam a idéia de que as escravas escolhidas para a lida doméstica, em vista da possibilidade de suas imagens serem consumidas e exibidas ao público, eram selecionadas também pela aparência. Esta era construída a partir de elementos que incluíam a cor da pele, os traços, os corpos e a roupa. Esse aspecto parece ter sido generalizado entre as impressões dos viajantes e funcionou como uma marca e também uma matriz de inteligibilidade daquela sociedade, haja vista sua reiteração na historiografia da escravidão. Por exemplo, também para Emília Viotti,

*(...) as escravas utilizadas no serviço doméstico eram, em geral, mais bem vestidas. Assim marcavam-se as distinções. Escolhiam-se as mucamas entre as negras de presença mais agradável. Ocupavam esta posição invejada, embora estivessem sujeitas mais diretamente aos caprichos da ama e do senhor, e fossem muito mais fiscalizadas. Já pela roupa, diferenciavam-se das demais (...)*<sup>41</sup>

---

<sup>40</sup> KARASCH, Mary. *Op. cit.*, pp. 286-7.

<sup>41</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Op. cit.*, p. 297.

O francês Charles Expilly chegou a cunhar a imagem do “*sonho dourado da escrava-rainha*”, que ele traduzia em termos de “*seis babados, a boa aparência e as relações importantes do senhor*” para falar do que seria um “*benefício da maternidade*” do ponto de vista de escravas. Para ele, elas tinham a idéia fixa de engravidar para tornarem-se amas-de-leite para desfrutar de “*bem-estar*”, da “*preguiça, coqueteria e gulodice*”. Esta foi uma imagem da escrava, negra, mulata interesseira e interessada na coqueteria e nas gulodices, naquela que seria a sensualidade usada para atingir seus objetivos, no caso, ter filhos e se tornar ama-de-leite. Também difundida na literatura dos viajantes, tal imagem costumou nutrir as representações da “*doença*” e da “*degeneração*” social veiculada nos discursos médicos do período.

A imagem da ama-de-leite bonita, bem tratada e bem vestida seria forjada em contraste com as imagens de escravas no leito proprietário, na sedução e na sexualidade exorbitada, nas muitas imagens que se reproduziam para além das paisagens da escravidão no eito, no tronco e sob o açoite. Trata-se de uma impressão que foi difundida, o que parece reforçar a positividade de uma imagem exemplar que se pretendia divulgar e dos sentidos a ela conferidos. Mais ainda, a imagem de escrava dócil, carinhosa e maternal, por isso objeto de mimos, atenções, retribuições ou negociações, refratava uma outra imagem: a do cativo doce, do senhor benevolente, de um padrão de escravidão peculiar, “*bonzinho*”, porque brasileiro.

Essa é uma imagem disciplinar que, todavia, não esconde a ambivalência do regime escravocrata, visto que ela remete à relação de proximidade, característica das relações domésticas, bem como ao afastamento, característico da violência do respectivo regime de trabalho, que não poupou o espaço doméstico, pelo contrário. Trata-se de uma “*inveja*” reafirmada na gravura, também porque a ama-de-leite negra aparece seguida da “*escrava da ama-de-leite*”, quer dizer: ou a ama-de-leite era livre e alugava seus serviços, possuindo, ela mesma, uma escrava para ajudá-la na lida com a criança, ou era cativa, e a função, dada sua importância, possibilitava que se destinasse uma outra escrava para ajudá-la. De uma forma ou de outra, o fato é que a imagem a coloca ao lado de uma outra “*sua*” escrava, ou seja, reafirma a condição distintiva de proprietária, ou “*posseira*”, ou “*usufrutuária*” de outra serviçal, o que justificaria que ela pudesse ser invejada no universo dos sinais sociais que distinguem proprietários e propriedades.

No desfile da família, a criada escrava mulata é seguida da “*ama-de-leite negra*”, que na descrição de Debret não está identificada como escrava, podendo-se cogitar se



seria livre, o que parecia não ser comum, já que os anúncios de jornal dessa época ainda não registravam expressivamente a presença de amas-de-leite negras e livres. Estando atrás da escrava mulata, a ama-de-leite é pintada e nomeada como negra, e a diferenciação étnico-racial é um critério que marca a posição inferior da “*negra*” que, embora ama-de-leite, está atrás da escrava mulata. Mais forte ainda se revela esse critério na demarcação da localização social se considerarmos que a “*ama-de-leite negra*” não está identificada como escrava. A intenção do artista seria, finalmente, a de reiterar idéia disseminada de que aqui seria mesmo o “*paraíso para os mulatos*”, tal como afirmou Antonil.

A preferência pela “*ama-de-leite negra*” aponta para a concepção sinalizada no discurso médico de uma qualidade positiva no leite produzido por tal “matriz”. Como observei na análise das teses de medicina do período, nutrindo e reiterando essa noção popular, o saber médico que se institucionalizava no início do século XIX ainda defendia a idéia – que ao final do século seria objeto de controvérsia – de que o leite de mulheres morenas era mais rico e consistente do que o de mulheres “*louras e linfáticas*”. Uma idéia que talvez estivesse entre algumas matrizes de pensamento da época, que enalteciam certos predicados físicos das raças também para justificar a distinção e a hierarquia entre elas.

De acordo com algumas dessas matrizes, portanto, escravos e escravas de cor negra costumavam ser vistos como representantes de uma “raça forte”, e isso servia de justificativa e pretexto para destiná-los aos serviços pesados, que exigiam resistência e força física e para identificá-los e localizá-los sob uma condição humana inferior e mais próxima aos animais<sup>42</sup>. No caso das escravas, eram também reconhecidas pelas mesmas qualidades físicas, que paradoxalmente as identificava como “*seres desqualificados*” como pessoas, mas qualificados para prestarem serviços, inclusive o de amamentar, como boas “matrizes”, produtoras do bom leite. De toda forma, tal classificação nos leva também a pensar que, por analogia à animalidade, a cor negra fosse um atributo favorável àquelas “*mulheres-cabras*”.

Se a “*fé numa hierarquia rígida de valores, no cimo do qual se situa a civilização européia*”, era comum a muitos dos enciclopedistas, no entanto, segundo Todorov, tal noção hierarquizava e classificava culturas e não corpos, daí ainda não ser considerada como uma forma de racismo. É com a construção do determinismo

---

<sup>42</sup> TODOROV, T. *Op. cit.*, pp. 112-121.

monista de Buffon que aparece a noção de uma superposição de traços de diferenças físicas e culturais, ou seja, torna-se legível um discurso que estabelece a relação entre a cor da pele e os costumes. Para ele, a “*falta de civilização produz a negritude da pele*”<sup>43</sup>.

Buffon seria o responsável pela visão dos negros como “*seres inferiores*”, que teria levado a considerar “*normal que sejam submetidos e reduzidos à escravidão*”. O pensamento desse naturalista reúne, portanto, os pressupostos que acabariam por nutrir e desaguar nas teorias racialistas. Todorov enumera alguns desses pressupostos:

(...) considera a existência das raças como uma evidência, afirma a solidariedade do físico e da moral, subentende a determinação do indivíduo pelo grupo, proclama (...) um sistema único de valores e (...) tira de sua doutrina conseqüências práticas e políticas. (...) <sup>44</sup>

Não por acaso, a retórica do discurso “científico” de Buffon<sup>45</sup> teve grande alcance e representou forte matriz de inteligibilidade, em que ele faz uma síntese de observações e preconceitos contidos em relatos de viagem. Ao serem reunidas, sistematizadas e disseminadas, essas noções ganham maior ressonância, particularmente junto ao pensamento científico responsável pela formulação do racismo.

As gravuras de Debret não fugiriam a essas matrizes que forjam e formam o pensamento oitocentista. Suas tintas e pincéis também estavam embebidos naquelas noções mais ou menos etnocêntricas, naturalistas, científicas ou deterministas. Assim, independentemente do fato de a mulher retratada como ama-de-leite ser cativa ou não, a contraposição das imagens entre duas escravas é recurso utilizado para ressaltar suas regalias, principalmente quando Debret descreve no texto que nessa função ela dispunha de outra cativa, ajudante nos serviços com o bebê. Nos últimos lugares da linha reveladora da hierarquia aparece o “*negro doméstico do senhor*”, “*jovem escravo que está aprendendo o serviço*”, que aparece bem vestido. Em seguida, em trajes menores, o menino franzino, “*novo negro, recém comprado*”, segundo Debret “*escravo de todos os outros e cuja inteligência, mais ou menos viva, deve se desenvolver aos poucos à base de chicotadas (...)*”<sup>46</sup>.

---

<sup>43</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>44</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>45</sup> BUFFON, G. L. L. de (1707-1788). *De l'Homme (1749)*. Paris: Maspero, 1971. Apud TODOROV, T. *Op. cit.* pp. 112-121.

<sup>46</sup> DEBRET, J. B., *Op. cit.*

Se o menino, objeto das chicotadas, é descrito como “*escravo de todos os outros*”, pode-se pensar que a ama-de-leite seria mesmo escrava e, como tal, igualmente objeto da violência que mantinha o sistema em funcionamento. Isso também sinaliza para as divisões do trabalho e formas de ocupação tanto quanto para os critérios étnico-racial e de idade como significativos de distinções e assimetrias sociais no interior do cativeiro. Nesse sentido, a imagem de mulher nutriz ocupa um lugar que a ela parece reservado – aquela que porta e que nutre a criança -, no quadro que dá visibilidade às relações praticadas naquela sociedade em suas correspondentes hierarquizações.

Na linearidade significativa e elementar do texto iconográfico, distingue-se a imagem da ama-de-leite no lugar da fila, na postura que porta a criança, na relação com o conjunto que informa sobre os servidores domésticos cativos em sua condição de serviços domésticos e de mercadorias-propriedades; distingue-se a ama também pela cor da pele, pelas formas e trajes femininos, que sublinham as diferenças de raça e de sexo-gênero, estas que sinalizam para a função social fundada e justificada na natureza biológica; a cena sugere seu valor singular no interior da escravaria em relação aos demais escravos domésticos, destinando a ela também o seu valor simbólico, este que aparece realizado na exibição da família proprietária. Todos os elementos juntos conferem sentidos àquela identidade de mulher cativa.

Uma outra imagem de família em passeio no Rio de Janeiro muito semelhante foi desenhada pelo tenente Henry Chamberlain<sup>47</sup>:

---

<sup>47</sup> Henry Chamberlain era pintor amador e veio ao Brasil em missão militar em 1819, permanecendo até 1920. Sobre o álbum “Vistas e costumes da cidade e arredores do Rio de Janeiro em 1819 e 1820”, do Tenente Chamberlain, ver MATHIAS, Herculano Gomes. *Viagem Pitoresca ao Velho e ao Novo Rio*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1965 e NAVES, R. *A Op. cit.*



3. CHAMBERLAIN, H. Litogravura. Uma família brasileira.

Colhida no olhar do tenente inglês, a cena é muito próxima à que Debret registraria poucos anos mais tarde. Os cadernos de viagem com textos, desenhos e pinturas produzidos por viajantes de diferentes partes da Europa costumavam recriar as mesmas cenas. Isso me leva a supor que os viajantes interessados em conhecer novas plagas deviam, antes, tomar contato com publicações de outros viajantes para ler suas histórias que, como manuais, os levavam a percorrer alguns dos mesmos lugares, para observar e reconhecer as mesmas encenações, ou seja, aquilo que havia sido registrado, visto, lido ou ouvido<sup>48</sup>. O processo de ancoragem que enraíza a representação a seu objeto numa rede de significações é visível nesses discursos e, como assinala Jodelet, esse processo permite situá-los em relação aos valores sociais e lhes dar coerência<sup>49</sup>. Buscar, observar, reconhecer imagens do novo seria uma maneira de fazer operar esse processo de materialização da representação no objeto de forma a lhe conferir inteligibilidade. Ela ressalta que

*(...) a ancoragem desempenha um papel decisivo, essencialmente no que se refere à realização de sua inscrição num sistema de acolhimento nocional, um já pensado. Por um trabalho da memória, o pensamento constituinte apóia-se sobre o pensamento constituído para enquadrar a novidade a esquemas antigos, ao já conhecido. (...)*<sup>50</sup>

Daí a grande circulação de algumas das mesmas imagens e de narrativas que se aproximam para enquadrar a novidade em esquemas conhecidos e, assim, dar notícia de viagens, de locais aprazíveis e de encenações pedagógicas e pitorescas. Estas, por sua vez, incitavam ao deslocamento de aventureiros e artistas por alguns dos mesmos itinerários, em direção às mesmas localidades, para fazerem as mesmas “re-descrições” sobre algumas das mesmas situações exóticas. As imagens produziam outras imagens e incitavam, portanto, àquele processo de ancoragem, ao serem multiplicadas em alguns

---

<sup>48</sup> Considerado o primeiro documento etnológico da tradição francesa, a brochura de 1800 da Sociedade dos Observadores do Homem tem abertura de Joseph-Marie de Gérando (*Considérations sur les diverses méthodes à suivre dans l'observation de peuples sauvages*), que adverte quanto à natureza pouco “científica” das observações dos viajantes. TODOROV, T. *Op. cit.*, pp. 27-29; Sobre a repetição dos mesmas paisagens, os mesmos passos e paços nas descrições dos viajantes sob o tratamento do “exótico” e do “pitoresco”, ver BELUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos Viajantes. Op. cit.*; BARREIRO, José Carlos. *Imaginário e Viajantes no Brasil do século XIX. Cultura e cotidiano. Tradição e resistência*. São Paulo: Unesp, 2002; CARNEIRO, M. E. R. *Paisagens pretas e pardas, olhares brancos: escravidão e cotidiano no Brasil monárquico*, 2002. Dissertação de Mestrado, Brasília: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, caps. 2 e 3 (Mimeo).

<sup>49</sup> JODELET, D. *Op. cit.* p. 39.

<sup>50</sup> *Idem, ibidem.*

discursos, conferindo coerência à rede de significações. A produção iconográfica contribui para a elaboração de um alfabeto do olhar disciplinar, que ensina a figurar as paisagens silvestres ou sociais e descrevê-las não por acaso à semelhança de outros viajantes, cientistas, turistas ou pintores.

Menos imponente nessa imagem que parece ter tido menor divulgação, o senhor bem vestido, de chapéu, casaca, colete e bengala à frente da cena é sem dúvida o chefe da família. Sem a precisão retilínea da linha indiana do acadêmico francês, configurando um ambiente familiar menos austero ou autoritário, na pena amadora do inglês as crianças vêm de mãos dadas, retratando a relação igual e fraterna e, ao mesmo tempo, investindo nesse modo de ser, de se comportar. A senhora vem acompanhada de uma mulher e as duas andam e conversam em atitude que, se não as iguala, pelo menos associa as diferentes identidades do feminino, até porque ambas estão vestidas em volumosas saias e calçadas em bicos finos. Não há sinais que identifiquem o parentesco ou o relacionamento entre elas.

A imagem dos sapatos remete o leitor a um “*emblema da liberdade*”<sup>51</sup>, já que escravos e escravas costumavam andar descalços e este era um sinal que os distinguiu entre os demais transeuntes das ruas. Alguns viajantes registraram as feridas dos pés de mulheres escravas, deformações outras e a alta incidência de tétano contraído em cortes nos pés. Mesmo entre os proprietários ricos que vestiam seus criados domésticos, dando-lhes a aparência de sua situação econômica, havia os que preferiam mantê-los sem sapatos, principalmente como forma de demarcá-los, para que o tempo todo, independentemente de seus ricos trajes e alguns benefícios, não esquecessem sua condição de escravos/as, de “peças” que lhes pertenciam<sup>52</sup>.

Em penúltimo lugar na fila, a criança de colo envolta em mantas que repousa nos braços da mulher indica a identidade da ama-de-leite. A alça caída do vestido acentua o corpo sexuado, imagem intencionalmente produzida com esse sentido, a de um corpo seqüestrado para nutrir e/ou seduzir. Os ombros à mostra sugerem tal disponibilidade, natureza e destino daquela figura de mulher de condição inferior. Embora escravos e escravas muitas vezes andassem com poucas roupas ou quase nus, os artistas também costumaram retratá-los em trajes elaborados talvez para mostrar um aspecto ainda mais raro e exótico, ou mais civilizado.

---

<sup>51</sup> KARASCH, Mary. *Op. cit.*, pp. 187-188.

<sup>52</sup> *Idem, ibidem*

Mary Karasch observa nos anúncios de fuga que as peças do vestuário dos fujões revelavam a simplicidade de suas roupas, a não ser que pertencessem a uma família rica. Nos anúncios que observei, eram destacadas algumas roupas melhores de vestir pela cor ou padrão, provavelmente trajes únicos, presenteados ou furtados e guardados para os principais acontecimentos da vida cotidiana, um desses e talvez o maior, a fuga: p. ex., “*vestido de chita xadrez largo, encarnado e preto*”, “*capa roxa*”, “*vestido de lã verde*”, “*casaco de flanela encarnada com cordãozinho preto e chinellas*”, “*saia de chita desbotada e panno da Costa*”, peças de vestir que também eram sublinhadas como forma de fornecer pistas sobre a “peça” humana que fugira<sup>53</sup>.

A historiadora chegou a localizar documentos que revelam esforços da polícia para coibir o “*estado de nudez*” dos escravos empregados na capital, advertindo quanto à necessidade de se prender tanto os que escolhiam trabalhar sem roupa quanto os senhores que se recusavam a vestir seus escravos<sup>54</sup>. No caso das mulheres, alguns viajantes, inclusive Rugendas, observaram que elas “*nem sempre adotavam os padrões portugueses de pudor, deixando os seios descobertos*”<sup>55</sup>.

Adquirido por conta da violência e do descaso do regime do cativo ou pela cultura de vida nos trópicos ou pela coerência com a sua identificação com os animais, o costume de andar com poucas roupas era disseminado entre a população escrava. O ombro desnudo e os seios descobertos, no entanto, parecem ter sido destacados nessas figuras-propriedades negras e contribuíram para a naturalização da sensualidade e da sexualidade nos corpos das mulheres escravizadas, negras e mestiças. Uma construção que investia nesses traços, com marcas inerentes à natureza do feminino cativo, acenando com a possibilidade de possuí-los, na condição do desapossamento significativa do cativo.

Imersos naquele discurso reiterativo e nos jogos de sua significação, eles traduzem um estado de plena capacidade reprodutiva, além da disponibilidade para o ato sexual. Ombros, seios e nuca revelam não somente insígnias da propriedade e da subalternidade, mas é visível também um “*cintilar visível do sexual refletido na multiplicidade dos discursos, na obstinação dos poderes e na conjugação do saber com o prazer*”<sup>56</sup>. Essas imagens de corpos e ombros desnudos que povoam os discursos que

---

<sup>53</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>54</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>55</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>56</sup> FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade. A vontade de saber. Op. cit.*, pp. 70-1.

tratam de mulheres negras e escravizadas me levam a pensar como Foucault. Segundo o filósofo,

*(...) muito mais do que um mecanismo negativo de exclusão ou de rejeição, trata-se da colocação em funcionamento de uma rede sutil de discursos, saberes, prazeres e poderes; não se trata de um movimento obstinado em afastar o sexo selvagem para alguma região obscura e inacessível mas, pelo contrário, de processos que o disseminam na superfície das coisas e dos corpos, que o excitam, manifestam-no, fazem-no falar, implantam-no no real e lhe ordenam a dizer a verdade. (...)*<sup>57</sup>

Emerge, portanto, aquela tecnologia do sexo muito mais complexa e mais positiva do que o efeito excludente de uma proibição<sup>58</sup>. Na sinuosidade das formas expostas na pele escura e desnuda redesenha-se reiteradamente o desapossamento, a subordinação e uma sexualidade, que a partir do século XVIII aparece ligada a dispositivos recentes de poder. Para Foucault, a idéia de um dispositivo de sexualidade tem como razão de ser não o reproduzir, mas

*(...) o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global. (...)*<sup>59</sup>

Assim, ao contrário dos corpos brancos vestidos pelos tecidos significativos da riqueza e do recato, corpos abençoados de mães que procriam e produzem filhos legítimos, os corpos de mulheres escravas encerram imagens que remetem ao uso desmedido ou desregrado de suas possibilidades. Incitam a uma forma da sexualidade sem limites, regras ou legitimidade. Imersos em relações da escravidão, os corpos de mulheres negras e escravizadas criam inquietações, expressam formas de julgamento, servem como alvo da apropriação por prazeres e da exploração econômica e, além disso, servem como objeto dos discursos e de controle da população e do feminino na sociedade moderna<sup>60</sup>.

---

<sup>57</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>58</sup> *Idem, ibidem*, p. 87.

<sup>59</sup> *Idem, ibidem*, p. 101.

<sup>60</sup> Acompanho aqui a reflexão do filósofo, para quem os corpos reaparecem numa “análise em que o biológico e o histórico não constituam seqüência, como no evolucionismo dos antigos sociólogos, mas se liguem de acordo com a complexidade crescente à medida que se desenvolvam tecnologias modernas de poder que tomam por alvo a vida”. *Idem, ibidem*, p. 142.



Na cena urbana do tenente inglês, a imagem de mulher negra está entre as três últimas figuras do cortejo em sua posição e suas vestes significativas. Do mesmo modo que a composição hierárquica verificada em Debret, também por estarem no fim da fila em conjunto, os negros dão forma, cor e substância que designam o conjunto da escravaria do senhor. Outra vez a figura que traz ao colo a criança não esconde os sentidos atrelados à destinação biológica, sugerida também no ombro nu e em seu apelo à sensualidade, às práticas da sexualidade e às formas da procriação, possibilidades acenadas principalmente pela posição inferiorizada e desigual conferida ao feminino e também pela cor de sua pele, pela condição de escrava.

Uma figura de mulher em posição socialmente inferior se vista em relação à senhora proprietária, a criada ou nutriz está modelada e institui outro modelo de mulher, embora ambas estejam igualadas em sua natureza humana. Ela aparece singularmente desqualificada em seu lugar no cativo e em sua especialidade sexualizada, que reitera aquela “essência feminina”, forjada por oposição à masculina. Ela se coloca entre as posições inferiores que aparecem salientadas por meio de pares opostos tanto na encenação do francês como na do inglês. A gravura apresenta, mais uma vez, a evidência de uma ordem vincada pela assimetria que se imprime sobre pares significantes – senhor/senhora, senhor/escravo, senhora/escrava – e conforma um sistema de inteligibilidade cultural<sup>61</sup>.

Nas duas gravuras, a figura do chefe de família comanda o passeio e exalta o poder do patriarca. São criações/construções que interpelam imagens/sinais/regras/normas/valores e significações configuradoras da ordem patriarcal, androcêntrica e escravista e do imaginário que a preside, orientando a ação e a conduta segundo tal lógica. Na encenação simplória do passeio dominical, de forma reiterativa, são desenhadas as posições e identidades de sexo-gênero, classe, de raça, ocupação e idade, entre outras relações possíveis, como as que observamos em composições que se multiplicam estabelecendo significados diferentes para as diferenças corporais e difundindo um padrão de família honrada na economia simbólica da sociedade brasileira.

Reproduzidas e reimpressas em diversos suportes, essas imagens funcionaram pedagogicamente como um repertório de valores/papéis/ funções/atribuições e regras de sociabilidade e de conduta social e moral que eram disseminadas e incorporadas às

---

<sup>61</sup> Sobre o patriarcado, como princípio e sistema gerador da divisão binária e hierarquizada do humano, ver SWAIN, Tânia Navarro. A invenção do corpo feminino (...). *Op. cit.*, pp. 64-5.

vivências cotidianas. Muitas vezes impressas, publicadas e distribuídas, essas imagens em conjunto informam a conduta definida como civilizada na capital da Corte, encenando uma *performance* no palco aberto das ruas, vitrines dos lares. Por ocasião da estada de Debret, o Rio já era sede da Monarquia e das legações diplomáticas, além de maior porto do território, área de forte concentração urbana de escravos, e já iniciava os ensaios no “*teatro das contradições imperiais*”<sup>62</sup>.

Com efeito, aquelas imagens remetem às paisagens urbanas constitutivas de um processo peculiar de formação social, em que a presença da Corte portuguesa, a independência e a estruturação da monarquia constitucional são alguns dos aspectos desse movimento de transformações. Um movimento, como assinala Diva Muniz, que inclui a disseminação de conceitos

(...) de civilizado/civilidade/civilização, particularmente via manuais e compêndios, sugerindo uma mudança de comportamento social e de seu respectivo código em consonância com o estatuto recém-adquirido de país livre e em oposição às imagens de “primitividade”, “incivilidade” e “rudeza”, construídas e identificadas com seu passado colonial. (...)<sup>63</sup>

As imagens são reveladoras, portanto, do processo de disseminação desses conceitos e de configuração de padrões de comportamento considerados adequados, condizentes com o “*país livre*”, “*em que se desenvolve progressivamente uma civilização que já honra esse povo*”. Todavia, era uma civilização com um quê de exótico, porquanto exhibe costumes identificados com os corpos livres em proximidade à domesticação/domesticidade das funções de corpos cativos, em um alfabeto revelador do quadro ambíguo, no qual as permanências aparecem entremeadas às transformações. No que tange às mudanças de comportamento, como bem atenta Norbert Elias, são transformações lentas, quase imperceptíveis, e nem por isso menos importantes e fora do controle, já que se trata da “*substituição do padrão de sociedade colonial, ‘atrasada’ e ‘inculta’ para o de sociedade autônoma, ‘moderna’ e ‘civilizada’*”<sup>64</sup>.

---

<sup>62</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. *Op. cit.*, p.23.

<sup>63</sup> MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. O tom do ‘bom-tom’: os manuais de civilidade (...) *Op. cit.*, p. 63-4.

<sup>64</sup> A autora refere-se às mudanças de conduta, sentimentos e estruturas de controle humanas que ocorrem ao longo de muitas gerações numa direção civilizadora e resultam em mudanças estruturais na sociedade, assunto abordado em: ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador. Vols. 1 e 2*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

Assim, sob as peculiaridades da monarquia constitucional escravista, os lugares da escravidão são reiterados na iconografia do período, enquanto os laços do cativo sobrevivem não apenas nos quadros da filosofia, do direito<sup>65</sup>, mas também da estética no mundo moderno. Na preocupação formal e documental dos estrangeiros, essas gravuras destacam corpos, roupas, detalhes que engendram as identidades do livre e do cativo, do masculino e do feminino, da mãe e da ama-de-leite, aprisionando indivíduos a elas, apesar e por conta da pluralidade das experiências constitutivas de suas subjetividades.

Tratados em suas minúcias que os identificam, corpos negros e pardos atuam no ambiente em conjunto com corpos brancos e livres, impondo um equilíbrio e uma ordem que é resultante do poder e da autoridade do chefe de família, que conduz e domina o conjunto. A disposição simétrica de corpos como elementos cênicos e significantes contrasta com a assimetria de papéis e significados sociais, definidos em cores, caracteres e gestos corporais. Como janelas disciplinares, os quadros definem identidades e comportamentos, ordenam hierarquias e disciplinam corpos que se exibem para a educação cotidiana do olhar, em uma pedagogia que se reforça pela enunciação reiterativa daquele código iconográfico em todos os signos que possibilitam a distinção em forma de sentidos ou significados culturais.

As encenações constroem, a repetição fixa e aprisiona os corpos em grades identitárias nessa economia em que se projetam aqueles significados de sexo-gênero, raça, classe e condição civil. Nessa operação são impressos corpos-proprietários e propriedades, de senhor/sinhá/criança branca e ama-de-leite negra, que dão forma à construção reiterativa do sexo e funcionalidade à norma heterossexual e conjugal. As performances iconográficas materializam a relação dos corpos que expressam outros sentidos, como os de proximidade e distância, simetria (estética) e assimetria (social), ou, como observa Kofes, de compartilhamento e discriminação<sup>66</sup>. A idéia-imagem do privado e do doméstico, está se construindo por oposição ao mundo do público, sendo categoria de valor estratégico, já que se refere tanto às relações familiares quanto às relações de outra ordem que ali se desenrolam, instaurando um lugar social vincado pela

---

<sup>65</sup> ALENCASTRO, L. F. *Op. cit.*, p. 17.

<sup>66</sup> A autora utiliza a dualidade “compartilhamento-exclusão”, pensando em relações do trabalho doméstico. KOFES, Suely. *Mulher, Mulheres. Identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas*. Campinas: Unicamp, 2001, pp. 79-81

inferioridade<sup>67</sup>. Não por acaso, as amas-de-leite de Debret aparecem no momento em que, também na iconografia francesa, imagens de mulheres negras são produzidas com conotações políticas<sup>68</sup>.

Construído no interior de matrizes binárias da inteligibilidade oitocentista, o corpo emerge “*cada vez mais como fonte de conhecimento sobre o eu, em contraste com noções teológicas anteriores*”, mas gradativamente esse foco no corpo começa a mudar as formas de compreender a identidade<sup>69</sup>. O corpo significativo passa a funcionar no interior do que Linda Nicholson considerou uma “*metafísica materialista*”, vincado por características físicas que foram transformadas. De sinal ou marca da distinção masculino/feminino, eles passaram a ser sua “*causa, aquilo que lhe dá origem*”<sup>70</sup>.

Recorro a Teresa de Lauretis para pensar sobre as imagens desses corpos construídos, como peças integrantes e articuladoras do sistema sexo-gênero, que atua como aparato semiótico e como sistema de representação e atribui significado aos indivíduos dentro da sociedade. Para Lauretis, se as representações de gênero são posições sociais que trazem consigo significados diferenciais, então o fato de alguém ser representado ou se representar como masculino ou feminino subentende a totalidade daqueles atributos sociais<sup>71</sup>.

Os corpos de amas-de-leite, entre outros de mulheres negras, foram desenhados com base no pressuposto binário significativo do sexo-gênero. Como produto e processo<sup>72</sup> desse sistema, ou como efeito e instrumento<sup>73</sup> da política de localização/significação daquele sistema<sup>74</sup>, eles exprimem sentidos de inferioridade

---

<sup>67</sup> A autora se refere ao campo semântico do termo “domesticar”, para pensar os sentidos de “domesticação”, “amansamento”, “civilização”, na função de desnaturalização que é atribuída à família, referindo-se à socialização de novos membros da sociedade, alimentação e limpeza corporal, “mas também ao campo político das relações desiguais, onde algumas diferenças deveriam ser situadas”. *Idem, ibidem*.

<sup>68</sup> Refiro-me ao óleo de Marie-Guilhermine Benoist, “Portrait d’une négresse”, 1800, hoje exposto no Museu do Louvre em Paris, pintado após o decreto de 1794 que proibia a escravidão nas colônias francesas, revogado em 1802 por Napoleão Bonaparte. Ver: SMALLS, James. Slavery is a woman: race, gender, and visibility in Marie Benoist’s portrait d’une négresse (1800). *Nineteenth-Century Art Worldwide. A Journal of nineteenth-century visual culture*. <http://19thc-artworldwide.org/spring-04/articles/smal.html> pp. 1-34.

<sup>69</sup> NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista de Estudos Feministas*. Vol 8. 2º. Semestre Florianópolis: UFSC, vol 8., 2.000, pp. 9-41 (p.18).

<sup>70</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>71</sup> LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. *Op. cit.*, pp. 210-212.

<sup>72</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>73</sup> Imagens e categorias são aqui considerados como mecanismos positivos, produtores de saber, multiplicadores de discursos e geradores de poder. FOUCAULT, M. *História da Sexualidade. Op. cit.*, p. 71.

<sup>74</sup> A idéia sugere se pensar o gênero como “*tecnologia social*”, ou seja, como representação e como auto-representação, produto de diferentes tecnologias sociais, inclusive práticas não-discursivas e discursivas, como a construção das imagens e da própria vida cotidiana. LAURETIS, Teresa de. *Op. cit.*, p. 208.

atribuídos ao feminino. Além desses sentidos, no caso das amas-de-leite, as imagens parecem produzir uma dupla inferioridade em seus corpos, visto que, além da marca do sexo-gênero, estes também estão impregnados de conotações derivadas dos efeitos da raça e do regime do cativo.

Cunhado no interior da biologia e das ciências da natureza, o conceito de raça também está entranhado de significados políticos e opera em direção contrária aos pressupostos das revoluções burguesas, como uma reação ao Iluminismo e sua visão igualitária da humanidade. Em oposição às idéias monogenistas, que acreditavam que a humanidade teria uma origem comum, a partir de meados do século XIX fortaleceram-se as teses poligenistas segundo as quais as diferentes raças humanas constituiriam “*espécies diversas*”, “*tipos*” específicos, não redutíveis a uma única humanidade, fosse pela aclimação, fosse pelo cruzamento<sup>75</sup>.

Afastando-se dos modelos humanistas e estabelecendo relações deterministas e moralistas, as teorias poligenistas, em analogia às leis da biologia e da natureza, forjaram uma interpretação do comportamento e da capacidade humanas para analisar e classificar a história dos povos em termos de “raças” ou “sub-raças” mais ou menos “civilizáveis”, baseando-se em critérios anatômicos, tais como a cor da pele, a forma e a capacidade do crânio etc.<sup>76</sup>. Para Lilian Schwarcz, o debate que opunha os estudos antropológicos e poligenistas às análises etnológicas de tradição monogenista poderia, grosso modo, assim se resumir:

*(...) de um lado, monogenistas (...) satisfeitos com o suposto evolucionista da origem una da humanidade, continuaram a hierarquizar raças e povos, em função de seus diferentes níveis mentais e morais. De outro lado, porém, cientistas poligenistas, ao mesmo tempo que admitiam a existência de ancestrais comuns na pré-história, afirmavam que as espécies humanas tinham se separado havia tempo suficiente para configurarem heranças e aptidões diversas. (...)*<sup>77</sup>

Ambos os modelos, porém, encontravam-se no mesmo ponto, ao assumirem o modelo evolucionista e, principalmente, por vincarem o conceito de raça com conotações que ultrapassavam a biologia para adentrar a esfera da política, da moral e da ética. Desse modo, apesar das divergências conceituais, o uso político dessas teorias

<sup>75</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp. 47-9.

<sup>76</sup> Entre os poligenistas, destacam-se: E. Renan (1823-92), Gustave Le Bon, Hippolyte Taine (1828-93) e Arthur de Gobineau (1816-82)

<sup>77</sup> SCHWARCZ, L. M. *O Espetáculo das Raças. Op. cit.*, pp. 47-9.

raciais engendra um processo de naturalização das diferenças físicas, que perpassa o debate acadêmico e se reproduz na circulação discursiva cotidiana. Inseridas em um projeto teórico de pretensão universal e globalizante, tais discussões exprimem jogos políticos de configuração das características físicas que procuram estabelecer uma relação inequívoca entre certos atributos e desqualificações morais.

Os modelos deterministas raciais também foram disseminados no pensamento brasileiro do período e engendraram uma formulação híbrida<sup>78</sup>, que serviu para explicar diferenças e estabelecer a desigualdade, mas também para “*pensar na viabilidade da nação mestiça*”, sem romper, contudo, com os traços hierarquizadores<sup>79</sup>. É no interior dessa maquinaria política ocidental que as imagens de amas-de-leite exibem suas marcas ressignificadas do sexo-gênero e também as de raça, que eram diferenças percebidas inclusive para justificar a escravidão.

Como observaram Linda Nicholson e Lilia Schwarcz, durante o século XIX as imagens e suas demarcações identitárias ganham significações morais e políticas, e passam a ser utilizadas para “explicar” divisões básicas na população humana<sup>80</sup> e, também, para ancorar localizações hierárquicas, tornando visíveis, evidentes, naturais e instrumentais certos ordenamentos estreitamente imbricados com as redes de poder que circulam na sociedade<sup>81</sup>.

A iconografia produz imagens de amas-de-leite que circulam na Corte oitocentista, dando a ler aquelas localizações e evidências significativas. Retratadas em poses e olhares significantes, seus corpos exibem e exprimem a sociedade da Corte em suas hierarquizações sociais. Geralmente não identificadas pelo nome, mas por seus corpos negros e nos gestos que remetem à função de ama-de-leite, aparecem entre as demais funções inferiorizadas da escravaria doméstica, exibindo marcas bem definidas e naturalizadas de raça, sexo-gênero em corpos desprovidos de condição civil. Suas imagens exibem e operam modelarmente na emissão de uma norma, um comportamento, um código e uma inteligibilidade cultural.

---

<sup>78</sup> Segundo Lilia M. Schwarcz, aqui se fez um uso inusitado da teoria original, na medida em que a interpretação darwinista social se combinou com a perspectiva evolucionista e monogenista.

SCHWARCZ, L. M. *Op. cit.*, p. 65.

<sup>79</sup> SCHWARCZ, L. M. *Op. cit.*, pp. 47-66.

<sup>80</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>81</sup> LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.) *O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade. Op. cit.* pp. 14-15.

### 3.2 Livre das senzalas e recapturada para exposição

José Murilo de Carvalho utilizou-se da metáfora do teatro para pensar a representação política da sociedade imperial, estruturada sobre um pacto entre o rei e os barões e o predomínio de uma “*ficção do regime constitucional, da representação, dos partidos, do liberalismo político, da civilização*”<sup>82</sup>. Atravessado por mecanismos modernos de exercício e representação do poder, para ele “*o governo seria a sombra da escravidão; esta, ao final, se tornara também sombra, assim como os políticos eram sombra do poder imperial*”<sup>83</sup>. A política era teatro e um teatro de sombras, onde cada um projetava sobre o outro suas expectativas de poder, criava suas imagens, seus fantasmas:

*(...) os proprietários, embora dessem sustentação à monarquia, passavam a sentir-se marginalizados, excluídos, hostilizados pela Coroa. Os políticos não sabiam ao certo se representavam a nação ou se respondiam ao Imperador. A elite passava a acreditar numa democracia que não estava na Constituição e a cobrar sua execução do poder Moderador. O Rei, por sua vez, esforçava-se por seguir a ficção democrática na medida em que as falhas dos mecanismos da representação o permitiam. (...)*<sup>84</sup>

Monarquia e proprietários, ou o rei e os barões, produziram o funcionamento da representação e do sistema partidário em uma dinâmica caracterizada pela ambigüidade, que penetrava as próprias instituições, já que

*(...) tanto as idéias e valores que predominavam entre a elite, como as instituições implantadas por esta mesma elite mantinham relação ambígua de ajuste e desajuste com a realidade social do país: uma sociedade escravocrata governada por instituições liberais e representativas; uma sociedade agrária e analfabeta dirigida por uma elite cosmopolita voltada para o modelo europeu de civilização. (...)*<sup>85</sup>

A Monarquia, com suas pompas e rituais, dava grande visibilidade ao poder e à centralização política. Embora o carisma da figura real conferisse popularidade e uma

---

<sup>82</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Teatro das Sombras: a política imperial*. São Paulo, Rio de Janeiro: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, Iuperj, 1988, pp. 162-167.

<sup>83</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>84</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>85</sup> *Idem, ibidem.*

aparente neutralidade ao poder imperial, este também incorporou aquele paradoxo porque seria visto como uma “*sombra da escravidão*” e, paradoxalmente, só ele seria capaz de acabar com ela. No entanto, ao acabar com ela, “*como previra Nabuco e também Cotegipe, acabaria com o encanto que sustentava todo o sistema e morreria também*”<sup>86</sup>.

Ainda segundo Carvalho, traços marcantes do sistema político imperial – monarquia, unidade, centralização e baixa representatividade – foram resultantes de uma “*homogeneidade ideológica*”<sup>87</sup> que gerou um sistema de dominação mais sólido a partir de 1837 e melhor definido em torno de 1850<sup>88</sup>. O processo de enraizamento social da Monarquia foi operação difícil e complexa, não obstante a ação das elites que, embora muitas vezes divididas, conseguiram mediar a relação entre os proprietários e o rei. Essa mediação foi fundamental para o fortalecimento e organização do Estado e suas instituições políticas, particularmente na capacidade de controle da sociedade, sem que se conseguisse eliminar o ambiente de tensões<sup>89</sup>.

Ainda que fossem visíveis esforços contraditórios de liberais e conservadores ou gestos de denúncia e sustentação, a experiência monárquica após 1850 produziu uma aliança de reciprocidade entre a Coroa, o parlamento e as classes proprietárias, formadas por comerciantes e proprietários rurais, sob a mediação das elites políticas e burocráticas. Mais do que isso, produziu uma rede de sentidos e de marcos de referência simbólicos por meio dos quais as relações sociais se fixaram e traduziram, quer dizer, naquela experiência foram construídas representações e símbolos da vida social que funcionaram como peças eficazes do dispositivo de controle das práticas coletivas, em especial do exercício da autoridade e do poder<sup>90</sup>.

Como veículo e expressão desse controle, as práticas discursivas, como assinala Jean Chesnaux referindo-se à historiografia, funcionam como uma espécie de autoridade política do passado na medida em que produzem textos, imagens de eventos e celebrações e também documentos e emblemas representativos da nação, da história

---

<sup>86</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>87</sup> O autor analisa a homogeneidade gerada por educação e treinamento político comuns, em relação às características do Estado herdado da tradição portuguesa absolutista e patrimonial na primeira parte da tese de doutoramento, publicada sob o título *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Brasília: EdUnB, 1981.

<sup>88</sup> Os movimentos urbanos e rebeliões entre 1831 a 1848 são expressivos da tensão que se manifesta no período. Além de seis rebeliões na capital entre 1831-32, a Revolta dos Malês em Salvador, em 1835, revelou a perigosa capacidade de organização entre escravos e libertos, além de ter sido objeto de receios e argumentos de partidários do fim do tráfico. *Idem, ibidem*, pp. 11-22.

<sup>89</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>90</sup> BACZKO, Bronislaw. *Op. cit.*, pp. 307-310.



nacional, contribuindo tanto para sua difusão e exaltação quanto para sua ocultação. Como discursos que se servem do passado e que produzem imagens para o futuro, a historiografia e também a iconografia contribuíram tanto para mostrar, salientar imagens quanto para ocultá-las.

Chesnaux refere-se a esse dispositivo de controle do passado como responsável pela ocultação de documentos, um dos procedimentos favoritos do poder<sup>91</sup>. Ocultação por um lado e exaltação por outro; como outros fragmentos discursivos, as imagens também fazem parte desse estoque seletivo do passado e da memória coletiva que se tece entre lutas e prioridades políticas reais que nem sempre permitem distinguir “*onde começa a ocultação deliberada*” e a “*falsificação por razão de Estado*”<sup>92</sup>.

Disposto em peças, convertido em elementos dispersos de um sistema aparentemente inofensivo, o passado deve ser visto e pensado tendo como perspectiva tanto a política da visibilidade quanto a política de ocultação em suas características históricas e singulares. Não por acaso, a única personagem negra e escrava do catálogo da pinacoteca do Museu Imperial, editado em 1956, aparece com uma criança branca no colo, tendo ao fundo o relevo acidentado de uma paisagem tropical.

---

<sup>91</sup> CHESNAUX, Jean. *Devemos Fazer Tábula Rasa do Passado? Sobre a história e os historiadores*. Trad. Marcos A. da Silva. São Paulo: Ática, 1995, pp. 28-35.

<sup>92</sup> CHESNAUX, J. *Op. cit.*, pp. 28-35.



4. ANÔNIMO. Óleo sobre tela, 55 x 44 cm, Acervo do Museu Imperial. Mucama com criança ao colo, s. d.

A tela, pintada a óleo, no referido catálogo está intitulada *D. Pedro II* e é atribuída a Debret. O título identifica a figura do monarca quando criança e a omissão do nome da mulher que o carrega traduz a ausência do valor conferido à sua presença na cena. É a única imagem de corpo negro (a falta do nome/sobrenome e a identidade de raça sugerem a condição escrava), em meio às figuras, gestos e insígnias da realeza que se expõem no catálogo. Ali, a imagem é acompanhada de um texto que acrescenta as seguintes informações:

*(...) Em primeiro plano, uma negra escrava, ainda m<sup>o</sup>ça, é vista em mais de meio-corpo, voltada <sup>3</sup>/<sub>4</sub> à esquerda, olhando à frente. Traz os cabelos de corte curto, quase rente; uma argola presa à orelha esquerda; e dois fios de contas no pescoço. A alça esquerda do corpete, caindo-lhe sobre o braço, deixa a descoberto parte do seio, o ombro e a espádua. (...)*<sup>93</sup>

Como na imagem de ama desenhada pelo tenente inglês, a alça esquerda do corpete que cai sobre o braço da mulher deixa a descoberto parte do seio, o ombro e a espádua, marca utilizada para conferir a condição diferente e desigual de escrava mulher e para dar a ler sua natureza sensual. Um detalhe que mais uma vez está impresso no corpo cativo como demarcação de sexo-gênero, de condição civil e de raça. O decote e o detalhe da alça que desvela o ombro é, portanto, significativo do corpo sem nome ou sobrenome, quer dizer, um corpo que tem dono, que é escravo, desapossado de si, que pertence a um senhor, ou que se pode possuir. Sugerem o sentidos de desapossamento e de disponibilidade. Representa um daqueles corpos que são lidos como expressão da natureza bruta, da qual se apropria para que ela possa ser modelada ou cinzelada de acordo com os fundamentos da cultura ou civilização. Ou corpo de que se usa para serviços domésticos variados, inclusive para o exercício da sexualidade periférica e fora da regra e, ao mesmo tempo, dentro da regra escravista e patriarcal.

É uma imagem que contrasta com todas as demais no catálogo: imagens de corpos de princesas, baronesas e marquesas – que têm ombros e colos recobertos de jóias e rendas –, e de príncipes, marqueses e barões, cujas vestes exibem insígnias nobiliárquicas ou militares. Ela é única no conjunto de imagens de autoridades da Corte Imperial, representadas por um elenco de pintores renomados, dentre eles Taunay, Rugendas, Araújo Porto Alegre e Vitor Meireles.

---

<sup>93</sup> *Pinacoteca do Museu Imperial*. Petrópolis: MEC, 1956, pp. 176-177.

Mesmo que a tela não esteja assinada, está entre aquelas produzidas por um time de artistas que ficou responsável pela representação de objetos privilegiados e que, reunidos ali, expressam um repertório de imagens significativas do ponto de vista do olhar culto. Ela emerge entre os signos da realeza no conjunto de imagens que exprimem e conferem significados às pessoas que foram representativas na Monarquia e se destaca para dar a ler os contrastes de sexo-gênero, raça e condição social/civil, colocando em funcionamento a articulação entre outras dualidades/assimetrias dos sentidos, por exemplo, aquela sugerida nas acepções de natureza e cultura: a vegetação e a escrava negra representam a natureza bruta, em contraposição aos signos da realeza que exprimem a cultura.

O texto que acompanha a imagem no catálogo continua a descrição da pintura:

*(...) A ama sustém ao colo uma criança que aparenta ter, no máximo, dois anos. Esta que está olhando à frente, tem cabelos lisos e olhos castanho-escuros; traz um fio de contas de coral no pescoço, e veste camisa de mangas curtas, apresentando as pernas a descoberto. Com o braço esquerdo enlaça o pescoço da mucama, por trás do qual se vê a mão que segura uma fruta, enquanto pousa a outra, de leve, no seio da ama. (...)*<sup>94</sup>

Como na imagem da liteira, a ama tem a criança no colo e seus braços se entrelaçam. A mão que pousa, “*de leve*”, no seio da ama é mais um sinal de “posse” do seio que o aleita. Seio que pertence à ama, mas também ao corpo que aleita que não é seu. Pertence, portanto àquele que mama, ou ainda, pertence ao pai da criança, locatário ou proprietário de corpos cativos e gestor do patrimônio familiar.

Trata-se de um corpo do qual se toma posse, que nutre a criança, a família e a ordem escravista e patriarcal, e com esses sentidos ele aparece e é exposto em fotografias e anúncios, negociado nas casas particulares e de comissão, exibido na sua substância anônima e negra, inclusive no catálogo da pinacoteca imperial. O corpo negro é, assim, materializado na espessura dos sentidos que denotam sua condição de propriedade, sua função, sua disponibilidade no mercado de corpos.

Ao contrário do corpo da negra, que tem cabelos de “*corte rente*”, a criança branca tem cabelos lisos. Enquanto a ama tem argola presa à orelha esquerda e dois fios de contas no pescoço, a criança “*traz um fio de contas de coral no pescoço*”. Em segundo plano, ao fundo, nota-se uma colina coberta de vegetação de cuja base se

---

<sup>94</sup> *Idem, ibidem.*

elevam palmeiras. Uma estrada passa pelo vale junto à elevação que se vê ao fundo. De acordo com a análise da obra apresentada ao final do catálogo, a tela sofreu sucessivas e descuidadas restaurações que muito a descaracterizaram e não traz data nem assinatura<sup>95</sup>.

Embora houvesse controvérsias sobre a autoria da tela, que não está datada nem assinada, e também sobre se seria a imagem de D. Pedro, a obra figurava no catálogo entre outras solenidades da Corte<sup>96</sup>, entre retratos de outros corpos, inteiros, meios-corpos ou bustos de personagens da realeza com suas correspondentes patentes nobiliárquicas e militares. Figurava também entre paisagens da natureza<sup>97</sup>, reveladoras do caráter exuberante e selvagem da natureza “inédita”, quase intocada, dos trópicos.

Como conjunto expressivo da “infância” da nação, o catálogo reúne e expõe imagens que continuam a articular formas do pensamento binário: por um lado, a natureza aparece tal como a criança era concebida à época, inclusive pelo pensamento educacional, que a entendia como uma página em branco em sua “*superfície passiva, fora do social*”<sup>98</sup>; por outro, a natureza forja um diálogo com sua necessária contraparte, a cultura, entendida e dada à leitura como resultado da atuação unilateral da sociedade sobre ela na *performance* civilizatória pela qual operam os meios tecnológicos de dominação, inclusive códigos, saberes, instituições e técnicas de controle e poder.

Estando impresso não só nessa imagem do imperador quando criança, branca, com a ama-de-leite, preta, o binômio natureza-cultura<sup>99</sup> se coloca em todos os discursos, inclusive no texto introdutório. Ali está presente o jogo maniqueísta de pares opostos e/ou complementares que engendra a leitura do mundo em termos binários, ao articular as noções de progresso-atraso, civilizado-primitivo, bem-mal, branco-preto, masculino-feminino, livre-escrava. O diretor do museu e editor do catálogo enaltece o papel do imperador, empenhado em “*promover o progresso*” também mediante a divulgação das obras dos alunos da Imperial Academia das Belas Artes. E salienta a preocupação da autoridade monárquica, que foi responsável pela “*evolução cultural e artística*” no

---

<sup>95</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>96</sup> Por exemplo, a Proclamação da Independência, em óleo sobre tela de Francisco Renato Moreaux, e o Juramento da Princesa Isabel (ao assumir a Regência pela primeira vez, em 20 de maio de 1871), também em óleo sobre tela, de Vitor Meireles. *Pinacoteca do Museu Imperial. Op. cit.*, pp. 30-31 e 90-91.

<sup>97</sup> Por exemplo, a Entrada da Baía do Rio de Janeiro (paisagem tomada do então chamado Caminho de Copacabana). Óleo sobre tela, de Henrique Nicolau Vinet. *Op. cit.*, pp. 154-155.

<sup>98</sup> BUTLER, Judith. *Op. cit.*, pp. 156-157.

<sup>99</sup> Os estudos feministas procuram “desafiar os regimes de verdade que instituem o mundo e suas significações”, tais como o corpo biológico (natural) e o papel social (cultural), ao “interrogar o social e suas instituições, iluminando a incontornável historicidade das relações humanas e dos sistemas de apreensão do mundo”. SWAIN, T. N. A invenção do corpo feminino. *Op. cit.*, p. 48.

Segundo Reinado, momento em que se organizam saberes e poderes, quer dizer, aquele em que se estrutura o nosso “*sistema constitucional, jurídico, administrativo, político e diplomático*” e o “*Brasil firma, definitivamente, o seu conceito entre as nações civilizadas*”<sup>100</sup>.

De acordo com a nota que se refere à imagem<sup>101</sup>, é passível de dúvida a representação do imperador menino, já que, se pintada por Debret, “*atentando-se à grande fidelidade com que Debret sempre se conduziu*”, mesmo que a tela tenha sofrido muitas restaurações, seria impensável que o referido artista concebesse

(...) *uma criança que era clara, loura e de olhos azuis, como trigueira, de olhos e cabelos castanhos escuros, além de que, em se tratando de menino, não poria aquele fio de contas coral ao pescoço.* (...) <sup>102</sup>

A interpretação dos editores do catálogo e estudiosos do acervo reforça, portanto, a qualidade do pintor histórico, que era responsável por uma representação criteriosa e atentava para a fidelidade a detalhes significativos, inclusive as fisionomias dos retratados. Com certeza, são detalhes que não poderiam ser desprezados, já que representam demarcações relevantes da identidade social e evidenciam sinais que são imprescindíveis para a leitura de personagens históricos, porque característicos de raça, sexo-gênero, função e condição civil/posição social. Marcas que estão expressas tanto em formas – o colar de coral – como em tonalidades da pintura – “*clara, loura e de olhos azuis*” – e, para não deixar dúvidas, reaparecem assinaladas na descrição de especialistas e materializadas em palavras adjetivas que repetem ou acrescentam inteligibilidade à representação pictórica.

---

<sup>100</sup> *Pinacoteca do Museu Imperial*. Petrópolis: MEC, 1956, Apresentação, pp. 1-4.

<sup>101</sup> Nota referente ao quadro de D. Pedro II, atribuído a Debret. “De longa data se tem dito ser D. Pedro II a criança retratada com cerca de dois anos, ao colo de sua ama e ser obra de Debret. A tela sofreu, pelo que se vê, sucessivas e más restaurações que muito a descaracterizaram, havendo empastamento de tintas de vários tons sobre as primitivas, desfigurando grandemente o fundo e a situação do 1º. e 3º. planos. Quanto a ser o retrato de D. Pedro II, há uma grande restrição a fazer-se: é que, atentando-se à grande fidelidade com que Debret sempre se conduziu, e isto pode ser constatado através de sua vasta obra, ele jamais teria representado uma criança que era clara, loura e de olhos azuis, como trigueira, de olhos e cabelos castanhos escuros, além de que, em se tratando de menino, não poria aquele fio de contas coral ao pescoço”. *Pinacoteca do Museu Imperial*. Petrópolis: MEC, 1956, pp.187-8.

<sup>102</sup> *Pinacoteca do Museu Imperial*. Petrópolis: MEC, 1956. *Idem, ibidem*.

Fundamentada justamente nesses sinais – de criança “*trigueira*”, que significa “*da cor do trigo maduro, moreno, bistrado*”<sup>103</sup>, *triguenho*”<sup>104</sup> -, a suspeita de que não se tratava de D. Pedro II ou de que a tela não seria de Debret se apoiava nas tonalidades e nos elementos da pintura que sugerem as características físicas que também identificam a raça e na marca distintiva de imagem feminina, o fio de contas coral, o que reforça as suposições contrárias à identificação da obra no catálogo.

Suspeita que foi confirmada, como pude conferir na visita que fiz ao Museu Imperial. A tela, da qual me lembrava de uma visita àquele acervo quando menina, estava exposta no quarto da Princesa Isabel e exibia outro nome: *Mucama com Criança no Colo*. Um óleo sobre tela, sem assinatura e sem data. Em contato com o Setor de Museologia da instituição, pude saber que em correspondência de 24 de julho de 1977, Heloisa Machado Sobrinho informava tratar-se de Luís Pereira de Carvalho, filho de próspera família proprietária de terras em Valença, atual município do estado do Rio de Janeiro, que aparece no colo de sua mucama de nome Catarina, um presente da madrinha do retratado, D. Maria Isabel de Jesus Vieira, mãe do barão de Aliança<sup>105</sup>.

A tela, nomeada como (improvável) “*Retrato de D. Pedro II*”, assim exibida até a data da referida carta, ganharia o nome de *Mucama com criança no colo* no acervo do Museu Imperial. Catarina e Luís Pereira de Carvalho têm suas imagens bem emolduradas na tela exposta do quarto da princesa e ainda se destacam no conjunto da pinacoteca do palácio que é também um emblema, uma instituição e um lugar da memória. Entre outros muitos objetos, móveis e telas nas paredes que exibem signos da Monarquia, destacam-se o corpo negro de mulher cativa e a condição de um desapossamento<sup>106</sup>, evidenciada na imagem de mulher que sustenta a criança branca ao colo e, também, no esclarecimento que o reitera, quando diz que ela foi dada à criança de presente pela madrinha. O anonimato de Catarina, a caracterização da imagem de mulher negra, os enunciados do diretor, do crítico e da carta que supostamente resolve o enigma, nenhum desses estratos discursivos esconde a “solenidade” da propriedade da mulher negra. Menos nobre, talvez, por não ter nutrido e servido ao imperador, no palácio ela permanece em meio às imagens de “*episódios históricos, personagens,*

---

<sup>103</sup> Que tem a cor de “*bistre*” – *S.m.* 1. Mistura de fuligem e goma, empregada na pintura. 2. O roxo das orelhas. FERREIRA, Aurélio Buarque de. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p. 262.

<sup>104</sup> FERREIRA, A. B. de. *Op. cit.*, p. 1.714.

<sup>105</sup> Informação obtida junto à Chefia do Setor de Museologia do Museu Imperial, que gentilmente cedeu a reprodução digitalizada e em cores para esta tese.

<sup>106</sup> PERROT, Michelle. Os silêncios do corpo da mulher. *Op. cit.*, pp. 22-23.

*paisagens (...)*”, criadas por pintores brasileiros e estrangeiros que se tornariam “*intérpretes e mestres da Arte Brasileira*”, segundo a apresentação do diretor do museu à época, Francisco Marques dos Santos.

O padrão clássico – “*mais de meio corpo, voltada ¾ para frente*” – se imprime na postura da mulher tendo a criança aos braços. Este também remete o leitor às figuras renascentistas de madonas, sinalizando aí para sentidos outros de bondade e beatitude, geralmente atribuídos a Nossa Senhora, imagem de mulher casta, santa e sem pecado. O ombro desnudo e o contraste pictórico, todavia, não escondem sentidos que nele impregnam a condição de corpo-mercadoria negra, configurado em volumes e linhas sinuosas. Ao contrário das linhas duras, dos trajes fechados, das feições sérias, significativas da discrição e do recato das mulheres brancas da aristocracia, as linhas sinuosas remetem à idéia-imagem de sedução e àquilo que o termo sugere: sua disponibilidade, sua posição de subalternidade e sua submissão. Sugerem sobretudo uma sexualidade que se imprime à flor da pele naqueles corpos negros e mestiços que se exploram, se distribuem, se repartem, compram, vendem, alugam e dos quais se toma posse em seu precioso desvalor.

A mucama não mais de D. Pedro II continua exposta, retratada a óleo em contornos precisos, entre figuras e autoridades emblemáticas que conformam o elenco da nação que se constrói. Entre corpos brancos revestidos em fardas e vestidos de muitos panos, babados e rendas, entre medalhas, cruces, placas, brincos, tiaras, colares de pedras e metais preciosos, o catálogo exhibe uma contingência, ou seja, um daqueles corpos anônimos e negros de mulher, corpos-propriedades, que, junto à natureza fértil e ao relevo acidentado ao fundo, compõe um exemplar da propriedade, da violência, da exuberância, da substância exótica e pitoresca que também se misturou aos sentidos que exibem, difundem e propagam uma presumida exorbitância da sexualidade nos trópicos, elementos que impregnam historicamente as imagens de mulher negra na sociedade brasileira, naturalizando tal estereótipo.

Em contraponto, ao contrário da postura séria e dos olhares quase sisudos da maioria das mulheres da realeza retratadas, o corpo negro de mulher tem um sorriso no olhar, que despeja sentidos e arrebatava emoções dissimuladas. A roupa, o ombro, a pele e a expressão do corpo e do rosto cativo diferem das imagens de mulheres da elite monárquica exibidas no catálogo e a fisionomia insinua possibilidades que não aparecem em olhares brancos, nobres e enfatizados. A construção da sexualidade na imagem negra capturada e recriada destoa e significa, intercalada no elenco da



aristocracia luso-brasileira, para assentar-se também no olhar brejeiro<sup>107</sup>, intencionalmente retratado?

A fotografia também serviu de suporte para a produção e veiculação de imagens de amas-de-leite sob um tratamento que se, por um lado, remetiam aos cânones da pintura, por outro, faziam disseminar e naturalizar as formas das assimetrias sociais. Nas principais cidades da Europa ocidental e também nas capitais de província, tornaram-se comuns os álbuns fotográficos particularmente após a invenção do formato de cartão de visita, criado pelo francês Desidéri nos anos 50. Resultante da racionalidade investida na economia dos materiais e processos, o formato permitia o aproveitamento do papel e uma tiragem maior das reproduções a preços mais razoáveis. Na década de 60, portanto, passa a ser difundido e mais amplamente consumido no lugar dos retratos maiores com molduras luxuosas, que era privilégio de poucos<sup>108</sup>.

Segundo as práticas dos ateliês fotográficos, o retrato de estúdio era tomado mediante algumas regras. De acordo com o fotógrafo inglês John Towler, no guia teórico e prático de fotografia de sua autoria que se tornaria uma referência no *métier*<sup>109</sup>, era necessário que se posicionasse o modelo

*(...) de modo cômodo e gracioso, em pé ou sentado, apoiado num pilar, balaustrada ou pequeno pedestal, de modo que cada parte esteja igualmente em foco, mas especialmente as mãos, rosto e pés (caso estes precisem ser vistos). (...) Tão logo a figura ou o grupo esteja fixo na posição agradável, cômoda e artística, a próxima etapa importante se apresenta, iluminar esta figura ou grupo de modo a obter uma imagem clara e distinta no despolido da câmara (...)*<sup>110</sup>

---

<sup>107</sup> brejeiro – *Adj.* 1. Vagabundo, vadio, tunante. 2. Travesso, garoto, patusco, brincalhão. 3. Malicioso, impudico, lúbrico. 4. patife, tratante. 5. Relativo ou pertencente a brejo (...). FERREIRA, A. B. de H. *Op. cit.*, p. 284.

<sup>108</sup> “Em 1866, se alguém quisesse retratar-se na Photographia Paulistana deveria dispor de 8\$000 pela aquisição de 12 cópias fotográficas. Dez anos mais tarde, a dúzia de retratos era vendida na Photographia Americana (antiga Casa de Carneiro e Gaspar) por 5\$000, o equivalente a duas camisas de homem ou cinco passagens para a Penha. Esse valor referia-se aos retratos tamanho *carte-de-visite*, os mais simples produzidos pelo ateliê. No caso de retratos grandes, o preço subia para 3\$000 a cópia no estabelecimento de Carlos Hoenen”. LIMA, Solange F. O circuito social da fotografia: estudo de caso II. In: FABRIS, A. *Op. cit.*, p. 75.

<sup>109</sup> The Silver Sunbeam, lançado em janeiro de 1864.

<sup>110</sup> TOWLER, 1864, pp. 31-32. Apud MENDES, Ricardo. Descobrindo a fotografia nos manuais: América (1840-1880). In: FABRIS, A. (Org.). *Op. cit.*, p. 115.

A posição agradável e cômoda do modelo seria uma pré-condição para a captura da imagem humana em composição artística, fosse ela enquadrada em busto, parte ou corpo inteiro, fosse de uma figura única ou grupo. Outros elementos colocados nos corpos ou contracenando com eles – vestimentas, adereços ou, como no exemplo acima, uma coluna, um pilar, uma balaustrada ou pequeno pedestal – poderiam servir para a composição do quadro. Era comum, inclusive, o uso de painéis de fundo com paisagens, de modo a recriar uma arte em que a “*natureza torna-se natural*”<sup>111</sup>.

O retrato de estúdio era, portanto, uma encenação muitas vezes inspirada nos cânones da pintura clássica, sempre tratada cuidadosamente de modo que, após revelado, pudesse ser visto como uma cena natural. Natural também ao expressar um discurso que, significativamente, reunia elementos que remetem aos códigos da civilização, contrapostos aos painéis que reinventavam a natureza. A câmara poderia inclusive ser ocultada, para não constranger o/a retratado/a, garantindo que transparecesse a postura e fisionomia que sugerisse o ambiente de “*liberdade*” e “*espontaneidade*”, conforme as regras prescritas para tratar os/as que almejavam, no gesto de ser retratado, a auto-exibição também para a posteridade<sup>112</sup>.

O cartão de visita de 1861 reproduzido abaixo não é uma imagem da capital da Corte, mas foi encontrado no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e retrata o pequeno Antonio da Costa Pinto com sua ama-de-leite, tomada pelo fotógrafo Antonio da Silva Lopes Cardoso, provavelmente em seu atelier em Salvador<sup>113</sup>. Segundo Roland Barthes, as imagens visuais e principalmente as fotografias são percebidas como testemunhos políticos e como quadros históricos, porque culturalmente participamos das figuras, das caras, dos gestos, dos cenários e das ações. Trata-se de uma imagem que foi muitas vezes reencenada em famílias e regiões diferentes do Brasil, reproduzindo um hábito considerado civilizado, à altura dos gestos significativos da sociabilidade moderna, que se ampliava sobretudo nas capitais de província e na Corte.

---

<sup>111</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>112</sup> MENDES, R. Descobrimo a fotografia nos manuais: América (1840-1880). In: FABRIS, A. (Org.). *Op. cit.*, pp. 83-30.

<sup>113</sup> A prática dos ateliês fotográficos e dos *cartes-de-visite* foi também costume carioca.



5. CARDOZO, Antonio da Silva Lopes. *Carte de visite*, 6,3 x 10 cm, Arquivo Nacional. Antônio da Costa Pinto com sua ama-de-leite, c. 1861.

Acompanhando a reflexão do filósofo, através da noção latina de *studium* é possível rastrear todos os elementos de uma imagem ou fotografia, dos elementos à composição, das texturas aos contrastes, das feições dos rostos aos detalhes das roupas, dos núcleos de sentido aos vértices dispersos de expressão. Mas, ele lembra, tal olhar analítico é fruto de um exercício da emoção, embora também passe pelo “*revezamento judicioso de uma cultura moral e política*”<sup>114</sup>.

A noção de *studium* permite que se contemple qualquer imagem e que se traduza o olhar que analisa por muitas páginas, por exemplo, em outras linhas que buscam decifrar ou re-cifrar a coluna que compõe a cena para encontrar as ressonâncias da cultura greco-romana; ou buscar as origens da máscara exibida no alto-relevo ou perceber possíveis significados que se exibiam no xale estampado da ama-de-leite – ainda que este fosse um objeto emprestado para a captura da imagem –, que usa também um turbante e uma roupa suntuosa de brocados, tecido provavelmente de origem francesa... O menino, Antonio da Costa Pinto, aparece vestido em tons de branco, em contornos cujo olhar custa a definir pele, roupas alvas e sapatos. Ele está sentado, estático, sobre o colo da mulher negra. Como de praxe, o cartão não indica o nome da mulher negra que o sustenta e envolve, mas evidencia sua função como ama-de-leite.

O *studium* permite que o leitor reflita sobre o modelo, a encenação, os gestos dos modelos e a composição da imagem fotográfica que veicula também o sinal distintivo do *status* familiar. A fotografia revela, portanto, a iniciativa da família de Antonio da Costa Pinto, ao produzir o registro da imagem do menino, não sozinho, mas com sua ama-de-leite, no ateliê do fotógrafo para distribuição e proliferação daquela imagem, da encenação escolhida, dos gestos capturados e dos sentidos que localizam as figuras, a relação entre elas, inclusive relações que não aparecem, mas que se depreendem da leitura da fotografia, como a relação de dependência e subalternidade da ama em relação aos pais da criança.

A imagem de crianças acompanha uma tendência que aparece nos séculos XVII e XVIII na iconografia européia, quando a infância começa a ser distinguida da idade adulta e é mostrada de forma mais positiva<sup>115</sup>. É no século XIX que, com a fotografia, é

---

<sup>114</sup> BARTHES, Roland. *A Câmara Clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, pp. 45-46.

<sup>115</sup> A sociedade monarquista do século XVII ainda não reconhecia o lugar central da criança no universo familiar, que começa a ser celebrado nas classes ascendentes do século XVIII, por volta de 1760-70. Sobre o assunto, ver ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. *Op. cit.* e BURKE, Peter. *Op. cit.*, pp. 129-133.

ainda mais difundido esse lugar especial atribuído à criança e à família na sociedade, como lugar do exercício das afeições entre os cônjuges e entre eles e seus filhos.

As imagens de amas com crianças me remetem à leitura de Phillippe Ariès sobre o valor da criança e da família nas sociedades modernas e industriais que manifestam um interesse novo pela educação e pelo exercício da afeição familiar. Trata-se de um momento que se singulariza, à medida que a família começa então

*(...) a se organizar em torno da criança e a lhe dar uma tal importância, que a criança saiu de seu antigo anonimato, que se tornou impossível perdê-la ou substituí-la sem uma enorme dor, que ela não pôde mais ser reproduzida muitas vezes, e que se tornou necessário limitar seu número para melhor cuidar dela.  
(...)<sup>116</sup>*

O investimento na infância é também historicizado por Elisabeth Badinter, que remonta ao pensamento de Santo Agostinho para lembrar a época recente de nossa história em que a criança tinha um valor relativo e sua importância era vista negativamente como indício da corrupção humana, aquilo que nos condena e do que devemos nos livrar<sup>117</sup>. A imagem da criança também parecia estar próxima àquela idéia de natureza bruta que necessita ser cultivada para ser valorizada. Em pleno século XVII, a autora observa que a filosofia e a teologia nutriam na figura da infância imagens que a identificavam a uma malignidade natural, imagens da imperfeição e do pecado original, e a pedagogia do período defendia a severidade e o castigo para redimir a alma infantil do pecado<sup>118</sup>.

Não só entre filósofos e pedagogos, ela infere, mas também nas práticas de camadas menos cultas, a criança parece ter sido vista de modo negativo e considerada mais como estorvo ou desgraça do que como pecado. O estudo de Badinter mostra que, por motivos diferentes e até opostos, a criança, particularmente o lactente, por séculos antes da modernidade parece ter se constituído um “*fardo insuportável*” para o pai, a quem toma a mulher, e, indiretamente, para a mãe. Para ela, os cuidados, a atenção e a fadiga que um bebê representa no lar nem sempre deve ter agradado aos pais. E como esses pais

---

<sup>116</sup> ARIÉS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Op. cit., Prefácio.

<sup>117</sup> BADINTER, Elisabeth. Op. cit., pp. 53-83.

<sup>118</sup> *Idem, ibidem*.

*(...) não podem – e também alguns, mais numerosos do que habitualmente se pensa, não querem – fazer o necessário sacrifício econômico ou o de seu egoísmo, não foram poucos os que pretenderam se desembaraçar desse fardo. Existia e ainda existe uma gama de soluções para esse problema, que vai do abandono físico ao abandono moral da criança. Do infanticídio à indiferença. (...)*<sup>119</sup>

O abandono, o infanticídio e a indiferença, entre camadas mais ou menos cultas ou mais ou menos abastadas, como já vimos na primeira parte deste trabalho, foi comum tanto na França quanto no Brasil. Não que tais práticas não fossem resultantes, muitas vezes, de atitudes desesperadas e tivessem conseqüências trágicas. Esse menosprezo pela infância também justifica o costume de se contratar amas-de-leite para os filhos, cujos primeiros registros datam do século XIII, no âmbito das famílias aristocráticas, e parece estar generalizado no século XVIII entre a burguesia e as classes populares na França<sup>120</sup>, Inglaterra e, também, na Alemanha<sup>121</sup>, sendo que essas nações, sobretudo as duas primeiras, foram consideradas referências de civilidade e refinamento de costumes na Europa e no Brasil.

Bastante disseminado na sociedade colonial, o hábito de usar mulheres escravizadas para o aleitamento dos filhos já estava incorporado pelas elites proprietárias no Brasil imperial e, além de uma recusa generalizada e naturalizada do aleitamento pelas mães, revelava aquela forma indiferente, ou pelo menos pouco atenta, de olhar a criança e sua educação. O retrato de Antonio da Costa Pinto é, portanto, uma evidência da mudança de valores também no Brasil, haja vista que a infância e a família, embora não retratadas em todos os seus elementos, passam a se manifestar no discurso e assinalam o empenho de sua ressignificação na sociedade. Empenho que também se expressa pela iconografia, pela literatura, pela imprensa, pelos discursos médico-higienistas e pelos regulamentos sobre a amamentação “*mercenária*”.

O formato do cartão de visita também permite pensar sobre o uso da racionalidade para a economia de recursos, sobre a ampliação da prática de produção e distribuição de retratos de família como um dos gestos significativos da sociabilidade

---

<sup>119</sup> *Idem, ibidem*, p. 64.

<sup>120</sup> O fenômeno se estende por todas as camadas da sociedade urbana, das mais pobres às mais ricas, nas pequenas ou grandes cidades, “indo da burguesia às classes populares, do conselheiro da corte aos operários”. *Idem, ibidem*. pp. 64-70.

<sup>121</sup> *Idem, ibidem*.

moderna. Esse formato permite melhor aproveitamento do papel e o barateamento da reprodução fotográfica, ampliando-se as possibilidades de distribuição e valorização das imagens da família, inclusive da criança com a ama-de-leite, entre parentes e amigos. Em suma, a fotografia, o cartão de visita, a criança e também a ama-de-leite são objetos da pluralidade de olhares que querem imprimir e divulgar a família também para ampliar as condições de possibilidade da leitura da encenação moderna e a fruição de sentidos ordenadores que são carreados naquelas imagens.

Pensando no valor de exposição a que se refere Benjamin em relação à imagem multiplicada e distribuída entre contemporâneos e na possibilidade de sua perpetuação e divulgação entre descendentes, mas também entre desconhecidos, não por acaso era geralmente o varão que ocupava o centro da cena, que aparecia sobre o colo e suporte do corpo negro de mulher. A encenação revela a criança branca e a ama negra em fisionomia estática, séria, quase austera. Antonio e sua ama, em razão de seus sinais identitários, exibem e representam a família Costa Pinto e, também, a aparência do lugar social – identificado com a condição econômica e simbólica – que ela quer exibir.

É mediante o esforço de *studium* que posso olhar a foto e quase um século e meio depois extrair dela alguns sentidos. Sentidos que emanam dos corpos e dos artifícios que o fotógrafo utiliza para representar a máscara social naquela circunstância histórica. Ou, ainda, pensar sobre a manipulação técnica e estética operada por fotógrafos como condição de possibilidade para o exercício de uma “*ficção documental*”, como atenta Kossoy<sup>122</sup>, ou de um “*efeito de realidade*”, como entende Barthes, ou ainda, como assinala Foucault, para a construção de um “*efeito de verdade*”, sem o qual os ateliês fotográficos não teriam vingado, nem o costume de retratar as crianças e suas amas-de-leite em cartões de visita teria sido disseminado na sociedade urbana do Segundo Reinado.

De posse dos instrumentos de análise de Barthes, desta vez não é apenas o *studium* que vou buscar nessa imagem, mas é o *punctum*, que parte do olhar dessa mulher e dessa criança e como uma flecha vem me trespassar. Como uma picada, uma ferida, um ataque feito por um instrumento pontudo, o *punctum* é uma “(...) *palavra latina que remete também ao sentido de pontuação. Pontos que ferem...(...)*”. “*O punctum de uma foto é esse acaso que nela me punge (mas também me mortifica, me fere)*”. Ou ainda,

---

<sup>122</sup> KOSSOY, Boris. *Fotografia & História. Op. cit.*, pp. 106-116.

(...) *O punctum é uma espécie de extra-campo sutil, como se a imagem lançasse o desejo para além daquilo que ela dá a ver: não somente para um fantasma de uma prática, mas para a excelência absoluta de um ser, alma e corpo intrincados.* (...) <sup>123</sup>

O cartão de visita tem rasuras e falhas na imagem reproduzida, o papel traz marcas de mofo e respingos do tempo, que fiz questão de não alterar com os artifícios tecnológicos deste nosso tempo. Embora possa ser tomada como objeto de observação, de encenação e leitura do mundo, objeto de consumo e, também, como instrumento de operação disciplinar, a fotografia traz uma imagem clara de seu referente. Barthes assinala: “*a fotografia é uma evidência intensificada, carregada, como se caricaturizasse, não a figura do que ela representa (ela é exatamente o contrário), mas sua própria existência*”<sup>124</sup>.

Ainda segundo o filósofo, a foto-retrato é um campo cerrado de forças. “*Quatro imaginários aí se cruzam, aí se afrontam, aí se deformam.*”<sup>125</sup> Assim ele se refere à dimensão espectral da fotografia, lugar do encontro e superposição de imaginários: a imagem do sujeito, aquela que o sujeito imagina exibir, a que o fotógrafo imagina capturar, a imagem de que o fotógrafo se serve para exibir sua arte. Acrescento ainda os estratos possíveis da imaginação dos leitores e diferentes tempos, lugares e condições de leitura. Nessa pluralidade imaginária, as fotografias de amas com suas crianças remetem a certos sujeitos que existiram, porquanto a foto “*é literalmente uma emanção do referente*”<sup>126</sup> e, assim, elas sinalizam para, pelo menos, uma serventia: a construção de uma memória familiar ou a construção de uma tradição. Naquele tempo e lugar, muitas famílias proprietárias procuravam uma distinção ao fotografar seus filhos, exibindo com eles suas escravas amas-de-leite, que mais tarde, em idade avançada, são incorporadas no imaginário social como “mães pretas”. A produção das imagens de crianças, sobretudo de varões, parecia não prescindir do suporte humano significativa da situação econômica e simbólica da família e do *status*. É visível o desejo de que essas imagens fossem retratadas, exibidas, distribuídas em álbuns e nas paredes do lar, mas também legadas à posteridade.

---

<sup>123</sup> BARTHES, R. *Op. cit.*, p. 89.

<sup>124</sup> *Idem, ibidem*, p. 168.

<sup>125</sup> *Idem, ibidem*, p. 27.

<sup>126</sup> *Idem, ibidem*, p. 121.



Os fundos falsos e pintados, as colunas clássicas, os tecidos importados, as roupas fartas e também as amas-de-leite eram objetos que compunham o quadro emblemático mediante o qual as famílias construía suas imagens, buscavam mostrar-se, representar-se como modelo. Esse cartão de visita que chega ao alcance de meu olhar hoje sugere que a imagem foi distribuída em Salvador da década de 60 e trilhou caminhos insuspeitados, despejando seus sentidos. Volto os olhos à fotografia e reflito, como Barthes, que essa imagem “*repete mecanicamente o que nunca mais poderá repetir-se existencialmente. Nela, o acontecimento jamais se sobrepassa para outra coisa*”<sup>127</sup>.

Antonio e sua ama-de-leite estão imóveis no estúdio diante da câmera e têm um olhar penetrante que me punge. São o olhar da mulher negra e o olhar da criança branca apreendidos no silêncio de sua imobilidade que me levam a refletir sobre construção de cores, formas e diferenças em seus corpos, que imprimem neles certas qualidades, sempre uma assimetria. Entre valores e desvalores, aqueles são olhares que estão dentro de regras, mas também fogem aos códigos que lhes conferem inteligibilidade e reativam o enigma do momento único, da existência única, o fantasma de suas aventuras, sua contingência e sua singularidade. A fotografia propicia um encontro de olhares e imaginários em um não-lugar nas profundezas do tempo existencial, ou um extra-campo sutil.

Ela é um certificado de presença da ama-de-leite e, nesse sentido, não fala forçosamente daquilo que não é mais, mas apenas e com certeza daquilo que foi, atestando que o que vemos de fato existiu<sup>128</sup>. Os olhares da ama negra e da criança branca são um espetáculo sem nome. As duas figuras estão juntas em um átimo que permanece no tempo, em uma imagem que exhibe uma aliança, em olhares que estão fixos e remetem à gravidade e solidão, entrelaçadas. Seus olhos parecem gritar para além dos limites do papel, do ateliê e do tempo, caladas no silêncio profundo do instante capturado. Ainda segundo Barthes,

*(...) a fotografia sempre traz consigo seu referente, ambos atingidos pela mesma imobilidade amorosa ou fúnebre, no âmbito do mundo em movimento: estão colados um ao outro,*

---

<sup>127</sup> *Idem, ibidem*, p. 13.

<sup>128</sup> *Idem, ibidem*, pp. 123-127.

*membro por membro, como o condenado a um cadáver em certos suplícios. (...)*<sup>129</sup>

Assim, colada ao referente, o *carte-de-visite* abriga o “*espetáculo*”, mas representa também o “*retorno do morto*”<sup>130</sup>. A óleo, aquarela, litografia, fotografia ou em palavras, as imagens das *amas-de-leite* representam o espetáculo, o teatro político das imagens e das sombras e o retorno de olhares vivos que estão mortos, entranhados em uma dramaturgia histórica. Diferentes técnicas de produção e reprodução de imagens materializam aquelas imagens em uma profusão discursiva que ao mesmo tempo exhibe a sociedade e ensina a olhá-la.

As imagens manifestam aquela produção pródiga e pedagógica, nem inocente, nem aleatória, porquanto denotativa do processo de naturalização de localizações identitárias e de composição de um alfabeto iconográfico em seu valor artístico, em seu valor de exibição do padrão social e econômico, em seu valor de referência simbólica, também cultuado por produzir e reproduzir assimetrias. Um alfabeto que se engendra e nutre o imaginário em sua função social múltipla: de designar diferenças e solidariedades, de propagar verdades e versões, rumores e boatos, de amplificar poderes, temores e esperanças, de articular afetos, conflitos e antinomias, de impulsionar os sonhos, os mitos e a memória.

Tal alfabeto assinala aspectos da singularidade do projeto de sociedade brasileira e, também, o esforço em construir uma materialidade expressiva da modernidade e do progresso civilizador. No interior desse alfabeto, a construção de imagens que revelam a permanência de laços escravistas e de relações de proximidade e dominação no cotidiano da vida doméstica exhibe a nação em seu paradoxo: ao dar a ler certas demarcações de raça, de gênero, de idade e de posição social, como um código, ele exhibe e configura identidades do Brasil monárquico e opera uma assimetria disciplinar dessas figuras, aqui pensadas como

*(...) identidades sociais (todas elas e não apenas as identidades sexuais e de gênero, mas também as identidades de raça, de nacionalidade, de classe etc.). Essas múltiplas e distintas identidades constituem os sujeitos, na medida em que esses são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais. (...)*<sup>131</sup>

---

<sup>129</sup> *Idem, ibidem*, p. 15.

<sup>130</sup> *Idem, ibidem*, p. 20.

<sup>131</sup> LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.) *Op.cit.*, p. 12.

A reiteração das imagens de amas-de-leite em diferentes situações e suportes da comunicação iconográfica, portanto, é uma pequena e poderosa parte do exercício de reafirmação de hierarquias e sentidos de dominação, de tradição, de subalternidade, submissão, mas também de resistências que escapam aos gestos impressos em corpos femininos negros e cativos, no domínio da inteligibilidade cultural oitocentista. Em seus talhes enobrecidos, em suas feições particulares, em seus olhares fixos, as imagens dos corpos negros de amas-de-leite, entre outras mercadorias-propriedades, assumem um caráter genérico, uma identidade fixa no jogo iconográfico. Mas é nessa relação de cada discurso com a morte que renasce a história.

Michel de Certeau me ensina a lidar com a representação de mães-pretas, da cena primitiva apagada, mas ainda organizadora. Por meio de suas imagens teóricas cuidadosamente elaboradas sobre a operação histórica, apreendo o discurso que não deixa de se articular com a morte que postula, mas que a prática histórica contradiz. Pois falar dos mortos é também negar a morte, e quase desafiá-la. Igualmente, diz-se que a história os “ressuscita”<sup>132</sup>. (...) *Ela não ressuscita nada. Mas evoca a função outorgada a uma disciplina que trata a morte como objeto do saber e, fazendo isto, dá lugar à produção de uma troca entre vivos...*

*(...) Esta é a história. Um jogo da vida e da morte prossegue no calmo desdobramento de um relato, ressurgência e denegação da origem, desvelamento de um passado morto e resultado de uma prática presente. Ela reitera um regime diferente, os mitos que se controem sobre um assassinato ou uma morte originária, e que fazem da linguagem o vestígio sempre remanescente de um começo tão impossível de reencontrar quanto de esquecer. (...)*<sup>133</sup>

---

<sup>132</sup> CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Op. cit., pp. 56-57.

<sup>133</sup> *Idem, ibidem*.



THE LONDON STEREOSCOPIC AND PHOTOGRAPHIC COMPANY, Coleção Emanuel Araújo.  
FOTÓGRAFO NÃO IDENTIFICADO, Coleção G. Ermakoff, c. 1890.  
ALBERTO HENSCHEL, Fundação Joaquim Nabuco, Recife.  
EUGENIO E MAURICIO, Fundação Joaquim Nabuco, Recife  
JOÃO GOSTON, Acervo Instituto Moreira Salles, c. 1870.

## Considerações Finais

*(...) Para analisar um quadro, pode-se reconstituir o discurso latente do pintor; (...) A análise arqueológica teria um outro fim: pesquisaria se o espaço, a distância, a profundidade, a cor, a luz, as proporções, os volumes, os contornos não foram, na época considerada, nomeados, enunciados, conceitualizados em uma prática discursiva; e se o saber resultante dessa prática discursiva não foi, talvez, inserido em teorias e especulações, em formas de ensino e em receitas, mas também em processos, em técnicas e quase no próprio gesto do pintor. (...) Seria preciso mostrar que, em pelo menos uma de suas dimensões, ela é uma prática discursiva que toma corpo em técnicas e em efeitos. (...) Não é mais um gesto nu cujas significações mudas e indefinidamente vazias deveriam ser liberadas por interpretações ulteriores. É inteiramente atravessada – independentemente dos conhecimentos científicos e dos temas filosóficos – pela positividade de um saber. (...)*<sup>1</sup>

Procurei reunir materialidades discursivas que se produziram no cotidiano carioca oitocentista para enunciar e nomear amas-de-leite em práticas de aleitamento, em seus contornos, seus volumes, suas proporções, exibindo um espaço, uma cor, uma luz e profundidade. O “*saber resultante dessa prática discursiva*”, de fato, aparece inserido em “*teorias e especulações, em formas de ensino e em receitas, mas também em processos, em técnicas*” cujos efeitos evidenciam-se e tomam corpo na produção das amas-de-leite: mulheres desapossadas de seus corpos, assujeitadas às nomeações, classificações e controle dos poderes e saberes institucionalmente localizados que, como percebi nas (e por conta das) marcas, também escapam.

As amas-de-leite são objetos historicamente constituídos, aqui pensados como efeitos de técnicas discursivas diversas e dispersas. Ou seja, elas aparecem a partir das objetivações pelas quais determinadas coisas começam a ser tomadas como objeto para o pensamento e passam a fazer parte do objetivamente dado, como configurações naturais<sup>2</sup>. Amas-de-leite foram designadas e reconhecidas em corpos de mulheres africanas ou descendentes, geralmente escravas, geralmente negras ou pardas, que eram compradas, vendidas, alugadas para amamentar os filhos e filhas de famílias proprietárias.

Do mirante em que me encontro, busquei construir uma cartografia, isto é, compor um trabalho de pesquisa histórica que servisse para iluminar e responder uma

---

<sup>1</sup> FOCAULT, M. *Arqueologia do Saber*. Op. cit., p. 220.

<sup>2</sup> RAGO, Margareth. *Foucault, História & Anarquismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004, p. 73.

inquietação: a emergência da ama-de-leite como objeto de diferentes discursos que circulam na sociedade carioca do século XIX. Um projeto que desenharia no percurso aberto o próprio objeto em suas condições de emergência – as amas-de-leite e as práticas do aleitamento “*mercenário*”. Mercenário? O termo soou estranho, e a maneira como aparece articulado no discurso médico do período imediatamente indica que o acontecimento não estava dado como fato, mas emergia em um campo de forças, assumindo determinadas configurações: usado para adjetivar o aleitamento praticado pelas escravas, o termo imprimia sentidos àquelas práticas (e às praticantes), como agentes em trabalho de livre escolha, interesseiro, venal, exercido para obter vantagens financeiras. Tal como pensado naquele discurso, o termo destacava, delimitava e desqualificava a prática de mulheres escravizadas que produziam o leite e nutriam filhos que não os seus, mas forjando um efeito deslocado do significado corrente, já que as rendas do serviço prestado destinavam-se não a elas, mas a seus proprietários.

Na Santa Casa da Misericórdia, instituição de amparo aos pobres, aos enfermos, aos órfãos (particularmente às órfãs) e aos enjeitados, encontrei as práticas e os nomes daquelas mulheres em listagens de pagamento de seus serviços. Eram na maioria mulheres cativas, entre poucas livres, quiçá libertas, que passaram eram internas na Casa dos Expostos, nutrindo e cuidando de crianças que eram despejadas diariamente ali. Resguardava-se, assim, a honra da família e particularmente de mães solteiras, ao mesmo tempo em que se assegurava a alimentação dos bebês até que fossem destinados para a criação por outrem. Assinaladas em seus nomes - alguns deles remetem ao porto de origem na África e à cor escura da pele - e também pela condição escrava, seus corpos produziam leite e geravam cifra que não era desprezível para seus proprietários.

Percebi aquele lugar como uma instituição social em constante movimento, quero dizer, se ainda aparecia vincada por valores da caridade cristã, ela também era alvo do interesse e da intervenção da racionalidade médica. Uma racionalidade que fazia do tradicional espaço de produção da vida, da morte, da honra, do prestígio, do leite, de amas, do abrigo e do abandono também, e principalmente, um lugar conformado segundo os modernos preceitos da política higiênica, ou seja, trespassado pela positividade de um saber. Amas-de-leite eram corpos que, ao procriarem, tornavam-se corpos que aleitavam; no entanto, como cativos que eram, entre os direitos que não tinham estava o direito à maternidade. A biologia e a medicina, com base na natureza, construía neles a capacidade para a reprodução e a lactação, mas, ao contrário dos corpos de mulheres livres, neles, tal capacidade resultaria em

possibilidades outras de exploração sexual e comercial e não representaria a maternidade “*verdadeira*”.

À medida que a medicina tomava corpo em instituições, produzia teses, publicações, anais, multiplicando-se em materialidades discursivas, torna-se visível a produção de uma racionalidade que define formas predominantes de organização da sociedade moderna, inclusive na parceria fértil que a medicina estabelece com a política de estruturação do Estado imperial. Em contraponto à mortalidade, à natalidade e à reprodução, as práticas do aleitamento emergem no discurso daquele saber que observa, examina, esmiúça e confere sentidos aos corpos femininos, como aparelhos que devem ser disciplinados para cumprirem a “*missão sagrada*” da natureza, qual seja: procriar e nutrir. A sexualidade, a fecundidade e o aleitamento são revalorizados nessa produção discursiva em um projeto de disciplinarização da sociedade que salienta a família e investe particularmente na mulher, cujo modelo a seguir é o de “*mãe verdadeira*”.

Ao lado dos nomes das cativas, encontrei os nomes de seus proprietários, não por acaso nomes que exibiam outras insígnias como representantes do poder. Estavam ali os proprietários daqueles corpos, de terras ou seus procuradores: barões e também magistrados, médicos, burocratas, em suma, nomes de membros da classe proprietária, que exerciam cargos ou orbitavam em torno das autoridades do Estado imperial. Nomes não apenas de grandes proprietários de plantéis de cativos, mas também de proprietários de uma ou duas “*peças*” que produziam leite e garantiam-lhes rendas, além de assegurar-lhes a distinção da posição social.

Nomeadas como “*mercenárias*” pelo saber médico, as amas-de-leite não mais seriam vistas como salvadoras das crianças expostas à Misericórdia, mas sim como responsáveis pela alta mortalidade de crianças, daí serem condenadas nos discursos que as modelavam como figuras indesejáveis no seio da família moderna. Figuras que, segundo os médicos, incitavam a “*corrupção*” de seus membros e a “*degeneração*” dos costumes. Suas imagens remetiam às relações do patriarcado escravocrata, por isso elas e suas práticas passariam a ser identificadas com o atraso, com os hábitos bárbaros e primitivos da colônia que a medicina higiênica pretendia suprimir, para que a sociedade pudesse avançar na direção do progresso e da civilização.

Significativamente, porque cotidiano, costumeiro, provedor de rendas e também de poderes políticos, o aleitamento “*mercenário*”, embora inscrito no mundo doméstico, torna-se assunto privilegiado na sociedade científica, que também procura consolidar espaço naquela sociedade. Por oposição ao aleitamento “*natural*” ou “*materno*”, que

passava a ser considerado o “*verdadeiro*”, as condições insalubres da cidade do Rio de Janeiro ficariam ainda melhor desenhadas quando impressas sobre corpos cativos de mulheres que aleitam: tanto sob a forma de doenças e costumes reiteradamente enunciados, tais como a sífilis e a embriaguez, quanto pela difusão da imagem do leite “*corrompido*”, considerado talhado em razão da própria experiência de desapossamento de seu corpo, de seu ventre, inclusive de seus frutos.

Como efeitos de construções discursivas, *amas-de-leite* – sujeito/objeto – levaram-me a pensar na amplitude de experiências e possibilidades que as colocava entre o conjunto de mulheres livres e escravizadas em idade de procriar. Embora ambas fossem significadas em corpos biológicos sexualizados e procriadores, ao contrário das mulheres livres, a maternidade era negada àquelas. Significativamente, edificava-se a construção de uma nova dicotomia – ama “*mercenária*” por oposição a “*mãe verdadeira*” –. As duas imagens entravam na ordem dos discursos disciplinares e no exercício da racionalidade binária, a fim de nutrir uma corrente de significações que forjava a norma pela crítica à prática costumeira, nomeada “*antinatural*”, fora da ordem.

Não por acaso, os discursos médicos se tornam enfáticos para salientar nesses corpos dispositivos da sexualidade ou “*mecanismos feéricos e invisíveis*” cuja chave universal é o mecanismo de reprodução da vida, do aleitamento, matriz dos seres vivos<sup>3</sup>. Nesses corpos, ou melhor, por oposição a eles, emergiam o signo e a norma do sexo, além da inteligibilidade do traço físico atrelado à raça e à moral na relação que identifica a saúde e a doença do indivíduo e da sociedade. No exercício do aleitamento “*mercenário*”, corpos que nutrem procedem ao serviço suspeito e, em razão de sua permanência entre as famílias com algumas posses, estão submetidos às técnicas do exame minucioso: da substância láctea que nutre o físico da criança e a moral social; da classificação morfológica dos seios; das histórias dos usos e abusos sexuais; da análise descritiva e complexa que esquadrinha o corpo, perscruta tecidos e órgãos, investiga as fisiologias dos corpos e dos sexos para normalizar o comportamento de indivíduos femininos, entre eles, as *amas-de-leite*.

A maternidade, no caso de mulheres escravizadas, não seria construída em relação a seus próprios filhos, mas forjava uma localização social associada à maternidade recusada, à maternidade negada ou “*transferida*”<sup>4</sup>, ou seja, exercitada na

---

<sup>3</sup> FOUCAULT, M. *História da Sexualidade. A vontade de saber. Op. cit.*, pp. 76-78.

<sup>4</sup> Conceito de Suely Gomes Costa, utilizado no artigo de SEGATO, Rita Laura. O Édipo brasileiro: a dupla negação de gênero e raça. In: STEVENS, Cristina. *Maternidade e Feminismo: diálogos interdisciplinares*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007 (no prelo).



relação de nutrição dos filhos de famílias com posses ou que aparentavam tê-las. Tal localização aponta para os lentos efeitos da reiteração discursiva da medicina higiênica quanto aos hábitos arraigados entre famílias usuárias do serviço. As resistências advindas de tal arraigamento levariam a reforçar o investimento na disciplina e na proliferação dos discursos, bem como a impressão insistente nos corpos de diferenças que definem o sexo, o gênero, a idade, a raça e a classe, mantenedoras de assimetrias que atravessavam a sociedade, dividida frontalmente entre livres e escravos.

Os corpos nutrízes também se produziram e foram distribuídos nas páginas do *Jornal do Commercio*. Em sintonia com os discursos médicos, os enunciados que os apresentavam para venda, aluguel e usufruto ressaltavam o aspecto físico e moral das “peças” femininas da escravidão, tanto pelo “bom”, “abundante” e “sadio” leite, quanto pela “conduta afiançada” ou pelo “bom comportamento” das mulheres escravizadas. Trata-se de um discurso como os demais, que define e difunde as marcas de sexo-gênero, de idade e de raça, no pleno funcionamento da política de produção de corpos, identidades e papéis.

A rede urbana daquele ignóbil comércio se distribuía em casas e escritórios particulares por toda a cidade, e os discursos produzidos na Câmara Municipal insistem na regulamentação e controle daquelas transações que se multiplicam no Rio de Janeiro. Ao lado da linguagem de propaganda dos anúncios de amas-de-leite, o jornal veiculava outros enunciados em que aquelas “peças” se evidenciavam sob outras marcas: marcas que identificavam corpos insubordinados e fugitivos, por isso também considerados “viciosos”. Eram cicatrizes, aleijões, marcas da experiência dura do trabalho intenso, de corpos cansados, machucados, sofridos, violentados. Os sinais singularizavam a “peça” com as marcas físicas da punição exemplar, alertando para a conduta transgressora e rebelde e, ao mesmo tempo, permitindo aos mercados, conhecedores dela, dissimulá-las para escapar, ganhar as ruas, quiçá a liberdade.

Por fim, a objetivação daquelas práticas evidencia-se em discursos da literatura e da iconografia. No corpo de mulher escravizada, José de Alencar modelou o “*martyrio sublime*” da maternidade. Machado de Assis construiu a imagem da mulher procriadora e cativa retomada sob a corda e os golpes do caçador urbano na cena carioca. Este, o “capitão das ruas” que a devolveria ao proprietário e ao cativo, com o filho desfeito em sangue e o ventre dilacerado. Não por acaso, as histórias de Joanna e Arminda reencarnadas no Rio de Janeiro teriam desfecho trágico, como metáforas das lutas coletivas e cotidianas. Recriada na memória de Augusto dos Anjos, a imagem de ama-

de-leite serviria para nutrir o questionamento da moral da família e da sociedade escravocrata e patriarcal. Na lírica do poeta, ele reencena o furto das moedas do pai pela ama-de-leite e o furto do leite, do suor e dos destinos de mulheres e homens que sobreviveram ao cativo.

A composição de uma cartografia revela um esforço de busca, não de fatos, de realidades objetivas passadas que estavam lá, esperando para serem descobertos ou libertados, mas uma tentativa de reunir um conjunto de “*objetivações pelas quais determinadas coisas [– amas-de-leite –] começam a ser tomadas como objeto para o pensamento e passam a fazer parte do objetivamente dado*”<sup>5</sup>. Significativamente, os discursos que performam as imagens de corpos escravizados de amas-de-leite e de suas práticas/serviços me ajudaram a pensar as formas do poder no cotidiano da vida social, sobretudo porque elas tomaram corpo e forma na relação de dominação escravocrata e patriarcal, ou seja, passaram “*a fazer parte do objetivamente dado*”. A assimetria é reafirmada a cada enunciação, a cada momento em que amas-de-leite são encenadas em relação: são desenhadas e redesenhadas “*escravas*”, em relação aos livres; mulheres em relação aos homens; negras, em relação às brancas; mães negadas ou “*mães transferidas*” em relação às “*mãe verdadeiras*”.

A política de produção daqueles corpos, a positividade dos saberes que a atravessam e seus efeitos se evidenciam na cartografia traçada. As representações que as amas-de-leite evocam foram produzidas e disseminadas em fotografias dos álbuns de retratos, em quadros nas paredes, em jornais, revistas e livros, nas teses, em regulamentos do Legislativo, entre outras construções do discurso social. Elas ganharam significação e visibilidade histórica em seus corpos confinados e confiscados, imersos em uma multiplicidade de acontecimentos médicos, familiares, urbanos, comerciais, trabalhistas, administrativos, protocolares, filosóficos, em suma, históricos. Presas em teias discursivas, elas apareceram para dar sentido às rendas da escravidão, mas também ao processo de medicalização da sociedade, de construção do conhecimento científico, em práticas de significação do corpo da mulher, permitindo a problematização das referências morais da sociedade escravista que parecia se deslocar entre muitas lutas para instituir referências paradigmáticas da modernidade e estabelecer uma ordem social que pudesse tanto abrigá-las e explorá-las como extingui-las ou ressignificá-las.

Elas emergem sob emergem sob formas de objetivação/subjetivação das identidades sociais, sexuais e do gênero, guardando as distâncias e diferenças

---

<sup>5</sup> *Idem, ibidem*, p. 78.

necessárias para a operação de uma dominação efetiva, embora cambiante, em relações políticas da escravidão, do patriarcado, do público e do privado, no lugar da subalternidade. No contexto do humanismo moderno, os discursos se servem de suas imagens para referir e produzir relações que, em outros termos, permanecem vincadas pela diferença e pelas desigualdades.

No ponto de chegada deste percurso definido pelo próprio objeto de investigação, no esforço em compor uma cartografia que não se restringisse à visibilidade das amas-de-leite, procurei desnaturalizar as imagens que as produzem como tais - mulheres na experiência da escravidão, da procriação e da amamentação -, e que aparecem em diferentes espaços da sociedade oitocentista sob diferentes/semelhantes modos de objetivação/subjetivação.

São imagens tecidas em discursos reverberantes que remetem às lutas surdas, às resistências cotidianas e, principalmente, a sucessivas separações e desterros; imagens que foram recriadas para compor outras imagens e outros traços também ambivalentes da memória: da “*suavidade do leite preto*”, do “*povo indolente, fraco, fortemente sexualizado*”; que serviram para reafirmar ou combater o racismo, o sexismo, a misoginia, a exploração e a violência. Servem, ainda, para que repensemos as práticas, os discursos, as objetivações e assujeitamentos, quebrando os sentidos que lhes são impressos e naturalizados e, também, para nutrir olhares que respeitam as diferenças e comemoram as diversidades.

Lidar com os limites do tempo representou um desafio que implicou fazer escolhas e desprezar outras possibilidades e discursos: textos jurídicos, memorialística, pensamento científico e a própria historiografia dos séculos XIX e XX. Conservo a certeza da impossibilidade de abordar o todo, já que

*(...) não se trata, aqui, de neutralizar o discurso, transformá-lo em signo de outra coisa e atravessar-lhe a espessura para encontrar o que permanece silenciosamente aquém dele, e, sim, pelo contrário, mantê-lo em sua consistência, fazê-lo surgir na complexidade que lhe é própria. Em uma palavra, quer-se, na verdade, renunciar às “coisas”, “despresentificá-las”; (...) substituir o tesouro enigmático das “coisas” anteriores ao discurso pela formação regular dos objetos que só nele se delineiam; definir esses objetos sem referência ao fundo das coisas, mas relacionando-os ao conjunto de regras que permitem formá-los como objetos de um discurso e que constituem, assim, suas condições de aparecimento histórico; (...)<sup>6</sup>*

---

<sup>6</sup> FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. Op. cit., p. 54.

## Fontes

### I. Documentos em Arquivos

#### 1. Manuscritos

##### 1.1. *Arquivo da Santa Casa da Misericórdia – ASCM*

- Doc. n. 1. Folha para pagamento dos salários do mez de junho de 1862 às amas internas do Estabelecimento dos Expostos. Lata 746-A. ASCM.
- Doc. n. 100. Folha para pagamento dos vencimentos do mez de dezembro de 1863, às amas internas do Estabelecimento dos Expostos. Lata 746-A. ASCM.
- Doc. n. 127. Folha para pagamento dos vencimentos do mez de maio de 1869 às amas internas do Estabelecimento dos Expostos. Lata 746-A. ASCM.
- Doc. n. 187. Folha para pagamento das amas internas na Casa dos Expostos no mez de dezembro de 1883. Lata 746-A. ASCM.
- Doc. n. 193. Folha para pagamento das Amas internas na Casa dos Expostos no mez de janeiro de 1887. Lata 746-A. ASCM.
- Doc. n. 3. Folha dos vencimentos das amas de leite dos Expostos da Casa da Roda no mez de fevereiro de 1853. Lata 746-A. ASCM.
- Doc. n. 3. N. 3. Folha para pagamento das amas de leite da Casa da Roda, de seus vencimentos em dezembro de 1848. Lata 746-A. ASCM.
- Doc. n. 332. Folha para pagamento das Amas internas na Casa dos Expostos no mez de maio de 1888. Lata 746-A. ASCM
- Doc. n. 361. Folha para pagamento das Amas internas na Casa dos Expostos no mez de junho de 1888. Lata 746-A. ASCM
- Doc. n. 4. Folha para pagamento das amas de leite da Casa da Roda, de seus vencimentos em o mez de janeiro de 1849. Lata 746-A. ASCM.
- Expostos. Ofícios recebidos e expedidos. Livro 4º. 1838-1845. ASCM.
- Folha dos vencimentos das amas de leite dos expostos na Casa da Roda no mez de julho de 1856. Lata 746-A. ASCM.
- Folha para pagamento dos vencimentos (...). N. 133, Lata 746-A. Arquivo da Santa Casa da Misericórdia.
- Folha para pagamento dos vencimentos do mez de janeiro de 1861 às amas internas do estabelecimento dos expostos. Lata 746-A. ASCM.
- Livro de Atas da Mesa (10.10.1834), ASCM, cód. L. 17.
- Relatório apresentado à Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro pelo provedor Cons. Zacarias de Góes Vasconcellos em 28 de julho de 1867. Rio de Janeiro: Typ. Ignácio da Silva, 1867.
- Relatório do Ministério do Império. Ano 1837. Arquivo Nacional. Ministério do Império. Santa Casa de Misericórdia. Ofícios e documentos. 1771-1889. Códices IS3 1a IS3 9.

##### 1.2. *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro - AGCRJ*

- Auto de Infração. Cód. 6-1-59. AGCRJ.

- Carta à Ilma. (Português) Câmara Mal. Rio de Janeiro, 16 de julho de 1874. Cód. 6-1-59. AGCRJ.
- Carta de Dorothea Maria da Conceição e Sá encaminhada à Ilma. Câmara em 10 de fevereiro de 1846. Códice 6-1-28 AGCRJ.
- Carta de João Joaquim Gonçalves Porto à Ilustríssima Câmara Municipal, 21/03/1874. Cód. 6-1-54. AGCRJ.
- Carta do Fiscal Bernardino da Silva ao Presidente da Ilma. Câmara Mal. Cód. 6-1-59. AGCRJ.
- Carta do fiscal Paulo Felizardo Cabral Silva ao M.D. Vereador comissário de Posturas e Judiciário, Freguesia de Santo Antonio, 29 de julho de 1874. Cód. 6-1-59. AGCRJ.
- Carta do Sr. Glicério T. Silva ao Sr. Dr. Araújo Lima, Presidente e mais Vereadores da Ilma Câmara Municipal. Rio de Janeiro, 14 de julho de 1874. AGCRJ
- Certificado de matrícula. Cód. 6-1-59. AGCRJ.
- Documento da Presidência da Ilustríssima Câmara Municipal aos fiscais das freguesias de Sacramento, São José, Candelária, Santa Rita e Sant'Anna. Cód. 6-1-58. AGCRJ.
- Parecer da Comissão de Justiça e despacho. Junho-Agosto de 1883. AGCRJ. Cód. 6-1-61.
- Projecto de postura em additamento às posturas de 11 de setembro de 1838. Códice 6-1-28, no AGCRJ
- Projecto de Postura sobre amas de leite. Posturas (1880-1888). Códice 18-2-10. AGCRJ. (pp. 24, 25, 25A e 25B)
- Projecto de Postura sobre amas de leite.(p. 25 A e B). Posturas (1880-1888) Códice 18-2-10. AGCRJ.

### 1.3. *Arquivo Nacional - AN*

- Livro de Notas 2 (1869-1881). Juízo de Paz da Freguesia de Campo Grande. Fl. 49. Escritura de venda lavrada em 2 de março de 1875. 3T/SDJ. A.N.

## 2. **Impressos**

### 2.1. *Fundação Biblioteca Nacional - FBN*

#### 2.1.1. Teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro

- CORRÊA D'AZEVEDO, Luiz Augusto (1872). *Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral, e particularmente do mercenário em relação às condições em que se acha na cidade do Rio de Janeiro* Rio de Janeiro: Typ. Academica, 1873.
- EBOLI, Thomaz (1880). *A Hygiene e os prejuízos que causam uma má amamentação*. Rio de Janeiro: Typ. Popular de C. de Vasconcellos, 1880.
- GONÇALVES, Francisco de Paula Lázaro. *Que Regimen Será mais Conveniente para a Criação de Expostos da Santa Casa de Misericórdia, Attentas as Nossas Circunstâncias Especiais, a Criação em Comum dentro do*

*Hospício, ou a Privada em Casas Particulares?* Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1855.

- MEIRELLES, Zeferino Justino da Silva. *Breves Considerações sobre as Vantagens do Aleitamento Maternal*. Rio de Janeiro: Typ. do Diário de N. L. Vianna, 1847.
- NEVES, Juvenal Martiniano das (1873). *Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral, e particularmente do mercenário em relação às condições da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. da Reforma, 1873.
- REIS, Celso Eugênio dos (1874). *Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral, e particularmente do mercenário em relação às condições da cidade do Rio de Janeiro*. Typ. e Liv. De Oliveira e Silva, 1874.
- VIANNA, Murillo Mendes (1869). *Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral, e particularmente do mercenário em relação às condições da cidade do Rio de Janeiro* ;
- ZAMITH, José Ribeiro dos Santos (1869). *Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral e particularmente do mercenário em relação às condições da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. do Apostolo, 1869.

#### 2.1.2. Periódicos

- *A Mãe de Família*, 1º ano, n. 1, janeiro de 1879.
- *A Mãe de Família*. 1º. Anno. n. 1, Janeiro de 1879, p. 2. Editorial.
- *A Mãe de Família*, 1º ano, n. 9, maio de 1879.
- *A Mãe de Família* Palestra do Médico IX.. 1º. Anno. n .9, Maio de 1879.
- *A Mãe de Família*, 1º ano, n. 10, maio de 1879.
- *A Mãe de Família*, 1º ano, n. 10, maio de 1879.
- *A Mãe de Família*. Palestra XII. 1º ano, n. 12, Junho de 1879.
- *A Mãe de Família*. Palestra XII. 1º. Anno. n .12, Junho de 1879, p. 91.
- *Jornal do Commercio*, quinta-feira, 2 de maio de 1867.
- *Jornal do Commercio*, quarta-feira, 10 de julho de 1867.
- *Jornal do Commercio*, sabbado, 3 de agosto de 1867.
- *Jornal do Commercio*, quarta-feira, 6 de maio de 1868.
- *Jornal do Commercio*, sabbado, 9 de maio de 1868.
- *Jornal do Commercio*, segunda-feira, 11 de maio de 1868.
- *Jornal do Commercio*, quinta-feira, 14 de maio de 1868.
- *Jornal do Commercio*, quinta-feira, 5 de maio de 1869.
- *Jornal do Commercio*, terça-feira, 22 de junho de 1869.
- *Jornal do Commercio*, quinta-feira, 21 de novembro de 1871.
- *Jornal do Commercio*, quinta-feira, 4 de janeiro de 1872.
- *Jornal do Commercio*, terça-feira, 2 de abril de 1872
- *Jornal do Commercio*, sexta-feira, 5 de abril de 1872.
- *Jornal do Commercio*, sabbado, 6 de abril de 1872.
- *Jornal do Commercio*, terça-feira, 9 de abril de 1872.
- *Jornal do Commercio*, quarta-feira, 10 de abril de 1872.
- *Jornal do Commercio*, sexta-feira, 12 de abril de 1872.
- *Jornal do Commercio*, terça-feira, 6 de julho de 1872.
- *Jornal do Commercio*, quarta-feira, 11 de julho de 1872.
- *Jornal do Commercio*, domingo, 18 de agosto de 1872

- *Jornal do Commercio*, segunda-feira, 19 de agosto de 1872.
- *Jornal do Commercio*, terça-feira, 20 de agosto de 1872.
- *Jornal do Commercio*, quarta-feira, 21 de agosto de 1872.
- *Jornal do Commercio*, quinta-feira, 22 de agosto de 1872.
- *Jornal do Commercio*, sabbado, 24 de agosto de 1872.
- *Jornal do Commercio*, terça-feira, 19 de novembro de 1872.
- *Jornal do Commercio*, quinta-feira, 21 de novembro de 1872.
- *Jornal do Commercio*, sabbado, 23 de novembro de 1872.
- *Jornal do Commercio*, domingo, 24 de novembro de 1872.
- *Jornal do Commercio*, segunda-feira, 25 de novembro de 1872.
- *Jornal do Commercio*, quarta-feira, 27 de novembro de 1872.
- *Jornal do Commercio*, quarta-feira, 11 de julho de 1877.
- *Jornal do Commercio*, quinta-feira, 12 de julho de 1877.
- *Jornal do Commercio*, sexta-feira 3 de agosto de 1877.
- *Jornal do Commercio*, sabbado, 4 de agosto de 1877.
- *Jornal do Commercio*, segunda-feira, 3 de julho de 1882.
- *Jornal do Commercio*, terça-feira, 4 de julho de 1882.
- *Jornal do Commercio*, quarta-feira, 5 de julho de 1882.
- *Jornal do Commercio*, quinta-feira, 6 de julho de 1882.
- *Jornal do Commercio*, domingo, 9 de julho de 1882.
- *Jornal do Commercio*, sexta-feira, 28 de julho de 1882.
- *Jornal do Commercio*, sabbado, 29 de julho de 1882.
- *Jornal do Commercio*, domingo, 30 de julho de 1882.
- *Jornal do Commercio*, sabbado, 16 de julho de 1887.
- *Jornal do Commercio*, quinta-feira, 1º de setembro de 1887.
- *Jornal do Commercio*, terça-feira, 30 de agosto de 1887.
- *Ostensor Brasileiro. Jornal Litterário e Pictorial*. Rio de Janeiro, 1845-6, t. 1.
- Projecto de Regulamentação das Amas de leite. GAZETA MÉDICA DA BAHIA. Ano VIII – jan, 1876 – N.1. FBN

### 2.1.3. Outros

- MONCORVO FILHO, A. *Histórico da Protecção à Infância no Brasil. 1500-1922*. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica Editora, 1926.
- Quadros Geraes. Recenseamento da População do Império do Brasil a que se procedeu no dia 1º de agosto de 1872. FBN.OR-94, n.1.

## I. Fontes Diversas

### 1. Literatura

- ALENCAR, José de. *Mãe. Drama em quatro actos*. In: *José de Alencar com uma Introdução por Mario de Alencar*. Collecção Áurea. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1922.
- ANJOS, Augusto dos. *Ricordanza della mia gioventú*. In: *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.

- ASSIS, Machado de. *Relíquias da Casa Velha*. Vol. 2. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W. H. Jackson Inc. Ed., 1946.

### 1.1. Literatura dos viajantes

- AGASSIZ, Louis e AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil (1865-66)*. Trad. de Edgard Süsssekind de Mendonça. Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série 5, Brasileira. V 95. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- COUTY, Louis. *A Escravidão no Brasil*. Trad. Maria Helena Rouanet. Rio de Janeiro: MinC/FCRB, 1988.
- DEBRET, J. B. (1816). *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Trad. Sergio Milliet. São Paulo: Martins, 1949.
- DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica do Brasil*. Tomo I. Vol.I e II. Biblioteca Histórica Brasileira. São Paulo: Livraria Martins; Brasília: INL/MEC, 1975.
- EWBANK, Thomas (1846). *A Vida no Brasil ou Diário de uma Visita à Terra do Cacaueiro e das Palmeiras*. Trad. Jamil Almasur Haddad. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.
- GRAHAM, Maria. *Diário de uma Viagem ao Brasil*. Coleção Reconquista do Brasil. vol.157. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1990.
- KIDDER e FLETCHER (1845). *O Brasil e os Brasileiros*. Trad. de Elias Dolianti. São Paulo: Ed. Nacional, 1941, 2. vol .
- KIDDER, Daniel P. *Reminiscência de Viagens e Permanências nas Províncias do Sul do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1980.
- PRADEZ, Charles. *Nouvelles Études sur le Brésil*. Paris: Ernest Thorin, 1872.
- SPIX, J.B. & MARTIUS, C.F.P. *Viagem pelo Brasil 1817-1820*. Vol. 1. Trad. Lucia F. Lahmeyer. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.

## 2. Iconografia

- Imagem 1: MORAIS, Rubens Borba e VILLAÇA, Antonio Carlos. *O Brasil de Debret*. Col Imagens do Brasil. vol 2. Belo Horizonte / Rio de Janeiro: Villa Rica Editoras Reunidas, 1993, p. 38.
- Imagem 2: MORAIS, Rubens Borba e VILLAÇA, Antonio Carlos. *O Brasil de Debret*. Col Imagens do Brasil. vol 2. Belo Horizonte / Rio de Janeiro: Villa Rica Editoras Reunidas, 1993, p. 33.
- Imagem 3: CHAMBERLAIN, H. *Vistas e Costumes da cidade e arredores do Rio de Janeiro em 1819-1820, segundo desenhos feito pelo Tenente Chamberlain, da Artilha Real durante os anos de 1819 a 1820*. Tradução e Prefácio Rubens Borba de Moares. Rio de Janeiro/São Paulo: Livraria Kosmos Editora. Erich Eichner & Cia Ltda, s.d..
- Imagem 4: Mucama com criança ao colo. Óleo sobre tela, sem assinatura, sem data [meados do século XIX], 0,55 x 0,44m RG MI 2.055. Museu Imperial. (A tela está no circuito de exposição permanente do Museu Imperial, na sala Quarto da princesa d. Isabel)
- Imagem 5: CARDOZO, Antonio da Silva Lopes [Antônio da Costa Pinto com sua ama-de-leite] Antonio Lopes Cardozo (1861) fotografia p&b; 6,3 x 10cm. O



fotógrafo atuou na Rua do Rosário de João Pereira 34 em Salvador, nas décadas de 1860/70. *Carte de visite*.

- Outras imagens: ERMAKOFF, George. *O Negro na Fotografia Brasileira do Século XIX*. Rio de Janeiro: Casa Editorial, 2003.

### 3. Outras Fontes

- CARVALHO, Dr. Miguel Joaquim Ribeiro de. Exposição Nacional de 1908. *Notícias de Diversos Estabelecimentos Mantidos pela Santa Casa da Misericórdia da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1908.
- Colleção das Leis do Brasil, 1846, 1ª parte, 54.
- Lei n.2040 de 28 de setembro de 1871. “*Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a liberação annual de escravos*”. In: *100 Anos de Abolição da Escravidão*. Petrópolis: Museu Imperial, 1988.
- Pinacoteca do Museu Imperial Petrópolis: MEC, 1956. (Catálogo)
- SOARES, Ubaldo. *A Escravatura na Misericórdia. Subsídios*. Rio de Janeiro: s.n., 1958.
- SOARES, Ubaldo. *O Passado Heróico da Casa dos Expostos. Prefácio do Dr. Carlos Brandão de Oliveira*. Rio de Janeiro: s.n., 1959.

## Bibliografia

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: NOVAIS, F. (Dir.) & ALENCASTRO, L.F. (Orgs.) *História da Vida Privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. Vol.2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ALGRANTI, Leila. *O Feitor Ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. 1808-1822*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- ANJOS, Augusto dos. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.
- ANTUNES, José Leopoldo Ferreira Antunes. *Medicina, Leis e Moral. Pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: UNESP, 1999.
- ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 1981
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco. O Negro no Imaginário das Elites do Século XIX*. 2ª. Ed. São Paulo: Annablume, 2004.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. *EINAUDI. Vol 5. Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BADINTER, Elisabeth. *Um Amor Conquistado. O Mito do Amor Materno*. 9. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BAILLARGEON, Denyse. No calor do debate: maternidade em perspectiva. In: SWAIN, Tânia Navarro (Org.) *Feminismos: teorias e perspectivas. Textos de História. Revista da Pós-Graduação em História da UnB*, vol. 8, n 1 e 2 , 2000.
- BANDEIRA, Manuel. *Antologia Poética*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1961.
- BARREIRO, José Carlos. *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX. Cultura e cotidiano. Tradição e resistência*. São Paulo: Unesp, 2002.
- BARTHES, Roland. *A Câmara Clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BELUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos Viajantes. A construção da paisagem*. Vol.II e III. São Paulo: Metalivros; Salvador: Odebretch, 1994.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. *Obras Escolhidas. Magia e Técnica, Arte e Política*. 4ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 165-177.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- \_\_\_\_\_. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 42. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.
- BOTELHO, Ângela Vianna e REIS, Liana Maria. *Dicionário Histórico Brasil Colônia e Império*. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- BOZON, Michel. *Sociologia da Sexualidade*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

- BURKE, Peter. *Testemunha Ocular. História e Imagem*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes. *O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira (Momentos decisivos)*, 2 v. (1836-1880). Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.
- CARNEIRO, Maria E.R., Paisagens pretas e pardas, olhares brancos: escravidão e cotidiano no Brasil Monárquico. Dissertação de Mestrado. Cap. 2 e 3. Brasília: PPGHIS/UnB: 2002. *mimeo*.
- CARVALHO, Carlos Delgado de. *História da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/DGDIC, 1994.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Brasília: EdUnB, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Teatro das Sombras: a política imperial*. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Iuperj, 1988.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- \_\_\_\_\_. A Operação Histórica. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *História: Novos Problemas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. pp. 17-48.
- CHAGAS, Carlos. *O Brasil Sem Retoque 1808-1964: a história contada por jornais e jornalistas*. Vol. 1. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. Companhia das Letras, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: *Estudos Avançados*, n. 11, v. 5. São Paulo: USP, 1991, pp. 173-192.
- CHESNAUX, Jean. *Devemos Fazer Tábula Rasa do Passado? Sobre a história e os historiadores*. Trad. Marcos A. da Silva. São Paulo: Ática, 1995
- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade. A Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. Bragança Paulista, BP: EDUSF, 1998.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. 4. ed. São Paulo: Unesp, 1998.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DE LAURETIS, Teresa. *Alice doesn't*. Bloomington: Indiana University Press, 1984. Apud SCOTT, Joan. "Experiência. Tornando-se visível". In: *Falas de gênero. Teorias. Análises. Leituras*. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999.

DELGADO DE CARVALHO, Carlos. *História da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sec. Municipal de Cultura/DGDIC, 1994.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente, 1300-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIAS, Maria Odila Leita da Silva. Sociabilidades sem História: votantes pobres no Império 1824-1881. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

\_\_\_\_\_. *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

EDLER, Flavio. A medicina acadêmica imperial e as ciências naturais. In: HEIZER, Alda e VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (Orgs.) *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador. Vol 1 e 2*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FABRIS, Annateresa. O circuito social da fotografia: Estudo de caso. In: FABRIS, A. (Org.) *Fotografia. Usos e funções no século XIX*. São Paulo: Edusp, 1998.

FERREIRA, Aurélio Buarque de. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro.(séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_ & GÓES, José Roberto. *A Paz das Senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*. Rio de Janeiro, c.1790–c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. 3. ed. São Paulo: Loyola.

\_\_\_\_\_. A verdade e as formas jurídicas. *Cadernos da PUC/RJ, Série Letras e Artes* 06/74.

\_\_\_\_\_. *Arqueologia do Saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

\_\_\_\_\_. *História da Sexualidade. Vol. 1 - A vontade de saber*. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. *O Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

\_\_\_\_\_. *Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)*. Trad. Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir. História da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1977.

FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. As idéias estão no lugar. *Cadernos de Debates*, 1:páginas, 1976.

FREYRE, Gilberto. *Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979.

\_\_\_\_\_. *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.

GEBARA, Ademir. *O Mercado de Trabalho Livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GERTZ, Clifford. *The Interpretation of Culture*. New York: Basic Books Inc., 1973.

GÓES, José Roberto e FLORENTINO, Manolo. *A paz das senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

GONÇALVES, Margareth de Almeida. *Expostos à Misericórdia: um estudo sobre o abandono de crianças no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*, 1991. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1991. (Mimeo.)

GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. Rio de Janeiro: Ática, 1978.

\_\_\_\_\_. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978 e *A Escravidão Reabilitada*. 2ª. ed. São Paulo: Ática, 1991.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e Obediência: criadas e patrões no Rio de Janeiro 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

\_\_\_\_\_. "O impasse da escravatura: prostitutas escravas, suas senhoras e a lei brasileira de 1871." In: *ACERVO. Revista do Arquivo nacional. Estudos de Gênero*, vol 9. No 01/02, jan/dez. 1996. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, pp. 31-68.

GRINBERG, Keila. *Liberata, a Lei da Ambigüidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GROSZ, Elizabeth. Futuros feministas ou o futuro do pensamento. In: *Labrys. Estudos Feministas*. n.1-2, jul/dez Brasília: UnB, 2002. [http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1\\_2/grosz1.html](http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2/grosz1.html)

GUILLAUMIN, Collete. Pratique du pouvoir et idée de Nature, 2. Le discours de la Nature. *Questions Féministes*, n. 3, mai 1978, pp. 5-28.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico*. Tomo II. Do Império à República. 5º Vol. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

\_\_\_\_\_. *Raízes do Brasil*. 10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

- HOUAISS, Antonio. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Versão eletrônica 1.0. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2004.
- IRIGARAY, Luce. A questão do outro. Trad. Tânia Navarro Swain. *Labrys, Estudos Feministas*, n. 1-2, jul./dez. 2002, p. 5. [http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1\\_2](http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2)
- JODELET, Denise. “Representações sociais: um domínio em expansão”. In: JODELET, D. (Org.) *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- KARASCH, Mary C. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- KOFES, Suely. *Mulher, Mulheres. Identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas*. Campinas: Unicamp, 2001.
- KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. 2ª ed. Revista. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- LAGO, Pedro Corrêa do & FERNANDES JUNIOR, Rubens. *O Século XIX na Fotografia Brasileira*. Coleção Pedro Corrêa do Lago. São Paulo: Fundação Álvares Penteado, s/d.
- LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência. Escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro. 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.) *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LEITE, Miriam Moreira (Org.) *A Condição Feminina no Rio de Janeiro – século XIX*. São Paulo: Hucitec/Pró-Memória/Edusp, 1993.
- LIBBY, Douglas Cole e PAIVA, Eduardo França. *A escravidão no Brasil*. São Paulo: Moderna, 2000.
- LOBO, Eulália M. L. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro: s.n., 1978, vol.1.
- LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade: refletindo sobre o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: *Labrys. Estudos Feministas*. N.1-2. jul/dez. Brasília, Montréal, Paris: UnB, 2002. [www.unb.br/ih/his/gefem/labrys](http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys)
- \_\_\_\_\_. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.) *O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- LOWY, Michel. *Ideologias e Ciência Social*. Elementos para uma análise marxista. 4ª. edição. São Paulo: Cortez, 1988.
- MACHADO, Roberto *et al.* *Danação da Norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MALHEIRO, Perdigão. *A Escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*. Coleção Dimensões do Brasil. Petrópolis: Vozes/MEC, 1976.

MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.) *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez Ed./USF-IFAN, 2001.

MARTIN, Emily. *A mulher no corpo. Uma análise cultural da reprodução*. Trad. Julio Bandeira. Coleção Sexualidade, Gênero e Sociedade. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. Que sentidos para a história e a historiografia? Propostas quanto à razão, ao contra-senso, à narrativa e à cultura. In: MARTINS, Estevão C. de R. (Org.) *Textos de História*. Vol. 10, n. 1/2. Brasília: PPGHIS/UnB, 2002, pp. 135-150.

MARTIUS, C.F.P. Von. Como escrever a história do Brasil. In: *Revista do IHGB*, Tomo 6, s/d.

MATHIAS, Herculano Gomes. *Viagem Pitoresca ao velho e ao Novo Rio*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1965.

MATOS, Maria Izilda S. de e SOIHET, Rachel (org.) *O Corpo Feminino em Debate*. São Paulo: Unesp, 2003.

MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil século XIX*. 3. impr. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

\_\_\_\_\_. *Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

\_\_\_\_\_. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: NOVAIS, Fernando (Dir.) & ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.) *História da Vida Privada no Império. Império: a corte e a modernidade nacional*. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema. A formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990.

MATTOSO, Kátia Maria de Queirós. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

\_\_\_\_\_. “O filho da escrava (em torno da lei do ventre livre). In: *Revista Brasileira de História* 16 *ESCRavidão*. São Paulo: Marco Zero/Anpuh, 1988, pp. 37-56.

MONTENEGRO, Olavo. *O Romance Brasileiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

MORAES, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista. 1879-1888*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro, 1924.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. *Um Toque de Gênero: história e educação em Minas Gerais (1835-1892)*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília; Finatec, 2003.

\_\_\_\_\_. O Império, o piano e o ensino da “miserável música” em Minas Gerais do século XIX. In: COSTA, Cléria B. da e KERN, Maria Salete M. *Imaginário e História*. Brasília: Paralelo 15, 1990.

\_\_\_\_\_. O tom do “bom-tom”: os manuais de civilidade e a construção de gênero. In: COSTA, Cléria Botelho da e MAGALHÃES, Nancy Alessio (Orgs.) *Contar história, fazer História: História, cultura e memória*. Brasília: Paralelo 15, 2001.

NABUCO, Joaquim. *A Escravidão*. Recife: Fundaj/Massangana, 1988.

NAVES, Rodrigo, *A forma difícil. Ensaios sobre arte brasileira*. São Paulo: Ed. Ática, 2001.

NAXARA, Maria Regina Capelari. *Cientificismo e Sensibilidade Romântica; em busca de um sentido explicativo para o Brasil do século XIX*. Brasília: EdUnB, 2004.

NEVES, Lucas Vieira Baeta. *História e imagem: a sociedade escrita com a luz. Rio de Janeiro (1840-1889). Dissertação*. Brasília: PPGHIS/UnB, 2006, mimeo.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista de Estudos Feministas*. Vol 8. 2º. Semestre Florianópolis: UFSC, vol 8., 2.000, pp. 9-41.

OTTONI, Cristiano. Desprezo pelas crias. In: CARNEIRO, Edison. *Antologia do Negro Brasileiro*. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

PAIVA, Eduardo França. *História e Imagens*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PATEMANN, Carole. *O Contrato Sexual*. Trad. Marta Avancini. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PERROT, Michele. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, Maria Izilda S. de e SOIHET, Rachel (Org.) *O Corpo Feminino em Debate*. São Paulo: Unesp, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário”. In: *Revista Brasileira de História. Representações*, vol. 15, n. 29. São Paulo: Contexto, 1995.

\_\_\_\_\_. Fronteiras da ficção: diálogos da história com a literatura. *XX Simpósio Nacional da Anpuh. História: Fronteiras*. Vol 2. NODARI, Eunice, PEDRO, Joana & IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. Florianópolis; São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP/Anpuh, 1999, pp. 819-830.

PIMENTA, Tânia Salgado. Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade do Oitocentos. In: *História, Ciências, Saúde - Manguinhos. Scielo Brazil*, vol. 11, supl.1, 2004. <http://www.scielo.br/scielo.php>.

POUTIGNAT Philippe, STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. Trad. Elcio Fernandes. 2ª. reimpressão. São Paulo: Unesp, 1998.

PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes de *et al.* (Orgs.) *Cultura histórica em debate*. São Paulo: UNESP, 1995.

\_\_\_\_\_. Cultura feminina e tradição literária no Brasil (1900-1932). In: SWAIN, Tânia Navarro & MUNIZ, Diva do Couto Gontijo (Orgs.) *Mulheres em Ação: práticas discursivas, práticas políticas*. Florianópolis, Belo Horizonte: Ed. Mulheres, PUC Minas, 2005, pp.195-216.



\_\_\_\_\_. Ensaio de Paulo Prado remete à análise do brasileiro lascivo. *O Estado de São Paulo*. Caderno 2. 24 de agosto de 1997.

RIOS FILHO, Adolfo Morales de los. *O Rio de Janeiro Imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou da Educação*. Trad. Sérgio Milliet. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

\_\_\_\_\_. *O Contrato Social e Outros Escritos*. São Paulo: Cultrix, 1971.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e Filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Col. Temas Brasileiros. Trad. Sergio Duarte. Brasília: EdUnB, 1981.

SÁ, Isabel dos Guimarães. *Quando o Rico se Faz Pobre: Misericórdias, caridade e poder no Império Português, 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997.

SCHIENBINGER, Londa. *O Feminismo Mudou a Ciência?* Trad. Raul Filker. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

\_\_\_\_\_. *Racismo no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2001.

SCHWARTZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

SCLIAR, Moacyr. *Um Olhar sobre a Saúde Pública*. 2. impr. São Paulo: Scipione/FNDE, 2003.

SCOTT, Joan W. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite da (Org.) *Falas de Gênero: teorias, análises, leituras*. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999.

\_\_\_\_\_. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e realidade*. Porto Alegre: UFRS/FACed, v.15, no.2, 1990.

\_\_\_\_\_. Prefácio a *Gender and Politics of History*. In: *Cadernos Pagu. Desacordos, desamores, diferenças*. Campinas: Unicamp/NEG, n.3, 1994.

SEGATO, Rita Laura. *Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: UFRJ, vol13 (n.2): 265-285. maio-agosto/2005.

\_\_\_\_\_. O Édipo brasileiro: A dupla negação de gênero e raça. In: STEVENS, Cristina. *Maternidade e Feminismo: Diálogos Interdisciplinares*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007 (no prelo).

SILVA, Luiz Antonio et al. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: *Ciências Sociais Hoje, Movimentos sociais e urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. V.2. Brasília: Anpocs, 1983.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. *Negro na Rua: a nova face da escravidão*. São Paulo: Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_. As Áfricas Cariocas e Suas Fronteiras Culturais. *Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História. História: Fronetiras*. São Paulo: ANPUH/Humanitas/FFLCH/USP, 1999, pp. 667-688.

SLENES, Robert W. *Na Senzala uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

\_\_\_\_\_. Senhores e subalternos no Oeste paulista. In: NOVAIS, F. (Dir.) & ALENCASTRO, L.F. (Orgs.) *História da Vida Privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. Vol.2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SMALLS, James. "Slavery is a Woman: Race, Gender, and Visuality in Marie Benoist's Portrait d'une négresse (1800)". *Nineteenth-Century Art Worldwide. A Journal of nineteenth-century visual culture*. <http://19thc-artworldwide.org/spring04/articles/smal.html> p. 1-34.

SOARES, Luiz Carlos. Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX. *Revista Brasileira de História*. v. 8, n. 16. São Paulo: Anpuh/Marco Zero, 1988, pp. 107-142.

SÛSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SWAIN, Tânia Navarro. A invenção do corpo feminino ou A hora e a vez do nomadismo identitário? In: SWAIN, T. N. (Org.) *Feminismos: teorias e perspectivas. Textos de História. Revista da Pós-Graduação em História da UnB*, vol. 8, n<sup>os</sup> 1 e 2, 2000.

\_\_\_\_\_. As teorias da carne: corpos sexuados, identidades nômades. *Labrys, Estudos Feministas*, 1-2:4, jul./dez. 2002.

\_\_\_\_\_. Meu corpo é um útero? Reflexões sobre a produção e a maternidade. In: STEVENS, Cristina. *Maternidade e Feminismo: Diálogos Interdisciplinares*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007 (no prelo).

\_\_\_\_\_ e MUNIZ, Diva do Couto Gontijo (Orgs.) *Mulheres em Ação: práticas discursivas, práticas políticas*. Florianópolis/Belo Horizonte: Mulheres/PUC Minas, 2005.

TODOROV, Tzvetan. *Nós e os Outros. A reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Trad. Sérgio Góes de Paula. V. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

TRINDADE, Judite Maria Barboza. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. In: *Revista Brasileira de História. Infância e Adolescência*. n. 37. São Paulo: ANPUH/FFLCH-USP/UERJ, 1999.

VELLOSO, M. P. *Que Regime Será Mais Conveniente à Criação dos Expostos*. Rio de Janeiro: Imprensa da Casa Imperial, 1855.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias Abandonadas. A assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador. Séculos XVIII e XIX*. Campinas, SP: Papirus, 1999.

WEHLING, Arno. O escravo ante a lei civil no Império (1822-1871). In: LACOMBE, Lourenço Luiz (Dir.) *100 Anos de Abolição da Escravidão*. Petrópolis: Museu Imperial, 1988.

## **COMISSÃO EXAMINADORA**

Profa. Dra. Diva do Couto Gontijo Muniz (HIS/UnB - Presidente)

Prof. Dr. Estevão Chaves de Rezende Martins (HIS/UnB)

Profa. Dra. Rita Laura Segato (DAN/UnB)

Profa. Dra. Claudia Costa Brochado (IESB)

Profa. Dra. Marilene Rosa Nogueira da Silva (HIS/UERJ)

Prof. Dr. Celso Silva Fonseca (HIS/UnB – Suplente)

Defesa da Tese: PPGHIS/UnB/ Brasília, 11/12/2006